ISSN 18078834

BNB Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE



Banco do Nordeste

OBRA PUBLICADA PELO

Banco do Nordeste

PRESIDENTE
Romildo Carneiro Rolim

DIRETORES
Antônio Jorge Pontes Guimarães Júnior
Antônio Rosendo Neto Júnior
Cláudio Luiz Freire Lima
Cornélio Farias Pimentel
Perpétuo Socorro Cajazeiras
Sandra dos Santos Souza Lisbôa

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE

Luiz Alberto Esteves
Economista Chefe

Tibério Rômulo Romão Bernardo
Gerente de Ambiente

Airton Saboya Valente Junior
Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas

CORPO EDITORIAL

Editor-Científico
Luiz Alberto Esteves

Editor-Chefe
Tibério Rômulo Romão Bernardo

Editor-Executivo
Airton Saboya Valente Júnior

EQUIPE TÉCNICA

Nível de Atividade Econômica
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Produção Agropecuária
Wendell Márcio Araújo Carneiro

Produção Industrial
Liliane Cordeiro Barroso

Serviços e Comércio Varejista
Airton Saboya Valente Junior

Mercado de Trabalho
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Comércio Exterior
Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas e Índice de Preços
Antônio Ricardo de Norões Vidal

Turismo
Laura Lúcia Ramos Freire

Estagiários
Francisco Kaique Feitosa Araújo
João Marcos Rodrigues da Silva
Marcus Vinicius Adriano Araujo

Jovens Aprendizes
Sarah Lucena Barros
Yago Carvalho Lima

Tabulação de Dados
Bruno Gabai
José Wandemberg Rodrigues Almeida

Revisão
Hermano José Pinho

Normalização
Márcia Melo de Matos

Diagramação
Gustavo Bezerra Carvalho

Banco do Nordeste do Brasil S/A
Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE
Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo Passaré - 60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL
Telefone: (85) 3251-7177
Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.
É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica - Edição Especial 2019.
Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2019

ISSN 18078834

Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

Apresentação

O Banco do Nordeste do Brasil (BNB), através do Escritório Técnico de Estudos Econômicos (ETENE), tem a honra de disponibilizar, ao público em geral, uma Edição Especial da Revista BNB Conjuntura Econômica. A mencionada Revista foi reformulada e reeditada a partir de 2004, tendo sido, desde então, publicada de forma ininterrupta, completando, portanto, 15 anos em 2019.

Essa Edição Especial foi pensada e elaborada com o objetivo de oferecer uma visão abrangente da Região Nordeste e de seus nove estados, nos últimos 15 anos. Para tanto, além da equipe do BNB Conjuntura Econômica, foram convidados professores e técnicos dos governos estaduais para contribuir com artigos sobre a evolução da estrutura econômica dos respectivos estados.

Organizada em 3 partes, a presente edição inicia com os textos: Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE) - 30 Anos Contribuindo para o Desenvolvimento Regional, de Marcos Falcão Gonçalves e Luiz Alberto Esteves; Nordeste Brasileiro no Contexto da Financeirização - Persistência do Contraponto Inacabado, de Carlos Américo Leite Moreira, Inez Silvia Batista Castro e Alfredo José Pessoa de Oliveira; A Transferência de Recursos Financeiros do Nordeste 2007 - 2018, de José Wandemberg Rodrigues Almeida e Airton Saboya Valente Junior; Panorama da Infraestrutura no Nordeste do Brasil, de Francisco Diniz Bezerra, Fernando Luiz Emerenciano Viana e Luciana Mota Tomé; Desempenho da Economia Regional: 2002 a 2016, de Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão; e Panorama Socioeconômico do Nordeste: Evolução e Perspectivas, de Getúlio Alves de Souza Matos.

Na segunda parte, estão os capítulos já contemplados na Revista BNB Conjuntura Econômica, porém com análises que se iniciam nos anos 2000: Análise da Agricultura do Nordeste no Início do Século XXI, de Wendell Márcio Araújo Carneiro e Yago Carvalho Lima; Comportamento da Pecuária do Nordeste no Limiar do Século XXI, de Wendell Márcio Araújo Carneiro e Yago Carvalho Lima; Indústria Nordeste - 2002 a 2018, de Liliane Cordeiro Barroso; Varejo no Nordeste no Século XXI, de Airton Saboya Valente Junior e João Marcos Rodrigues da Silva; Serviços no Nordeste no Século XXI, de Airton Saboya Valente Junior e João Marcos Rodrigues da Silva; Turismo, de Laura Lúcia Ramos Freire; A Evolução do Emprego Formal no Nordeste no Período de 2002 a 2017, de Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão; Comércio Exterior, de Laura Lúcia Ramos Freire; e Finanças Públicas nos Estados do Nordeste no Século XXI, de Antônio Ricardo de Norões Vidal.

Os nove capítulos seguintes abordam a economia dos Estados da Região: Perspectivas para a Economia Maranhense no Século XXI: Uma Análise a partir das Atuais Estruturas e da Conjuntura Econômica Recente, de João Carlos Souza Marques, Erivam de Jesus Rabelo Pinto Junior e Ricardo Zimbrão Affonso de Paula; Desempenho Econômico do Piauí 2002-2016, de Fernanda Moita; A Economia do Ceará: Uma Análise Setorial no Período 2002-2018, de Nicolino Trompieri Neto, Alexsandre Lira Cavalcante, Ana Cristina Lima Maia, Daniel Cirilo Suliano, Paulo Araújo Pontes e Witalo de Lima Paiva; Desempenho Recente e Perspectivas da Economia do Rio Grande do Norte no Século XXI, de Joacir Rufino de Aquino e Emanoel Márcio Nunes; Desempenho da Economia Paraibana no Início do Século XXI, de Ivan Targino, Rejane Gomes Carvalho e Wanderleya dos Santos Farias; A Economia de Pernambuco: Dinâmica Econômica, Mudanças Recentes e Perspectivas, de Tania Bacelar de Araújo e Valdeci Monteiro dos Santos; A Economia de Alagoas de 2000-1018, de Cicero Pericles de Carvalho; Sergipe no século XXI: Expansão, Crise e Reposicionamento da Estratégia de Desenvolvimento Econômico, de Ricardo Oliveira Lacerda de Melo; Panorama Econômico da Bahia no Século XXI, de Fernanda Calasans C. L. Pessoti e Gustavo CassebPessoti.

Gostaríamos de ressaltar, ainda, o apoio do Presidente do Banco do Nordeste, Romildo Carneiro Rolim, na realização desta publicação e na divulgação de conhecimento sobre a Região Nordeste, bem como agradecer aos autores convidados, ao corpo editorial e à equipe técnica da Revista pela dedicação e esforço desprendidos para a consecução desta Edição Especial.

Boa leitura!

Sumário

Apresentação 3

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE): 30 Anos Contribuindo para o Desenvolvimento Regional 7

Nordeste Brasileiro no Contexto da Financeirização – Persistência do Contraponto Inacabado .. 15

A Transferência de Recursos Financeiros do Nordeste 2007 – 2018 29

Panorama da Infraestrutura no Nordeste do Brasil 37

Desempenho da Economia Regional: 2002 a 2016 79

Panorama Socioeconômico do Nordeste: Evolução e Perspectivas 93

Análise da Agricultura Nordestina no Início do Século XXI 113

Comportamento da pecuária nordestina no limiar do Século XXI 121

Indústria Nordeste – 2002 a 2018 135

Varejo do Nordeste no início do Século XXI 153

O Setor de Serviços do Nordeste no Início do Século XXI 165

Turismo 179

A Evolução do Emprego Formal no Nordeste no Período de 2002 a 2017 187

Comércio Exterior 207

Finanças Públicas nos Estados do Nordeste no Século XXI 229

Perspectivas para a Economia Maranhense no Século XXI: Uma Análise a Partir das Atuais Estruturas e da Conjuntura Econômica Recente 241

Desempenho Econômico do Piauí 2002-2016 261

A Economia do Ceará: Uma Análise Setorial no Período 2002-2018 271

Desempenho Recente e Perspectivas da Economia do Rio Grande do Norte no Século XXI ... 297

Desempenho da Economia Paraibana no Início do Século XXI 315

A Economia de Pernambuco: Dinâmica Econômica, Mudanças Recentes e Perspectivas ... 343

Alagoas 2000-2018 353

Sergipe no Século XXI: Expansão, Crise e Reposicionamento da Estratégia de Desenvolvimento Econômico 367

Panorama Econômico da Bahia no Século XXI 393

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE): 30 Anos Contribuindo para o Desenvolvimento Regional

Marcos Falcão Gonçalves
Doutor em Economia Aplicada
Gerente Executivo de Avaliação de Políticas Programas do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB/ETENE)
marcosfalcao@bnb.gov.br

Luiz Alberto Esteves
Doutor em Economia
Economista-chefe do Banco do Nordeste do Brasil (BNB)
luizesteves@bnb.gov.br

Resumo

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste foi criado em 1989, com o objetivo de financiar o setor produtivo regional, com taxas de juros diferenciadas, contribuindo para redução das desigualdades regionais. Dessa forma, o presente ensaio tem o objetivo de analisar a execução do FNE no período 1989 a 2018, verificando sua eficácia e efetividade no cumprimento de sua meta. Para tanto, foram analisados os dados de execução do Fundo no referido período, considerando seus cortes de interesse, tais como distribuição estadual, por setor e porte, bem como uma revisão de literatura com base em avaliações que tiveram como objeto de estudo o Fundo Constitucional. Os resultados demonstram efetividade nas ações do FNE para redução da assimetria de crédito, contudo, há um longo caminho a seguir, seja na formação de recursos humanos capacitados para a avaliação de políticas públicas, seja na internalização e na real utilização dos resultados pelos gestores governamentais.

Palavras-chave

Impacto Econômico; Políticas Públicas; Ausência do FNE; Assimetria de renda.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi criado pelo art. 159, inciso I, alínea c da Constituição Federal de 1988, prevendo que do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados seriam destinados:

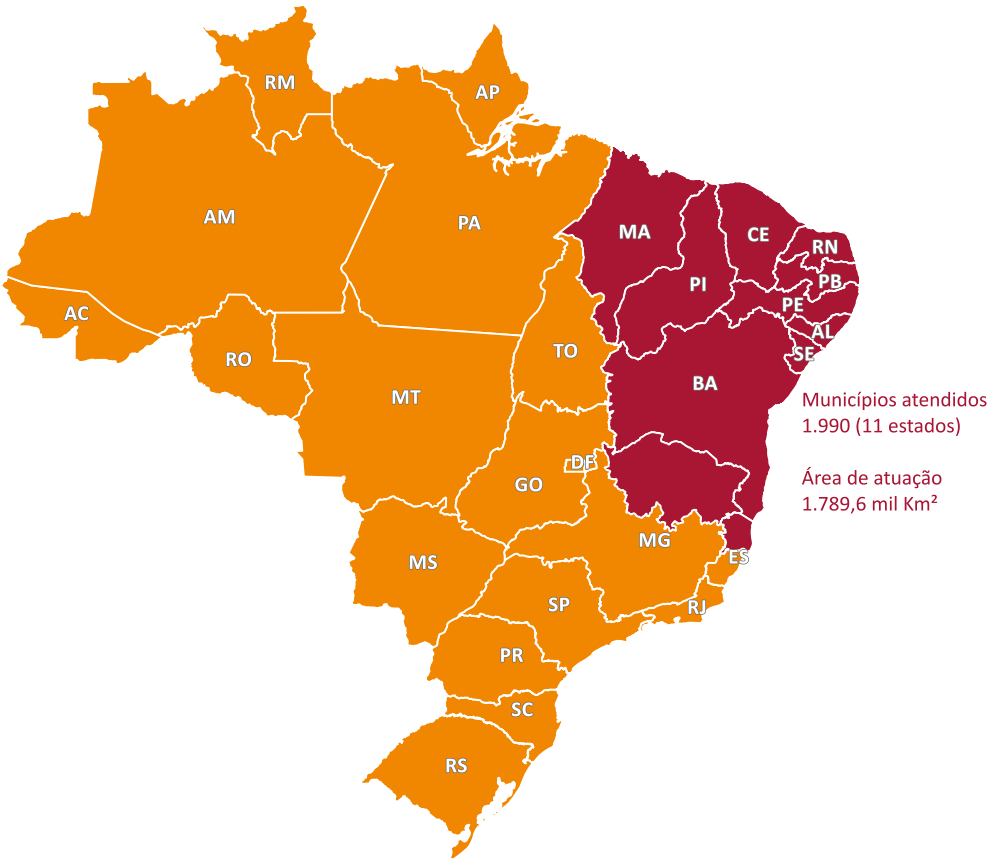
> [...] três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semiárido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer. (BRASIL, 1998).

A Lei nº 7.827, de 27.09.1989, regulamentou o art. 159 da Constituição Federal de 1988, garantindo que o volume total de recursos obedeça ao rateio de 1,8% para o FNE, e 0,6% para o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), respectivamente. (BRASIL, 1989).

O FNE é administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e tem como área de aplicação todos os estados nordestinos, além do norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, incluídos na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), abrangendo 1.990 municípios (Figura 1). Seu objetivo é contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste,

mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo plano regional de desenvolvimento. (BRASIL, 1999).

Figura 1 - Área de atuação do FNE



Fonte: Banco do Nordeste do Brasil, 2017, p. 14.

A criação dos Fundos Constitucionais no Brasil segue a lógica do modelo cooperativo e solidário do Pacto Federativo instituído na Constituição Federal de 1988, que, na visão de Bercovi (2003), objetiva igualar as condições de vida da população e reduzir as desigualdades socioeconômicas em todo o território nacional.

Oliveira (2013) salienta que o texto constitucional brasileiro admite a concessão de incentivos fiscais que promovam o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do país, seja por meio i) do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal; ii) do Fundo de Participação dos Municípios; ou iii) Programas de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - notadamente regiões que possuem os piores indicadores de desenvolvimento humano.

Nesse sentido, os fundos constitucionais podem contribuir para a redução das desigualdades regionais ao reduzir a assimetria de crédito, seja i) financiando o agente privado que não dispõe de riqueza inicial como garantia, mas que dela necessita para romper tal círculo vicioso, conforme discutido por Banerjee e Newman (1993), e Galor e Zeira (1993); ou mesmo ii) destinando crédito para regiões e/ou agentes privados que não disponham de grande quantidade de ativos para serem fornecidos em garantia.

De acordo com Ray (2000), a desigualdade, a pobreza e a estagnação tendem a se perpetuar em sociedades mais pobres que apresentam falhas de coordenação e mercado de capitais imperfeitos.

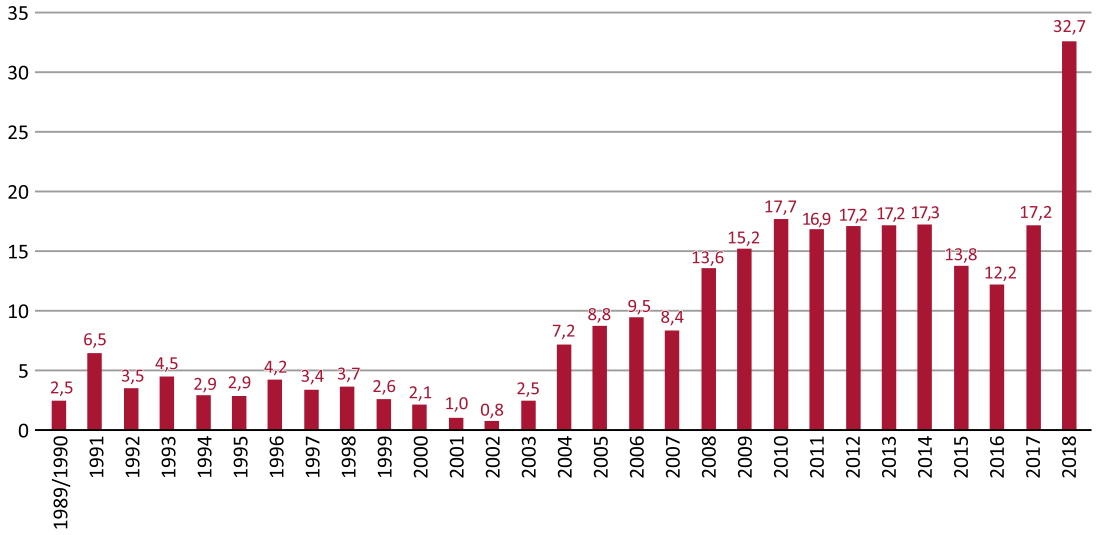
A política pública preconizada pelo FNE baseia-se na concessão de financiamentos ao setor produtivo regional com taxas de juros diferenciadas para setores, portes de empreendimentos e áreas específicas, previamente estabelecidas pelo administrador dos recursos, executor da política.

Dessa forma, o presente ensaio tem o objetivo de analisar a execução do FNE no período 1989 a 2018, verificando sua eficácia e efetividade na contribuição para a redução das desigualdades regionais.

Para tanto, foram analisados os dados de execução do Fundo no referido período, considerando seus cortes de interesse, tais como distribuição estadual, por setor e porte, bem como uma revisão de literatura com base em avaliações que tiveram como objeto de estudo o Fundo Constitucional.

Desde a sua criação, em 1989, até o ano 2018, o FNE financiou aproximadamente R$ 268,0 bilhões[1] (Gráfico 1). Esse valor é composto por 1,8% do imposto sobre produtos industrializados e mesmo percentual do imposto sobre a renda, acrescido do reembolso das operações financeiras realizadas com recursos do Fundo.

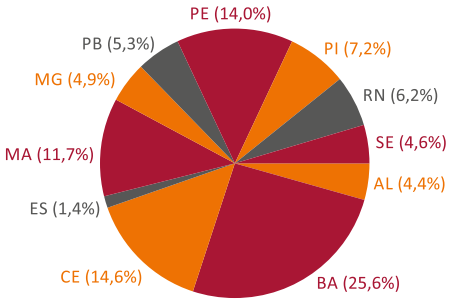
Gráfico 1 – Contratações do FNE – 1989 a 2018 - Em R$ bilhão de 31.12.2018 – Atualizado pelo IGP-DI



Fonte: Elaboração do autor, com base em Banco do Nordeste do Brasil, 1990 a 2019.

Apenas os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco contrataram 54,2% dos financiamentos no período (Gráfico 2), demonstrando ainda forte concentração de recursos em estados com economias mais estruturadas e com maior peso econômico regional.

Gráfico 2 – Distribuição do valor contratado pelo FNE, nos Estados de sua área de atuação - Em % - 1989 a 2018

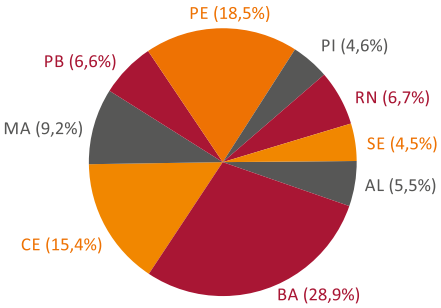


Fonte: Elaboração do autor, com base em Banco do Nordeste do Brasil, 1990 a 2019.

Observa-se que a distribuição dos recursos do FNE pelos estados de sua área de atuação é proporcional à correspondente participação no PIB (Gráfico 3), cabendo aqui o questionamento quanto ao papel desconcentrado do crédito como contribuição para o desenvolvimento regional. Eis aqui um vasto campo para investigação a ser explorado acerca do papel do crédito com taxas de juros diferenciadas na redução da desigualdade regional brasileira.

1 Valores Constantes de 31.12.2018, atualizados pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI).

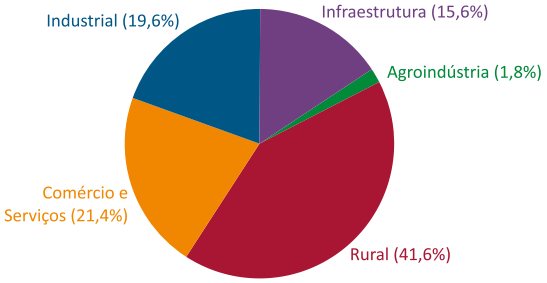
Gráfico 3 – Distribuição do PIB nos Estados da área de atuação do Banco do Nordeste - Em % - 2015



Fonte: Elaboração do autor, com base em IBGE (2019).

Dadas as características do Nordeste, o Setor Rural (atividade agrícola somada à pecuária) contratou o equivalente a 41,6% dos recursos do FNE no período estudado (Gráfico 4). Vale ressaltar que o Fundo foi autorizado em 2001 a ampliar contratações no Setor Comércio/Serviços (SOUSA; VALENTE JÚNIOR; NOTTHINGHAM, 2009), e apenas em 2004 passou a contratar também no Setor de Infraestrutura (GONÇALVES et al., 2011).

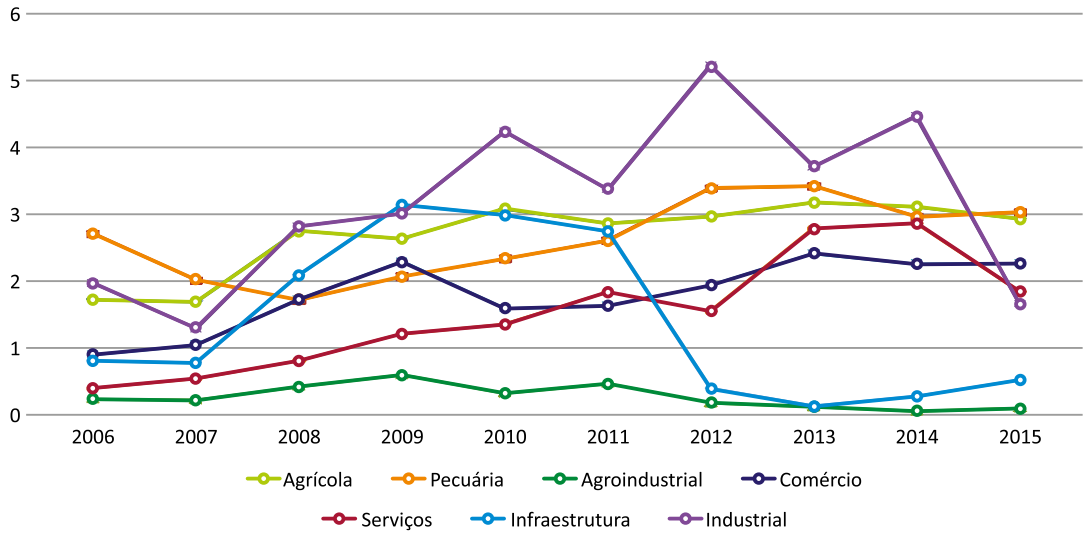
Gráfico 4 – Distribuição do valor contratado pelo FNE, por setor econômico - Em % - 1989 a 2018



Fonte: Elaboração do autor, com base em Banco do Nordeste do Brasil, 1990 a 2019.

Fazendo um recorte apenas para o período 2006 a 2015, observa-se que a distribuição setorial dos recursos apresentou forte modificação no período, conforme demonstrado no Gráfico 5, sugerindo orientação para a demanda. Além do Setor Rural, observa-se que o volume de recursos contratado pelo Setor Industrial foi bem significativo, porém sazonal, o que corrobora a visão de direcionamento para a demanda do FNE.

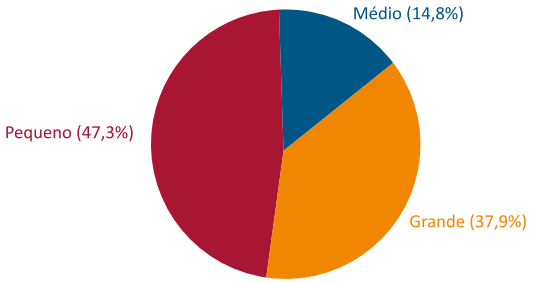
Gráfico 5 – Distribuição do valor contratado pelo FNE, por setor - Em % - 2006 a 2015



Fonte: Elaboração do autor, com base em Banco do Nordeste do Brasil, 1990 a 2019.

Na distribuição por porte, aproximadamente 47,3% dos recursos foram contratados por empreendimentos classificados como grande porte[2] (Gráfico 6).De acordo com Banco do Nordeste do Brasil (2016), o FNE deve atender prioritariamente os empreendimentos de mini, micro e pequeno portes, destinando o mínimo de 20% para esse público, bem como priorizar projetos que se localizem nos espaços definidos pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do Ministério da Integração Nacional.

Gráfico 6 – Distribuição do valor contratado pelo FNE, por porte - Em % - 1989 a 2018



Fonte: Elaboração do autor, com base em Banco do Nordeste do Brasil, 1990 a 2019.
Nota: 1) A classificação pequeno-médio foi introduzida no Banco do Nordeste em 2013 (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2014).

O comportamento orientado à demanda do Fundo sugere que o crédito seja apenas uma das variáveis consideradas no processo de desenvolvimento regional, devendo ser complementado por outras ações. Fato evidenciado na permanência do *status quo* ante o salário médio nos empreendimentos financiados pelo FNE vis-à-vis aos demais empreendimentos, como será discutido no capítulo seguinte.

Avaliando o impacto do FNE na geração de emprego, massa salarial e salário médio das empresas beneficiadas pelo Fundo no período de 2000 a 2008, Soares et al.(2014) mostram que o Fundo produziu uma dinâmica diferenciada nas empresas financiadas em relação às não financiadas, tanto no que se refere ao crescimento do emprego quanto em relação à massa salarial. Empregando-se a ferramenta *Propensity Score Matching* foi possível comparar o desempenho das empresas que receberam financiamentos do FNE (grupo de tratamento) com o daquelas que não receberam (grupo de controle), a partir de escores de crédito (*propensity scores*).

Referido estudo apontou que, para as empresas financiadas no período 2000 a 2008, o impacto foi significativo para geração de emprego e da massa salarial, mas não relevante ao incremento do salário médio, corroborando os resultados encontrados por Soares et al.(2009). Tal impacto se mostrou preponderante para os setores de Indústria e Serviços, empresas localizadas fora da região semiárida, municípios de alta renda e com economia estagnada, segundo a classificação da PNDR.

Em relação à massa salarial, após um ano de financiamento do FNE, o impacto médio de crescimento na folha salarial foi de 6,4%. Em três anos após o financiamento, este impacto foi de 39,4% e, em cinco anos, 112,5%. Quanto ao salário médio, observou-se ausência de impacto refletido pelo crescimento proporcional da massa salarial e do emprego.

Soares et al. (2014) também buscaram avaliar a eficiência das empresas financiadas com recursos do FNE na geração de emprego. Para tanto, compararam a expectativa de geração de emprego por meio do coeficiente técnico do trabalho (representado pelo multiplicador de emprego obtido pela Matriz de Insumo Produto regional) com os empregos efetivamente gerados.

Espera-se que, dado o diferencial das taxas de juros subsidiadas do FNE ao setor produtivo, as empresas consigam contratar além da média regional. Assim, as questões subjacentes norteadoras tentam verificar se as empresas financiadas conseguem aproveitar o diferencial da taxa de juros para gerar mais empregos; e se o diferencial de desempenho dessas empresas compensa o custo de oportunidade dos seus financiamentos com taxas diferenciadas.

2 De acordo com o Banco do Nordeste do Brasil (2017), considera-se a seguinte classificação por porte, de acordo com a renda operacional bruta e/ou renda agropecuária bruta: i) mini/micro - até R$ 360 mil; ii) pequeno - acima de R$ 360 mil até R$ 3,6 milhões; iii) pequeno-médio - acima de R$ 3,6 milhões até R$ 16 milhões; iv) médio - acima de R$ 16 milhões até R$ 90 milhões; e v) grande - acima de R$ 90 milhões.

Os resultados apontam que as empresas financiadas estão gerando emprego em conformidade com o que o mercado espera: em média, os empregos gerados pelas empresas financiadas superaram em 18,34% o montante esperado. A eficiência foi relativamente maior para as empresas do semiárido, demonstrando que, embora estas empresas apresentem impacto relativamente menor, foi preciso um montante menor de recursos para realizá-lo, o que lhes conferiu maior eficiência. O mesmo aconteceu para municípios considerados como de renda média estagnada pela *Política Nacional de Desenvolvimento Regional* (PNDR), que apesar do menor impacto em relação à geração de emprego, quando comparado aos municípios dinâmicos ou de alta renda, apresentaram maior eficiência nessa variável.

Soares et al.(2014) utilizaram, ainda, modelo teórico baseado em modelos de crescimento para identificar o impacto do FNE nos municípios de sua área de abrangência, no período de 2002 a 2008, por meio da formação de clubes de convergência. Os resultados mostraram a existência de quatro grupos de municípios que são afetados de forma diferente pelo Fundo, que resulta num maior impacto naqueles grupos de média renda *per capita* (entre R$ 2.143 e R$ 3.866, e entre R$ 3. 867 e R$ 7.406). Um aumento de 10% no volume de recursos do FNE se traduz num aumento médio de 0,78 p.p. na taxa de crescimento do PIB nos municípios do primeiro grupo e de 1,09 p.p. nos integrantes do segundo grupo. Naqueles municípios que apresentavam renda *per capita* muito alta (acima de R$ 7.406), ou muito baixa (inferior a R$ 2.143) os efeitos não foram estatisticamente significativos.

Gonçalves (2017) utilizou o modelo de Equilíbrio Geral Computável (EGC) para avaliar o crédito diferenciado ao setor produtivo no Brasil enquanto estratégia de redução da assimetria de crédito e desigualdade inter-regional, com foco na região Nordeste, no que tange à variação do produto, nível de preço e bem-estar da população. Para tanto, foram elaborados dois cenários, a saber: i) o Governo reteria o valor correspondente ao FNE e desembolsaria o valor de acordo com a estrutura de gastos do orçamento público, desconsiderando objetivos e prioridades do Fundo Constitucional; e ii) o valor equivalente ao FNE seria disponibilizado ao setor produtivo privado, por meio da redução proporcional dos tributos sobre o consumo intermediário e sobre os fatores de produção.

Os resultados em ambos os cenários apontam para uma redução no nível de atividade econômica no Nordeste, ainda que em diferente magnitude, puxado principalmente pela redução do produto das atividades agropecuárias - migração para atividades que exigem menor risco, mesmo comportamento para a remuneração dos fatores primários de produção e consequente queda no nível de bem-estar. Tais resultados sugerem que a ausência do FNE induz à maior concentração de recursos em regiões mais prósperas, acentuando a desigualdade e a assimetria de renda.

Apesar dos avanços recentes, existe, ainda, um longo caminho a seguir, seja na formação de recursos humanos capacitados para a avaliação de políticas públicas, seja na internalização e na real utilização dos resultados pelos gestores governamentais. Diante da dicotomia econômica de escassez de recursos e crescente demanda, avaliar políticas públicas torna-se imprescindível para a eficácia, a efetividade e a eficiência do gasto público.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: de 5 de outubro de 1988. 12. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 272 p.

BRASIL. Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999. Define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 de julho de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9808.htm. Acesso em: 18 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o FNO, o FNE e o FCO e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 set. 1989. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7827.htm. Acesso em: 18 out. 2019.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de resultados e impactos do FNE:** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: exercício 1989/1990. Fortaleza, 1991.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de resultados e impactos do FNE:** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: exercício 1991. Fortaleza, 1992.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de resultados e impactos do FNE:** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: exercício 1992. Fortaleza, 1993.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de resultados e impactos do FNE:** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: exercício 1993. Fortaleza, 1994.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de resultados e impactos do FNE:** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: exercício 1994. Fortaleza, 1995.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de resultados e impactos do FNE:** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: exercício 1995. Fortaleza, 1996.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de resultados e impactos do FNE:** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: exercício 1996. Fortaleza, 1997.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de resultados e impactos do FNE:** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: exercício 1997. Fortaleza, 1998.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de resultados e impactos do FNE:** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: exercício 1998. Fortaleza, 1999.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de resultados e impactos do FNE:** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: exercício 1999. Fortaleza, 2000.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de resultados e impactos do FNE:** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: exercício 2000.Fortaleza, 2001.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de resultados e impactos do FNE:** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: exercício 2001.Fortaleza, 2002.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de resultados e impactos do FNE:** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: exercício 2002. Fortaleza, 2003.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de resultados e impactos do FNE:** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: exercício 2003. Fortaleza, 2004.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de resultados e impactos do FNE:** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: exercício 2004.Fortaleza, 2005.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de resultados e impactos do FNE:** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: exercício 2005.Fortaleza, 2006.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de resultados e impactos do FNE:** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: exercício 2006. Fortaleza, 2007.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de resultados e impactos do FNE:** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: exercício 2007. Fortaleza, 2008.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de resultados e impactos do FNE:** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: exercício 2008. Fortaleza, 2009.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de resultados e impactos do FNE:** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: exercício 2010. Fortaleza, 2011.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de resultados e impactos do FNE:** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: exercício 2011. Fortaleza, 2012.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de resultados e impactos do FNE:** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: exercício 2012. Fortaleza, 2013.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de resultados e impactos do FNE:** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: exercício 2013. Fortaleza, 2014.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de resultados e impactos do FNE:** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: exercício 2014. Fortaleza, 2015.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de resultados e impactos do FNE:** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: exercício 2015. Fortaleza, 2016.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de resultados e impactos do FNE:** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: exercício 2016.Fortaleza, 2017.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de resultados e impactos do FNE:** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: exercício 2017.Fortaleza, 2018.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório de resultados e impactos do FNE:** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: exercício 2018.Fortaleza, 2019.

BANERJEE, Abhijit V.; NEWMAN, Andrew F. Occupational choice and the process of development. **The Journal of Political Economy**, v. 10, n. 2, p. 274-298, Apr. 1993.

BERCOVICI, Gilberto. Constituição e superação das desigualdades regionais. In: GRAU, Eros Roberto; GUERRA FILHO, Willis Santiago (org.). **Direito constitucional:** estudos em homenagem a Paulo Bonavides. São Paulo: Malheiros, 2003.

BERCOVICI, Gilberto. **Desigualdades regionais, estado e constituição**. Max Limonad, 2003.

GONÇALVES, Marcos Falcão et al. **Avaliação da execução, resultados e impactos do FNE Proinfra:** Programa do Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste. Fortaleza: BNB, 2011.

GONÇALVES, Marcos Falcão. **Avaliação dos impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE): uma abordagem de equilíbrio geral**. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2017.

GALOR, Oded; ZEIRA, Joseph. Income distribution and macroeconomics. **The Review of Economic Studies**, v. 60, n. 1, p. 35-52, 1993.

OLIVEIRA, Samuel Cunha de. O pacto federativo brasileiro e o princípio da solidariedade constitucional. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 18, n. 3815, 11 dez. 2013. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/26112/o-pacto-federativo-brasileiro-e-o-principio-da-solidariedade-constitucional/3. Acesso em: 11 jan. 2018.

RAY, D. **What's new in development economics?**. New York: New York University, 2000.

SOARES, Ricardo Brito; SOUSA, Jânio Maria Pinho; PEREIRA NETO, Antonio. Avaliação de impactos do FNE no emprego, na massa e no salário médio em empreendimentos financiados. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 1, p. 218-234, jan./mar. 2009.

SOARES, Ricardo Brito ET al. Fondo Constitucional de Financiamiento del Nordeste del Brasil: efectos diferenciados sobre el crecimiento económico de los municipios. **Revista CEPAL**, v. 114, p. 183-201, ago. 2014.

SOUSA, Jânio Maria Pinho; VALENTE JÚNIOR, Airton Saboya; NOTTHINGHAM, Phillip Teófilo. **Avaliação de execução do FNE e resultados e impactos do FNE industrial e do FNE comércio e serviços**. Fortaleza: BNB, 2009.

Nordeste Brasileiro no Contexto da Financeirização – Persistência do Contraponto Inacabado[1]

Carlos Américo Leite Moreira
Doutor em Economia. Pós-doutorado em Economia Política Internacional.
Professor Titular e Pesquisador do Departamento de Teoria Econômica e do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará. Membro Associado do Centre d'Études sur l'Intégration et la Mondialisation (CEIM) de l'Université du Québec à Montréal.
americo@ufc.br

Inez Silvia Batista Castro
Doutora em Economia.
Professora Associada do Departamento de Teoria Econômica da Universidade Federal do Ceará.
inezmaio@gmail.com

Alfredo José Pessoa de Oliveira
Doutorando em Economia Política. Mestre em Teoria Econômica.
Professor Adjunto do Departamento de Teoria Econômica da Universidade Federal do Ceará.
alfredoufc@gmail.com

Resumo

Este estudo investiga se, no contexto do capitalismo financeiro, a questão regional nordestina ainda se enquadra como processo de subordinação à reprodução tanto do capital nacional, como mundial, muito embora conserve nuances próprios/particularidades, conforme defendido por Ferreira (1983). Para este fim, é realizada a análise comparativa da estrutura produtiva nordestina, salientando as semelhanças e diferenças entre a inserção produtiva da Região no século XX e no século XXI, bem como as políticas públicas que influenciaram nesta trajetória. Dentre as semelhanças, destacam-se o papel do Estado para o crescimento econômico regional, em especial no processo de industrialização e de formação de grandes complexos agroindustriais. Também são duradouras a estrutura concentrada da terra e a persistência da desigualdade de renda do Nordeste comparativamente aos outros espaços do Brasil. No que toca às diferenças, percebe-se que, no século XXI, o desempenho do Estado no Nordeste muda de tônica, acentuando-se o uso de políticas sociais de amplitude nacional, como o Bolsa Família, mas que apresentam resultados positivos para o combate das desigualdades regionais. Finalmente, são tecidas considerações sobre os limites e as possibilidades da atuação das políticas públicas para o futuro próximo da Região Nordeste.

Palavras-chave

Nordeste. Política de Desenvolvimento. Financeirização. Questão Regional.

1 Introdução

Em artigo intitulado "O Nordeste brasileiro, contraponto inacabado da acumulação?", publicado na Revista de Economia Política em 1983, Assuéro Ferreira considerou que a questão regional está condicionada à trama da reprodução do capital em nível nacional/mundial, no entanto, esse processo de subordinação não suprime as especificidades locais. Nas palavras do autor, a questão regional deve ser

1 Este artigo retoma e atualiza as discussões protagonizadas pelo professor Assuéro Ferreira em Economia do Desenvolvimento. Rendemos assim, nossa homenagem ao mestre eterno da Economia.

> "considerada como um problema de um espaço socioeconômico específico que, embora mantendo os seus elementos singulares de relações estruturais, está francamente atrelado a um processo diante do qual assume um papel subordinado e/ou subordinativo num jogo dialético de determinações, prevalecendo, em última instância, o modo faciendi do espaço socioeconômico mais dinâmico ou homogêneo" (1983, p.72).

É nessa perspectiva que Ferreira procurou analisar o papel da Região Nordeste no reordenamento do processo de acumulação de capital em nível nacional. O autor parte, inicialmente, da constatação de que o modo de produção capitalista no Brasil, na fase nacional-desenvolvimentista, caracterizava-se pela afirmação de sua base predominantemente urbano-industrial, com um forte movimento de concentração e centralização de capitais na Região Sudeste.

Contudo, a partir dos anos cinquenta, pressões por um reordenamento do processo de acumulação de capital no âmbito nacional visavam "o aprofundamento do horizonte de investimentos de tal forma a viabilizar em escala nacional a reprodução do capital independentemente da localização". (FERREIRA, 1983, p.79). Nesse sentido, avalia o autor, o papel do Estado foi crucial, com a criação de "mecanismos tais que asseguram um processo de capitalização a partir de transferências de parcelas do excedente gerado no processo produtivo e apropriadas através da taxação que irão incentivar ou promover a acumulação (FERREIRA, 1983, p.80).

Na verdade, a perspectiva era intensificar os investimentos de modo a viabilizar em escala nacional a reprodução do capital independentemente da localização. Nessa dinâmica, a expansão capitalista na direção da Região Nordeste assumiu a forma de complementariedade produtiva, num processo de descentralização concentrada do capital. Como qualificar esse movimento de expansão dos capitais? Na visão do autor, os capitais nacionais e estrangeiros localizados na Região Sudeste deslocam-se para o Nordeste na expectativa de realizar investimentos na ampliação no número de fábricas, mantendo a estrutura técnica utilizada nas regiões de origem do capital.

Por outro lado, diante da incipiência da estrutura produtiva interna, a expectativa aberta ao capital na Região Nordeste implicou mudanças técnicas, com a implantação de uma estrutura produtiva capital intensiva. Essa transformação da base técnica realizou-se em desacordo com a disponibilidade fatorial da Região, caracterizada pelo amplo contingente de mão de obra disponível.

É nesse sentido, conclui o autor, que se consolidou

> "o mecanismo de subordinação-dependência, agora numa estágio mais avançado e mais amplo, que na realidade expressa o modo como o capital consegue impor hegemonicamente as suas formas dinâmicas de reprodução, no caso, através de uma disseminação oligopólica integrada à acumulação em escala mais ampliada, tendo o Estado como elemento pilar de enfrentamento" (FERREIRA,1983, p.84).

Nessa dinâmica, não se observaram mudanças estruturais na estrutura agrária nordestina, que permaneceu assentada em formas arcaicas de produção, com predomínio de uma economia de subsistência nos minifúndios integrada aos latifúndios relativamente improdutivos.

Como entender esse processo de subordinação-dependência da economia nordestina no contexto de inserção da economia brasileira no capitalismo financeirizado no século XXI?

Para responder este questionamento, este artigo será dividido em cinco tópicos, inclusive esta introdução. Cada tópico enfoca uma esfera de análise. No segundo tópico, é analisada a economia brasileira no contexto do capitalismo financeirizado. No terceiro tópico, são abordadas as políticas de Estado de desenvolvimento regional adotadas até a década de 1990 – período coberto pelo texto de Assuéro Ferreira e as diferenças e semelhanças da ação pública naquela época e no século XXI. Uma das diferenças apontadas é o fortalecimento de políticas sociais que acabam por ter impacto regional. Esta diferença conduz o trabalho ao seu quarto tópico onde são estudados os indicadores sociais da Região Nordeste. Finalmente, são tecidas as considerações finais.

2 A Economia Brasileira no Contexto do Capitalismo Financeirizado

A década de 1970 é o marco inicial para a era do capital improdutivo. A partir deste período, os movimentos em torno da desregulação do setor financeiro, a desagregação da antiga União Soviética

(no final dos anos 1980) e a desestruturação do setor público, expressa nas medidas propositivas do Consenso de Washington se aprofundam. Na década de 1990, crises econômicas (crise do Sistema Monetário Europeu em 1992, Crise Mexicana em 1994/95, Crise Asiática em 1997 e Crise Russa em 1998) se avolumam sem arranhar as estruturas do mundo das finanças e é inaugurada uma nova ordem mundial, com poucas regras de controle, sem pátria e desprovida de projetos nacionais de desenvolvimento. É a supremacia dos mercados sobre as políticas de governança macroeconômicas pactuadas em Bretton Woods, desfazendo o arranjo Keynesiano do pós-guerra, garantindo a liberdade de capitais que avançou sobre o desenvolvimento econômico gerando menos renda, maior instabilidade, menos empregos, flexibilização da força de trabalho e menor proteção social.

É nesse contexto que devemos compreender a inserção de regiões periféricas na era do capital improdutivo, aquele que de acordo com Dowbor (2017) configura-se numa nova arquitetura de poder sob domínio do financeiro, sequestrando democracias e ameaçando a existência. Em outras palavras, o poder dos mercados é o poder das corporações que contrasta com os projetos de desenvolvimento nacionais, com o conceito de Nação e de cidadania.

A inserção da economia brasileira no capitalismo financeirizado, na década de noventa, mudou o vínculo dessa economia aos países centrais, configurando novas formas de dependência. De fato, a dominância explícita da esfera financeira, que caracteriza essa nova fase, implicou o questionamento da lógica industrializante do regime de acumulação precedente. O aumento do poder da finança resultou no abandono da experiência de industrialização fundada no voluntarismo do Estado. Com a credibilidade da intervenção do estado questionada, a concepção liberal passa a atribuir a crise do modelo de substituição de importações ao intervencionismo estatal, omitindo os avanços substanciais no período entre o pós-guerra e a década de oitenta.

A adaptação às exigências particulares do regime de acumulação de dominância financeira exigiu mudanças importantes no modelo econômico brasileiro. Nesse novo contexto, o redesenho da estrutura do Estado, na sua forma de atuação econômica, implicou um processo de abertura comercial e financeira, bem como a implementação de políticas fiscais e monetárias rígidas visando à estabilidade monetária. A lógica da política de estabilização, baseada na manutenção de taxas de juros elevadas, foi determinante para a sobrevalorização cambial.

Como decorrência, a economia brasileira passou a conviver com um duplo déficit, orçamentário e comercial. No caso do déficit orçamentário, sua elevação ocorreu concomitantemente à existência de saldos primários, revelando o papel da alta dos juros para o acréscimo da dívida pública. Os déficits comerciais, por sua vez, resultaram tanto da apreciação cambial quanto da abertura comercial. Como consequência, constatou-se um intenso processo de reestruturação da estrutura produtiva nacional, com aumentos de produtividade decorrentes do desemprego em massa e dos ajustes microeconômicos das grandes empresas. (TAVARES e BELLUZZO, 2002; FILGUEIRAS, 2000; AMÉRICO MOREIRA e FORTI SHERER, 2002)

Na verdade, a combinação de apreciação cambial e reestruturação produtiva desencadeou um movimento de substituição de produção local por importações. Nesse processo, insumos e bens de consumo anteriormente produzidos no país foram substituídos por importações, desestruturando as cadeias produtivas internamente constituídas ao longo do período de industrialização (AMÉRICO MOREIRA e PIMENTEL, 2016).

A substituição de parte de produção industrial por importações comprometeu a participação da indústria no produto, desencadeando um processo de desindustrialização. A combinação juros elevados e câmbio apreciado, a ausência de política industrial e a abertura comercial indiscriminada foram fatores decisivos para esse movimento de desindustrialização. Como destacam Beluzzo e Galípolo (2017, p.135), “a eutanásia do empreendedor é perpetrada pelos esculápios do rentismo. A indústria e a industriosidade vergam ao peso dos juros elevados e de câmbio sobrevalorizado”.

Esses fatores foram decisivos para a constituição da reprimarização da pauta importadora brasileira. Na avaliação de Gonçalves (2000), com a perda de competitividade da indústria brasileira e a transformação no padrão do comércio exterior, o Brasil afirma-se como exportador de commodities metálicas e agrícolas.

Essa configuração permanece nos anos 2000. As exportações brasileiras seguem ainda bastante especializadas em produtos básicos, com forte dependência da conjuntura externa. A parcela desse segmento saltou de 22,8% em 2000 para 46,4% em 2017.

Entretanto, entre 2006 e 2014, o duplo processo de reprimarização/desindustrialização no Brasil está associado ao dinamismo do mercado interno, em especial ao segmento assalariado. O mercado assalariado local passa a constituir um elemento dinâmico nesse novo padrão de reprodução do capital. Vários fatores contribuíram para o crescimento desse segmento na demanda doméstica, com destaque para a política de valorização do salário mínimo, a ampliação do emprego formal e a estratégia agressiva dos bancos públicos de ampliação do crédito. O direcionamento em favor do fortalecimento do mercado interno resultou igualmente da melhoria do quadro fiscal que permitiu a retomada das políticas públicas, em especial as federais. As políticas sociais, por exemplo, abriram espaço para o crescimento das rendas das famílias.

Ademais, a retomada dos investimentos em infraestrutura no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi crucial para a expansão do mercado doméstico. A realização de blocos de inversões garantiu a ampliação da matriz energética (geração e transmissão de energia elétrica; produção, exploração e transporte de petróleo; gás natural e combustíveis renováveis) e o desenvolvimento da infraestrutura logística (rodovias, portos, aeroportos e hidrovias). Adicionalmente, o Governo ampliou os investimentos em infraestrutura social e urbana envolvendo saneamento, habitação, metrôs, trens urbanos e infraestrutura hídrica. Vale destacar que o PAC significou uma retomada parcial do planejamento estatal impossibilitado pela crise da dívida nos anos oitenta e abandonado pelo receituário neoliberal imposto pelo Consenso de Washington dos anos noventa.

3 A Questão Regional no Século XXI: Contraponto Inacabado

Como entender o processo de expansão capitalista na direção do Nordeste neste século no contexto do Regime de Acumulação de Dominância Financeira?

No caso do Nordeste, seu dinamismo econômico foi condicionado por fatores vinculados ao desenvolvimento da base produtiva e à expansão do mercado interno. Um exame das características do padrão de reprodução do capital na Região Nordeste revela que o processo de dependência-subordinação analisado por Assuéro Ferreira na fase de industrialização apresenta uma nova configuração no novo contexto de dominância financeira.

O primeiro está relacionado com a realização de investimentos significativos na produção e exportação de recursos naturais, motivados pela tendência altista dos preços das commodities no mercado mundial. Nessa perspectiva, vale salientar os grandes projetos de fruticultura irrigada assim como a forte produção de grãos do oeste nordestino, sob o comando de grandes empresas nacionais e multinacionais (BACELAR, 2014). Um estudo recente realizado por Gomes (2014) revela que a produção agrícola dos cerrados nordestinos praticamente quadruplicou na década passada, saindo de R$ 2,78 bilhões em 2000 para R$ 9,32 bilhões em 2010. Considerando a disponibilidade de terras e uma demanda mundial por grãos elevada, a expectativa do autor era de uma expansão ainda maior na produção de grãos na Região.

Os investimentos na base primária localizados na Região Nordeste contribuíram para fortalecer o novo padrão de reprodução do capital que afirma-se no plano nacional com o fim do modelo industrial e tem como traço distintivo a especialização produtiva e exportadora em commodities metálicas e agrícolas. (AMÉRICO MOREIRA e SEBAG, 2014).

De fato, estudos recentes revelam a dominância dos produtos primários na pauta exportadora da Região. As vendas internacionais nos segmentos próximos à agropecuária e à extração mineral dominam a pauta regional (ALMEIDA, 2009; FONTENELE e MELO, 2010). Nesse processo, vale mencionar o papel de destaque do comércio bilateral da Região Nordeste com a China na consolidação do padrão de especialização exportador baseado em produtos primários. (MELO; AMÉRICO MOREIRA; WEBER, 2010)

A Região Nordeste foi contemplada com amplos investimentos industriais e de infraestrutura econômica e social nesse período no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A importância desse Programa para o Nordeste pode ser medida pelo número de empreendimentos na Região. Até fevereiro

de 2019, a Bahia contou com 3.252 empreendimentos superando estados com maior poder econômico como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Apenas Minas Gerais, cujas regiões Norte e Vale do Jequitinhonha se encontram na área de atuação do Banco do Nordeste, ultrapassa as estatísticas baianas, com 3.468 empreendimentos. Vale destacar igualmente que Ceará, Pernambuco e Maranhão ocupam, respectivamente, a quarta, quinta e sexta posições brasileiras em quantidade de empreendimentos do PAC, especialmente em infraestrutura social e urbana. (FONTENELE; OLIVEIRA; CAVALVANTE, 2019).

A realização de inversões na Região constituiu-se uma contratendência ao contexto de acelerada desindustrialização no âmbito nacional. De fato, a participação da indústria de transformação no valor adicionado bruto (VAB) apresentou ligeiro acréscimo na fase anterior a crise econômica mundial, saindo de 9,7% em 2002 para 10,3% em 2008. Entretanto, constata-se uma forte desaceleração no período pós-crise, com o segmento atingindo apenas 7,7% do VAB em 2014 (Tabela 1).

Tabela 1 – Nordeste – Participação das Atividades Econômicas no Valor Adicionado Bruto – 2002 a 2014

Atividades Econômicas	Participação no Valor Adicionado Bruto (%)												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Região Nordeste													
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Agropecuária	**10,0**	**10,8**	**10,2**	**8,9**	**8,5**	**8,1**	**8,8**	**7,9**	**6,7**	**7,0**	**6,2**	**6,2**	**6,3**
Indústria	**23,0**	**22,5**	**23,6**	**23,1**	**23,2**	**22,0**	**22,1**	**21,4**	**22,9**	**22,1**	**21,7**	**20,3**	**19,4**
Indústrias extrativa	1,9	2,0	2,4	2,7	2,8	2,6	3,1	1,6	2,1	2,4	2,7	2,3	1,6
Indútrias de Transformação	9,7	11,6	10,9	11,3	10,6	10,5	10,3	10,1	9,7	8,4	7,6	7,8	7,7
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	3,5	3,7	3,9	3,7	3,5	3,3	3,1	2,9	3,3	3,1	3,1	1,9	2,2
Construção	7,9	5,1	6,4	5,4	6,3	5,6	5,7	6,7	7,8	8,2	8,4	8,3	7,9
Serviços	**67,1**	**66,7**	**66,2**	**68,0**	**68,3**	**69,9**	**69,1**	**70,8**	**70,4**	**70,9**	**72,1**	**73,5**	**74,3**
Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	8,4	10,2	10,5	11,9	11,7	12,8	13,4	14,2	14,4	14,3	14,8	14,7	15,0
Transporte, armazenagem e Correios	3,2	3,0	3,3	3,2	3,1	3,4	3,6	3,5	3,6	3,8	3,7	3,7	3,6
Alojamento e alimentação	2,3	2,0	1,9	2,3	2,2	2,5	2,3	2,6	2,7	2,9	2,9	3,0	3,1
Informação e comunicação	3,1	3,2	3,0	3,2	3,1	3,0	2,6	2,1	2,0	2,0	1,8	1,8	1,9
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,9	3,3	3,0	3,1	3,1	3,2	2,8	2,9	3,1	3,0	3,1	3,0	3,2
Atividades Imobiliárias	10,9	10,5	10,0	9,7	9,2	9,2	9,1	9,0	8,7	8,8	9,6	10,0	10,0
Serviços prestados às empresas	4,6	4,7	5,3	5,0	5,1	5,3	4,9	5,3	5,9	6,1	6,3	6,5	6,8
Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social	23,6	23,3	22,4	23,4	24,1	24,2	24,5	25,0	24,4	24,3	23,8	24,3	24,3
Educação e saúde privadas	3,7	3,6	3,5	2,9	3,0	2,9	2,7	2,7	2,6	2,7	3,0	3,4	3,5
Outros serviços	3,4	3,1	3,2	3,3	3,5	3,3	3,2	3,3	3,1	3,0	3,0	3,0	3,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015a)

Esses investimentos permitiram a criação na Região de um ciclo endógeno em que as inversões do Estado e do setor privado, ao criarem seus próprios mercados, contribuíram para a expansão da capacidade produtiva. Ou seja, as decisões de investimentos foram determinadas pela criação de maneira autônoma ou induzidas pelas relações interindustriais de um amplo mercado regional. Trata-se, portanto, de decisões de gastos dos empresários e do Estado que ampliaram a capacidade da estrutura produtiva da Região Nordeste. A implementação desses investimentos foi decisiva para o dinamismo da construção civil no plano regional.

A retomada dos investimentos em infraestrutura na Região Nordeste surge em um momento de ampliação da demanda regional, com a inclusão de uma parcela significativa da população no mercado formal de trabalho e na sociedade de consumo. As condições favoráveis de crédito ao consumo, o crescimento da massa salarial e os programas de transferência de renda foram determinantes para essa expansão da demanda doméstica.

De fato, o mercado interno nordestino ganha relevância nessa nova fase. A política de valorização do salário mínimo, empreendida desde 2013, foi decisiva para ampliar o poder de compra de assalariados na Região. É importante mencionar que o Nordeste concentra uma parte substancial da população que ganha um salário mínimo. O aumento dos empregos formais em setores estratégicos da matriz produtiva nordestina foi igualmente decisivo para a expansão da massa salarial na Região. Ademais, destaca-se a relevante participação do setor público como empregador e investidor na Região. Por fim, o crescimento da demanda regional também é tributário do forte incremento do crédito dirigido às empresas e às pessoas físicas. Nessa perspectiva, vale mencionar a atuação destacada do Banco do Nordeste do Brasil na expansão dos financiamentos direcionados ao setor produtivo regional. Do ponto de vista setorial, o resultado desse dinamismo foi uma forte progressão do setor serviços na Região. A participação desse segmento no valor adicionado bruto passou de 67,1% em 2002 para 74,3% em 2014, com destaque para as atividades mais diretamente associadas ao desempenho da demanda (Tabela 1).

Em contrapartida, alguns aspectos desse novo modelo não se diferenciam substancialmente do padrão observado na fase precedente de acumulação. O avanço da acumulação no campo, com o desenvolvimento de grandes projetos de monocultura voltados para a exportação, ocorreu sem alterações na estrutura de uso e posse da terra. Ou seja, configura-se na Região Nordeste um setor agrícola caracterizado por formas modernas de produção em larga escala voltada para a exportação. Como decorrência, os efeitos sobre a absorção/ou retenção da mão de obra na zona rural permanecem pouco significativos. Ademais, os impactos socioambientais desse modelo são substanciais. Um estudo realizado por Lemos (2006) mostrou que a prática de uma agricultura intensiva no uso de máquinas e agroquímicos apresentou forte degradação dos recursos naturais dos ecossistemas dos cerrados do Nordeste assim como de outras regiões. Esse fato tem provocado uma redução efetiva de áreas destinadas aos agricultores, contribuindo para o "êxodo rural dessas áreas por absoluta falta de condições de sustentação para a produção agrícola tanto voltada para a segurança alimentar das famílias como para a geração de renda monetária" (p.286).

O cerne da questão que é a concentração dos latifúndios permaneceu intocado gerando uma massa de explorados não contemplados com a legislação, sem terras, sem crédito, sem política pública justa que reverta a situação, empobrecido, miserável e possível migrante. É o acomodamento das desigualdades no campo e a falta de políticas públicas para enfrentar a concentração e realizar a reforma agrária. Enquanto o empobrecimento da classe média caminha para dividir a sociedade urbana entre o privilégio e carência, o campo se divide entre barões da terra e os boias-frias.

Observando dados do INCRA para os anos 90 e 2000 (ALCANTARA FILHO; OLIVEIRA FONTES, 2009, p. 79-80) admitem que:

> "No Nordeste, todos os estados permaneceram praticamente inalterados e com níveis altos de concentração. O único estado que apresenta uma breve variação é o Maranhão, porém mantendo-se em patamares elevados de desigualdade, de modo que não altera estruturalmente a composição da terra. Para as regiões Sudeste e Sul, mantêm-se as mesmas condições do Nordeste, contudo em níveis não tão altos de concentração".

Aliás, nenhuma das regiões brasileiras apresentou resultados significativos de desconcentração de terras. "Mesmo contendo grande quantidade de terras improdutivas, públicas e devolutas no país, o conservadorismo no campo prevalece aos interesses sociais" (ALCANTARA FILHO e OLIVEIRA FONTES, 2009).

Não é razoável que no Nordeste se produza frutas, soja, café, açúcar e que essas atividades sejam exploradas em sua maioria pela agricultura patronal em detrimento da agricultura familiar, restando ao agricultor de subsistência, aquele do arroz, milho e feijão, as políticas de transferências de renda, notadamente, Bolsa Família e Seguro Safra, Seguro Defeso, Abono Salarial, bem como ao aposentado as Previdência Rural e o Benefício de Prestação Continuada.

O fato inconteste é que a ausência da Reforma Agrária é diretamente geradora de pobreza e extrema pobreza observada na maioria dos municípios do Nordeste. Nestes, a receita total é menor do que a soma do Bolsa Família e da Previdência Social confirmando a importância dessas políticas para o sustento econômico da Região.

Um caso emblemático é o Estado do Ceará, onde, em todos os municípios, os benefícios da previdência superam o repasse Constitucional do Fundo de Participação dos Municípios, inclusive em Fortaleza. Em 71 municípios do Ceará, do total de 184, os benefícios previdenciários são maiores do que as receitas totais e em 33 representa mais de 90%, portanto, pelo menos 104 municípios cearenses possuem elevado grau de dependência em relação aos benefícios previdenciários, se somarmos outros programas como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada, a relação de dependência das políticas de transferência de renda se estende para quase todos (MENELEU NETO; PESSOA DE OLIVEIRA, 2017).

O processo de modernização ou mecanização da agricultura em que se deu a substituição da tração animal pelo trator, do adubo natural pelo químico e do aumento de fertilizantes e agrotóxicos, da substituição de uma colheitadeira de cana-de-açúcar por 200 trabalhadores, concentrou ainda mais a estrutura agrária e gerou desemprego e exclusão. A estrutura agrária agora é comandada pelo grande capital nacional e internacional integrado e subordinando economias periféricas como salienta Graziano (2013, p. 166), “Esse processo é caracterizado pela integração dos capitais. A burguesia agrária hoje é parte de uma burguesia brasileira, de uma burguesia em geral, internacionalizada inclusive com interesses profundamente imbricados entre si”.

A passagem dos complexos rurais para os agroindustriais como soja, açúcar e álcool em larga escala com a soja da Região do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) faz parte de um processo desigual e excludente que favorece o capital em detrimento dos pequenos agricultores, que sem terras e financiamento, só resta oferecer mão de obra barata aos detentores do capital. Estamos falando do território que mais produz grãos do Nordeste, ou seja, a lógica agroindustrial se sobrepõe às regiões periféricas e constitui-se nas suas principais atividades.

Vale destacar também a consolidação de uma estrutura produtiva capital intensiva, em franco desacordo com a disponibilidade fatorial da Região. A utilização de técnicas poupadoras de mão de obra acontece até mesmo em segmentos mais tradicionais da estrutura industrial. No caso da indústria de calçados, por exemplo, o deslocamento de parte de firmas calçadistas do Sul e Sudeste do país para os estados nordestinos resultou da perda de competitividade dos produtores desse segmento em virtude da valorização do câmbio e da intensificação da concorrência externa, principalmente da concorrência asiática. Uma vez instalados na Região, os produtores buscaram utilizar técnicas poupadoras de mão de obra na perspectiva de incrementar os ganhos de produtividade. O propósito é associar esses ganhos de produtividade com a estabilidade do rendimento médio dos trabalhadores no chão de fábrica (CASTRO e AMÉRICO MOREIRA, 2009)

Assim, no contexto de um modelo rentista/extrativista, no qual a integração e a formação de corporações permitem que a predominância da agropecuária modernizada produza mais exclusão e desigualdade, e com o setor industrial cada vez menos absorvedor de mão de obra, as políticas de transferência de renda consolidam-se como mitigadoras de conflitos sociais. Neste sentido, no próximo tópico, será delineado um panorama da desigualdade e das condições sociais da Região Nordeste.

4 A Persistência da Desigualdade

Em 1959, por ocasião da elaboração do documento do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), Celso Furtado expõe a desigualdade regional como questão de política nacional, “como o mais grave problema a enfrentar nesta etapa do desenvolvimento econômico nacional” (GTDN,

1959, p.9). De fato, a Região Nordestina abrigava 50% da população brasileira, com renda per capita que correspondia a apenas 32% da média do país. O diagnóstico do documento era que a manutenção das tendências de crescimento dos rendimentos levariam ao aprofundamento das desigualdades regionais.

A partir deste estudo, foram concebidas estratégias de desenvolvimento para a Região Nordeste que conduziram o espaço a uma inserção na matriz industrial nacional com "papel subordinado ao espaço econômico mais dinâmico" - o Sudeste (FERREIRA, 2006, p. 51). Conforme exposto nos tópicos 2 e 3 deste estudo, o Nordeste sofreu modificações urbanas e industriais passando na matriz do setor secundário a atuar como produtor de bens intermediários.

No século XXI, a caracterização do "contraponto inacabado" (FERREIRA,2006) apresenta diversas faces – não somente a da estrutura produtiva. O objetivo deste tópico é trazer elementos que revelem que, a despeito de quase sessenta anos de política de desenvolvimento regional, a diferença entre os indicadores sociais do Nordeste e a média brasileira ainda são significativos.

A ideia central é de que, as políticas de desenvolvimento regional, aplicadas no período citado, de forma irregular e descontínua e centradas, por, pelo menos, três décadas (1960 a 1980), em investimento em capital fixo apenas compensaram, parcialmente, os efeitos de políticas macroeconômicas nacionais que se espraiam de forma não uniforme por todo o território nacional.

Cumpre ressaltar a importância e a persistência do tema da desigualdade econômica e social no território brasileiro. A Constituição Federal de 1988 salienta a relevância do assunto, em seu artigo III, quando define como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a garantia do desenvolvimento nacional e a erradicação da pobreza, da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais (grifo nosso).

Internacionalmente, a desigualdade e o desenvolvimento têm sido colocados no topo de agendas governamentais tanto de países desenvolvidos, como no caso dos participantes da União Europeia, como em desenvolvimento. O tema permeia trabalhos de autores de diferentes escolas econômicas como PIKETTY (2014) e STIGLITZ (2014).

Dentre os pensadores que abordam desigualdade e desenvolvimento, destaca-se Sen (1999, p. 51), estudioso que associa desenvolvimento à liberdade. Sen (1999) aponta que a "expansão da liberdade é considerada o fim primordial e o principal meio do desenvolvimento". Dentre as liberdades instrumentais o autor cita as liberdades políticas, as econômicas, as sociais, as garantias de transparência e a segurança protetora.

Neste tópico analisar-se-á as liberdades econômicas, sociais e de segurança protetora da Região Nordeste. As liberdades políticas (incluindo-se os denominados direitos civis) e garantias de transparência são expressas nacionalmente, portanto não serão abordadas.

Para Sen, as facilidades econômicas são oportunidades para consumo, produção e troca. Um indicador para expressar a deficiência desta facilidade é a insuficiência de renda. Entre 2002 e 2014, a Região Nordeste registrou taxa de crescimento do PIB 58,8%. Este incremento é superior tanto à expansão nacional (50,7%), como à do Sudeste (45,9%) e levou ao crescimento da participação nordestina no valor adicionado brasileiro de 13,1% em 2002 para 13,9% em 2014.

No que toca à renda per capita, que é, quando insuficiente, na visão de Barros, Henriques e Mendonça (2000), caracterizadora de pobreza, o Nordeste (R$ 13.920) representava 52% da nacional em 2016. Donde se constata que, as políticas de desenvolvimento regional detiveram a tendência de incremento da desigualdade de rendas prevista no GTDN, mantendo, contudo, ainda uma diferença expressiva entre o poder de compra do brasileiro médio e o do nordestino. Resende et al.(2015) projetam que ainda é necessário meio século para que o Nordeste venha a atingir setenta e cinco por cento da renda per capita brasileira.

A baixa renda per capita tem implicações não somente sobre as possibilidades de consumo de bens e serviços pela população local mas também sobre a capacidade das unidades federativas locais realizarem suas funções alocativas e distributivas típicas do papel do setor público. Considerando que o formato de arrecadação dos principais impostos estaduais como o ICMS é de elevada regressividade, a incidência

sobre populações de baixa renda per capita acentuam esta propriedade. Portanto, a regressividade tributária se torna mais elevada no Nordeste que na média nacional.

Fernandes et al. (2019) corroboram o disposto acerca do caráter regressivo da arrecadação tributária no Brasil:

> "O sistema tributário brasileiro enfatiza sobremaneira os impostos indiretos – que representam mais de 51% da carga tributária bruta total. A insistência do país em impostos sobre bens e serviços (impostos indiretos) – em detrimento de impostos sobre a renda e a propriedade (impostos diretos) – sabota a aplicação real do princípio de capacidade contributiva, resultando em um sistema regressivo no qual famílias de renda proporcionalmente menor financiam uma maior fatia do Estado" (FERNANDES, 2019, p.5).

Considerando-se os três últimos anos (primeiro trimestre de 2016 ao primeiro trimestre de 2019) pesquisados na PNAD contínua, a renda média auferida habitualmente pelo trabalho do nordestino representou 68% do mesmo indicador nacional.

Sen dispõe sobre a importância das oportunidades sociais, expressas nas áreas de educação e saúde como medida de desenvolvimento. Neste sentido, o índice de desenvolvimento humano municipal é revelador deste aspecto da liberdade humana.

Uma análise ao longo do tempo, revela melhoria dos IDH municipal brasileiro entre 1991 e 2015. O país é classificado como de alto desenvolvimento humano, com melhoria dos indicadores de IDH no período. Contudo, como pondera Barros et al. (2000), o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres. A análise desagregada do IDH-M demonstra que a situação absoluta de deficiência de renda para milhões de habitantes é um problema nacional e regional.

O dado mais recente de mensuração de IDH-M é de 2017. Naquele ano, três unidades da federação apresentaram desenvolvimento humano muito alto (São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal) e outros vinte estados, alto IDH-M. Apenas as unidades federativas do Maranhão Piauí, Alagoas (Nordeste) e Pará (Norte)registraram IDH-M médio.

A decomposição dos dados do IDH-M torna público que, à exceção do Ceará, todos os estados nordestinos têm IDH-M educação médio, o mesmo ocorrendo com o Pará e o Acre. Portanto, na visão de Sen (1999), as oportunidades sociais nas áreas de educação que influenciam tanto na condução da vida privada como na participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas são menores no Nordeste.

No indicador IDH – renda per capita, mais uma vez, a totalidade da Região registra desempenho médio, sendo acompanhada pela maior parte dos municípios da Região Norte.

No que toca aos dados acerca de extrema pobreza, constata-se que, em 2015, a Região Nordeste concentrava o maior percentual populacional (10,8%) em situação de extrema pobreza, valor três vezes maior que a média nacional (3,6%). Os estados nordestinos registram um mínimo de 5,3% no Rio Grande do Norte e um máximo de 12,4% no Maranhão.

Outro indicador relevante, particularmente em momentos de crise econômica é a mensuração da vulnerabilidade à pobreza. Para o país, a estatística é de 24,3% enquanto os estados nordestinos oscilam entre 36,7 e 51,2%, no ano de 2015.

Esta vulnerabilidade é refletida no montante recebido pela Região de programas de transferência de renda como o Bolsa – família. Em 2017, do total de 13.809.611 famílias beneficiadas 50,6% moravam no Nordeste. As famílias nordestinas receberam, em média R$185,21 mensais. Este recurso tanto tem impacto direito sobre o bem-estar dos beneficiados como indireto na dinâmica das economias locais, inclusive com recolhimento de impostos.

Tendo em vista a crise que acomete a economia nacional nos últimos anos, é razoável concluir que seja provável o crescimento do número de pessoas em situação de extrema pobreza no Nordeste brasileiro. Como proxy deste indicador, pode-se considerar, duas estatísticas selecionadas da PNAD contínua: a taxa de desocupação e o rendimento habitual auferido pelo trabalho.

Nos últimos três anos (do primeiro trimestre do 2016 a 2019), a taxa de desocupação nordestina tem excedido a brasileira, em média em 19,7%. No primeiro trimestre de 2019, por exemplo, o Nordeste teve taxa de desocupação de 15,3%, quando o Brasil apresentou 12,7%.

Ao mesmo tempo, para o triênio referido, os rendimentos habitualmente recebidos no trabalho nordestino tem sido 32% menores que os nacionais.

Assim, para a população nordestina a rede de segurança protetora é necessária para evitar sua redução à "miséria abjeta, e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte. (SEN, 1999).

Para Sen (1999, p.60),

> "A esfera da segurança protetora inclui disposições institucionais fixas, como benefícios aos desempregados e suplementos de renda, regulamentares para os indigentes, bem como medidas ad hoc, como distribuição de alimentos em crises de fome coletiva ou empregos públicos de emergência para gerar renda para os necessitados".

A segurança protetora pode ser compreendida em políticas sociais com abrangência nacional como o PBF (Programa Bolsa Família – programa de transferência de renda do governo federal para cidadãos abaixo da linha de pobreza) e o BPC (Benefício de Prestação Continuada) que assegura renda mensal de um salário mínimo aos idosos e aos portadores de deficiência que não apresentem condições para subsistência). Segundo Silveira Neto e Azzoni (2011) estes programas, considerados nacionais, têm apresentado impacto regional e são responsáveis por mais de 24% da redução das desigualdades regionais de renda.

Outras políticas públicas, como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), assim como o habitacional - Minha Casa Minha Vida, por terem foco na população com menor faixa de renda, também registram maior impacto na Região nordestina. Até mesmo a política de valorização do salário mínimo que gerou aumentos reais deste até 2016, produziu resultados diferenciados em regiões como o Nordeste.

Dados recentes, revelam que, nas etapas de expansão dos programas de transferência de renda no Brasil (até 2014), o índice de Gini sofreu um processo de queda, indicador de desconcentração da renda. Contudo, a partir de 2015, a análise de dados da renda do trabalho por domicílio per capita revela o aumento do Gini de 0,6014 (em setembro de 2015) para 0,6257 (em março de 2019), conforme dados da FGV/IBRE a partir de informações da PNAD contínua. A desigualdade pessoal que se aprofunda no país deve se refletir no Nordeste.

Assim, a análise das políticas de desenvolvimento regional não deve se restringir a instrumentos como os fundos constitucionais de desenvolvimento regional (FNE, FNO e FCO), instituídos na Constituição Federal de 1988, mas avaliar os efeitos tanto das políticas sociais como macroeconômicas nacionais que se distribuem de forma não uniforme em termos macrorregionais .

5 Considerações Finais

A expansão capitalista na direção do Nordeste apresentou-se na fase industrializante como um movimento de descentralização concentrada do capital, onde afirma-se uma lógica de dependência/subordinação. O aprofundamento do horizonte de investimentos incorporando o Nordeste na reprodução do capital contou com o papel decisivo do Estado, com mecanismos de taxação do excedente que irão incentivar ou promover a acumulação.

Com a afirmação do poder da finança no plano mundial, consolida-se uma concepção liberal que passa a questionar a lógica industrializante consolidada no voluntarismo estatal. O redesenho do Estado, como suas políticas da abertura comercial e financeira e de estabilidade monetária, engendrou um duplo movimento de reprimarização/desindustrialização.

Essas transformações no plano mundial/nacional repercutem no cenário regional. O contexto de dominância financeira redefine o duplo aspecto de dependência/subordinação observado por Assuéro Ferreria na fase precedente. Nesse novo contexto, constata-se a realização de fortes investimentos dos grandes complexos agroindustriais na produção e exportação de produtos primários, em consonância com

o padrão de reprodução de especialização produtiva estabelecido no plano nacional. Vale acrescentar que essa dinâmica ocorre sem alterações da estrutura agrária herdada do século XVI.

Por outro lado, a Região recebeu substanciais investimentos industriais e de infraestrutura econômica e social, constituindo-se uma contra tendência ao movimento de desindustrialização em curso. A expansão da demanda regional foi igualmente influenciada pelas ações do estado no sentido de garantir uma política de valorização do salário mínimo, a ampliação do emprego formal e a estratégia agressiva dos bancos públicos de ampliação do crédito. Vale destacar que as políticas sociais implementadas no plano nacional têm efeitos na Região significativos, constituindo-se um traço diferenciador da dinâmica observada na fase industrializante.

Diante da análise da questão regional nesse novo contexto de afirmação de uma lógica rentista/ extrativista, qual será o limite e o espaço da política regional nos próximos anos?

O primeiro ponto a ser considerado é que a análise das políticas públicas sobre a Região Nordeste não deve se limitar a instrumentos do lado da oferta como o crédito disponibilizado através dos fundos constitucionais de desenvolvimento regional (FNE, FNO e FCO), instituídos na Constituição Federal de 1988. É inquestionável que estes são instrumentos importantes no que toca ao incremento de capital físico da Região, mas têm limitações para a redução da desigualdade de oportunidades que aflige o nordestino.

Também do lado da oferta, devem ser estudados programas habitacionais como o Minha Casa Minha Vida, que focam nas populações de baixa renda as quais estão concentradas geograficamente no Nordeste.

Saliente-se ainda a relevância do conhecimento sobre as políticas do lado da demanda, como políticas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família, que apresenta impacto na dinamização do mercado interno e na geração de receitas para as prefeituras municipais como assinala o trabalho de Meneleu Neto e Pessoa de Oliveira (2017).

Trabalhos como o de Lavinas (2014) revelam que 63% dos brasileiros julgam a educação e a saúde como bens públicos e universais. Daí conclui-se que, a fim de atenuar a desigualdade de oportunidades em virtude de diferenças geográficas, é fundamental o incremento tanto na qualidade como na quantidade de equipamentos de saúde e educação no Nordeste. Esta expansão parece ser limitada, ao menos no curto prazo, dado o quadro recessivo e a dificuldade fiscal do Estado Nacional.

Mais ainda, políticas macroeconômicas como a determinação da taxa de juros básica podem afetar de forma diferenciada os espaços regionais. A ideia de Ferreira (1983) que o Nordeste é o contraponto inacabado subordinado ao espaço nacional parece permanecer. E o receituário para minimizar as desigualdades regionais se tornou mais complexo: é necessária a análise dos efeitos de políticas nacionais sobre o espaço local.

Voltando a Celso Furtado (1967) que afirmava que a desigualdade regional é o mais grave problema a enfrentar, é possível afirmar hoje que a desigualdade regional é um problema do país – não somente da Região. As políticas nacionais, de fato, têm tido efeito diferenciado local. E, em uma ótica de economias em desenvolvimento dentro do capitalismo financeiro, talvez o maior problema deste século seja a desigualdade dentro das nações e entre elas.

Referências

ALCANTARA FILHO, José Luiz; OLIVEIRA FONTES, Rosa Maria. Formação da Propriedade e a Concentração de Terras no Brasil. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada.** Juiz de Fora, MG, v. 4, n. 7, 2009.

ALMEIDA, Daniel Keller de. Os Resultados de 2008 e os primeiros impactos da crise sobre o comércio exterior brasileiro. *In:* INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO

INDUSTRIAL. São Paulo: IEDI, mar. 2009. Disponível em: https://iedi.org.br/artigos/top/estudos_comercio/os_resultados_de_2008_e_os_primeiros_impactos_da_crise_sobre_o_comercio_exterior_brasileiro.html. Acesso em: 30 maio 2019.

AMÉRICO MOREIRA, Carlos; PIMENTEL, Romênia. Modelo Liberal periférico, acumulação rentista e especialização exportadora: considerações para o caso brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste.** v. 47, n.3, 2016, p. 167-180.

AMÉRICO MOREIRA, Carlos; FORTI SHERER, André Luís. Mercados emergentes e novas formas de dependência na América Latina. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 30, n.1, 2002. p. 49-73.

AMÉRICO MOREIRA, Carlos; SEBAG, Emanuel. Um novo padrão exportador de especialização produtiva? Considerações sobre o caso brasileiro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política.** Niterói, n. 38, jun. 2014, p. 89-106.

ANÁLISE dos Resultados para Brasil : 2011 a 2015. **Radar IDHM**. PNUD; Fundação João Pinheiro; IPEA, ag. 2017. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/RadarIDHM_VERSAO_Final.pdf. Acesso em 30 maio 2019.

BACELAR, Tania. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. *In:* GUIMARÃES, Paulo Ferraz et al. (Org.). Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. 540-560.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. 2000, vol. 15, n. 42, p. 123-142. ISSN 0102-6909. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092000000100009. Acesso em: 30 maio 2019.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. **Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo.** São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

CASTRO, Inez Silvia Batista; AMÉRICO MOREIRA, Carlos. Reestruturação da Indústria de Caçados na Região Nordeste nas Décadas 1990/2000. **Revista Econômica do Nordeste.** Fortaleza, out.- dez. 2009, p. 851-868.

CORREIA DE ANDRADE, Sandra Maria. A Questão Agrária no Nordeste. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo,1997.

DOWBOR, Ladislau. **A Era do Capital Improdutivo:** a nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. Outras Palavras. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

ELI DA VEIGA, José. **A Questão Agrária Brasileira**. 5. ed. Apresentação do livro de Caio Prado Jr. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

FERNANDES, Rodrigo Cardoso; CAMPOLINA, Bernardo; SILVEIRA, Fernando Geiger. **Imposto de Renda e Distribuição de Renda no Brasil**. Brasília: Ipea. Fev. 2019. (Texto para Discussão 2449).

FERREIRA, Assuéro. O Nordeste brasileiro, contraponto inacabado da acumulação? **Revista de Economia Política**, v. 3, n. 3, p. 71-87, São Paulo, jul.-set. 1983.

FERREIRA, Assuéro. O Nordeste Brasileiro: contraponto inacabado da acumulação? In: **A economia do Nordeste na fase contemporânea**. Maria Cleide Carlos Bernal (org.) Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Universidade Federal do Ceará, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real**. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.

FONTENELE, Ana Maria; MELO, Maria Cristina Pereira de. **Comércio exterior do Nordeste (1980-2008) e dilemas de política pública em uma economia pobre com pauta concentrada**. Rio de Janeiro, ano 5, n. 7, p. 322-348, out. 2010. (Cadernos de Desenvolvimento)

FONTENELE, Ana Maria; OLIVEIRA, Alfredo Pessoa; CAVALCANTE, Jacqueline Franco. **Dos Avanços advindos das políticas de combate à pobreza a perspectiva da captura populista do seu povo:** algumas perspectivas para o Nordeste de um Brasil governado por conservadores. São Paulo: Fundação Perseu Abramo,2019. No prelo.

FURTADO, Celso. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste.** 2.ed. Recife: SUDENE, 1967. Disponível em: http://www.sudene.gov.br/images/2017/arquivos/PDEN_-_segunda_edicao.pdf. Acesso em: 30 maio 2019.

GOMES, G. M. **Macroeconomia do Nordeste:** tendências, desafios e perspectivas da dinâmica da economia do Nordeste e seus determinantes e das mudanças na estrutura produtiva regional. Brasília: IICA, 2014. No prelo.

GONÇALVES, Reinaldo**. O Brasil e o comércio Internacional:** transformações e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro e a Reforma Agrária**. *In:* STÉDILE, JOÃO PEDRO (org.). A Questão Agrária no Brasil. 2.ed. São Paulo: editora Expressão Popular, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto por unidade de federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015a. Parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Disponível em: www.ibge.gov.br . Acesso em: 1 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População Residente Enviada ao Tribunal de Contas da União:** Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2015b. Disponível em: www.ibge.gov.br . Acesso em: 30 maio 2019.

LAVINAS, Lenas (coord.**). Percepções sobre desigualdade de pobreza:** o que pensam os brasileiros da política social? Rio de Janeiro: Letra e Imagem: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2014, 161 p.

LEMOS, José de Jesus Sousa. **Exclusão Social nos Cerrados do Nordeste Brasileiro**. *In:* BERNAL, Cleide. A Economia do Nordeste na Fase Contemporânea. Fortaleza: Edições UFC, 2006. 303p.

MELO, Maria Cristina Pereira de; AMÉRICO MOREIRA, Carlos; WEBER, Alexandre**. O Nordeste do Brasil na Expansão do Comércio Chinês.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

MENELEU NETO, José; PESSOA DE OLIVEIRA, Alfredo. **Reforma Previdenciária no Brasil:** impactos sócio-espaciais. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2017. Mimeografado.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI.** 1ª. Edição. Rio de Janeiro: Intríseca: 2014, 669 p.

RESENDE, Guilherme Mendes *et al*. **Fatos Recentes do Desenvolvimento Regional do Brasil.** Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, mar. 2015. 50p. (Texto para Discussão, 2054).

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 459 p.

SILVEIRA NETO, R. M.; AZZONI, C. R. Non-spatial government policies and regional income inequality in Brazil. **Regional Studies**, v. 45, n. 4, p. 453-461, 2011.

STIGLITZ, Joseph E. **O preço da desigualdade.** Lisboa: Bertrand Editora Ltda, 2014, 495p.

TAVARES, Maria Conceição; BELUZZO, Luiz Gonzaga de Melo. **Desenvolvimento no Brasil:** relembrando um velho tema. Nações Unidas Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, n. 1558, 2002.

A Transferência de Recursos Financeiros do Nordeste 2007 – 2018

José Wandemberg Rodrigues Almeida
Economista, Mestre em Economia e Técnico do ETENE/BNB
E-mail: jwandemberg@bnb.gov.br

Airton Saboya Valente Junior
Economista. Doutor em Desenvolvimento Local e Territorial
Gerente Executivo do Banco do Nordeste / Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste-ETENE
airtonjr@bnb.gov.br

Resumo

O presente trabalho objetiva analisar as transferências de recursos financeiros para a Região Nordeste, bem como avaliar o crescimento das contratações de empréstimos em níveis nacional e regional. Destaca a importância dos bancos públicos como alavancadores de empréstimos e financiamentos na Região Nordeste, mostrando o comportamento das entradas e saídas de recursos para Nordeste do País no período de 2007 a 2018, dando enfoque à relação depósito e operações de créditos. Os dados utilizados foram do Banco Central do Brasil. Os resultados da análise apresentaram perdas de recursos financeiros que o Nordeste vem sofrendo, em detrimento das regiões mais desenvolvidas do País.

Palavras-chave

Nordeste, Transferência de Recursos, Crédito, Intermediação Financeira

1 Introdução

O desenvolvimento econômico exige a formação de uma poupança, aquela entendida como a parcela da renda não consumida, com o intuito de financiar os investimentos necessários em setores produtivos da economia (ASSAF NETO, 2011).

A poupança deve se tornar crédito, que é uma autorização ao sistema econômico para a criação de novos meios de produção para o empresário. O crédito, na visão de Schumpeter, é o direito que o empresário exerce sobre algo que ainda não foi produzido, mas o sistema bancário antecipa esse poder de compra. Esta visão é ressaltada pelos autores Barbosa e Cavalcanti:

> "O crédito é essencialmente a criação de poder de compra com o propósito de transferi-lo ao empresário, mas não simplesmente a transferência de poder de compra existente. A criação de poder de compra caracteriza, em princípio, o método pelo qual o desenvolvimento é levado a cabo num sistema com propriedade privada e divisão do trabalho. Através do crédito, os empresários obtêm acesso à corrente social dos bens, antes que tenham adquirido o direito normal a ela. Ele substitui temporariamente, por assim dizer, o próprio direito por uma ficção deste. A concessão de crédito opera nesse sentido como uma ordem para o sistema econômico se acomodar aos propósitos do empresário, como um comando sobre os bens de que necessita: significa confiar-lhe forças produtivas. (Schumpeter, 1982, p. 74, em Barbosa e Cavalcanti, 2000, p.12)."

Nesse sentido, a intermediação financeira exercida pelas instituições bancárias, na qual captam recursos dos agentes econômicos superavitários e transferem para os agentes econômicos deficitários, sendo então remuneradas por esse serviço de intermediação, desempenham papel estratégico na economia de um País, na medida em que possibilita a realização de investimentos, com vistas a alavancar a atividade econômica, mediante a elevação de receitas, redução de custos, ganhos em produtividade e competitividade, pelo lado das empresas; além de possibilitar o investimento e consumo de bens e serviços, e assim, elevar o bem-estar das famílias.

Entretanto, a dinâmica da intermediação financeira poderá sofrer distorções no processo de captação e aplicação dos recursos financeiros administrados pelo sistema bancário, especialmente quando o sistema financeiro de uma nação possuir desequilíbrio entre as regiões em termos de atividade econômica, uma vez que não existem barreiras dentro do País, e os recursos financeiros fluem livremente de uma região para outra, na busca de melhores oportunidades de investimento, maiores ganhos e menores riscos, para citar apenas os motivos mais relevantes.

Nessa perspectiva, o presente trabalho objetiva analisar a dinâmica da intermediação financeira do Sistema Financeiro Nacional, no período de 2007 a 2018, bem como avaliar o crescimento das contratações de empréstimos em níveis nacional e regional, além de destacar a importância dos bancos públicos como alavancadores de empréstimos e financiamentos na Região Nordeste.

Vale citar que o presente trabalho tem escopo similar a estudos publicados pelo ETENE em 2010 e 2015, denominado de "A Intermediação Financeira e a Transferência de Recursos entre as Regiões" e "A Dinâmica da Intermediação Financeira no Nordeste", respectivamente, de forma que se pretende verificar se o Nordeste continua com a dinâmica de transferidor de recursos para outras Regiões e anos recentes.

2 A Intermediação Financeira no Brasil

Para a realização desta análise da intermediação financeira, foi considerada a relação depósitos/operações de crédito por região, calculada a partir de informações fornecidas pelo Banco Central, através da base de dados denominada Estatística Bancária por Município – ESTBAN, em que contempla a posição mensal dos saldos das principais rubricas de balancetes dos bancos comerciais e dos bancos múltiplos com carteira comercial, por município. Assim, as informações de depósitos à vista, depósitos a prazo e os depósitos da caderneta de poupança, rubricas mais apropriadas para esse tipo de análise, e as operações de crédito em seu valor total, nas posições de dezembro dos anos de 2007 a 2018, foram utilizadas para a realização deste estudo.

Pelo fato do escopo do trabalho ser o entendimento da dinâmica das transferências de recursos, através do funcionamento da intermediação financeira, ou seja, o mecanismo intrínseco dos bancos, captando depósitos e emprestando dinheiro, torna-se inapropriado considerar as operações de crédito financiadas com recursos orçamentários ou governamentais, do tipo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (financiadas com recursos do PIS/PASEP) e dos Fundos Constitucionais (financiadas com recursos do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto sobre a Renda), uma vez que tais aplicações independem da captação dos depósitos bancários realizados pelos agentes financeiros comerciais e múltiplos.

A inclusão das operações do BNDES e dos Fundos Constitucionais no total das operações de crédito poderia distorcer a análise que está sendo desenvolvida neste ensaio. A propósito, as operações de crédito do Banco do Nordeste, que estão incluídos entre os Bancos Federais, não incorporam o saldo das operações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, tendo em vista que esse Fundo, por determinação legal, possui um sistema contábil independente das contas do BNB.

Em relação aos depósitos bancários, vale dizer que as transferências constitucionais (FPE, FPM e Fundeb, dentre outras) e voluntárias, que operacionalmente chegam aos destinos via depósitos bancários, não se constituíram em objeto de estudo desse documento, o mesmo ocorrendo com os efeitos de captação desses recursos nas regiões.

Com base nos pressupostos referidos anteriormente, analisando a relação depósito/operações de crédito, o Nordeste continua sendo a região que, nos últimos onze anos, foi a mais penalizada pela dinâmica da intermediação financeira. Tomando-se a média do período, a referida relação depósito/operação de crédito, calculada em 105,17, significa que para R$ 105,17 reais captados em depósitos na Região, foram aplicados na forma de empréstimos e financiamentos a quantia de R$ 100,00 internamente. Os outros

R$ 5,17, teoricamente, foram transferidos para aplicações em outras regiões, ou alternativamente, foram direcionados para o mercado financeiro (Tabela 1).

Tabela 1 - Relação de Depósito/Operações de Crédito para as Regiões[1]

Região	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Média do Período
Nordeste	143,17	140,69	125,63	117,12	116,37	104,70	94,53	87,94	57,29	86,46	92,72	95,39	105,17
Norte	122,62	125,23	111,03	105,73	100,33	89,38	81,07	72,48	46,08	71,74	77,87	81,49	90,42
Centro-Oeste	112,02	89,45	71,87	62,61	68,51	57,76	50,17	46,77	75,15	49,93	52,02	57,08	66,11
Sudeste	78,12	83,37	94,78	84,96	76,72	65,49	57,48	49,69	60,67	49,45	57,79	63,61	68,51
Sul	106,54	100,34	107,59	98,05	90,58	80,02	69,80	70,98	50,94	78,75	86,69	92,48	86,06

Fonte: Elaborado pelos autores, com dados do Banco Central do Brasil - Estban, 2019.
Nota: [1]A relação depósito/operações de crédito foi multiplicada por 100, para fins de melhor entendimento da análise

Entretanto, a partir de 2013, a Região Nordeste conseguiu reverter a condição "deficitária" em termos de intermediação financeira, haja vista que a partir do referido ano observou-se que o saldo das operações de crédito superou os depósitos bancários em conta corrente, caderneta de poupança e depósitos a prazo. Esta reversão foi acompanhada da elevação do nível de investimentos na Região, o que contribuiu para que o crescimento econômico do Nordeste superasse o do Brasil em anos recentes.

Apesar de o Centro-Oeste ter apresentado a menor relação depósito/operação de crédito, na média do período, ou seja, para financiar R$ 100 necessitava de apenas R$ 66,11 em depósitos, cabe salientar que o Sudeste continua sendo a região que mais se beneficia da dinâmica do funcionamento da intermediação financeira, pelo fato desta última possuir a maior participação relativa em 2018 (68,8%) do saldo das operações de crédito no Sistema Financeiro Nacional.

Tabela 2 - Saldo de Operações de Crédito - SISBACEN - 2007 - 2018 em R$ milhões

Ano	Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
2007	898.519,12	51.320,72	13.807,20	68.361,17	655.001,68	110.028,36
2008	1.173.658,05	65.529,34	17.018,20	105.173,03	835.709,37	150.228,11
2009	1.172.091,61	83.777,60	21.127,39	121.968,35	792.594,91	152.623,36
2010	1.469.879,72	105.647,53	26.458,28	163.330,60	981.826,59	192.616,72
2011	1.757.443,87	124.328,89	32.731,45	180.129,60	1.187.529,08	232.724,85
2012	2.082.498,84	152.467,60	43.714,44	209.125,76	1.403.176,69	274.014,35
2013	2.489.507,90	186.999,74	54.160,09	254.203,40	1.649.976,54	344.168,12
2014	2.816.912,82	212.995,18	63.171,54	269.622,92	1.918.627,96	352.495,21
2015	3.082.924,29	231.844,40	65.476,71	277.194,74	2.136.570,13	371.838,30
2016	2.972.816,11	230.942,44	64.946,97	288.731,20	2.040.368,58	347.826,92
2017	2.901.374,81	233.246,72	66.840,60	280.026,56	1.977.432,38	343.828,56
2018	3.070.807,06	241.969,68	70.300,88	286.698,37	2.112.798,46	359.039,68

Fonte: Elaborado pelos autores, com dados do Banco Central do Brasil - Estban, 2019.

A Região Sudeste foi a única que apresentou situação "superavitária" no processo de intermediação financeira, em todo o período sob análise. Em média, foram necessários R$ 68,51 depositados para a viabilização de operações de crédito de R$ 100,00, sendo a diferença entre o recurso captado e emprestado,

da ordem de R$ 31,49, financiado pelas poupanças obtidas em outras áreas, a exemplo das regiões Norte e Nordeste, bem como pelo efeito multiplicador da moeda bancária.

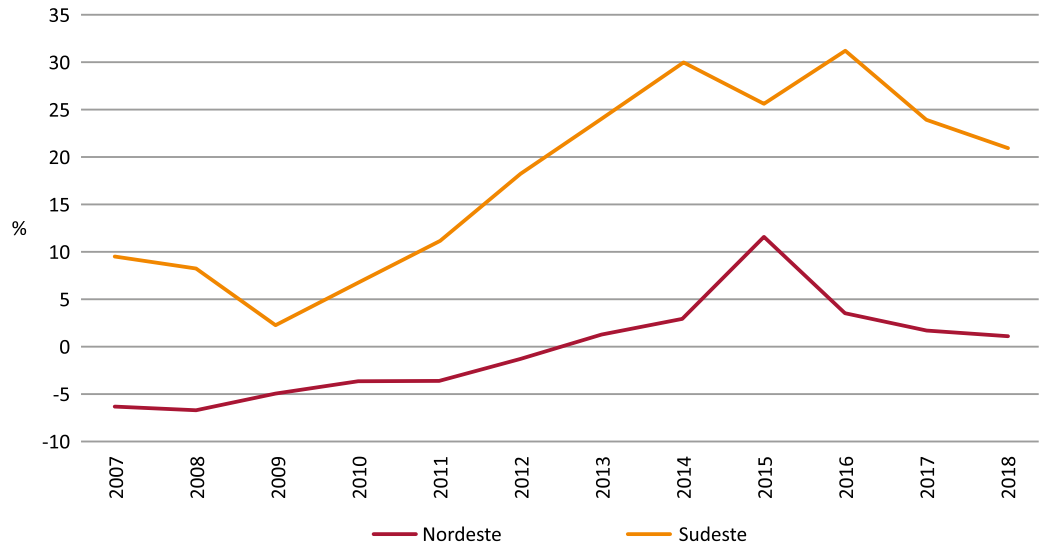
Tabela 3 – Saldo em final de dezembro de cada ano para depósitos à vista, a prazo e de poupança - SISBACEN - 2007 - 2018 - Em R$ milhões

Ano	Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
2007	795.900,21	73.475,52	16.929,88	76.575,00	511.696,30	117.223,52
2008	1.055.048,02	92.191,65	21.312,71	94.079,20	696.724,15	150.740,32
2009	1.131.833,55	105.252,87	23.457,37	87.657,57	751.260,29	164.205,44
2010	1.276.976,09	123.736,69	27.974,34	102.265,39	834.140,86	188.858,81
2011	1.422.854,36	144.680,22	32.840,92	123.406,66	911.129,72	210.796,85
2012	1.457.754,51	159.635,89	39.074,03	120.788,30	918.982,06	219.274,24
2013	1.536.836,04	176.772,36	43.906,27	127.526,72	948.384,24	240.246,44
2014	1.562.761,58	187.305,85	45.785,78	126.089,53	953.391,71	250.188,71
2015	1.856.999,89	132.814,60	30.173,88	208.314,14	1.296.282,99	189.414,28
2016	1.673.243,53	199.666,08	46.591,63	144.161,53	1.008.921,75	273.902,55
2017	1.854.714,29	216.257,77	52.049,42	145.679,24	1.142.679,65	298.048,22
2018	2.127.847,95	230.810,92	57.288,60	163.657,25	1.344.037,61	332.053,57

Fonte: Elaborado pelos autores, com dados do Banco Central do Brasil - Estban, 2019.

Realizando-se uma análise sob a ótica de ganhos e perdas na dinâmica da intermediação financeira, inclusive efetuando-se uma comparação em relação ao Produto Interno Bruto – PIB, bem como em função do saldo de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, observa-se que a Região Nordeste registrou perdas em 6 dos 12 anos do período em análise, conforme pode-se visualizar na Tabela 4. Entre 2007 e 2018, estima-se que o Nordeste foi superavitário em termos de intermediação financeira no montante superior a R$ 79,2 bilhões (valores correntes), em razão da relação depósito/operação de crédito ter sido regularmente maior que a unidade na Região, resultando na transferência de recursos para outras áreas do País, ou alternativamente, direcionados para o mercado financeiro. Na média dos últimos doze anos, as perdas de recursos financeiros corresponderam a 0,24% do PIB do Nordeste.

Gráfico 1 – Estimativa de ganhos/perdas de recursos na intermediação financeira - em relação ao PIB - 2007 - 2018



Fonte: Elaborado pelos autores, com dados do Banco Central do Brasil - Estban, 2019.

Verifica-se que referidas perdas representaram, em média, 4,5% do saldo de aplicações do FNE, o que leva a inferir que parte recursos aplicados pelo Fundo Constitucional apenas compensaram as saídas decorrentes do processo de intermediação financeira do Nordeste.

Contudo, nos últimos seis anos, a Região Nordeste conseguiu reverter a situação "deficitária" da dinâmica da intermediação financeira, em razão do saldo das operações de crédito superar o saldo dos depósitos bancários, que por sua vez redundou em ingressos líquidos estimados em R$ 195,3 bilhões, entre 2013 e 2018, apresentando uma variação de ganhos em relação ao PIB Regional entre 1,24% e 11,75%.

Um fato relevante a ser ressaltado é que a Região superou o País em termos de expansão creditícia, tendo em vista que registrou taxa de crescimento de 15,1% no saldo das operações de crédito, sendo maior que a ampliação observada em nível nacional, ou seja, 11,8%, no período compreendido entre 2007 e 2018. Além disso, a Região obteve resultados superiores no que se refere a depósitos bancários, haja vista que o Nordeste registrou taxa de crescimento anual de 11,0%, enquanto que o País avançou 9,4% nos depósitos à vista, caderneta de poupança e depósitos a prazo. Conclui-se que a Região tem apresentado um crescimento robusto no processo de intermediação financeira.

Tabela 4 – Nordeste - Estimativa de ganhos/perdas de recursos na intermediação financeira - Valores em R$ Milhões

Posição	Saldo das Operações de Crédito (a)	Relação Depósito/ Operação de Crédito (b)	Estimativa de Ganho/Perda (c)=(b - 1).(a)*(-1)	Ganhos/Perdas em %	
				Em relação ao PIB	Em relação ao FNE
2007	51.320,7	1,43	-22.067,90	-6,23%	-118,9%
2008	65.529,3	1,41	-26.867,01	-6,62%	-121,0%
2009	83.777,6	1,26	-21.782,18	-4,82%	-82,7%
2010	105.647,5	1,17	-17.960,08	-3,44%	-60,8%
2011	124.328,8	1,16	-19.892,61	-3,41%	-61,0%
2012	152.467,6	1,05	-7.623,38	-1,17%	-21,4%
2013	186.999,7	0,95	9.349,99	1,29%	23,5%
2014	212.995,1	0,88	25.559,41	3,17%	57,4%
2015	231.844,4	0,57	99.693,09	11,75%	211,0%
2016	230.942,4	0,86	32.331,94	3,60%	65,7%
2017	233.246,7	0,93	16.327,27	1,73%	32,6%
2018	241.969,7	0,95	12.098,48	1,24%	21,8%

Fonte: Elaboração dos autores, com dados do Banco Central do Brasil - Estban, 2019.
Nota: (1) Saldos referentes aos bancos comerciais e múltiplos, com carteira comercial em final de dezembro de cada ano; (2) Saldo em final de dezembro de cada ano para depósitos à vista, a prazo e de poupança; (3) Valores do PIB: 2007 (R$ 354.392,34 Milhões - IBGE), 2008 (R$ 406.101,82 Milhões - IBGE), 2009 (R$ 451.905,51 Milhões - IBGE), 2010 (R$ 522.769,32 Milhões - IBGE), 2011 (R$ 583.412,76 Milhões - IBGE), 2012 (R$ 653.067,26 Milhões - IBGE), 2013 (R$ 724.523,79 Milhões - IBGE), 2014 (R$ 805.099,10 Milhões - IBGE), 2015 (R$ 848.579,38 - IBGE), 2016 (R$ 898.082,96 Milhões - IBGE). 2017 (R$ 941.199,76 Milhões) e 2018 (R$ 978.435,46 Milhões) ambos estimados pelo BNB-ETENE. (4) Saldo das operações do FNE: dez/2007 (R$ 18.555,25 Milhões), dez/2008 (R$ 22.195,76 Milhões), dez/2009 (R$ 26.349,21 Milhões), dez/2010 (R$ 29.555,99 Milhões), dez/2011 (R$ 32.624,42 Milhões, Dez/2012 (R$ 35.645,60 Milhões), Dez/2013 (R$ 39.848,54 Milhões), dez/2014 (R$ 44.514,63 Milhões), dez/2015 (R$ 47.250,29 Milhões), dez/2016 (R$ 49.243,19 Milhões), dez/2017 (R$ 50.056,93 Milhões), dez/2018 (R$ 55.417,11 Milhões) valores fornecidos pela Área de Controle de Operações de Crédito do BNB.

O Sudeste figura como a região de melhor resultado na intermediação financeira, em razão da relação depósito/operação de crédito ter sido sempre menor que a unidade, podendo-se inferir que está recebendo poupança de outras regiões para complementar suas operações de crédito. Alternativamente, o efeito multiplicador da moeda pode estar atuando de forma mais expressiva nessa Região. Na média dos últimos doze anos, os ganhos do Sudeste com o funcionamento da intermediação financeira corresponderam a 17,7% do seu PIB. Em comparação com os saldos de aplicações do FNE no Nordeste, o ganho é expressivo.

No período considerado, o Sudeste obteve ganhos de R$ 531,1 bilhões em média anuais, através do processo de intermediação financeira, o que equivale a mais de dez vezes o saldo anual do FNE, também na média do período em análise.

Tabela 5 – Sudeste - Estimativa de ganhos/perdas de recursos na intermediação financeira - Valores em R$ Milhões

Posição	Saldo das Operações de Crédito (a)	Relação Depósito/ Operação de Crédito (b)	Estimativa de Ganho/Perda (c)=(b - 1).(a)*(-1)	Ganhos/Perdas em %	
				Em relação ao PIB	Em relação ao FNE
2007	665.001,6	0,78	146.300,35	9,4%	788,5%
2008	835.709,3	0,83	142.070,58	8,0%	640,1%
2009	792.594,9	0,95	39.629,75	2,1%	150,4%
2010	981.826,5	0,85	147.273,98	6,8%	498,3%
2011	1.187.529,0	0,77	273.131,67	11,1%	837,2%
2012	1.403.176,6	0,65	491.111,81	18,2%	1.377,8%
2013	1.649.976,5	0,57	709.489,90	24,1%	1.990,4%
2014	1.918.627,9	0,50	959.313,95	30,2%	2.155,1%
2015	2.136.570,1	0,61	833.262,35	25,7%	1.763,5%
2016	2.040.368,6	0,49	1.040.587,98	31,2%	2.113,2%
2017	1.977.432,4	0,58	830.521,60	24,0%	1.659,2%
2018	2.112.798,5	0,64	760.607,44	21,1%	1.372,5%

Fonte: Elaboração dos autores, com dados do Banco Central do Brasil - Estban, 2019.
Nota: (1) Saldos referentes aos bancos comerciais e múltiplos, com carteira comercial em final de dezembro de cada ano; (2) Saldo em final de dezembro de cada ano para depósitos à vista, a prazo e de poupança; (3) Valores do PIB: 2007 (R$ 1.560.365,10 Milhões - IBGE), 2008 (R$ 1.771.494,75 Milhões - IBGE), 2009 (R$ 1.875.403,89 Milhões - IBGE), 2010 (R$ 2.180.987,79 Milhões - IBGE), 2011 (R$ 2.455.541,52 Milhões - IBGE), 2012 (R$ 2.693.051,83 Milhões - IBGE), 2013 (R$ 2.948.743,74 Milhões - IBGE), 2014 (R$ 3.174.690,67 Milhões - IBGE), 2015 (R$ 3.238.738,05 - IBGE), 2016 (R$ 3.332.051,46 Milhões - IBGE). 2017 (R$ 3.460.222,67 Milhões) e 2018 (R$ 3.603.188,63 Milhões) ambos estimados pelo BNB-ETENE. (4) Saldo das operações do FNE: dez/2007 (R$ 18.555,25 Milhões), dez/2008 (R$ 22.195,76 Milhões), dez/2009 (R$ 26.349,21 Milhões), dez/2010 (R$ 29.555,99 Milhões), dez/2011 (R$ 32.624,42 Milhões, Dez/2012 (R$ 35.645,60 Milhões), Dez/2013 (R$ 39.848,54 Milhões), dez/2014 (R$ 44.514,63 Milhões), dez/2015 (R$ 47.250,29 Milhões), dez/2016 (R$ 49.243,19 Milhões), dez/2017 (R$ 50.056,93 Milhões), dez/2018 (R$ 55.417,11 Milhões) valores fornecidos pela Área de Controle de Operações de Crédito do BNB.

3 Considerações Finais

A principal conclusão do trabalho é que, entre os anos de 2007 a 2012, o Nordeste apresentou perdas no processo de intermediação financeira, transferindo parcelas representativas de suas poupanças para financiar operações de crédito de outras regiões, ou alternativamente, as instituições bancárias direcionaram os recursos captados para o mercado financeiro.

A transferência de recursos captados no Nordeste para outras regiões decorre da não existência de barreiras internas, de maneira que os capitais fluem livremente, na busca de melhores oportunidades de investimento, maiores ganhos e menores riscos.

Entretanto, o Nordeste conseguiu reverter esta situação nos últimos anos, de forma que recursos líquidos ingressaram na Região a partir de 2013, na medida em que o saldo das operações de crédito suplantou o saldo dos depósitos em conta corrente, depósitos a prazo e cadernetas de poupança. Referidos resultados demonstram que a Região tem demandado significativos recursos financeiros, permitindo alavancar o crescimento do nível de atividade econômica regional, que tem inclusive superado o desempenho do Brasil em anos recentes.

O ingresso de recursos líquidos no Nordeste é digno de nota, embora ainda seja prematuro considerar que essa mudança se manterá nos próximos anos. Esta reversão ocorreu acompanhada da elevação do nível de investimentos na Região, proporcionados especialmente pelos bancos públicos. Registre-se ainda que as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto-PIB do Nordeste têm sido superiores em comparação com o desempenho médio do País, o que acarreta na maior demanda de recursos para o desenvolvimento regional.

Neste contexto, é importante informar que, entre 2007 e 2018, enquanto a maioria dos bancos que atuam no Nordeste captaram, em média, mais depósitos do que aplicaram na Região, o Banco do Nordeste exerceu um papel oposto, aplicando mais recursos do que captou internamente.

Vale registrar, ainda, o crescimento das operações de crédito no Nordeste, comparativamente ao Sudeste e mesmo à média do País. No período compreendido entre dezembro/2007 e dezembro/2018, o saldo das operações de crédito do Nordeste apresentou uma taxa de crescimento anual de 15,1%, enquanto no Sudeste a expansão foi de 11,2% e a taxa nacional ficou em 11,8%. Referido crescimento das operações de crédito no Nordeste tem sido impulsionado pela forte atuação dos bancos públicos na Região, com vistas a suprir a demanda de recursos financeiros para o crescimento da economia regional. Sob a ótica dos depósitos, observa-se que a taxa de crescimento anual dos depósitos à vista, a prazo e caderneta de poupança do Nordeste (11,0%) foi superior em comparação com o desempenho do Sudeste (9,2%) e em relação à média do Brasil (9,4%), vislumbrando-se um novo panorama no processo de intermediação financeira no Nordeste.

Este documento envidou esforços no sentido de esclarecer a dinâmica da intermediação financeira entre as Regiões, com ênfase no Nordeste. Assim, espera-se que outros estudos poderão derivar deste trabalho, como por exemplo, a realização de análises da dinâmica intrarregional, a exemplo dos efeitos da bancarização, ou mesmo a realização de estudos comparativos sobre esta temática, com as nações da América Latina, países desenvolvidos ou em desenvolvimento.

O presente trabalho apresenta as perdas de recursos financeiros que o Nordeste vem sofrendo, em detrimento das regiões mais desenvolvidas do País. Essa situação credencia as lideranças políticas e empresariais a requererem do Governo Federal ações no sentido de analisar aprimoramentos dos mecanismos de intermediação financeira, de modo que os bancos possam contribuir de forma mais equilibrada entre as Regiões, sobretudo em ações que visem ao desenvolvimento regional do País.

Por fim, essa é uma realidade pouco conhecida do grande público e que merece maior divulgação, por se tratar de assunto que deve ser apresentado à sociedade, pesquisadores, imprensa e formuladores de políticas, haja vista que o sistema bancário potencializa o desenvolvimento econômico.

Referências

ASSAF NETO, Alexandre; LIMA, Fabiano Guasti Lima. **Curso de Administração Financeira**. 2ª. Edição. São Paulo: Atlas, 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatística Bancária por Município – ESTBAN.** Brasília, DF, 2019. Disponível em <http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp>. Acesso em: 10.10.2019.

BARBOSA, Glaudionor Gomes e CAVALCANTI, Guilherme de Albuquerque. **Investimento, poupança e crédito: uma comparação preliminar entre as abordagens de Kalecki e Schumpeter.** Texto para Discussão nº 209. Universidade Federal da Paraíba, curso de Mestrado em Economia. João Pessoa – PB, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sistema de Contas Nacionais. <**http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 10.10.2019.

Panorama da Infraestrutura no Nordeste do Brasil

Fernando Luiz E. Viana
Engenheiro Civil. Mestre em Engenharia de Produção. Doutor em Administração
Coordenador de Estudos e Pesquisas do ETENE/BNB
fernandoviana@bnb.gov.br

Francisco Diniz Bezerra
Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente
Coordenador de Estudos e Pesquisas do ETENE/BNB
diniz@bnb.gov.br

Luciana Mota Tomé
Engenheira Civil. Mestre em Engenharia de Transportes
Gerente de Produtos e Serviços do ETENE/BNB
lucianatome@bnb.gov.br

Resumo

A infraestrutura econômica é estratégica ao desenvolvimento de um país ou região. A sua disponibilidade constitui fator essencial à atração de investimentos e de melhoria do bem-estar da população. Neste texto, são abordados os segmentos de infraestrutura de transportes, de saneamento e de energia elétrica do Brasil, com foco na Região Nordeste, evidenciando potencialidades, gargalos e oportunidades de investimentos. A infraestrutura de transportes possibilita o fluxo comercial e de pessoas entre regiões e países, sendo fundamental ao escoamento da produção, à aquisição de bens e ao turismo de negócios e lazer. Os esforços empreendidos nos últimos anos voltados à infraestrutura de transportes no Brasil não se converteram em investimentos compatíveis com as necessidades do País. O panorama traçado evidencia a necessidade de investimentos para a melhoria da infraestrutura de transportes do Nordeste. Alguns desses investimentos podem ser feitos com participação da iniciativa privada, estando as principais oportunidades nos modais ferroviário, aquaviário e aéreo. A infraestrutura de saneamento é essencial para o alcance de adequados indicadores de saúde e melhoria nas condições de vida da população. No Brasil, a infraestrutura de saneamento tem apresentado números aquém dos ideais, com déficit de 26,7% no índice de abastecimento de água, 48,5% na coleta de esgotos e 47,4% no tratamento de esgoto gerado. As regiões que apresentam menores índices são Norte e Nordeste, com atendimento total de rede de água de 55,4% e 73,6% e atendimento total de esgotos de 10,5% e 26,8%, respectivamente. Os índices de tratamento de esgotos gerados também são insatisfatórios, com apenas 36,2% de atendimento na região Nordeste. O país necessita de vultosos investimentos para alcançar a universalização do saneamento. Vislumbra-se a ampliação da participação privada no setor, hoje de apenas 6%. A infraestrutura de energia elétrica é imprescindível às atividades sociais e produtivas. Sua falta ou insuficiência compromete o desenvolvimento socioeconômico de qualquer país ou região. No Brasil, o mercado regulado participa com 66,8%, tendo cedido espaço para o mercado livre. A matriz elétrica nacional, correspondente a 163,5 GW, é preponderantemente hídrica, embora tenha crescido substancialmente, nos últimos anos, a participação da fonte eólica e, mais recentemente, da fonte solar. No Nordeste, predomina a fonte eólica, representando 35,5% da matriz elétrica regional. A fonte solar, embora participe com 3,6%, tem também crescido de forma expressiva. Em razão de sua elevada competitividade, o Nordeste tem recebido a maior parcela dos investimentos já realizados no País nessas duas fontes. Estima-se sejam investidos no Brasil até 2027 recursos da ordem R$ 107 bilhões em geração centralizada nessas fontes, dos quais R$ 88 bilhões no Nordeste. Na geração distribuída, o Nordeste representa 17,2% da potência instalada no Brasil, correspondente a 613,3 MW (22/02/2019). As estimativas oficiais apontam que este mercado alcançará 1,35 milhão de unidades consumidoras em 2027 no Brasil, que demandarão investimentos da ordem de R$ 60 bilhões, dos quais 1/6 no Nordeste. Os expressivos investimentos previstos na infraestrutura econômica do Nordeste representam ótimas oportunidades de negócios, constituindo também fator de geração de emprego e renda na Região.

Palavras-chave

Infraestrutura de Transportes. Infraestrutura de Saneamento. Infraestrutura de Energia Elétrica. Infraestrutura no Nordeste. Região Nordeste.

1 Introdução

Existe um consenso de que a infraestrutura desempenha papel estruturador e integrador, dando sustentação às atividades socioeconômicas e proporcionando as condições para implantação de políticas públicas, além de criar um ambiente favorável aos negócios. Ademais, os investimentos em infraestrutura podem contribuir de forma relevante para o crescimento do PIB.

A infraestrutura constitui importante instrumento de coesão econômica e social, de estruturação do território, integração espacial e melhoria da acessibilidade. O efeito multiplicador que pode exercer sobre a economia de um país torna os investimentos em infraestrutura um instrumento de política anticíclica durante épocas de crise, de grande utilidade para acelerar o processo de recuperação da economia (MAGRO; BARTOLOMÉ, 2010; p. 13).

Além da questão econômica, a infraestrutura possui também importância social e produz impactos na saúde pública. Esse é o caso do saneamento, que se destaca pela essencialidade atribuída aos serviços necessários para a garantia de salubridade ambiental e dignidade humana. Tais serviços trazem benefícios significativos para a população em diversos campos, como saúde, preservação ambiental e desenvolvimento de atividades econômicas, como o turismo, por exemplo.

Não é novidade que o Brasil tem convivido há vários anos com deficiências em alguns componentes de sua infraestrutura, notadamente na infraestrutura de transporte e de saneamento. No primeiro caso, essa deficiência tem contribuído para o aumento dos custos logísticos das empresas que precisam receber seus insumos e distribuir seus produtos, com reflexo nos preços finais praticados ao consumidor. Apesar dos esforços empreendidos nos últimos anos, os problemas permanecem, embora diversos planos e programas que apresentam soluções na forma de projetos tenham sido desenvolvidos recentemente por diferentes agentes governamentais, entre os quais se destacam: Plano Nacional de Logística e Transporte (PNLT), lançado em 2007; Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007; Plano Nacional de Logística Portuária, lançado em 2012; Programa de Investimentos em Logística (PIL), lançado em 2012; Plano Hidroviário Estratégico, lançado em 2013; Programa de Parcerias de Investimentos, lançado em 2016; mais recentemente, o Plano Nacional de Logística, lançado em 2018.

Já no caso do saneamento, a situação ainda é precária no Brasil, especialmente no que diz respeito ao esgotamento sanitário (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2018). A ausência desses serviços tem resultado em precárias condições de saúde de uma parcela significativa da população brasileira, com a incidência de doenças, principalmente de veiculação hídrica, tais como diarreias, hepatite, cólera, amebíase, febre tifoide e esquistossomose, entre outras (MOTA, 2005).

Já a situação da infraestrutura energética, notadamente aquela voltada para a geração de energia elétrica, tem apresentado um desempenho superior em relação aos componentes da infraestrutura supracitados. No cenário mundial, o Brasil se destaca por ter sua matriz de geração de energia elétrica fortemente baseada em fontes renováveis, com preponderância da hidroeletricidade e da biomassa proveniente da cana-de-açúcar. Além dessas, outras fontes renováveis ganham destaque na matriz de geração elétrica do País, a exemplo da eólica e da solar, inseridas mais recentemente. De forma similar, o Nordeste também se destaca pela presença expressiva de fontes renováveis em sua matriz elétrica, com forte participação das fontes eólica e hídrica e, de forma ainda tímida, da fonte solar, embora com perspectivas de forte crescimento nos próximos anos.

Como se depreende dos resultados dos leilões de compra e venda de energia, realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), por delegação da Agência Nacional de Energia

Elétrica (ANEEL), as fontes eólica e solar têm elevado a sua competitividade no Brasil. Com efeito, nos últimos leilões, os projetos centralizados de geração eólica e fotovoltaica obtiveram preços do MWh em patamar inferior aos de fontes tradicionais, como as hidrelétricas, termelétricas e PCHs. Por outro lado, na geração distribuída, a fonte solar se mostra cada vez mais competitiva ante as tarifas praticadas pelas concessionárias de energia elétrica, apresentando enormes perspectivas no Brasil, a exemplo do que se observa em outros países.

Dentre as regiões brasileiras, o Nordeste se destaca, em razão do seu elevado potencial eólico e solar e por dispor de velocidade média de ventos e níveis de irradiação mais favoráveis, comparativamente às demais regiões do País. O elevado potencial e a competitividade do Nordeste em energia eólica e solar credenciam a Região a ser uma candidata nata a receber vultosos investimentos em geração elétrica com utilização dessas fontes. Com efeito, como se depreende dos resultados dos leilões de compra e venda de energia, a região nordestina tem sido muito contemplada nos certames realizados, detendo participação expressiva na potência leiloada, em sua maior parte empreendimentos eólicos e fotovoltaicos, demonstrando sua competitividade nessas fontes.

O presente trabalho tem como objetivo traçar o panorama atual e apresentar algumas perspectivas para a infraestrutura nordestina, com ênfase nos segmentos de transporte, saneamento e energia.

2 Infraestrutura de Transporte no Nordeste

Os esforços empreendidos nos últimos anos voltados à infraestrutura de transportes no Brasil, conforme citado na introdução, não se converteram em investimentos compatíveis com as necessidades do País. Estimativas indicam que, entre 2001 e 2014, os investimentos em infraestrutura de transportes foram equivalentes a 0,68% do PIB (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2016) e, entre 2006-2014, a 0,55% do PIB (PUGA; PEREIRA, 2016). A maior parte foi em rodovias, entre 0,4% e 0,6% do PIB, (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2016), ao passo que os investimentos em ferrovias foram bem reduzidos, tendo ficado em torno de apenas 0,15% do PIB, enquanto que em hidrovias, em cerca de 0,01% do PIB.

Um dos fatores que contribuem para que no Brasil os custos logísticos de transporte sejam relativamente altos é o desbalanceamento de sua matriz de transporte de cargas, que apresenta forte concentração no modal rodoviário, em detrimento do uso de modais mais adequados ao perfil das principais cargas transportadas e das distâncias envolvidas, tais como o modal ferroviário e o modal aquaviário, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Matriz do transporte de cargas no Brasil em 2016

Modal	Participação em milhões TKU[1] (%)
Rodoviário	62,8
Ferroviário	21,0
Aquaviário	12,6
Dutoviário	3,6
Total	100,0

Fonte: LOBO (2017).
Nota: TKU - Tonelada por quilômetro útil.

Deve-se buscar, então, o uso mais eficiente do sistema de transportes, que se traduz na busca de maior equilíbrio da matriz de transporte de cargas. Tal fato poderá trazer maior competitividade às empresas instaladas no Brasil, proporcionando diminuição de custos, redução de emissões e acesso mais econômico a bens. De forma geral, o País necessita investir relativamente mais na infraestrutura logística de caráter estruturador, destinada aos serviços ferroviários, hidroviários e de cabotagem, e aumentar a produtividade dos ativos existentes, sem esquecer a conexão intermodal dos sistemas de transporte.

2.1 Transporte Rodoviário

A infraestrutura de transporte rodoviário brasileira é composta por rodovias federais, estaduais coincidentes, estaduais e municipais, incluindo as rodovias planejadas, a rede pavimentada e a rede não pavimentada, totalizando 1,72 milhão de quilômetros de rodovias, distribuídas no território nacional (grandes regiões), sendo que, desse total, 157,56 mil km constituem a malha planejada. Destaca-se que apenas 12,4% das rodovias consideradas no Sistema Nacional de Viação são pavimentadas. A Tabela 2 mostra a distribuição da malha, entre pavimentada e não pavimentada (não inclui a malha planejada), nas diferentes regiões.

Tabela 2 – Infraestrutura rodoviária brasileira existente por tipo de pavimentação e grande região em 2017

Região	Rede não Pavimentada	Rede Pavimentada	Total
Norte	93.181,9	22.388,7	115.570,6
Nordeste	356.540,5	59.961,2	416.501,7
Centro Oeste	156.816,4	30.260,3	187.076,7
Sudeste	451.788,9	62.520,3	514.309,2
Sul	291.610,8	38.322,4	329.933,2
Total	1.349.938,5	213.452,8	1.563.391,3

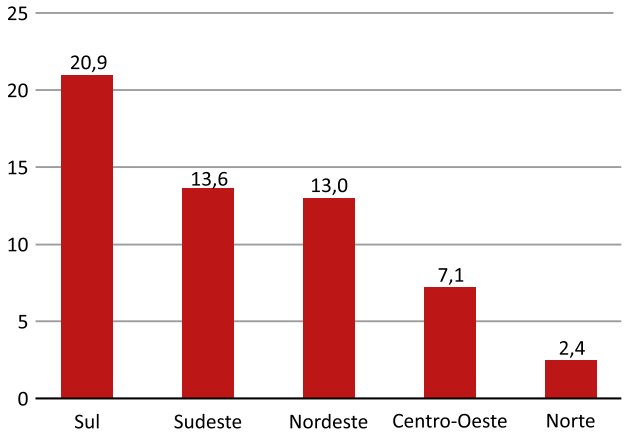
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE a partir de CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE (2018a).

A partir dos dados da Tabela 2, percebe-se que o Nordeste detém 26,6% da malha rodoviária brasileira existente (sem considerar a malha planejada), percentual compatível com a participação populacional da Região no agregado nacional. Do total da malha nordestina (416,5 mil Km em 2017), apenas 14,4% correspondem a rodovias pavimentadas, percentual um pouco acima da média nacional (13,6%).

Levando-se em consideração apenas as rodovias federais pavimentadas, que são aquelas que propiciam a ligação inter-regional em melhores condições, a evolução da oferta nos últimos anos tem sido tímida. De acordo com a Confederação Nacional do Transporte (2018a), a extensão da malha rodoviária federal pavimentada cresceu 17,2% no período 2001-2017, passando de 56,0 mil Km para 65,6 mil Km. Na distribuição regional da malha rodoviária federal pavimentada, a Região Nordeste detém maior participação (30,7%), seguida pelo Sudeste (19,2%) (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE, 2018b).

Um indicador importante para se avaliar a adequação da infraestrutura rodoviária é a densidade da malha, relação entre a extensão da malha e a área do território da região analisada. De acordo com a Confederação Nacional do Transporte (2018b), as maiores densidades de malha rodoviária federal pavimentada estão localizadas nas regiões Sul e Sudeste, respectivamente, com 20,9 km/1.000 km² e 13,6 km/1.000 km². Já no Nordeste, a densidade da malha é de 13,0 Km/1.000 Km² (Figura 1). Confirma-se, assim, a desigual distribuição dessa infraestrutura entre as regiões do País, haja vista a significativa diferença de oferta de infraestrutura viária entre as regiões com maiores e menores densidades.

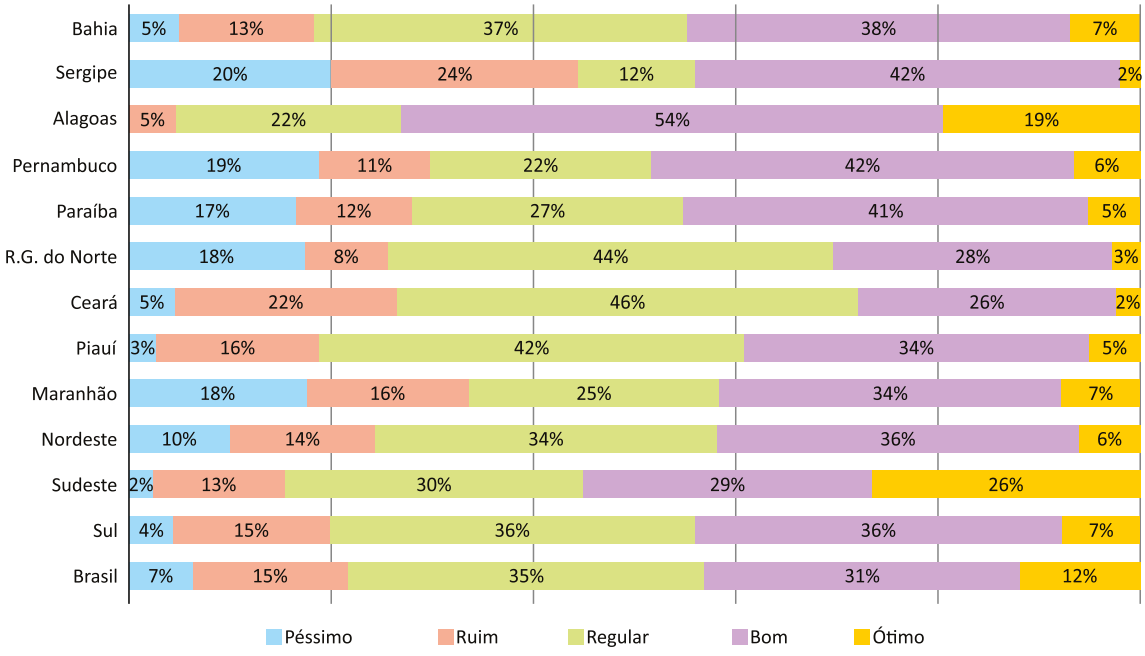
Figura 1 – Densidade da malha rodoviária federal pavimentada por região do Brasil (valores em Km/1.000 Km²)



Fonte: Confederação Nacional do Transporte (2018b).

Outro fator importante a ser considerado em relação à infraestrutura rodoviária é o estado de conservação das rodovias. A pesquisa CNT de rodovias 2018 (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE, 2018b) analisou mais de 100 mil quilômetros de rodovias em todo o território nacional, entre rodovias federais e estaduais. Desse total, 81,7% são rodovias administradas pelo setor público e 18,3% pelo setor privado (rodovias concedidas). Em termos de estado geral, considerando todos os fatores avaliados (pavimento, sinalização e geometria da via), 11,6% das rodovias pesquisadas estão em estado ótimo, 31,4% em estado bom, 35,2% em estado regular, 15,3% em estado ruim e 6,5% em estado péssimo. A situação do Nordeste é um pouco pior do que a média nacional e, entre os estados da Região há certa heterogeneidade, conforme se pode visualizar no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Classificação do estado geral das rodovias (%) por Região e UF



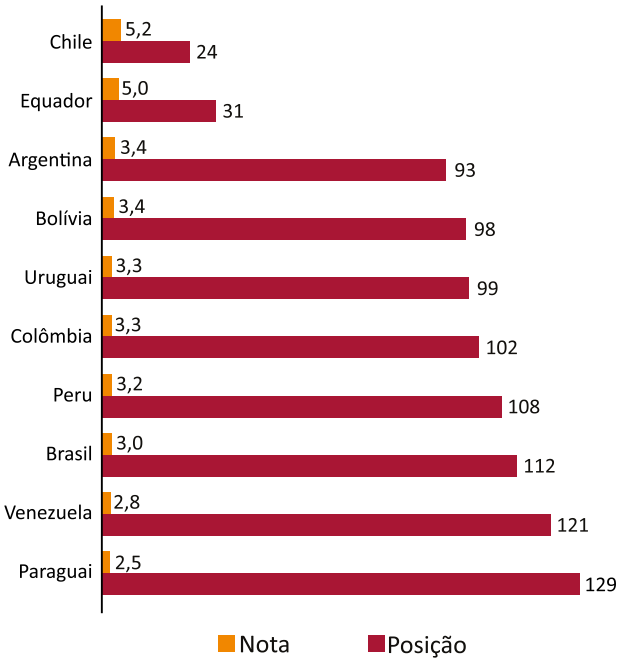
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE a partir de Confederação Nacional do Transporte (2018b).

No Nordeste, apenas os estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte possuem menos de 40% das rodovias em estado geral bom ou ótimo, com destaque para Alagoas (73%), que por sinal, não tem rodovias em estado geral péssimo.

Em termos comparativos com outros países no que diz respeito à qualidade das rodovias, de acordo com o Fórum Econômico Mundial (WEF, 2018), o Brasil ocupa apenas a 112ª posição (entre 140 países), com escore de 3,0 em uma escala de 1 a 7. Comparando-se apenas com os países da América do Sul, o Brasil só está em melhor posição do que a Venezuela (121ª posição) e o Paraguai (129ª posição). O Gráfico 2 mostra a comparação dos escores e posições dos diferentes países da América do Sul em termos de qualidade das rodovias.

Conforme a Confederação Nacional do Transporte (2018b), as deficiências verificadas nas condições das rodovias pavimentadas no Brasil decorrem, a par da manutenção insuficiente, do aumento da demanda devido ao crescente número de veículos em circulação, tanto leves quanto pesados. No período 2008-2018, enquanto a expansão da extensão da malha rodoviária pavimentada total foi de 8,4%, a frota de veículos em circulação no País experimentou um crescimento significativamente superior, da ordem de 82,4%. Esse aumento verificou-se em todas as regiões do Brasil, ainda que tenha sido particularmente significativo nas regiões Norte (134,9%) e Nordeste (133,7%).

Gráfico 2 – Ranking de qualidade das rodovias dos países da América do Sul



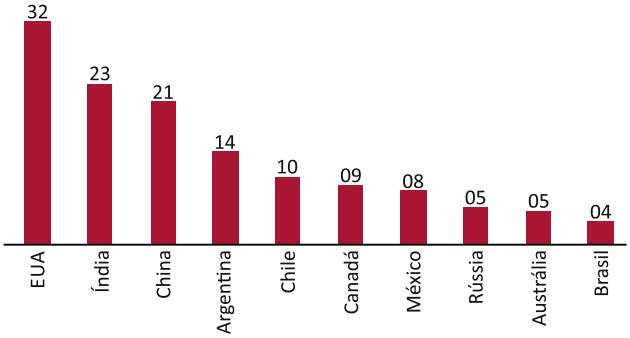
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE a partir de WEF (2018).

2.2 Transporte Ferroviário

O transporte ferroviário teve considerável crescimento no Brasil desde que se iniciou o processo de concessão das malhas federais à iniciativa privada, em meados da década de 1990. Nesse período, a responsabilidade pela prestação do serviço e manutenção do sistema foi transferida ao setor privado, com ganhos de eficiência e segurança. O aumento da produtividade, por um lado, e a diminuição do número de acidentes, por outro, em uma evolução permanente, têm contribuído para a redução dos custos e colaborado com o desenvolvimento do transporte de cargas no Brasil (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE, 2015). Entretanto, conforme citado anteriormente, considerando o perfil das principais cargas transportadas no Brasil e das distâncias envolvidas, seria natural uma maior participação do modal ferroviário na matriz de transporte de cargas, o que não ocorre fundamentalmente devido à pequena extensão e densidade da malha e a deficiências na infraestrutura.

A extensão da malha ferroviária brasileira é relativamente pequena frente à área territorial do País, o que gera uma densidade da malha de apenas 3,6 km de ferrovias por 1.000 km² de extensão territorial, abaixo da densidade de outros países, conforme apresentado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Densidade da malha ferroviária (km de ferrovias por 1.000 km² de área territorial) em 2014: Brasil e países selecionados



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e *CIA The World Factbook apud* Confederação Nacional do Transporte (2015).

O atual sistema ferroviário brasileiro de cargas, regulado pela ANTT, possui 29.106 km de extensão, distribuídos entre 13 malhas ferroviárias, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição da malha ferroviária brasileira regulada pela ANTT, por concessionária e tipo de bitola

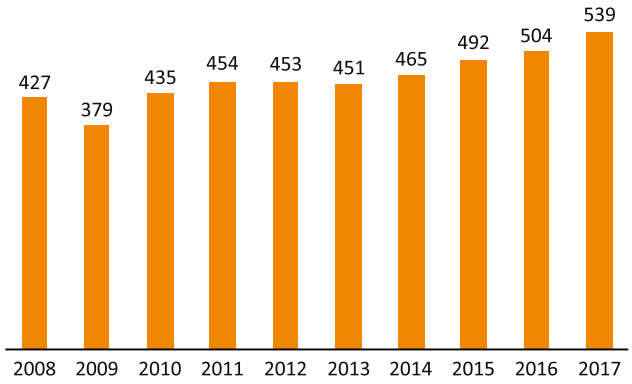
Rumo Malha Oeste (RMN MO)		1973	269	2242
Rumo Malha Paulista (RMN MP)	1544	242		1786
Rumo Malha Sul (RMN MS)		7223		7223
Estrada de Ferro Carajás (EFC)	978		22	1000
Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM)		873	131	1004
Ferrovia Centro-Atlântica (FCA)	3	7089		7092
“Ferrovia Norte-Sul Tramo Norte (FNS TN) VALEC- Subconcessão”	745			745
Estrada de Ferro Paraná Oeste (EFPO)		248		248
Ferrovia Tereza Cristina (FTC)		163		163
MRS Logística (MRS)	1613		73	1686
Ferrovia Transnordestina Logística (FTL) S/A		4275	20	4295
“Ferrovia Norte-Sul Tramo Central (FNS TC) VALEC- Subconcessão”	856			856
Total	6474	22122	510	29106

Fonte: Confederação Nacional do Transporte (2018a).

Na Região Nordeste está localizada toda a malha da FTL (Antiga Companhia Ferroviária do Nordeste), distribuída nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; parte da malha da FCA (1.551 Km na Bahia e 278 Km em Sergipe), bem como partes da EFC (668 Km) e da Ferrovia Norte Sul (FNS) (215 Km), ambas no Maranhão.

A quantidade de carga transportada pelas ferrovias brasileiras tem crescido nos últimos anos, com pequenos decréscimos em anos específicos, conforme mostra o Gráfico 4, expansão em patamar ainda insuficiente para alterar de modo significativo a participação do modal ferroviário na matriz de transporte de carga nacional.

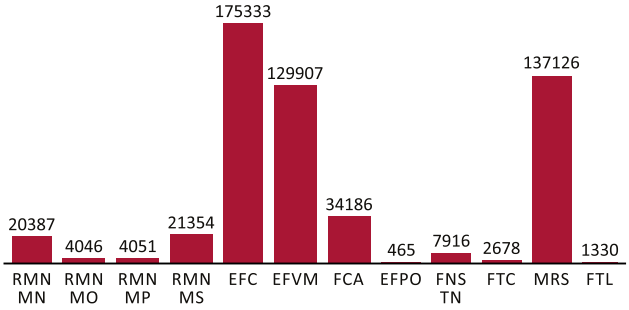
Gráfico 4 – Evolução do volume de cargas transportado no sistema ferroviário brasileiro de 2008 a 2017 (em milhões de TU)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com base em dados da Confederação Nacional do Transporte (2018a).

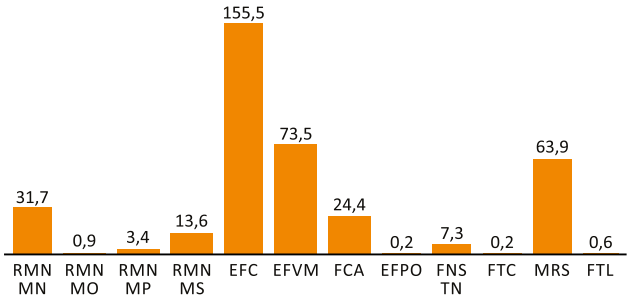
Ao se avaliar a distribuição das cargas movimentadas por cada concessionária em 2017 (Gráfico 5), nos respectivos trechos sob sua responsabilidade, bem como a produtividade do transporte (Gráfico 6), percebe-se a predominância, em termos quantitativos, das ferrovias responsáveis principalmente pelo escoamento de minérios e produtos siderúrgicos, no caso, EFC, EFVM e MRS Logística.

Gráfico 5 – Quantidade de carga transportada (Milhões de TU) das concessionárias de ferrovias brasileiras em 2017



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE a partir de Confederação Nacional do Transporte (2018a).

Gráfico 6 – Produtividade (Mil TKU) das concessionárias de ferrovias brasileiras em 2017



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE a partir de Confederação Nacional do Transporte (2018a).

Percebe-se, a partir do Gráfico 6, que a concessionária que detém a maior parte da malha em território nordestino, a FTL S/A, possui um dos piores desempenhos, tanto em termos de quantidade transportada, quanto em relação à produtividade do transporte. Destaca-se que vários trechos da FTL não estão operacionais, limitando a possibilidade de utilização da ferrovia para o fluxo de cargas entre todas as capitais nordestinas, o que certamente contribui para o baixo desempenho apresentado.

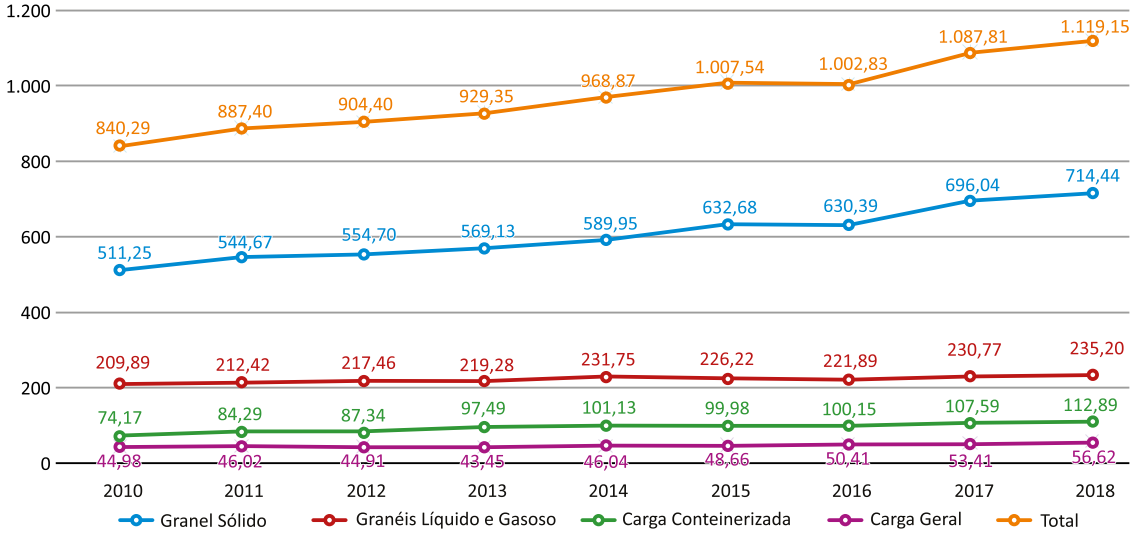
2.3 Transporte Aquaviário

A infraestrutura de transporte aquaviário engloba os portos (marítimos e fluviais), que constituem pontos de origem e destino de cargas transportadas internamente (navegação de cabotagem) e do comércio exterior, bem como as hidrovias, nas quais ocorre a navegação de interior. Conforme apresentado na Tabela 1, a participação do transporte aquaviário na matriz de transporte de cargas brasileira, que incorpora apenas as cargas movimentadas internamente, é relativamente pequena (12,6%) frente ao potencial desse modal, tendo em vista a extensão da costa litorânea brasileira e dos rios navegáveis.

O Brasil possui um total de 235 terminais portuários, entre portos públicos, estações de transbordo de carga e terminais de uso privativo (TUP), marítimos ou fluviais. De acordo com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), os portos brasileiros movimentaram em 2018 1,1 bilhão de toneladas, crescimento de 2,9% em relação a 2017. Desse total, 33,5% das cargas foram movimentadas em portos públicos e 66,5% em terminais de uso privativo. Os portos públicos registraram alta de 2,65% na movimentação em relação a 2017, enquanto nos TUP o aumento foi de 3,00%.

Em termos de perfis das cargas movimentadas em 2018 nos portos brasileiros, 63,8% foram granéis sólidos, 21,0% granéis líquidos e gasosos, 10,1% carga conteinerizada e 5,1% carga geral. Todos os tipos de cargas mostraram crescimento na movimentação em relação a 2017, crescimento este de 2,64% para os granéis sólidos, 1,92% para granéis líquidos e gasosos, 4,92% para cargas conteinerizadas e 6,02% para carga geral. Levando-se em consideração o período 2010-2018, observa-se que os granéis sólidos tiveram forte crescimento na movimentação, enquanto os demais tipos de carga apresentaram crescimento mais moderado, com algumas oscilações (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Evolução da movimentação de carga nos portos brasileiros no período 2010-2018, por tipo de carga (Milhões de Toneladas)

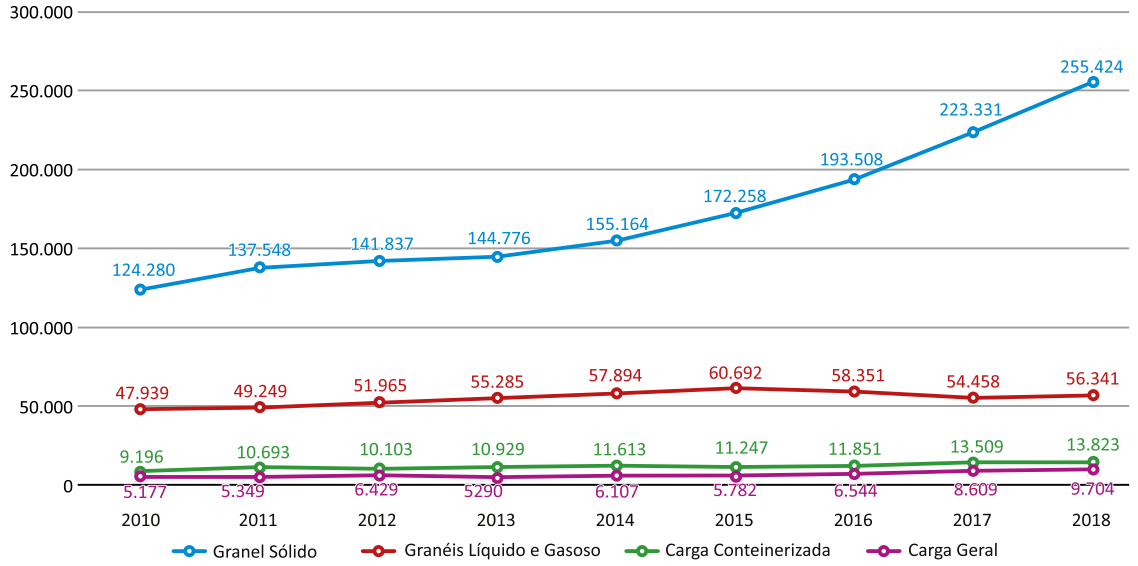


Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE a partir de Agência Nacional de Transportes Aquaviários (2019).

A Região Nordeste possui um total de 32 terminais portuários registrados na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). De acordo com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (2019), os portos nordestinos movimentaram em 2018 um total de 335,29 milhões de toneladas, crescimento de 11,80% em relação a 2017. Desse total, 21,5% foram movimentadas em portos públicos e 78,5% em terminais de uso privativo. Os portos públicos registraram aumento de 3,93% na movimentação em relação a 2017, enquanto nos TUP o aumento foi de 14,16%.

No que diz respeito aos perfis das cargas movimentadas em 2018 nos portos nordestinos, 76,2% foram granéis sólidos, 16,8% granéis líquidos e gasosos, 4,1% carga conteinerizada e 2,9% carga geral. Para todos os tipos de cargas houve crescimento na movimentação, sendo este crescimento de 14,37% para os granéis sólidos, 3,46% para os granéis líquidos e gasosos, 2,32% para as cargas conteinerizadas e 12,71% para a carga geral. Levando-se em consideração o período 2010-2018, enquanto os granéis sólidos aumentaram de forma consistente, os demais tipos de cargas apresentaram oscilações no período (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Evolução da movimentação de carga nos portos nordestinos no período 2010-2018, por tipo de carga (Milhares de Toneladas)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE a partir de Agência Nacional de Transporte Aquaviário (2019).

A Tabela 4 relaciona os dez terminais portuários do Nordeste com maior movimentação de cargas em 2018, na qual se percebe a predominância dos portos localizados nos estados de maior importância econômica e, em especial, dos portos do Maranhão que, por concentrarem a movimentação de grande quantidade de granéis sólidos, notadamente minério de ferro, possuem destaque nacional.

Tabela 4 – Relação dos dez portos nordestinos com maior movimentação de cargas em 2018

Instalação Portuária	Tipo	UF	Movimentação em 2018 (Mil Toneladas)	Crescimento em Relação a 2017
Terminal Ponta da Madeira	TUP	MA	198110	16,68%
Porto de Suape	Público	PE	23436	-0,83%
Porto de Itaqui	Público	MA	22338	16,87%
Porto de Pecém	TUP	CE	17229	8,97%
Terminal Madre de Deus	TUP	BA	16966	9,15%
Terminal ALUMAR	TUP	MA	14755	-1,62%
Porto de Aratu	Público	BA	6490	-6,05%
Terminal Portuário Cotegipe	TUP	BA	5294	6,65%
Porto de Fortaleza (Mucuripe)	Público	CE	4937	-2,58%
Porto de Salvador	Público	BA	4906	-4,36%

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE a partir de Agência Nacional de Transporte Aquaviário (2019).

Além das instalações portuárias, a infraestrutura de transporte aquaviário também inclui as hidrovias, as quais possibilitam a chamada Navegação Interior. Os dados disponíveis em relação a esse tipo de navegação mostram uma evolução nas quantidades movimentadas e na produtividade do transporte, embora tenha havido uma pequena queda na movimentação entre 2017 e 2018. De acordo com a Agência Nacional de Transporte Aquaviário (2019), em 2018 foram movimentadas 101,2 milhões de toneladas pelas hidrovias brasileiras, queda de 0,6% na quantidade movimentada, em relação a 2018, mas crescimento de 24,4% em relação a 2012.

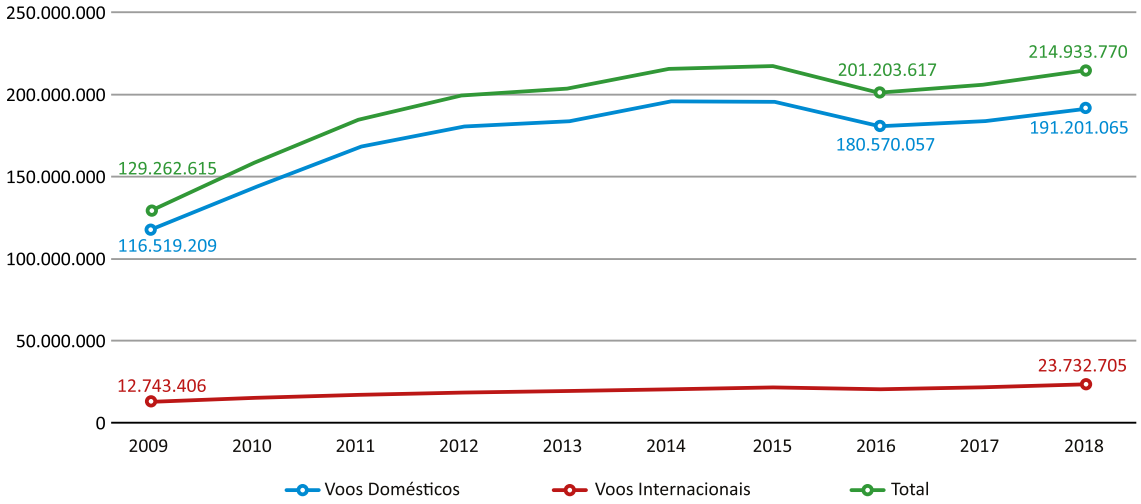
Apesar da trajetória crescente da movimentação de cargas por hidrovias observada nos últimos anos, percebe-se que as cargas movimentadas por hidrovias correspondem a apenas 9,0% do total movimentado nos portos brasileiros. Esse baixo volume movimentado pelas hidrovias reflete-se na baixa participação do modal aquaviário na matriz de transporte de cargas no Brasil, conforme apresentado na Tabela 1.

2.4 Transporte Aéreo

A infraestrutura relacionada ao transporte aéreo é composta de duas partes principais: a infraestrutura aeroportuária e a infraestrutura aeronáutica, sendo esta última formada pelas instalações de controle e segurança do espaço aéreo e de proteção ao voo. No Brasil, o forte crescimento da demanda por transporte aéreo observado nos últimos anos, trouxe a necessidade de investimentos em aumento da capacidade operacional dos principais aeroportos do País. Esse crescimento da demanda pode ser visualizado no Gráfico 9, que mostra a evolução da quantidade de passageiros transportados, em voos domésticos e internacionais, no período 2009-2018.

Apesar da queda observada entre 2015 e 2016, em função da retração econômica vivenciada pelo País, a quantidade total transportada de passageiros no Brasil, pelo modal aéreo, cresceu 66,3%, com pico observado em 2015.

Gráfico 9 – Evolução da quantidade de passageiros transportados no Brasil no período 2009-2018, por tipo de voo



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, a partir de Agência Nacional de Aviação Civil (2018b).

De acordo com a Agência Nacional de Aviação Civil (2018), o Brasil possui um total de 2.605 aeroportos e aeródromos homologados, sejam públicos ou privados, descontados dessa quantidade os helipontos. Desse total, 377 estão localizados no Nordeste, sendo 134 públicos e 243 privados. Do conjunto de aeroportos homologados pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), destacam-se aqueles que possuem movimentação com certa regularidade de passageiros e cargas, que totalizam 65 aeroportos, dos quais 16 estão localizados na Região Nordeste. A Tabela 5 mostra a relação dos aeroportos do Nordeste, com suas respectivas capacidades operacionais (movimentação de passageiros/ano), bem como a movimentação registrada em 2018.

Tabela 5 – Capacidade operacional e movimentação (passageiros/ano) dos aeroportos do Nordeste – Dados de 2018

Aeroporto	Localidade	Capacidade Operacional (Passageiros/Ano)	Movimentação em 2018 (Passageiros/Ano)
Zumbi dos Palmares	Maceió-AL	5.300.000	2.179.230
Jorge Amado	Ilhéus-BA	700.000	582.820
Dep. Luís Eduardo Magalhães	Salvador-BA	11.000.000	7.817.185
De Paulo Afonso	Paulo Afonso-BA	600.000	11.660
Pinto Martins	Fortaleza-CE	6.200.000	6.218.495
Orlando Bezerra de Menezes	Juazeiro do Norte-CE	1.700.000	564.267
Prefeito Renato Moreira	Imperatriz-MA	2.100.000	278.850
Marechal Cunha Machado	São Luís-MA	5.100.000	1.594.479
Presidente Castro Pinto	João Pessoa-PB	2.300.000	1.414.622
Presidente João Suassuna	Campina Grande-PB	900.000	163.270
Senador Nilo Coelho	Petrolina-PE	1.500.000	480.380
Guararapes-Gilberto Freyre	Recife-PE	16.500.000	8.467.712
Prefeito Dr. João Silva Filho	Parnaíba-PI	800.000	7.810
Senador Petrônio Portella	Teresina-PI	1.700.000	1.071.335
Governador Aluízio Alves	Natal-RN	6.000.000	2.429.389
Santa Maria	Aracaju-SE	2.600.000	1.191.910

Fonte: INFRAERO (2018), Agência Nacional de Aviação Civil (2018b) e *websites* dos aeroportos.

Do conjunto de aeródromos homologados pela ANAC, muitos possuem pistas pavimentadas com terra, cascalho ou grama, o que não permitiria seu uso pelas aeronaves tipicamente utilizadas em voos regulares de empresas regionais. Desse modo, apresenta-se no Quadro 1 uma relação dos aeródromos públicos homologados pela ANAC que possuem pistas pavimentadas com asfalto e comprimento de pista igual ou superior a 1.200 metros, excluindo-se os aeroportos apresentados anteriormente na Tabela 5.

Quadro 1 – Aeródromos da Região Nordeste Homologados pela ANAC com Comprimento de Pista Igual ou Superior a 1.200m e Pavimento de Asfalto

Aeroporto	Localidade	Estado	Aeroporto	Localidade	Estado
Brigadeiro Lysias Augusto Rodrigues	Carolina	MA	Ipiaú	Ipiaú	BA
Caravelas	Caravelas	BA	João durval carneiro	Feira de Santana	BA
Fernando de Noronha	Fernando de Noronha	PE	Jequié	Jequié	BA
Horácio de Mattos	Lençóis	BA	Macaúbas	Macaúbas	BA
Bom Jesus da Lapa	Bom Jesus da Lapa	BA	Maracás	Maracás	BA
Dix-sept Rosado	Mossoró	RN	Carinhanha	Carinhanha	BA
Porto Seguro	Porto Seguro	BA	Picos	Picos	PI
Pedro Otacílio Figueiredo	Vitória da Conquista	BA	Freitas Melro	Penedo	AL
Juazeiro	Curaçá	BA	Cangapara	Floriano	PI
Formosa do Rio Preto	Formosa do Rio Preto	BA	Mucugê	Mucugê	BA
Jeová Gomes Corrêa	Abaré	BA	Remanso	Remanso	BA
Caculé	Caculé	BA	Oscar Laranjeiras	Caruaru	PE
Pedro Teixeira Castelo	Tauá	CE	Salgueiro	Salgueiro	PE
João Silva	Santa inês	MA	Souto Soares	Souto Soares	BA
Pedro Vieira Moreira	Cajazeiras	PB	Teixeira de Freitas	Teixeira de Freitas	BA
Araripina	Araripina	PE	Piritiba	Piritiba	BA
Arcoverde	Arcoverde	PE	Patos	Patos	PB
Aracati (SNAT*)	Aracati	CE	Açu	Açu	RN
Bacabal	Bacabal	MA	Utinga	Utinga	BA
Belmonte	Belmonte	BA	Valença	Valença	BA
Barreiras	Barreiras	BA	Santa Maria da Vitória	Santa Maria da Vitória	BA
Barra	Barra	BA	Camocim	Camocim	CE
Paramirim	Paramirim	BA	Crateús	Crateús	CE
Campos Sales	Campos Sales	CE	Xique-xique	Xique-xique	BA
Divisa	Encruzilhada	BA	Pinheiro	Pinheiro	MA
Sócrates Rezende	Canavieiras	BA	Ituaçu	Ituaçu	BA

Aeroporto	Localidade	Estado	Aeroporto	Localidade	Estado
Euclides da Cunha	Euclides da cunha	BA	João Pereira dos Santos Filho	Fronteiras	PI
Gurguéia	Bom Jesus	PI	Ruy Barbosa	Ruy Barbosa	BA
Guanambi	Guanambi	BA	Luis Eduardo Magalhães	Luis Eduardo Magalhães	BA
Garanhuns	Garanhuns	PE	Campo Alegre de Lourdes	Campo Alegre de Lourdes	BA
Gentio do Ouro	Gentio do Ouro	BA	Barreirinhas	Barreirinhas	MA
Santa Magalhães	Serra Talhada	PE	Glauber de Andrade Rocha	Vitória da Conquista	BA
Irecê	Irecê	BA	Comandante Ariston Pessoa	Cruz	CE
Caetité	Caetité	BA	Walfrido Samito de Almeida	São Benedito	CE
Ibotirama	Ibotirama	BA	Serra da Capivara/São Raimundo Nonato	São Raimundo Nonato	PI

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE, a partir de dados de Brasil. Agência Nacional de Aviação Civil (2018a).

Considerando-se o conjunto de aeroportos e aeródromos que possuem a homologação de utilização pela ANAC, percebe-se que há disponibilidade de infraestrutura aeroportuária, embora nem sempre adequada, para a ligação entre diversas cidades do Nordeste através de linhas aéreas regulares de cunho regional. Entretanto, atualmente a oferta de linhas regulares de caráter regional é relativamente pequena em relação às dimensões territoriais da Região, com forte concentração em poucas empresas. O Quadro 2 apresenta uma relação das empresas que atuam ofertando linhas regulares para algumas cidades nordestinas de menor porte, com destaque para a Azul, que tem atuado fortemente em rotas regionais.

Quadro 2 – Cidades do Nordeste atendidas por empresas de transporte aéreo regional

Empresas	Cidades de menor porte atendidas
Azul	Barreiras-BA, Campina Grande-PB, Feira de Santana-BA, Fernando de Noronha-PE, Ilhéus-BA, Imperatriz-MA, Cruz/Jericoacoara-CE, Juazeiro do Norte-CE, Lençois-BA, Mossoró-RN, Parnaíba-PI, Paulo Afonso-BA, Petrolina-PE, Porto Seguro-BA, Teixeira de Freitas-BA, Valença-BA.
Gol	Campina Grande-PB, Fernando de Noronha-PE, Ilhéus-BA, Cruz/Jericoacoara-CE, Juazeiro do Norte-CE, Petrolina-PE, Porto Seguro-BA.
Latam	Ilhéus-BA, Imperatriz-MA, Porto Seguro-BA.
Passaredo	Vitória da Conquista-BA, Barreiras-BA.

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE, a partir de dados dos *websites* das empresas e aeroportos.

É importante mencionar que, a partir da mudança de regulamentação ocorrida no final dos anos 1990, com o fim das restrições territoriais de operação das companhias aéreas, muitas cidades médias, que anteriormente eram atendidas apenas por companhias regionais, passaram a ser atendidas por companhias que atuam em âmbito nacional, ocorrendo nesse processo algumas aquisições de empresas aéreas regionais pelas empresas maiores.

2.5 Oportunidades e Perspectivas para a Infraestrutura de Transportes

Considerando-se o panorama traçado, fica evidente a necessidade de investimentos para a melhoria da infraestrutura de transportes do Nordeste. Alguns desses investimentos podem ser feitos com participação da iniciativa privada, seja na forma de concessões, arrendamentos ou parcerias público-privadas.

Vislumbram-se, então, as principais oportunidades nos modais ferroviário, aquaviário (portos e hidrovias) e aeroportuário. Mesmo no modal rodoviário, é importante que sejam feitos estudos de viabilidade relacionados à possibilidade de concessões ou Parceria Público Privada (PPP) para os principais corredores rodoviários federais do Nordeste (BR-101 e BR-116), que incluam o aumento da capacidade operacional e a melhoria das condições de tráfego dessas rodovias.

No transporte ferroviário, algumas medidas são essenciais para a melhoria desse quadro e uma maior utilização desse modal no Nordeste, entre as quais se destacam a finalização das obras da Ferrovia Nova Transnordestina, incluindo sua ligação com a Ferrovia Norte Sul (FNS); a efetiva implantação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), incluindo sua conexão com a FNS; e a reconcessão dos trechos da malha Nordeste que não vêm sendo utilizados pela concessionária atual (FTL). A retomada de trechos paralisados ou considerados inviáveis pelos atuais concessionários, em modelo regulatório alternativo (subconcessão ou novas PPPs), pode estimular o desenvolvimento de novos serviços ferroviários nos moldes das *short lines* norte-americanas e deve ser perseguida.

No transporte aquaviário, as principais oportunidades estão relacionadas à ampliação e modernização das estruturas operacionais dos principais portos da Região, representados pelo Porto de Itaqui (MA), que faz parte do chamado "Arco Norte" e constitui excelente opção de escoamento da produção agrícola dos cerrados, desde que disponha de infraestrutura de acesso e de terminais compatíveis com a demanda; e os portos que constituem complexos industriais e portuário: Pecém (CE), Suape (PE) e Aratu (BA), os quais são essenciais para a atração de grandes empreendimentos produtivos para o Nordeste. Além, disso, existem oportunidades também para os portos de menor calado, como o de Natal (RN), Cabedelo (PB), Maceió (AL) e Salvador (BA), que podem ter papel essencial para o incremento da navegação de cabotagem. Os investimentos nos terminais portuários podem ser efetuados nos regimes de concessão ou arrendamento para entidades privadas.

Por fim, no transporte aéreo, as concessões recentes dos aeroportos de Fortaleza, Salvador e de mais seis terminais da Região (Bloco Nordeste: Aracajú, Maceió, Recife, João Pessoa, Campina Grande e Juazeiro do Norte), abrem uma nova perspectiva de melhoria da eficiência e da capacidade operacional das operações aeroportuárias (passageiros e cargas), o que pode ser essencial para a atração de novos empreendimentos produtivos em diversos setores da economia, notadamente aqueles ligados aos serviços de turismo.

3 Infraestrutura de Saneamento no Nordeste

O saneamento é definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem estar físico, mental e social. De outra forma, pode-se dizer que saneamento caracteriza o conjunto de ações socioeconômicas que têm por objetivo alcançar salubridade ambiental.

O saneamento básico é composto de abastecimento de água; coleta, tratamento e disposição ambientalmente adequada e sanitariamente segura de águas residuárias; acondicionamento, coleta, transporte e/ou destino final dos resíduos sólidos; e coleta de águas pluviais.

O saneamento está diretamente relacionado à valorização imobiliária, redução de mortalidade infantil, redução do número de internações e despesas no sistema de saúde, longevidade da população e IDH, conforme mostra a Figura 2.

No Brasil, a infraestrutura de saneamento tem apresentado números aquém dos ideais, com déficit de 26,7% no índice de abastecimento de água, 48,5% na coleta de esgotos e 47,4% gerado.

Figura 2 – Benefícios do saneamento



Elaboração: BNB/ETENE.

As regiões que apresentam menores índices são Norte e Nordeste, com atendimento total de rede de água de 55,4% e 73,6% e atendimento total de esgotos de 10,5% e 26,8%, respectivamente. Os índices de tratamento de esgotos gerados também são insatisfatórios, com 18,3% na região Norte e 36,2% na região Nordeste (Quadro 3). O quadro apresenta uma realidade desfavorável à população, principalmente a mais carente, que fica exposta a todas as mazelas provenientes da ausência dos serviços de saneamento.

Quadro 3 – Níveis de atendimento com água e esgotos dos municípios cujos prestadores de serviços são participantes do SNIS em 2016, segundo região geográfica e Brasil

Região	Índice de Atendimento com Rede (%)				Índice de Tratamento dos Esgotos (%)	
	Água		Coleta de Esgotos		Esgotos Gerados Total	Esgotos Coletados Total
	Total	Urbano	Total	Urbano		
Norte	55,4	67,7	10,5	13,4	18,3	81,0
Nordeste	73,6	89,3	26,8	34,7	36,2	79,7
Sudeste	91,2	96,1	78,6	83,2	48,8	69,0
Sul	89,4	98,4	42,5	49,0	43,9	92,9
Centro-Oeste	89,7	97,7	51,5	56,7	52,6	92,1
Brasil	83,3	93,0	51,9	59,7	44,9	74,9

Fonte: Adaptado Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (2018)

Os dados da Região Nordeste por unidade federativa mostram que alguns estados apresentam situação ainda mais precária que a média da região, chegando a índices de apenas 11% em coleta e 10% em tratamento de esgoto.

Tabela 6 – Saneamento nos estados do Nordeste

	BR (%)	MA (%)	PI (%)	CE (%)	RN (%)	PB (%)	PE (%)	AL (%)	SE (%)	BA (%)	NE (%)
População com acesso à água tratada	83,3	54,7	77,9	83,3	79,2	72,0	77,7	76,7	86,4	80,0	73,6
População com acesso à coleta de esgoto	51,9	12,1	11,6	49,7	23,5	38,5	27,0	19,0	23,0	36,5	26,8
Parcela de água consumida que é tratada	44,9	12,7	10,5	53,2	24,0	47,2	30,2	41,7	29,1	52,4	36,2
Perdas de água na distribuição		62,9	43,7	42,6	49,9	36,5	52,6	45,9	47,7	38,4	46,3

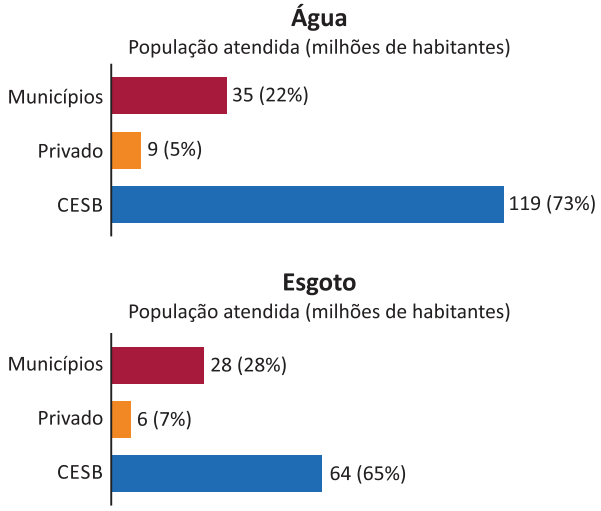
Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (2018)

Conforme observado, o país necessita de vultosos investimentos para alcançar a universalização do saneamento, em especial nas regiões destacadas.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) transmite a titularidade dos serviços de saneamento no Brasil aos municípios, que podem prestá-los diretamente ou concedê-los a empresas do setor público e privado. Na prestação indireta, o titular delega, por meio de um contrato de concessão ou de programa, a prestação do serviço para uma companhia estadual ou para a iniciativa privada, podendo essa concessão ser plena (água e esgoto) ou de apenas um dos serviços. No caso de delegação a terceiros, o governo municipal deve acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço de acordo com os parâmetros adequados aos interesses da população.

Atualmente, o abastecimento de água e coleta de esgotos são predominantemente prestados por Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESB), seguidos pela prestação de serviços direta dos municípios e apenas uma pequena fatia é administrada por empresas privadas, conforme mostra o gráfico 10.

Gráfico 10 – Percentual da população atendida por diferentes prestadores



Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Ssocial (2017)

Para a Confederação Nacional das Indústrias (2017), os recursos arrecadados pelo Estado – de magnitude considerável – são em grande medida gastos em transferências e despesas correntes e aqueles voltados para infraestrutura vêm sendo comprimidos por conta da rigidez orçamentária, fragilidade das empresas públicas e crise fiscal. É necessário envolver maiores investimentos, mobilizar recursos públicos e principalmente privados.

Nessa conjuntura, o Governo Federal, lançou em setembro de 2016, o Programa de Parcerias em Investimentos (PPI), para reforçar a coordenação das políticas de investimentos em infraestrutura por meio de parcerias com o setor privado.

A privatização chega como instrumento para enfrentar o desafio de modernizar a infraestrutura do País: venda de empresas, transferência de ativos, concessões plenas e Parcerias Público Privadas (PPP). Além de maior capacidade de mobilização de recursos, o setor privado é mais flexível e consegue responder mais rapidamente às oportunidades de mercado.

Nesse ensejo, o Senado aprovou no dia seis de junho desse ano o Projeto de Lei (PL 3.261) que atualiza o marco legal do saneamento. O PL aguarda aprovação na Câmara dos Deputados para que possa entrar em vigor.

A principal mudança sugerida pelo PL é abrir o setor do saneamento básico para a iniciativa privada, visando cumprir as metas estabelecidas no Plano Nacional de Saneamento Básico, que estipula que até 2023, 100% do território seja abastecido com água potável e, que até 2033, 92% do esgoto brasileiro seja tratado.

Propõe também que os municípios brasileiros possam estabelecer contratos de concessão com companhias privadas para o saneamento, que hoje, de modo geral, está sob cuidado das companhias públicas estaduais, que assinam contratos de programa com os municípios. O projeto determina também a abertura de licitação nas prefeituras, assim as companhias privadas e públicas teriam que competir pelo serviço, acabando com o direito de preferência das empresas estaduais.

Um questionamento à proposta lei é de que os municípios com resultados financeiros deficitários poderiam não despertar o interesse da iniciativa privada e continuar sem o provimento adequado de saneamento. Para contornar essa problemática, o PL estabelece que as empresas privadas tenham que prestar o serviço para um bloco de cidades. Caberia aos estados definir o tamanho desses agrupamentos, que podem chegar, inclusive, à totalidade dos municípios do estado. A partir da aprovação da lei, os estados teriam três anos para criar os blocos.

Caso o PL seja aprovado, é necessário que seja estipulado um plano de implementação, com prazos e detalhes da transição.

Os investimentos no setor continuam sendo realizados, mas na mesma velocidade que já vinham acontecendo. Há uma grande expectativa que, com a aprovação da Lei, o país possa alcançar mais rapidamente a universalização do saneamento.

4 Infraestrutura de Energia Elétrica no Nordeste

4.1 Contextualização sobre a Cadeia Produtiva de Energia Elétrica no Brasil e a Inserção das Fontes Solar e Eólica

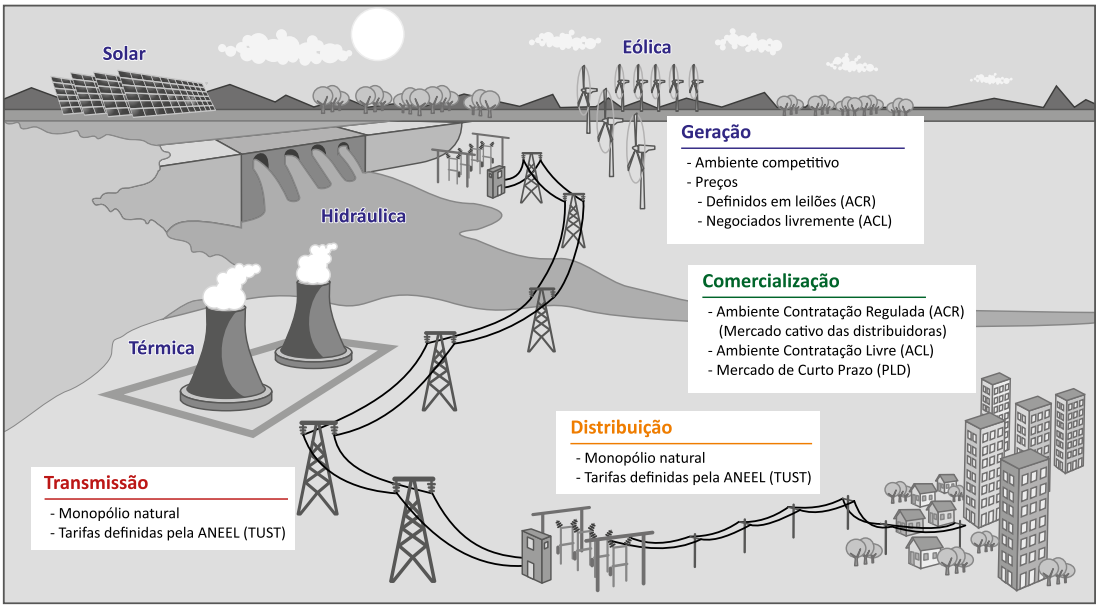
Neste tópico são apresentadas, de forma sucinta, algumas características da Cadeia Produtiva da Energia Elétrica e a interação entre os seus diversos elos.

Da produção até o consumo, a Cadeia Produtiva da Energia Elétrica engloba as seguintes atividades: geração, transmissão e distribuição. Nessa cadeia, reveste-se também de importância singular o processo de comercialização da energia elétrica (Figura 3).

Transmissão e distribuição constituem monopólios naturais, haja vista ser antieconômica a instalação de dois ou mais sistemas paralelos para atender o mesmo conjunto de consumidores. Por meio da rede básica de transmissão, a energia chega às redes de distribuição, operadas por uma ou mais empresas concessionárias ou permissionárias privadas ou estatais em cada estado. A remuneração do serviço de transmissão é realizada por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), enquanto a remuneração do serviço de distribuição é efetuada mediante pagamento de Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), ambas reguladas pela ANEEL. Por outro lado, a geração ocorre em ambiente concorrencial, sendo a comercialização da energia gerada realizada por meio de leilões ou de livre negociação.

A transmissão de energia elétrica no Brasil é realizada por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN), que é formado pelos subsistemas Sul, Sudeste-Centro-Oeste, Nordeste (abrangendo os estados da Região, exceto Maranhão) e Norte. Outros subsistemas existentes no País, não conectados ao SIN, são chamados "subsistemas isolados".

Figura 3 - Cadeia produtiva da energia elétrica no Brasil



Fonte: Adaptado de Agência Nacional de Energia Elétrica (2016) por BNB/ETENE/Célula de Estudos e Pesquisas Setoriais

A integração eletroenergética existente no Brasil, aliada ao fato das usinas localizarem-se em bacias hidrográficas distintas, confere maior segurança ao Sistema Interligado Nacional. De fato, essa característica torna o abastecimento do País menos vulnerável, pois é mais remota a probabilidade de ocorrer escassez de chuvas em todas as bacias simultaneamente[1]. Assim, a insuficiência de água para geração elétrica no Nordeste pode ser compensada pelas usinas do Norte do País e vice-versa. Idem entre o Sul e o Sudeste ou entre o Norte e o Sul. Além disso, qualquer central geradora ligada ao SIN, independentemente da fonte de energia que utiliza e de sua localização, contribui para atender a carga de energia de todo o sistema.

No que concerne à comercialização da energia elétrica no Brasil, existem três tipos de mercado:

a) **Ambiente de Contratação Regulada (ACR),** conhecido também como mercado cativo, efetivado por meio de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Os contratos celebrados no âmbito do ACR são de longo prazo, assegurando a compra da energia elétrica gerada a preços pré-definidos durante a sua vigência;

b) **Ambiente de Contratação Livre (ACL)** (mercado livre), no qual geradores e consumidores negociam livremente a compra de energia, estabelecendo quantidade, preço e prazo de suprimento, e;

c) **Mercado de Curto Prazo** (mercado *spot*), destinado à equalização de diferenças de medição dos montantes efetivamente produzidos/consumidos por cada agente. Nesse mercado, as diferenças apuradas, positivas ou negativas, são contabilizadas pela CCEE para posterior liquidação financeira, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

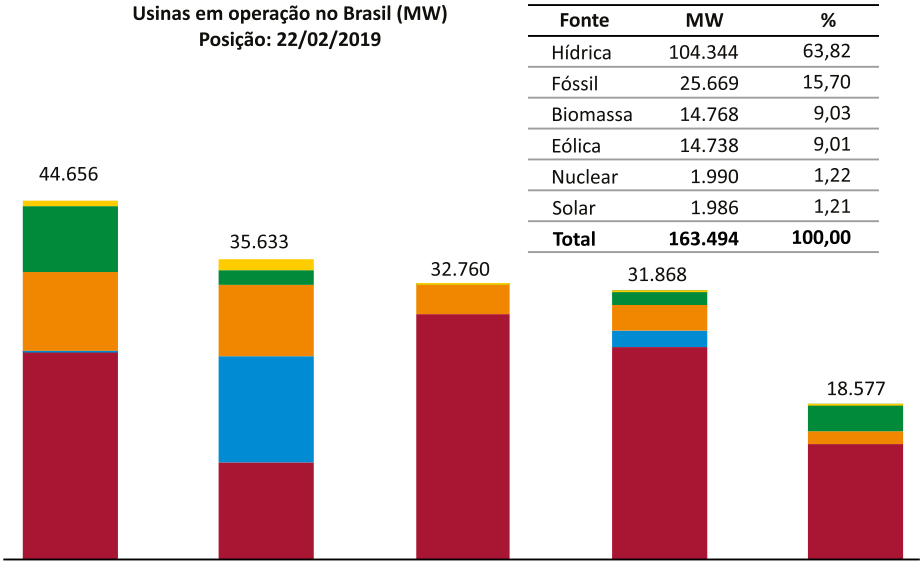
Em 2018, o mercado de energia elétrica brasileiro correspondeu a 472,3 TWh, sendo 315,7 TWh (66,8%) no âmbito do mercado regulado (ACR) e 156,6 TWh (33,2%) no âmbito no mercado livre (ACL). Em relação a 2017, enquanto o consumo no ACR caiu 1,3%, no ACL houve incremento de 6,3%, evidenciando a tendência de migração de consumidores para esse mercado (RESENHA MENSAL DO MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA, 2019).

1 No Brasil, a maior parcela da geração de energia é realizada a partir da fonte hídrica. Desta forma, o atendimento da carga do SIN depende fortemente do nível dos reservatórios das hidrelétricas.

A matriz elétrica brasileira possui características próprias que a distingue da existente na maioria dos países. Aqui predomina, historicamente, a geração de fontes renováveis, com destaque para a energia hidráulica. Caracteriza-se, também, pelo uso expressivo de biomassa e, mais recentemente, pela presença das fontes eólica e solar.

A capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil corresponde a 163,5 GW (22/02/2019). Desse montante, 83,1% são provenientes de fontes renováveis, principalmente de origem hídrica. A participação da fonte eólica na matriz de geração elétrica brasileira corresponde a 9,0%, mesmo patamar da biomassa. A fonte solar ainda é incipiente no Brasil, representando 1,2% da capacidade instalada do País, embora esteja crescendo de forma expressiva (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Brasil e Regiões: Capacidade instalada* de geração de energia elétrica por fonte (MW)



Fonte	MW	%
Hídrica	104.344	63,82
Fóssil	25.669	15,70
Biomassa	14.768	9,03
Eólica	14.738	9,01
Nuclear	1.990	1,22
Solar	1.986	1,21
Total	**163.494**	**100,00**

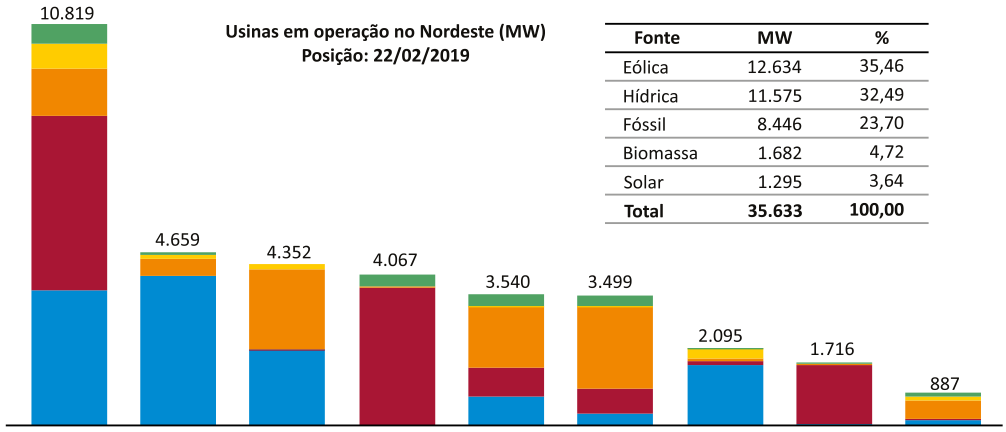
	SE	NE	N	S	CO
Solar	672	1.295	12	4	3
Biomassa	7.930	1.682	211	1.591	3.353
Fóssil	9.199	8.446	3.348	3.069	1.606
Eólica	28	12.634	-	2.076	-
Hídrica	24.837	11.575	29.189	25.128	13.614
Total	44.656	35.633	32.760	31.868	18.577

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (2019b).
Elaboração: BNB/ETENE/Célula de Estudos e Pesquisas Setoriais.
Notas: * corresponde à potência fiscalizada das usinas pela ANEEL.
Não está inclusa a geração distribuída, apenas a centralizada.

4.1.1 Subsistema Nordeste no SIN

Até recentemente, a energia elétrica produzida no Nordeste brasileiro provinha basicamente da fonte hídrica, destacando-se o Rio São Francisco como o seu principal provedor. Este cenário de preponderância da fonte hídrica no Nordeste mudou nos últimos anos. De fato, a partir de 2013, a fonte eólica tem crescido de forma expressiva na composição da geração de energia elétrica no Subsistema Nordeste, em razão do aumento da capacidade instalada de geração eólica e da ocorrência de sucessivos anos de baixa pluviometria na Região. Atualmente, a fonte eólica lidera no Nordeste, participando com 35,5% da capacidade instalada de geração da Região. A capacidade instalada e a geração elétrica a partir da fonte solar ainda é tímida na Região, no entanto, cresceu substancialmente entre 2016 e 2018, em razão da entrada em operação de projetos vencedores de leilões promovidos pela ANEEL (Gráfico 12; Gráfico 13).

Gráfico 12 – Nordeste e Estados: Capacidade instalada* de geração de energia elétrica por fonte (MW)

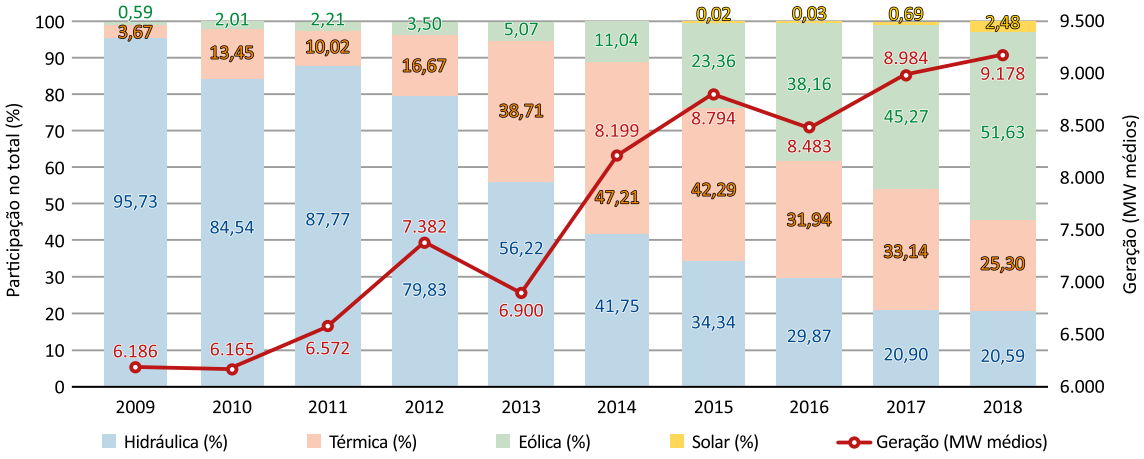


Fonte	MW	%
Eólica	12.634	35,46
Hídrica	11.575	32,49
Fóssil	8.446	23,70
Biomassa	1.682	4,72
Solar	1.295	3,64
Total	**35.633**	**100,00**

	BA	RN	CE	AL	PE	MA	PI	SE	PB
Biomassa	520	57	-	325	311	292	18	60	100
Solar	653	117	137	-	10	0	270	-	108
Fóssil	1.293	465	2.159	17	1.670	2.216	69	40	517
Hídrica	4.718	-	1	3.725	765	662	119	1.581	5
Eólica	3.635	4.020	2.055	-	784	329	1.619	35	157
Total	10.819	4.659	4.352	4.067	3.540	3.499	2.095	1.716	887

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (2019b).
Elaboração: BNB/ETENE/Célula de Estudos e Pesquisas Setoriais.
Notas: * corresponde à potência fiscalizada das usinas pela ANEEL.
Na geração solar, não está inclusa a geração distribuída, apenas a centralizada.

Gráfico 13 – Evolução da geração de energia elétrica do Subsistema Nordeste (MW médios) e participação das fontes no total gerado (%) – 2009-2018

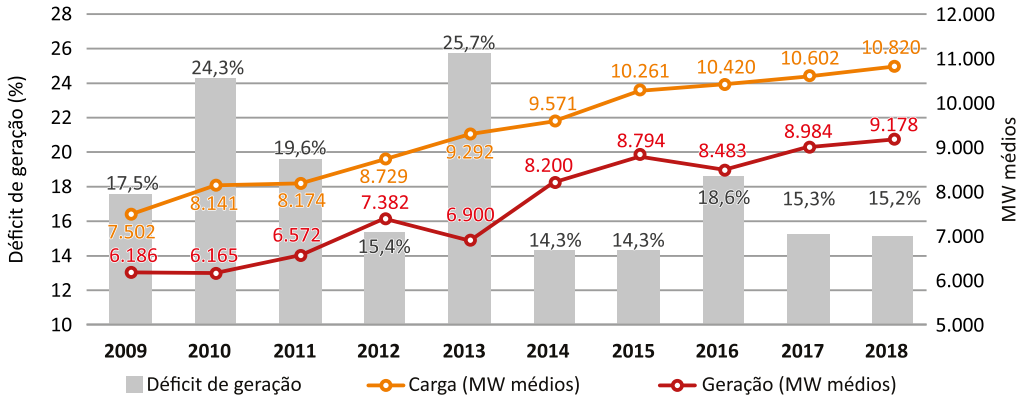


Fonte: Operador Nacional do Sistema Elétrico (2019a).
Elaboração: BNB/ETENE/Célula de Estudos e Pesquisas Setoriais.

Considerando que o potencial hidrelétrico remanescente economicamente viável no Nordeste encontra-se próximo do seu esgotamento, a expansão dessa fonte de geração elétrica na Região está comprometida. Essa assertiva é corroborada pelo Plano Decenal de Expansão de Energia 2027 (BRASIL; EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2018), já que na lista de usinas hidrelétricas previstas para a Expansão de Referência no horizonte do plano não consta nenhum projeto de UHE situado no Nordeste. Assim, a tendência é o incremento paulatino da participação das fontes solar e eólica na matriz de geração de energia elétrica da Região nordestina, em razão destas serem, atualmente, alternativas competitivas, haja vista os seus preços observados no 27º Leilão de Energia Nova (27º LEN) e 28º LEN terem sido mais competitivos do que os de outras fontes.

Apesar do expressivo crescimento da geração eólica, o Subsistema Nordeste ainda continua deficitário, sendo historicamente um importador líquido de energia elétrica. Em 2018, o déficit de geração de energia elétrica do Subsistema Nordeste correspondeu a 1.642 MW médios, equivalentes a 15,2% da carga (Gráfico 14).

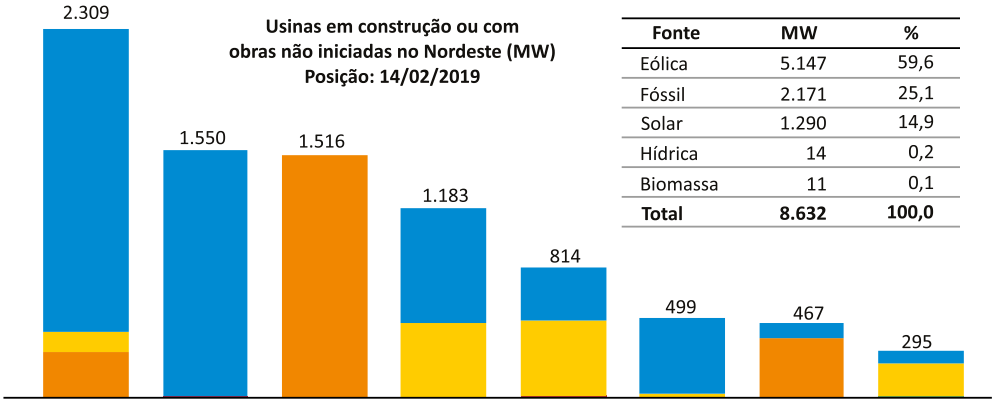
Gráfico 14 – Evolução da carga, geração e déficit de energia elétrica no Subsistema Nordeste



Fonte: Boletim Mensal de Geração Eólica (2018).
Elaboração: BNB/ETENE/Célula de Estudos e Pesquisas Setoriais.

De acordo com a ANEEL[2], em dados de 14/02/2019, existem 8.632 MW de projetos de geração de energia previstos para entrar em operação no Nordeste. Esses empreendimentos somam investimentos estimados em R$ 37,5 bilhões. Da potência prevista, 3.046 MW encontram-se em fase de construção e outros 5.587 MW ainda não tiveram suas obras iniciadas. Dos projetos eólicos previstos, destacam-se a Bahia e o Rio Grande do Norte, enquanto dos projetos fotovoltaicos sobressaem-se o Ceará e o Piauí. Cabe destacar ainda o projeto termelétrico "Porto de Sergipe I", de 1.516 MW, em implantação no Estado de Sergipe (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Usinas de geração de energia elétrica previstas para o Nordeste (MW)



Fonte	MW	%
Eólica	5.147	59,6
Fóssil	2.171	25,1
Solar	1.290	14,9
Hídrica	14	0,2
Biomassa	11	0,1
Total	**8.632**	**100,0**

	BA	RN	SE	PI	CE	PB	MA	PE
Eólica	1.898	1.545	-	718	334	472	98	82
Solar	125	-	-	466	471	27	-	202
Fóssil	286	-	1.516	-	-	-	369	-
Biomassa	-	-	-	-	-	-	-	11
Hídrica	-	5	-	-	9	-	-	-
Total	2.309	1.550	1.516	1.183	814	499	467	295

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (2019b).
Elaboração: BNB/ETENE/Célula de Estudos e Pesquisas Setoriais.
Nota: computadas apenas usinas do "Banco de Informações de Geração", da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), podendo existir outras que ainda não constam nessa base de dados.

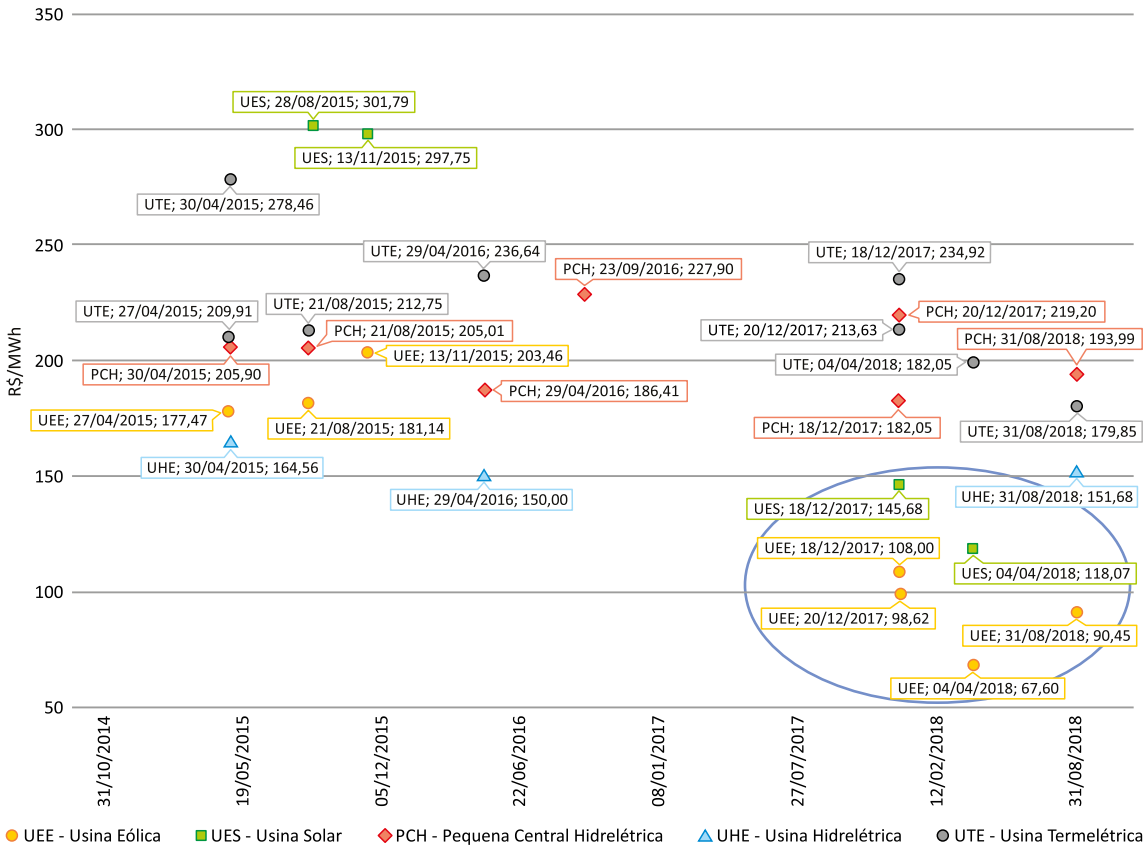
2 Existem outros projetos previstos, inclusive aprovados em leilões (por exemplo, do 28º LEN), que ainda não constam na base de dados "Banco de informações de Geração" da ANEEL na data pesquisada (14/02/2019).

4.2 Competitividade das Fontes Solar e Eólica no Brasil

4.2.1 Competitividade da fonte solar

Até recentemente, a energia solar era a mais cara dentre as alternativas comercializadas nos leilões de energia elétrica promovidos pela ANEEL. Com efeito, os dois preços mais elevados já comercializados nos leilões foram da fonte solar. Isto ocorreu no 7º LER (28/08/2015) e no 8º LER (13/11/2015) (**Gráfico 16**). Ressalta-se que, apesar da existência de alternativas menos custosas, o Governo brasileiro promoveu esses leilões visando incentivar a inserção da fonte solar no Brasil, contribuindo para a criação de um mercado interno.

Gráfico 16 – Preço médio por fonte de energia obtido nos leilões da ANEEL 2015-2018 (Valores históricos em R$/MWh)

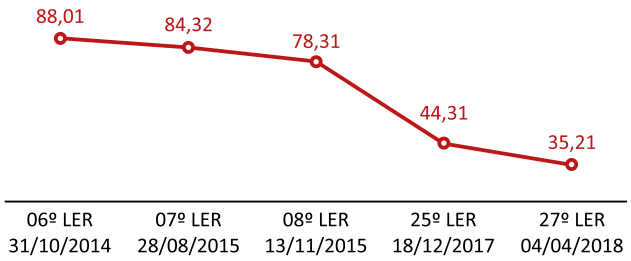


Fonte: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (2019).
Elaboração: BNB/ETENE/Célula de Estudos e Pesquisas Setoriais.
Legenda: Usina Eólica (UEE); Usina Solar (UES); Pequena Central Hidrelétrica (PCH); Usina Hidrelétrica (UHE); Usina Termelétrica (UTE).

No entanto, essa realidade está mudando. No 25º LEN, realizado em 18/12/2017, o preço médio praticado para a fonte solar despencou, alcançando R$ 145,68/MWh. Também no 27º LEN, realizado em 05/04/2018, o preço reduziu ainda mais, alcançando R$ 118,07/MWh. No histórico dos leilões desde 2015, esses valores somente foram superados pelos preços observados para a fonte eólica, sendo inferiores aos de PCHs, hidrelétricas e termelétricas, conforme dados circundados no Gráfico 16.

O preço do MWh da energia fotovoltaica, quando mensurado em dólar norte-americano, também recuou nos cinco leilões da ANEEL nos quais a fonte solar teve projetos aprovados. Em dólar, o preço caiu 60,0% desde o 6º LER (US$ 88,01/MWh), ocorrido em 31/10/2014, até o 27º LEN (US$ 35,21/MWh), realizado em 04/04/2018 (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Preço médio da energia fotovoltaica comercializada nos leilões (US$/MWh)



Fontes: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (2018) e Banco Central do Brasil (2019).
Elaboração: BNB/ETENE/Célula de Estudos e Pesquisas Setoriais.

A expressiva diminuição no valor do MWh oriundo da fonte solar deveu-se, sobretudo, à queda no preço do módulo solar nos últimos anos, principal item de custo dos sistemas fotovoltaicos. Entre 2012 e 2018, o preço médio do módulo fotovoltaico importado caiu 87%, o que explica, em parte, o aumento da competitividade da fonte solar nos leilões. Paralelamente à queda nos preços, observa-se um vertiginoso crescimento nas importações de módulos, que saltou de US$ 7,11 milhões em 2012 para US$ 580,53 milhões em 2018 (Tabela 7).

Tabela 7 – Importações brasileiras de módulos solares – 2012-2017

Ano	Importações de módulos solares (US$ milhões)	Importações de módulos solares (kg)	Preço médio (US$/Kg)
2012	7,11	537.028	13,23
2013	18,72	2.042.432	9,16
2014	16,80	1.732.306	9,70
2015	44,45	5.858.760	7,59
2016	256,62	44.401.832	5,78
2017	350,33	72.554.979	4,83
2018	580,53	125.817.774	4,61

Fonte: Brasil (2019).
Elaboração: BNB/ETENE/Célula de Estudos e Pesquisas Setoriais.
Nota: valores referentes aos códigos NCM 85414032 e 85414039.

Apesar do incremento nas importações de módulos nos últimos anos, o potencial substancial brasileiro para o incremento da geração solar fotovoltaica, aliado à política de conteúdo nacional dos produtos financiados pelo BNDES e BNB, tem atraído o interesse de grupos estrangeiros em se instalar no Brasil. No País, já estão em operação, dentre outros, a Canadian Solar, localizada em Sorocaba-SP, a BYD Energy, situada em Campinas-SP, e a Kyoceara, no Rio de Janeiro. Além desses, outros fabricantes se mostram interessados em produzir módulos solares no Brasil, a exemplo do que aconteceu com a fonte eólica.

Para o futuro, as perspectivas são ainda mais promissoras para a fonte solar no Brasil. A tendência de queda no preço dos módulos solares, aliada à recente implantação no Brasil de fábricas de componentes de sistemas fotovoltaicos certamente contribuirão para o aumento da competitividade da fonte solar no País.

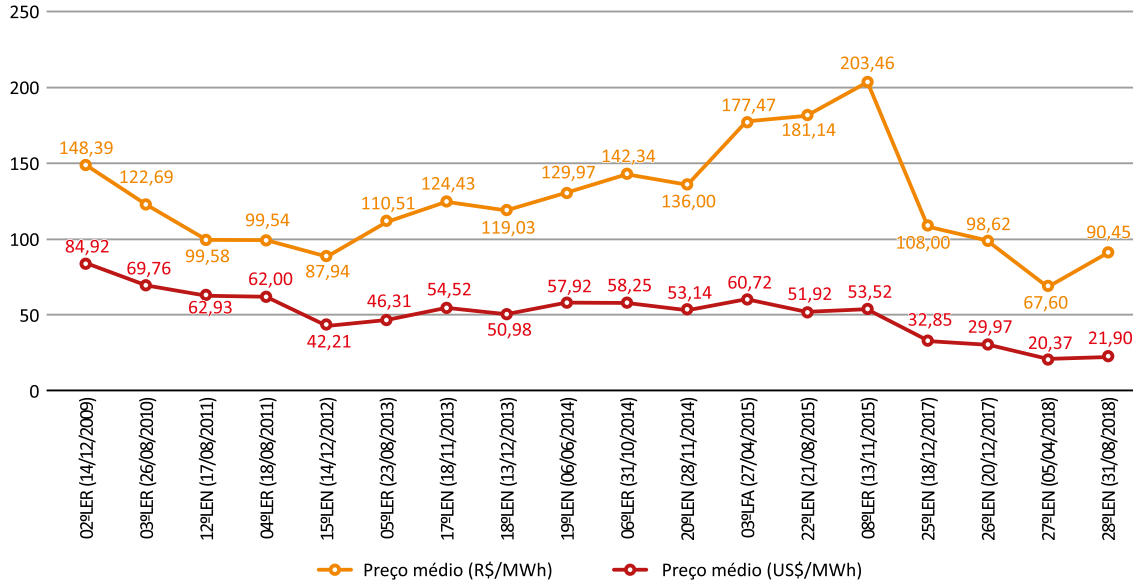
4.2.2 Competitividade da fonte eólica

A competitividade da geração eólica se confirma pelo sucesso alcançado nos leilões, nos quais os projetos que utilizam essa fonte energética têm alcançado posição de destaque, em razão de seus preços por MWh estarem entre as melhores opções. Em função de sua elevada competitividade, a fonte eólica tem aumentado sistematicamente sua participação na matriz elétrica do Brasil, principalmente a partir de 2014, quando o incremento anual passou a ser superior a 1 GW. Esse cenário de vultosos investimentos em geração eólica no Brasil, particularmente no Nordeste, tende a permanecer no futuro, mantendo aquecido o mercado de equipamentos e serviços nessa área.

Nos dois últimos leilões promovidos pela ANEEL (27º LEN – 04/04/2018 e 28º LEN – 31/08/2018, cujos dados estão circundados no Gráfico 16), a fonte eólica obteve os menores patamares de preços, comparativamente a outras fontes, considerando os certames realizados de 2015 a 2018.

Desde 2009, quando as primeiras usinas eólicas foram aprovadas nos leilões realizados pela CCEE, os preços do MWh vêm apresentando tendência de queda, quando analisados em dólar. Computado na moeda norte-americana, o preço médio do MWh reduziu cerca de 75% entre o primeiro e o último leilão com projetos eólicos aprovados, contribuindo para elevar sobremaneira a competitividade dessa fonte energética no Brasil (Gráfico 18).

Gráfico 18 – Preços médios dos projetos eólicos aprovados nos leilões realizados pela ANEEL

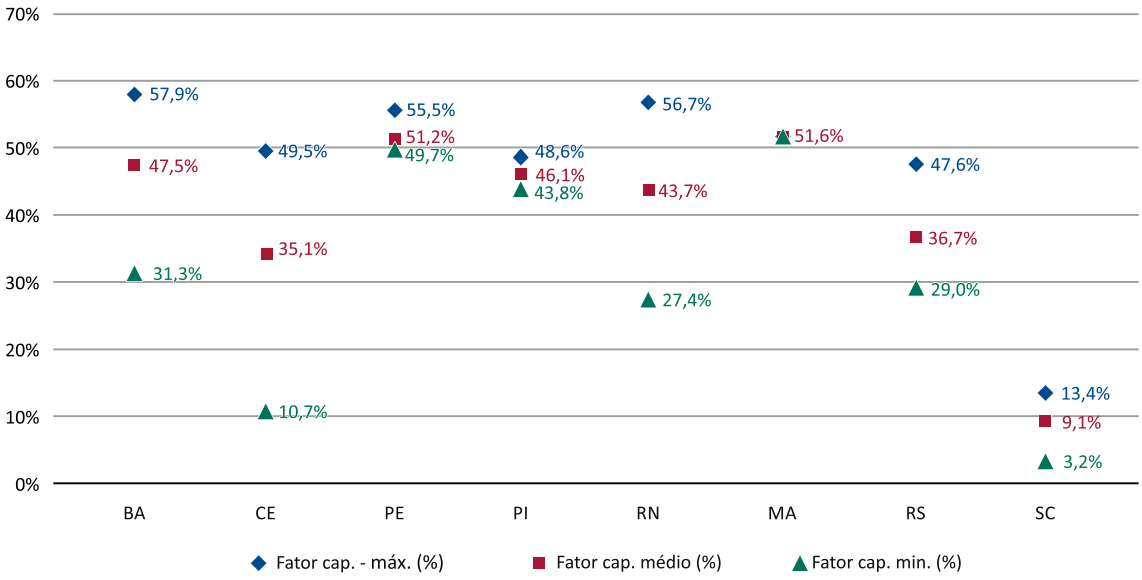


Fonte: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (2019) e Banco Central do Brasil (2019).
Elaboração: BNB/ETENE/Célula de Estudos e Pesquisas Setoriais.
Notas: valores em reais correspondem aos preços históricos médios do MWh da fonte eólica obtidos nos leilões.

Como forma de se ter uma ideia do desempenho dos empreendimentos eólicos implantados nos estados, apresenta-se, no Gráfico 19, valores mínimo, médio e máximo do fator de capacidade[3] observados no ano de 2018. Todos os estados nordestinos apresentam fator de capacidade médio superior a 40%, diferentemente do Rio Grande do Sul (36,7%) e de Santa Catarina (9,1%). Além disso, de acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (BOLETIM MENSAL DE GERAÇÃO EÓLICA, 2018), o fator de capacidade médio em 2018 dos parques eólicos implantados no Nordeste (44,0%) supera a média da Região Sul (33,5%), razão pela qual a Região nordestina tem sido preferida pelos investidores, conforme já referido. Ressalta-se que o fator de capacidade de um parque eólico pode apresentar variações entre dois ou mais anos, em razão principalmente das características de vento. Cabe ainda destacar que, em geral, os valores de fator de capacidade dos parques eólicos instalados no Brasil, em particular no Nordeste, superam em muito os obtidos na Europa.

3 Fator de capacidade representa a relação entre a energia efetivamente produzida e a capacidade nominal de geração de uma instalação ou conjunto de instalações, em um determinado espaço de tempo.

Gráfico 19 – Fatores de capacidade mínimo, médio e máximo em 2018 de empreendimentos eólicos, por Estado



Fonte: Boletim Mensal de Geração Eólica (2018).
Elaboração: BNB/ETENE/Célula de Estudos e Pesquisas Setoriais.
Notas: 1) o fator de capacidade médio corresponde à média ponderada dos fatores de capacidade das usinas eólicas; 2) foram desconsiderados os projetos instalados após 31/12/2017; 3) O Maranhão teve apenas um empreendimento eólico instalado até 31/12/2017 (Conjunto Paulino Neves), desta forma, a média coincide com a máxima e a mínima.

4.3 Mercado de Geração Solar e Eólica: Potencial, Situação Atual e Perspectivas

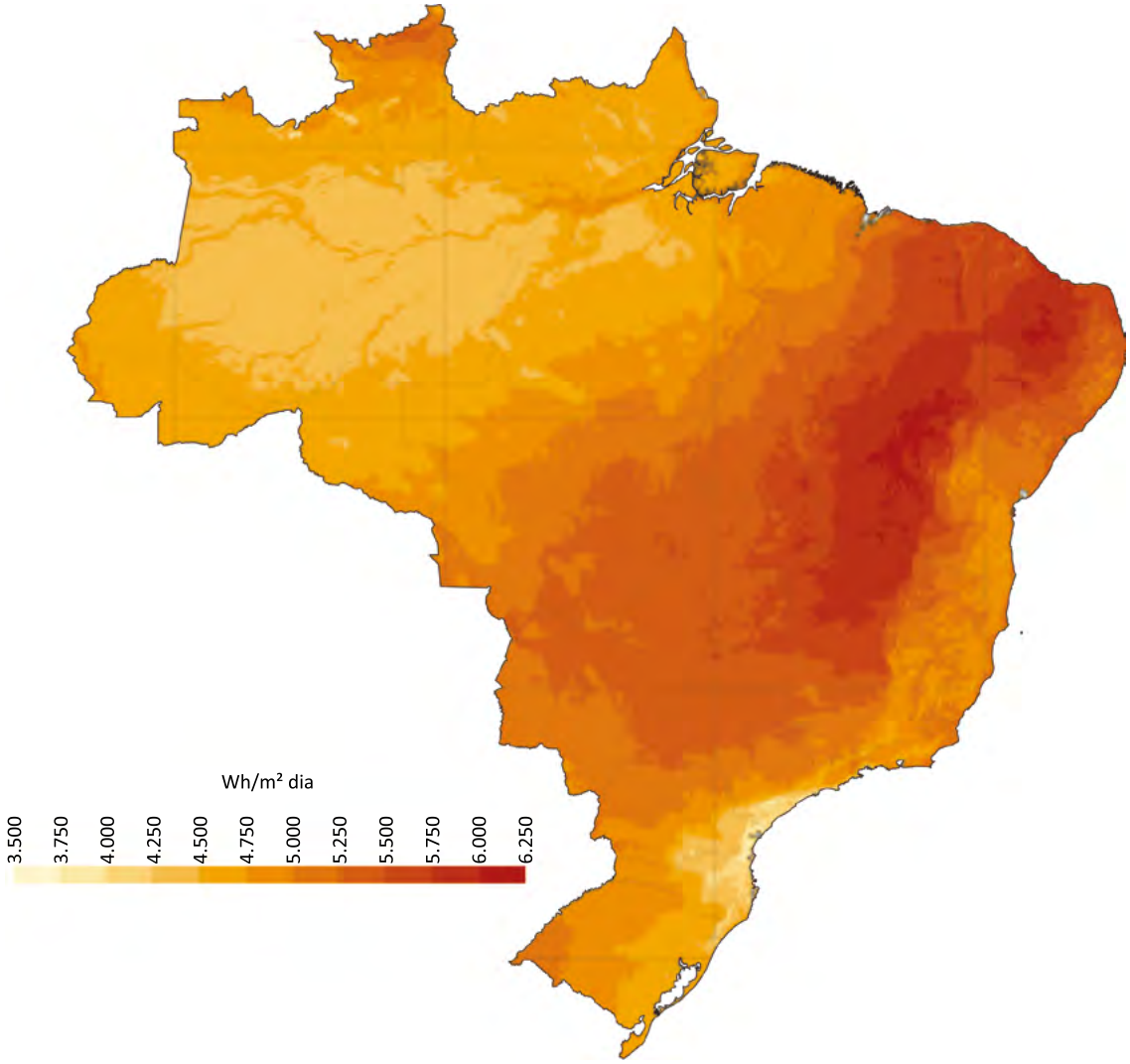
4.3.1 Potencial do Brasil em geração solar

A grande extensão territorial e a expressiva área de telhados em unidades residenciais e comerciais, aliadas ao elevado nível de irradiação solar existente no Brasil, representam um enorme potencial para a geração solar centralizada e distribuída.

O Atlas Brasileiro de Energia Solar, publicado em 2017 pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), disponibiliza os valores médios anuais da irradiação solar no Brasil (Figura 4). De acordo com esse estudo, o Nordeste é a região que possui os melhores parâmetros, apresentando o maior nível de irradiação no plano inclinado (média anual de 5,52 kWh/m^2.dia) e menor variabilidade interanual durante o ano (PEREIRA et al., 2017). Por essa razão, essa região, em particular sua porção semiárida, onde a elevada irradiação está associada à ocorrência de baixa precipitação e menor cobertura de nuvens ao longo do ano, se credencia a ser o destino prioritário de investimentos em geração de energia elétrica a partir da fonte solar, como já se observa nos leilões da ANEEL.

Destaque-se ainda que o potencial solar no Brasil supera, em muito, o de outras fontes. Com efeito, como observa Sauaia (2016), o potencial brasileiro para a geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis é gigantesco, compreendendo 172 GW para a fonte hídrica, 440,5 GW para a fonte eólica, 28.519 GW para a fonte solar em projetos centralizados e 164,1 GW para essa fonte em projetos residenciais de geração distribuída. A título de comparação, a capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil é, em dados de 22/02/2019, de aproximadamente 164 GW. Portanto, são enormes as possibilidades de investimentos para suprir as necessidades do País por meio das fontes renováveis, particularmente com a utilização dos recursos solar e eólico.

Figura 4 – Brasil: Total diário de irradiação no plano inclinado na latitude – média anual

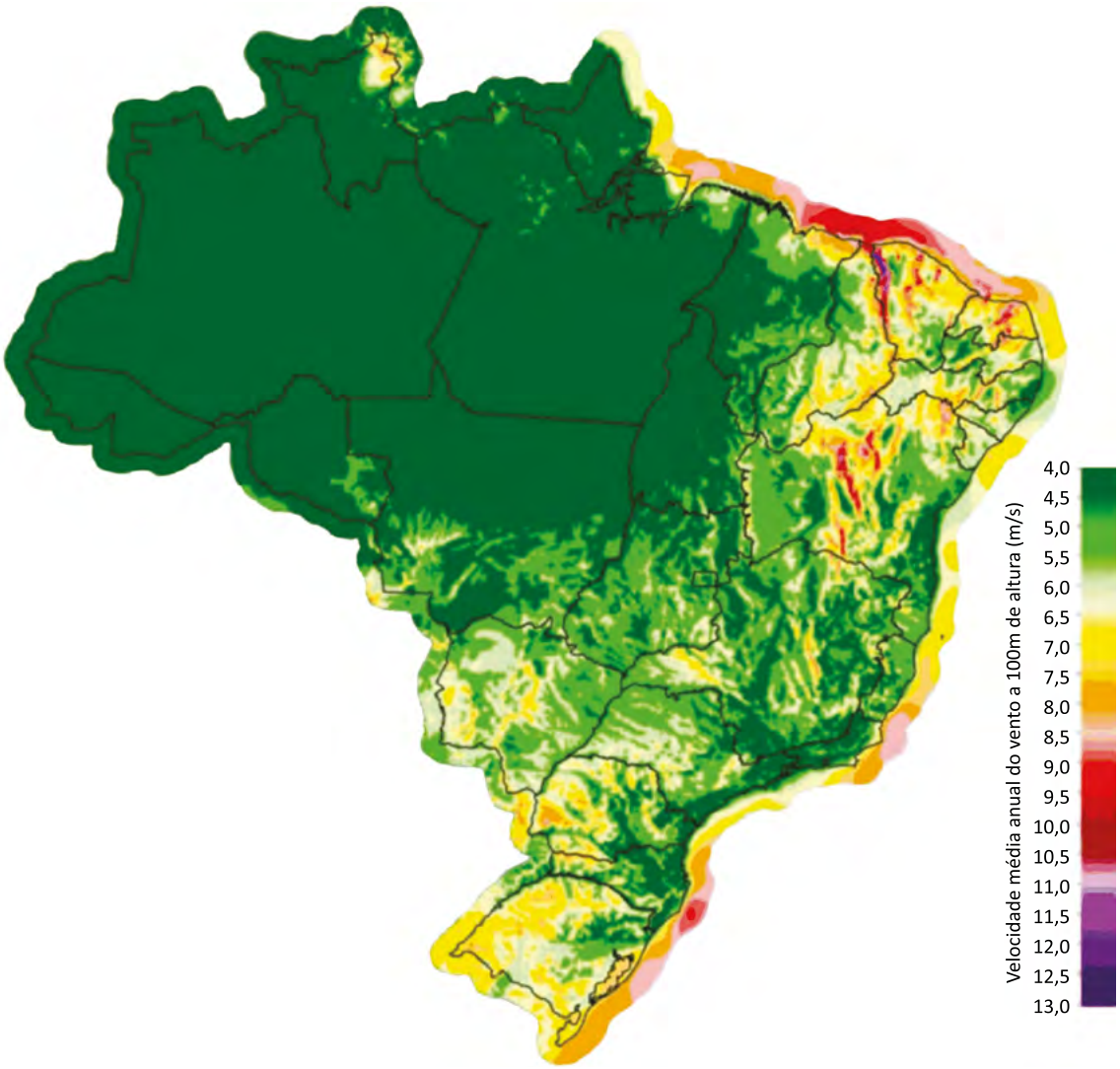


Fonte: Pereira et al. (2017).

4.3.2 Potencial do Brasil em geração eólica

De acordo com estimativas realizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), considerando as atuais tecnologias para produção de energia a partir do vento e, principalmente, a utilização de aerogeradores posicionados a 100 metros de altura, o potencial eólico brasileiro pode chegar a 880,5 GW, sendo que 522 GW são considerados tecnicamente viáveis (Figura 5). O potencial eólico brasileiro *offshore* (no mar) também é gigantesco, estimando-se alcançar 1,3 TW, tendo a região costeira oceânica do Nordeste as áreas mais favoráveis. Para a Região nordestina, as estimativas apontam potencial *onshore* (em terra) de 309 GW (PEREIRA, 2016).

Figura 5 – Potencial eólico do Brasil

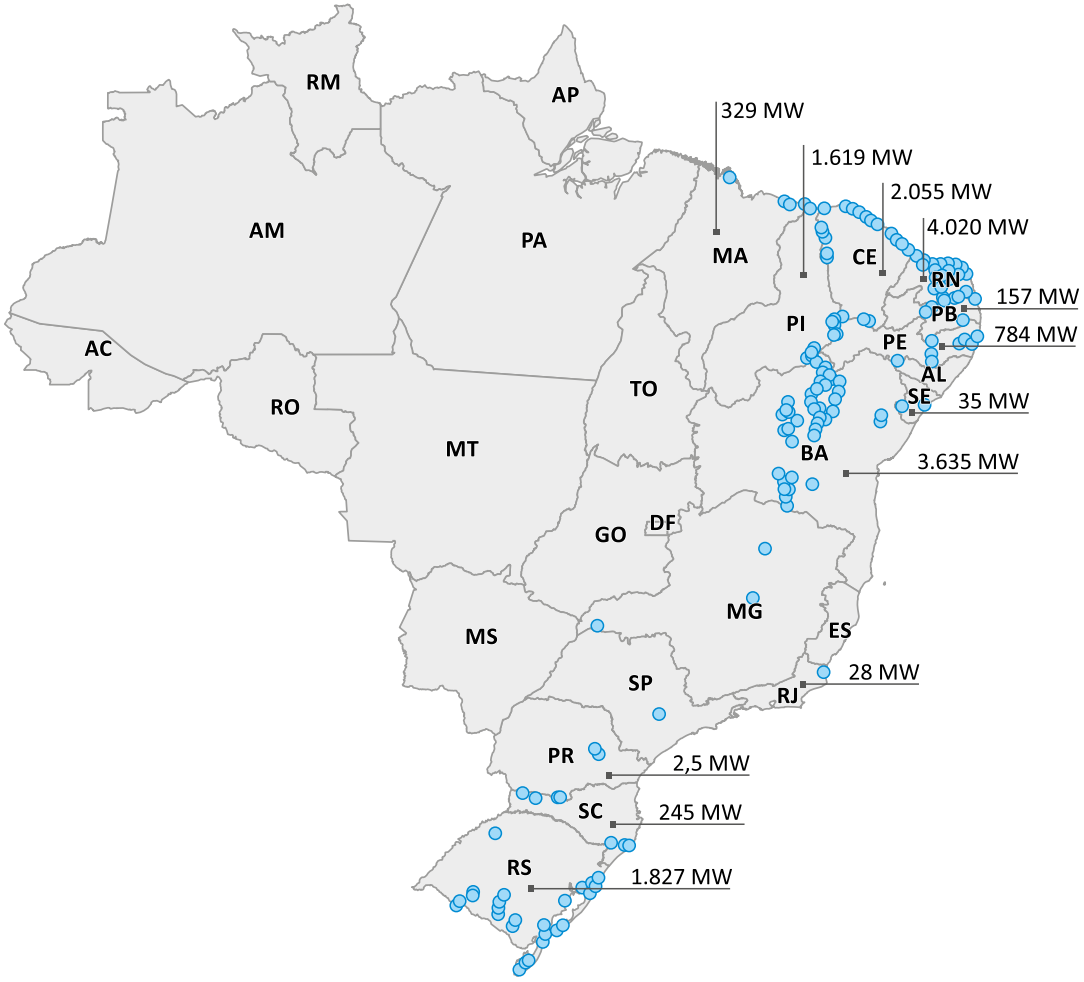


Fonte: Adaptado de Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (2017) por BNB/ETENE/Célula de Gestão de Informações Econômicas.
Nota: A área de cobertura das simulações extrapola as fronteiras do Brasil, adentrando também no mar (*offshore*).

No Brasil, a maioria dos projetos eólicos está situada no Nordeste. Isto se deve ao fato de se localizarem na Região nordestina as "jazidas" de vento que apresentam as melhores condições de aproveitamento para fins de geração de energia elétrica (Figura 6).

O elevado potencial eólico do Brasil, associado à competitividade dessa fonte energética nos leilões de compra e venda de energia elétrica, atraiu diversos fabricantes de componentes de aerogeradores para o País, já tendo sido instaladas diversas fábricas em vários estados. Estando no Nordeste as áreas mais propícias à geração eólica, alguns fabricantes de aerogeradores optaram por instalar suas fábricas nessa Região, inclusive de componentes (torres, pás, flanges etc.) (Quadro 4). Destaca-se também que a efervescência dessa indústria, cujo crescimento tem sido vertiginoso e sustentável nos últimos anos, ensejou a criação de cursos de capacitação em universidades brasileiras, bem como a formação de grupos de pesquisa nessa área.

Figura 6 – Potência eólica instalada nos estados brasileiros – Posição: 22/02/2019



Fonte de dados: Agência Nacional de Energia Elétrica (2019a).
Elaboração: BNB/ETENE/Célula de Gestão de Informações Econômicas.
Notas: 1) Dados referem-se à potência instalada de usinas eólicas fiscalizadas;
2) Informado apenas valores dos estados com potência superior a 1 MW.

Quadro 4 – Principais fabricantes de componentes da indústria eólica no Brasil

Fabricantes	UF	Localização	Principais Produtos
Siemens-Gamesa	BA	Camaçari	Nacele
Acciona Windpower	BA	Simões Filho	Cubos eólicos
	RN	Areia Branca	Torres de concreto
Vestas	CE	Aquiraz	Aerogeradores
Wöbben	CE	Pecém	Pás
	BA	Juazeiro	Torres
	SP	Sorocaba	Aerogeradores, pás
WEG	SC	Jaraguá do Sul	Aerogeradores
GE	SP	Campinas	Nacele
TEN - Torres Eólicas do Nordeste	BA	Jacobina	Torres
Tecsis	BA	Camaçari	Pás
LM Wind Power	PE	Suape	Pás
Aeris	CE	Pecém	Pás

Fonte: Elaborado por BNB/ETENE/Célula de Estudos e Pesquisas Setoriais.

4.3.3 Situação atual da fonte solar no Brasil

Apesar do enorme potencial, a inserção da geração solar no Brasil ainda é tímida, correspondendo a 2,6 GW em 22/02/2019[4], sendo 23,6% na modalidade de geração distribuída e 76,4% em projetos de geração centralizada. O Nordeste representa 53,9% da capacidade instalada de geração fotovoltaica no Brasil, decorrente principalmente da preponderância de projetos centralizados na Região (Tabela 8).

Tabela 8 – Capacidade instalada de geração solar fotovoltaica no Brasil, Nordeste e Estados da Região – Distribuída e centralizada – Posição: 22/02/2019

Unidade Geográfica	Geração Distribuída		Geração Centralizada		Total	
	Potência (kW)	% Brasil	Potência (kW)	% Brasil	Potência (kW)	% Brasil
BRASIL	613.325,55	100,0%	1.985.719,26	100,0%	2.599.044,81	100,0%
NORDESTE	105.616,48	17,2%	1.295.284,77	65,2%	1.400.901,25	53,9%
Alagoas	4.076,04	0,7%	-	0,0%	4.076,04	0,2%
Bahia	14.422,17	2,4%	652.727,80	32,9%	667.149,97	25,7%
Ceará	22.880,20	3,7%	137.000,00	6,9%	159.880,20	6,2%
Maranhão	8.040,63	1,3%	51,93	0,0%	8.092,56	0,3%
Paraíba	11.987,82	2,0%	108.400,00	5,5%	120.387,82	4,6%
Pernambuco	17.724,17	2,9%	10.000,00	0,5%	27.724,17	1,1%
Piauí	8.219,84	1,3%	270.000,00	13,6%	278.219,84	10,7%
Rio Grande do Norte	13.963,28	2,3%	117.105,04	5,9%	131.068,32	5,0%
Sergipe	4.302,33	0,7%	-	0,0%	4.302,33	0,2%

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (2019b).
Elaboração: BNB/ETENE/Célula de Estudos e Pesquisas Setoriais.
Nota: na geração centralizada, a potência corresponde à potência fiscalizada pela ANEEL.

4.3.3.1 Geração solar centralizada

No Brasil, a geração solar centralizada tem ocorrido principalmente por meio de leilões promovidos pela ANEEL e realizados pela CCEE.

Nos cinco leilões realizados em que a fonte solar foi contemplada, foram aprovados 143 projetos de geração fotovoltaica, perfazendo um total de 4,0 GW de potência. Nesses certames, os investimentos previstos em projetos fotovoltaicos somam 21 bilhões, sendo R$ 15,4 bilhões no Nordeste (Tabela 9).

Da potência total aprovada em leilões da ANEEL, o Nordeste foi contemplado com 72% (2,9 GW), distribuídos em 102 projetos. Isto indica que o elevado potencial solar da Região nordestina tem se materializado em projetos vencedores nos leilões de compra e venda de energia elétrica realizados pela CCEE.

O crescimento de empreendimentos centralizados de geração solar tem ocorrido principalmente por meio de leilões do Governo Federal, sendo a energia comercializada, em grande parte, no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

No entanto, recentemente tem-se observado o crescimento do Ambiente de Contratação Livre (ACL), com um maior número de projetos fotovoltaicos planejados para atuar nesse mercado. Nesse sentido, a Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig realizou leilão (LP 03/2018, de 06/06/2018) de compra de energia incentivada das fontes solar e eólica destinada ao Ambiente de Contratação Livre (ACL). No certame, foram habilitadas 44 empresas, com 181 empreendimentos cadastrados e 5.500 MW de potência. Desses, foram aprovados 1.240 MW, não tendo sido divulgados, no entanto, o montante por fonte, os preços obtidos e o nome das empresas vencedoras.

4 Em 22/02/2019, a geração solar fotovoltaica (centralizada e distribuída – 2,6 GW) representava 1,6% da capacidade instalada de geração elétrica do Brasil (163,5 GW).

Tabela 9 – Distribuição estadual da potência de geração fotovoltaica aprovada em leilões de energia elétrica realizados pela CCEE

Leilão		06ºLER	07ºLER	08ºLER	25ºLEN	27ºLEN	Total
Data Leilão		31/10/2014	28/08/2015	13/11/2015	18/12/2017	04/04/2018	
Potência por UF (MW)	BA	399,7	324,8	169,3	112,0		1.005,8
	PI	-	270,0	-	240,0	179,9	689,9
	MG	90,0	150,0	270,0	-	169,9	679,9
	CE	60,0	-	120,0	-	390,0	570,0
	SP	270,0	-	5,0	75,0		350,0
	PE	-	-	105,0	147,0	66,9	318,9
	RN	30,0	-	140,0	-		170,0
	PB	30,0	84,0	30,0	-		144,0
	TO	-	5,0	90,0	-		95,0
	GO	10,0	-	-	-		10,0
Potência total(MW)	Brasil	889,7	833,8	929,3	574,0	806,6	4.033,4
	Nordeste	519,7	678,8	564,3	499,0	636,8	2.898,6
Qde. projetos aprovados	Brasil	31	30	33	20	29	143
	Nordeste	18	24	20	17	23	102
Investimento* (R$ milhões)	Brasil	4.144,2	4.341,4	4.396,9	3.854,1	4.283,8	21.020,3
	Nordeste	2.420,7	3.534,3	2.670,0	3.350,5	3.381,6	15.357,1
Preço médio MWh	R$	215,12	301,79	297,75	145,68	118,07	
	US$	88,01	84,32	78,31	44,31	35,21	

Fonte: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (2019).
Nota: * baseado no preço médio de investimento (R$/MW) de cada leilão para a fonte solar.

A CEMIG também realizou, em 04/10/2018, o Leilão de Compra de Energia Incentivada Solar e Eólica LP 04/2018, por meio do qual foram adquiridos 152,5 MW médios em contratos com início de fornecimento em janeiro/2022 e duração de 20 anos. Os empreendimentos vencedores do certame totalizaram 388 MW de capacidade instalada.

4.3.3.2 Geração solar distribuída

No caso da geração solar distribuída, somente após avanços na legislação, ocorrida principalmente a partir da Resolução Normativa ANEEL nº. 482 de 2012 e aprimoramentos posteriores, o crescimento dessa alternativa de geração tem acontecido de forma mais intensa. A capacidade instalada de geração solar nesta modalidade no País atingiu 613,3 MW em 22/02/2019, dos quais 17,2% no Nordeste. Nessa Região, destaca-se o Estado do Ceará, com 22,8 MW instalados (Tabela 8).

Na geração distribuída, o Banco do Nordeste estendeu, em dezembro/2018, o financiamento do FNE Sol, passando a contemplar também pessoas físicas. Com esta iniciativa, espera-se que a geração distribuída possa crescer de forma mais acelerada.

4.3.4 Situação atual da fonte eólica no Brasil

De acordo com a ANEEL (2019), existem 599 usinas eólicas em operação comercial no Brasil, que somam 14,74 GW em capacidade instalada (dados de 22/02/2019). Dessas usinas, 498 estão no Nordeste, perfazendo 12,63 GW de capacidade instalada na Região.

Concernente apenas aos leilões de comercialização de energia elétrica promovidos pela ANEEL, foram aprovados nos certames realizados 614 usinas de geração eólica, entre projetos já implantados e a implantar, totalizando 15,5 GW de potência. Desse montante, 14,0 GW, cerca de 90% do total, estão no Nordeste. Dos nove estados brasileiros com parques eólicos contemplados em leilões, oito são nordestinos. Fora da Região, apenas o Rio Grande do Sul (≈1,5 GW). A Tabela 10 detalha o resultado dos leilões realizados pela ANEEL, por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Tabela 10 – Parques eólicos aprovados nos leilões realizados pela CCEE – Posição: 31/08/2018

Data Leilão	Leilão	Qde. Usinas	Potência (MW)	BA	RN	RS	PI	CE	PE	MA	PB	SE
14/12/2009	02ºLER	71	1.805,7	390,0	657,0	186,0	-	542,7	-	-	-	30,0
26/08/2010	03ºLER	20	528,2	261,0	247,2	20,0	-	-	-	-	-	-
17/08/2011	12ºLEN	44	1.067,6	265,6	52,8	492,0	75,6	103,6	78,0	-	-	-
18/08/2011	04ºLER	34	861,1	148,8	405,4	132,4	-	174,5	-	-	-	-
14/12/2012	15ºLEN	10	281,9	52,3	-	28,0	-	-	-	201,6	-	-
23/08/2013	05ºLER	66	1.505,2	567,8	132,0	80,5	420,0	113,2	191,7	-	-	-
18/11/2013	17ºLEN	39	867,6	83,0	-	326,6	240,0	98,0	120,0	-	-	-
13/12/2013	18ºLEN	97	2.337,8	1.000,8	684,7	152,0	168,0	212,3	120,0	-	-	-
06/06/2014	19ºLEN	21	551,0	-	84,0	48,0	-	117,0	302,0	-	-	-
31/10/2014	06ºLER	31	769,1	373,5	235,6	-	78,0	-	82,0	-	-	-
28/11/2014	20ºLEN	36	926,0	446,6	164,4	-	225,0	-	-	-	90,0	-
27/04/2015	03ºLFA	3	90,0	90,0	-	-	-	-	-	-	-	-
21/08/2015	22ºLEN	19	538,8	-	-	-	231,6	97,2	-	210,0	-	-
13/11/2015	08ºLER	20	548,2	493,0	25,2	-	-	-	-	30,0	-	-
18/12/2017	25ºLEN	2	64,0	-	64,0	-	-	-	-	-	-	-
20/12/2017	26ºLEN	49	1.386,6	108,0	310,2	-	510,0	-	82,0	95,0	281,4	-
04/04/2018	27ºLEN	4	114,4	114,4	-	-	-	-	-	-	-	-
31/08/2018	28ºLEN	48	1.250,7	508,4	742,3							
	Total	614	15.493,9	4.903,2	3.804,8	1.465,5	1.948,2	1.458,5	975,7	536,6	371,4	30,0

Fontes: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (2019).
Elaboração: BNB/ETENE/Célula de Estudos e Pesquisas Setoriais.
Notas:
1) os leilões contemplam projetos em operação e os que estão previstos para ser implantados nos próximos anos;
2) os dados referem-se aos projetos aprovados nos leilões;
3) Por razões diversas, alguns empreendimentos podem não ter sido implantados.

Além desses oriundos dos leilões da ANEEL, existem outros parques eólicos implantados e a implantar no País. Por exemplo, nos leilões realizados pela CEMIG, foram contemplados também projetos eólicos. Como já salientado, nesses certames não foram divulgados o montante por fonte, os preços obtidos e o nome das empresas vencedoras.

No que se refere à geração eólica distribuída, é muito tímida a inserção no Brasil. Com efeito, até 22/02/2019, existiam no País apenas 57 usinas da fonte eólica na modalidade de geração distribuída, totalizando 10,3 MW. Dentre os estados brasileiros, cabe destaque ao Ceará, que reúne 24 unidades consumidoras e 97,6% da capacidade instalada de geração eólica do País em geração distribuída (**Tabela 11**). Uma das razões da pouca adesão à geração eólica distribuída deve-se ao fato dos aerogeradores possuírem peças móveis, ocasionando desgastes nas peças, diferentemente das usinas fotovoltaicas, preferidas dos usuários. Este fato enseja a necessidade de maior nível de manutenção, além de gerar ruídos.

Tabela 11 – Projetos eólicos de geração distribuída nos estados brasileiros – Posição: 22/02/2019

UF	Quantidade de usinas	Potência (kW)
CE	24	10.065,0
SP	5	34,4
RN	7	133,4
RS	6	20,7
PR	5	35,0
BA	2	8,2
PE	2	5,7
SC	3	6,6
PB	1	2,4
PA	1	2,0
RJ	1	1,0
TOTAL	57	10.314,4

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (2019b).
laboração: BNB/ETENE/Célula de Estudos e Pesquisas Setoriais.

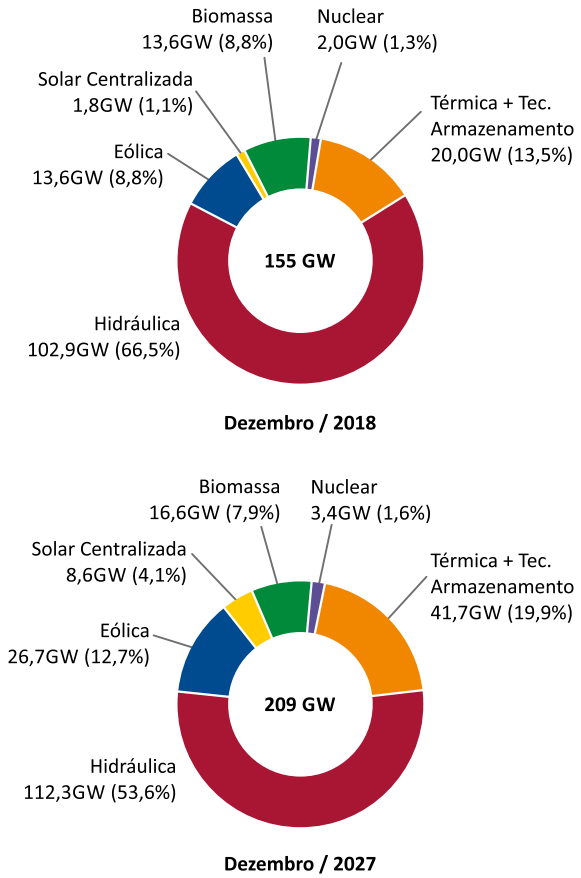
4.3.5 Perspectivas para as fontes solar e eólica no Brasil

O Plano Decenal de Expansão de Energia 2027 (MME; EPE, 2018) prevê crescimento expressivo para a geração solar fotovoltaica centralizada, que saltará de 1,8 GW em 2018 para aproximadamente 8,6 GW no horizonte do Plano, montante que representará 4,1% da capacidade instalada de geração de energia elétrica do Brasil em 2027 (Gráfico 20). Caso confirmado, essa expansão demandará investimentos da ordem de R$ 35 bilhões[5] no período. Mantida a proporção atual de participação do Nordeste em projetos centralizados de geração de energia solar (65,2%), estima-se que essa Região absorverá cerca de R$ 23 bilhões.

Para a geração eólica, o referido Plano Decenal projeta crescimento de 13,1 GW no horizonte do plano. Estima-se que os investimentos no segmento demandarão recursos da ordem de R$ 72 bilhões[6] no período. Mantida a mesma proporção de participação do Nordeste em projetos eólicos observada nos leilões promovidos pela ANEEL (90%), estima-se que cerca de R$ 65 bilhões serão destinados a empreendimentos situados na Região.

5 Estimado com base no preço médio de R$ 5,21 milhões/MW, observado nos cinco leilões com projetos aprovados de energia solar.
6 Estimado com base no preço médio de R$ 5,50 milhões/MW observado no 27º Leilão de Energia Nova.

Gráfico 20 – Evolução da capacidade instalada por fonte de geração para a expansão de referência



Fonte: Adaptado de Brasil e Empresa de Pesquisa Energética (2018).
Nota: em dezembro de 2017, de acordo com a ANEEL, a capacidade instalada de energia solar centralizada correspondia a 994,6 MW.

O Ministério de Minas e Energia publicou, no Diário Oficial da União de 06/03/2019, as portarias de números 151 e 152, com o calendário plurianual de leilões de compra de energia elétrica de novos empreendimentos de geração. Os leilões serão realizados entre 2019 e 2021. O calendário dos leilões de novos empreendimentos de geração de energia é o seguinte (BRASIL, 2019):

- 27 de junho de 2019 – leilão A-4;

- 26 de setembro – leilão A-6;

- 23 de abril de 2020 – leilão A-4;

- 24 de setembro de 2020 – leilão A-6;

- 29 de abril de 2021 – leilão A-4;

- 30 de setembro de 2021 – leilão A-6.

No que concerne à geração distribuída (todas as fontes), de acordo com projeções do referido Plano Decenal (BRASIL; EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2018), o mercado desse segmento crescerá no Brasil de forma sistemática nos próximos anos, saindo de cerca de 0,25 GW em 2017 para 11,9 GW em 2027, implantados em 1,35 milhão de unidades consumidoras. Trata-se de um crescimento exponencial que requererá investimentos da ordem de R$ 60 bilhões no período. Mantida a proporção atual de participação do Nordeste (17,2%), estima-se que a Região será contemplada com investimentos da ordem de R$ 10 bilhões.

Considerando as fontes solar e eólica, em projetos de geração centralizada e distribuída, estima-se que o Nordeste demandará investimentos da ordem de R$ 98 bilhões no período de 2018 a 2027.

4.4 Situação Atual e Perspectivas da Transmissão de Energia Elétrica

Diante das grandes distâncias entre as usinas e os centros de consumo, há a necessidade de uma extensa rede de transmissão no Brasil. Em 2017, o País possuía 141,4 mil quilômetros de linhas de transmissão, de acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico.

A expansão do sistema de transmissão de energia elétrica no Brasil ocorre por meio de leilões promovidos pela ANEEL. O Anexo A apresenta os empreendimentos de transmissão leiloados a partir 2017 situados em estados da área de atuação do BNB, que estão em fase de implantação. Prevê-se que sejam investidos nesses empreendimentos o montante de R$ 12,8 bilhões.

Olhando para o futuro, a necessidade de expansão da rede de transmissão também requererá expressivos investimentos em todas as regiões, inclusive no Nordeste. Com efeito, o Programa de Expansão da Transmissão (PET), elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2019a) indicou serem necessários investimentos de R$ 7,5 bilhões em novas linhas de transmissão e mais R$ 5,2 bilhões em novas subestações no período de 2019 a 2025. Particularmente para o Nordeste, estão previstos R$ 1,3 bilhão para 1.276 km de novas linhas e R$ 199,0 milhões para 4 novas subestações (Tabela 12). Ressalta-se que são projetos oriundos de planejamento da EPE que ainda não foram outorgados (licitados ou autorizados).

Tabela 12 – Projetos de transmissão e seccionamentos e de subestações previstos para o Brasil no período de 2019 - 2025

Linhas de Transmissão e Seccionamentos (Total)		
Região	**Extensão (km)**	**Investimentos (R$ x 1.000)**
Norte	3.935	3.032.180,27
Nordeste	1.276	1.308.891,59
Sudeste/Centro-Oeste	1.1623	1.988.333,34
Sul	1.023	1.152.367,92
Total	7.847	7.481.773,11
Subestações		
Norte	6	1.637.014,45
Nordeste	4	199.045,71
Sudeste/Centro-Oeste	9	2.357.393,98
Sul	13	995.545,95
Total	32	5.189.000,09

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (2019b).

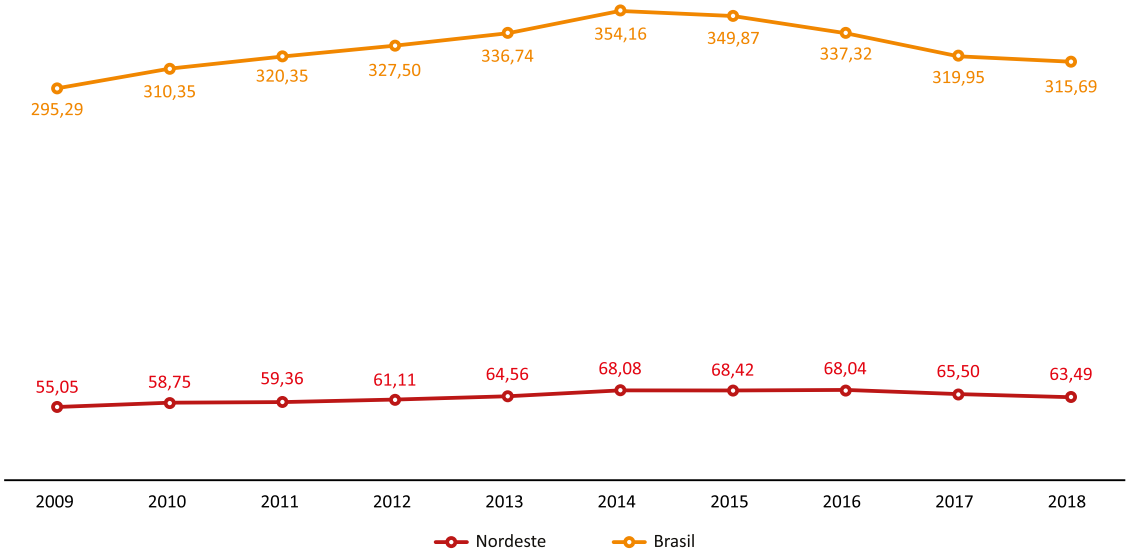
4.5 Situação Atual e Perspectivas da Distribuição de Energia Elétrica

As companhias de distribuição necessitam de grandes economias de escala para operarem lucrativamente num determinado mercado, o que inviabiliza a permanência de mais de uma companhia na mesma região geográfica. Desta forma, constituem monopólios naturais.

No Brasil, o mercado de distribuição de energia elétrica é atendido por empresas concessionárias ou permissionárias estatais ou privadas, abrangendo todo o País. Essas empresas são responsáveis pela ampliação, operação e manutenção das redes de distribuição e pela venda de energia elétrica no mercado cativo, utilizando as redes de distribuição.

Em 2018, o mercado cativo no Brasil foi de 315,69 TWh, tendo o Nordeste participado com 20%. Esse mercado vem encolhendo desde 2014, tendo muitos consumidores migrado para o mercado livre em busca de redução de custos. No Nordeste, verifica-se comportamento similar, estando o mercado cativo recuando desde 2015 (Gráfico 21). Esse comportamento tende a continuar nos próximos anos. Além disso, o expressivo crescimento da micro e minigeração distribuída também está contribuindo para a redução do mercado das distribuidoras nos estados brasileiros.

Gráfico 21 – Brasil e Nordeste: Evolução do mercado cativo de energia elétrica (TWh)



Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (2019a).
laboração: BNB/ETENE/Célula de Estudos e Pesquisas Setoriais.

Apesar do cenário de retração do mercado cativo, estão previstos vultosos investimentos a serem realizados pelas concessionárias brasileiras nos próximos anos. No Nordeste, em particular, o Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD) 2018, disponibilizado pela ANEEL, projeta investimentos da ordem de R$ 16 bilhões até 2022 (Tabela 13).

Tabela 13 – Investimentos previstos no Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD) 2018 das distribuidoras do Nordeste (R$ milhões)

UF	DISTRIBUIDORA	2019	2020	2021	2022	TOTAL
AL	CEAL	226,11	113,07	74,92	42,85	456,95
PE	CELPE	653,99	686,13	704,05	726,27	2.770,44
MA	CEMAR	529,77	604,64	317,93	376,37	1.828,72
PI	CEPISA	186,15	211,71	128,93	145,60	672,40
SE	CERCOS	216,68	129,21	140,78	203,81	690,47
BA	COELBA	1.419,88	1.026,43	1.186,60	1.189,86	4.822,77
RN	COSERN	323,21	332,21	326,96	288,24	1.270,62
PB	EBO	12,08	11,47	11,48	10,89	45,92
CE	ENEL CE	498,58	426,89	497,60	825,03	2.248,10

UF	DISTRIBUIDORA	2019	2020	2021	2022	TOTAL
PB	EPB	133,96	157,57	132,62	127,17	551,32
SE	ESE	59,73	76,36	72,19	73,70	281,99
SE	SULGIPE	9,11	7,66	14,09	7,24	38,10
	TOTAL	4.485,93	3.912,56	3.748,92	4.220,85	16.368,26

Fonte: Agência Nacional De Energia Elétrica (2019c).
Elaboração: BNB/ETENE/Célula de Estudos e Pesquisas Setoriais.

4.6 Considerações Finais

Na atual conjuntura, o setor elétrico nacional vem apresentando mudanças expressivas. No âmbito dos mercados de energia, observa-se paulatinamente a migração de consumidores do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), devendo esta tendência continuar nos próximos anos. A ampliação do mercado livre tem requerido novos modelos de financiamento. No que concerne às fontes de geração, a preponderância da fonte hídrica cede espaço ante o avanço de outras fontes, principalmente a eólica e a solar.

O potencial e a competitividade do Nordeste nas fontes de energia solar e eólica têm credenciado a Região para o recebimento de vultosos investimentos em projetos de geração. Com efeito, de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (2019b), dos emprendimentos centralizados em operação no Brasil em 22/02/2019, o Nordeste foi contemplado com 85,7% da potência eólica (14,7 GW) e 65,2% da potência fotovoltaica (2,0 GW). Além disso, nessa mesma data, da potência fotovoltica na modalidade de geração distribuída em operação no País (0,6 GW), 17,2% está situada no Nordeste.

Olhando para o futuro, os empreendimentos eólicos e fotovoltaicos continuarão a aumentar a sua participação na matriz elétrica nacional. De acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia 2027 (BRASIL, 2018), o Brasil terá 8,6 GW de potência solar centralizada e 26,7 GW de potência eólica, além de 11,9 GW em geração distribuída em 2027. Caso concretizada a previsão, serão necessários investimentos no País de cerca de R$ 98 bilhões no horizonte do Plano. Mantidas as proporções atuais de participação do Nordeste, estima-se que a Região seja contemplada com investimentos de cerca de R$ 86 bilhões.

Nos segmentos de distribuição e transmissão, também estão previstos expressivos investimentos no Nordeste nos próximos anos. São cerca de R$ 16 bilhões em distribuição até 2022 e R$ 12,8 bilhões em empreendimentos de transmissão aprovados nos leilões de 2017 e 2018, acrescidos de mais R$ 1,5 bilhão até 2025 em novos projetos indicados pela EPE.

O crescimento exponencial da geração solar e eólica no Brasil, particularmente no Nordeste, gerará oportunidades de criação de novos negócios correlacionados a essas atividades. Neste contexto, comprender a dinâmica de funcionamento dos elos da cadeia de valor, tanto da geração solar fotovoltaica como da geração eólica, é essencial para atrair fornecedores interessados em aproveitar potencialidades locais para a produção de insumos utilizados nessas indústrias.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (Brasil). **Lista de aeródromos civis cadastrados. [2018a].** Disponível em http://www.anac.gov.br/assuntos/setor-regulado/aerodromos/cadastro-de-aerodromos-civis. Acesso em: 12 Dez. 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (Brasil). **Movimentação de passageiros nos aeroportos em 2018.** [2018b]. Disponível em https://horus.labtrans.ufsc.br/gerencial/#Movimentacao/Desempenho. Acesso em: 23 Abr. 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (Brasil). **Banco de informações de geração.** [2019b]. Disponível em: http://www.aneel.gov.br. Acesso em: 22 fev. 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (Brasil). **Download de dados.** [2019a]. Disponível em: https://sigel.aneel.gov.br/Down/. Acesso: Acesso em: 27 Jul. 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (Brasil). **Plano de desenvolvimento da distribuição 2018.** [2019c]. Disponível em: http://www.aneel.gov.br. Acesso em: 22 fev. 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (Brasil). **Por dentro da conta de luz:** informação de utilidade pública. 7. ed. Brasília: ANEEL, 2016. Disponível em: www.aneel.gov.br. Acesso em: 14 mar. 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (Brasil). **Resultados dos leilões de transmissão.** [2019d]. Disponível em: http://www.aneel.gov.br. Acesso em: 22 fev. 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS (Brasil). **Estatístico Aquaviário.** [2019]. Disponível em http://web.antaq.gov.br/Anuario/. Acesso em: 26 mar. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Conversão de moedas.** [2019]. Disponível em: www.bcb.gov.br. Acesso em: 28 fev. 2019.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (Brasil). **O Apoio do BNDES ao Saneamento no Âmbito do Programa de Aceleração de Crescimento.** Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2017. (BNDES Setorial, v.1, n.45)

BOLETIM MENSAL DE GERAÇÃO EÓLICA. ONS, dez. 2018. Disponível em: http://www.ons.org.br/AcervoDigitalDocumentosEoPublicacoes/Boletim_Eolica_dez_2018.pdf. Acesso em: 28 fev.2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm >. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento:** Diagnóstico dos serviços de água e esgotos – 2015. Brasília: SNSA/MCIDADES, 2017. Disponível em: http://www.snis.gov.br. Acesso em: jun. 2018.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Ministério de Minas e Energia divulga leilões de energia elétrica até 2021.** [2019]. Disponível em: https://www.ppi.gov.br/ministerio-de-minas-e-energia-divulga-leiloes-de-energia-eletrica-ate-2021. Acesso em: 13 mar. 2019.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia; Empresa de Pesquisa Energética. **Plano decenal de expansão de energia 2027.** Brasília: MME/EPE, 2018. Disponível em: http://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/plano-decenal-de-expansao-de-energia-pde. Acesso em 8 mar. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Importações.** [2019]. Disponível em: www.mdic.gov.br. Acesso em: 28 fev. 2019.

CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. **Resultados de leilões.** [2019]. Disponível em: http://www.ccee.org.br. Acesso em: 28 fev. 2019.

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA. Atlas do potencial eólico brasileiro: simulações 2013. Rio de Janeiro: CEPEL, 2017. Disponível em: http://novoatlas.cepel.br/wp-content/uploads/2017/07/Novo-Atlas-do-Potencial-Eolico-Brasileiro-SIM_2013.pdf. Acesso em: 6 ago. 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (Brasil). O financiamento do investimento em infraestrutura no Brasil: uma agenda para sua expansão sustentada. Brasília: CNI, 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (Brasil). Oportunidades para Privatização da Infraestrutura: O Que Fazer, Como Fazer. Brasília, 2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE (Brasil). Anuário CNT do Transporte 2018. Brasília: CNT, 2018a.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE (Brasil). Pesquisa CNT de ferrovias 2015. Brasília: CNT, 2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE (Brasil). Pesquisa CNT de rodovias 2018: relatório gerencial. Brasília: CNT: SEST: SENAT, 2018b. Disponível em: http://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Consumo-mensal-de-energia-eletrica-por-classe-regioes-e-subsistemas. Acesso em: 13 mar. 2019c.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. Consumo mensal de energia elétrica por classe : regiões e subsistemas. [2019a]. Disponível em: http://www.epe.gov.br. Acesso em: 13 mar. 2019.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. Estudos para expansão da transmissão: consolidação das análises e pareceres técnicos. [2019b]. Programa de expansão da transmissão (PET). Plano de Expansão de Longo Prazo (PELP). Ciclo 2019 – 1º semestre. Disponível em: http://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/relatorio-pet-pelp-ciclo-2019-1-semestre-. Acesso em: 13 mar. 2019.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; CENTRO de ESTUDOS em REGULAÇÃO e INFRAESTRUTURA. Medindo o Saneamento: Potencialidades e Limitações dos Bancos de Dados Brasileiros. 2018

INFRAERO. Anuário Estatístico Operacional 2017. Brasília: INFRAERO, 2018.

LOBO, Alexandre. Transporte de cargas e a encruzilhada do Brasil para o futuro. ILOS, 8 nov. 2017. Blog. Disponível em http://www.ilos.com.br/web/transporte-de-cargas-e-a-encruzilhada-do-brasil-para-o-futuro/ Acesso em 7 dez. 2018.

MAGRO, J. M. V.; BARTOLOMÉ, R. I. Infraestructura pública y participación privada: conceptos y experiencias em America y España. Caracas: CAF, 2010.

MOTA, F. S. B. Conhecimentos para promoção do saneamento, saúde e ambiente. In: PHILIPPI JR, A. Saneamento, Saúde e Ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri: USP, 2005, p. 809-832. Cap. 23.

OBRAS de infraestrutura para acelerar o PIB. Diário de Pernambuco, 2017. Disponível em www.impresso.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/cadernos/economia/2017/03/05/interna_economia,164271/obras-de-infraestrutura-para-acelerar-o-pib.shtml. Acesso em: 28 jun. 2017.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO (Brasil). Geração de energia. [2019a]. Disponível em: http://www.ons.org.br. Acesso em: 28 fev. 2019.

OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO (Brasil); EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (Brasil). Histórico da geração. Banco de dados. [2019b]. Disponível em: http://www.ons.org.br. Acesso em: 28 fev. 2019.

PEREIRA, E. B. Segurança energética: perspectivas no enfrentamento às mudanças climáticas globais. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO INCT PARA MUDANÇAS CLIMÁTICAS. São Paulo, 28 a 30 set. 2016. Apresentação.

PEREIRA, E. B.; MARTINS, F. R.; GONÇALVES, A. R.; COSTA, R. S.; LIMA, F. J. L.; RÜTHER, R.; ABREU, S. L.; TIEPOLO, G. M.; PEREIRA, S. V.; SOUZA, J. G. Atlas brasileiro de energia solar. 2. ed. São José dos Campos: INPE, 2017. Disponível em: http://labren.ccst.inpe.br/atlas_2017.html . Acesso em: 14 abr. 2018.

PUGA; PEREIRA. Infraestrutura no Brasil: ajustando o foco. Rio de Janeiro: BNDES, 2016. (Textos para discussão 112)

RESENHA MENSAL DO MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA. EPE, ano XII, n.136, jan. 2019.

SAUAIA, R. L. Palestra introdutória – talk show com as lideranças do setor elétrico brasileiro. Brasil Solar Power. Rio de Janeiro, 1 jul.2016.

WEF. The Global Competitiveness Report 2018. [2018]. Disponível em http://reports.weforum.org/global-competitiveness-report-2018/ Acesso em 5 Dez. 2018.

ANEXO A

RELAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE TRANSMISSÃO NOS ESTADOS DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO BNB APROVADOS EM LEILÕES REALIZADOS A PARTIR DE 2017

Leilão	Lote	UF	Extensão Km	Prazo (meses)	RAP – Receita Anual Permitida – Valor Edital (R$)	Deságio %	Concessionária	Investimento (R$ 1,00)
Leilão nº 05/2016 – 24/04/2017	LOTE 7	MA/TO	128	60	104.357.780,00	36,50%	EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A.	495.226.065
	LOTE 9	RN	56	48	16.808.750,00	31,75%	RC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.	84.354.626
	LOTE 11	MA	203	48	31.759.510,00	4,91%	EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A.	159.538.655
	LOTE 13	AL/BA/ SE/PE	198	54	54.565.400,00	18,50%	CONSÓRCIO RENASCENÇA – CMN SOLUTIONS A026 PARTICIPAÇÕES S.A. (0,01%), VINCI INFRA TRANSMISSÃO FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA (59,99%) E VINCI INFRA COINVESTIMENTO I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA (40%)	271.671.143
	LOTE 14	AL	109	48	14.283.930,00	0,00%	CONSÓRCIO LT NORTE – FM RODRIGUES & CIA LTDA. (50%) E HERSA ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA. (50%)	68.099.137
	LOTE 15	PE	139	48	33.185.580,00	25,87%	STERLITE POWER GRID VENTURES LIMITED	163.873.146
	LOTE 18	MG/SP	750	60	390.842.450,00	47,50%	EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A.	1.819.489.244
	LOTE 23	PB/PE	136	54	38.663.020,00	29,00%	RC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.	190.755.811
	LOTE 27	CE	*	42	23.670.630,00	48,94%	ELEKTRO HOLDING S.A.	117.741.788
	LOTE 28	MA/PI	*	42	25.860.640,00	37,30%	ARTEON Z ENERGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.	134.683.454
	LOTE 30	PI/PE/CE	322	54	94.070.920,00	32,07%	RC ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.	472.487.290
Leilão nº 02/2017 – 15/12/2017	LOTE 2	PI/CE	441	60	182.271.930,00	53,22	CELEO REDES BRASIL S.A.	1.042.577.000
	LOTE 4	TO/BA/PI	729	60	236.079.490,00	46,63	NEOENERGIA S.A.	1.345.826.000
	LOTE 5	RN	-	42	31.332.800,00	53,94	CESBE PARTICIPACOES S.A.	193.820.000
	LOTE 6	PB/CE	345	60	103.410.080,00	44,57	NEOENERGIA S.A.	584.048.000
	LOTE 7	MG	165	60	49.888.420,00	34,65	CONSTRUTORA QUEBEC S.A.	276.963.000
	LOTE 8	MG	189	60	51.128.790,00	35,50	CONSÓRCIO LINHA VERDE (QUEBEC APIACAS ENGENHARIA S.A. 99% E CONSTRUTORA QUEBEC 1%)	283.574.000
	LOTE 9	BA	50	42	17.437.470,00	47,87	EEN ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A. (ATUAL ARTEON Z3 ENERGIA S.A.)	106.719.000
	LOTE 10	PE	23	42	12.141.910,00	40,00	CONSÓRCIO BR ENERGIA / ENIND ENERGIA (BRENERGIA ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA. 0,5%; BRASIL DIGITAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. 64,5% E ENIND ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. 35%)	71.724.000
	LOTE 11	PE	-	36	8.559.800,00	52,92	MONTAGO CONSTRUTORA EIRELI	44.788.000

Continua...

Leilão	Lote	UF	Extensão Km	Prazo (meses)	RAP – Receita Anual Permitida – Valor Edital (R$)	Deságio %	Concessionária	Investimento (R$ 1,00)
Leilão nº 02/2018 – 28/06/2018	LOTE 3	CE/RN	422	60	205.139.048,22	58,54	STERLITE POWER GRID VENTURES LIMITED	1.217.125.910
	LOTE 4	PB	130	54	60.002.248,31	57,17	STERLITE POWER GRID VENTURES LIMITED	366.847.037
	LOTE 5	BA	1	54	10.544.352,22	48,79	CONSÓRCIO BR ENERGIA / ENIND ENERGIA (BRENERGIA ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA. 0,5%; BRASIL DIGITAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. 49,5% E ENIND ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. 50%)	59.726.466
	LOTE 6	BA	110	42	17.427.701,46	37,46	CONSÓRCIO LYON ENERGIA (LYON INFRAESTRUTURA, GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS LTDA. 92% E PLM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. 8%)	111.729.439
	LOTE 7	SE/BA	511	60	133.273.885,72	60,60	STERLITE POWER GRID VENTURES LIMITED	772.634.056
	LOTE 8	AL	48	42	12.314.892,14	35,04	CONSÓRCIO BR ENERGIA / ENIND ENERGIA (BRENERGIA ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA. 0,5%; BRASIL DIGITAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. 49,5% E ENIND ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. 50%)	76.833.506
	LOTE 9	CE	2	42	16.693.354,61	52,77	CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	102.206.053
	LOTE 16	PI/MA	95	48	10.610.860,55	45,34	F3C EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	60.019.346
	LOTE 17	PI	30	42	19.229.683,29	51,38	CONSÓRCIO LYON ENERGIA (LYON INFRAESTRUTURA, GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS LTDA. 92% E PLM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. 8%)	96.118.628
	LOTE 18	MA	113	48	10.213.311,31	23,63	CONSÓRCIO I.G. TRANSMISSÃO E ESS ENERGIAS RENOVÁVEIS (I.G. TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A. 90% E ESS ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA. 10%)	57.436.305
	LOTE 20	MG	298	48	65.591.505,41	52,08	STERLITE POWER GRID VENTURES LIMITED	403.121.222
Leilão nº 04/2018 – 20/12/2018	LOTE 2	RJ	656	60	220.651.716	47,0	NEOENERGIA S.A.	1.331.084.939
	LOTE 3	RJ / MG	478	60	125.418.409	44,9	NEOENERGIA S.A.	753.559.921
	LOTE 4	BA / TO	772	60	116.061.645	45,8	ENERGISA S.A.	699.422.705
							TOTAL DE INVESTIMENTOS	12.769.407.819

Fonte: BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica (2019d).

Desempenho da Economia Regional: 2002 a 2016

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão.
Economista
Mestre em Economia Rural.
Gerente de Produtos e Serviços Bancários do BNB/ETENE.
E-mail: *hellencris@bnb.gov.br*

Resumo

O presente trabalho reúne informações sobre a recente evolução econômica da Região Nordeste do Brasil, visando fornecer subsídios para o setor público elaborar estratégias, planos e programas de desenvolvimento. O documento pode ser utilizado, ainda, para auxiliar a classe empresarial nas suas tomadas de decisões em termos de alocação de recursos, além de favorecer a efetivação de novos negócios com investidores nacionais e estrangeiros, de modo a incrementar a capacidade produtiva local.

O documento analisa o desempenho da atividade econômica, especificamente em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), o PIB *per capita*, o Valor Adicionado Bruto (VAB) e sua distribuição por setores da economia. Segue uma panorâmica do desempenho setorial da Região.

Verificou-se que a economia do Nordeste apresentou uma evolução expressiva ao longo da última década, tendo seu PIB e PIB *per capita* crescido acima da média Nacional, permitindo reduzir as desigualdades inter-regionais.

Palavras-chave

Produto Interno Bruto. PIB *per capita*. Valor Adicionado Bruto. Nordeste.

1 Introdução

O Nordeste possui território de 1.554,3 mil Km^2, ocupando a terceira maior dimensão espacial do País (8.515,8 mil km^2), correspondendo a 18,25% da área total.

A regionalização federal do Nordeste obedece aos critérios estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de acordo com o processo de transformação do espaço nacional e da estrutura produtiva, o que resultou em uma divisão da Região em nove Estados.

A Região é formado por quatro biomas que caracterizam o território, o Meio Norte, o Sertão, o Agreste e a Zona da Mata. Estes biomas são possuidores de uma diversificada e rica base de recursos naturais, com fauna e flora exuberantes. Sua vegetação é predominantemente formada pela vegetação Caatinga, no entanto, vai desde a Mata Atlântica no litoral até a Mata de Cocais no Meio Norte. Desta forma, a vegetação é composta pela: Mata Atlântica, Mata dos Cocais, Cerrado, Caatinga, Vegetações Litorâneas e Matas Ciliares.

Com referência aos recursos hídricos, mesmo com limitações na região Semiárida, o Nordeste possui cinco Bacias Hidrográficas, sendo a Bacia do São Francisco a principal da Região, que se destina a diversas atividades protetivas, como pesca, irrigação e produção de energia elétrica, oriundas das principais hidrelétricas de Três Marias, Sobradinho, Paulo Afonso, Luiz Gonzaga e Xingó.

O Nordeste possui o terceiro maior PIB do País, ou seja, R$ 898,08 bilhões em 2016, o que corresponde a 14,33% do total da economia brasileira (R$ 6,26 trilhões, em 2016).

A população do Nordeste alcançou 56,91 milhões de habitantes em 2016, correspondendo a 27,6% do total Nacional (206,08 milhões de pessoas, em 2016). A densidade demográfica da Região, 36,62 habitantes por km^2, é uma a terceira maior entre as Grandes Regiões do País, e acima da média brasileira (24,20 habitantes por km^2).

Apesar de alguns problemas socioeconômicos, o IDH da Região é classificado como alto (0,710 em 2017), estando situado em quinto entre as Grandes Regiões. O PIB *per capita* atingiu R$ 15,77 mil em 2016, abaixo do indicador médio do País (R$ 30,41 mil, em 2016), correspondendo a 51,9%, um pouco mais da metade do PIB *per capita* Nacional.

Ao disponibilizar esse trabalho, o Banco do Nordeste espera atender aos interesses dos planejadores e formuladores de políticas, investidores de diferentes portes em múltiplas atividades econômicas, além de pesquisadores e estudiosos, bem como favorecer parcerias, aporte de novas tecnologias e formação de estratégias inovadoras e ambientalmente sustentáveis e que elevem o grau de modernidade e competitividade da economia do Nordeste, gerando mais renda, emprego e bem-estar para a população local.

2 Desempenho da Economia Regional

As duas últimas décadas presenciaram importantes transformações no Nordeste, seja na distribuição territorial da população ou nas relações de trabalho e, em particular, na estrutura produtiva da Região. Vários fatores contribuíram para tais mudanças, em especial, os investimentos públicos em infraestrutura e inovações tecnológicas, que estimularam a atração de empresas privadas de diversos ramos da atividade econômica, desde o agronegócio, em especial no complexo soja-milho-algodão-pecuária, o cultivo de frutas e o setor sucroalcooleiro; as indústrias de transformação, com destaque para a extrativa mineral, papel e celulose, bebidas, alimentos e metalurgia; e o setor de Serviços, com mudanças na base produtiva, ofertando serviços considerados modernos, que empregam mão de obra mais qualificada.

Visando analisar o desempenho recente da economia do Nordeste, este capítulo tem como tema central o estudo do comportamento do Produto Interno Bruto (PIB)[1], PIB *per capita*[2] e do Valor Adicionado Bruto (VAB)[3] da Região, no período compreendido entre 2002 a 2016.

A metodologia adotada compila as estimativas das Contas Regionais e Estaduais comparáveis entre si no tempo e no espaço e compatíveis com as Contas Nacionais do Brasil.

2.1 Produto Interno Bruto

A economia do Nordeste foi impulsionada pelos investimentos públicos realizados em infraestrutura, em especial na expansão da geração e distribuição de energia elétrica e na construção de modais de transportes. Referidos investimentos contribuíram para atrair empresas privadas para a Região, viabilizando os setores da economia local.

Desta forma, o Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste alcançou R$ 898,08 bilhões em 2016, sendo o terceiro maior do País. Em 2002, o PIB do Nordeste era de R$ 613,2 bilhões, de acordo com os dados da Tabela 1.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste registrou crescimento médio de 2,8% a.a., no período de 2002 a 2016, média superior ao incremento verificado no Brasil (2,5% a.a.). A economia do Nordeste apresentou, assim, a terceira maior expansão entre as Grandes Regiões do País no intervalo de tempo analisado, conforme disposto na Tabela 1.

1 O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos de um determinado território em um dado período de tempo, sendo a principal medida do tamanho total de uma economia. Descontam-se as despesas com os insumos utilizados no processo de produção.

2 O PIB per capita representa o PIB dividido pela população em um determinado território - distrito, município, estado, região, país, em um dado período de tempo.

3 Nesse sentido, o Valor Adicionado Bruto (VAB) representa a contribuição que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final da produção de um determinado território - distrito, município, estado, região ou país - em um dado período de tempo. O VAB é obtido do Valor Bruto da Produção (VBP) descontando-se o valor dos insumos utilizados no processo produtivo.

No mesmo período em análise, o crescimento acumulado do PIB do Nordeste, de 46,4%, superou os resultados obtidos no Brasil, cuja economia obtive incremento real de 40,6%. Percebe-se, portanto, que a taxa de crescimento do Nordeste, acima da média nacional, possibilitou a elevação da participação do PIB dessa Região em relação ao PIB do Brasil.

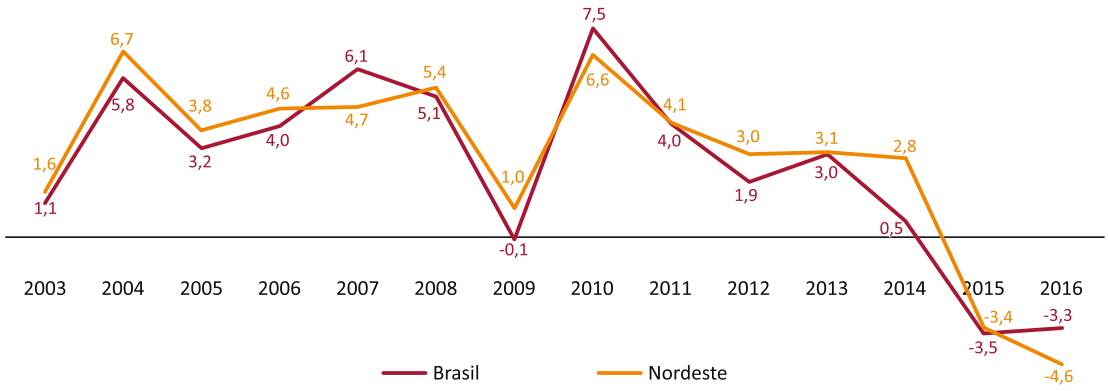
Tabela 1 - Brasil e Regiões: Produto Interno Bruto - 2002 e 2016

Regiões e Brasil	PIB de 2002 Em R$ mil (R$ 2016)	Part. (%) no PIB do Brasil 2002	PIB de 2016 Em R$ mil	Part. (%) no PIB do Brasil 2016	Variação em volume do PIB 2002 - 2016		
					Pontos percentuais	Acumulada (%)	Média ao ano (%)
Sudeste	2.453.344.733	55,03	3.332.051.462	53,17	-1,86	35,8	2,2
Sul	798.468.193	17,91	1.066.967.970	17,02	-0,89	33,6	2,1
Nordeste	613.295.559	13,76	898.082.963	14,33	0,57	46,4	2,8
Centro-Oeste	387.469.900	8,69	632.889.597	10,10	1,41	63,3	3,6
Norte	203.809.796	4,57	337.213.009	5,38	0,81	65,5	3,7
Brasil	4.458.219.514	100,00	6.267.205.000	100,00	-	40,6	2,5

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

Vale ressaltar que quando se considera a série histórica 2002-2016, o PIB do Nordeste apresentou taxas de crescimento acima da média do Brasil, com exceção dos anos de 2007, 2010 e 2016, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 – Brasil e Nordeste: Evolução da taxa de crescimento do PIB – 2002 a 2016 (%)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

Vale frisar que ocorreram transformações fundamentais nas estruturas produtivas e sociais do País, e que favoreceram a Região Nordeste pela redução na desigualdade de renda e pobreza no período em análise. É importante mencionar, ainda, a crise financeira e econômica internacional iniciada em 2008, que repercutiu negativamente não apenas nas principais economias desenvolvidas, mas também nos países em desenvolvimento como o Brasil, cujos desdobramentos prolongaram-se na recessão econômica em 2015 e 2016.

A Tabela 2 apresenta a comparação da taxa de crescimento anual do PIB brasileiro em três períodos. Verificou-se que no primeiro período (2002-2008), a taxa de crescimento média anual do PIB brasileiro foi de 4,2%, enquanto que no segundo (2009-2014), período que compreende a crise financeira internacional de 2008, o índice de variação foi 3,4%, e no terceiro período (2015-2016) foi de -3,3%, compreendendo os anos de crise econômica no País.

Tabela 2 – Brasil e Grandes Regiões: Taxa de crescimento (%) do Produto Interno Bruto (PIB) - 2002 a 2008 / 2009 a 2014 / 2015 e 2016

Regiões e Brasil	Taxa de Crescimento Anual					
	2002 - 2008		2009 - 2014		2015 - 2016	
	%	Posição entre as Regiões	%	Posição entre as Regiões	%	Posição entre as Regiões
Norte	5,6%	1º	5,1%	1º	-4,6%	5º
Nordeste	4,4%	3º	3,9%	3º	-4,6%	4º
Sudeste	4,1%	4º	2,8%	5º	-3,3%	3º
Sul	3,3%	5º	3,5%	4º	-2,4%	1º
Centro-Oeste	5,0%	2º	4,5%	2º	-2,6%	2º
Brasil	4,2%		3,4%		-3,3%	21º

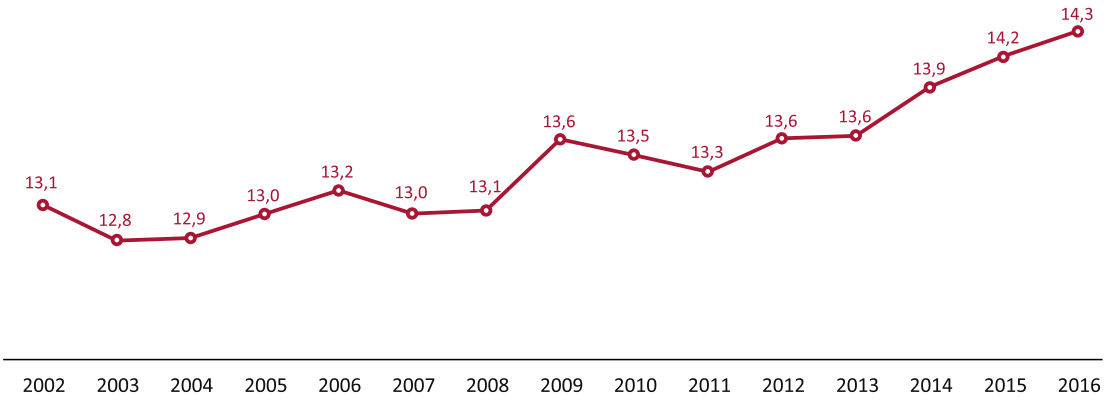
Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

2.1.1 Participação do PIB do Nordeste em relação ao do País

Quanto à representatividade econômica, a Região Nordeste aumentou sua respectiva participação no total do PIB Nacional. No período de 2002 a 2016, a economia da Região ganhou participação no PIB do País em 0,57 ponto percentual, aumentando para 14,33% em 2016 ante 13,76% em 2002, como mostra o Gráfico 2.

Dessa forma, o crescimento da participação do PIB do Nordeste em relação ao nacional foi o terceiro maior quando se considera todas as Grandes Regiões do País, de 2002 a 2016. Contribuíram para esse ganho de participação as elevadas taxas de crescimento da economia regional no período, conforme mencionado anteriormente.

Gráfico 2 - PIB do Nordeste em relação ao PIB do Brasil - 2002 a 2016 - Em %



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

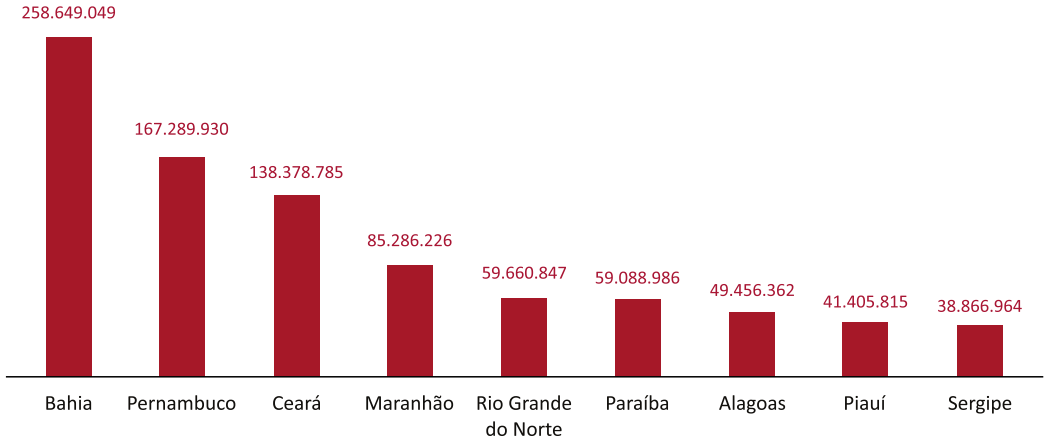
2.1.2 PIB das Unidades Federativas na Região

Em relação ao resultado do PIB em volume nas Unidades Federativas da Região, em 2016, Bahia (R$ 258,64 bilhões), Pernambuco (R$ 167,28 bilhões) e Ceará (R$ 138,37 bilhões) registraram PIB acima da média do Nordeste[4] (R$99,78 bilhões).

A quarta economia do Nordeste, Maranhão, desponta com 85,28 bilhões, em 2016. Seguido por Rio Grande do Norte (R$ 59,66 bilhões), Paraíba (R$ 59,08 bilhões), Alagoas (R$ 49,45 bilhões), Piauí (R$ 41,40 bilhões) e Sergipe (R$ 38,86 bilhões), conforme dados do gráfico 3.

4 Produto Interno Bruto do Nordeste (R$ 898,08 bilhões) dividido pelo quantitativo de Unidades Federativas da Região.

Gráfico 3 – PIB das Unidades Federativas do Nordeste em 2016 – Em Mil R$



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

Quanto ao crescimento do PIB nas Unidades Federativas na Região, na série 2002-2016, quatro apresentaram crescimento superior à média do Nordeste (+2,8%). Dentre os estados da Região, Piauí (+4,0%) foi o que mais cresceu ao longo da série. Logo depois, tem-se Maranhão, com variação média anual de 3,7%. Em terceiro, Paraíba, com crescimento médio de 3,5% a.a. e Ceará em quarto, com variação média anual de 3,0%.

Segundo o relatório do Sistema de Contas Regionais, no Piauí (+4,0%), o destaque neste período foi a Indústria, especificamente na *Produção de eletricidade e gás, água e esgoto, atividades de gestão de resíduos e contaminação* e como também na *Indústria de transformação*.

No Maranhão (+3,7%), o crescimento foi impulsionado pelos setores da *Agropecuária* e da *Indústria*, acompanhando o desenvolvimento do cultivo de soja no Estado e da Indústria de transformação do alumínio, respectivamente. Já na Paraíba (+3,5%), a maior variação ocorreu na *Indústria*, em especial a *Indústria extrativa*.

O crescimento de 3,0% (a.a.) do Estado do Ceará, entre 2002 e 2016, foi em resposta aos setores da *Indústria*, em grande medida, derivado pelo subsetor *Produção de eletricidade e gás, água e esgoto, atividades de gestão de resíduos e contaminação*; e, *Serviços*, explicado, em maior intensidade, pelas subsetores *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados*; *Informação e comunicação* e *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas.*

Tabela 3 – Nordeste e Estados: Produto Interno Bruto - 2002 e 2016

Estados e Nordeste	2002		2016		Variação 2002 a 2016		
	R$ em Milhões	Part. (%)	R$ em Milhões	Part. (%)	(p.p.)	Taxa Acumulada	Taxa Média (a.a.)
Bahia	187.114	30,5	258.649	28,8	-1,7	38,2	2,3
Pernambuco	117.281	19,1	167.290	18,6	-0,5	42,6	2,6
Ceará	91.873	15	138.379	15,4	0,4	50,6	3,0
Maranhão	51.212	8,4	85.286	9,5	1,1	66,5	3,7
Rio Grande do Norte	44.314	7,2	59.661	6,6	-0,6	34,6	2,1
Paraíba	36.313	5,9	59.089	6,6	0,7	62,7	3,5
Alagoas	34.450	5,6	49.456	5,5	-0,1	43,6	2,6
Piauí	23.980	3,9	41.406	4,6	0,7	72,7	4,0
Sergipe	27.486	4,5	38.867	4,3	-0,2	41,4	2,5
Nordeste	613.296	-	898.083	-	-	46,4	2,8

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

2.1.3 Participação dos Estados no PIB Regional

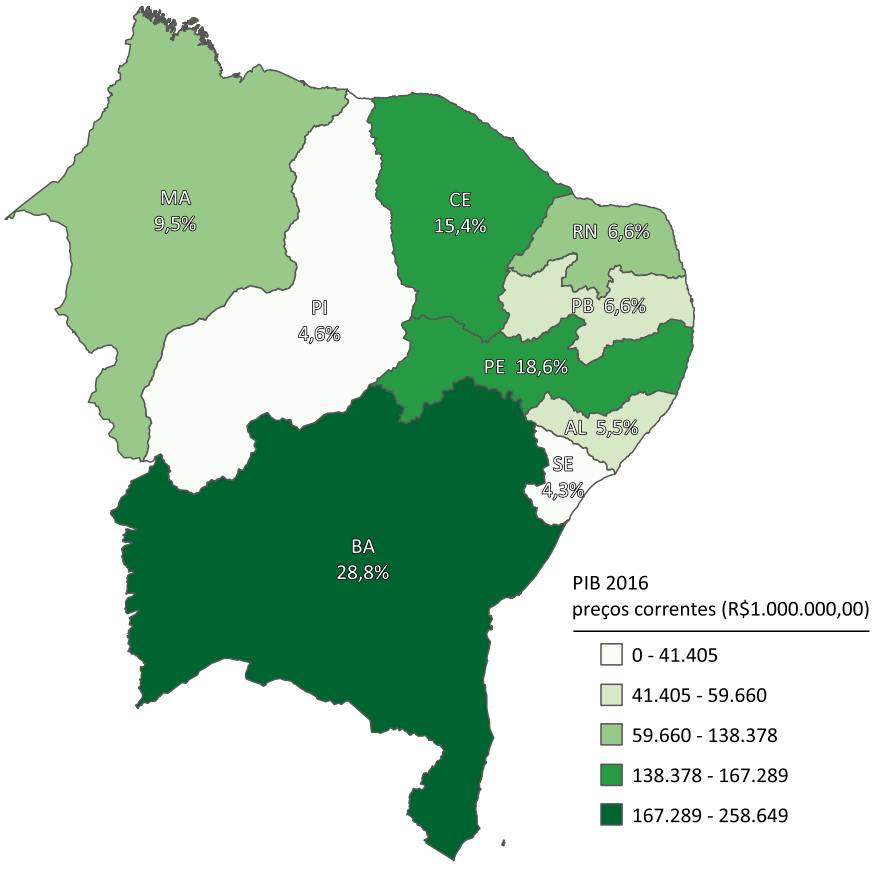
Em relação à participação do PIB das Unidades Federativas no Nordeste, dos nove Estados, quatro apresentaram crescimento na participação no PIB da Região, com destaque para o Estado do Maranhão, que variou 1,1 p.p., passando de 8,4% em 2002 para 9,5% em 2016. Piauí e Paraíba ganharam 0,7 ponto percentual (cada), seguidos pelo Ceará, que ganhou participação em 0,4 p.p., no período em análise.

Mesmo com relativa importância na economia regional, Bahia (1,7 p.p.) foi o estado que mais perdeu participação na economia regional, variou de 30,5% em 2002 para 28,8% em 2016. Essa variação negativa demostra parte do processo de desconcentração econômica, mesmo lento, no período analisado. Em seguida, tem-se a perda de participação de: Rio Grande do Norte (-0,6 p.p.); Pernambuco (-0,5 p.p.); Sergipe (-0,2 p.p.) e Alagoas (-0,1 p.p.), entre 2002 e 2016.

No entanto, entre os estados da Região, em 2016, Bahia (28,8%) manteve-se com a maior participação do PIB Regional, seguido por Pernambuco (18,6%) e Ceará (15,4%). Desta forma, caracterizando concentração econômica, em 2016, os três estados participaram com 62,8% da produção total de bens e serviços da economia regional.

A Figura 1, a seguir, registra os percentuais de participação da produção de cada unidade geográfica em relação ao total do Produto Interno Bruto do Nordeste, em 2016.

Figura 1 – Participação dos Estados no Produto Interno Bruto do Nordeste – 2016



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

2.1.4 Participação dos Municípios no PIB Regional

Relativo à divisão municipal, em 2016, dos 1.794 municípios pertencentes da Região, as quarenta maiores economias concentravam 55,8% do PIB do Nordeste, de acordo com dados da Tabela 4. Entre os municípios com maiores PIB da Região, Salvador (BA) apresentou a maior participação, com 6,80% do PIB Regional. Em seguida, têm-se: Fortaleza – CE (6,70%); Recife – PE (5,52%); São Luís – MA (3,15%); Camaçari – BA (2,44%); Natal – RN (2,37%), Maceió – AL (2,37%) e Teresina – PI (2,13%).

Tabela 4 – Municípios do Nordeste: Ranking dos municípios com os maiores PIB da Região em 2016

Ranking	Município	PIB (R$ 1.000), a preços de 2016	% do PIB do Nordeste	Ranking	Município	PIB (R$ 1.000), a preços de 2016	% do PIB do Nordeste
1º	Salvador - BA	61.102.373	6,80	21º	Lauro de Freitas - BA	6.104.081	0,68
2º	Fortaleza - CE	60.141.145	6,70	22º	Petrolina - PE	5.794.761	0,65
3º	Recife - PE	49.544.088	5,52	23º	Mossoró - RN	5.755.477	0,64
4º	São Luís - MA	28.323.357	3,15	24º	Caucaia - CE	5.435.899	0,61
5º	Camaçari - BA	21.935.897	2,44	25º	Olinda - PE	5.272.902	0,59
6º	Natal - RN	21.845.481	2,43	26º	Parnamirim - RN	5.188.168	0,58
7º	Maceió - AL	21.306.116	2,37	27º	Goiana - PE	5.152.498	0,57
8º	Teresina - PI	19.149.955	2,13	28º	Simões Filho - BA	4.988.848	0,56
9º	João Pessoa - PB	18.716.855	2,08	29º	Juazeiro do Norte - CE	4.185.792	0,47
10º	Aracaju - SE	16.498.482	1,84	30º	Sobral - CE	4.126.208	0,46
11º	Jaboatão dos Guararapes - PE	13.470.924	1,50	31º	Arapiraca - AL	4.012.632	0,45
12º	Feira de Santana - BA	13.107.354	1,46	32º	Luís Eduardo Magalhães - BA	3.999.684	0,45
13º	São Francisco do Conde - BA	11.796.118	1,31	33º	Paulista - PE	3.922.566	0,44
14º	Ipojuca - PE	10.733.638	1,20	34º	Ilhéus - BA	3.874.970	0,43
15º	Cabo de Santo Agostinho - PE	8.811.690	0,98	35º	Itabuna - BA	3.859.881	0,43
16º	Campina Grande - PB	8.373.111	0,93	36º	São Gonçalo do Amarante - CE	3.696.408	0,41
17º	Maracanaú - CE	8.084.736	0,90	37º	Candeias - BA	3.444.178	0,38
18º	Imperatriz - MA	6.977.188	0,78	38º	Juazeiro - BA	3.435.777	0,38
19º	Caruaru - PE	6.288.213	0,70	39º	Barreiras - BA	3.358.643	0,37
20º	Vitória da Conquista - BA	6.226.153	0,69	40º	Dias d'Ávila - BA	3.346.132	0,37
Total dos 20 municípios		412.432.874	45,91	Total dos 40 municípios		501.388.379	55,83
PIB Total Nordeste		898.082.963	100,00				

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

2.2 Produto Interno Bruto *per capita*

No período de 2002 a 2016, o crescimento médio populacional do Nordeste foi de 1,10% a.a., praticamente o mesmo da Região Sudeste (+1,07%), e abaixo da média Nacional (+1,19% a.a.)[5]. Em 2016, com 56,9 milhões de pessoas, Nordeste (27,6%) teve o segundo maior contingente populacional entre as Regiões do País, abaixo apenas da Região Sudeste (41,9%), Tabela 5.

5 O Nordeste, ainda que tenha mantido a taxa de fecundidade sempre acima da média do Brasil, exibiu uma taxa de crescimento populacional invariavelmente mais baixa que a nacional, em virtude da perda populacional via migração (Campos e Fusco, 2009).

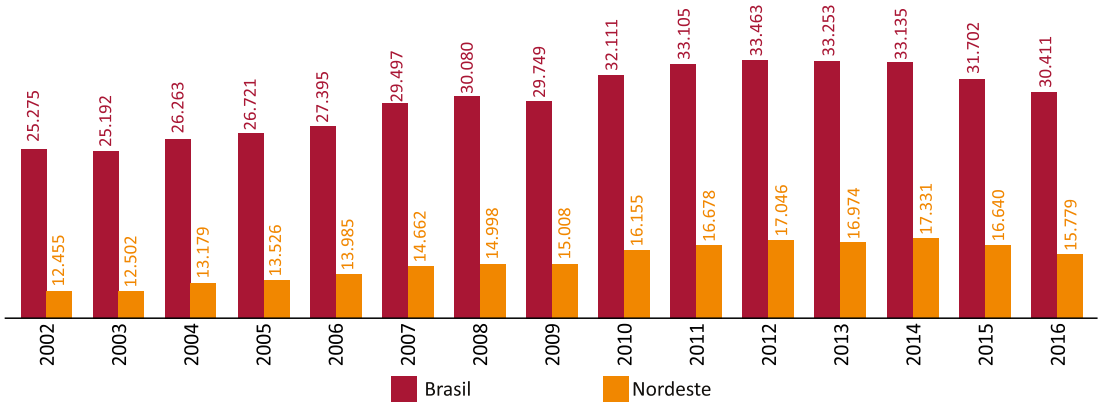
Tabela 5 – Brasil e Grandes Regiões: População residente estimada – 2002 a 2016

Brasil e Grande Região	2002		2016		Variações		
	População	Part. (%)	População	Part. (%)	a.a. (%)	Acumulada (%)	p.p.
Sudeste	74.447.456	42,6	86.356.952	41,9	1,07	16,00	-0,73
Nordeste	48.845.112	28,0	56.915.936	27,6	1,10	16,52	-0,35
Sul	25.734.253	14,7	29.439.773	14,3	0,97	14,40	-0,45
Norte	13.504.599	7,7	17.707.783	8,6	1,95	31,12	0,86
Centro-Oeste	12.101.540	6,9	15.660.988	7,6	1,86	29,41	0,67
Brasil	174.632.960	100,0	206.081.432	100,0	1,19	18,01	0,00

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

Considerando o crescimento populacional, a evolução do PIB *per capita* do Nordeste saltou de R$ 12.556,0 em 2002 para R$ 15.779,0 em 2016, significando crescimento de 25,7% em termos reais, conforme especificado no Gráfico 4. Nesse período, o crescimento do PIB *per capita* do Nordeste foi superado pelo Norte e Centro-Oeste, com variação de 26,2% cada. E, superior à expansão observada no Brasil (+19,1%), no Sudeste (+17,1%) e no Sul (+16,8%).

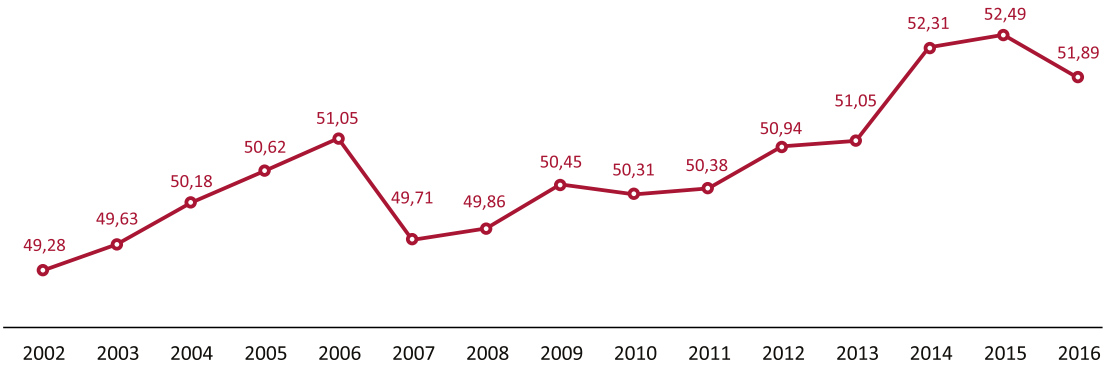
Gráfico 4 - Evolução do PIB per capita do Brasil, Nordeste e Maranhão - Preços de 2016



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

Deste modo, a relação PIB *per capita* do Nordeste, em relação ao PIB *per capita* do Brasil, aumentou de 49,2%, em 2002, para 51,9%, em 2016, incremento de 2,6 pontos percentuais, implicando a redução da desigualdade econômica do Nordeste em relação ao País (Gráfico 5). Portanto, a desigualdade entre o PIB *per capita* do Nordeste e do Brasil, obteve redução entre 2002 e 2016, e a manutenção da referida tendência será condicionada pelo fortalecimento das políticas regionais, de forma que a Região Nordeste possa ser beneficiado.

Gráfico 5 – PIB per capita do Nordeste em relação ao PIB per capita do Brasil (Em %) - 2002 a 2016



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

2.2.1 PIB *per capita* dos Estados

Para uma análise da desigualdade interregional, calculou-se a proporção entre os PIB *per capita* das Unidades Federativas em relação ao do Brasil. Assim, construiu-se também o indicador para a Região Nordeste, a fim de se determinar a desigualdade do Estado em termos regionais. É importante ressaltar que quanto mais próximo de 100%, menor é a diferença entre o PIB *per capita* do Estado (ou do Nordeste) em relação ao do País.

Conforme a Tabela 6, ao desagregar o PIB *per capita* conforme a distribuição estadual, verifica-se que ocorreram mudanças na distribuição da riqueza gerada nos Estados, no período de 2002 a 2016. Piauí (+55,7%), Paraíba (+42,2%), Maranhão (+38,9%) e Ceará (+28,6%) despontaram com as variações acumuladas maiores que a média Regional (+25,6%).

Quanto ao valor monetário, em 2016, observa-se que Pernambuco (R$17,77 mil), Rio Grande do Norte (R$17,16 mil), Sergipe (R$ 14,15 mil) e Bahia (R$ 16,93 mil) apresentaram PIB *per capita* maior que a média regional (R$ 15,77 mil).

Pernambuco (R$ 17.777) possui o maior PIB *per capita* da Região, 2016, além do Estado ter o segundo maior contingente populacional da Região, com 16,5% da população do Nordeste. No comparativo com o ano de 2002, o PIB *per capita* registrou crescimento real de 22,5%. O nível de renda do Estado foi influenciado, em grande medida, pelas atividades do Complexo sucroalcooleiro, Polo de agricultura irrigada (em especial, o cultivo de uva), e Polo Petroquímico de Suape.

Em seguida, tem-se o Rio Grande do Norte (R$ 17.169), que possui o segundo maior PIB *per capita* da Região, em 2016, com crescimento real de 10,5%, em relação a 2002. Conforme Gráfico 6, sua população em 2016 era de aproximadamente 3,4 milhões de habitantes, e em comparação a 2002, registrou o segundo maior crescimento populacional, 21,8% no período. As atividades econômicas são bastante heterogêneas no Rio Grande do Norte; vão desde o turismo, extração de sal e petróleo, Polo de fruticultura Irrigada Açu/Mossoró que exibe uma produção de grande avanço tecnológico e de organização da produção agrícola, e no leste do Estado, com o cultivo de cana-de-açúcar, destaca-se a presença de diversas usinas de açúcar.

Com população de 2,26 milhões de habitantes, Sergipe possui o terceiro maior PIB *per capita* da Região, em 2016. O indicador revelou que, para cada habitante do Estado, é gerada riqueza de R$ 17.154. No comparativo com o ano de 2012, o PIB *per capita* registrou crescimento real de 15,21%. A economia do Estado é baseada, principalmente, na mineração com produção de petróleo e gás. Com 4,0% da população do Nordeste, o Estado de Sergipe possui a menor participação do contingente populacional da Região.

Por sua vez, Bahia ficou na quarta posição em 2016, com PIB *per capita* de R$ 16.931, e crescimento real de 20,5% no comparativo com o ano de 2002. Além de possuir a maior participação do PIB (28,8%), em 2016, Bahia, com 26,8%, tem o maior contingente populacional da Região, cerca de 15.276 mil habitantes. Com base econômica bastante diversificada, o Estado da Bahia se destaca no Complexo Petroquímico de Camaçari, com ênfase na petroquímica, termoplástica, química fina, papel e celulose, bebidas, fertilizantes e, na indústria automobilística. Além da produção de grãos no Oeste baiano, a produção de café, cacau e florestas plantadas na mesorregião Sul da Bahia, vêm promovendo o crescimento da renda per capita do Estado nesse período.

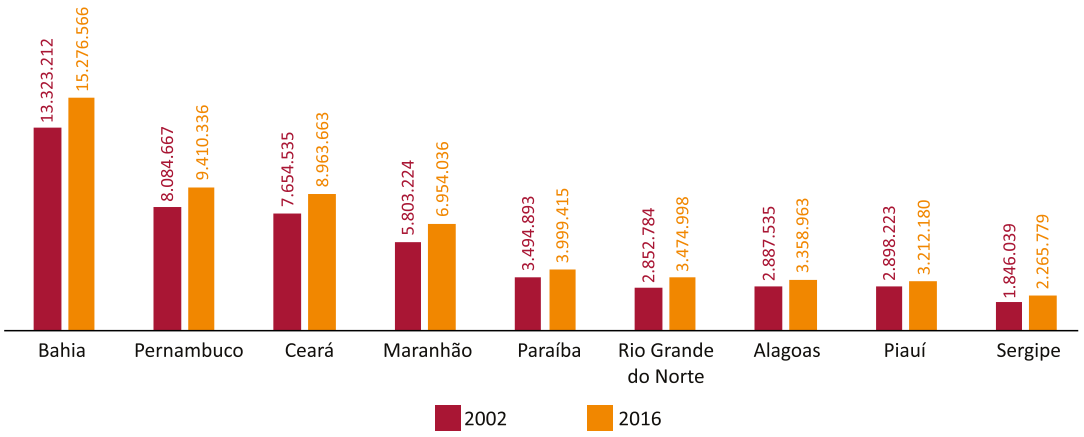
Por outro lado, Maranhão (R$ 12.264) e Piauí (R$ 12.890) permaneceram com os menores PIB *per capita* do Nordeste, em 2016. No entanto, ao longo da série estudada, 2002-2016, Maranhão e Piauí apresentaram um dos maiores crescimentos da variável. Piauí configurou o estado em que o valor do PIB *per capita* mais cresceu dentre todos as Unidades da Federação, aumentando cerca de 55,79% (R$ 8,27 mil para R$ 12,89 mil, em termos reais). Maranhão também se destacou neste quesito, crescendo cerca de 38,97%, na mesma base de comparação. Destaque ainda para a expansão do PIB *per capita* da Paraíba, que aumentou 42,2% no período estudado; Ceará (incremento de 28,62%); e Alagoas (crescimento de 23,41%).

Tabela 6 – Brasil, Nordeste e Unidades da Federação – PIB *per capita* (R$) – 2002 a 2016

Brasil, Nordeste e Unidade da Federação	2002		2016		Variações		
	PIB *per capita*	Part. (%)	PIB *per capita*	Part. (%)	a.a. (%)	Acumulada (%)	p. p.
Pernambuco	14.507	56,8	17.777	58,5	1,46	22,55	1,63
Rio Grande do Norte	15.534	60,8	17.169	56,5	0,72	10,53	-4,39
Sergipe	14.889	58,3	17.154	56,4	1,02	15,21	-1,92
Bahia	14.044	55,0	16.931	55,7	1,34	20,56	0,66
Ceará	12.002	47,0	15.438	50,8	1,81	28,62	3,75
Paraíba	10.390	40,7	14.774	48,6	2,55	42,20	7,88
Alagoas	11.931	46,7	14.724	48,4	1,51	23,41	1,68
Piauí	8.274	32,4	12.890	42,4	3,22	55,79	9,98
Maranhão	8.825	34,6	12.264	40,3	2,38	38,97	5,76
Nordeste	12.556	49,2	15.779	51,9	1,65	25,67	2,70
Brasil	25.529	100,0	30.411	100,0	1,26	19,12	0,00

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

Gráfico 6 – Unidades da Federação: População residente estimada – 2002 e 2016



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

2.3 Valor Adicionado Bruto

A estrutura do Valor Adicionado Bruto da economia do Nordeste, em 2016, revela maior concentração nos setores de Serviços e Industrial, participando com 74,3% e 19,5%, respectivamente. O setor primário, com participação de apenas 5,7%, tem menor peso comparativamente aos demais setores agregados, à semelhança do perfil econômico nacional (Tabela 7).

Tabela 7 – Brasil e Nordeste: Composição setorial do VAB do Brasil - Em 2016

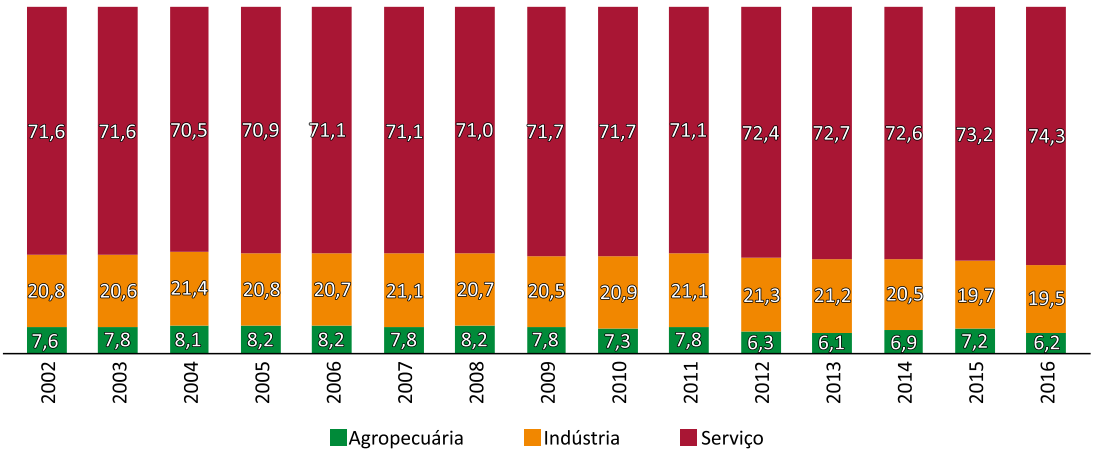
Setores e Subsetores	Nordeste		Brasil	
	(R$ milhões)	Part. %	(R$ milhões)	Part. %
Agropecuária	**48.875**	**6,2**	**306.655**	**5,7**
Indústria	**154.503**	**19,5**	**1.150.207**	**21,2**
Indústrias extrativas	3.296	2,1	55.559	4,8
Indústrias de transformação	76.314	49,4	675.816	58,8
S.I.U.P.	25.250	16,3	143.698	12,5
Construção	49.643	32,1	275.134	23,9

Setores e Subsetores	Nordeste		Brasil	
	(R$ milhões)	Part. %	(R$ milhões)	Part. %
Serviços	**588.873**	**74,3**	**3.960.837**	**73,1**
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	108.995	18,5	699.150	17,7
Transporte, armazenagem e correio	28.368	4,8	235.851	6,0
Alojamento e alimentação	24.023	4,1	127.630	3,2
Informação e comunicação	12.944	2,2	178.982	4,5
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	30.875	5,2	425.476	10,7
Atividades imobiliárias	82.221	14,0	526.995	13,3
Atividades profissionais, científicas e técnicas.	48.254	8,2	435.029	11,0
Admin., defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	197.936	33,6	945.121	23,9
Educação e saúde privadas	31.616	5,4	225.501	5,7
Outras Atividades	23.641	4,0	161.102	4,1
Total	**792.251**	**100,0**	**5.417.699**	**100,0**

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

No período 2002 a 2016, a desagregação por setor econômico do VAB também revela concentração das atividades econômicas no Nordeste brasileiro. Nesse intervalo, o setor de Serviços foi a atividade com maior peso. Embora a participação desse segmento tenha oscilado ao longo da série estudada, sua representatividade tem se mantido em um patamar superior a 70% do VAB regional, tendo alcançado 74,3% em 2016. A indústria e a agropecuária se posicionaram no segundo e terceiro postos, em termos de participação no VAB regional, no decorrer de 2002 a 2016. Contudo, o somatório do valor agregado desses dois setores, isto é, agropecuária e indústria, se manteve inferior a 30% do VAB regional, em todo o período analisado (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Nordeste: Valor Adicionado Bruto da Agropecuária, Indústria e Serviços (Em %) – 2002 a 2016



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

Em relação à distribuição territorial, o VAB da economia regional se distribui de forma desigual, conforme as peculiaridades das atividades econômicas desenvolvidas em cada Estado.

Na Tabela 8, seguem as especificações das composições do VAB do Nordeste. A atividade de Serviços possui relevante participação na atividade econômica da Região, assim como nas Unidades Federativas, onde predomina, conforme dados das Contas Regionais para 2016. Os setores da Indústria e da Agropecuária são relevantes, no entanto, suas participações ficaram abaixo dos 30%, em todo o período de 2002 a 2016.

Dessa forma, o VAB do Nordeste concentra-se majoritariamente no setor de Setor de Serviços (74,3%), sendo Bahia (26,8%), Pernambuco (18,6%), Ceará (15,7%) e Maranhão (9,6%) os maiores responsáveis do VAB de Serviços na Região, juntos, concentrando cerca de 70,7%, em 2016.

O VAB da Indústria no Nordeste produziu 154,50 bilhões, em 2016, concentrando 19,5% do VAB Total da Região. Dados da Tabela 5 revelam maior predominância nas atividades econômicas da indústria nos Estados de Bahia (35,0%), Pernambuco (18,4%), Ceará (15,1%) e Maranhão (8,5%), com peso conjunto de 77,0% do VAB Industrial do Nordeste.

O VAB da Agropecuária participou com 6,2% do VAB Regional em 2016, conforme especificado no Gráfico 2. Embora composta relativamente por menor participação, sua distribuição entre Unidades Federativas na Região é de forma desigual. Bahia (33,8%), Pernambuco (12,7%), Alagoas (13,8%) e Maranhão (12,4%) concentram cerca de 72,7% do VAB Agropecuário do Nordeste.

Tabela 8 – Nordeste e Estados: Composição setorial do PIB - Em 2016

Unidade Federativa	PIB R$ milhões	VAB Total R$ milhões	VAB Total R$ milhões							
			Agropecuária		Indústria		Serviços		Adm. Pública	
			R$ milhões	Part. (%)	R$ milhões	Part. (%)	R$ milhões	Part. (%)	R$ milhões	Part. (%)
Bahia	258.649	228.239	16.534	33,8	54.082	35,0	111.066	28,4	46.557	23,5
Pernambuco	167.290	143.970	6.191	12,7	28.361	18,4	74.767	19,1	34.651	17,5
Ceará	138.379	121.756	5.720	11,7	23.374	15,1	64.240	16,4	28.423	14,4
Maranhão	85.286	75.885	6.048	12,4	13.171	8,5	36.107	9,2	20.559	10,4
Rio Grande do Norte	59.661	53.116	1.866	3,8	10.093	6,5	25.355	6,5	15.802	8,0
Paraíba	59.089	52.822	2.171	4,4	8.218	5,3	24.881	6,4	17.552	8,9
Alagoas	49.456	44.742	6.752	13,8	5.539	3,6	20.550	5,3	11.901	6,0
Piauí	41.406	36.978	1.868	3,8	4.692	3,0	17.789	4,6	12.628	6,4
Sergipe	38.867	34.741	1.725	3,5	6.972	4,5	16.180	4,1	9.864	5,0
Nordeste	898.083	792.251	48.875	100,0	154.503	100,0	390.936	100,0	197.936	100,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

3 Considerações Finais

Conforme evidenciado no presente estudo, o Nordeste em seus diferentes indicadores econômicos e sociais analisados mostraram importante avanço, o que se traduziu, consequentemente, em melhoria no bem-estar da população.

É importante enfatizar que a economia do Nordeste apresentou uma evolução expressiva ao longo da última década, tendo seu PIB e PIB *per capita* crescido acima da média Nacional, permitindo reduzir as desigualdades inter-regionais.

Ao mesmo tempo, as políticas sociais implementadas permitiram a inclusão e ascensão sociais de expressivo contingente de pessoas. O conjunto dessas políticas contribuiu para a ampliação do mercado de trabalho e o fortalecimento do setor produtivo, gerando um círculo virtuoso de desenvolvimento. A Região Nordeste Maranhão foi beneficiada por esses resultados, em que pese a crise econômica que atingiu o País em anos recentes.

Atualmente, projetos de base estão em execução na Região visando à redução de gargalos na infraestrutura, contribuindo, assim, para elevar a competitividade da economia local.

Apesar dos expressivos avanços verificados nos indicadores econômicos e sociais, é fundamental reconhecer que existem desafios a serem vencidos nos próximos anos. O PIB *per capita* do Nordeste, R$ 15,77 mil em 2016, ainda é inferior ao do País (R$ 30,41 mil em 2016). No entanto, o IDH do Nordeste

(0,710 em 2017), mesmo classificado como alto, ainda permanece abaixo da média Nacional (0,759 em 2017).

Nesse contexto, as estratégias a serem elaboradas e implementadas devem levar em conta um complexo quadro social e econômico delineado em um território que sofre constante pressão devido a fenômenos naturais, como a última seca de 2012. Além, têm o panorama socioeconômico, em que a diminuição do ritmo de crescimento da população na Região é reflexo da redução das taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade, por efeito do processo de urbanização da população, da crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, dos avanços da medicina e da melhoria da qualidade de vida da população.

Outro aspecto importante diz respeito ao processo de localização espacial da população, marcado pela crescente concentração nos centros urbanos. Embora a taxa de urbanização do Nordeste seja uma das menores do País (85,1%, em 2014), atualmente quase 73,7% da população do Nordeste reside nessas áreas, sendo considerada a menor taxa de urbanização Nacional.

Em paralelo à concentração espacial da população verifica-se, também, a manutenção da concentração das principais atividades econômicas na Região. O Cerrado tem despontado como nova fronteira agrícola, onde modernos sistemas de produção estão sendo empregados, e tendo a soja despontado como o principal produto dos Estados da Bahia Maranhão e Piauí. Contudo, a área que abrange as Regiões Metropolitanas do Nordeste, concentra 53,4% do PIB Regional. Algumas das novas dinâmicas econômicas e os novos eixos de articulação produtiva reforçam o processo de concentração econômica e populacional nos principais centros urbanos.

O quadro de questões a serem enfrentadas remete à necessidade de se estabelecer uma estratégia de desenvolvimento focada em ao menos três grandes diretrizes. Primeiramente, é fundamental a manutenção dos programas sociais para que a redução da pobreza e a inclusão social prossigam de forma acelerada. Também, referidas políticas permitem ampliar o mercado consumidor local, que por sua vez, é indutor do desenvolvimento local.

Além disso, torna-se fundamental intensificar os investimentos em infraestruturas físicas, de forma que se possa criar um ambiente atraente para a geração de novos negócios na Região, e contribuir para melhorar o bem-estar da população.

É importante, ainda, se desenvolver ações que promovam a formação de capital humano, buscando-se melhorar os níveis de qualificação da força de trabalho. A mão de obra adequadamente preparada cria as bases para a formação de um ambiente inovador e amplia a produtividade da economia, favorece uma melhor distribuição da renda e possibilita maior mobilidade social.

As ações voltadas para ampliar a qualificação da força de trabalho devem, necessariamente, contemplar a ampliação e melhoria da qualidade do ensino básico, reduzindo o analfabetismo e promovendo a cidadania. As iniciativas devem, ainda, buscar ampliar a formação técnica e profissional, de forma a qualificar a população para ingressar no mercado de trabalho.

Em síntese, o Nordeste obteve importante progresso em termos econômicos e sociais em anos recentes. Apesar dos avanços, os principais indicadores da Região ainda são inferiores em comparação com as médias nacionais, de forma que a desigualdade inter-regional continua sendo um tema relevante para o Nordeste. Em face dos desafios a serem enfrentados pelo Nordeste, as políticas públicas serão fundamentais para que a Região possa se desenvolver de forma sustentável.

4 Referências

BEZERRA, F. J.; BERNARDO, T.R.R.; XIMENES, L.J.F.; VALENTE JUNIOR, A.S. (org.). **Perfil Socioeconômico do Maranhão**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2015.

CAMPOS, L. H. R.; FUSCO, W.. Municípios Nordestinos e Crescimento Populacional: Correspondência entre Migração e Desenvolvimento. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, ano XVII, n. 33, p. 79-100, jul./dez. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema de contas regionais: tabelas: PIB pela ótica da produção: 2002-2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=resultados. Acesso em: 17 jun. 2019.

Panorama Socioeconômico do Nordeste: Evolução e Perspectivas

Getúlio Alves de Souza Matos
Doutor em Administração/Finanças
Administrador Público. Pesquisador Bolsista - IEL-ETENE/BNB
matos.gas@gmail.com

Resumo

No contexto de mudanças conjunturais e severas restrições econômicas no território brasileiro e em especial no Nordeste, o presente artigo objetiva analisar aspectos socioeconômicos que permeiam a vida daqueles que vivem na região. Para isso, são abordadas as características da população nordestina e suas projeções, seguidas pela análise da significativa redução da mortalidade infantil. Na sequência, os dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e IDH Municipal são utilizados para traçar um perfil de evolução do Nordeste de acordo com os componentes destes indicadores: renda, longevidade e educação. Esta análise é seguida por uma leitura mais detida das condições de renda e suas desigualdades em relação ao Brasil e dentro da região, por critérios de sexo e escolaridade. Por fim, o coeficiente de Gini evidencia as disparidades encontradas dentro da região e em cada Estado. À guisa de conclusões, aponta-se que a consolidação de políticas públicas orientadas à redução das desigualdades intrarregionais e do Nordeste em relação às demais regiões do Brasil se constitui como o único caminho viável para o pleno desenvolvimento e melhoria das condições de vida dos brasileiros que vivem no Nordeste.

Palavras-chave

Evolução do Nordeste. Condições Socioeconômicas. Condições de Vida. Mortalidade Infantil. Condições de Renda.

1 Introdução

O final dos anos 2010 está sendo marcado por significativas mudanças na condução econômica brasileira, na tentativa de recuperação do que pode ser considerada a mais profunda crise já enfrentada pelo país. A crescente indisponibilidade de recursos públicos, fruto de crescimento de gastos e diminuição proporcional de arrecadação, reduz investimentos e ameaça o custeio das atividades financiadas pelos entes estatais. Em paralelo à questão fiscal, o setor privado também enfrenta severas dificuldades para se manter operante, ainda que em situação de retração.

Em condição não melhor do que as demais regiões, o Nordeste brasileiro também registra acumuladas privações em praticamente todos os setores, seja da economia ou da sociedade em sentido amplo. Em um país notadamente desigual, a Região historicamente mais desfavorecida não conseguiu se sobressair das demais no passado recente, o que torna as dificuldades enfrentadas pela sua população ainda mais devastadoras nos momentos de crise.

Neste contexto de severas restrições, acredita-se ser de primeira relevância uma análise que traga luz ao *locus* da atuação de políticas públicas e bancos de desenvolvimento, enquanto agente indutor do desenvolvimento na Região, para os próximos anos. Desta forma, extrapolam-se as usuais análises econômicas para trazer, em conjunto a estas, o elemento social para as análises do presente artigo.

Assim, o presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, como objetivo de delinear um panorama socioeconômico da Região Nordeste do Brasil ao final do ano de 2018, exercício que encerra o último ciclo político de eleições executivas e legislativas em níveis federal e estadual desta década. Não se trata, pois, de um estudo conclusivo ou propositivo de soluções para as questões socioeconômicas da Região, mas de um compêndio de informações relevantes para a compreensão da realidade nordestina, que sirva de ponto de partida para pesquisas futuras em alguns dos enfoques possíveis sobre a realidade local.

Para esta consecução, o artigo foi dividido em diferentes eixos temáticos e, dentro de cada eixo, serão detalhadas a evolução e as perspectivas intrarregionais e inter-regionais. Nos próximos capítulos, numerados de dois a cinco, apresentamos, sequencialmente, um levantamento da situação econômico-social do Nordeste, iniciado por esta introdução. O segundo capítulo resume as condições gerais na Região e a evolução recente sob o prisma do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O terceiro capítulo tem o enfoque nas rendas percebidas pelos moradores, ao passo que o quarto traz as considerações finais e perspectivas de pesquisa, seguido pelo quinto e último, que apresentam as referências utilizadas.

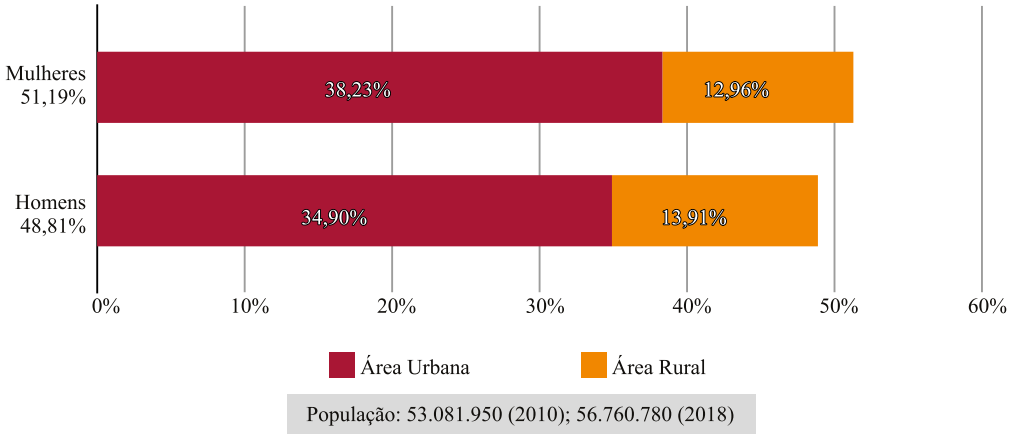
2 Condições Socioeconômicas

O Panorama Socioeconômico do Nordeste visa apresentar, de forma sucinta, informações relevantes quanto à população e as condições fundamentais de vida na Região. Para tal, este capítulo se divide em três seções, que compreendem: (I) Características da População; (II) Condições de Vida; e (III) Evolução das Condições no período de 2010 a 2015. Ao final do capítulo, apresentam-se fatores críticos e detalham-se as desigualdades intra e inter-regionais.

2.1 Características da População

O Nordeste concentra, aproximadamente, 30% da população do país em cerca de 20% da extensão territorial brasileira. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018), a Região tem cerca de 56,7 milhões de habitantes, distribuídos ao longo de 1,6 milhão de km^2. A população nordestina possui proporção entre homens e mulheres similar ao que é verificada na média do País.

Gráfico 1 – População estimada do Nordeste, com proporções por sexo e local de moradia em 2018

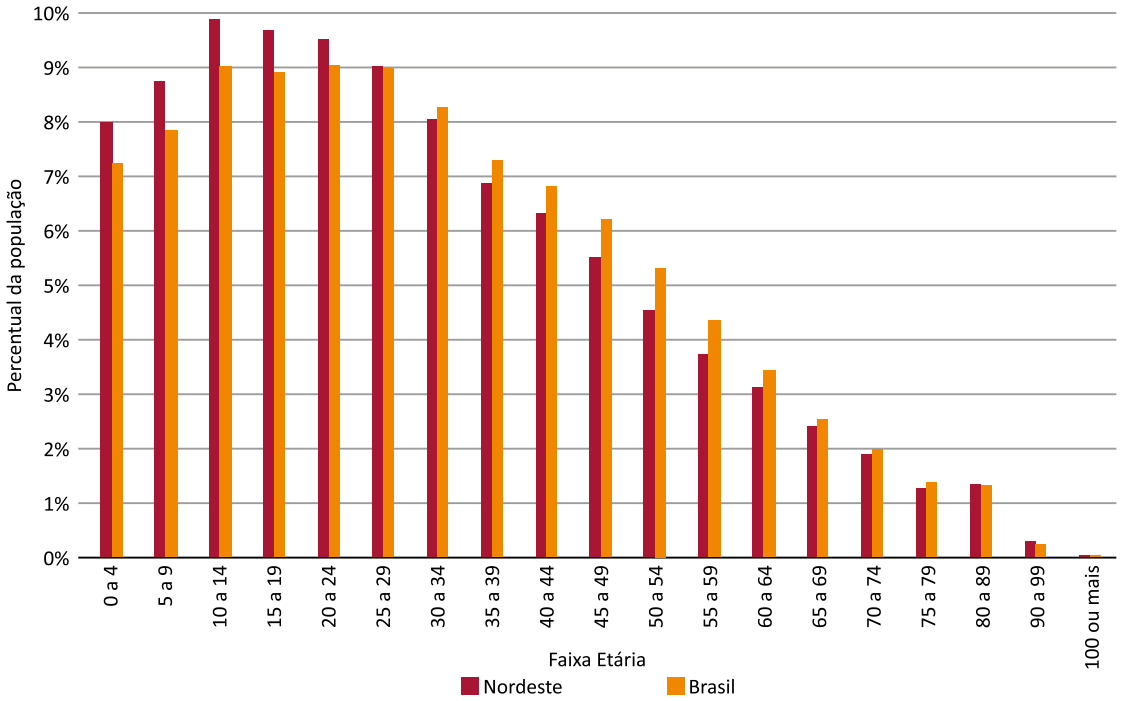


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

O Gráfico 1 exibe a proporção de homens e mulheres, de acordo com o local de residência. Verifica-se que o Nordeste ainda retém parte significativa de sua população em áreas rurais, a exemplo da Região Norte. A título de comparação, o Sul e Sudeste possuem pelo menos 90% da população em áreas urbanas. As mulheres, em números absolutos e relativos, também tendem a se concentrar nas áreas urbanas.

A população nordestina, conforme detalhado no Gráfico 2, também se aproxima da realidade brasileira na comparação de sua estrutura etária. A maior concentração de pessoas jovens, em relação aos idosos indica que a Região se encontra em estágio semelhante ao nacional em termos de transição demográfica.

Gráfico 2 – Projeção de percentuais da população por idade, Nordeste e Brasil em 2018

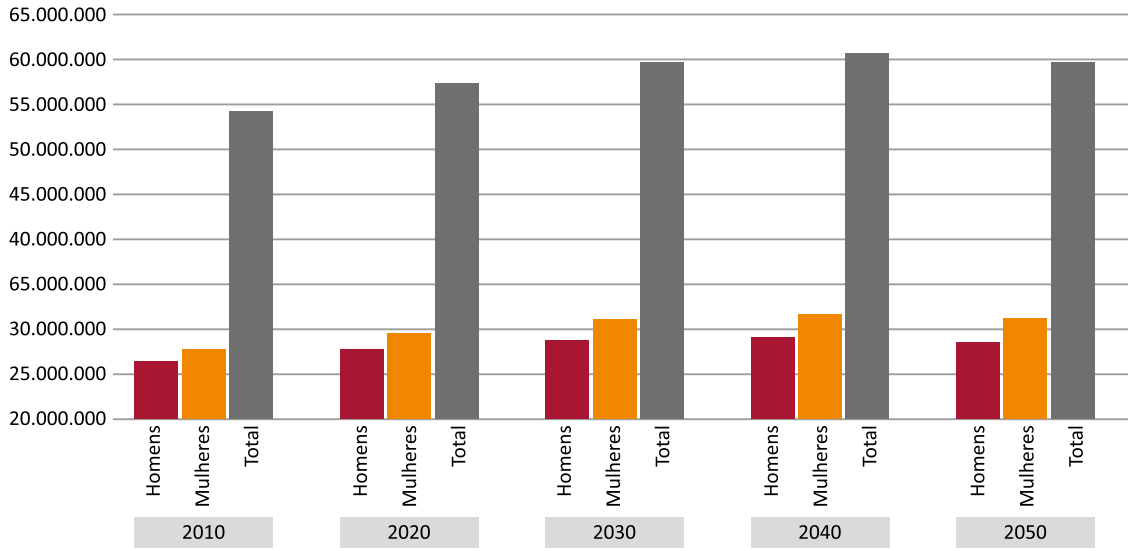


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). Censo Demográfico (2010)

No entanto, a análise mais criteriosa dos dados aponta maior concentração de jovens até os 29 anos no Nordeste, em comparação com o Brasil, e uma menor proporção de adultos a partir desta idade.

Analisando especificamente a Região Nordeste, verifica-se que a sua população também apresenta, em números absolutos, uma aproximação à variação percebida no território nacional. Desta forma, o Gráfico 3 evidencia o crescimento estimado da população até o ano de 2040, com consequente declínio a partir desta data. Mantém-se, contudo, a proporção de mais mulheres relativamente ao número de homens na Região.

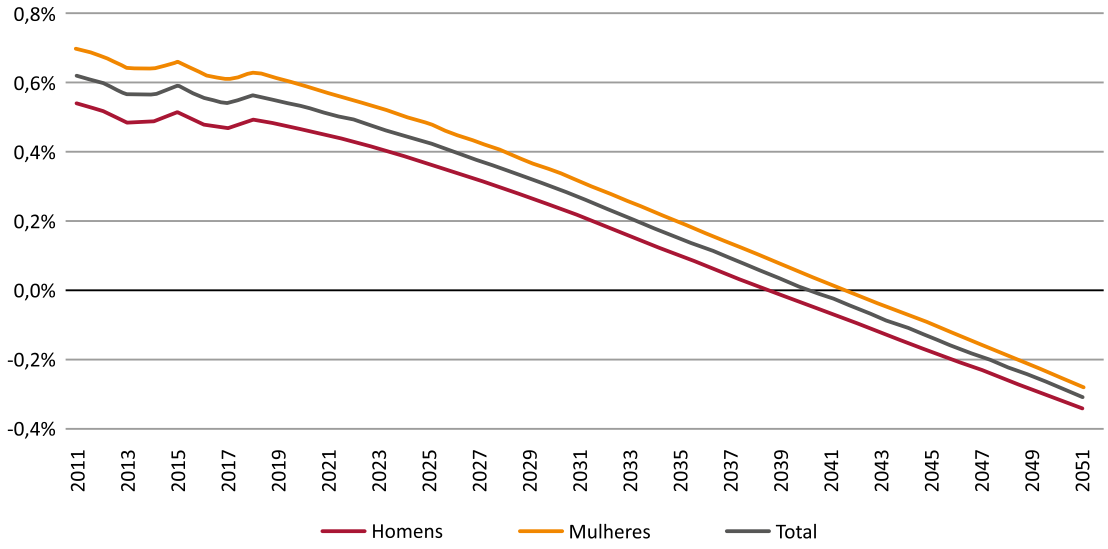
Gráfico 3 – Projeção decenal da população do Nordeste (2010-2050)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018) e Censo Demográfico (2010).

O Gráfico 4 complementa esta análise ao apresentar o já existente declínio na taxa de variação populacional. Com ligeira diferença entre homens e mulheres, a população nordestina registra crescimento cada vez menor, fazendo com que a partir da década de 2040 o número de habitantes efetivamente diminua, a exemplo do que é previsto para acontecer no Brasil.

Gráfico 4 – Variação Populacional Estimada por Sexo no Nordeste (2010 - 2050)

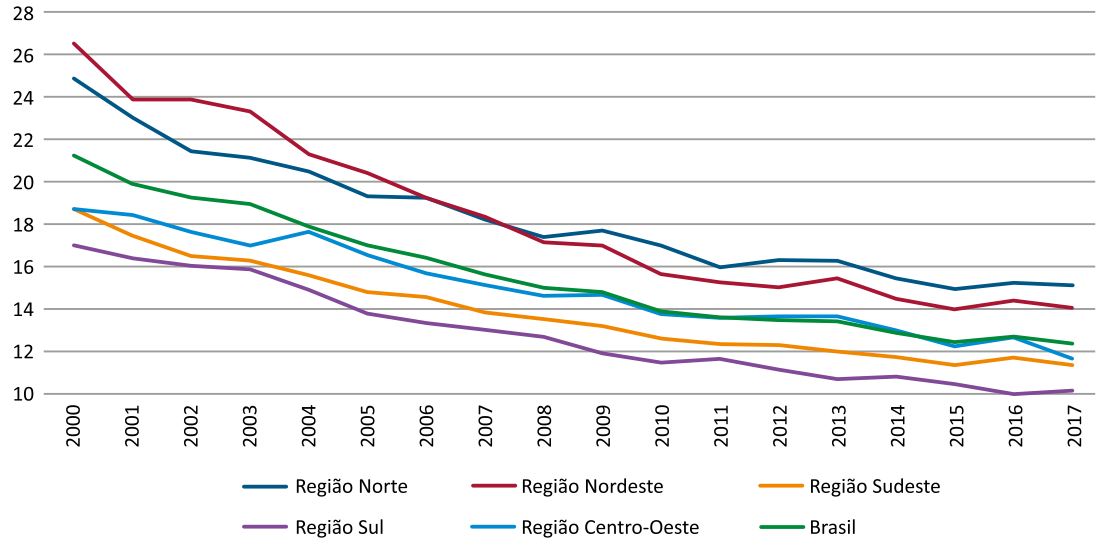


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018) e Censo Demográfico (2010)

2.2 Mortalidade infantil: Avanços e redução de desigualdade histórica

Um fator correlato à alteração recente na dinâmica populacional do Nordeste é a mortalidade infantil. Ao longo das últimas décadas, a Região registrou queda consistente neste indicador. Quando considerada a posição relativa entre as regiões, o Gráfico 5 evidencia a melhora do Nordeste que, no período analisado, deixou a condição de Região com maior mortalidade infantil, superando a Região Norte.

Gráfico 5 – Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) por Região, 2000-2017

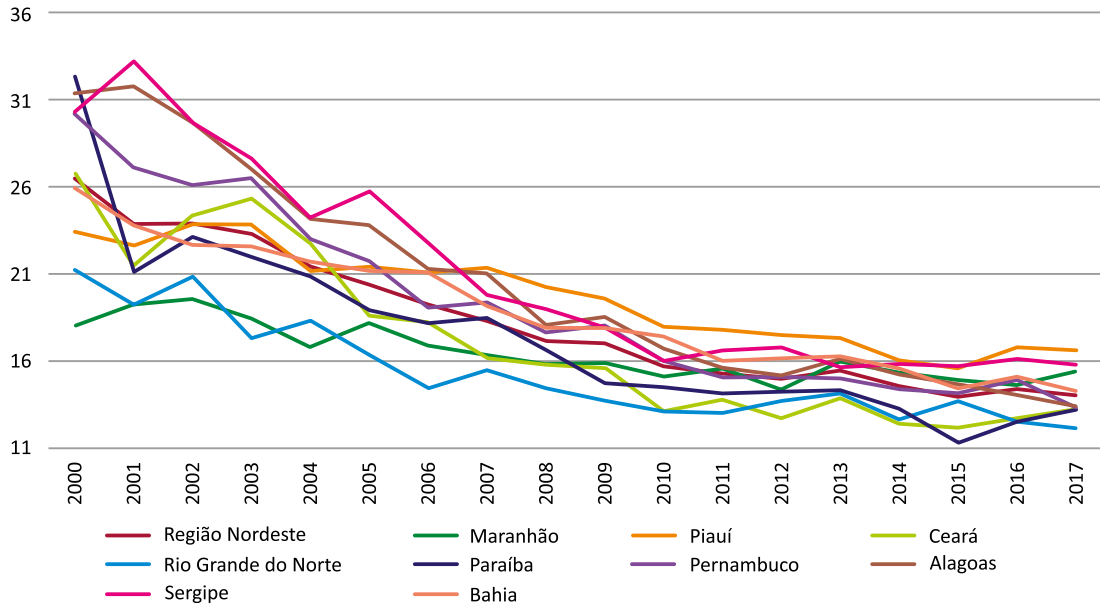


Fonte: Sistema de Informações Sobre Mortalidade (2018a).

Em termos absolutos, no mesmo período, observou-se uma redução quase à metade da taxa de óbitos infantis para cada mil nascidos vivos. Esta evolução é semelhante à observada em outros países

latino-americanos no mesmo período, como os casos de México e Equador (THE WORLD BANK, 2017?). Entretanto, há que se considerar que as demais regiões também registraram avanços, embora mais módicos que o Nordeste, força de uma situação inicial melhor. A Região Sul, por exemplo, registrou um avanço semelhante ao vizinho Uruguai no mesmo período.

Gráfico 6 – Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Nordeste e Estados da Região, 2000-2017



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (2018a).

Uma análise mais detida sobre a Região Nordeste, no entanto, evidencia que fatores estaduais ou locais podem ser pouco explicativos para a queda da mortalidade infantil, como pode ser verificado no Gráfico 6. A exemplo da queda percebida em todo o país, especificamente no Nordeste, a queda implicou também a menor dispersão entre os estados ao final do recorte temporal, em comparação ao observado no início. Desta forma, depreende-se que políticas nacionais foram fortemente responsáveis pela queda deste indicador na Região.

Em 2000, a Paraíba registrava aproximadamente 32 crianças mortas a cada 1000 nascidas vivas, o maior valor do ano inicial da observação. Ao mesmo tempo, o Maranhão registrou o menor valor, com cerca de 18 crianças. No último ano da amostra, o pior estado neste quesito, Piauí, registrou não mais que 17 óbitos infantis ao passo que o melhor, Rio Grande do Norte, registrou aproximadamente 12. Assim, depreende-se que a dispersão entre os valores estaduais, que fazia com que a unidade da federação com o indicador mais crítico registrasse números 77% maiores que a melhor, decresceu para cerca de 44%.

2.3 Condições de vida em 2010

A análise das condições de vida na Região Nordeste, aqui apresentada, teve como objeto principal o IDH e seus componentes.

No transcorrer do século XX, a teoria econômica avançou consideravelmente no que tange ao conceito de “desenvolvimento”. Sobretudo na primeira metade do século, entendia-se que o Produto Interno Bruto (PIB), ou a renda per capita, seriam uma aproximação satisfatória para a prosperidade econômica de uma determinada localidade.

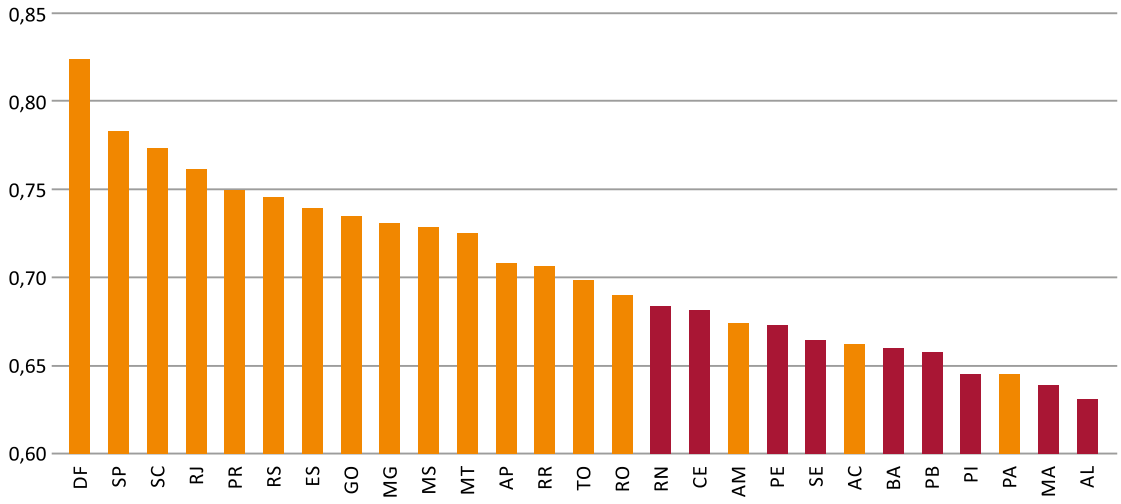
No entanto, esta ideia foi suplantada por outros avanços, sobretudo na questão da incorporação da condição humana, sendo o Índice de Desenvolvimento Humano o conceito mais recorrente para esse fim. O IDH é uma métrica idealizada pelo Nobel Amartya Sen, e consiste basicamente da avaliação de três conjuntos de variáveis: longevidade, renda e educação.

Como uma extensão do IDH para a avaliação subnacional, estima-se também o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) com base em dados do Censo, que foram trabalhados ao longo desta seção.

O Gráfico 7 traz, com base nos dados do último Censo Demográfico (2010) os Estados do Brasil ordenados de acordo com o IDH, em uma escala que vai de 0 a 10. Observa-se, inicialmente, que o Brasil ainda apresenta uma grande dispersão entre seus Estados. Para efeitos comparativos, ao passo que, em 2010, o Estado de Alagoas apresentava um IDH próximo ao da Síria, o Distrito Federal exibia números próximos aos do Qatar.

Essa disparidade entre os extremos superior e inferior da distribuição brasileira também pode ser verificada entre as regiões. Os onze Estados com os maiores IDHs do Brasil são exatamente todos os Estados das regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste.

Gráfico 7 – IDH por Estado em 2010



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro (2013).

Em contraposição a esta situação, entre os 12 menores IDHs estão todos os nove Estados da Região Nordeste, e, consequentemente, os 3 da Região Norte.

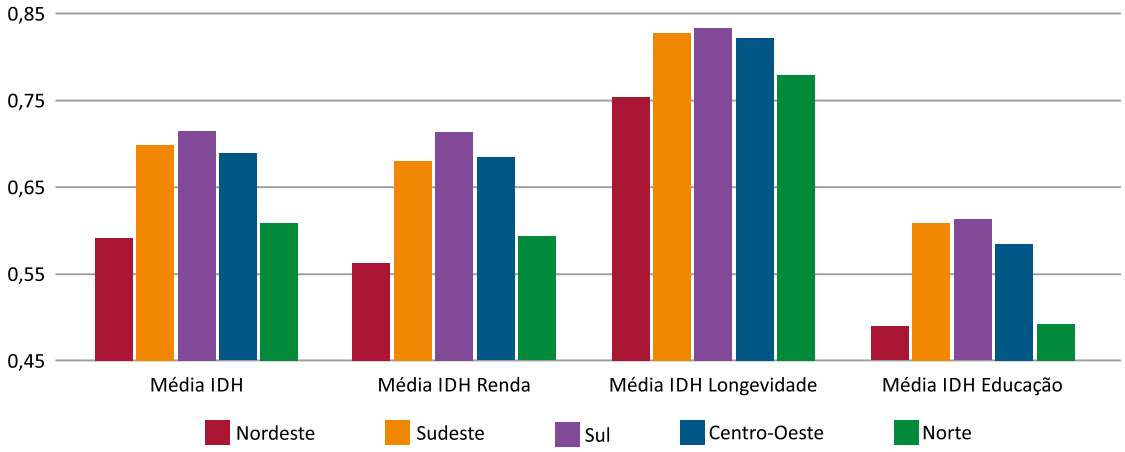
Com essa desigualdade constatada, é conveniente analisar as dimensões componentes do IDH com base no Gráfico 8, no intuito de verificar se essa condição é mais acentuada em algum deles.

No quesito Renda, verifica-se maior discrepância em relação à oscilação registrada nos desvios das demais regiões. Em outras palavras, o Nordeste se distancia mais das outras regiões, mesmo a renda destas tendo uma avaliação ligeiramente inferior à média do IDH nacional.

A exemplo da Renda, a Educação também revela uma significativa defasagem do Nordeste em relação às demais regiões. A este fato, no entanto, é necessário acrescentar que este componente é consideravelmente inferior à média utilizada na composição do IDH para todas as regiões, sendo o Nordeste detentor da maior discrepância.

O critério da longevidade apresenta a menor discrepância entre as regiões brasileiras, e, também, os valores nominais mais elevados entre os componentes do IDH. Consequentemente, o Gráfico 7 evidencia, em linhas gerais, que a Região Nordeste se encontra desfavorecida em todos os critérios, quando comparada às demais regiões do Brasil.

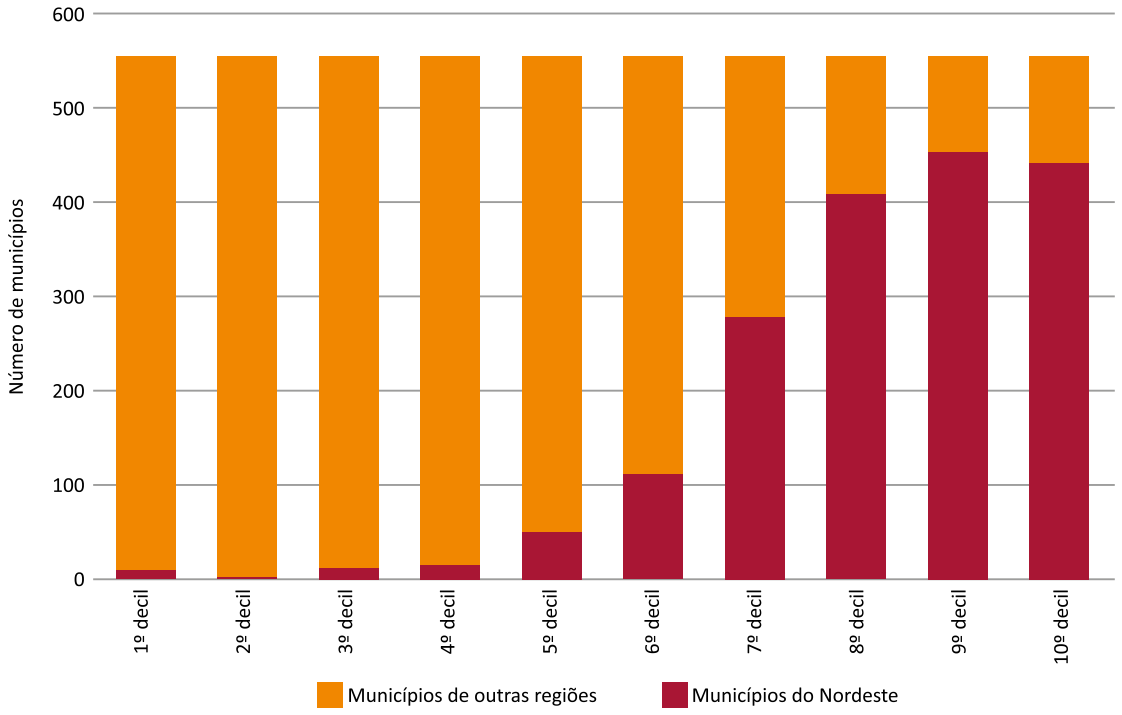
Gráfico 8 – Média e Componentes do IDH por Região em 2010



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro (2013).

Outra evidência da situação precária das cidades nordestinas é evidenciada pelo Gráfico 9. Ao se estratificarem todos os municípios do Brasil em decis, percebe-se que o primeiro decil conta com apenas 11 municípios do Nordeste. Destes, destacam-se a maioria das capitais – mas nem todas – e algumas cidades pertencentes a regiões metropolitanas, além de localidades que podem e devem ser consideradas *outliers* na Região, como Fernando de Noronha.

Gráfico 9 – Participação dos municípios do Nordeste por decis do IDHM em 2010



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro (2013).

À medida que se aproximam os decis inferiores, aumenta a frequência de municípios nordestinos. No segundo decil são apenas 04 municípios nordestinos entre os 556 totais, ao passo que no penúltimo decil, o Nordeste registra 454 municípios, o que mostra, ainda mais, a concentração de municípios em condições inferiores às de outras regiões do país.

2.4 Evolução das condições de vida entre 2010-2015

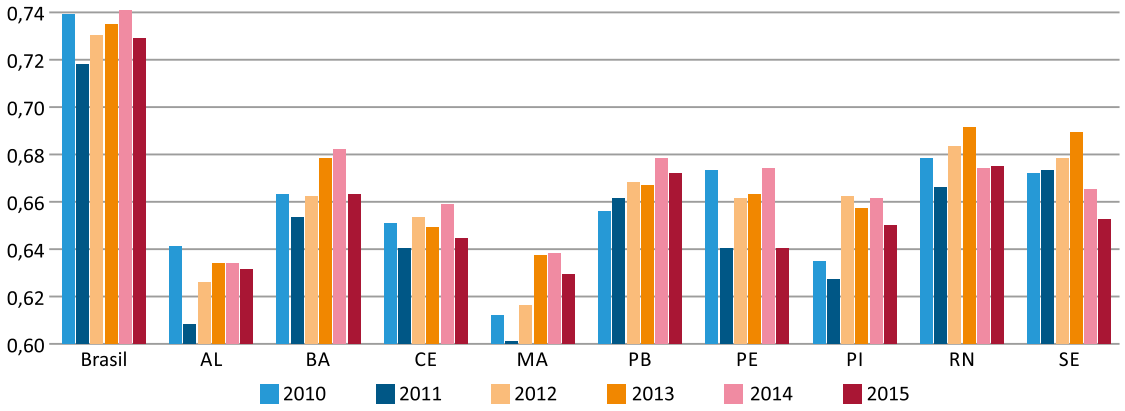
Estabelecido o panorama vigente à época do último Censo, é possível verificar a evolução de alguns dos indicadores anteriormente apresentados, de acordo com os dados do período 2010-2015.

2.4.1 Renda

A análise do perfil das rendas, enquanto componente do IDH, evidencia que, sem exceções, todos os Estados da Região Nordeste se encontram em condição inferior à media nacional.

Em adição a isso, o Gráfico 10 revela também a existência de desigualdades intrarregionais, uma vez que há estados com notas sistematicamente superiores às de outros. Isso pode ser verificado, por exemplo, pela diferença existente entre aqueles com escores mais elevados, como Sergipe e Rio Grande do Norte, e aqueles com menores notas, como Maranhão e Alagoas.

Gráfico 10 – Evolução do critério renda do IDHM, Brasil e Estados do Nordeste - 2010 a 2015

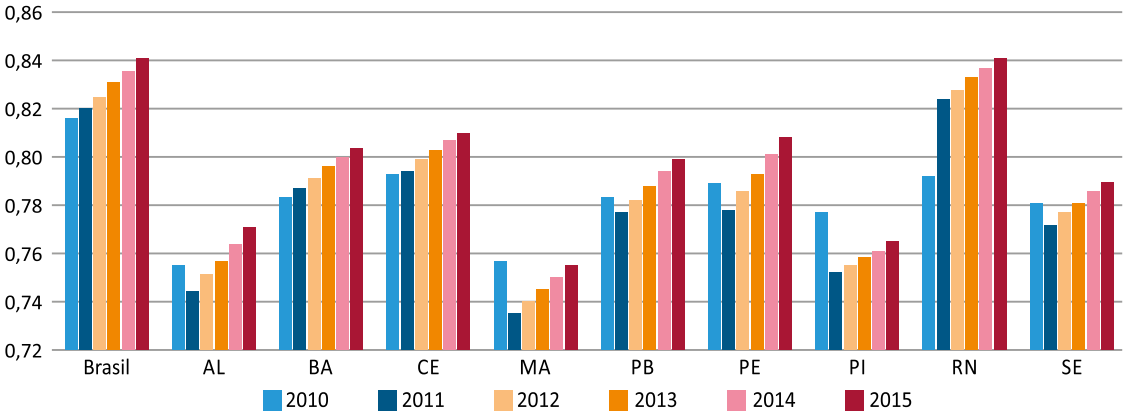


Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro (2013; 2017).

2.4.2 Longevidade

O critério de longevidade, na composição do IDHM, revelou-se como o único no qual pelo menos um dos estados da Região Nordeste obteve escores superiores à média nacional. No caso, o Rio Grande do Norte superou o referencial nacional em todos os anos a partir de 2011. Entende-se, no entanto, que esta inflexão aconteceu somente nos anos em que o IDHM foi aferido a partir dos dados da PNAD contínua, tal como exibidos no Gráfico 11.

Gráfico 11 – Evolução do critério longevidade do IDHM, Brasil e Estados do Nordeste - 2010 a 2015



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro (2013; 2017).

Há que se salientar, contudo, que eventuais alterações metodológicas em relação à apuração anterior podem ter promovido o salto observado entre os anos de 2010 e 2011. Variações elevadas entre estes anos também foram observadas em outros estados da Região. Nos casos de Alagoas, Maranhão, Piauí e Sergipe, no entanto, esta oscilação representou uma redução da longevidade entre os anos de 2010 e 2011, e, em todos os casos, 2012 representou uma retomada no aumento do escore em relação a 2011.

2.4.3 Educação

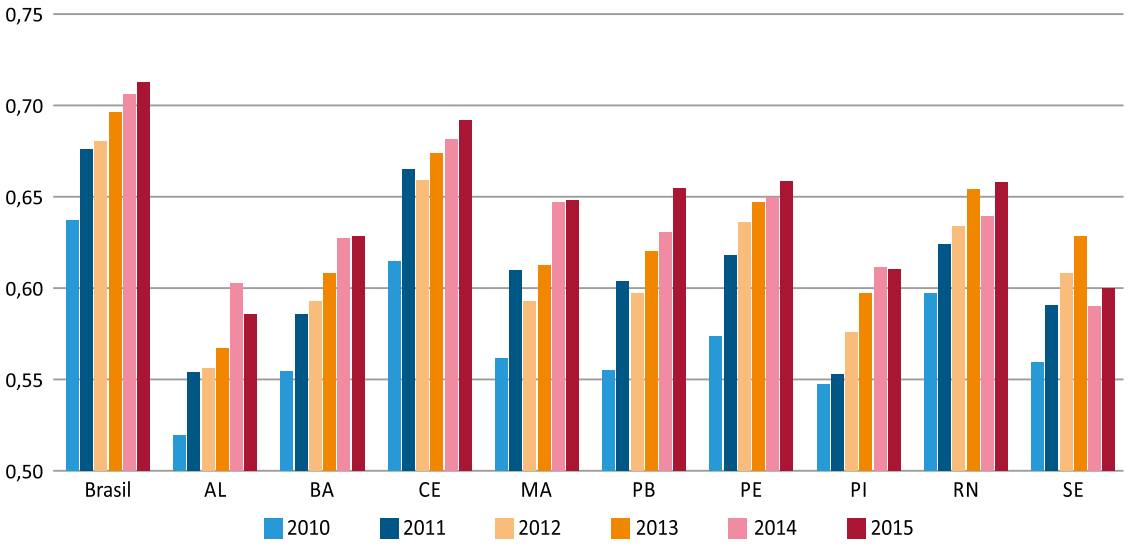
O componente Educação do IDHM apresentou os avanços mais significativos dentre as três dimensões de análise do indicador.

Como evidencia o Gráfico 12, todos os estados do Nordeste se mantêm abaixo da média nacional. Entretanto, os avanços conquistados na Região merecem um olhar mais atento.

Dos nove estados do Nordeste, apenas três apresentaram uma evolução inferior à média nacional. Em ordem decrescente de variação observada, Paraíba, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Alagoas e Ceará apresentaram avanços mais significativos que o País.

Cabe destaque, e também uma investigação posterior mais detalhada, à situação do Estado de Sergipe que, embora tenha percebido significativa melhoria entre 2010 e 2015, registrou queda relevante nos últimos anos da amostra.

Gráfico 12 – Evolução do critério educação do IDHM, Brasil e Estados do Nordeste -2010 a 2015



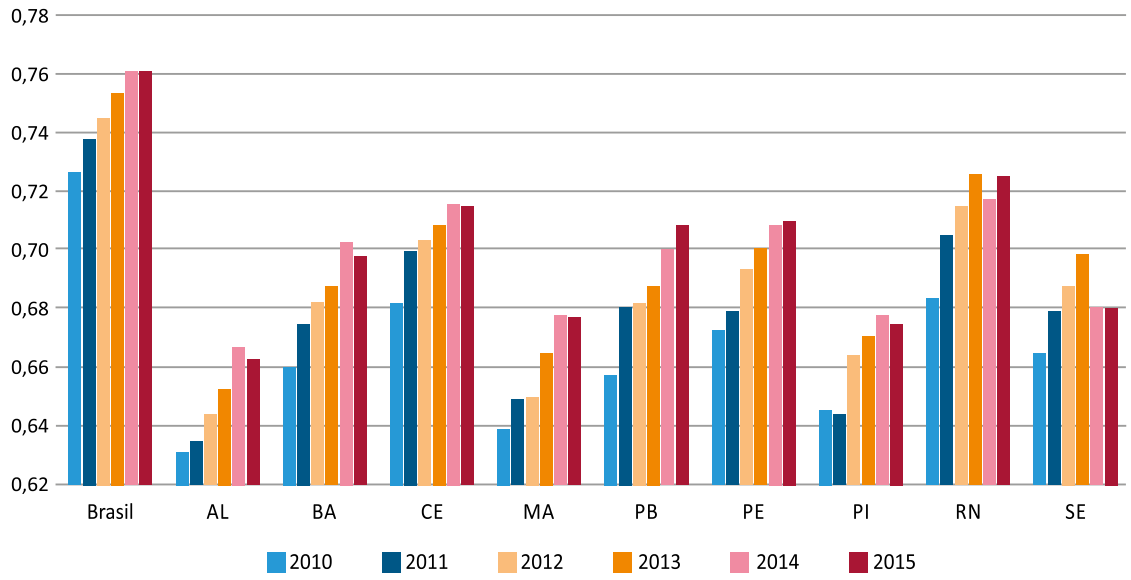
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro (2013; 2017).

2.4.4 IDH e o descompasso Nordeste-Brasil

A análise conjunta das variáveis permite concluir que, embora Brasil e Nordeste tenham avançado na direção de um IDH mais elevado, a Região não conseguiu superar as distâncias relativas com a mesma intensidade. Em outras palavras, o *gap* existente entre o Nordeste e as demais regiões do Brasil não apresenta tendências de estreitamento em um futuro próximo.

O Gráfico 13 apresenta a evolução captada pelo IDH e IDHM entre os anos de 2010 e 2015, para o Brasil e, comparativamente, para os Estados do Nordeste. O Gráfico evidencia uma inegável melhoria nas condições gerais durante o período observado.

Gráfico 13 – Evolução do IDH e IDHM, Brasil e Estados do Nordeste - 2010 a 2015

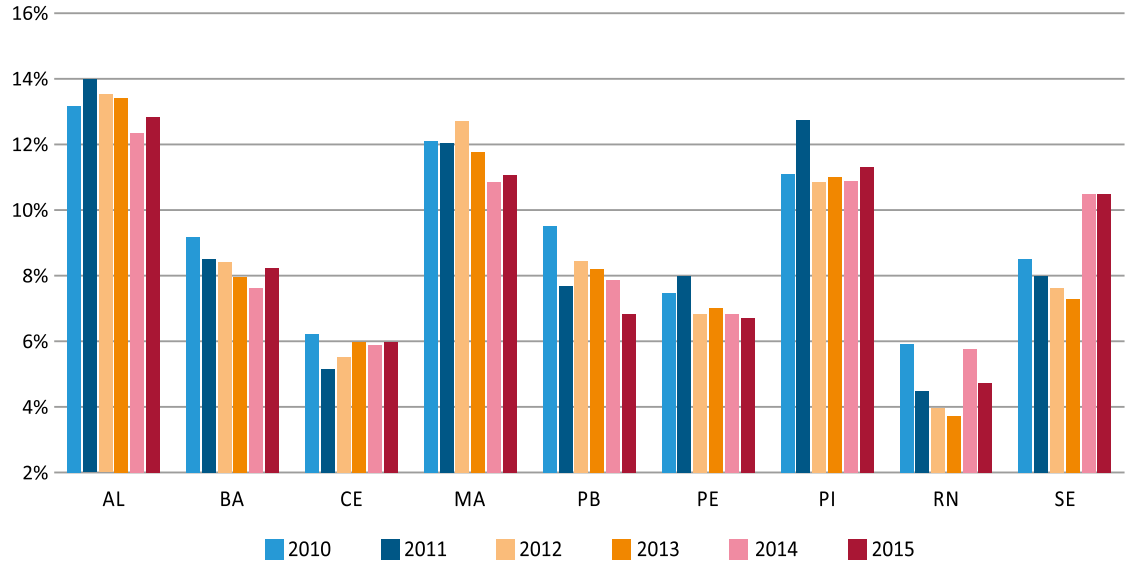


Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro (2013; 2017).

Como espelho desta melhoria, pode-se considerar o caso do Estado com o menor IDH, Alagoas. Em números, percebe-se que em 2010 detinha um escore similar ao da Guiana, com aproximadamente 0,63. Se fosse um país, estaria aproximadamente na 125ª posição no mundo. Ao final da amostra, Alagoas evoluiu seu IDHM para cerca de 0,66. Comparativamente, teria evoluído poucas posições, até a 122ª colocação global, em substituição ao Marrocos que, à época, detinha este ranking.

No entanto, quando consideradas as distâncias relativas entre os Estados e o Brasil, percebe-se que a melhoria observada anteriormente ocorreu em nível nacional, tal como demonstrado pelo Gráfico 14.

Gráfico 14 – Distâncias entre o IDH/IDHM brasileiro e dos estados do Nordeste, 2010 a 2015



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro (2013; 2017).

Em outras palavras, entre o início e o final da amostra, em poucos casos foi registrada uma redução significativa no nível de desigualdade observado. Em adição a isso, observa-se uma tendência de redução

consistente das desigualdades nos Estados que mais se aproximam da média nacional, o que acaba por reforçar os desequilíbrios dentro da própria Região.

Analisando estas distâncias conjuntamente aos desmembramentos do IDH/IDHM, pode-se inferir que parte do desequilíbrio existente na qualidade de vida do nordestino, em relação ao brasileiro, advém da precariedade da educação e da hipossuficiência da maioria de seus habitantes.

Neste sentido, entende-se que os problemas relacionados às condições de saúde têm evoluído a contento nos últimos anos, embora haja condições de melhoria. Referidos avanços têm refletido na recolocação do Nordeste em condição próxima à média nacional, quando analisados critérios como mortalidade infantil e longevidade.

Por outro lado, as condições educacionais ainda têm possibilidade de progresso, fazendo-se necessário o cumprimento de requisitos constitucionais de investimentos em educação, sobretudo no ensino básico.

Por fim, a gritante desigualdade de renda na Região revela a necessidade de mecanismos efetivos de redistribuição dos recursos dentro da sociedade nordestina, que será abordada no próximo capítulo.

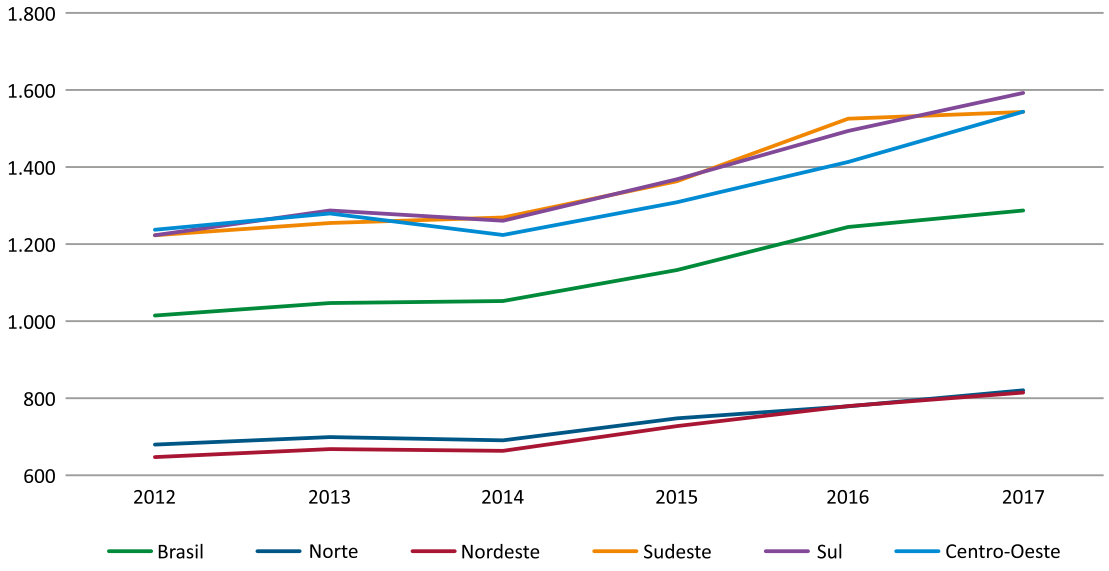
3 Panorama das Condições de Renda

A análise das condições de renda mostra-se relevante pela necessidade de análise da sua estrutura interna à Região, com vistas à melhor compreensão das razões que fazem com que ela seja tão distante da média brasileira em sua trajetória histórica. Assim, optou-se por desmembrar a análise entre rendimentos domiciliares e rendimentos do trabalho, nas seções a seguir.

3.1 Rendimentos Domiciliares no Brasil e no Nordeste

O perfil de rendimentos familiares no Brasil é, notadamente, desigual. As disparidades, entretanto, apresentam, além dos fatores intrínsecos às famílias, um componente regional de alta representatividade.

Gráfico 15 – Rendimento mensal domiciliar per capita - Brasil e Regiões -2012 - 2017



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018); Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2018); Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral(2018a;2018b;2018c).

A análise do Gráfico 15 evidencia que, entre 2012 e 2017, os rendimentos *per capita* das famílias brasileiras observaram um crescimento real de aproximadamente 27% entre o primeiro e o último ano da amostra. Entre 2013 e 2014, todas as regiões, exceto Sudeste, tiveram decréscimo, prontamente corrigido no período imediatamente posterior.

No entanto, cabe ressaltar que este crescimento não significou uma melhora relativa para as regiões menos favorecidas. A Região Nordeste apresentava, no início da amostra, a menor renda domiciliar, e manteve-se na mesma condição até o último ano retratado, com crescimento inferior à média nacional, na ordem de 26%. A Região Norte, por sua vez, apresentou a menor taxa de crescimento, com 21%. Em contraposição, o Sul observou aproximadamente 30% de evolução no mesmo período.

Tabela 1 – Rendimento domiciliar em reais per capita para Brasil e Regiões - 2012 a 2017 - Em R$

REGIÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	1.016	1.048	1.052	1.132	1.247	1.289
Norte	679	702	694	751	781	824
Nordeste	649	671	666	727	781	820
Sudeste	1.225	1.255	1.275	1.362	1.531	1.544
Sul	1.225	1.290	1.260	1.368	1.497	1.590
Centro-Oeste	1.242	1.285	1.227	1.311	1.418	1.542

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2018); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018); Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (2018a;2018b;2018c).

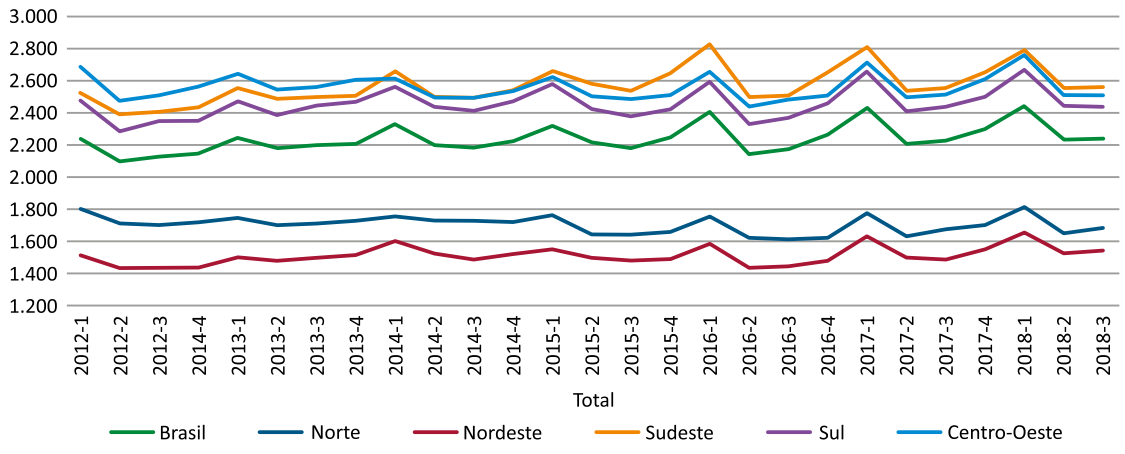
Os rendimentos domiciliares da Região Norte, por sua vez, cresceram significativamente abaixo da média nacional, com avanço de 21%. Em contraposição a estes, destacam-se as regiões Sul e Sudeste que, com crescimentos próximos ou superiores à média nacional, se mantiveram com os maiores rendimentos domiciliares *per capita*.

Embora haja alternância entre Sul, Sudeste e Centro-Oeste como Região com maiores rendimentos familiares médios, a Região Nordeste observou os menores valores ao longo de toda a amostra. As disparidades interregionais também se manifestam, como demonstrado na Tabela 1, pelo aumento da distância existente entre as regiões com maiores e menores rendimentos. Em 2012, a renda familiar média da Região mais "rica" correspondia a 1,91 vez a renda média domiciliar no Nordeste. Seis anos depois, a Região mais rica observa uma renda correspondente a 1,94 vez a renda do Nordeste, o que significa que a disparidade aumentou quase 1,5% em seis anos, em um cenário já desigual.

3.2 Rendimento individual do trabalho

Dos rendimentos anteriormente referidos, um dos recortes possíveis, e talvez o que retrate de maneira mais contundente a disparidade de renda existente no Brasil, compreende os rendimentos auferidos por meio do trabalho.

Gráfico 16 – Rendimentos individuais do Trabalho, Brasil e Regiões - 2012 a 2018 - Em R$



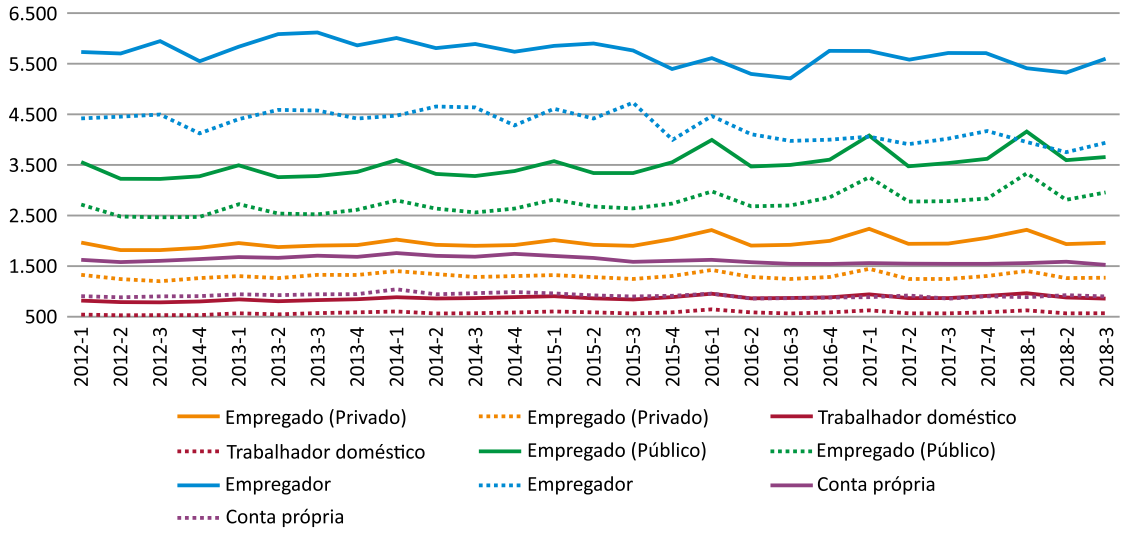
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (2018a).

O Gráfico 16 evidencia a disparidade existente entre as regiões brasileiras neste quesito. Verifica-se, por meio desta dispersão, que as regiões com o trabalho mais bem remunerado se aproximam do dobro do valor percebido como fruto do trabalho nas regiões com menores proventos. Além disso, houve discreta variação nas posições relativas das regiões neste critério, e somente entre os mais bem ranqueados. Neste caso, apenas as regiões Centro-Oeste e Sudeste se alternaram como Região com os maiores vencimentos, mantendo considerável distanciamento em relação às demais, sobretudo o Norte e o Nordeste.

3.2.1 Rendimentos por categoria de trabalho

Analisando especificamente o caso do Nordeste em comparação ao Brasil, as remunerações podem ser seguramente hierarquizadas por categoria de trabalho, como pode ser verificado no Gráfico 17. Para todas elas, verifica-se que as remunerações no País são sistematicamente superiores às percebidas no Nordeste.

Gráfico 17 – Rendimentos percebidos por categoria de trabalho, Brasil e Nordeste - 2012 a 2018 - Em R$



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018d).

Em ambos os casos, verifica-se haver uma sequência bem definida de remunerações por categoria, apresentadas em ordem decrescente: empregador, empregado do setor público, empregado do setor privado, trabalhador por conta própria e trabalhador doméstico.

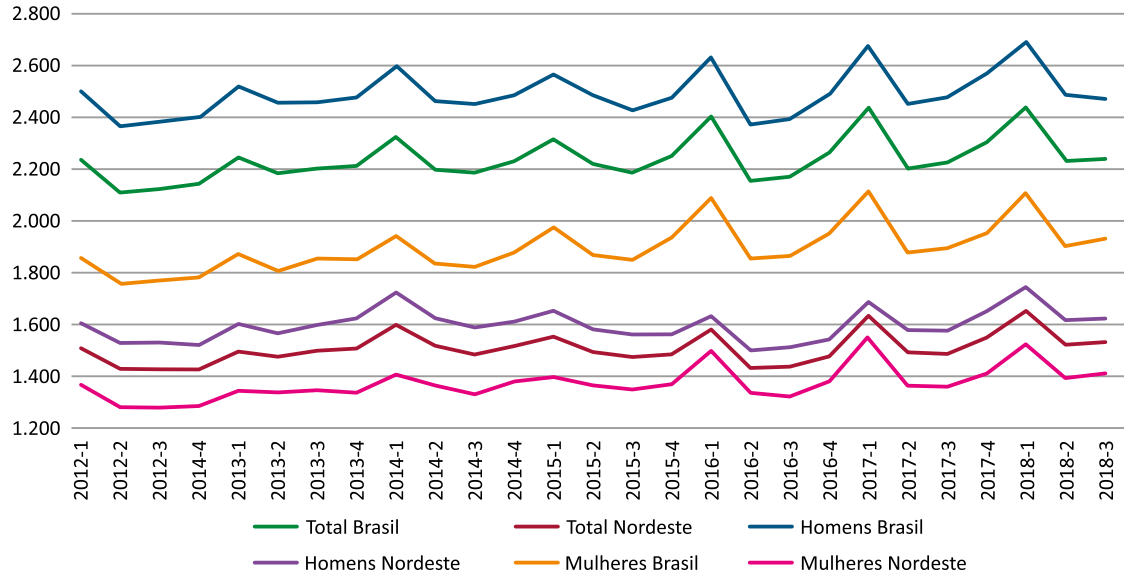
No entanto, quando sobrepõem-se os vencimentos desta hierarquia remuneratória para Nordeste e Brasil, torna-se possível constatar que um trabalhador por conta própria no Brasil chega a ganhar, em média, mais que um empregado privado no Nordeste. Por sua vez, o trabalhador por conta própria no Nordeste tem seus proventos equiparáveis não ao congênere em escala nacional, mas sim a um trabalhador doméstico no Brasil. Analogamente, portanto, depreende-se que o trabalhador nordestino esteja “um degrau abaixo” do equivalente categórico brasileiro.

Considerando-se a presente desigualdade interregional verificada, torna-se relevante averiguar também outros critérios de desigualdade existentes no Nordeste, e compará-los com a esfera nacional.

3.2.2 Rendimentos estratificados por sexo na Região Nordeste e no Brasil: Evolução do hiato

A distinção social percebida entre homens e mulheres tem recebido a atenção de pesquisadores no Brasil e em todo o mundo. Para o presente propósito, cabe aqui o destaque para a disparidade de renda verificada no país, como demonstrada no Gráfico 18. Por meio dela, fica evidente que o Nordeste se encontra consideravelmente aquém da média nacional, independentemente de considerarmos a estratificação por sexo ou não.

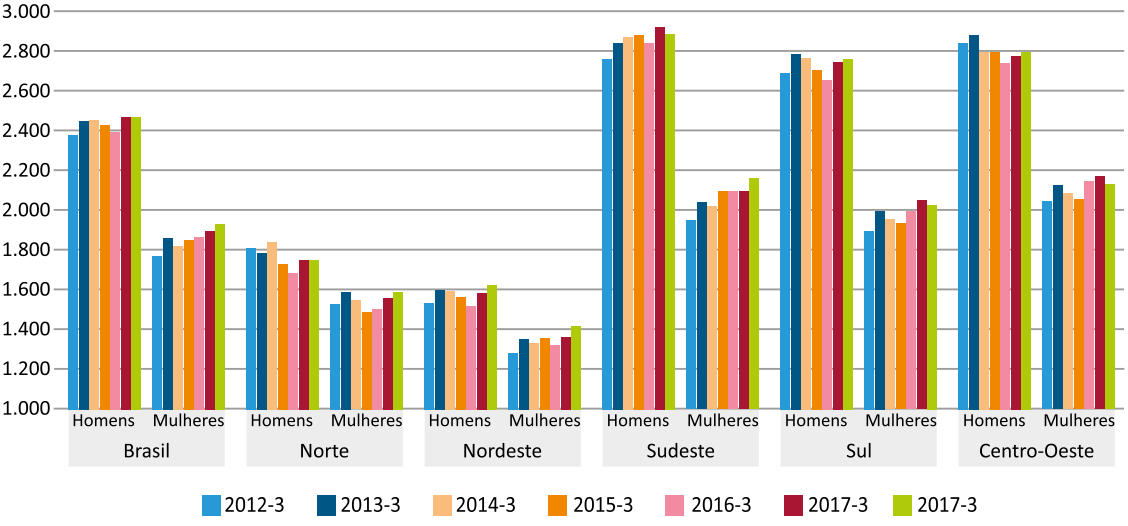
Gráfico 18 – Rendimento real do trabalho por sexo, Nordeste e Brasil - 2012 a 2018 - Em R$



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (2018c).

Quando estratificado por sexo e Região, tal como evidenciado no Gráfico 19, o volume dos vencimentos percebidos revela-se negativamente correlacionado[1] à redução do *gap*, o que significa que, para a amostra em tela, regiões com vencimentos maiores tendem a reduzir menos a desigualdade de remuneração entre os sexos.

Gráfico 19 – Comparativo de rendimentos do trabalho por sexo, para Brasil e regiões 2012 a 2017 - Em R$

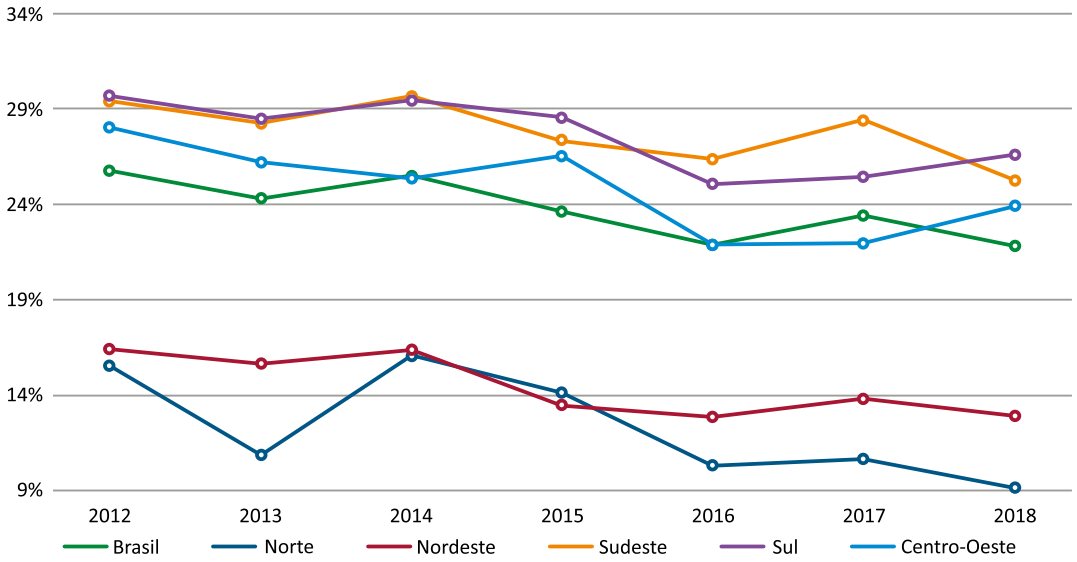


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (2018c).

A evolução da renda média dos salários, a exemplo da renda média das regiões, apresenta um padrão regional. Verifica-se, nesta situação, que os estados com maior rendimento também registram, sistematicamente, maiores diferenças salariais entre homens e mulheres. O Gráfico 20 apresenta a evolução do *gap* salarial por Região.

1 Para este procedimento, utilizou-se, como medida de grandeza, os vencimentos médios percebidos por Região e por sexo, no terceiro trimestre de 2018 (último dado). Como medida da evolução do gap, a variação percebida entre 2012 e 2018. A correlação foi da ordem de -0,33.

Gráfico 20 – Disparidade salarial entre os sexos, Brasil e Regiões - 2002 a 2018



Fonte: Elaboração Própria, com base em Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (2018c)

Novamente, pode-se perceber que há alternância dentro dos grupos dos "mais ricos" e dos "mais pobres", mas não há tendência clara de mobilidade entre os grupos. Em outras palavras, o hiato percebido entre homens e mulheres não tende a uma diminuição consistente, nem mesmo a uma aproximação de níveis mais baixos, por parte dos estados com maiores diferenças.

A análise destes dados evidencia que as nordestinas conseguiram estreitar o hiato existente entre os rendimentos na Região e no Brasil.

Em tendência semelhante, os homens do Nordeste também reduziram a diferença entre os seus vencimentos e os dos brasileiros, como demonstrado na Tabela 2. Todavia, quando se analisa as diferenças entre os vencimentos de homens e mulheres em uma mesma abrangência geográfica, verifica-se que o Nordeste apresentou uma redução mais acelerada do *gender pay gap*, quando comparada à redução também observada no Brasil.

Tabela 2 – Evolução dos hiatos entre os rendimentos médios por gênero e Região 2012 e 2018 - Em %

COMPARATIVO	2012/3	2018/3	EVOLUÇÃO
Gender gap NE	15,55%	12,94%	-16,79%
Gender gap BR	25,78%	21,86%	-15,19%
Gap mulheres NE/BR	27,66%	26,79%	-3,15%
Gap homens NE/BR	35,73%	34,29%	-4,02%
Gap Homens BR/ Mulheres NE	46,31%	42,79%	-7,58%

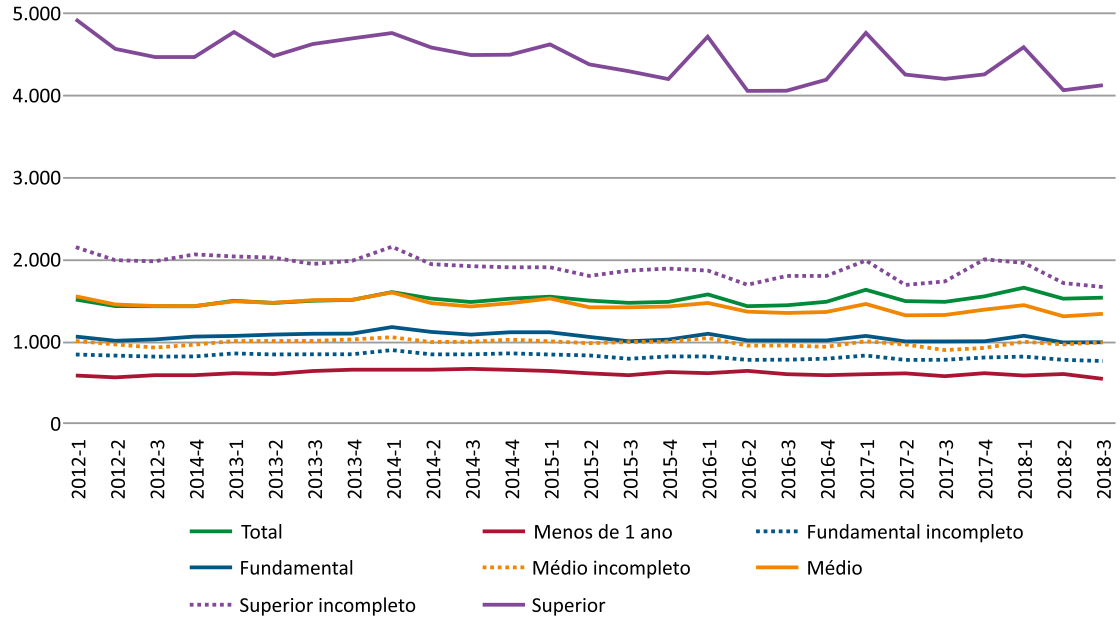
Fonte: Elaboração própria, com dados de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (2018c).

Por fim, cabe salientar que estudos evidenciam que outros fatores podem ter influência sobre o hiato de pagamentos entre os sexos. Dentre eles, a escolaridade costuma ser considerada como uma variável explicativa, o que não se verifica no caso brasileiro. Ainda assim, por ser um fator determinante para o impacto na obtenção de renda de trabalho, a próxima seção explora as relações entre escolaridade e renda no Nordeste, e em seus estados.

3.2.3 Rendimento por escolaridade

A escolaridade apresentou-se, no passado recente, como um fator determinante do aumento da renda dos trabalhos. A vasta literatura sobre o tema relaciona, em graus diferentes mas de forma direta, mais anos de estudo à percepção de maiores vencimentos. No entanto, a disposição gráfica dos salários por grupos de escolaridade evidencia um salto considerável nos rendimentos do grupo detentor de ensino superior. Em contraposição a esta diferença, intervalos consideravelmente menores são observáveis entre os grupamentos que correspondem a graus de instrução anteriores a este.

Gráfico 21 – Rendimento médio do trabalho, por escolaridade, 2012-2018 - Em R$



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (2018a).

Tabela 3 – Proporção da remuneração de profissional de nível superior, por escolaridade e Estado do Nordeste - Em %

	Menos de 1 ano	Fundamental Incompleto	Fundamental	Médio Incompleto	Médio	Superior Incompleto
Nordeste	13.33%	18.35%	23.62%	23.96%	32.31%	40.49%
Maranhão	14.75%	20.78%	27.91%	29.36%	36.87%	43.28%
Piauí	14.63%	19.80%	31.16%	25.48%	39.34%	46.74%
Ceará	10.97%	16.61%	20.72%	20.02%	32.08%	37.87%
Rio Grande do Norte	15.49%	20.24%	26.28%	41.77%	38.54%	44.28%
Paraíba	12.64%	17.27%	21.86%	20.29%	27.86%	43.82%
Pernambuco	15.33%	17.92%	24.21%	22.19%	31.13%	38.48%
Alagoas	18.38%	23.79%	27.65%	28.38%	38.25%	45.80%
Sergipe	13.32%	18.70%	26.99%	22.15%	35.33%	40.54%
Bahia	12.40%	17.90%	22.02%	22.48%	29.74%	38.89%

Fonte: Elaboração própria, a partir de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (2018a).

Quando consideradas as distâncias entre a remuneração do recorte mais elevado da amostra e os níveis anteriores de qualificação, percebe-se que Piauí e Alagoas tendem a remunerar em proporção maior os seus trabalhadores que não têm ensino superior completo. Ouro fenômeno que pode ser constatado

pelos dados expostos, é o fato de Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Sergipe remunerarem melhor os trabalhadores com ensino fundamental do que os detentores de ensino médio incompleto. Isso não se verifica entre médio e superior incompleto, nem entre pouca instrução e fundamental incompleto.

3.3 Rendimentos individuais e desigualdade: Coeficiente de Gini

O Coeficiente – ou índice – de Gini afere o descompasso existente entre a distribuição acumulada da renda e a distribuição acumulada da população de uma determinada localidade. Nesta métrica, em uma escala de zero a um, 0 seria uma perfeita igualdade de renda entre todos os habitantes, e 1 a concentração máxima destes proventos.

Tabela 4 – Valores e evolução do Coeficiente de Gini do Brasil, Grandes Regiões e Estados do Nordeste 2016-2017

Unidade Territorial		2016	2017	Variação
Brasil		0,53	0,52	-0,19%
Grandes Regiões	Sul	0,47	0,47	0,86%
	Sudeste	0,52	0,51	-1,92%
	Centro-Oeste	0,49	0,52	5,07%
	Norte	0,52	0,53	2,13%
	Nordeste	0,55	0,56	2,57%
Estados do Nordeste	Maranhão	0,55	0,55	-0,18%
	Piauí	0,59	0,57	-3,55%
	Ceará	0,53	0,55	3,37%
	Rio Grande Do Norte	0,55	0,51	-6,56%
	Paraíba	0,54	0,58	8,36%
	Pernambuco	0,55	0,53	-4,72%
	Alagoas	0,48	0,47	-2,71%
	Sergipe	0,56	0,54	-3,93%
	Bahia	0,54	0,60	11,55%

Fonte: Pesquisa Nacional Por Amostra De Domicílios Contínua (2018).

Na Tabela 4 estão apresentados os dados do Índice de Gini referentes ao rendimento médio mensal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, efetivamente recebido no mês de referência, em todos os trabalhos, a preços médios do ano de análise.

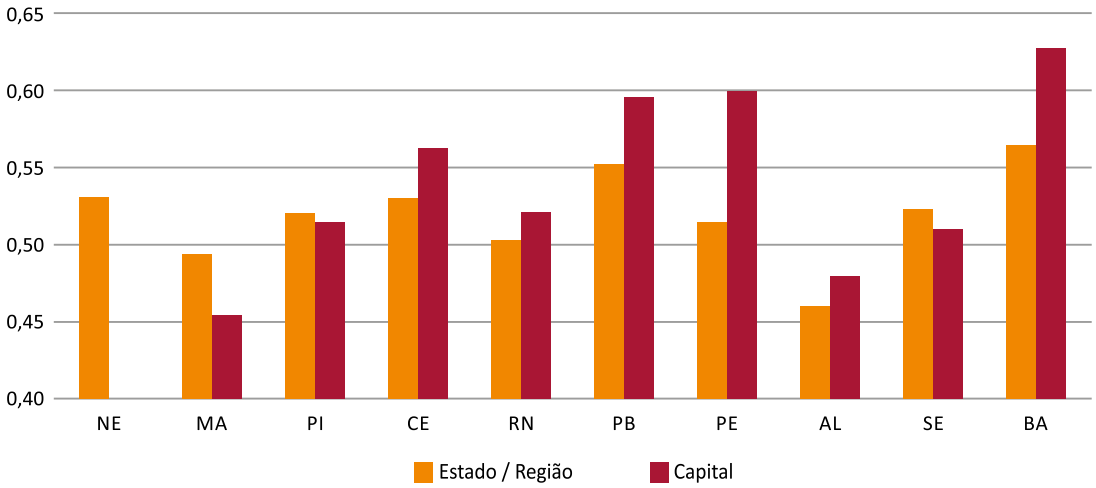
Os valores absolutos apresentados na Tabela devem ser considerados elevados de acordo com os padrões internacionais, o que posiciona o Brasil entre os mais desiguais do mundo[2]. Embora os dados referentes ao país revelem uma módica melhora entre 2016 e 2017, 4 das 5 regiões apresentaram piora. Este desequilíbrio pode ser explicado pela alta concentração da população na Região Sudeste, que, por sua vez, foi a que apresentou redução na concentração de renda.

Especificamente na Região Nordeste, os Estados da Bahia, Paraíba e Ceará, nesta ordem, apresentaram maiores concentrações de renda em 2017, quando comparados a 2016. Por outro lado, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe foram os que mais reduziram a desigualdade de renda na Região.

Essa desigualdade revela-se, também, dentro de cada um dos Estados. A maioria das UFs do Nordeste apresenta diferenças significativas entre os coeficientes de Gini para Estados e capitais, como verificável no Gráfico 22.

2 Como os dados não são uniformizados por ano, a classificação do Brasil pode variar. Com os dados mais recentes do The World Bank Database, o Brasil Gráfico como o 10º mais desigual do mundo.

Gráfico 22 – Coeficiente de Gini para o Nordeste, Estados e Capitais



Fonte: Síntese de Indicadores Sociais (2018).

Por um lado, cabe destaque para Maranhão, Piauí e Sergipe, cujo coeficiente estadual supera o valor registrado para as capitais. Por outro lado, destaca-se Pernambuco, cuja proporção entre o Gini da capital e do Estado é a maior, não só da Região, mas de todo o País.

4 Considerações Finais

O presente informe teve como objetivo apresentar algumas das características sociais do Nordeste brasileiro, suas especificidades e principais desafios para os próximos anos. Para tal, o estudo percorreu a estrutura etária da população da Região, destacou a evolução recente e evidenciou os avanços obtidos em questões históricas como a mortalidade infantil.

Posteriormente, verificou-se a posição relativa do IDH do Nordeste frente às demais regiões e ao Brasil, bem como a evolução do IDHM e cada um de seus componentes. Destes, coube destaque à desigualdade de renda, inter-regional, intraregional e intraestadual e entre sexos, destacando a relevância destes estudos e a necessidade de aprofundamento no tema para a concreta reversão da persistente desigualdade de renda entre o Nordeste e as demais regiões.

Em linhas gerais, entende-se que houve significativos avanços na Região, com destacada melhoria na qualidade de vida do povo nordestino, e sem prejuízo dos avanços econômicos também registrados e amplamente estudados. Há que se ressaltar, contudo, que esta melhora não fez com que o Nordeste se destacasse como uma Região tão próspera quanto aquelas mais abastadas, nem tampouco que estreitasse o *gap* existente.

Neste sentido, as desigualdades intrarregionais e inte-regionais permanecem como sendo um fator crítico para a construção de uma sociedade mais justa para os seus cidadãos, em praticamente todos os aspectos em que se comparam o Nordeste e o Brasil. Por extensão, o crescimento e o desenvolvimento econômico, bem como a produtividade da Região só deixarão os níveis subótimos se cumpridas condições mínimas para tal. Compete, portanto, às partes responsáveis, a busca da redução das disparidades aqui apontadas, que seguem fadando a Região a uma trajetória menos promissora que as demais, sobretudo Sul e Sudeste.

5 Referências

CENSO DEMOGRÁFICO: 2010: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Decenal. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Tabela 2.2.1.1 - População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo os grupos de idade - Nordeste - 2010. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=10503&t=resultados. Acesso em: 14 fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeções da População, Urbana e Rural**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. seção do site do IBGE.

MINAYO, M.C. de S. Seis características das mortes violentas no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.26, n.1, p.135-140, jan./jul. 2009.

OJIMA, Ricardo; NASCIMENTO, Tiago Carlos Lima. Novos caminhos para o Nordeste: reflexões sobre os impactos diretos e indiretos da migração de retorno no período recente. **Redes**, St. Cruz Sul, v.20, n.2, p.48-62, maio./ago. 2015. Revista do Desenvolvimento Regional. Disponível em: https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/4526/pdf. Acesso em: 14 fev. 2019.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL. Rio de Janeiro: IBGE, 2018a. Tabela 5438 - Rendimento médio real, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal e de todos os trabalhos, por níveis de instrução. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5438. Acesso em: 14 fev. 2019.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL. Rio de janeiro: IBGE, 2018b. Tabela 5440 - Rendimento médio real, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5440. Acesso em: 14 fev. 2019.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA TRIMESTRAL. Rio de Janeiro: IBGE, 2018c. Tabela 5436 - Rendimento médio real, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal e de todos os trabalhos, por sexo. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5436. Acesso em: 14 fev. 2019.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA: PNAD Contínua. Anual. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Tabela: Distribuição dos Rendimentos Disponível em: https://www.google.com/

hUKEwiogMaxqrvgAhW1IbkGHcZGCeYQFjAAegQIBxAC&url=https%3A%2F%2Fagenciadenoticias.ibge.gov.br%2Fmedia%2Fcom_mediaibge%2Farquivos%2Fb6f25fb63f27603b35add8910785a93f.xls&usg=AOvVaw1qnRky4yhbvC_1fkYv6002 . Acesso em: 14 fev. 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. 2013. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. 2013. Base de dados do IDH e IDHM elaborada a partir do Censo 2010. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/atlas2013_dadosbrutos_pt.xlsx. Acesso em: 6 dez. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Atlas do Desenvolvimento Humano. 2017. Base de dados do IDH para Unidades Federativas, Regiões e Brasil, elaborada a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/Indicadores%20Atlas%20-%20RADAR%20IDHM.xlsx. Acesso em: 6 dez. 2018.

SIMÕES, Celso Cardoso Silva. **Relações entre as alterações históricas na dinâmica demográfica brasileira e os impactos decorrentes do processo de envelhecimento da população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS: SIS. Anual. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Tabela 2.3 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal real efetivo de todas as fontes das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e os Municípios das Capitais. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2018/indice_das_tabelas_sis2018.pdf. Acesso em: 14 fev. 2019.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE MORTALIDADE. **Mortalidade e Nascidos Vivos, por UF, Grandes Regiões e Brasil.** [critérios de pesquisa utilizados]**.** Brasília: DATASUS, 2018a.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE MORTALIDADE. Óbitos por Residência por Região e Ano do Óbito. [critérios de pesquisa utilizados] Brasília: DATASUS, 2018.

THE WORLD BANK. **Mortality rate under-5 per 1,000 live births**. [2017?] Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SH.DYN.MORT?end=2017&start=2000&year_low_desc=false. Acesso em: 9 jan. 2019.

Análise da Agricultura do Nordeste no Início do Século XXI

Wendell Márcio Araújo Carneiro
Economista, Mestre em Economia Rural, Doutorando em Geografia
Coordenador de Estudos e Pesquisas do ETENE/BNB
wendellmac@bnb.gov.br

Yago Carvalho Lima
Graduando em Economia.
Jovem Aprendiz do ETENE/BNB
yagolima517@gmail.com

Resumo

A agricultura da Região Nordeste do Brasil tem experimentado relativa evolução em sua produção nos últimos anos, mesmo tendo a Região área substancial de caatinga, que em boa extensão possui solo inadequado para a atividade, bem como sofre efeitos severos de estiagem. No entanto, políticas voltadas para estimular a produção agrícola em perímetros irrigados reverteram parte dessas limitações. Outras áreas do Nordeste também se destacam na atividade agrícola, a exemplo dos cerrados e zona da mata, também alvo de políticas creditícias. Analisar o comportamento da agricultura nordestina nos primeiros anos do Século XXI, de 2002 a 2017, é o objetivo este trabalho. Como metodologia, fez-se levantamento bibliográfico e análise tabular dos dados para compreender esta evolução. Percebeu-se que, apesar das adversidades climáticas, a agricultura nordestina tem se diversificado, com a expansão das frutícolas nos perímetros irrigados, bem como grãos e fibras nos cerrados. A cultura da cana de açúcar tem reduzido sua importância econômica, sendo substituída paulatinamente por atividades mais rentáveis, assim como atividades tradicionais da agricultura familiar, a exemplo da mandioca. O desempenho favorável se deu em maior parte na agricultura empresarial, o que não ocorreu com a agricultura de pequeno porte e familiar, que tiveram maiores perdas com as secas dos últimos anos na Região.

Palavras-chave

Nordeste, Agricultura, Panorama

1 Introdução

A Região Nordeste do Brasil é composta por nove Unidades da Federação, apresenta uma diversidade fitogeográfica que lhe dá ampla possibilidade de produção agrícola. O território nordestino, terceiro maior complexo regional, com 1.554.293 km^2, limita-se com as regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste, além de ser banhado pelo Oceano Atlântico.

Dos seis grandes biomas brasileiros continentais, Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa, o Nordeste apresenta quatro deles, caracterizado em maior parte pela Caatinga, que ocupa 54% do território da Região, seguido do Cerrado com 27%, Mata Atlântica, que corresponde a 11% e Amazônia, que ocupa 8% (MIRANDA, 2015).

A Região Nordeste caracteriza-se por receber considerável incidência solar, tendo em vista sua posição geográfica. A Região está localizada na zona intertropical da Terra, e assim, por causa da quantidade de luz que incide na superfície do local, a temperatura é em geral elevada durante o ano. Identificam-se três tipos de climas no Nordeste: tropical, semiárido e equatorial.

A diversidade de biomas no Nordeste permite que haja potencialidade na agricultura, especialmente em algumas culturas que, usando irrigação apropriada, destacam-se por gerar colheitas de até três safras

por ano, como a cultura do milho e do feijão. Outras culturas permitem que tenha a colheita durante o ano todo, em destaque o plantio das frutícolas e hortaliças.

Especificamente em relação à agricultura, a Região apresenta uma variedade de culturas, cabendo destacar a produção da cana-de-açúcar, que é o principal produto agrícola em termos de volume, cultivado principalmente em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Porém, existem outros cultivos importantes, a exemplo da soja e milho, na Bahia, Maranhão e Piauí. O algodão é cultivado na Bahia, e em menor escala no Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte.

Além disso, o Nordeste produz algumas variedades de lavouras permanentes: banana, laranja, coco, manga, uvas, mamão e outros frutos, cuja produção é encontrada principalmente na Bahia, Ceará, Sergipe, Pernambuco e Rio Grande do Norte, para consumo interno e exportação. Há também o plantio de cacau, que ocorre majoritariamente em Ilhéus e Itabuna, na Bahia.

O próximo capítulo analisa a evolução da agricultura do Nordeste no presente século, destacando a produção, a área colhida e a produtividade das principais culturas, bem como o valor da produção. Sintetiza-se o capítulo com as considerações finais.

2 Evolução da Agricultura

2.1 Brasil e Nordeste

Historicamente, a representação do Nordeste na produção agrícola nacional tem oscilado, tanto em função da ascensão e posterior declínio de ciclos produtivos, a exemplo da cana-de-açúcar, quanto em relação a fatores climáticos, expansão da fronteira agrícola, aporte de investimentos, adoção de tecnologias modernas, oferta de capacitação, assistência técnica, cooperativismo e estrutura fundiária, dentre outros fatores.

Embora diversas culturas mereçam destaque no Nordeste, a representação da mencionada Região decresceu para 7,6% em 2017, ante 15,5% em 2002, em termos de produção. Este resultado ocorreu em virtude do expressivo aumento da área e produção no Centro-Oeste do País.

A expansão da fronteira agrícola para os cerrados nordestinos é digna de nota, embora o referido crescimento não tenha conseguido acompanhar o incremento das lavouras em outras regiões. De modo geral, o Nordeste obteve redução na área colhida (-2,1%) das lavouras entre 2002 e 2017 e na quantidade produzida (-2,3%), porém com aumento no valor da produção, de +11,5% no período.

Estes resultados são indicativos dos efeitos climáticos das secas que ocorreram nos últimos anos, principalmente em 2017, que afetou os percentuais comparativos, principalmente nas culturas que se encontram na porção semiárida da Região. A produção nos Cerrados sofre menos interferência negativa dessas condições climáticas adversas, o que pode explicar o aumento no valor da produção, uma vez que as lavouras mais expressivas em termos monetários se encontram nos Cerrados e Mata Atlântica.

Apesar dos resultados positivos, a Região perdeu espaço no contexto macrorregional, cuja representação reduziu para 11,4% em 2017 ante 15,7% em 2002, no que se refere ao valor da produção agrícola nacional. Isto ocorreu em função do incremento alcançado pelas outras regiões, principalmente o Centro-Oeste, que elevou para 26,3% sua participação nacional ante 18,3% no início da série. Juntamente com o Nordeste, a Região Sul também apresentou declínio (para 26,8% ante 29,3%). A reconfiguração da produção agrícola, direcionando-se para o Centro-Oeste e o Norte do País, possibilitou esse comportamento, com a introdução maciça das lavouras de algodão, milho e principalmente soja nessas áreas.

Tabela 1 – Área colhida, quantidade produzida e valor da produção das culturas temporárias e permanentes - Brasil e Regiões - 2002 e 2017

Brasil e Grandes Regiões		Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Área colhida (Mil ha.)	2002	53.159	2.205	11.031	11.105	17.649	11.168
	(%)Brasil	100,0	4,1	20,8	20,9	33,2	21,0
	2017	78.191	4.023	10.803	14.757	21.149	27.460
	(%)Brasil	100,0	5,1	13,8	18,9	27,0	35,1
	Var.(%)	47,1	82,4	-2,1	32,9	19,8	145,9
Quantidade produzida (Mil t)(1)	2002	535.091	11.657	83.169	284.758	87.297	68.211
	(%)Brasil	100,0	2,2	15,5	53,2	16,3	12,7
	2017	1.074.859	25.973	81.266	579.411	139.439	248.771
	(%)Brasil	100,0	2,4	7,6	53,9	13,0	23,1
	Var.(%)	100,9	122,8	-2,3	103,5	59,7	264,7
Valor da produção (R$ Milhões)	2002	207.141	8.327	32.612	67.529	60.692	37.981
	(%)Brasil	100,0	4,0	15,7	32,6	29,3	18,3
	2017	319.627	22.622	36.369	91.016	85.677	83.944
	(%)Brasil	100,0	7,1	11,4	28,5	26,8	26,3
	Var.(%)	54,3	171,7	11,5	34,8	41,2	121,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Produção Agrícola Municipal (2017)
Nota: (1) Foram excluídas as quantidades produzidas de abacaxi e coco-da-baía, por suas unidades estarem em mil frutos; (2) Valor da produção de 2002 atualizado pelo IGP-DI acumulado de 2017.

A área colhida do Nordeste decresceu 0,14% ao ano entre 2002-2017, enquanto nas regiões Centro-Oeste e Norte ocorreram expansões em suas áreas em 6,2% a.a. e 4,1% a.a., respectivamente. O Sudeste e o Sul também obtiveram crescimento, porém mais modestos, em virtude de suas já consolidadas estruturas de produção. O melhor ano em termos de área colhida no Nordeste ocorreu em 2011, quando a Região alcançou 12,8 milhões de hectares, enquanto o pior resultado ocorreu em 2016, sob os efeitos da seca que perduraria até 2018. A quantidade produzida seguiu semelhante tendência, com redução de 0,15% a.a. no Nordeste e substanciais incrementos no Centro-Oeste (9,0% a.a.) e Norte (5,5% a.a.). O valor da produção do Nordeste, apesar de incremento de 0,73% a.a. no período analisado, não conseguiu acompanhar o desempenho das outras regiões, que apresentaram variações acima de 2,0% a.a., destacando-se o Norte, com alta de 6,9% a.a. no valor da produção.

2.2 Nordeste e Estados

Quando se analisa o comportamento da agricultura do Nordeste por Estado, quanto à área colhida, identificam-se como destaques o Piauí, Maranhão e Sergipe, cujas áreas evoluíram 69,0%, 40,1% e 23,5% entre 2002 e 2017, respectivamente (Tabela 2). A cultura da soja foi o carro-chefe para o crescimento das áreas no Piauí e Maranhão, enquanto o milho foi o destaque em Sergipe. Em contraponto, os outros Estados do Nordeste apresentaram declínio em suas respectivas áreas colhidas, em virtude principalmente dos efeitos da estiagem nesse período, o que desestimulou o aumento de áreas na caatinga, principal bioma das referidas Unidades Federativas. A Bahia, por apresentar biomas mais diversificados, obteve menor perda de área (-2,5%), mantendo-se como a maior área colhida regional (3,8 milhões de hectares, 35,4% do Nordeste).

Considerando-se que a cana-de-açúcar apresenta maior volume de produção por hectare, aqueles Estados que se sobressaem nessa cultura são os mais representativos no Nordeste em termos de quantidade produzida de lavouras, como por exemplo, Alagoas, o qual representou 22,5% da quantidade produzida da agricultura regional em 2017, seguido de Bahia (22,2%) e Pernambuco (17,8%). No entanto, os maiores destaques quanto à variação na quantidade produzida foram Piauí (317,5%) e Maranhão (94,7%), principalmente pela abertura de novas áreas de plantio em seus cerrados.

A respeito do valor da produção das Unidades da Federação, observa-se que o Piauí foi o Estado que mais se destacou entre 2002 e 2017, passando de 1,7% para 10,5%, principalmente por conta de sua maior participação na produção de grãos. Embora sua participação no valor da produção regional tenha se reduzido de 2002 (51,4%) para 2017 (42,4%), a Bahia continua sendo o principal gerador de valor na agricultura regional, alcançando R$ 15,4 bilhões em suas lavouras, valor 8,0% inferior ao alcançado em 2002, que foi de R$ 16,8 bilhões. Outro destaque em valor da produção entre 2002 e 2017 foi o Maranhão. Seu desempenho nesta variável alcançou incremento de 82,3%, passando de R$ 2,5 bilhões para R$ 4,5 bilhões no período.

Tabela 2 – Área colhida, quantidade produzida e valor da produção das culturas temporárias e permanentes - Nordeste e Estados - 2002 e 2017

Nordeste e UF		MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	NE
Área colhida (Mil ha.)	2002	1.325	943	1.957	474	532	942	662	275	3.920	11.031
	(%) NE	12,0	8,6	17,7	4,3	4,8	8,5	6,0	2,5	35,5	100,0
	2017	1.856	1.594	1.522	238	317	629	486	340	3.821	10.803
	(%) NE	17,2	14,8	14,1	2,2	2,9	5,8	4,5	3,1	35,4	100,0
	Var. (%)	40,1	69,0	-22,2	-49,7	-40,5	-33,2	-26,6	23,5	-2,5	-2,1
Quantidade produzida (Mil t)(1)	2002	4.304	1.183	4.210	3.863	5.847	19.446	25.772	2.593	15.953	83.169
	(%) NE	5,2	1,4	5,1	4,6	7,0	23,4	31,0	3,1	19,2	100,0
	2017	8.377	4.937	2.731	4.875	5.655	14.453	18.317	3.895	18.025	81.266
	(%) NE	10,3	6,1	3,4	6,0	7,0	17,8	22,5	4,8	22,2	100,0
	Var. (%)	94,7	317,5	-35,1	26,2	-3,3	-25,7	-28,9	50,2	13,0	-2,3
Valor da produção (R$ Milhões)	2002	2.498	563	2.608	1.207	1.467	3.636	2.843	1.013	16.778	32.612
	(%) NE	7,7	1,7	8,0	3,7	4,5	11,1	8,7	3,1	51,4	100,0
	2017	4.553	3.825	2.711	1.411	1.186	3.797	2.193	1.261	15.433	36.369
	(%) NE	12,5	10,5	7,5	3,9	3,3	10,4	6,0	3,5	42,4	100,0
	Var. (%)	82,3	579,3	3,9	16,9	-19,1	4,4	-22,9	24,5	-8,0	11,5

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Produção Agrícola Municipal (2017).
Nota: (1) Foram excluídas as quantidades produzidas de abacaxi e coco-da-baía, por suas unidades estarem em mil frutos; (2) Valor da produção de 2002 atualizado pelo IGP-DI acumulado de 2017.

2.3 Nordeste e principais culturas

Quando se analisa a área colhida das principais culturas regionais entre 2002 e 2017, as lavouras temporárias que obtiveram incremento foram: algodão (+291,4%); soja (+175,3%); melancia (+64,9%); e milho (+0,8%). Contudo, as áreas colhidas de mandioca (-41,2%) e cana-de-açúcar (-15,0%) diminuíram. Na mesma perspectiva, analisando-se as lavouras permanentes, a área colhida do plantio de uva (+66,4%), manga (+27,4%) e banana (+6,5%) cresceram, diferentemente da cultura do mamão (-28,5%), coco-da-baía (-23,0%) e laranja (-8,0%) que apresentaram reduções (Tabela 3).

Quanto à produção das culturas temporárias para o mesmo período, soja (+348,6%), algodão (+291,4), milho (+185,7) e melancia (+64,9) se destacaram por terem as maiores produções em suas respectivas categorias. Concomitantemente, enfatizando as lavouras permanentes, as culturas que se sobressaíram em crescimento ao longo do período analisado foram especialmente as frutícolas, a exemplo da produção de uva (+265,2%), manga (+47,2%) e banana (+2,2%).

Quanto aos ganhos de produtividade, entre 2002 e 2017, os principais avanços regionais foram identificados na uva (+119,5%), manga (+15,6%), coco-da-baía (+7,3%), milho (+1,8%), algodão (+1,5%) e soja (+0,6%). Entretanto, houve perdas em produtividade nas lavouras de laranja (-18,6%), mamão (-6,7%), banana (-4,0%) e mandioca (-0,2%).

A cultura da uva vem apresentando resultados favoráveis ao longo desses anos, em virtude do desenvolvimento de cultivares mais adaptadas à Região, aliado ao uso de técnicas modernas de produção.

No Nordeste, houve incremento de 494,7 mil toneladas ou 265,2% na produção, alcançando 681,2 mil toneladas em 2017, ante 186,5 mil toneladas em 2002.

O algodão é uma das fibras mais cultivadas no mundo, sendo uma das principais cadeias produtivas do agronegócio brasileiro. A cotonicultura brasileira é tecnificada, dispondo de moderno pacote tecnológico e de insumos. No Nordeste, a produção de algodão alcançou 922,1 mil toneladas em 2017, ante 235,6 mil toneladas em 2002. Isto representa aumento de 291,4% ou 686,5 mil toneladas no período. Atualmente, o Nordeste é a segunda maior produtora do País, perdendo apenas para o Centro-Oeste.

A soja é uma espécie leguminosa de ciclo anual (de 90 a 160 dias), rica em proteína. É largamente usada na alimentação humana, na forma de óleo, grãos, farelo e alimentos processados, bem como na ração animal, para bovinos, suínos e aves. O Brasil é o maior exportador e o segundo maior produtor mundial de soja, perdendo apenas para os Estados Unidos. No Nordeste, a cultura da soja cresceu de forma significativa nos Cerrados, principalmente pelas condições climáticas favoráveis, o padrão tecnológico empregado e a robustez de sua cadeia produtiva, com mercado crescente. Como observado na Tabela 3, a produção cresceu 348,6%, alcançando 9,4 milhões de toneladas em 2017, em comparação com 2,1 milhões de toneladas em 2002.

O Nordeste tem ainda predominância, em relação à produção nacional, na cultura de sisal (100,0%), castanha de caju (98,8%), melão (95,2%), mamona (94,9%), fava (92,4%), manga (74,7%), coco-da-baía (74,0%), maracujá (60,9%), goiaba (46,6%) e cacau (45,1%). Em consonância, outras culturas que se destacam no Nordeste em relação à produção nacional são: abacaxi (39,6%), banana (33,7%), melancia (28,7%), algodão (24,0%), mandioca (20,6%), soja (8,3%), cana-de-açúcar (6,6%) e milho (6,5%).

Tabela 3 – Área colhida, produtividade e quantidade produzida das principais culturas temporárias e permanentes - Nordeste - 2002 e 2017

Culturas	Área colhida (ha)			Produtividade (kg/ha)			Quantidade Produzida (ton)		
	2002	2017	Var. (%)	2002	2017	Var. (%)	2002	2017	Var. (%)
Lavoura temporária									
Cana-de-açúcar	1.096.827	932.746	-15,0	54.453	53.449	0,0	59.725.897	49.854.291	-16,5
Soja (em grão)	1.124.750	3.096.975	175,3	1.882	3.067	0,6	2.117.026	9.497.022	348,6
Milho (em grão)	2.358.192	2.377.350	0,8	939	2.662	1,8	2.215.541	6.328.867	185,7
Mandioca	772.984	454.157	-41,2	10.694	8.548	-0,2	8.266.588	3.881.931	-53,0
Algodão herbáceo (em caroço)	235.577	922.092	291,4	1.619	4.065	1,5	235.577	922.092	291,4
Melancia	402.345	663.458	64,9	17.648	17.997	0,0	402.345	663.458	64,9
Lavoura permanente									
Banana (cacho)	176.539	188.041	6,5	12.477	11.976	-4,0	2.202.735	2.251.907	2,2
Laranja	110.874	102.012	-8,0	15.246	12.415	-18,6	1.690.459	1.266.525	-25,1
Coco-da-baía	232.241	178.840	-23,0	6.023	6.463	7,3	1.398.951	1.155.783	-17,4
Manga	37.191	47.376	27,4	14.835	17.145	15,6	551.764	812.275	47,2
Uva	6.238	10.377	66,4	29.905	65.652	119,5	186.548	681.272	265,2
Mamão	21.478	15.367	-28,5	43.807	40.893	-6,7	940.906	628.404	-33,2

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Produção Agrícola Municipal (2017).

No tocante ao valor da produção, a soja e o algodão se destacaram por terem as maiores variações entre 2002 e 2017, conforme a Tabela 4. Em 2002, soja e algodão correspondiam a 9,2% de participação sobre o valor total da produção. Em 2017, os mesmo produtos passaram a ter 17,1% de participação, resultado do incremento no plantio empresarial de algodão no Estado da Bahia e da soja nos Estados do Piauí, Maranhão e Bahia. Cabe destacar, ainda, o crescimento do plantio da soja no Nordeste nesse período, ultrapassando a cultura da cana-de-açúcar em termo de valor da produção.

No caso da soja no Nordeste, esta acumulou incremento de 300,5% no período, para R$ 9,8 bilhões em 2017, em contraste com R$ 2,5 bilhões em 2002, o que a fez passar da terceira para a primeira posição regional em termos de valor da produção. Já o algodão apresentou um salto maior, passando da décima

sexta para a quinta posição entre os maiores valores da produção agrícola regional, alcançando R$ 2,2 bilhões em 2017, ante R$ 546,8 milhões em 2002, incremento de 296,3%.

Outros produtos de destaque regional em 2017, embora com algumas reduções de valores em relação a 2002, foram a cana-de-açúcar (2ª maior valor, com R$ 4,1 bilhões, mas queda de 45,9%); milho (3ª maior valor, com R$ 3,1 bilhões, ganho de 41,4%); banana (4ª maior valor, com R$ 2,6 bilhões, ganho de 21,2%); mandioca (6ª maior valor, com R$ 2,1 bilhões, porém com queda de 40,2%); uva (7ª maior valor, com R$ 1,5 bilhão, ganho de 107,4%); feijão (8ª maior valor, com R$ 1,2 bilhão, porém com recuo de 51,1%); café (9ª maior valor, com R$ 1,0 bilhão, incremento de 55,9%).

Tabela 4 – Valor da produção e participação das principais culturas temporárias e permanentes - Nordeste - 2002 e 2017

Culturas	Valor da Produção (mil R$)			Participação (%)	
	2002 (1)	2017	Var. (%)	2002	2017
Lavoura temporária	22.785.295	26.243.164	15,2	69,9	72,2
Soja (em grão)	2.458.947	9.849.038	300,5	7,5	27,1
Cana-de-açúcar	7.653.049	4.139.524	-45,9	23,5	11,4
Milho (em grão)	2.185.187	3.090.245	41,4	6,7	8,5
Mandioca	3.455.999	2.065.849	-40,2	10,6	5,7
Algodão herbáceo (em caroço)	546.818	2.166.839	296,3	1,7	6,0
Melancia	259.271	322.858	24,5	0,8	0,9
Outros	6.226.025	4.608.811	-26	19,1	12,7
Lavoura permanente	9.826.912	10.126.195	3,0	30,1	27,8
Banana (cacho)	2.125.339	2.576.860	21,2	6,5	7,1
Uva	729.416	1.512.880	107,4	2,2	4,2
Coco-da-baía	1.005.968	794.472	-21	3,1	2,2
Manga	610.134	741.135	21,5	1,9	2,0
Mamão	876.969	546.705	-37,7	2,7	1,5
Laranja	715.278	543.252	-24,1	2,2	1,5
Outros	3.763.808	3.410.891	-9,4	11,5	9,4

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Produção Agrícola Municipal (2017). Nota: (1) Valor da produção de 2002 atualizado pelo IGP-DI acumulado de 2017.

O Nordeste ampliou seu valor da produção agrícola em 11,5% entre 2002 e 2017, alcançando R$ 36,4 bilhões em 2017, em contraste com R$ 32,6 bilhões em 2002 (Tabela 5). Nos Estados, vale destacar o desempenho da cultura da soja no Piauí, a qual apresentou valor da produção de R$ 2,2 bilhões em 2017, ante R$ 111,4 milhões em 2002, representando variação de 1.874,2%. Este resultado proporcionou ao Piauí passar da última posição para o terceiro Estado com maior valor (Tabela 2). Apesar de possuir menor valor de produção, o milho também apresentou forte aumento ao longo do período, de 1.105,3%, alcançando R$ 810,0 milhões em 2017.

No Maranhão, também se sobressaem os aumentos nos valores da produção das culturas da soja e do milho. A cultura da soja obteve incremento de 316,8%, atingindo R$ 2,3 bilhões em 2017, ante R$ 557,1 milhões em 2002, enquanto que o milho alcançou 149,5% de variação, para R$ 657,1 milhões em 2017, em contraste com R$ 263,3 milhões em 2002. Isto fez o Estado subir da quinta para a segunda posição em termos de valor da produção regional.

Na Bahia, soja (R$ 5,3 bilhões), algodão (R$ 1,9 bilhão) e café (R$ 1,0 bilhão) são os principais produtos da agricultura em valor de produção, os quais apresentaram ganhos significativos, embora a produção estadual tenha recuado 8,0% entre 2002 e 2017. Os Estados que possuem bioma de cerrados, a Bahia inclusive, apresentam perfis produtivos similares, com predominância dos grãos dentre seus produtos agrícolas.

Os Estados com predominância de caatinga apresentam maior diversidade em seus produtos agrícolas, com destaque para frutas, grãos, cana-de-açúcar e tubérculos. O Ceará tem a banana como seu principal produto agrícola em termos de valor, com desempenho em 2017, 174,1% superior a 2002, alcançando R$ 638,7 milhões. No Rio Grande do Norte, apenas a cana-de-açúcar (R$ 394,7 milhões) é superior às frutícolas em valor de produção, com destaque para o melão (R$ 256,7 milhões). Na Paraíba, o abacaxi se sobressai, com valor de R$ 369,3 milhões, após superar a cana-de-açúcar (R$ 318,9 milhões) como principal item da agricultura paraibana no período. Caso semelhante observado em Pernambuco, no qual a cana-de-açúcar (R$ 1,1 bilhão) perdeu espaço em termos de valor para a uva (R$ 1,3 bilhão), que se tornou o principal produto agrícola do Estado. Em Sergipe, a predominância ocorre na produção de milho (R$ 450,7 milhões), com forte incremento de 910,1% entre 2002 e 2017, destituindo a laranja (R$ 169,9 milhões) da primeira posição em seu ranking agrícola.

A cana-de-açúcar continua sendo o principal produto agrícola apenas em Alagoas, cujo valor alcançou R$ 1,3 bilhão em 2017, apesar de uma queda significativa de 44,1% em relação a 2002, o que denota forte concentração da atividade agrícola neste produto. A mandioca, segundo maior produto em termos de valor no Estado, por exemplo, alcançou R$ 316,3 milhões em 2017.

Tabela 5 – Valor da produção (em R$ milhões) e participação das principais culturas temporárias e permanentes - Nordeste e Estados - 2002 e 2017

Região/UF Produto	2002	2017	Var (%)	Região/UF Produto	2002	2017	Var (%)
Nordeste	**32.612,2**	**36.369,4**	**11,5**	**Paraíba**	**1.466,6**	**1.186,3**	**-19,1**
Soja	2.458,9	9.849,0	300,5	Abacaxi	291,0	369,3	26,9
Cana-de-açúcar	7.653,0	4.139,5	-45,9	Cana-de-açúcar	428,3	318,9	-25,5
Milho	2.185,2	3.090,2	41,4	Banana	192,3	134,4	-30,1
Banana	2.125,3	2.576,9	21,2	Mandioca	69,5	94,9	36,6
Algodão herbáceo	546,8	2.166,8	296,3	Feijão	153,3	51,2	-66,6
Maranhão	**2.498,2**	**4.553,3**	**82,3**	**Pernambuco**	**3.636,1**	**3.796,9**	**4,4**
Soja	557,1	2.322,2	316,8	Uva	359,6	1.273,1	254,1
Milho	263,3	657,1	149,5	Cana-de-açúcar	1.574,8	1.111,0	-29,5
Mandioca	341,8	491,9	43,9	Banana	275,5	376,5	36,7
Cana-de-açúcar	228,1	369,0	61,8	Manga	201,4	210,5	4,5
Arroz	707,0	216,6	-69,4	Goiaba	94,1	200,5	113,2
Piauí	**563,1**	**3.825,0**	**579,3**	**Alagoas**	**2.843,4**	**2.192,5**	**-22,9**
Soja	111,4	2.199,3	1.874,2	Cana-de-açúcar	2.239,0	1.251,4	-44,1
Milho	67,2	810,0	1.105,3	Mandioca	157,4	316,3	101,0
Feijão	87,5	232,6	165,9	Banana	38,2	137,4	260,1
Cana-de-açúcar	29,2	104,8	259,0	Coco-da-baía	36,9	91,2	146,9
Arroz	91,2	97,1	6,5	Abacaxi	9,4	84,6	802,7
Ceará	**2.608,1**	**2.710,5**	**3,9**	**Sergipe**	**1.012,6**	**1.261,0**	**24,5**
Banana	233,0	638,7	174,1	Milho	44,6	450,7	910,1
Feijão	474,0	309,9	-34,6	Laranja	288,4	169,9	-41,1
Castanha de caju	286,7	284,1	-0,9	Coco-da-baía	103,8	146,2	40,9
Tomate	120,1	247,3	105,9	Mandioca	126,9	137,6	8,5
Milho	565,8	233,2	-58,8	Cana-de-açúcar	103,8	137,5	32,5
Rio grande do Norte	**1.206,6**	**1.410,5**	**16,9**	**Bahia**	**16.777,6**	**15.433,4**	**-8,0**
Cana-de-açúcar	210,5	394,7	87,5	Soja	1.789,8	5.326,3	197,6
Melão	331,5	256,7	-22,6	Algodão herbáceo	438,2	1.937,5	342,2
Banana	105,4	189,7	80,0	Café	652,7	1.034,0	58,4
Melancia	27,7	102,9	272,0	Banana	1.003,5	931,8	-7,1
Abacaxi	79,1	74,3	-6,1	Milho	935,2	860,9	-7,9

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Produção Agrícola Municipal (2017)
Nota: (1) Valor da produção de 2002 atualizado pelo IGP-DI acumulado de 2017.

3. Considerações Finais

Por conta das adversidades climáticas que assolaram o Nordeste neste período de análise, percebe-se que as culturas que apresentaram desempenho positivo foram aquelas relacionadas à produção nos Cerrados, no caso de sequeiro, e as culturas irrigadas, por sofrerem menos com as estiagens. Por outro lado, aquelas que são produzidas em sequeiro na Caatinga apresentaram perdas significativas, a exemplo da mandioca. Outras tiveram desempenho menos favoráveis, a exemplo da cana-de-açúcar e laranja, cujas produções no Sudeste do País obtiveram expansão.

O que se extrai desses números é que a cultura da cana-de-açúcar, um dos principais produtos agrícolas do Nordeste, tem perdido espaço para lavouras mais rentáveis, a exemplo da fruticultura e dos grãos. Semelhante tendência vem ocorrendo com as culturas de sequeiro que não obtiveram expressivos ganhos tecnológicos na produção regional ao longo desse período, como a mandioca e o feijão. Somente em alguns locais específicos, verifica-se ganhos de produtividade em virtude da melhoria no processo produtivo, a exemplo da adoção da irrigação em áreas mais suscetíveis à seca.

Merece destaque a diversificação das atividades agrícolas no Nordeste, com o incremento da colheita de frutícolas que atualmente despontam entre os maiores valores produzidos, a exemplo da uva, melão e manga, além de outras frutas consideradas tradicionais na Região, como a banana e o coco-da-baía. Contudo, o maior destaque se observa no crescimento acelerado na produção de grãos e fibras nos Cerrados nordestinos, com aumento significativo na produção de soja, milho e algodão. Considerados umas das novas fronteiras agrícolas nacionais, os Cerrados possuem condições favoráveis ao desenvolvimento das culturas de sequeiro, bem como à introdução de culturas irrigáveis.

Vale registrar para o Nordeste, como fato relevante, a grande desigualdade de produtividade e de renda no campo, o que tem sido imposto ao fato de a maior parte dos pequenos produtores não ter condições de adotar novas tecnologias. Essa “não adaptação” é consequência de inúmeros fatores, como o elevado custo de incorporação de novas técnicas de produção, baixa escolaridade e carência de políticas públicas (BEZERRA et al., 2015).

O plantio empresarial foi o grande responsável pela expansão que ocorreu em diversas culturas na Região Nordeste. A ampliação na área de plantio contribuiu de forma significativa para o aumento da produção. As inovações tecnológicas que contribuíram para o aumento da produtividade ainda não foram amplamente disseminadas no Nordeste. Contudo, é notável a potencialidade do Nordeste quando investimentos produtivos, a exemplo de irrigação artificial, capacitação, assistência técnica e práticas cooperativas são adotadas na Região (BEZERRA et al., 2015).

4 Referências

BEZERRA, F. J. A. et al (org.). **Perfil socioeconômico da Bahia**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2015.

MIRANDA, Evaristo de et.al. **Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento Agropecuário e Social nos Biomas do Nordeste Brasileiro**. GITE; EMBRAPA, abr. 2015. Disponível em: https://www.embrapa.br/gite/projetos/nordeste/150408_NORDESTEMAPA.pdf. Acesso em: 25 jun. 2019.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL. Anual. Rio de janeiro: SIDRA, 2017. *Online.* Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas. Acesso em: 8 jul. 2019.

Comportamento da Pecuária do Nordeste no Limiar do Século XXI

Wendell Márcio Araújo Carneiro
Economista. Mestre em Economia Rural. Doutorando em Geografia
Coordenador de Estudos e Pesquisas do ETENE/BNB
wendellmac@bnb.gov.br

Resumo

O Brasil se destaca na produção pecuária mundial, tendo um dos maiores rebanhos bovinos, suínos e de aves, bem como se destaca na exportação dessas carnes. A Região Nordeste apresenta os maiores rebanhos nacionais de caprinos e ovinos e se destaca também na criação bovina, de aves, na apicultura e na piscicultura. O objetivo deste trabalho é analisar a evolução dos rebanhos do Nordeste entre 2002 e 2017. Para tanto, buscou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e análise tabular das informações. Notou-se que o rebanho regional tem se apresentado estável em relação ao Brasil, com ligeira redução na representação dos rebanhos suínos e de aves, pela concentração da produção na Região Sul. À exceção de suínos e equinos, os outros rebanhos regionais apresentaram crescimento significativo no número de cabeças ao longo do período. A bovinocultura continua sendo a principal atividade pecuária em termos de valor. Percebeu-se, ainda, melhorias no nível tecnológico da produção pecuária, aumentando a produtividade nos diversos rebanhos regionais. A Região continua com forte representatividade na aquicultura, porém apresentando novo direcionamento na produção carcinícola, em virtude da redução do mercado externo e questões sanitárias.

Palavras-chave

Nordeste. Pecuária. Panorama.

2.1 Introdução

A pecuária brasileira se destaca mundialmente por apresentar rebanhos com ótima qualidade sanitária e elevada aceitabilidade no mercado internacional, tornando o Brasil um dos principais produtores e exportadores mundiais de carnes bovinas, suínas e de aves. Outros rebanhos se destacam internamente, a exemplo da ovinocaprinocultura, apicultura e criação de peixes e camarões. O mercado interno nacional e a possibilidade de exportação fizeram essas atividades crescerem ao longo dos anos, fortalecendo inúmeras cadeias nos mais diversos Estados da Federação.

No Nordeste, também sobressaem algumas atividades pecuárias, a exemplo da ovinocaprinocultura, suinocultura, avicultura, apicultura e bovinocultura de leite, bem como a Região é a principal produtora de camarão no País, além de algumas variedades de peixes. As condições de clima e temperatura favorecem o desenvolvimento dessas atividades, dando à Região condições de competir no mercado mundial.

A demanda regional insatisfeita é outro fator a considerar. Há a possibilidade de aumento de produção e renda, haja vista ainda existir demanda reprimida na Região por parte dessas carnes, o que foi impulsionada pelo aumento da renda da população regional.

Adiante serão apresentadas algumas características e um quadro evolutivo das principais atividades pecuárias regionais, identificando os movimentos que elas vêm praticando ao longo do início deste século XXI e desafios que ainda precisam superar para se desenvolverem de forma satisfatória nos próximos anos.

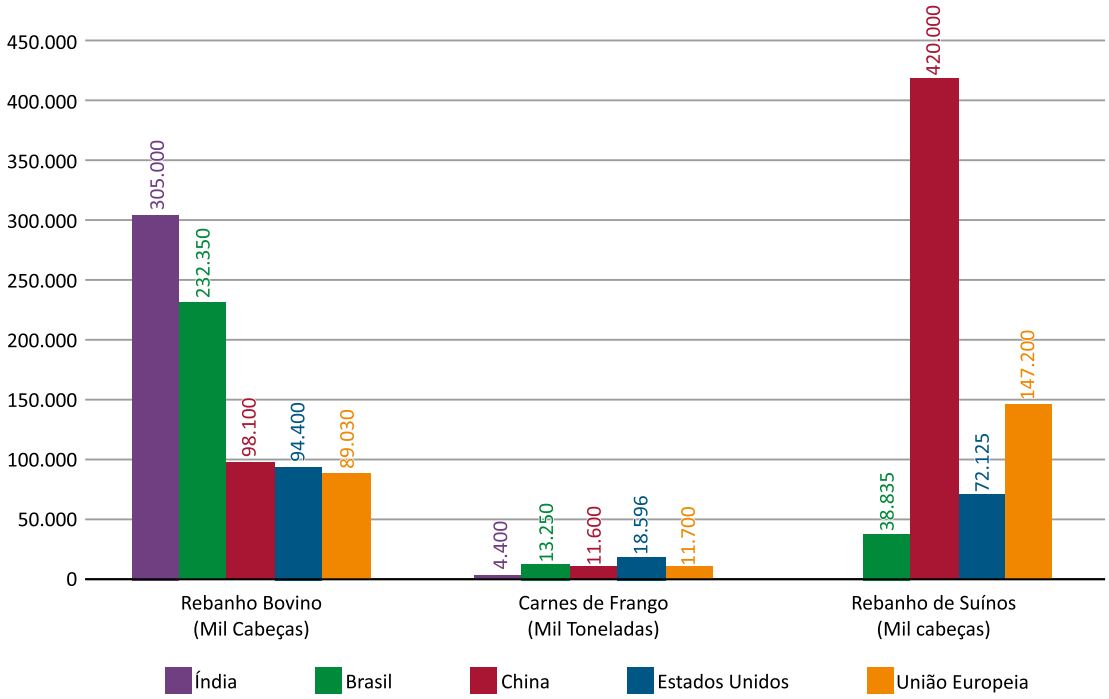
2.2 Brasil

A pecuária brasileira possui destaque mundial na produção e comercialização de importantes rebanhos, conforme identificado no Gráfico 1. O Brasil detém o segundo maior rebanho de bovinos, com 232,4 milhões de cabeças em 2017, atrás apenas da Índia (306,5 milhões de cabeças), figurando entre os maiores exportadores de carne (1,8 milhão de tonelada equivalente-carcaça, em 2017).

O País se destaca também na produção de aves (2ª posição), com 13,3 milhões de toneladas de carne de frango e na sua exportação (1ª posição), com 4,0 milhões de toneladas de carne de frango, em 2017.

O Brasil figura, ainda, na quarta posição em rebanho de suínos (39,0 milhões de cabeças) e produção desta carne (3,7 milhões de toneladas equivalente-carcaça), em 2017 (ANUÁRIO DA PECUÁRIA BRASILEIRA, 2018). Ovinos, caprinos, equinos, bubalinos, abelhas, codornas e peixes também representam significativos rebanhos nacionais, embora não apresentem o mesmo destaque no cenário mundial.

Gráfico 1 – Participação do Brasil nos principais rebanhos pecuários mundiais em 2017



Fonte: Elaboração Banco do Nordeste do Brasil (BNB)/Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), com dados do ANUÁRIO DA PECUÁRIA BRASILEIRA (2018).

2.3 Nordeste

O Nordeste possui expressiva representatividade nos rebanhos caprinos (93,3% do nacional) e ovinos (64,2% do nacional), enquanto nos demais sua representação ocorre em níveis mais discretos, conforme a Tabela 1. As características edafoclimáticas e estrutura fundiária da Região limitam o desenvolvimento de determinados rebanhos no mesmo nível de desempenho observado em outras regiões do País. O Nordeste representa 12,9% do rebanho bovino, 13,3% do suíno, 11,6% dos galináceos, 13,0% das codornas, 23,8% do equino e 9,4% do bubalino.

Ao longo dos anos de 2002 e 2017, a pecuária do Nordeste apresentou desempenho positivo em seus principais rebanhos, com aumentos significativos no número de cabeças, embora em alguns casos a representatividade do Nordeste no cenário nacional tenha se reduzido, não acompanhando a evolução nacional.

Houve aumento no percentual regional dos rebanhos ovino (passando de 56,1% para 64,2%) e do bubalino (de 8,7% para 9,4%), enquanto os rebanhos bovino e caprino mantiveram-se relativamente

estáveis ao longo do período, representando 12,9% e 93,2% dos plantéis nacionais. No entanto, a pecuária do Nordeste vem perdendo representatividade nacional principalmente nos rebanhos de suínos (queda de 22,2% para 13,2%), galináceos (queda de 13,2% para 11,6%) e codornas (queda de 16,0% para 13,0%).

Mudanças nos perfis produtivos e reordenamento geográfico nacional foram os principais fatores para essas diferenciações da Região Nordeste em relação ao País, ao longo da série. Houve maior concentração dos rebanhos suíno e galináceos na Região Sul, enquanto o rebanho bovino se deslocou para a Região Norte do País.

Tabela 1 – Quantidades dos principais rebanhos existentes - Brasil e Nordeste, comparação entre 2002 e 2017

Brasil e Nordeste	Ano	Tipo de rebanho (Milhões de Cabeças)							
		Bovino	Bubalino	Equino	Suíno	Caprino	Ovino	Galináceos	Codornas
Brasil	2002	185,35	1,11	5,77	31,92	9,43	14,28	884,15	5,58
	2017	214,90	1,38	5,50	41,10	9,59	17,98	1.425,70	15,47
Nordeste	2002	23,89	0,10	1,39	7,10	8,79	8,01	116,92	0,89
	(%)BR	12,9%	8,7%	24,1%	22,2%	93,2%	56,1%	13,2%	16,0%
	2017	27,74	0,13	1,31	5,45	8,94	11,54	164,84	2,01
	(%)BR	12,9%	9,4%	23,8%	13,2%	93,2%	64,2%	11,6%	13,0%

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Pesquisa da Pecuária Municipal (2017).

Analisando-se o desempenho dos principais rebanhos do Nordeste entre 2002 e 2017, percebe-se intensa variação na quantidade de codornas, com alta de 124,8%, de 892,1 mil cabeças para 2,0 milhões de cabeças no período, com crescimento médio anual de 5,6% (Tabela 2). Outros destaques positivos foram os galos, frangas, frangos e pintos, com variação de 53,3%, alcançando 121,3 milhões de cabeças, ovinos (alta de 44,1%, 27,7 milhões de cabeças) e bubalinos, com incremento de 35,0% e 130,1 mil cabeças.

Para Bezerra *et al*. (2015a), os principais fatores que levam ao desenvolvimento da coturnicultura na Região são: a precocidade na produção, maturidade sexual, rápido crescimento das aves, favorável conversão alimentar, alta produtividade (em média 300 ovos/ano), necessidade de pequenos espaços para grandes populações, longevidade das aves com alta produção e baixo investimento, com uso de tecnologias de produção, somados ao aumento crescente no consumo de ovos e carne de codornas. A instalação de novas unidades de abate de aves em alguns estados do Nordeste conduz também ao aumento do rebanho regional de galináceos.

O rebanho regional de ovinos foi outro que apresentou favorável desempenho no período de 2002 e 2017, com incremento de 44,1% no número de cabeças, alcançando 11,5 milhões ao final do período. A crescente demanda pelas carnes de ovinos pode ter ocasionado o crescimento deste rebanho na Região. No entanto, o consumo *per capita* desta carne ainda é considerada baixa (339g/pessoa), o que dá margem a maiores aumentos deste rebanho, segundo Bezerra *et al*. (2015b).

O rebanho de caprinos evoluiu moderadamente nesse período, alcançando 8,9 milhões de cabeças em 2017, leve alta de 1,8% em relação a 2002. Os fatores para este baixo desempenho podem estar relacionados, segundo Bezerra *et al*. (2015b), ao avanço das áreas de lavouras temporárias (milho e soja) e permanentes (fruticultura irrigada) em áreas anteriormente destinadas a criação de caprinos, à redução e degradação das áreas de pastagens naturais, à inviabilidade econômica ou baixa rentabilidade da produção de caprinos e ovinos.

Por sua vez, os rebanhos suíno (-23,3%) e equino (-5,7%) perderam participação no período analisado. A concentração da produção suína na Região Sul, com 51,0% do rebanho nacional, oferece vantagens competitivas a essa Região, o que tem levado produtores do Nordeste a optarem por rebanhos mais rentáveis para o Nordeste, a exemplo da avicultura. Quanto ao rebanho equino, não houve avanços tecnológicos e de produção que estimulassem o aumento do plantel na Região.

Tradicionalmente, a bovinocultura continua sendo a principal atividade pecuária no Nordeste, em termos de recursos financeiros movimentados, com o segundo maior rebanho regional (27,7 milhões de cabeças), apesar de modesto crescimento anual (1,0% a.a.) de 2002 a 2017.

O Nordeste tem se destacado nacionalmente como o maior rebanho leiteiro, com 9,4 milhões de cabeças em 2017 (ANUÁRIO DA PECUÁRIA BRASILEIRA, 2018). A atividade se destaca na Região como uma das melhores opções de fonte de renda, possibilitada pela não necessidade de grandes áreas para produção, haja vista a fragmentada estrutura fundiária no Nordeste. No entanto, faz-se necessário, ainda, a elaboração de políticas públicas objetivando "aperfeiçoar a assistência técnica e, principalmente, melhorar o rebanho existente para aumentar a produtividade do leite" (BEZERRA *et al*., 2015b, p. 55).

A bovinocultura de corte ainda continua sendo a maior destinação do rebanho bovino regional. E tem se destacado ao longo dos anos com a introdução de tecnologias modernas, como, por exemplo, a inseminação artificial, o manejo e recuperação de pastagem nos Estados com maiores rebanhos regionais para esta finalidade, a Bahia e o Maranhão.

Tabela 2 – Quantidades dos principais rebanhos existentes - Nordeste - 2002 e 2017

Tipo de rebanho	Cabeças		Variação (%)	Taxa (%) de crescimento médio ao ano
	2002	2017		
Galos, frangas, frangos e pintos	79.135.341	121.332.555	53,32	2,89
Galinhas	37.787.327	43.505.925	15,13	0,94
Bovino	23.892.180	27.736.607	16,09	1,00
Ovino	8.012.130	11.544.939	44,09	2,47
Caprino	8.790.919	8.944.461	1,75	0,12
Suíno	7.096.472	5.445.150	-23,27	-1,75
Codornas	892.135	2.005.322	124,78	5,55
Equino	1.391.596	1.311.786	-5,74	-0,39
Bubalino	96.316	130.065	35,04	2,02

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Pesquisa da Pecuária Municipal (2017).

A evolução do quantitativo da produção de origem animal do Nordeste é apresentada na Tabela 3, com destaque para o crescimento na produção de ovos de codornas (+184,1%) e mel de abelha (+129,5%) entre 2002 e 2017, alcançando 30,9 milhões de dúzias e 12,8 mil toneladas, respectivamente. O aumento no plantel destes animais e uso de técnicas mais produtivas colaboraram para estes resultados.

No caso do mel de abelha, melhores preços também foram incentivadores para este crescimento, uma vez que os períodos severos de seca na Região contribuíram para redução das colmeias e queda na produção nos anos mais recentes, não alcançando o nível de produção de 2011 (VIDAL, 2019).

Leite e ovos de galinhas também apresentaram favorável desempenho na produção ao longo do período. Houve incremento de 64,9% na produção de leite, alcançando 3,9 bilhões de litros em 2017, e alta de 56,7% na produção de ovos de galinha, com 683,3 milhões de dúzias no mesmo ano. A melhora nos preços destes produtos, associada à maior tecnificação, estimulou incremento na produção, levando aos resultados apresentados.

Tabela 3 – Evolução dos produtos de origem animal - Nordeste - 2000 e 2017

Tipo de produto	Produção de origem animal		Variação (%)	Variação a.a (%) [1]
	2002	2017		
Leite (Mil litros)	2.362.973	3.895.997	64,88	3,39
Ovos de galinha (Mil dúzias)	436.153	683.299	56,66	3,04

Tipo de produto	Produção de origem animal		Variação (%)	Variação a.a (%) (1)
	2002	2017		
Ovos de codorna (Mil dúzias)	10.859	30.852	184,11	7,21
Mel de abelha (Quilogramas)	5.560.006	12.757.597	129,45	5,69

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Pesquisa da Pecuária Municipal (2017).
Nota: (1) Taxa média de crescimento ao ano.

Quanto ao valor da produção, o leite concentrou 63,5% do valor regional dentre os quatro itens apresentados na Tabela 4, com R$ 5,0 bilhões em 2017, 70,9% acima do observado em 2002. Ovos de galinha responderam por 34,2% do valor da produção regional (considerando os itens da Tabela 4), acumulando R$ 2,7 bilhões em 2017, alta de 61,6% em relação a 2002.

Apesar da pouca representatividade no valor da produção regional, mel de abelha e ovos de codorna apresentaram melhores desempenhos, com acréscimos de 161,1% e 110,2%, valores de R$ 137,4 milhões e R$ 40,7 milhões, respectivamente. A criação de codornas tem se destacado pela melhoria tecnológica no processo de criação. No caso das abelhas, as condições climáticas do Nordeste oferecem ao mel regional condições de ser comercializado como produto orgânico, o que lhe confere um diferencial de preço no mercado.

O Nordeste apresenta competitividade internacional, por seu rebanho de abelhas ter acesso a uma flora nativa da caatinga, em grande parte livre de agrotóxicos. Aliado a isso, a baixa umidade do ar e pouca incidência de chuvas proporcionam menor ocorrência de doenças nas abelhas, garantindo um rebanho mais saudável e livre de resíduos de antibióticos (VIDAL, 2019).

Tabela 4 – Valor da produção dos produtos de origem animal - Nordeste - 2000 e 2017

Tipo de produto	Valor da produção (mil R$)			Participação (%)	
	2002 (1)	2017	Variação (%)	2002	2017
Leite	2.945.068	5.032.598	70,9	62,7	63,5
Ovos de galinha	1.679.529	2.713.307	61,6	35,8	34,2
Ovos de codorna	19.350	40.674	110,2	0,4	0,5
Mel de abelha	52.615	137.368	161,1	1,1	1,7
Total	4.696.562	7.923.947	68,7	100	100

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Pesquisa da Pecuária Municipal (2017).
Nota: (1) valor da produção de 2002 ajustado ao valor de 2017.

Pelos dados da Tabela 5, avalia-se que houve melhora no processo produtivo da pecuária do Nordeste, uma vez que se reduziu o número de vacas ordenhadas em 7,3% entre 2002 e 2017, porém, com incremento substancial na produção de leite no mesmo período, de 64,9%, chegando a 3,9 bilhões de litros.

Tabela 5 – Quantidade de vacas ordenhadas, quantidade de leite e produtividade das vacas - Nordeste - 2002 e 2017

Nordeste	Ano		Variação (%)	Taxa (%) de crescimento ao ano
	2002	2017		
Vacas ordenhadas (Cabeças)	3.567.511	3.307.922	-7,28	-0,50
Leite (Mil litros)	2.362.973	3.895.997	64,88	3,39
Produtividade (litro/vaca)	662	1.178	77,82	3,91

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Pesquisa da Pecuária Municipal (2017).

A Região Nordeste se destaca também na aquicultura nacional, conforme evidenciado na Tabela 6. Em termos de produção, ao longo dos anos, a Região figurava na primeira posição no quesito criação e extração de produtos da aquicultura, principalmente de camarões e pesca marinha. No entanto, devido ao período prolongado e severo de secas, a Região vem perdendo sua hegemonia, encontrando-se na segunda posição nacional em 2017, com 25,8% de participação ante 30,1% da Região Sul.

Somam-se para este quadro, questões sanitárias e de mercado, como o surgimento de doenças na cultura de camarões, a constante elevação da taxa de câmbio e ações *antidumping*, ocasionado o fechamento do mercado externo, o que fez a produção declinar substancialmente. Os criadores buscam alternativas de convívio com este quadro, direcionando seus produtos para o mercado interno, o que tem reduzido a lucratividade do setor.

Não obstante a tudo isso, a Região continua figurando com a mais representativa quando se trata do valor da produção da aquicultura, o que indica que os produtos comercializados pelo Nordeste apresentam maior valor de mercado comparativamente às outras regiões do País. Embora venha perdendo participação ao longo dos anos, o Nordeste continua como principal gerador de valor na produção aquícola nacional, chegando em 2017 a 39,2% dos recursos financeiros movimentados na atividade. Contribui para isto, o crescimento médio anual de 5,1% no valor da produção da Tilápia, dentre outros peixes de menor vulto na Região, embora tenha havido redução no valor da produção do camarão (de -2,0% a.a.), pelos motivos elencados anteriormente.

Tabela 6 – Quantidade produzida e valor da produção da aquicultura no Brasil e grandes regiões – 2013 a 2017

Brasil e Grandes Regiões	2013	2014	2015	2016	2017	(%) BR 2017	a.a. (%)
	Quantidade produzida (t)						
Brasil	476.521	563.087	577.238	571.153	547.162	100,0	3,5
Norte	73.017	139.213	147.779	140.967	85.301	15,6	4,0
Nordeste	140.750	152.994	156.875	131.994	141.153	25,8	0,1
Sudeste	50.297	54.680	61.801	88.129	84.176	15,4	13,7
Sul	107.447	126.152	138.438	146.222	164.560	30,1	11,2
Centro-Oeste	105.010	90.047	72.345	63.840	71.973	13,2	-9,0
	Valor da produção (R$ Milhões)						
Brasil	3.828	4.608	4.914	4.595	4.403	100,0	3,6
Norte	556	1.046	1.216	1.071	690	15,7	5,6
Nordeste	1.616	1.715	1.808	1.596	1.726	39,2	1,7
Sudeste	330	371	449	581	544	12,4	13,3
Sul	582	719	834	828	932	21,2	12,5
Centro-Oeste	745	757	607	520	510	11,6	-9,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Pesquisa da Pecuária Municipal (2017).
Nota: (1) valores da produção ajustados ao valor de 2017.

2.4 Estados do Nordeste

Considerando os principais rebanhos regionais, Bahia, Pernambuco e Ceará se destacam por apresentarem os maiores percentuais, com 28,4%, 20,7% e 17,0%, respectivamente (Gráfico 2). A Bahia possui os principais rebanhos regionais de bovinos (36,2%, 10,0 milhões de cabeças), equinos (37,6%, 493,7 mil cabeças), caprinos (33,1%, 3,0 milhões de cabeças), ovinos (32,6%, 3,8 milhões de cabeças) e galináceos (27,0%, 44,4 milhões de cabeças).

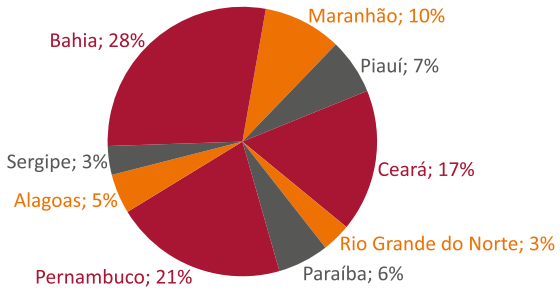
Pernambuco se destaca como criador de caprinos (24,1%, 2,2 milhões de cabeças), ovinos (19,0%, 2,2 milhões de cabeças), galináceos (23,3%, 38,5 milhões de cabeças) e codornas (23,5%, 470,9 mil cabeças).

Ceará possui importantes rebanhos de suínos (21,9%, 1,2 milhão de cabeças), ovinos (19,5%, 2,3 milhões de cabeças), caprinos (12,0%, 1,1 milhão de cabeças), galináceos (18,2%, 30,0 milhões de cabeças) e codornas (40,6%, 815,1 mil cabeças). Outro destaque regional é o Maranhão, com o maior rebanho bubalino (71,1%, 92,4 mil cabeças), segundo maior rebanho suíno (19,7%, 1,0 milhão de cabeças) e segundo maior rebanho bovino (27,7%, 7,7 milhões de cabeças), vide Tabela 7.

Apesar de terem rebanhos menores em relação aos principais estados criadores do Nordeste, observa-se número considerável de cabeças no rebanho suíno do Piauí, que possui 14,2% do quantitativo regional. A Paraíba detém 14,4% do total de codornas da Região. O Rio Grande do Norte possui importante rebanho de ovinos, com mais de 850 mil cabeças, Alagoas, detém 152 mil unidades de codornas e Sergipe conta com 69 mil cabeças de equinos.

Por apresentarem maior parcela de seu território em área semiárida, esta condição dificulta o desenvolvimento de uma pecuária mais significativa nesses Estados, tendo uma produção marginal em relação aos maiores Estados produtores do Nordeste. Nos Estados com essas características, tem-se aproveitado para desenvolver atividades mais adaptadas a suas condições climáticas, como a apicultura, a bovinocultura leiteira, a avicultura, carcinicultura e piscicultura. O Estado de Alagoas, por exemplo, apesar de possuir apenas 4,3% do rebanho bovino, produz 11,2% do leite do Nordeste, destacando-se como importante bacia leiteira regional.

Gráfico 2 – Participação dos Estados do Nordeste nos principais rebanhos pecuários regionais em 2017



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Pesquisa da Pecuária Municipal (2017).
Nota: Rebanhos: Bovino, bubalino, equino, suíno, caprino, ovino, galináceo e codornas.

Tabela 7 – Quantidades dos principais rebanhos existentes - Brasil, Nordeste e Estados selecionados em 2017

BR/Região/UF	Tipo de Rebanho (Mil Cabeças)							
	Bovino	Bubalino	Equino	Suíno	Caprino	Ovino	Galináceos	Codornas
Brasil	214.900	1.381	5.502	41.099	9.592	17.976	1.425.700	15.474
Norte	48.471	911	883	1.581	165	656	44.802	153
Nordeste	27.737	130	1.312	5.445	8.944	11.545	164.838	2.005
Sudeste	37.530	185	1.318	6.884	161	623	372.778	9.675
Sul	27.034	103	947	20.971	231	4.258	670.863	2.728
Centro-Oeste	74.128	52	1.042	6.218	91	894	172.419	913
Maranhão	7.688	92	220	1.070	356	277	11.435	7
Piauí	1.625	1	92	774	1.228	1.212	9.902	19
Ceará	2.259	1	117	1.194	1.076	2.250	30.044	815
Rio Grande do Norte	870	2	65	265	470	851	4.735	56
Paraíba	1.203	1	56	200	614	573	10.784	288
Pernambuco	1.790	10	125	648	2.157	2.193	38.476	471
Alagoas	1.197	1	74	116	60	264	8.726	152
Sergipe	1.067	0	69	104	24	161	6.308	-
Bahia	10.038	22	494	1.074	2.960	3.764	44.428	197

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Pesquisa da Pecuária Municipal (2017).

Quando analisada a produção de origem animal por Estado do Nordeste em 2017, percebe-se maior participação na produção de leite nos estados da Bahia (22,3%), Pernambuco (20,4%), Ceará (14,8%) e Alagoas (11,2%), conforme Tabela 8. A não necessidade de grandes propriedades, característica do semiárido regional de minifúndios, contribui para que a produção de leite se desenvolva de modo satisfatório nesses Estados. Pernambuco se destaca ainda por ter ampliado significativamente sua participação regional, antes de 16,4%, em 2002.

Pernambuco e Ceará se destacam na produção de ovos de galinha, representando juntos mais da metade do quantitativo regional, com 240,3 milhões (35,2%) e 177,7 milhões de dúzias (26,0%), respectivamente. A Bahia vem em seguida, com 12,4% da produção de ovos de galinha, com 84,6 milhões de dúzias, mas perdendo participação ao longo dos anos, já que em 2002 figurou na segunda posição, com 21,1% desta produção.

Mais concentrada ainda se encontra a produção de ovos de codornas no Nordeste, tendo o Ceará pouco menos da metade desta produção, com 14,9 milhões de dúzias (48,2%), o que enaltece a grande evolução do Estado, tendo em vista sua participação em 2002 ter sido de apenas 4,2%. Pernambuco completa esta concentração, com 22,4% ou 6,9 milhões de dúzias de ovos de codornas.

Estados que apresentam maior complexidade de biomas, o que lhes conferem florações mais diversificadas, se sobressaem na produção de mel de abelha. Piauí, Bahia, Maranhão e Ceará foram os maiores produtores de mel na Região em 2017, com volumes de 4,4 milhões, 3,4 milhões, 2,4 milhões e 1,8 milhão de quilos, respectivamente. Os outros estados apresentam produções de mel inexpressivas, comparativamente.

Tabela 8 – Quantidade dos produtos de origem animal – Brasil, Nordeste e Estados Selecionados - 2017

Brasil, Nordeste e UF	Leite (Mil litros)	(%)NE (1)	Ovos de galinha (Mil dúzias)	(%)NE	Ovos de codorna (Mil dúzias)	(%)NE	Mel de abelha (Kg)	(%)NE
Brasil	33.490.810	100,0	4.245.284	100,0	290.820	100,0	41.594.020	100,0
Nordeste	3.895.997	11,6	683.299	16,1	30.852	10,6	12.757.597	30,7
Maranhão	353.014	9,1	14.748	2,2	72	0,2	2.355.873	18,5
Piauí	73.284	1,9	22.505	3,3	383	1,2	4.404.654	34,5
Ceará	577.864	14,8	177.766	26,0	14.861	48,2	1.776.231	13,9
Rio Grande do Norte	239.045	6,1	49.295	7,2	714	2,3	174.900	1,4
Paraíba	212.239	5,4	37.911	5,5	4.067	13,2	156.438	1,2
Pernambuco	795.698	20,4	240.319	35,2	6.912	22,4	255.809	2,0
Alagoas	436.972	11,2	31.674	4,6	2.598	8,4	167.858	1,3
Sergipe	337.602	8,7	24.433	3,6	-	-	58.473	0,5
Bahia	870.281	22,3	84.649	12,4	1.244	4,0	3.407.361	26,7

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Pesquisa da Pecuária Municipal (2017).
Nota: (1) O Percentual da quantidade regional está em relação à produção do Brasil.

Nos últimos anos, houve uma desconcentração da produção na aquicultura regional (Tabela 9). Em 2013, por exemplo, o Ceará representava 45,9% desta produção, enquanto o restante distribuía-se pelos demais Estados, principalmente Rio Grande do Norte (13,7%) e Maranhão (12,1%). Com reduções substanciais no Ceará na criação de tilápias, por questões climáticas, e de camarão, por questões sanitárias e de mercado, este Estado perdeu espaço para os demais (queda de 23,5% a.a.), havendo uma redistribuição da aquicultura pelos estados da Região.

Alagoas elevou substancialmente sua participação, com crescimento médio de 108,8% ao longo de 2013 e 2017, afetado principalmente pelos acréscimos na tilápia e no camarão. Pernambuco (37,6% a.a.), Paraíba (28,3% a.a.) e Maranhão (13,3% a.a.) também apresentaram elevado crescimento em suas

produções aquícolas entre 2013 e 2017, enquanto reduções foram observadas em Sergipe (-8,7% a.a.) e Rio Grande do Norte (-2,3% a.a.).

Tabela 9 – Quantidade produzida e valor da produção da aquicultura no Nordeste e Estados selecionados – 2013 a 2017

Nordeste e Estados	2013	2014	2015	2016	2017	(%) NE 2017	a.a. (%)
	Quantidade produzida (t)						
Nordeste	140.750	152.994	156.875	131.994	141.153	100,0	0,1
Maranhão	16.976	18.202	21.261	24.588	27.979	19,8	13,3
Piauí	9.175	11.358	11.774	11.947	10.402	7,4	3,2
Ceará	64.620	71.683	68.614	42.802	22.087	15,6	-23,5
Rio Grande do Norte	19.339	20.685	20.336	17.046	17.607	12,5	-2,3
Paraíba	1.843	2.440	3.203	3.024	4.993	3,5	28,3
Pernambuco	6.355	5.716	8.232	8.825	22.792	16,1	37,6
Alagoas	613	2.955	3.828	4.745	11.648	8,3	108,8
Sergipe	7.902	6.858	5.259	5.441	5.479	3,9	-8,7
Bahia	13.926	13.096	14.369	13.574	18.168	12,9	6,9
	Valor da produção (R$ Milhões)						
Nordeste	1.616	1.715	1.808	1.596	1.726	100,0	1,7
Maranhão	134	145	160	164	193	11,2	9,5
Piauí	105	130	130	122	119	6,9	3,1
Ceará	727	756	802	542	365	21,1	-15,8
Rio Grande do Norte	380	413	405	414	492	28,5	6,7
Paraíba	21	28	36	36	70	4,1	35,1
Pernambuco	74	54	73	91	166	9,6	22,5
Alagoas	5	30	33	43	108	6,3	115,5
Sergipe	72	60	51	54	69	4,0	-1,0
Bahia	98	99	117	130	144	8,3	10,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Pesquisa da Pecuária Municipal (2017).
Nota: (1) valores da produção ajustados ao valor de 2017.

Quanto ao tipo de produto da aquicultura, o Nordeste apresenta substancial produção de peixes e camarões, no entanto com movimentos distintos, conforme a Tabela 10. Em 2017, a Região produziu 100,5 mil toneladas de peixes, aumento de 31,6% em relação a 2013, enquanto a produção de camarões foi de 40,5 mil toneladas, com queda de 37,0% no mesmo período. Dentre os peixes, sobressai a produção de tilápia, com 61,0 toneladas em 2017, seguida do tambaqui, com 21,9 mil toneladas e tambacu/tambatinga, com 11,7 mil toneladas.

O Ceará era o grande produtor da piscicultura regional, representando 40,1% da produção de peixes e 52,1% da produção de camarões em 2013. No entanto, em virtude da redução no nível de seus principais açudes, bem como em razão dos problemas de mercado e sanitário para o camarão, houve queda substancial na produção deste Estado. Em 2017, ele passou a segunda posição na produção de camarão, com 29,3% e com valor de produção de 27,3%, assim como caiu para quinta posição na criação de peixes, chegando a 10,2% da produção regional.

O Rio Grande do Norte, que era o segundo maior produtor de camarão em 2013, consolidou-se na liderança em 2017, representando 38,1% da produção e 45,4% do valor da produção. Já sua participação

na criação de peixes é bem reduzida, por conta da baixa capacidade de armazenamento hídrico no Estado. Rio Grande do Norte e Ceará respondem por quase dois terço do camarão produzido na Região.

O Estado do Maranhão tornou-se o maior produtor regional de peixes em 2017, com 27,6% ou 27,7 mil toneladas, principalmente na produção de tambaqui (10,5 mil t) e tambacu/ tambatinga (9,8 mil t). A tilápia é o terceiro maior produto aquícola maranhense, com 2,8 mil toneladas. Outros destaques em produção de peixes no período foram Alagoas e Pernambuco, que apresentaram crescimento médio anual em suas produções de 106,8% e 60,4% entre 2013 e 2017, com produções de 11,0 mil toneladas e 20,6 mil toneladas, respectivamente.

O Estado da Bahia manteve-se praticamente com a mesma participação relativa no período em análise, alcançando 16,0% da produção de peixes e 14,5% de seu valor de produção, enquanto que na carcinicultura, a representação foi de 5,2% na produção e 3,1% no valor regional.

Tabela 10 – Quantidade produzida e valor da produção da aquicultura no Nordeste e Estados selecionados, por produto – 2013 e 2017

Nordeste e Estados	2013				2017			
	Quantidade produzida (Kg)							
	Peixes	Camarão	Moluscos	Outros produtos	Peixes	Camarão	Moluscos	Outros produtos
Nordeste	76.392.674	64.278.748	78.249	-	100.540.693	40.486.746	125.983	-
Maranhão	16.926.389	50.000	-	-	27.775.086	174.790	29.000	-
Piauí	5.474.198	3.700.974	-	-	7.678.593	2.722.964	-	-
Ceará	30.669.875	33.949.805	-	-	10.229.407	11.857.417	-	-
Rio Grande do Norte	2.356.258	16.983.138	-	-	2.172.032	15.434.477	-	-
Paraíba	978.460	864.000	204	-	2.393.977	2.598.580	-	-
Pernambuco	3.113.800	3.241.400	-	-	20.593.676	2.198.648	-	-
Alagoas	599.600	-	13.650	-	10.969.886	627.400	50.450	-
Sergipe	5.420.363	2.481.140	-	-	2.689.649	2.785.727	3.650	-
Bahia	10.853.731	3.008.291	64.395	-	16.038.387	2.086.743	42.883	-
	Valor da produção (R$ Mil)							
Nordeste	552.640	951.047	1.070	175	684.406	878.549	1.377	1.249
Maranhão	130.054	692	-	-	184.347	3.463	153	-
Piauí	46.783	53.535	-	-	61.721	52.538	-	-
Ceará	212.217	495.178	-	-	74.013	239.995	-	-
Rio Grande do Norte	23.408	280.080	-	-	20.596	398.968	-	-
Paraíba	7.596	12.453	3	-	20.877	47.866	-	-
Pernambuco	21.546	51.018	-	-	118.607	46.072	-	-
Alagoas	4.453	-	85	175	88.179	12.366	681	1.248
Sergipe	39.033	31.254	-	-	17.074	49.639	73	-
Bahia	67.552	26.839	981	-	98.997	27.642	471	1

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Pesquisa da Pecuária Municipal (2017).
Nota: (1) valores da produção ajustados ao valor de 2017.

Pelo analisado até aqui, percebe-se que a Região Nordeste apresenta características propícias para o desenvolvimento das principais atividades pecuárias nacionais. No caso do seu semiárido, destacam-se aquelas que não necessitem de grandes áreas, pois os animais ficam em confinamento, como a avicultura e a pecuária leiteira, ou que os animais são adaptados ao clima de sertão, como os caprinos e ovinos. No caso dos estados que dispõem de maior disponibilidade de áreas, destaca-se a bovinocultura de corte na Bahia e Maranhão, bem como a apicultura pela maior diversidade de flores e clima mais seco em áreas da Bahia, Piauí e Ceará, por exemplo.

Na aquicultura, observa-se um reordenamento regional da produção, em virtude principalmente dos problemas climáticos dos últimos anos, que afetou consideravelmente a piscicultura, bem como problemas

sanitários e comerciais, afetando a carcinicultura. Com isso, o Ceará deixou de ser o principal responsável pela produção regional, esta agora sendo dividida mais igualmente entre os outros estados da Região.

2.5 Considerações finais

Relativo à sua pecuária, o Brasil tem se destacado mundialmente como um dos principais criadores de animais para o consumo humano, bem como a comercialização de seus derivados, como carnes, leite, ovos e mel. O País encontra-se na segunda posição mundial nos rebanhos bovinos e de aves e na quarta posição no número de suínos. Isto o torna, também, um dos principais *players* internacionais na comercialização de carnes, sendo o maior exportador de carnes bovina e de frango.

Neste cenário, a Região Nordeste possui representatividade destacada nos rebanhos caprino e ovino, além de apresentar número considerável de cabeças nos outros rebanhos nacionais. Sua participação no período analisado, de 2002 a 2017, apresentou ligeira redução no contexto nacional, mantendo-se estável naqueles rebanhos já tradicionais na Região, como o bovino e o caprino. A reconfiguração da produção pecuária nacional, com a concentração de aves e suínos no Sul e a migração de parte da bovinocultura para o Norte do País, contribuiu para o Nordeste perder representação ao longo destes anos, embora tenha aumentado o número de cabeças na maioria dos seus rebanhos.

Na Região Nordeste, os rebanhos de codornas, galináceos e ovinos foram os que mais ampliaram seus plantéis, com aumento significativo em relação ao início do período analisado. O aumento no consumo regional dessas carnes, somado à melhoria nas práticas de produção, foi fator determinante para esses resultados.

Os rebanhos bovinos e caprinos obtiveram desempenhos moderados ao longo do período. A preferência por atividades agrícolas onde antes se tinha pastos pra estes animais contribuíram para a obtenção destes resultados, embora tenha havido melhorias tecnológicos em suas produções. A bovinocultura continua sendo a principal atividade pecuária na Região, em termos de valor, destacando-se nacionalmente na produção de leite, tendo a Região o maior rebanho nacional para esta finalidade. No entanto, a bovinocultura de corte continua direcionando o maior número de cabeças regionalmente, se intensificando com a introdução de tecnologias modernas de produção nos principais estados produtores, no caso a Bahia e o Maranhão.

No cenário regional, os Estados que se destacam na produção pecuária são Bahia, Maranhão, Pernambuco e Ceará. A Bahia se sobressai praticamente na produção de todos os rebanhos, com ênfase para o bovino, equinos, caprinos, ovinos e galináceos. No Maranhão, predomina a produção de bubalinos, apresentando também forte representação na criação de bovinos e suínos. Pernambuco e Ceará se realçam na avicultura, apresentando importantes plantéis de galináceos e codornas. Caprinos e ovinos são importantes rebanhos destes dois estados.

No quadro geral, apesar da Região Nordeste ter apresentado menor participação relativa nos principais rebanhos nacionais entre 2002 e 2017, regionalmente houve um aumento no número de cabeças nos seus principais rebanhos. O aumento na demanda regional por essas carnes, bem como a melhoria no nível tecnológico de produção foram fatores que contribuíram para incentivar este comportamento. As condições edafoclimáticas regionais, ora limitantes para o desempenho de algumas atividades, são atrativas para atividades como a ovinocaprinocultura, apicultura e bovinocultura de leite, enquanto a bovinocultura de corte predomina na área de cerrados por necessitar de maiores áreas de pastagem e condições regulares de clima.

Algumas atividades pecuárias ainda apresentam baixo nível tecnológico em comparação ao praticado nacionalmente, principalmente os pequenos produtores rurais do semiárido do Nordeste. Inclusive, sofrem com as condições climáticas adversas, o que tem levado a terem perdas significativas nestes últimos anos de seca. Práticas produtivas mais adaptadas às condições regionais têm sido estudadas e aos poucos estão sendo implantadas e aceitas por estes produtores, no intuito de melhorar a qualidade de vida do homem do campo.

Na aquicultura regional, vale mencionar o reordenamento territorial da produção, deixando o Estado do Ceará de possuir a hegemonia na produção de peixes e crustáceos, sendo agora acompanhado de perto

pelos outros grandes estados produtores da Região. Fatores como a escassez de chuvas que atingiu os principais reservatórios cearenses, problemas sanitários como o aparecimento de doenças que dizimaram boa parte da criação, ações *antidumping* no cenário internacional e câmbio desfavorável, contribuíram para este movimento.

Na carcinicultura, houve o redirecionamento da produção para o mercado interno, com redução nas margens de ganho dos produtores. No caso da piscicultura, a demanda ainda insatisfeita e as condições favoráveis de produção são atrativos para intensificar a atividade na Região. No entanto, são necessárias ações no sentido de fortalecer a cadeia produtiva, reduzindo os riscos com a introdução de produtos importados e a melhora nas condições técnicas de produção.

Portanto, urge ainda no Nordeste o reforço às políticas voltadas para agricultura familiar, como o PRONAF, notadamente para aquelas famílias cujas produções se destinam a sua subsistência, por serem mais vulneráveis economicamente. Segundo estudo do Banco do Nordeste do Brasil e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (2014), a agricultura familiar na Região tem perdido espaço no agreste em virtude do preço das terras e da expansão urbana, bem como a continuidade dos problemas climáticos que afetaram inclusive as atividades mais emblemáticas destes produtores no semiárido, quais sejam o consórcio algodão-milho-feijão e a pequena bovinocultura leiteira.

Ainda, segundo estudo do Banco do Nordeste do Brasil e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (2014, p. 96), dada a predominância de regime criatório extensivo, alguns obstáculos necessitam ser resolvidos, a exemplo de: "(i) desmatamento, destruição de ecossistemas e diminuição da biodiversidade com eliminação ou redução da fauna e flora nativas; (ii) compactação do solo pelo pisoteio intensivo; (iv) (sic) poluição dos recursos hídricos através da carga de nutrientes (nitrogênio, fósforo e potássio), de hormônios e de patógenos". Devem-se buscar também soluções de acúmulo de recursos hídricos, a exemplo de cisternas, para minimizar as fragilidades referentes à criação de rebanhos em períodos de adversidades climáticas.

Os desafios estão relacionados à introdução de mecanismos de internalização de tecnologia na produção agropecuária regional, tanto "convencionais (de grande escala, com orientação de mercado), como sociais (voltados à produção de pequena escala)", percebendo inclusive a necessidade de maior estruturação das cadeias produtivas e criação de complexos agroindustriais, no intuito de reduzir a vulnerabilidade e agregar valor aos produtos agropecuários regionais. Faz-se necessário também apoiar iniciativas de produções agroecológicas e ações de convivência com a seca, voltadas não somente "aos produtores e à população em geral, mas também ao rebanho, evitando a perda por mortes e/ou os custos da migração ou, eventualmente, a modificação forçada da matriz do rebanho" (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL; INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA, 2014, p. 115). A parceria entre iniciativa privada e poder público deve ser reforçada para a melhor prestação de assistência técnica, que ainda se apresenta deficiente em muitas áreas da Região.

Referências

ANUÁRIO DA PECUÁRIA BRASILEIRA: 2018. São Paulo: IEG/FNP, 2018.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL; INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. **Nordeste 2022:** Estudos Prospectivos: Documento Síntese. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2014.

BEZERRA, F. J. A. et al (org.). **Perfil socioeconômico da Bahia**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2015a.

BEZERRA, F. J. A. *et al* (org.). **Perfil socioeconômico do Ceará**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2015b.

PESQUISA DA PECUÁRIA MUNICIPAL. Rio de Janeiro: SIDRA, 2017. (Sistema IBGE de Recuperação Automática). Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas/brasil/2017. Acesso em: 8 jul. 2019.

SANTOS, J. A. N. *et al*. **A agroindústria da carne bovina no Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012. 450p. (Série Documentos do ETENE, n. 31).

VIDAL, M. F. Evolução da Produção de Mel na Área de Atuação do BNB. **Caderno Setorial ETENE**, ano 4, n. 62, jan. 2019.

XIMENES, L. J. F.; VIDAL, M. F. Pescado no Brasil: produzir bem e vender melhor. **Caderno Setorial ETENE**, ano 3, n. 49, nov. 2018.

Indústria Nordeste – 2002 a 2018

Liliane Cordeiro Barroso
Doutora em Economia
Coordenadora de Estudos e Pesquisas do ETENE/BNB
lilianecordeiro@bnb.govbr

Resumo

O presente trabalho busca analisar o desempenho do setor industrial da Região Nordeste, observando a participação das diversas atividades na composição da estrutura produtiva da indústria local, bem como a evolução destas atividades no período 2002 a 2018. Nesse contexto, procura identificar segmentos com maior potencial para promover o desenvolvimento da indústria regional. Como resultado foi possível verificar que, no período, o desempenho da indústria nordestina foi superior ao nacional, ao levar em conta, variáveis de analises da produção e de outras variáveis que qualificam o setor, tais como, número de unidades locais de produção, de pessoal ocupado, gasto com salários e valor da transformação industrial. A composição setorial da indústria aponta que oito atividades foram responsáveis por mais de 70% da produção local, no ano de 2017: produtos alimentícios; coque, derivados do petróleo e biocombustíveis; produtos químicos; indústria extrativa; couro, artigos para viagem e acessórios; celulose e papel, metalurgia e bebidas. A metade destes está, também, entre os que mais cresceram durante os anos em análise: celulose e papel (102,3%); bebidas (45,4%); coque e derivados do petróleo (28,7%) e produtos alimentícios (17,6%). Estes, além de outras atividades que despontam como alvos de oportunidades de investimento na Região, tais como, energias renováveis, mineração, petróleo e gás natural, saúde, metal-mecânico, automotivo e TICs, compõem os segmentos com maiores perspectivas de desenvolvimento na indústria do Nordeste.

Palavras-chave

Produção Industrial Nordestina. Indústria Nordestina.

1 Introdução

A produção industrial do Nordeste avançou, entre os anos de 2002 e 2018, alcançando níveis superiores aos resultados nacionais, embora tenha sido afetada por crises econômicas internas e externas, durante o período. Tal elevação ocorreu, em especial, na indústria de transformação.

O crescimento na atividade industrial nordestina refletiu, em grande parte, a maturação de investimentos realizados ao longo desses anos, em favor do maior peso da indústria na economia local. Além de proporcionar avanços no volume de produção local, espera-se que estes investimentos tenham contribuído para melhorar o desempenho da indústria do Nordeste, com reflexos no faturamento das empresas, geração de emprego, gasto com salários e produtividade, dentre outros.

O presente trabalho busca analisar o desempenho do setor na Região, observando a participação das diversas atividades industriais na composição da estrutura produtiva local, bem como a evolução destas atividades no período, e consequente potencial de contribuição para o desenvolvimento da indústria regional. Para tanto, o trabalho se baseia, principalmente em duas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF) e a Pesquisa Industrial Anual-Empresa (PIA-Empresa). A primeira, relativa ao período 2002 a 2018, se dedica ao registro mensal do nível de produção industrial. A segunda, com dados de 2007 a 2017, consiste em uma publicação anual cujo objetivo é identificar as características estruturais básicas do segmento empresarial da indústria

no País e suas transformações no tempo, contemplando, entre outros aspectos, dados sobre pessoal ocupado, salários, receitas e valor da transformação industrial.

O texto se divide em quatro seções, além desta introdução. A primeira apresenta tanto a evolução da produção industrial no Nordeste, pela ótica da PIM-PF, quanto o desempenho desta, através dos dados da PIA-Empresa, ambas comparando com a trajetória nacional. Em seguida, procura identificar a participação e a evolução dos setores da indústria nordestina, também utilizando as duas pesquisas citadas. A seguinte trata das perspectivas da indústria da Região. A quarta seção refere-se às considerações finais.

2 Evolução da Produção Industrial no Nordeste

Esta sessão busca avaliar o desempenho da indústria nordestina, entre os anos de 2002 a 2018. Para tanto, utilizará as duas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF) e a Pesquisa Industrial Anual-Empresa (PIA-Empresa).

2.1 Evolução da produção industrial do Nordeste com base na PIM-PF

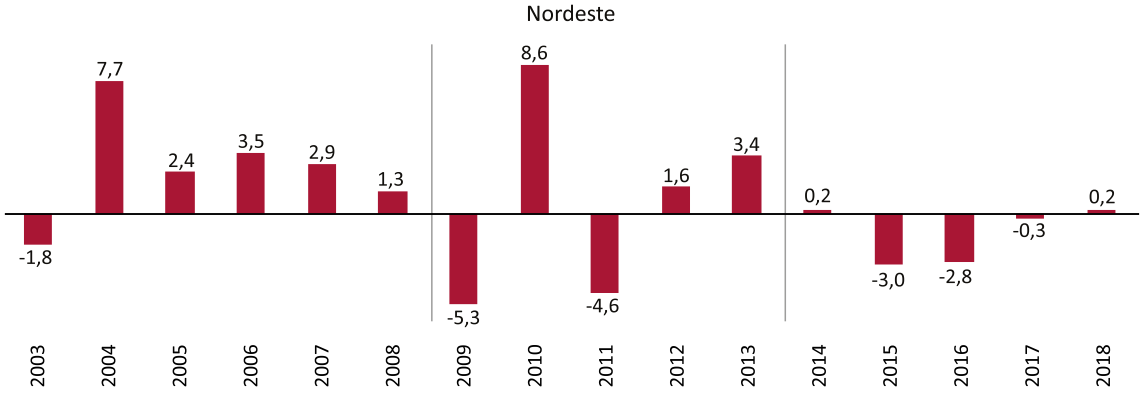
A trajetória da produção industrial nordestina, entre os anos de 2002 a 2018 pode ser observada a partir dos dados da Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2019). Esta registra a taxa de crescimento da produção industrial (extrativa e de transformação), cuja evolução é apresentada no Gráfico 1, dividido em 3 momentos de desempenho.

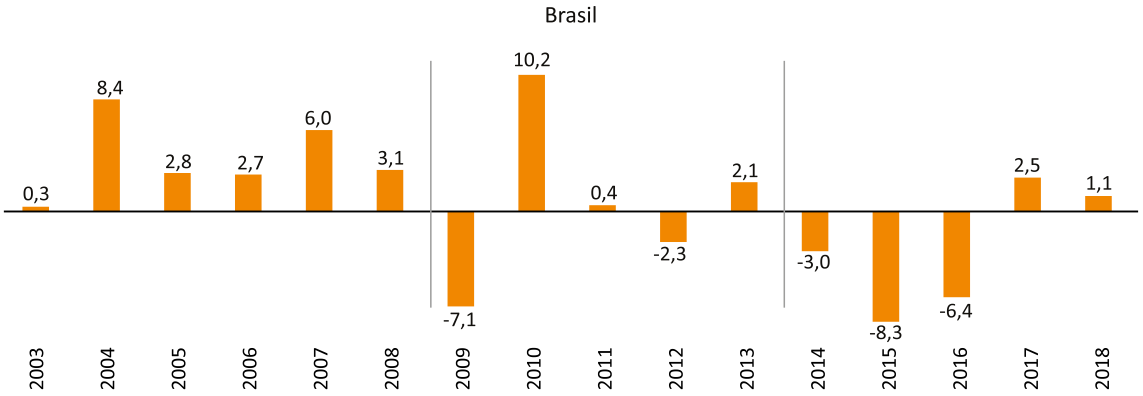
Após a redução de 1,8% no nível de atividade industrial, em 2003, frente a 2002, a Região observou 5 anos de crescimento ininterrupto (de 2004 a 2008), com elevação média anual de 2,9% a.a. Este também foi um período de crescimento contínuo da produção industrial brasileira, que, em média (3,9% a.a.), avançou mais do que a indústria do Nordeste.

Entre 2009 e 2013, houve oscilação na atividade industrial, em grande parte como reflexo da crise econômico-financeira internacional que afetou mais fortemente o Brasil em 2009. De 2012 a 2014, a Região buscou recuperar as perdas dos anos anteriores, e logrou 3 avanços consecutivos (Gráfico 1). Desta forma, foi possível sair do período acumulando um resultado positivo (3,1%, entre 2009 e 2013). A indústria brasileira, mais modestamente, acumulou 2,5%, conforme se observa na Tabela 1.

Desde 2014, contudo, a economia brasileira iniciou um processo de desaceleração que culminou em dois anos de recessão, 2015 e 2016, a qual afetou a atividade industrial (Gráfico 1). A indústria nordestina, que já havia perdido ritmo em 2014 (+0,2%), registrou recuos em 2015 (-3,0%), 2016 (-2,8%) e 2017 (-0,3%), e assinalou estabilidade em 2018 (+0,2%). A indústria brasileira, que teve quedas mais intensas nos anos recessivos, tem, por outro lado, se recuperado mais rapidamente do que a regional e já cresceu em 2017 e 2018 (+2,5% e +1,1%, respectivamente). Porém, estes avanços na produção não foram suficientes para cobrir as perdas do processo recessivo.

Gráfico 1 – Evolução da taxa de crescimento anual da produção industrial (%) - Nordeste e Brasil - 2003 a 2018





Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados Pesquisa Industrial Mensal, 2019.

Considerando toda a série, 2002 a 2018, é possível verificar que, no geral, o desempenho da atividade industrial do Nordeste superou o da brasileira. A Região acumulou, no período, um crescimento de 13,7%, a uma taxa de 0,8% a.a. (ao ano). Já o País cresceu 11,0%, a uma taxa anual de 0,7% (Tabela 1).

Tabela 1 – Taxa de crescimento (%) da produção industrial (extrativa e de transformação) – Nordeste e Brasil – 2002 a 2018

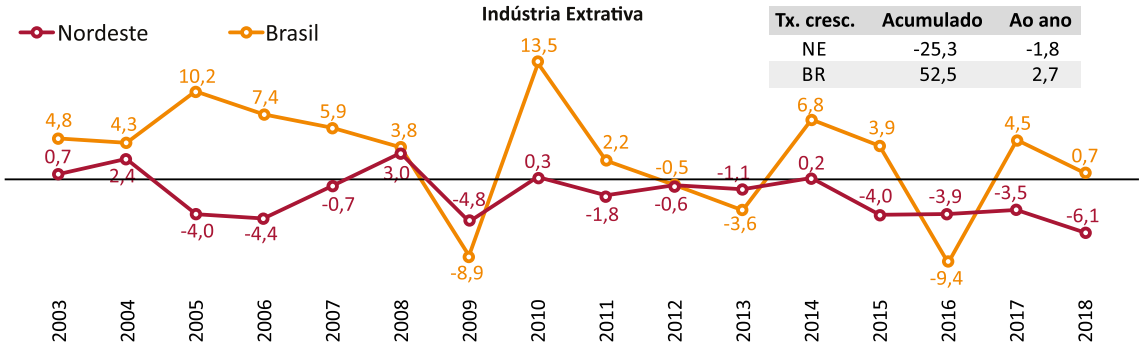
Taxas (%)	Anual				Acumulada			
Nível Geográfico	2002-2008	2009-2013	2015-2018	2003-2018	2002-2008	2009-2013	2015-2018	2003-2018
Nordeste	2,9	0,6	-1,2	0,8	19,0	3,1	-5,6	13,7
Brasil	3,9	0,5	-2,9	0,7	25,4	2,5	-13,7	11,0

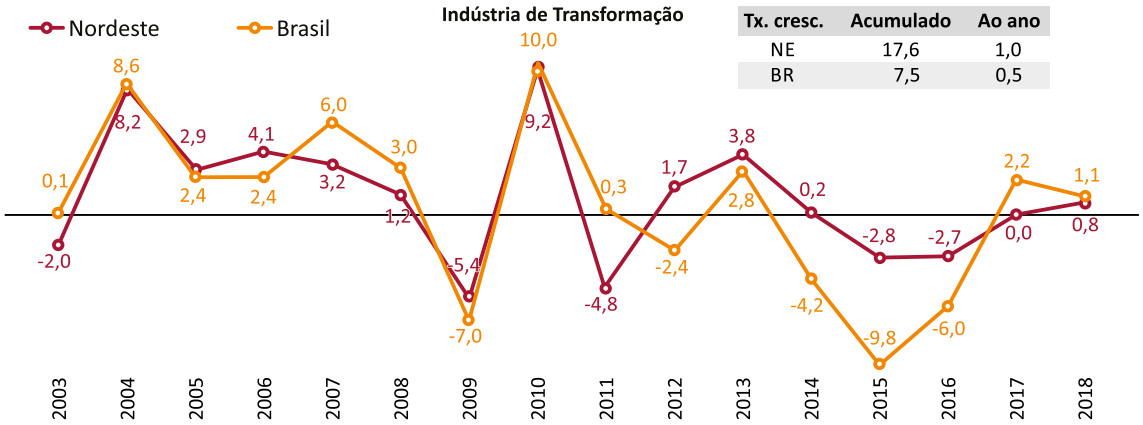
Fonte: Elaboração ETENE/BNB, com dados da Pesquisa Industrial Mensal(2019).

Cabe destacar que o comportamento das duas seções industriais, contudo, foi bem diferente ao longo dos anos, conforme se pode observar no Gráfico 2. Entre 2002 e 2018, o comportamento da indústria extrativa regional se mostrou vacilante, com fraco desempenho, taxas negativas na maioria dos anos e terminou a série acumulando uma perda de 25,3%, a uma taxa de crescimento anual de -1,8%. Assim, não acompanhou a evolução nacional que assinalou elevações na maior parte do período e avançou 52,5% no índice acumulado, crescendo 2,7% a.a..

Por outro lado, a indústria de transformação nordestina mostrou um comportamento mais próximo à dinâmica nacional, mas teve um desempenho ainda superior a esta, tanto em termos de maior elevação, em alguns anos, quanto caindo menos nos períodos de crise, como em 2009 e 2015 e 2016 (Gráfico 2). Desta forma, a indústria de transformação da Região fechou a série com crescimento acumulado de 17,6%, em uma média de 1,0% ao ano. Em âmbito nacional, esta seção industrial cresceu apenas 7,5%, no acumulado, correspondente à taxa de 0,5% ao ano.

Gráfico 2 – Taxa de crescimento da produção industrial extrativa e de transformação (%) – Nordeste e Brasil – 2002 a 2018





Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Pesquisa Industrial Mensal(2019).

Portanto, conforme se observa no Gráfico 2, ao contrário da extrativa, o desempenho da indústria de transformação do Nordeste foi superior ao do País, no referido período. Esta foi responsável por tornar a taxa de crescimento, em geral, da indústria regional, melhor do que a nacional, conforme o resultado apresentado para o acumulado de 2002 a 2018.

2.2 Desempenho da indústria do Nordeste com base na PIA-Empresa

Outra pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística capaz de auxiliar na avaliação do desempenho da indústria consiste na Pesquisa Industrial Anual (2017a). Esta retrata características estruturais do segmento empresarial da atividade industrial no Brasil, nas Regiões e Unidades da Federação, englobando as indústrias extrativas e de transformação. Em 2007 passou a vigorar a versão 2.0 da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) 2.0, iniciando assim uma nova série da PIA-Empresa, cuja publicação mais recente disponibiliza dados até 2017.

Dentre as varáveis pesquisadas em âmbito regional e por unidades da federação, destaca-se o número de unidades locais[1]; pessoal ocupado em 31.12 do ano de referência, independentemente de terem ou não vínculo empregatício; gasto com salários, retiradas e outras remunerações; receita líquida de vendas (faturamento), e o valor da transformação industrial (VTI)[2] que serão comparados aqui, para Brasil e Nordeste. A fim de identificar mudanças estruturais, prioriza-se a comparação entre os resultados dos dois pontos extremos da série: 2007 e 2017. A unidade de investigação são as unidades locais produtivas industriais das empresas com 5 ou mais pessoas.

O universo da pesquisa, no Nordeste, englobou 24 mil unidades locais industriais, no ano de 2017, que ocupavam 937 mil pessoas, pagando R$ 25,6 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações. Em termos de faturamento, a receita líquida de vendas apurada pelo setor foi de R$ 292,3 bilhões. A atividade industrial gerou R$ 116,7 bilhões de valor da transformação industrial, montante este decorrente da diferença entre o valor bruto da produção industrial (R$ 272,7 bihões) e os custos das operações industriais (R$ 156,0 bilhões). A indústria de transformação contribuiu com 91,8% desse montante, restando 8,2% à indústria extrativa.

Buscando observar o desempenho industrial nordestino, a partir destas variáveis, serão adotadas duas frentes de análise. A primeira avaliará o comportamento do Nordeste, em relação às demais regiões do País, entre os anos de 2007 e 2017. Em um segundo momento, o objetivo será identificar a evolução da própria Região, comparando seus resultados, entre os anos de 2007 e 2017.

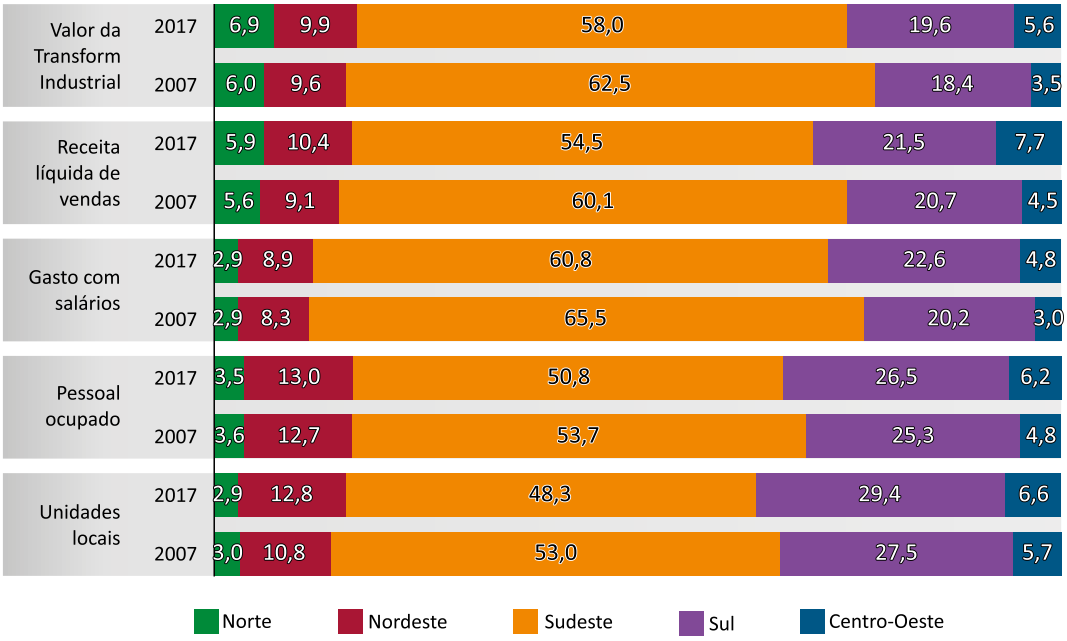
O Gráfico 3 informa a participação de cada Região na composição nacional das variáveis em análise. A Região Sudeste, apesar de ter perdido representatividade em todas as categorias, no período, se manteve

1 Corresponde ao número de unidades locais, ou seja, espaço físico, geralmente uma área contínua, no qual uma ou mais atividades econômicas são desenvolvidas, correspondendo a um endereço de atuação da empresa ou a um sufixo de CNPJ.

2 O Valor da Transformação Industrial (VTI) é uma aproximação para o "valor adicionado da indústria" e corresponde ao Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI), deduzido dos custos das operações industriais (COI).

na liderança, em geral, seguida das Regiões Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte. Ocorre alteração nesta ordem, no que se refere, principalmente, à variável VTI, onde a região Norte supera o Centro-Oeste, tanto em 2007, quanto em 2017. O Nordeste, além de ocupar a terceira posição em todas as variáveis e ao longo do tempo, também ganhou participação em todas elas.

Gráfico 3 – Participação das variáveis das unidades locais industriais, por Grandes Regiões do Brasil (%) - 2007 e 2017



Fonte: Elaboração ETENE/BNB, com base nos dados da Pesquisa Industrial Anual(2017a) e Pesquisa Industrial Anual (2017b).

Em 2007, o Nordeste contava com 10,8% das unidades locais do País, este percentual passou para 12,8% em 2017. O pessoal ocupado avançou de 12,7% para 13,0% do total ocupado no Brasil; o gasto com pessoal, que envolve os salários, retiradas e outras remunerações, foi de 8,3% para 8,9%; o faturamento (receita líquida de vendas) cresceu de 9,1% para 10,4%, e o VTI saiu de 9,6% para 9,9%, todos na comparação entre 2007 e 2017, respectivamente.

Cabe mencionar que seja no Nordeste, seja no Brasil, houve crescimento tanto no número de unidades locais industriais, quanto no número total de empregos existentes, na comparação entre 2007 e 2017. Contudo, na Região, estes cresceram mais do que na média nacional (Tabela 2).

Tabela 2 – Número de unidades locais e pessoal ocupado – Brasil e Regiões – 2007 e 2017

Brasil e Regiões	Número de unidades locais (Unidades)			Pessoal ocupado em 31/12 (Pessoas)		
	2007	2017	Tx. de crescim. (%)	2007	2017	Tx. de crescim. (%)
Brasil	172.680,00	189.018,00	9,5	6.981.574,00	7.213.944,00	3,3
Norte	5.130,00	5.429,00	5,8	250.537,00	254.026,00	1,4
Nordeste	18.624,00	24.187,00	29,9	886.074,00	937.151,00	5,8
Sudeste	91.601,00	91.270,00	-0,4	3.745.793,00	3.664.626,00	-2,2
Sul	47.404,00	55.646,00	17,4	1.767.117,00	1.911.897,00	8,2
Centro-Oeste	9.919,00	12.486,00	25,9	332.053,00	446.244,00	34,4

Fonte: Elaboração ETENE/BNB, com base nos dados da Pesquisa Industrial Anual(2017a) e Pesquisa Industrial Anual (2017b).

A Tabela 2 informa que quanto ao número de unidades locais, a maior taxa de crescimento, entre os anos considerados, se deu na Região Nordeste (29,9%), ante 9,5% no País. Quanto ao número de empregos, foram criados mais de 51 mil, nas unidades industriais nordestinas, (crescimento de 5,8%) e 232,4 mil em âmbito nacional, representando um crescimento de 3,3%. Nesta comparação se destacaram as Regiões Centro-Oeste e Sudeste, a primeira pelo elevado crescimento e a segunda, pelas taxas negativas, em ambas as variáveis.

Alguns indicadores podem ser gerados, a partir dos dados em análise, de modo a aprofundar a avaliação do desempenho industrial do Nordeste, em paralelo ao nacional. A Tabela 3 apresenta estas variáveis.

Tabela 3 – Principais indicadores das unidades locais industriais - Brasil e Nordeste - 2007 e 2017

Indicadores	Média de pessoas ocupadas (Em unids.)(1)		Salário médio mensal (Em s.m.) (2)		Produtividade (Em R$) (3)	
Unidades Locais	**2007**	**2017**	**2007**	**2017**	**2007**	**2017**
Brasil	40,4	38,2	3,7	3,2	85.140	163.244
Nordeste	47,6	38,7	2,4	2,2	64.237	124.508
Produtividade média do trabalhador nordestino, em relação à produtividade média do trabalhador nacinal (%)					75,4	76,3

Fonte: Elaboração ETENE/BNB, com base nos dados da Pesquisa Industrial Anual(2017a) e Pesquisa Industrial Anual (2017b).
(1) Valor calculado pela razão entre o número de pessoas ocupadas e a quantidade de unidades locais.
(2) Valores calculados pela divisão dos salários, retiradas e outras remunerações pelo salário mínimo (s.m.) anual, inclusive o 13º salário, e, em seguida, pelo total de pessoal ocupado nas unidades locais.
(3) Valores correntes calculados pela divisão do valor da transformação industrial pelo total de pessoal ocupado nas unidades locais.

Apesar do observado crescimento no número total de unidades locais e de pessoas ocupadas, no período, deve-se perceber que houve redução na quantidade média de empregados por unidade local, conforme indica a Tabela 3. As unidades locais brasileiras empregavam, em média, 40,4 pessoas, por estabelecimento, em 2007, enquanto a média nordestina era de 47,6 pessoas. Em 2017, este número passou para 38,2 e 38,7, respectivamente. Note que a despeito da redução, cada unidade local nordestina continua empregando mais, em média, do que no País.

Já o salário médio mensal, menor no Nordeste do que na média brasileira, também apresentou redução. No Brasil, cada trabalhador recebia, em média, 3,7 salários mínimos (s.m.) em 2007, caindo para 3,2 s.m., em 2017 (perda de 13,2%). Da mesma forma, no Nordeste, esse valor passou de 2,4 s.m. para 2,2 s.m., respectivamente (perda de 9,4%). A redução salarial relativa foi, porém, menor no Nordeste (-9,4%) do que no País (-13,2%).

O resultado mais positivo, dentre esses indicadores, ficou com a produtividade por trabalhador nordestino, pois a Região melhorou sua posição frente ao nível nacional. Em 2007, a produtividade do trabalho no Nordeste, representava 75,4% da capacidade nacional. Em 2017, este indicador cresceu para 76,3%, mostrando que este ficou mais produtivo do que antes, se comparado ao nível médio do País.

Pode-se argumentar que, dentre outros motivos, o aumento na produtividade nordestina pode ter contribuído para a redução do número médio de trabalhadores em cada unidade local. Mas, por outro lado, esta maior produtividade não se refletiu em melhoria no nível salarial médio mensal, já que este se reduziu, entre os anos considerados.

Em síntese, pode-se afirmar que a indústria do Nordeste apresentou um desempenho melhor que a média do País, durante o período em análise, conforme se pode observar no resultado das diversas variáveis avaliadas, que cresceram em relação à nacional (Tabela 4).

Tabela 4 – Desempenho comparativo indústria Nordeste/Brasil (2002 a 2018), (2007 e 2017)

Taxas de crescimento (%) – Variáveis selecionadas da indústria Nordeste e Brasil – PIM – PF (2002 a 2018) e PIA (2007 e 2017)		
Variáveis	**Nordeste**	**Brasil**
Tx. cresc. produção média anual (2002 a 2018)	0,8	0,7
Tx. cresc. produção acumulada (2002 a 2018)	13,7	11,0
Tx. cresc. produção acumulada da ind. transform. (2002 a 2018)	17,6	7,5
Tx. cresc. número de unidades locais (2007 e 2017)	29,9	5,8
Tx. cresc. número de pessoal ocupado (2007 e 2017)	5,8	3,3
Índices de participação da indústria do Nordeste na brasileira (%) - PIA Empresa (2007 e 2017)		
Variáveis NE/BR	**2007**	**2017**
Unidades locais	10,8	12,8
Pessoal ocupado	12,7	13,0
Gasto total com salários	8,3	8,9
Receita líquida de vendas	9,1	10,4
Valor da transformação industrial (VTI)	9,6	9,9
Produtividade NE/BR	75,4	76,3

Fonte: Elaborado por ETENE/BNB, com nos dados da Pesquisa Industrial Mensal (2017a); Pesquisa Industrial Mensal (2017b); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018); Pesquisa Industrial Anual (2017a) e Pesquisa Industrial Anual (2017b).

Conforme a Tabela 4, além da taxa de crescimento mais elevada da produção industrial nordestina frente à nacional, ao longo dos anos 2002 a 2018, o desempenho da primeira, em relação a segunda foi de ganho de participação em praticamente todas as variáveis analisadas: número de unidades locais e de pessoal ocupado, gasto com salários, faturamento, VTI e produtividade.

3 Participação e evolução dos setores na indústria do Nordeste

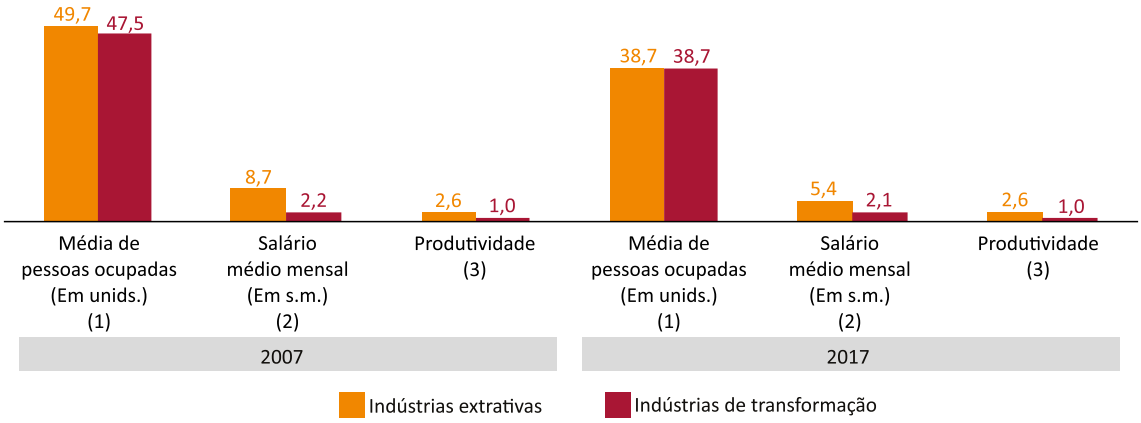
Nesta seção, será inicialmente observada a evolução dos principais setores que compõem a indústria nordestina, buscando qualificá-los, dentre outros, em termos de Valor da Transformação Industrial (VTI), faturamento, demanda por mão de obra e produtividade. Estas informações serão obtidas a partir dos dados da PIA Empresa, pesquisa que, como visto, fornece informações para o período 2007 a 2017. Em seguida, buscar-se-á identificar os setores que mais cresceram em termos de produção industrial, com base nos resultados da PIM-PF, entre os anos de 2002 a 2018. A partir destas análises, pretende-se compreender melhor a estrutura industrial da Região, bem como identificar os principais setores com potencial de crescimento, capazes de contribuir com o desenvolvimento local.

3.1 Desempenho dos setores da indústria do Nordeste com base na PIA-Empresa

Os dados, a seguir, buscarão maior detalhamento da indústria do Nordeste, a partir da evolução de seus próprios resultados, entre os anos de 2007 e 2017. Conforme já mencionado, na Região, a indústria de transformação domina a produção industrial e assinala participação crescente, em relação à extrativa. Em 2017, o VTI da indústria nordestina (extrativa e de transformação) correspondeu a 116,7 bilhões. Destes, 107,1 bilhões, ou 91,8% do total corresponderam à indústria de transformação e 9,5 bilhões, à extrativa (8,2%). Em 2007, estas participações foram de 90,8% e 9,2%, respectivamente, apontando para a redução da importância da indústria extrativa na estrutura produtiva local.

Apesar da menor participação e da perda mencionada, a indústria extrativa apresenta índices de desempenho, em geral, melhores do que os da indústria de transformação, conforme se observa no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Principais indicadores das unidades locais industriais do Nordeste – Indústrias Extrativas e de Transformação – 2007 e 2017



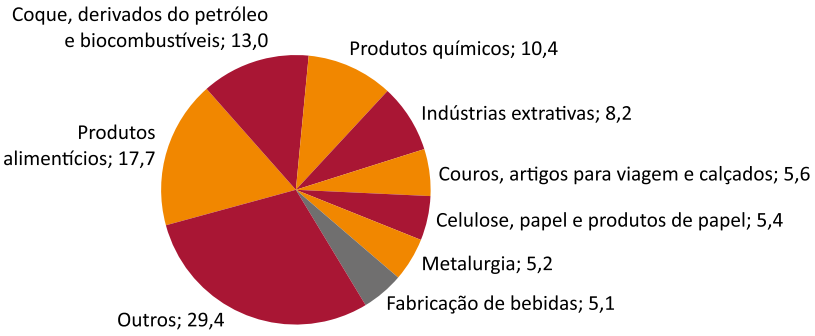
Fonte: Elaboração ETENE/BNB, com base nos dados da Pesquisa Industrial Anual (2017a) e Pesquisa Industrial Anual(2017b).
(1) Valor calculado pela razão entre o número de pessoas ocupadas e a quantidade de unidades locais.
(2) Valores calculados pela divisão dos salários, retiradas e outras remunerações pelo salário mínimo (s.m.) anual, inclusive o 13º salário, e, em seguida, pelo total de pessoal ocupado nas unidades locais.
(3) Índice que compara o total produzido por trabalhador da indústria extrativa, com o da indústria de transformação, com base nos valores correntes calculados pela divisão do VTI pelo total de pessoal ocupado nas unidades locais.

Quanto ao número médio de pessoas ocupadas por unidade local, em 2007, este era maior na indústria extrativa (49,7 pessoas) que na de transformação (47,5 pessoas). Da mesma forma, a extrativa pagava um salário médio mensal em torno de 8,2 s.m., significativamente superior ao da indústria de transformação (2,2 s.m.). O salário mais elevado pode estar refletindo a maior produtividade da indústria extrativa que superou em 2,6 vezes a da indústria de transformação.

Em 2017, a indústria extrativa reduziu para 38,7 pessoas, o total empregado, em média, por unidade local, igualando-se ao número da indústria de transformação. Contudo, a primeira sofreu redução na média de salário mensal por trabalhador (5,4 s.m.), embora tenha mantido seu nível de produtivamente, relativamente ao observado na indústria de transformação (2,6 vezes maior). Apesar da redução, o salário por trabalhador, na extrativa, superou em mais que o dobro daquele oferecido pela indústria de transformação que, praticamente, manteve seu nível salarial, entre 2007 (2,2 s.m.) e 2017 (2,1 s.m.).

Buscando detalhar as seções industriais em suas diversas atividades, será possível observar suas contribuições ao desempenho industrial da Região, o que reserva informações sobre a estrutura da indústria local, bem como sua evolução ao longo dos anos. Para ter um panorama da importância destas atividades na composição da indústria regional, os dados abaixo assinalam a participação dos segmentos industriais no Valor da Transformação Industrial (VTI) total da Região, em 2017.

Gráfico 5 – Participação dos setores (%) no VTI total da indústria (extrativa e de transformação) – Nordeste – 2017



Fonte: Elaboração ETENE/BNB, com base nos dados da Pesquisa Industrial Anual (2017a) e Pesquisa Industrial Anual (2017b).

O Gráfico 5 mostra que, em 2017, oito, das vinte cinco atividades industriais da Região, foram responsáveis por mais de 70% do total produzido pelo setor, e que quase 50% correspondeu a apenas

quatro delas. A fabricação de produtos alimentícios apareceu como a principal, responsável por 17,7% do total produzido, seguida por coque, derivados do petróleo e biocombustíveis (13,0%), produtos químicos (10,4%) e indústria extrativa (8,2%). Couro, artigos para viagem e acessórios (5,6%), celulose e papel (5,4%), metalurgia (5,2%) e bebidas (5,1%), compuseram os demais destaques.

Os quatro principais setores, acima citados, se revezaram em importância, ano a ano, ao longo do período, com alimentos e coque, derivados do petróleo e biocombustíveis alternando-se nas duas primeiras posições, entre 2007 e 2017.

A principal mudança nessa estrutura, entre 2007 e 2017, refere-se ao setor de metalurgia que figurava entre os cinco maiores, em 2007, mas perdeu importância, caindo duas posições com a subida de couro e calçados (que passou da 6ª para a 5ª posição) e papel e celulose que avançou da 10ª para a 6ª colocação, retirando da lista dos oito principais, os produtos de minerais não metálicos (caiu do 8º para 10º lugar).

O Quadro 1 detalha a contribuição das principais atividades industriais da Região ao desempenho do setor, entre os anos de 2007 e 2017, ressaltando, Número de unidades locais (Número de UL), Pessoal Ocupado (Número de PO), Faturamento (%), VTI (%), Salários mensais (número de salários mínimos) e Produtividade (índice médio por VTI/PO).

Quadro 1 – Principais participações e maiores índices das atividades industriais nas unidades locais: Número de unidades locais (%), Pessoal Ocupado (%), Faturamento (%), VTI (%), Salários mensais (número de salários mínimos) e Produtividade (índice setorial em relação à média do Nordeste) – Nordeste -2007 e 2017

Número de unidades locais (%)	2007	2017	Variação
Total (Número)	18.624	24.187	5.563
Alimentos	20,9	23,0	2,1
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	18,7	15,2	-3,5
Produtos de minerais não-metálicos	10,6	12,4	1,9
Produtos de metal	5,6	6,3	0,7
Fabricação de móveis	4,6	4,9	0,3

Receita líquida de vendas (%)	2007	2017	Variação
Alimentos	15,5	18,9	3,4
Produtos químicos	18,5	14,2	-4,3
Coque, derivados petróleo biocombustíveis	15,8	11,5	-4,3
Veículos automotores, reboques e carrocerias	5,7	10,0	4,4
Metalurgia	7,8	7,1	-0,7

Salários mínimos/mês (1)	2007	2017	Variação
Média NE	2,4	2,2	-0,2
Indústrias extrativas	8,7	5,4	-3,3
Veículos automotores, reboques e carrocerias	6,0	4,9	-1,1
Produtos químicos	7,3	4,9	-2,4
Metalurgia	5,9	4,3	-1,6
Celulose, papel e produtos de papel	3,5	4,1	0,6
Coque, derivados petróleo biocombustíveis	3,3	3,7	0,4

(1) Salário médio, em s.m., recebidos por mês, por pessoal ocupado nas unidades locais

Pessoal Ocupado (%)	2007	2017	Variação
Total (número)	886.073	937.151	51.078
Alimentos	28,6	27,5	-1,2
Couros, artigos para viagem e calçados	12,2	11,3	-0,8
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	10,5	10,6	0,1
Produtos de minerais não-metálicos	6,2	7,6	1,4
Fabricação de produtos têxteis	6,1	4,2	-1,9

VTI (%)	2007	2017	Variação
Alimentos	12,6	17,7	5,2
Coque, derivados petróleo biocombustíveis	20,4	13,0	-7,3
Produtos químicos	13,5	10,4	-3,1
Indústrias extrativas	9,2	8,2	-1,0
Couros, artigos para viagem e calçados	5,4	5,6	0,2

Produtividade (1)	2007	2017	Variação
Coque, derivados petróleo biocombustíveis	6,2	6,9	0,7
Metalurgia	3,5	2,9	-0,6
Produtos químicos	4,3	2,8	-1,5
Celulose, papel e produtos de papel	2,0	2,7	0,7
Indústrias extrativas	2,4	2,5	0,1

(1) Índice setorial calculado em relação à média da Região, encontrado a partir da divisão do VTI pelo total de pessoal ocupado nas unidades locais

Fonte: Elaboração ETENE/BNB, com base nos dados da Pesquisa Industrial Anual (2017a) e Pesquisa Industrial Anual(2017b).

A partir do Quadro 1, observa-se o grande destaque do setor de Alimentos na produção industrial do Nordeste. Este, além de contribuir com a maior parte do VTI (17,7%, em 2017), como visto, foi o setor que apresentou o maior faturamento (18,9% do total, em 2017), o responsável pelo maior número de unidades locais na Região (23,0%), e por gerar o maior número de empregos (27,5%). Contudo, embora seja o que mais gaste com pagamento de salário (20,2% do total gasto na Região, em 2017), este não figura entre os que contam com maior produtividade e que oferecem os melhores salários por trabalhador.

Já o setor de coque derivados do petróleo e biocombustíveis, segundo maior em termos de VTI, em 2017, foi o terceiro em faturamento (11,5%, em 2017, apesar da queda de 4,3 p.p., frente à 2007), mas representou o segmento de maior produtividade (produzindo 6,9 vezes mais que a média da indústria nordestina) e se encontra entre os que pagaram os maiores salários (3,7 s.m.) por mês.

Além do ramo de alimentos (23%), o de confecção (15,2%), minerais não metálicos (12,4%), produto de metal (6,3%) e móveis (4,9%), foram os que responderam pelo maior número de unidades locais estabelecidas na Região. Juntos eles corresponderam a 61,8% do total de unidades, em 2017. Em 2007, esta era também a ordem dos principais setores, embora o segmento de confecção tenha perdido participação (3,5 p.p.). Juntos somavam 60,2% do total, nesta categoria.

Dentre os setores que mais empregaram, além da citada produção de alimentos que foi responsável por 27,5% do total em 2017, se destacaram, couro e calçados (11,3%), confecção (10,6%), produtos de minerais não-metálicos (7,6%) e têxteis (4,2%). Juntos eles corresponderam a 61,2% do total, em 2017. Em 2007, esta era também a ordem dos principais setores, mas estes apresentavam uma demanda relativamente maior, quando somavam 63,6% do total.

Também em relação ao faturamento, cinco setores se mantiveram entre os principais, entre 2007 e 2017 (Figura 1). Estes, contudo, alteraram a ordem de importância, tendo em vista a maior representativa da produção de alimentos (3,4 p.p.) e de veículos automotores, reboques e carrocerias (4,4 p.p.). Juntos, os cinco respondiam por 63,3% do total, em 2007, e passaram 61,8%, em 2017.

A indústria extrativa é a que paga os melhores salários, apesar da redução, entre 2007 e 2017 (8,7s.m., para 5,4 s.m., respectivamente). Dentre suas subdivisões, se destacou a extração de petróleo e gás natural que chegou a pagar, em média, 24,2 s.m., em 2007, passando para 20,3 s.m., em 2017, embora apresente a crescente e mais alta produtividade dentre os segmentos da indústria (passou de 5,2 para 9,7 vezes maior do que a produtividade média da indústria da Região). Deve-se observar que, em geral, os setores que apresentaram maior produtividade são também os que remuneraram melhor o emprego. Coque e derivados do petróleo, setor com maior produtividade, em 2017, que produziu, em média, 6,9 vezes mais que a média por trabalhador da Região, pagou o sexto maior salário de Região (3,7 s.m.); a metalurgia, segunda maior em produtividade, foi a quarta em remuneração salarial (4,3 s.m.). Produtos químicos ocupam a terceira posição em ambas as variáveis. Celulose e papel também participa da lista dos cinco principais. De qualquer modo, cabe perceber que houve perda salarial média nos quatro primeiros setores com maior participação no nível salarial, entre os anos de 2007 e 2017: extrativa, veículos, químicos e metalurgia.

A partir destas informações, pode-se, portanto, argumentar que, dentre os segmentos que participaram das cinco principais posições, nas diversas variáveis analisadas, não houve mudança estrutural significativa, na medida em que guardaram resultados aproximados, entre 2007 e 2017. Em outras palavras, em termos de estrutura, apesar de variações nas participações entre os setores, nas pontas das séries, praticamente não houve mudança na composição geral, dado que, aqueles de maior peso se revezaram em suas posições, mas continuaram figurando entre os principais.

3.2 Evolução da produção setorial da indústria do Nordeste com base na PIM-PF

Contudo, é possível melhor identificar o potencial industrial de determinado local, a partir do desempenho produtivo das diversas atividades que compõem o setor, ao longo dos anos. Estudos recentes revelam que as empresas com maior capacidade de contribuição para o desenvolvimento não são necessariamente as maiores, mas sim aquelas que mais crescem (PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL, 2017b). Fazendo um paralelo, buscamos identificar os setores que mostraram maior crescimento no período de análise, de forma a caracterizá-los como aqueles que têm maior potencial para contribuir com o desenvolvimento industrial da Região.

A Tabela 5 apresenta a taxa de crescimento acumulada e a média anual (a.a.) dos diversos segmentos pesquisados pela Pesquisa Industrial Mensal (2019), no Nordeste. Referida tabela contempla dois momentos, entre 2002 e 2018, e entre 2012 e 2018.

Entre 2002 e 2018, observa-se que a indústria de transformação avançou +17,6% no acumulado e +1,0% a.a. (desempenho acima da média brasileira: +7,5% e +0,5% a.a., respectivamente), enquanto a indústria extrativa perdeu dinamismo na Região (-25,3% e -1,8% a.a.), na contramão do comportamento nacional (+52,5% e +2,7%).

Dentre as atividades, apresentaram melhor desempenho, celulose e papel que cresceu +102,3% no acumulado do período; bebidas (+45,4%); coque e derivados do petróleo (+28,7%); produtos alimentícios (+17,6%) e minerais não metálicos (+10,7%), todos segmentos de peso, no VTI local, como visto acima. Por outro lado, as perdas mais acentuadas ocorreram no setor de confecções, vestuários e acessórios (-54,6%), têxteis (-37,6%), metalurgia (-12,0%) e couro, artigos para viagens e calçados (-6,0%).

Tabela 5 – Taxa de crescimento (acumulada e ao ano) da produção industrial por seções e atividades (CNAE 2.0) - 2002 a 2018 e 2012 a 2018 - Nordeste (%)

Período	2002 a 2018	
Seções e atividades industriais	Acumulado	a.a.
Celulose, papel e produtos de papel	102,3	4,5
Fabricação de bebidas	45,4	2,4
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	28,7	1,6
Indústrias de transformação	17,6	1,0
Fabricação de produtos alimentícios	17,6	1,0
Indústria geral	13,7	0,8
Produtos de minerais não-metálicos	10,7	0,6
Outros produtos químicos	0,6	0,0
Couros, artigos para viagem e calçados	-6,0	-0,4
Metalurgia	-12,0	-0,8
Indústrias extrativas	-25,3	-1,8
Fabricação de produtos têxteis	-37,6	-2,9
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	-54,6	-4,8
Período	**2012 a 2018**	
Seções e atividades industriais	**Acumulado**	**a.a.**
Veículos automotores, reboques e carrocerias	105,9	12,8
Celulose, papel e produtos de papel	13,9	2,2
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	6,9	1,1
Produtos de borracha e de material plástico	1,2	0,2
Indústrias de transformação	-0,8	-0,1
Indústria geral	-2,4	-0,4
Couros, artigos para viagem e calçados	-6,0	-1,0
Produtos alimentícios	-6,1	-1,0
Outros produtos químicos	-6,7	-1,1
Confecção, vestuário e acessórios	-13,3	-2,4
Metalurgia	-14,4	-2,6
Fabricação de bebidas	-14,6	-2,6
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-16,8	-3,0
Indústrias extrativas	-17,2	-3,1
Fabricação de produtos de metal	-19,1	-3,5
Fabricação de produtos têxteis	-28,2	-5,4
Produtos de minerais não-metálicos	-32,8	-6,4

Fonte: Elaborado por ETENE/BNB, com dados da Pesquisa Industrial Mensal (2019).

A partir de janeiro de 2012, o IBGE reformulou sua pesquisa, de forma a obedecer, dentre outros aspectos, à nova classificação setorial (passando da CNAE 1.0 para a 2.0) que já vinha sendo adotada em outras publicações. A citada reformulação se deu sem prejuízo da comparação ao longo da série, iniciada em 2002, mas incluiu, no caso da Região Nordeste, quatro novas atividades na indústria de transformação: veículos automotores, reboques e carrocerias; produtos de borracha e plástico; máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e produtos de metal.

Assim, a Tabela 5 apresenta novas taxas de crescimento, referentes ao período 2012 a 2018, incluindo os quatro novos setores, destacados na cor cinza. Este segundo momento, disponibilizado na tabela, também permite observar o desempenho mais recente das diversas atividades, mostrando a evolução dos setores diante da crise recessiva interna, cujo ritmo ainda não foi recuperado[3].

Nesse contexto, apenas quatro atividades tiveram desempenho positivo. Ressalta-se a importância da produção de veículos automotores, reboques e carrocerias (incluído na pesquisa em 2012), que cresceu 105,9% no acumulado de seis anos, a uma taxa de +12,8% a.a. Este significativo avanço no setor automotivo, contou com o reforço da inauguração, em abril de 2015, da fábrica de Jeep da Fiat Chrysler, em Goiana, Pernambuco (FIAT CHRYSLER AUTOMOBILES, c2018); da reinauguração, em 2014, da fábrica Troller da Ford, em Horizonte, Ceará, além da fábrica da Ford, que atua em Camaçari, Bahia, desde outubro de 2001.

Além desse segmento, cresceram: celulose e papel (+13,9% no acumulado), coque e derivados do petróleo (+6,9%) e produtos de borracha e plástico (+1,2%).

A indústria em geral, que encolheu no acumulado do período 2012 a 2018 (-2,4%), refletiu os recuos na indústria de transformação (-0,8%) e extrativa (-17,2%). Dentre as atividades, as maiores perdas se deram em produtos de minerais não metálicos (-32,8%)[4], têxteis (-28,2%) e produtos de metal (-19,1%).

O bom desempenho de setores específicos, mesmo em momento de crise econômica interna, mostra o potencial dessas atividades na Região, onde contam com considerável parque produtivo, com participação significativa na composição do setor industrial e com perspectiva positiva de crescimento na dinâmica industrial local. Dentre eles, se destacam: celulose e papel; bebidas; coque e derivados do petróleo; produtos alimentícios, e veículos automotores, reboques e carrocerias.

4 Perspectivas do setor industrial do Nordeste

Dentre outros motivos, os avanços na atividade industrial nordestina refletiram a maturação de investimentos realizados, que mudaram a estrutura produtiva de alguns Estados da Região, em favor do maior peso da indústria na economia local. Segundo informações da Pesquisa Industrial Anual (2017a):

> Uma das principais mudanças estruturais nesse período foi o aparecimento de novas atividades em posição de destaque regional. As maiores alterações ocorreram em Pernambuco, com o surgimento da atividade de refino de petróleo e o desenvolvimento do setor automotivo a partir da instalação de novas indústrias, e no Maranhão, com o avanço da cadeia de papel e celulose e das atividades de extração de gás natural. Finalmente, no que tange à contribuição para a indústria nacional, destaca-se a cadeia coureiro-calçadista, correspondente a 34,3% do valor da transformação industrial brasileira, com predominância na Paraíba e Ceará (PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL, 2017b).

Pode-se argumentar, portanto, que a indústria nordestina dispõe de meios, estrutura e potencial suficientes para avançar e ganhar participação na economia da Região, exercendo seu papel dinâmico de puxar outros setores para o caminho do crescimento, modernização, e transbordamento de um ciclo virtuoso local.

Nesta perspectiva, complementando a análise das atividades que mais cresceram no período, apresentada na seção anterior, o Quadro 2 apresenta os setores mais promissores da indústria nordestina segundo a Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (BRASIL(2016-2017) e (BRASIL, 2018). Estes são entendidos como os segmentos que mostram maior potencial de dinamismo, podendo ser considerados como alvo de oportunidades de investimento.

3 De 2015 a 2017, conforme mencionado, a indústria nordestina apresentou recuo na produção (-3,0, -2,8% e -0,3%, respectivamente). Em 2018, o quadro foi de relativa estabilidade (0,2%).

4 Esta redução explica, em parte, a citada perda de participação do setor de minerais não metálicos na composição da indústria regional que foi afetado, dentre outros, pela desaceleração do setor de construção civil, no período em análise.

Quadro 2 – Setores promissores da indústria do Nordeste

Setores promissores	Estados da Região, com maior potencial no setor
Energias Renováveis - Eólica e Solar	(9) Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe
Alimentos e bebidas	(5) Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe
Mineração	(5) Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte
Base florestal/Eucalípito/Papel e celulose/Moveleiro	(4) Alagoas, Bahia, Maranhão, Piauí
Cerâmica/Cimento	(4) Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe
Petróleo e gás natural	(4) Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe
Têxtil/Vestuário/Confecção	(4) Alagoas, Pernanbuco, Rio Grande do Norte, Sergipe
Saúde (Fármacos/Cosméticos/Higiêne pessoal)	(4) Bahia, Ceará, Pernambuco, Sergipe
Siderurgia/Metal-mecânico	(4) Ceará, Maranhão, Paraíba, Sergipe
Automotivo	(3) Bahia, Pernambuco, Sergipe
Couro e Calçados	(3) Bahia, Paraíba, Sergipe
Tecnologia da Informação e Comunucação - TIC	(3) Paraíba, Pernambuco, Sergipe
Químico e petroquímico	(2) Bahia, Pernambuco
Cadeia da Química e do Plástico – CPQP	(1) Alagoas
Extração e refino de sal marinho	(1) Rio Grande do Norte

Fonte: Elaborado por ETENE/BNB, com dados de Brasil (2016-2017) e Brasil (2018).

Dentre os setores apresentados no Quadro 2, destaca-se o de energias renováveis - eólica e solar que tem importância na estrutura produtiva de todos os Estados da Região. Sua atuação abrange não apenas a capacidade de geração e comercialização de energia limpa, mas também a oportunidade de investimento na fabricação de equipamentos, e no desenvolvimento de tecnologia e conhecimento, ou seja, alcança toda a cadeia produtiva.

Os setores de alimentos e bebidas, responsáveis pela maior participação na composição da indústria do Nordeste (juntos corresponderam a 22,9% do total produzido em 2017), se destacam pela produção de carnes, grãos, cereais, leguminosas, hortaliças, frutas, leite e mel; têm potencial para orgânicos e dietéticos, e bebidas alcoólicas e não alcoólicas, como o vinho, na Bahia. Conta com o Polo de alimentos e bebidas em Suape, Pernambuco: BR Foods, Mondelez, Nissin Ajinomoto e Unilever, Brasil Kirin, Ambev, Cervejaria Petrópolis (Itaipava), Coca-Cola, Cereser, Pernord Ricard, além das vitivinícolas Rio Sul, Botticelli e Vale do São Francisco. Açúcar, panificação, e laticínios em Sergipe e Rio Grande do Norte, além de pescado e fruticultura que também têm expressão no Ceará.

Na mineração, a Bahia possui um dos maiores potenciais minerais do País, com grande diversidade (urânio, cromo, salgema, magnesita, diatomita, quartzo, talco e vanádio, betonita e grafta e níquel, cobre, água mineral, prata, rochas ornamentais e pedras preciosas). O embasamento cristalino no Ceará ocorre em 75% do Estado que, dentre outros, tem destaque o silício de grau solar, material básico para fabricação de painéis fotovoltaicos para geração de energia elétrica. Além do Maranhão (partícipe do Complexo Carajás), Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte também apresentam grande diversidade mineral.

No caso do petróleo e gás natural, apenas para citar alguns dos setores destacados no Quadro 2, há potencial para exploração, refino, transporte, distribuição e produção de plataformas, dutos, equipamentos para refino e processamento e de desenvolvimento do setor petroquímico, no Maranhão. Enquanto a Bacia do Parnaíba, no Piauí, se configura na quinta maior produtora de gás natural do País. O Rio Grande do Norte se destaca pela exploração e refino de petróleo. E Sergipe, que conta com a exploração de petróleo e gás como a principal atividade econômica do Estado, descobriu, mais recentemente, grandes reservas de petróleo leve de alta qualidade e de gás natural na costa do Estado (BRASIL, 2016-2017) e (BRASIL, 2018).

É possível sintetizar a importância de muitos dos setores citados no Quadro 2, a partir dos principais investimentos que montaram significativas estruturas industriais na Região, e que tiveram maior expressividade na Bahia, Ceará e Pernambuco. Conforme a Pesquisa Industrial Anual (2017b) estes três Estados foram responsáveis por gerar 75,0% do valor da transformação industrial da Região, em 2017: Bahia (40,0%), Pernambuco (20,3%) e Ceará (15,0%).

Na Bahia, o Polo de Camaçari (CASTRO, 2018) consiste no maior complexo industrial integrado do Hemisfério Sul, contando com mais de 90 empresas químicas e petroquímicas (sua principal atividade), mas também abriga a indústria automotiva, de pneus, celulose solúvel, metalurgia do cobre, têxtil, fertilizantes, energia eólica, fármacos, bebidas e serviços. É responsável por 30% do total exportado pelo Estado da Bahia; emprega 15.000 pessoas diretamente e 30.000 pessoas através de empresas contratadas, e responde por 20% do PIB estadual. Além deste complexo, vale salientar, na Bahia, o setor de base florestal, referência como um dos maiores parques industriais de celulose do mundo (BRASIL, 2016-2017) e (BRASIL, 2018).

Em Pernambuco, a produção de derivados de petróleo e biocombustíveis se dá, em grande parte, no Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS). Este abriga um Polo Petroquímico (Refinaria Abreu e Lima; Petroquímica Suape, Mossi&Ghisolfi), um Polo de componentes eólicos (GRI Flanges Brasil; GRI Torres; LM Wind Power) e um Polo naval (estaleiros Atlântico Sul e VardPromar). Possui mais de 145 empresas instaladas ou em implantação e seu porto, que conecta mais de 160 portos em todo o mundo, é o principal em movimentação de contêineres e granéis líquidos do Norte/Nordeste (BRASIL,2016-2017), (BRASIL, 2018) e (COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE, c2016). Deve-se salientar também o Polo Automotivo, em Goiana (FIAT CHRYSLER AUTOMOBILES, c2018), e o Polo de TIC (PORTO DIGITAL, 2019), que contempla o Parque Tecnológico Porto Digital.

No Ceará, o setor metal-mecânico tem se mostrado como um dos mais promissores e ganhou maior importância a partir da implantação da Companhia Siderúrgica do Pecém (COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECÉM, c2019), que iniciou a produção de placas de aço em junho de 2016. Dentre outras iniciativas, prospecta-se o desenvolvimento de toda uma cadeia produtiva em torno da siderúrgica, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (BRASIL, 2016-2017); (BRASIL, 2018) e (COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECÉM, c2019). Em outra frente, o Estado está implantando o Polo Industrial e Tecnológico da Saúde (PITS), com o intuito de promover a inovação e a interação entre a academia, os setores público e privado, avanços tecnológicos; incentivar a geração de novos produtos, atraindo instituições e empresas inovadoras de referência (AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ, c2013). Possui como empresas âncoras: a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), já inaugurada, e previstas o Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia) e Isofarma (CABRAL, 2018). O Ceará, atualmente, produz cerca de 70% de soro fisiológico no país Brasil (2016-2017).

Estes são, portanto, alguns dos principais destaques da estrutura industrial da Região com potencial de expansão e atração de investimentos.

5 Considerações Finais

O desempenho da indústria nordestina pode ser positivamente avaliado, ao levar em conta, variáveis de analises da produção do setor. Dentre elas estão as taxas de crescimento anual e acumulada, entre 2002 e 2018, que foram maiores no Nordeste (+0,8% a.a e +13,7%, no acumulado) do que no País (+0,7% e +11,0%, respectivamente). Este avanço, na Região, se deu em função da maior elevação da indústria de transformação nordestina (17,6% no acumulado), frente a nacional (7,5%), já que o resultado da indústria extrativa regional foi de retração no período.

De forma mais qualitativa, para dados entre 2007 e 2017, foi possível observar ganho de participação da Região, no desempenho nacional, em praticamente todas as variáveis analisadas: número de unidades locais e de pessoal ocupado, gasto com salários, faturamento, Valor da Transformação Industrial (VTI) e produtividade.

Cabe mencionar que seja no Nordeste, seja no Brasil, houve crescimento tanto no número de unidades locais industriais, quanto no número total de empregos existentes, na comparação entre 2007 e 2017. Contudo, na Região, estes cresceram mais do que na média nacional

Quanto à análise setorial, deve-se salientar que apesar da menor participação e da perda mencionada na indústria extrativa, esta apresenta índices de desempenho, em geral, melhores do que os da indústria de transformação, tais como salário médio mensal (5,4 s.m. e 2,1 s.m., em 2017, respectivamente) e produtividade, onde na primeira, esta é 2,6 vezes maior que na segunda.

Outros destaques, nestas categorias de análise da estrutura industrial nordestina, são o de alimentos e o de coque, derivados do petróleo e biocombustíveis. O setor de Alimentos, além de contribuir com a maior parte do VTI da Região (17,7%, em 2017), foi o que apresentou o maior faturamento (18,9% do total, em 2017), o maior número de unidades locais (23,0%), e gerou o maior número de empregos (27,5%). Contudo, este não figura entre os que contam com maior produtividade e que oferecem os melhores salários por trabalhador.

Já o setor de coque derivados do petróleo e biocombustíveis, segundo maior em termos de VTI, em 2017, foi o terceiro em faturamento (11,5%, em 2017, apesar da queda de 4,3 p.p., frente à 2007), mas representou o segmento de maior produtividade (produzindo 6,9 vezes mais que a média da indústria nordestina) e se encontra entre os que pagaram os maiores salários (3,7 s.m.) por mês.

Contudo, pode-se argumentar que, em termos de estrutura, apesar de variações nas participações entre os setores, praticamente não houve mudança na composição geral, dado que, aqueles de maior peso se revezaram em suas posições, mas continuaram figurando entre os principais, na comparação 2007 e 2017. Esta afirmação se baseia nas informações a seguir.

Quanto ao número de unidades locais estabelecidas na Região, alimentos (23%), confecção (15,2%), minerais não metálicos (12,4%), produto de metal (6,3%) e móveis (4,9%), foram os que tiveram maior participação. Juntos eles corresponderam a 61,8% do total de unidades, em 2017. Em 2007, esta era também a ordem dos principais setores, embora o segmento de confecção tenha perdido participação (3,5 p.p.). Juntos somavam 60,2% do total, nesta categoria.

Dentre os setores que mais empregaram, além da produção de alimentos que foi responsável por 27,5% do total em 2017, se destacaram, couro e calçados (11,3%), confecção (10,6%), produtos de minerais não-metálicos (7,6%) e têxteis (4,2%). Juntos eles corresponderam a 61,2% do total, em 2017. Em 2007, esta era também a ordem dos principais setores, mas estes apresentavam uma demanda relativamente maior, quando somavam 63,6% do total.

Também em relação ao faturamento, cinco setores se mantiveram entre os principais, entre 2007 e 2017. Estes, contudo, alteraram a ordem de importância, tendo em vista a maior representatividade da produção de alimentos (3,4 p.p.) e de veículos automotores, reboques e carrocerias (4,4 p.p.). Juntos, os cinco respondiam por 63,3% do total, em 2007, e passaram 61,8%, em 2017.

Quanto à relação entre produtividade e nível salarial, deve-se observar que, em geral, os setores que apresentaram maior produtividade são também os que remuneraram melhor o emprego. Coque e derivados do petróleo, setor com maior produtividade, em 2017, que produziu, em média, 6,9 vezes mais que a média por trabalhador da Região, pagou o sexto maior salário local (3,7 s.m.); a metalurgia, segunda maior em produtividade, foi a quarta em remuneração salarial (4,3 s.m.). Produtos químicos ocuparam a terceira posição em ambas as variáveis. Celulose e papel também participa da lista dos cinco principais. De qualquer modo, houve perda salarial média nos quatro primeiros setores com maior participação no nível salarial, entre os anos de 2007 e 2017: extrativa, veículos, químicos e metalurgia.

A composição setorial da indústria da Região aponta que oito atividades foram responsáveis por mais de 70% da produção local, no ano de 2017: produtos alimentícios (17,7%); coque, derivados do petróleo e biocombustíveis (13,0%); produtos químicos (10,4%); indústria extrativa (8,2%); couro, artigos para viagem e acessórios (5,6%); celulose e papel (5,4%), metalurgia (5,2%), e bebidas (5,1%). Porém, as quatro principais se revezaram em importância, ano a ano, ao longo do período, com alimentos e coque, derivados do petróleo e biocombustíveis alternando-se nas duas primeiras posições, entre 2007 e 2017.

Dentre as atividades que mais cresceram, durante os anos em análise (2002 a 2018), figuram quatro dos setores de maior peso na estrutura produtiva da Região: celulose e papel (102,3% no acumulado do período); bebidas (45,4%); coque e derivados do petróleo (28,7%) e produtos alimentícios (17,6%).

Adicionalmente, merecem destaque, os quatro únicos setores que apresentaram crescimento nos anos mais recentes, 2012 a 2018, atravessando o período recessivo do País: veículos automotores, reboques e carrocerias (crescimento de 105,9% em seis anos); celulose e papel (13,9%), coque e derivados do petróleo (6,9%) e produtos de borracha e plástico (1,2%).

O bom desempenho de setores específicos, mesmo em momento de crise econômica interna, mostra o potencial dessas atividades na Região, onde contam com considerável parque produtivo, com participação significativa na composição do setor industrial e com perspectiva positiva de crescimento na dinâmica industrial local. Dentre eles, se destacam: celulose e papel; bebidas; coque e derivados do petróleo; produtos alimentícios, e veículos automotores, reboques e carrocerias.

Além destes, outras atividades despontam como alvos de oportunidades de investimento na Região, refletindo a maturação de investimentos realizados e/ou em andamento, que podem contribuir para uma futura mudança na estrutura produtiva dos Estados, tais como: energias renováveis, mineração, petróleo e gás natural, saúde, metal-mecânico, e TICs. Estes consistem em importantes segmentos, com perspectivas de desenvolvimento na indústria do Nordeste, abrangendo todos os Estados da Região.

O bom desempenho destes setores refletiu a maturação de investimentos realizados, que mudaram a estrutura produtiva de alguns Estados da Região em favor do maior peso da indústria na economia local.

Referências

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ. **Setores da Economia**: Potencialidades do estado. c2013. Disponível em: http://www.adece.ce.gov.br/index.php/setores-da-economia. Acesso em: 3 maio. 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. **Rede Nacional de Informações sobre o Investimento**: RENAI. Brasília: SDCI/MDIC, 2016 -2017. Guia dos estados. Publicação em pdf.

BRASIL. Ministério da Economia. **Rede Nacional de Informações sobre o Investimento**: RENAI. Brasília: SDCI/MDIC, 2018. Conheça as Unidades Federativas Brasileiras (Nordeste) Disponível em: http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/renai. Acesso em: 6 maio. 2019.

CABRAL, Bruno. Fiocruz abre unidade no CE dia 26; 300 empregos. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 20 jun. 2018. Negócios. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/negocios/fiocruz-abre-unidade-no-ce-dia-26-300-empregos-1.1957479. Acesso em: 02 de maio de 2019.

CASTRO, Gleise. Polo de Camaçari: estratégia competitiva. **Valor Especial**, Camaçari, 29 jun.2018. G1. Disponível em: https://www.polo40anos.com.br/doc/Clipping-Valor-Economico.pdf . Acesso em: 2 maio. 2019.

COMPANHIA SIDERÚRGICA DO PECÉM. São Gonçalo do Amarante, c2019. Disponível em: https://www.cspecem.com/pt-br/. Acesso em: 3 maio 2019.

COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE. Ipojuca: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, c2016. Site online. Disponível em: http://www.suape.pe.gov.br/pt/. Acesso em: 3 maio. 2019.

FIAT CHRYSLER AUTOMOBILES. **A Fábrica Jeep mais moderna do mundo**. c2018. Disponível em: https://www.jeep.com.br/fabrica-jeep.html. Acesso em 2 maio. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Regionais**: SCR. 2018. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 8 maio. 2019.

PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL: Empresa. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a. Conceitos e métodos. [Dados utilizados de 2007 a 2017]. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pia-empresa/quadros/brasil/2017. Acesso em: 10 maio 2019.

PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL: Empresa. Rio de Janeiro: IBGE, v. 36, n.1, p.1-8, 2017b.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: Produção Física. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2019. Tabela 3653 Produção física industrial, por seções e atividades industriais. [Dados utilizados de 2002 a 2018]. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3653. Acesso em: 6 maio. 2019.

PORTO DIGITAL: Parque tecnológico. [2001?] Disponível em: http://www.portodigital.org/home. Acesso em: 2 maio. 2019.

Varejo do Nordeste no início do Século XXI

Airton Saboya Valente Junior
Economista. Doutor em Desenvolvimento Local e Territorial.
Gerente Executivo do Banco do Nordeste / Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste-ETENE
airtonjr@bnb.gov.br

João Marcos Rodrigues da Silva
Graduando em Economia.
Estagiário do Banco do Nordeste / Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste-ETENE
joaomarcosrs40@gmail.com

Resumo

O comércio exerce papel relevante na estrutura produtiva brasileira, tendo registrado expressivo crescimento no século XXI, em que pese a recente desaceleração econômica ocorrida no País. O comércio do Brasil constituiu 12,9% do Valor Adicionado Bruto (VAB) da economia nacional em 2016. No Nordeste, representou 13,8% da economia dessa Região nesse mesmo ano, constituindo-se, portanto, em uma das principais atividades econômicas tanto do País quanto da mencionada Região.

A atividade comercial tem significativa representatividade no Nordeste. Em 2017, o setor do Comércio foi responsável por 45% do total dos estabelecimentos registrados formalmente na Região. Da mesma forma, o setor do comércio tem extrema importância na geração de emprego. O setor comercial do Nordeste ampliou a participação no estoque de emprego formal para 18,7% em 2017, ante 14,7%, em 2002, representando crescimento de 4,0 pontos percentuais, o maior entre as Regiões brasileiras. Assim, o estoque de empregos do comércio no Nordeste evoluiu para 1,6 milhão em 2017, em contraste com 712 mil em 2002, contabilizando 885 mil novas vagas no setor comercial nesse período.

Além da expansão quantitativa, cabe registrar o surgimento de segmentos comerciais modernos, a exemplo de hiper e supermercados, centros de atacado, lojas de conveniência, *shopping centers*, *outlets* e lojas de departamento não somente nas capitais e áreas metropolitanas do Nordeste, mas também em cidades do interior.

Por sua vez, o setor comercial do Nordeste enfrenta diferentes desafios, a exemplo especialmente a persistente crise econômica, que afeta o mercado de trabalho e a renda das famílias, provocando retração na demanda. A concorrência internacional e a transformação digital, com ênfase no comércio eletrônico, provocam rupturas no relacionamento entre empresas e consumidores, bem como na forma de comercializar produtos.

Paralelamente a essas transformações, persistem no Nordeste elevados níveis de informalidade na atividade comercial. A retomada dos investimentos públicos e privados será essencial para revigorar o mercado de trabalho e consequentemente restabelecer a demanda interna, beneficiando, assim, o setor comercial no País.

Palavras-chave

Comércio. Nordeste. Varejo.

1 Introdução

O comércio exerce papel econômico relevante, considerando seu potencial de gerar empregos, renda, impostos e divisas externas. Apresenta barreiras relativamente menores à entrada e saída no mercado, permitindo que empreendimentos de diferentes portes possam atuar no setor.

O comércio está presente em todos os municípios brasileiros, movimentando amplo espectro de fornecedores de insumos, a exemplo de matérias-primas, peças, partes, componentes e produtos acabados, varejistas, atacadistas, serviços de utilidade pública e auxiliares, tais como abastecimento de água, coleta e tratamento de lixo, fornecimento de energia elétrica, saneamento, transporte e logística, contabilidade e finanças, além dos consumidores, o que confere a essa atividade elevado potencial para promover o desenvolvimento local.

Apesar do surgimento de inovações, associadas à tecnologia da informação e ao *marketing*, implicando formas modernas de comercialização e atendimento do cliente, o segmento é ainda tradicionalmente marcado por características como elevada informalidade, baixa produtividade, reduzidos salários e alta rotatividade no mercado de trabalho.

Por sua vez, o desempenho do comércio costuma ser positivamente influenciado pelo crescimento da demanda, proveniente do consumo das famílias, consumo do governo e dos investimentos realizados pelas empresas.

No presente artigo são apresentados os principais resultados do desempenho do comércio no Nordeste e Estados nas últimas duas décadas. A análise utilizou dados das contas nacionais e regionais produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), particularmente no que se refere ao Valor Adicionado Bruto (VAB), além dos dados sobre o número de estabelecimentos e empregos produzidos pela Secretaria do Trabalho, órgão vinculado ao Ministério da Economia.

Além desta introdução, as seções seguintes apresentam a importância econômica da atividade comercial, especialmente a evolução do VAB Comércio no Nordeste e Estados dessa Região no período de 2002 a 2016, além de detalhar a expansão dos estabelecimentos e empregos no segmento comercial de 2002 a 2017. A fim de identificar mudanças estruturais, prioriza-se a comparação entre os resultados dos dois pontos extremos. As considerações finais são também apresentas, bem como as referências bibliográficas.

2 Importância Econômica do Comércio

O Valor Adicionado Bruto (VAB) é um indicador que mensura o preço que as atividades agregam aos bens e serviços consumidos no processo produtivo. Representa a contribuição ao Produto Interno Bruto (PIB) das diversas atividades econômicas, sendo obtido pela diferença entre o valor da produção e o valor do consumo intermediário absorvido por essas atividades (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, 2019).

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016), o comércio do Brasil constituiu 12,9% do Valor Adicionado da economia nacional em 2016, participação superior à obtida em 2002, quando o comércio detinha 7,7% a preços correntes. Referido setor atingiu maiores participações em 2012 (13,4%), 2013 (13,5%) e 2014 (13,6%).

Tal qual a variação da participação do VAB Comércio entre os anos de 2002 e 2016, verificou-se crescimento monetário no setor a nível nacional, da ordem de R$ 190,4 bilhões entre 2002 e 2016. Assim, o VAB Comércio atingiu R$ 699,1 bilhões em 2016, frente a R$ 508,7 bilhões em 2002. O maior valor monetário do VAB Comércio nacional foi R$ 808,3 bilhões em 2014. Todos os preços são de 2016.

O Nordeste foi a Região que apresentou a segunda maior participação do comércio em relação à sua própria economia, tendo atingido 13,8% em 2016, ante 8,4% em 2002. O Sul liderou, com 14,6% em 2016. O Sudeste ficou em terceiro (12,4% em 2016), seguido do Norte (12,2%) e Centro-Oeste (11,6%), conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Valor Adicionado Bruto Comércio e Valor Adicionado Bruto Total, em R$ milhões a preços correntes - 2002 e 2016

Região/País	2002			2016		
	VAB Comércio (1)	VAB Total (2)	Part.(%) (1/2)	VAB Comércio (1)	VAB Total (2)	Part.(%) (1/2)
Norte	4.746.567	61.466.976	7,7	36.723.968	300.710.195	12,2
Nordeste	14.386.411	170.887.260	8,4	108.994.691	792.251.283	13,8
Sudeste	52.890.269	717.210.149	7,4	352.873.873	2.836.958.968	12,4
Sul	18.941.412	208.200.034	9,1	135.054.309	924.877.182	14,6
Centro-Oeste	7.275.683	112.450.248	6,5	65.503.158	562.901.372	11,6
Brasil	98.240.341	1.270.214.667	7,7	699.150.000	5.417.699.000	12,9

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).
Notas: (1) Valor Adicionado Bruto do Comércio. (2) Valor Adicionado Bruto Total. (1/2) Relação VAB Comércio/VAB Total.

No período de 2002 a 2016, verificou-se uma leve desconcentração da atividade comercial entre as regiões. Assim, a participação do comércio do Nordeste cresceu em relação ao total brasileiro, para 15,6% em 2016, ante 14,6% em 2002. O Norte também obteve incremento de participação, para 5,3% em 2016, em contraste com 4,8% em 2002. No Centro-Oeste, a participação avançou para 9,4%, frente aos 7,4% em 2002, enquanto que nas regiões de maior desenvolvimento,o Sul continuou estável com 19,3%. O Sudeste recuou de 53,8% em 2002, para 50,5%, em 2016, embora possua destacadamente a maior fatia do comércio nacional, conforme detalhado na Tabela 2.

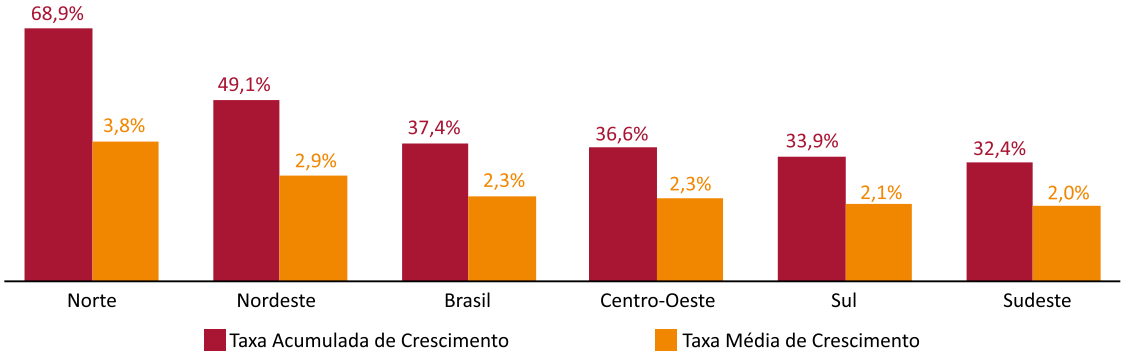
Tabela 2 – VAB Comércio no Brasil e Regiões - Valor (R$) e participação (%) em relação ao total nacional, em R$ milhões a preços de 2016

Região/País	2002		2016	
	Valor (R$)	Participação (%)	Valor (R$)	Participação (%)
Norte	4.746.567	4,8	36.723.968	5,3
Nordeste	14.386.411	14,6	108.994.691	15,6
Centro-Oeste	98.240.341	7,4	65.503.158	9,4
Sudeste	52.890.269	53,8	352.873.873	50,5
Sul	18.941.412	19,3	135.054.309	19,3
Brasil	98.240.341	100,0	699.150.000	100,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

O Norte obteve a maior taxa de crescimento do VAB Comércio (+68,9%) de 2002 a 2016, seguido pelo Nordeste (+49,1%), tendo as duas regiões superado a variação média nacional (+37,4%). Na sequência, tem-se o Centro-Oeste (+36,6%), Sul (+33,9%) e Sudeste (+32,4%). Em relação à variação média anual, todas as regiões lograram resultados acima do crescimento médio brasileiro (+2,3%), tendo Norte (+3,8%) e Nordeste (+2,9%) apresentado as variações mais expressivas, vindo posteriormente o Centro-Oeste (+2,3%), Sul (+2,1%) e Sudeste (+2,0%), vide Gráfico 1.

Gráfico 1 – Taxa acumulada e taxa média de crescimento do VAB Comércio - Regiões e Brasil - Em %

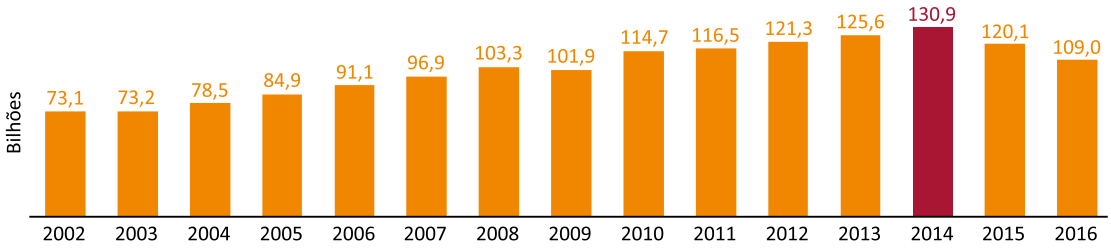


Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016), o comércio representou 13,8% da economia do Nordeste em 2016 (último dado disponível), constituindo-se, portanto, em uma das principais atividades econômicas da Região. No período de 2002 a 2016, o setor ampliou sua participação em 5,4 pontos percentuais, quando em 2002 registrou 8,4%.

O VAB Comércio do Nordeste totalizou R$ 109,0 bilhões em 2016, ante R$ 73,1 bilhões em 2002. É importante salientar que os maiores montantes da série foram registrados a partir de 2010, tendo o ápice sido atingido em 2014, com o total de R$ 130,9 bilhões, a preços de 2016, conforme o Gráfico 2. Entre 2002 e 2014, a série mostrou tendência de crescimento, exceto por uma leve queda em 2009. Já em 2015 e 2016, verificaram-se recuos.

Gráfico 2 – Valor Adicionado Bruto Comércio no Nordeste - R$ bilhões a preços de 2016



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

A taxa acumulada de crescimento do VAB Comércio no Nordeste variou +49,1% entre os anos de 2002 e 2016, tendo ficado acima da variação acumulada do Brasil (+37,4%). A taxa média de crescimento anual foi de +2,9% ao ano no mesmo período, acima da média nacional (+2,3%). A maior variação positiva ocorreu em 2010, cujo crescimento alcançou +12,6% em relação ao ano anterior.

O acentuado crescimento registrado no VAB Comércio entre 2009 e 2010, de quase R$ 13 bilhões, demonstra o grau de impacto da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), instrumento utilizado para atenuar a crise econômica através do estímulo ao consumo. As desonerações ocorreram em produtos de consumo com alto valor agregado, a exemplo de automóveis e eletrodomésticos da linha branca, com expressivos impactos no varejo (Paes, 2015).

Além dos incentivos fiscais, Bacelar (2014) ressalta que políticas de distribuição de renda, bem como as políticas sociais e de valorização do salário mínimo elevaram a renda da população do Nordeste, contribuindo para o aumento do consumo das famílias e, consequentemente, estimulando as vendas do comércio.

Bahia (R$ 28,4 bilhões em 2016) possui, com expressiva diferença para os demais Estados, o maior VAB Comércio do Nordeste. Seguem Pernambuco (R$ 19,7 bilhões) e Ceará (R$ 17,8 bilhões), tendo o terceiro reduzido à diferença para o segundo colocado de R$ 3,7 bilhões, em 2002, para R$ 1,8 bilhão em 2016, conforme especificado na Tabela 3.

O VAB Comércio do Maranhão (R$ 11,6 bilhões), quarto no *ranking* do Nordeste, também reduziu a diferença para o terceiro colocado, isto é, Pernambuco. Tem-se na sequência Paraíba (R$ 7,8 bilhões), Rio Grande do Norte (R$ 7,1 bilhões), Alagoas (R$ 6,3 bilhões), Piauí (R$ 5,7 bilhões) e Sergipe (R$ 4,5 bilhões).

Em relação ao crescimento médio anual, os Estados com as maiores variações no VAB Comércio foram Maranhão (+4,6%), Rio Grande do Norte (+4,0%), Alagoas (+3,8%), Ceará (+3,7%), Paraíba (+3,3%) e Piauí (+3,2%), no período estudado. Por sua vez, Pernambuco (+2,3%) e Sergipe (+2,3%) obtiveram incrementos, porém abaixo da média regional (+2,9%), enquanto que Bahia (+1,5%) cresceu abaixo da média nacional (+2,3%), vide Tabela 3.

Tabela 3 – VAB Comércio de Estados selecionados, Nordeste e Brasil - Valor (R$ mil a preços de 2016) e variações (%)

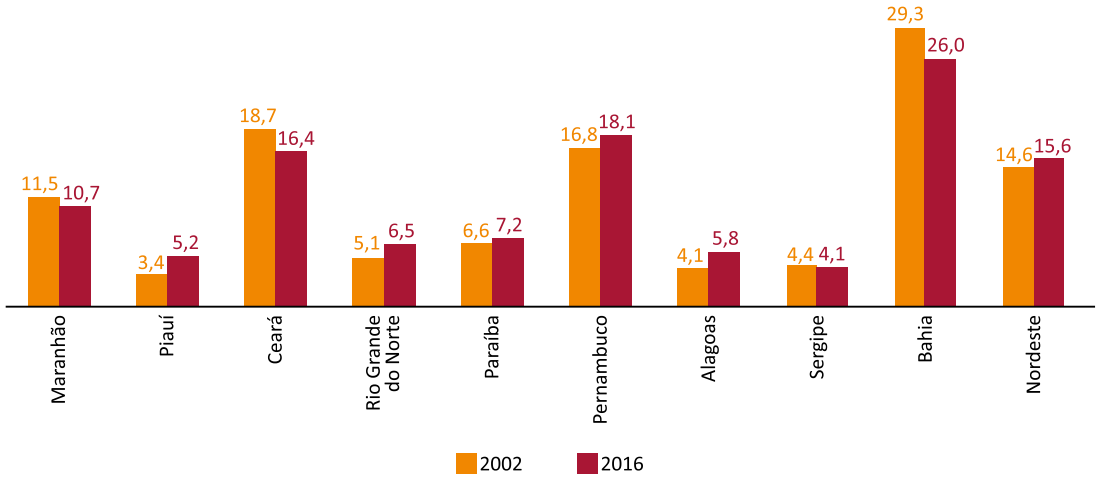
Estado/ Região/País	2002	2016	Taxa anual média de crescimento (%)	Taxa acumulada no período (%)
Maranhão	6.205.325	11.612.959	4,6	87,1
Piauí	3.665.955	5.699.869	3,2	55,5
Ceará	10.670.397	17.834.970	3,7	67,1
Rio Grande do Norte	4.138.036	7.124.286	4,0	72,2
Paraíba	4.950.136	7.839.318	3,3	58,4
Pernambuco	14.389.970	19.695.990	2,3	36,9
Alagoas	3.734.010	6.296.400	3,8	68,6
Sergipe	3.275.054	4.518.312	2,3	38,0
Bahia	22.921.540	28.372.587	1,5	23,8
Nordeste	**73.100.077**	**108.994.691**	**2,9**	**49,1**
Brasil	**508.747.583**	**699.150.000**	**2,3**	**37,4**

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

Considerando a participação do VAB Comércio de cada estado em relação ao do VAB Comércio do Nordeste, entre 2002 e 2016, cinco dos nove estados aumentaram suas respectivas participações. Conforme o Gráfico 3, Piauí obteve maior ganho (1,8 p.p.), alcançando em 2016 a participação de 5,2% do VAB Comércio do Nordeste. Em seguida, têm-se Alagoas que atingiu 5,8% em 2016 e obteve ganho de 1,7 p.p., Rio Grande do Norte (5,8% crescendo 1,4 p.p.), Pernambuco (18,1% crescendo 1,3 p.p.) e Paraíba (7,2%, crescendo 0,6 p.p.).

Por outro lado, Bahia perdeu participação no comércio do Nordeste, quando atingiu 26,0% em 2016, em contraste com 29,3% em 2002. Similar tendência foi observada no Ceará(para16,4% em 2016 ante 18,7% em 2002), Maranhão (para 10,7% em 2016, ante 11,5% em 2002) e Sergipe (para 4,1% em 2016 ante 4,4% em 2002), como pode ser observado no Gráfico 3.

Gráfico3 – Participação (%) do VAB Comércio dos Estados [1] e Nordeste [2]



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).
Notas: (1) Participação em relação ao Nordeste. (2) Participação em relação ao Brasil.

Em relação às atividades do setor, cabe destacar que o comércio obteve expansão no âmbito da economia de todos os estados do Nordeste. Alagoas foi o Estado que apresentou a maior variação e atingiu 14,1% em 2016, ante 5,5% em 2002. Piauí avançou para 15,4% em 2016, em contraste com 7,7% em 2002; Rio Grande

do Norte (13,4% em 2016 e 6,1% em 2002); Paraíba (14,8% em 2016 e 8,4% em 2002); Sergipe (13,0% em 2016 e 6,8% em 2002); Pernambuco (13,7% em 2016, ante 7,8% em 2002); Bahia (12,4% em 2017, frente a 8,4% em 2002); e Ceará (14,6% em 2016, ante 10,8% em 2002), conforme os dados da Tabela 4.

Tabela 4 – Participação (%) do VAB setorial em relação ao VAB total no Nordeste e Estados - 2002 e 2016

Estado/Região	Comércio		Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2002	2016	2002	2016	2002	2016	2002	2016
Maranhão	11,4	15,3	12,8	8,0	18,8	17,4	57,0	59,4
Piauí	7,7	15,4	6,8	5,1	14,8	12,7	70,8	66,8
Ceará	10,8	14,6	7,5	4,7	22,6	19,2	59,1	61,5
Rio Grande do Norte	6,1	13,4	4,6	3,5	29,7	19,0	59,7	64,1
Paraíba	8,4	14,8	6,6	4,1	19,5	15,6	65,4	65,5
Pernambuco	7,8	13,7	6,0	4,3	22,8	19,7	63,4	62,3
Alagoas	5,5	14,1	23,3	15,1	20,5	12,4	50,7	58,5
Sergipe	6,8	13,0	6,5	5,0	32,1	20,1	54,6	62,0
Bahia	8,4	12,4	13,1	7,2	23,5	23,7	55,1	56,6
Nordeste	**8,4**	**13,8**	**10,0**	**6,2**	**23,0**	**19,5**	**58,6**	**60,6**

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

O próximo capítulo analisa o crescimento do número de estabelecimentos comerciais, bem como do mercado de trabalho formal no setor de comércio no Nordeste e Estados.

3 Mercado de Trabalho Formal no Comércio

As informações disponibilizadas sobre mercado de trabalho, a exemplo do quantitativo de estabelecimentos comerciais e do número de vínculos empregatícios formais, são divulgadas pela Secretaria do Trabalho, que atualmente está vinculada ao Ministério da Economia. Esses dados fazem parte da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), sendo colhidos pela Secretaria anualmente, com abrangência no território nacional.

Em 2017, o Brasil registrou 3,9 milhões de estabelecimentos, segundo os dados do Ministério da Economia disponibilizados na Relação Anual de Informações Sociais. Desse total, pouco mais de 629 mil estabelecimentos estavam localizados no Nordeste, tendo representado 16,2% do total. Em 2002, a Região possuía 326 mil estabelecimentos, participação de 13,3% do total nacional de 2,4 milhões.

O Sudeste detém o maior número de empreendimentos, com uma participação de 48,2% em 2017. O Sul vem em seguida, com 21,4% dos estabelecimentos em 2017. Verificou-se uma desconcentração regional, visto que as participações das duas regiões eram maiores em 2002, quando o Sudeste detinha 53,2% e o Sul 22,0% dos estabelecimentos, de acordo com os dados apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 – Número de estabelecimentos formais no Brasil e Regiões - 2002 e 2017

Região/País	2002		2017		Taxa de Crescimento (%) 2002-2017	
	Estabelecimento	Participação (%)	Estabelecimento	Participação (%)	Acumulada	Média Anual
Sudeste	1.303.418	53,2	1.872.050	48,2	43,6	2,4
Sul	537.539	22,0	832.045	21,4	54,8	3,0
Nordeste	325.949	13,3	628.738	16,2	92,9	4,5
Centro-Oeste	205.711	8,4	383.510	9,9	86,4	4,2
Norte	75.248	3,1	171.106	4,4	127,4	5,6
Brasil	2.447.865	100,0	3.887.449	100,0	58,8	3,1

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2017).

O Brasil registrou 1,5 milhão de estabelecimentos comerciais formais em 2017, em contraste com 935 mil em 2002, representando incremento de 59,6% nesse período. O número de estabelecimentos comerciais também cresceu no Nordeste nesse mesmo período. A Região totalizou 281.878 estabelecimentos comerciais em 2017, sendo 20.374 atacadistas e 261.504 varejistas. Em 2002, o Nordeste possuía 142.147 estabelecimentos comerciais.

Apesar do número crescente de estabelecimentos, é importante ressaltar que houve uma ruptura nessa expansão, tendo em vista a recente crise econômica que atingiu o País. De 2002 a 2015, o quantitativo de estabelecimentos foi crescente no Nordeste e atingiu nesse último ano o pico de 288.934 estabelecimentos, sendo 20.522 no atacado e 268.412 no varejo. Já em 2016, os dados gerais do setor comercial caíram para 285.721 e, em 2017, o número de empreendimentos comerciais somou 281.878, ou seja, foram fechados 4.218 estabelecimentos comerciais formais no acumulado desses últimos dois anos na Região.

A taxa de crescimento acumulada referente ao número de estabelecimentos comerciais no Brasil foi de 59,6% para o período analisado, representando média anual de 3,2%. O Nordeste, por sua vez, obteve variação acumulada de 98,3% no período em análise, representando incremento médio anual de +4,7% quanto ao número desses empreendimentos, acima portanto, do desempenho nacional.

O Nordeste registrou expansão quanto à participação no número de empreendimentos, isto é, para 18,9% em 2017, em contraste com 15,2% em 2002, representando incremento de 3,7 pontos percentuais. O Norte registrou o segundo maior acréscimo (4,9% em 2017, ante 3,5% em 2002). O Centro-Oeste aumentou para 9,1% em 2017, em contraste com 7,8% em 2002 (Tabela 6).

Apesar da desconcentração regional, o Sudeste obteve participação de 46,6% em 2017 no que se refere ao número de estabelecimentos comerciais, ante 52,1% em 2002, representando decréscimo de 5,5 pontos percentuais. O Sul também registrou queda, porém, em menor proporção, 0,9 ponto percentual, conforme os dados especificados na Tabela 6.

Tabela 6 – Estabelecimentos comerciais - Brasil e Regiões

Estabelecimentos Comerciais				
Região/País	**2002**	**Participação (%)**	**2017**	**Participação (%)**
Centro-Oeste	72.528	7,8	135.680	9,1
Nordeste	142.147	15,2	281.878	18,9
Norte	32.375	3,5	72.993	4,9
Sudeste	487.529	52,1	695.301	46,6
Sul	200.714	21,5	307.102	20,6
Brasil	**935.293**	**100,0**	**1.492.954**	**100,0**

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2017).

O comércio é um dos setores que geram maior número de empregos no Brasil. Dos 46 milhões de empregos formais registrados em 2017, o Nordeste respondeu por 8,5 milhões, ou seja, 18,5% do total nacional. Os postos de trabalho quase que dobraram na Região, pois em 2012 foram computados 4,8 milhões de vínculos. O Nordeste apresentou o maior crescimento na participação, enquanto Sul e Sudeste decresceram, conforme os dados da Tabela 7.

Tabela 7 – Vínculos empregatícios no Brasil e Regiões - 2002 e 2017

Região/País	2002		2017		Taxa de Crescimento (%) 2002-2017	
	Vínculo	Participação (%)	Vínculo	Participação (%)	Acumulada (%)	Média Anual (%)
Centro-Oeste	2.323.786	8,1	4.201.923	9,1	80,8	4,0
Nordeste	4.859.397	16,9	8.543.651	18,5	75,8	3,8
Norte	1.296.597	4,5	2.641.623	5,7	103,7	4,9
Sudeste	15.128.474	52,7	22.758.090	49,2	50,4	2,8
Sul	5.075.659	17,7	8.136.303	17,6	60,3	3,2
Brasil	**28.683.913**	**100,0**	**46.281.590**	**100,0**	**61,4**	**3,2**

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2017).

O setor do comércio empregou 9,2 milhões de pessoas no Brasil em 2017, ante 4,8 milhões em 2002, representando incremento de 91,3% nesse período. O Sudeste detém por larga diferença a maior força de trabalho no comércio (6,4 milhões de trabalhadores em 2017), seguido do Sul (1,7 milhão), Nordeste (1,6 milhão), Centro-Oeste (765 mil) e Norte (497 mil), de acordo com os dados apresentados na Tabela 8.

Tabela 8 – Vínculos empregatícios no Brasil e Regiões

Região/País	2002	Participação (%)	2017	Participação (%)
Centro-Oeste	374.482	7,8	764.832	8,3
Nordeste	712.138	14,8	1.597.726	17,3
Norte	204.692	4,2	497.339	5,4
Sudeste	2.631.827	54,5	4.654.192	50,4
Sul	903.394	18,7	1.716.661	18,6
Brasil	**4.826.533**	**100,0**	**9.230.750**	**100,0**

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2017).

O Nordeste alcançou o segundo maior crescimento no número de postos de trabalho no comércio dentre as Regiões, tendo obtido incremento de 124,4% no acumulado de 2002 a 2017, representando média anual de 5,5% no período. O Norte liderou (143,0% no acumulado do período), à frente do Centro-Oeste (104,2%), Sul (90,0%) e Sudeste (76,8%).

Considerando referidos desempenhos, o Nordeste obteve aumento na participação do número de vínculos comerciais do País, 17,3% em 2017 ante 14,8% em 2002. Seguem o Norte (4,9% em 2017, ante 3,5% em 2002) e Centro-Oeste (9,1% em 2017, em contraste com 7,8% em 2002). O Sudeste e o Sul apresentaram recuos nas suas respectivas participações no mercado de trabalho do setor comercial no período analisado, tendo apresentado quedas de 4,1 p.p. e 0,1 p.p., respectivamente (Tabela 9).

Tabela 9 – Estoque de empregos total e no comércio em 2002 e 2017 - Brasil e Regiões

Estado/Região	2002		2017		Taxa Anual Média de Crescimento (%)	Taxa Acumulada de Crescimento (%)
	Vínculos	Participação (%)	Vínculos	Participação (%)		
Alagoas	37.288	5,2	85.504	5,4	5,7	129,3
Bahia	215.968	30,3	437.762	27,4	4,8	102,7
Ceará	106.701	15,0	259.124	16,2	6,1	142,9
Maranhão	51.045	7,2	146.239	9,2	7,3	186,5
Paraíba	42.837	6,0	103.246	6,5	6,0	141,0
Pernambuco	141.620	19,9	296.506	18,6	5,0	109,4

Estado/Região	2002		2017		Taxa Anual Média de Crescimento (%)	Taxa Acumulada de Crescimento (%)
	Vínculos	Participação (%)	Vínculos	Participação (%)		
Piauí	35.930	5,0	89.235	5,6	6,3	148,4
Rio Grande do Norte	49.318	6,9	114.049	7,1	5,7	131,3
Sergipe	31.431	4,4	66.061	4,1	5,1	110,2
Nordeste	712.138	14,8	1.597.726	17,3	5,5	124,4
Brasil	**4.826.533**	**100,0**	**9.230.750**	**100,0**	**4,4%**	**91,3**

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2017).

Observa-se que o comércio possui maior representatividade nas economias do Norte e Nordeste, pois referida atividade possuía 43% e 45% do total de estabelecimentos dessas regiões, respectivamente, em 2017. A participação no Sul e Sudeste era de 37% em cada região, enquanto que no Centro-Oeste bem como no Brasil correspondia a 38% do total de empreendimentos.

Registre-se que o estoque de emprego do comércio apresentou leve crescimento na participação, fenômeno observado em todas as regiões e no cenário nacional, ou seja, o comércio passou a ter maior importância na geração de empregos.

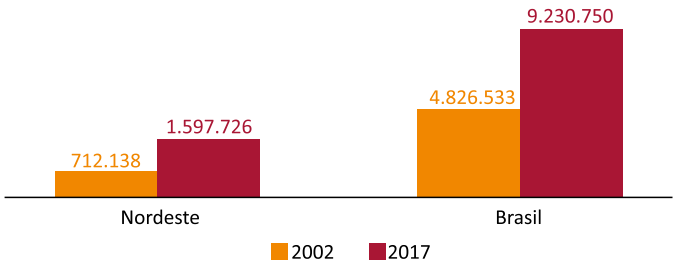
Os dados da Relação Anual de Informações Sociais mostram que o comércio do Nordeste ampliou a participação no estoque de emprego formal, para 18,7% em 2017, em contraste com 14,7% em 2002, representando crescimento de 4,0 pontos percentuais, o maior dentre as Regiões. A participação do comércio na geração de emprego expandiu no Sul em 3,3 p.p., no Sudeste em 3,1 p.p., no Norte em 3,0 p.p. e no Centro-Oeste em 2,1 p.p. (Tabela 10).

Em consonância com o crescente número de estabelecimentos comerciais, o estoque de empregos do comércio no Nordeste evoluiu para 1,6 milhão em 2017, ante 712 mil em 2002, contabilizando 885 mil novas vagas no setor comercial nesse período. Os números foram crescentes ao longo da série, ocorrendo o pico em 2014, quando o estoque de emprego atingiu aproximadamente 1,7 milhão de vínculos na Região. Destes, 275 mil foram registrados no subsetor atacadista e 1,4 milhão no varejista.

Os anos subsequentes foram de sucessivas quedas com perda de emprego nos dois ramos do comércio. Em 2015, foram fechados 14.719 postos de trabalho. Em 2016, ocorreram 65.978 demissões. Por último, o ano de 2017 contabilizou a perda de 9.775 postos de trabalho. No total, a Região obteve queda acumulada de 90.472 vínculos empregatícios no comércio em três anos.

Apesar da crise econômica, o estoque de empregos no Nordeste registrou taxa de crescimento médio anual de +5,5% de 2002 a 2017, tendo ficado acima da média nacional (+4,4%) no mesmo período.

Gráfico 4 – Comércio: Vínculos empregatícios no Nordeste



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2017).

Bahia possui quase um terço dos estabelecimentos comerciais do Nordeste, tendo inclusive obtido 37 mil unidadesadicionais, quando se compara 2017 com 2002. Seguem Pernambuco, que adicionou 22 mil novas firmas e Ceará com 21 mil novos empreendimentos comerciais, conforme os dados da Tabela 11.

Referidos Estados atingiram o pico no número de empreendimentos em 2015: Bahia com 85.779, Pernambuco com 50.557 e Ceará com 44.796, além do Rio Grande do Norte (21.116) e Alagoas (15.635). Por sua vez, Maranhão e Piauí atingiram o número máximo de estabelecimentos em 2017, com 23.798 e 16.815, respectivamente. Paraíba alcançou o máximo em 2016, com 19.618, enquanto que Sergipe alcançou 11.184 em 2014.

Piauí (+6,5%), Maranhão (+6,3%), Alagoas (+5,3%), Rio Grande do Norte (+5,1%), Paraíba (+4,9%), Ceará (+4,6%), Pernambuco (+4,2%), Sergipe (+4,2%) e Bahia (+4,1%) ampliaram o número de estabelecimentos comerciais entre 2002 e 2017.

A participação conjunta de Bahia, Pernambuco e Ceará no número de estabelecimentos foi de 62% em 2017, em contraste com 66% em 2002. As participações do número de estabelecimentos comerciais sofreram uma leve reorganização com a diminuição na parcela da Bahia, que caiu para 29,6% em 2017 ante 32,1% em 2002. A participação de Pernambuco diminuiu para 17,1% em 2017, em comparação com 18,4% em 2002, à semelhança do ocorrido no Ceará (15,3% em 2017) e Sergipe (3,9%).

Em contrapartida, o Maranhão obteve expansão de participação no número de estabelecimentos do Nordeste, para 8,4%; Rio Grande do Norte (7,3%), Paraíba (6,9%), Piauí (6,0%.) e Alagoas (5,4%), conforme especificado na Tabela 10.

Tabela 10 – Número de estabelecimentos comerciais - Nordeste e Estados da Região

Estado/Região/País	2002		2017		Taxa Média de Crescimento (%)	Taxa Acumulada de Crescimento (%)
	Estabelecimentos	Participação (%)	Estabelecimentos	Participação (%)		
Alagoas	7.005	4,9	15.096	5,4	5,3	115,5
Bahia	45.623	32,1	83.536	29,6	4,1	83,1
Ceará	21.998	15,5	43.021	15,3	4,6	95,6
Maranhão	9.534	6,7	23.798	8,4	6,3	149,6
Paraíba	9.542	6,7	19.546	6,9	4,9	104,8
Pernambuco	26.138	18,4	48.339	17,1	4,2	84,9
Piauí	6.529	4,6	16.815	6,0	6,5	157,5
Rio Grande do Norte	9.809	6,9	20.639	7,3	5,1	110,4
Sergipe	5.969	4,2	11.088	3,9	4,2	85,8
Nordeste	142.147	15,2	281.878	18,9	4,7	98,3
Brasil	**935.293**	**100,0**	**1.492.954**	**100,0-**	**3,2%**	**59,6**

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2017).
Nota: Participação dos Estados em relação ao Nordeste e participação do Nordest6e em relação ao Brasil.

Apesar da reorganização no mercado de trabalho, os Estados que obtiveram as maiores altas quanto ao estoque de emprego, comparando-se o primeiro ano e o último da série, foram Bahia, com a expansão acima de 220 mil postos de trabalho, seguido por Pernambuco, com a geração de 155 mil vagas e Ceará com 152 mil. Os três Estados concentraram acima de 60% das contratações formais. Em 2017, a participação na geração de empregos dos três Estados caiu para 62,2%, enquanto em 2002 esse valor era de 65,2%.O pico do estoque de emprego no setor comercial ocorreu em 2014 na Bahia (462.522), Pernambuco (323.387), Ceará (274.168), Rio Grande do Norte (121.608), Alagoas (92.263) e Sergipe (68.655). Em 2015, verificou-se no Maranhão (152.045), Paraíba (106.921) e Piauí (90.594). Com exceção do Piauí e Sergipe, os demais Estados continuaram a apresentar saldo negativo de empregos formais até 2017.

Maranhão (+7,3%) obteve a maior taxa média de crescimento no número de empregos, seguido por Piauí (+6,3%), Ceará (+6,1%), Paraíba (+6,0%), Rio Grande do Norte (+5,7%), Alagoas (+5,7%), Sergipe (+5,1%), Pernambuco (+5,0%) e Bahia (+4,8%), conforme a Tabela 11.

Quanto à participação dos empregos comerciais no total do Nordeste, Bahia (para 27,4%), Pernambuco (para 18,6%) e Sergipe (para 4,1%) diminuíram suas respectivas representatividades no período analisado. Em contrapartida, Ceará elevou sua participação para 16,2%, além doMaranhão (para 9,2%), Rio Grande

do Norte (para 7,1%), Paraíba (para 6,5%), Piauí (para 5,6%) e Alagoas (para 5,4%), conforme especificado na Tabela 11.

Tabela 11 – Vínculos empregatícios, participação e taxas de crescimento, Estados selecionados [1] e Nordeste [2]

Estado/Região/País	2002		2017		Taxa Anual Média de Crescimento (%)	Taxa Acumulada de Crescimento (%)
	Vínculos	Participação (%)	Vínculos	Participação (%)		
Alagoas	37.288	5,2	85.504	5,4	5,7	129,3
Bahia	215.968	30,3	437.762	27,4	4,8	102,7
Ceará	106.701	15,0	259.124	16,2	6,1	142,9
Maranhão	51.045	7,2	146.239	9,2	7,3	186,5
Paraíba	42.837	6,0	103.246	6,5	6,0	141,0
Pernambuco	141.620	19,9	296.506	18,6	5,0	109,4
Piauí	35.930	5,0	89.235	5,6	6,3	148,4
Rio Grande do Norte	49.318	6,9	114.049	7,1	5,7	131,3
Sergipe	31.431	4,4	66.061	4,1	5,1	110,2
Nordeste	**712.138**	**14,8**	**1.597.726**	**17,3**	**5,5**	**124,4**
Brasil	**4.826.533**	**100,0**	**9.230.750**	**100,0**	**4,4**	**91,3**

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2017).
Nota: (1) Participação dos Estados em relação ao Nordeste e participação do Nordeste em relação ao Brasil.

4 Considerações Finais

O comércio exerce papel relevante na estrutura produtiva brasileira, tendo registrado expressivo crescimento no século XXI, em que pese a recente desaceleração econômica ocorrida no País.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016), o comércio do Brasil constituiu 12,9% do Valor Adicionado da economia nacional em 2016 e representou 13,8% da economia do Nordeste nesse mesmo ano, constituindo-se, portanto, em uma das principais atividades econômicas do País e da Região.

O comércio possui representatividade no Nordeste, pois referida atividade possuía 45% dos estabelecimentos totais nessa Região em 2017. Além disso, o comércio da Região ampliou a participação no estoque de emprego formal, para 18,7% em 2017.

Assim, o estoque de empregos do comércio no Nordeste evoluiu para 1,6 milhão em 2017, ante 712 mil em 2002, o que contabiliza 885 mil novas vagas no setor comercial nesse período.

Finalmente, cabe registrar o surgimento de segmentos comerciais modernos, a exemplo de hiper e supermercados, centros de atacado, lojas de conveniência, *shopping centers*, *outlets* e lojas de departamento, não somente nas capitais e áreas metropolitanas doNordeste, mas também em cidades do interior.

Por sua vez, o setor comercial do Nordeste enfrenta diferentes desafios, a exemplo da persistente crise econômica, que afeta o mercado de trabalho e a renda das famílias, provocando retração na demanda. A concorrência internacional e a transformação digital, em especial o comércio eletrônico, provocam rupturas no relacionamento entre empresas e consumidores, bem como na forma de comercializar produtos.

Paralelamente a essas transformações, persistem no Nordeste elevados níveis de informalidade na atividade comercial. A retomada dos investimentos públicos e privados será essencial para revigorar o mercado de trabalho e consequentemente restabelecer a demanda interna, beneficiando, assim, o setor comercial no País.

Referências

BACELAR, T. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas.*In:* GUIMARÃES, Paulo Ferraz *et al*. (org.). Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. [540]-560.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **RAIS:** 2017.*Online*. Brasília: PDET, 2017. Disponível em: http://pdet.mte.gov.br/rais. Acesso em 10 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistemas de Contas Regionais. Rio de janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=downloads. Acesso em: 25 jun. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. Contas Nacionais: conceitos. Rio de Janeiro: IPEA, [2019?]. Disponível em: www.ipeadata.gov.br/doc/Contas%20Nacionais-Conceitos.doc. Acesso em: 20 jun. 2019.

PAES, N. L. Imposto sobre produtos industrializados: Carga setorial e aspectos distributivos. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro: IPEA, v. 45, p 37-57, abr. 2015.

O Setor de Serviços do Nordeste no Início do Século XXI

Airton Saboya Valente Junior
Economista. Doutor em Desenvolvimento Local e Territorial
Gerente Executivo do Banco do Nordeste / Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste-ETENE. E-mail: airtonjr@bnb.gov.br.

João Marcos Rodrigues da Silva
Graduando em Economia
Estagiário do Banco do Nordeste / Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste-ETENE
E-mail: joaomarcosrs40@gmail.com

Resumo

Historicamente definido como um segmento residual ou "improdutivo", complementar aos setores agropecuário e industrial, o setor de serviços passou a ser considerado vital para a sociedade em meados do século XX.

O setor de serviços exerce papel relevante na estrutura produtiva brasileira, tendo registrado expressivo crescimento no início do século XXI, em que pese a recente desaceleração econômica ocorrida no País.

Assim é que os serviços constituíram 73,1% do Valor Adicionado Bruto (VAB) da economia brasileira em 2016, em contraste com 72,2% em 2002. O País registrou ainda 1,5 milhão de estabelecimentos nos serviços em 2017, ante 851 mil em 2002. Os estabelecimentos do setor de serviços representaram 38,5% do total das empresas formais do País em 2017. Além disso, 16,8 milhões de trabalhadores atuavam no setor de serviços em 2017, ante 9,2 milhões em 2002.

No Nordeste, os serviços representaram74, 3% da economia dessaRegiãoem2016, constituindo-se, portanto, em uma das principais atividades econômicas, a exemplo do que ocorre no País. Em 2002, os serviços representaram67, 1% da economia do Nordeste.

Além disso, os serviços responderam por 35,9% do total dos estabelecimentos da Região, além de 31,8% do estoque de empregos, ambos em 2017. Assim, o número de estabelecimentos do setor de serviços alcançou 226 mil, ante 111 mil em 2002. O estoque de empregos dos serviços no Nordeste evoluiu para 2,7 milhões em 2017, ante 1,3 milhão em 2002, contabilizando 1, 4milhão de novas vagas nesse setor no período em análise.

Por sua vez, cabe ainda registrar o surgimento de segmentos de serviçosmodernos, a exemplo de atividades de educação, saúde e relacionadas com o setor financeiro, não somente nas capitais e áreas metropolitanas do Nordeste, mas também em cidades do interior.

Contudo, o setor de serviços do Nordeste enfrenta diferentes desafios, a exemplo da persistente crise econômica, que afeta o mercado de trabalho e a renda das famílias, provocando retração na demanda, da ociosidade na indústria, além da crescente concorrência internacional em segmentos anteriormente considerados protegidos internamente.

A retomada dos investimentos públicos será essencial para revigorar o mercado de trabalho e consequentemente restabelecer a demanda interna, beneficiando assim o setor de serviços.

Palavras-chave

Nordeste. Serviços.

1 Introdução

Historicamente definido como um segmento residual ou "improdutivo", sendo útil apenas para complementar os segmentos agropecuário e industrial, o setor terciário passou a ser considerado vital para a sociedade em geral, a partir de meados do século XX.

Nesse sentido, o terciário constitui-se em uma das mais importantes atividades na atualidade, sendo um dos sustentáculos da economia contemporânea. Envolve tanto transações locais e regionais, quanto nacionais e internacionais, desde pequenas trocas até complexos intercâmbios entre empresas transnacionais e o setor estatal.

O terciário corresponde a dois grupos principais de segmentos, ou seja, o comércio de bens e à prestação de serviços. Assim, agrupa uma vasta gama de atividades que inclui o varejo, o atacado, a administração pública, os transportes, as atividades financeiras e imobiliárias, os ser viços às empresas ou pessoais, as consultorias, os serviços técnicos, a educação, a saúde e a promoção social dentre outros.

Em anos recentes, tem-se observado uma concentração da atividade econômica em serviços em diferentes países, tanto em termos de valor adicionado aos produtos quanto à geração de emprego. Contribui para essa tendência a inovação técnica e científica, a mecanização do setor agropecuário, a crescente complexidade do processo de produção de bens industrializados, além da demanda por bens e serviços diferenciados e complexos em termos tecnológicos. Os setores primário e secundário passaram a empregar uma quantidade intensamente menor e em um nível de qualificação mais exigente, transferindo parte dos trabalhadores e da agregação de valor para o terciário. Com isso, o crescimento dos serviços tornou-se intenso, ocasionando uma hipertrofia do setor terciário.

Os serviços são usualmente definidos na literatura econômica convencional como "bens intangíveis", sendo, por vezes, utilizados como um meio de adicionar valor ao produto. Um exemplo clássico desta ideia é o chamado serviço de pós-venda. A assistência prestada ao cliente, após a venda do bem, que é entendida como um serviço que valoriza o produto, pela garantia da assistência.

Tradicionalmente, o terciário é o setor que recebe matérias primas, insumos, peças, partes e componentes das atividades primária e secundária, transformando e distribuindo para o consumidor. Atualmente, o setor terciário encontra-se extremamente diversificado. As sociedades mais antigas já conheciam algumas atividades, porém, com a intensa industrialização que nos últimos dois séculos vem ocorrendo em termos globais, o setor terciário modernizou-se, tornando-se consideravelmente complexo. Esse é o setor da economia que mais cresceu em termos mundiais nas últimas décadas.

De fato, observam-se avanços tecnológicos e mudanças estruturais relevantes no terciário. O segmento moderno, denominado terciário superior, inclui as grandes empresas comerciais e os serviços especializados de bancos, saúde, educação, transportes, turismo, companhias de seguros, as empresas de logística, as cadeias de restaurantes, farmácias e supermercados, que se caracterizam pela alta produtividade e alto valor agregado, requerendo mão de obra qualificada. O setor terciário é geralmente trabalho-intensivo, ou seja, emprega mais intensivamente trabalhadores em comparação com máquinas e equipamentos.

O chamado terciário inferior é *o* segmento em que predomina o trabalho informal e a baixa produtividade, ocorrendo, sobretudo em períodos de alto desemprego e consequente excesso de oferta de mão de obra. Estão incluídos pequenos estabelecimentos, especialmente atividades comerciais, vendedores ambulantes e a prestação de serviços que não necessitam de trabalhos altamente especializados.

Os serviços estão presentes em todos os municípios brasileiros, movimentando amplo espectro de consumidores e fornecedores de insumos, a exemplo de matérias-primas, peças, partes, componentes e produtos acabados, varejistas, atacadistas, serviços públicos e auxiliares, transporte e logística, contabilidade e finanças, o que confere a essa atividade elevado potencial para promover o desenvolvimento local.

Por sua vez, o desempenho dos serviços costuma ser positivamente influenciado pelo crescimento da demanda, proveniente do consumo das famílias, consumo do governo e dos investimentos realizados pelas empresas, especialmente as do setor industrial.

No presente artigo são apresentados os principais resultados do desempenho dos serviços no Brasil, Nordeste e Estados dessa Região nas últimas duas décadas. A análise utilizou dados das contas nacionais e regionais produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), particularmente no que se refere ao Valor Adicionado Bruto (VAB), além dos dados sobre o número de estabelecimentos e empregos produzidos pela Secretaria do Trabalho, órgão vinculado ao Ministério da Economia.

Além desta introdução, as seções seguintes apresentam a evolução do VAB Serviços no Brasil, Nordeste e Estados dessa Região no período de 2002 a 2016, além de detalhar a expansão dos estabelecimentos e empregos no segmento comercial de 2002 a 2017. A fim de identificar mudanças estruturais, prioriza-se a comparação entre os resultados dos dois pontos extremos. As considerações finais são também apresentas, bem como as referências bibliográficas.

Nesse artigo, o capítulo referente ao Valor Adicionado Bruto utilizou os dados agrupados segundo os três grandes setores de atividade econômica englobandoos serviços, o comércio e a administração pública. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No capítulo referente aos estabelecimentos e vínculos empregatícios foi utilizada a classificação das atividades utilizada pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que não inclui o Comércio e a Administração Pública.

2 Valor Adicionado dos Serviços

O Valor Adicionado Bruto (VAB) é um indicador que mensura o valor que as atividades agregam aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao Produto Interno Bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor da produção e o valor do consumo intermediário absorvido por essas atividades (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA, 2019).

Os serviços totalizaram R$ 4,0 trilhões em 2016, tendo representado 73,1% da economia do Brasil, ante R$ 854 bilhões em 2002, significando 67,2% do VAB total brasileiro, conforme especificado na Tabela 1. Registre-se que o VAB serviços alcançou R$ 4,2 bilhões em 2014, sendo o ápice obtido na série em questão.

O crescimento médio do VAB serviços no País alcançou 2,8% a.a. de 2002 a 2016, enquanto que o acumulado totalizou 47,6% nesse período.

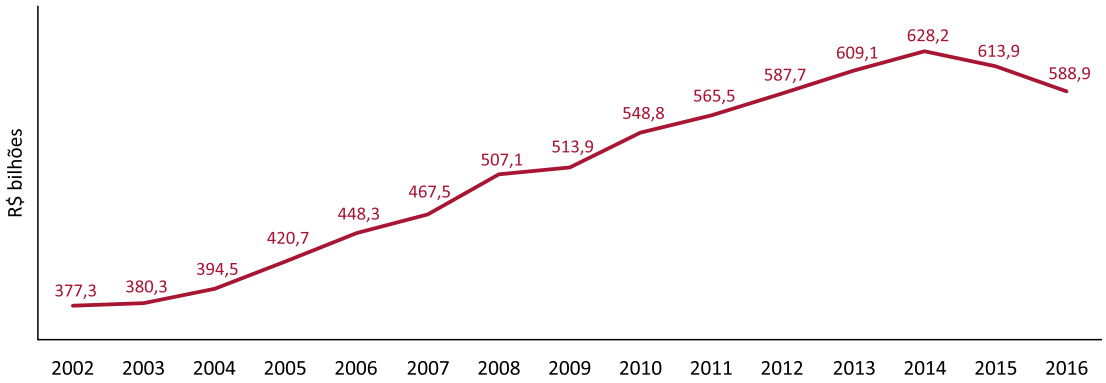
Tabela 1 – Valor Adicionado Bruto (VAB) total e dos Serviços - Regiões e Brasil - R$ milhões correntes

Região/País	2002 (R$ milhões)			2016 (R$ milhões)		
	VAB Serviços (1)	VAB Total (2)	Part.(%) (1/2)	VAB Serviços(1)	VAB Total (2)	Part.(%) (1/2)
Norte	38.101	61.467	62,0	195.047	300.710	64,9
Nordeste	114.590	170.887	67,1	588.873	792.251	74,3
Sudeste	494.752	717.210	69,0	2.151.538	2.836.959	75,8
Sul	125.160	208.200	60,1	607.846	924.877	65,7
Centro-Oeste	81.189	112.450	72,2	417.533	562.901	74,2
Brasil	853.792	1.270.215	67,2	3.960.837	5.417.699	73,1

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

Os serviços registraram expressiva expansão no Nordeste no período analisado, tendo referido setor representando 74,3% do VAB total dessa Região em 2016. Em termos monetários, o VAB serviços do Nordeste totalizou R$ 589 bilhões no mencionado ano, em contraste com R$ 115 bilhões em 2002 (Tabela 1). O ápice somou R$ 628 bilhões em 2014 (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Valor Adicionado Bruto do setor de serviços no Nordeste a preços de 2016- R$ bilhões



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

Com exceção do Sudeste, as demais regiões obtiveram crescimento em suas respectivas participações em relação ao total de serviços do País. O VAB serviços do Nordeste passou a representar 14,9% do total desse setor no País, ante 13,4% em 2002, conforme especificado na Tabela 2.

Tabela 2 – Valor Adicionado Bruto (VAB) serviços do Brasil e regiões - R$ milhões correntes

Região/País	Valor em 2002		Valor em 2006	
	(R$ milhões)	Participação (%)	(R$ milhões)	Participação (%)
Norte	38.101	4,5	195.047	4,9
Nordeste	114.590	13,4	588.873	14,9
Sudeste	494.752	57,9	2.151.538	54,3
Sul	125.160	14,7	607.846	15,3
Centro-Oeste	81.189	9,5	417.533	10,5
Brasil	853.792	100,0	3.960.837	100,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

O Norte obteve o maior crescimento no setor, tendo em vista que essa Região expandiu em média 4,1% a.a. no período de 2002 a 2016, seguido pelo Centro-Oeste (3,5% a.a.), Nordeste (3,2% a.a.), Sul (2,6% a.a.) e Sudeste (2,5% a.a.). No acumulado, o Norte expandiu 75,6%, seguido por Centro-Oeste (62,0%), Nordeste (56,1%), Sul (43,3%) e Sudeste (41,9%).

As principais atividades que compõem os serviços estão especificadas na Tabela 3. Administração e Defesa, Comércio, Atividades Imobiliárias, Científicas e Financeiras são as de maior destaque tanto no Brasil quanto no Nordeste.

Tabela 3 – Valor Adicionado Bruto das atividades do setor de Serviços a preços constantes - Em R$ mil

Atividades dos Serviços	Nordeste		Brasil	
	2002 (R$ mil)	2016 (R$ mil)	2002 (R$ mil)	2016 (R$ mil)
Administração e Defesa	132.696.541	197.936.412	657.909.279	945.121.000
Comércio	47.372.950	108.994.691	308.675.859	699.150.000
Atividades Imobiliárias	61.609.338	82.220.696	428.927.381	526.995.000
Atividades Científicas	25.621.402	48.254.399	260.443.573	435.029.000
Atividades Financeiras	22.030.362	30.875.074	316.008.928	425.476.000
Transportes	17.883.429	28.368.103	146.675.981	235.851.000

Atividades dos Serviços	Nordeste		Brasil	
	2002 (R$ mil)	2016 (R$ mil)	2002 (R$ mil)	2016 (R$ mil)
Educação e Saúde	20.774.780	31.615.538	155.188.770	225.501.000
Comunicação	17.409.053	12.944.468	170.193.817	178.982.000
Outras Atividades	19.247.528	23.640.509	157.894.114	161.102.000
Alojamento e Alimentação	12.686.739	24.022.884	80.737.356	127.630.000

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

O comércio foi a atividade de serviços que apresentou a maior expansão no Brasil (6,0% a.a.) e no Nordeste (6,1% a.a.), de 2002 a 2016. No País, cabe mencionar Atividades Científicas (3,7% a.a.), Transportes (3,5% a.a.) além de Alojamento e Alimentação (3,3% a.a.). No Nordeste, merecem destaque Alojamento e Alimentação (4,7% a.a.), Atividades Científicas (4,6% a.a.) e Transportes (3,4% a.a.). Por outro lado, a atividade de Comunicação (0,4% a.a.) expandiu de forma modesta no Brasil e declinou no Nordeste (-2,1% a.a.), vide Tabela 4.

Tabela 4 – Taxas de crescimento (%) das atividades de serviços no Nordeste e Brasil – 2002 a 2016

Atividades dos Serviços	Nordeste		Brasil	
	Taxa Anual Média de Crescimento (%)	Taxa Acumulada de Crescimento (%)	Taxa Anual Média de Crescimento (%)	Taxa Acumulada de Crescimento (%)
Comércio	6,1	130,1	6,0	126,5
Atividades Científicas	4,6	88,3	3,7	67,0
Transportes	3,4	58,6	3,5	60,8
Alojamento e Alimentação	4,7	89,4	3,3	58,1
Educação e Saúde	3,0	52,2	2,7	45,3
Administração e Defesa	2,9	49,2	2,6	43,7
Atividades Financeiras	2,4	40,1	2,1	34,6
Atividades Imobiliárias	2,1	33,5	1,5	22,9
Comunicação	-2,1	-25,6	0,4	5,2
Outras Atividades	1,5	22,8	0,1	2,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

O comércio obteve o maior crescimento quanto a participação no âmbito do Nordeste, aproximadamente seis pontos percentuais. Assim, o comércio atingiu a segunda colocação entre as atividades de maior destaque dos Serviços, totalizando 18,5%, perdendo apenas para Administração e Defesa, que deteve mais de 30% de participação (Tabela 5).

Tabela 5 – Participação (%) das atividades no VAB serviços no Nordeste e no Brasil

Atividades dos Serviços	Nordeste		Brasil	
	Participação em 2002 (%)	Participação em 2016 (%)	Participação em 2002 (%)	Participação em 2016 (%)
Comércio	12,6	18,5	11,5	17,7
Transportes	4,7	4,8	5,5	6,0
Alojamento e Alimentação	3,4	4,1	3,0	3,2
Comunicação	4,6	2,2	6,3	4,5
Atividades Financeiras	5,8	5,2	11,8	10,7
Atividades Imobiliárias	16,3	14,0	16,0	13,3
Atividades Científicas	6,8	8,2	9,7	11,0
Administração e Defesa	35,2	33,6	24,5	23,9
Educação e Saúde	5,5	5,4	5,8	5,7
Outras Atividades	5,1	4,0	5,9	4,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

Dentre os Estados do Nordeste, o VAB serviços da Bahia totalizou R$ 157,6 bilhões em 2016, frente aos R$ 107,9 bilhões registrados em 2002. Seguiram Pernambuco (R$ 109,4 bilhões), Ceará (R$ 92,7 bilhões), Maranhão (R$ 56,7 bilhões), Paraíba (R$ 42,4 bilhões), Rio Grande do Norte (R$ 41,2 bilhões), Alagoas (R$ 32,5 bilhões), Piauí (R$ 30,4 bilhões) e Sergipe (R$ 26,0 bilhões), de acordo com a Tabela 5.

Os valores monetários máximos alcançados no VAB dos Estados ocorreram em três anos distintos. No ano de 2013, a Paraíba atingiu o ápice, totalizando R$ 45,5 bilhões, tendo declinado desde então até o último ano disponível, ou seja, 2016. Em 2014, diversos Estados registraram os maiores valores nas suas respectivas séries: Bahia (R$ 171,7 bilhões), Pernambuco (R$ 118,4 bilhões), Ceará (R$ 97,5 bilhões), Rio Grande do Norte (R$ 44,0 bilhões), Alagoas (R$ 33,1 bilhões) e Sergipe (R$ 28,5 bilhões). Em 2015, Maranhão (R$ 59,3 bilhões) e Rio Grande do Norte (R$ 31,7 bilhões) obtiveram os valores mais expressivos da série.

Bahia (para 26,8%), Pernambuco (18,6%), Paraíba (7,2%) e Sergipe (4,4%) perderam participação no VAB serviços do Nordeste. Por outro lado, os maiores ganhos foram obtidos por Maranhão (para 9,6%) e Piauí (5,2%), seguidos por Ceará (15,7%), Alagoas (5,5%) e Rio Grande do Norte (7,0%), de acordo com a Tabela 5.

Registre-se que Bahia, Pernambuco e Ceará concentravam mais de 60% dos serviços da Região e cerca de 9% em relação ao total nacional em 2016.

Todos os Estados do Nordeste, exceto Pernambuco (2,7% a.a.) e Bahia (2,7% a.a.), obtiveram taxas médias anuais de crescimento acima da taxa média do País (2,8% a.a.). Destaque para o Maranhão (4,6% a.a.), seguido por Piauí (4,2% a.a.), Paraíba (3,7% a.a.), Ceará (3,6% a.a.), Alagoas (3,2% a.a.), Rio Grande do Norte (3,1% a.a.) e Sergipe (3,1% a.a.), de acordo com os dados da Tabela 5.

Tabela 6 – VAB Serviços e participação (%) de Estados [(1)] selecionados, Nordeste [(2)] - Preços de 2016 (R$ mil) e Taxas de crescimento (%)

Estado/Região	Valor em 2002 (R$ mil)	Participação (%)	Valor em 2016 (R$ mil)	Participação (%)	Taxa Anual Média de Crescimento (%)	Taxa Acumulada de Crescimento (%)
Maranhão	30.208.559	8,7	56.665.663	9,6	4,6	87,6
Piauí	18.158.739	4,3	30.417.157	5,2	3,8	67,5
Ceará	56.586.072	15,3	92.662.122	15,7	3,6	63,8
Rio Grande do Norte	26.715.192	6,9	41.157.241	7,0	3,1	54,1
Paraíba	25.388.463	7,3	42.433.320	7,2	3,7	67,1
Pernambuco	74.883.331	19,3	109.418.100	18,6	2,7	46,1
Alagoas	20.794.361	5,2	32.451.257	5,5	3,2	56,1
Sergipe	16.960.334	5,0	26.044.730	4,4	3,1	53,6
Bahia	107.916.513	27,9	157.623.185	26,8	2,7	46,1
Nordeste	377.332.122	13,4	390.936.363	14,9	3,2	56,1

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).
Notas: (1) Participação em relação ao Nordeste. (2) Participação em relação ao Brasil.

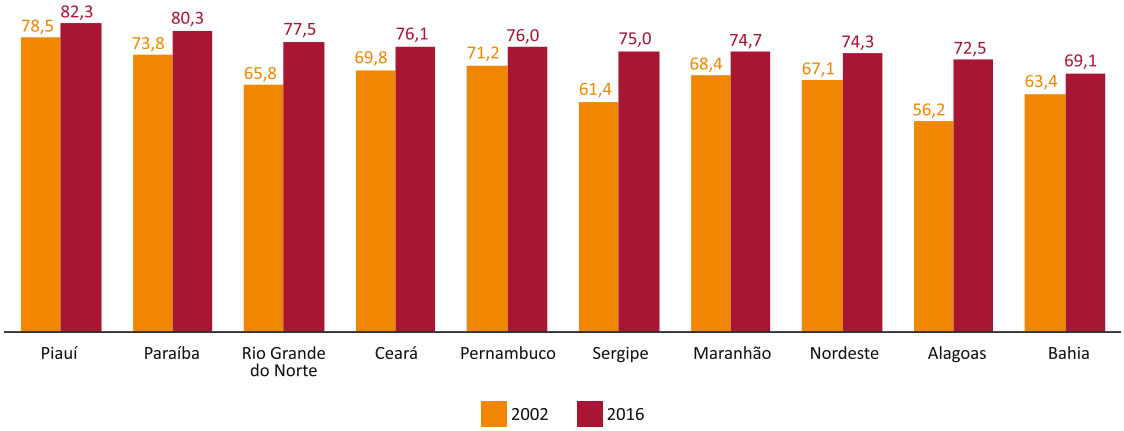
Quanto à participação do VAB serviços em relação ao VAB total dos Estados, verificou-se incremento da importância do setor de serviços nas unidades federativas que compõem o Nordeste. Em todos os Estados a participação interna do VAB serviços cresceu, conforme os dados apresentados no Gráfico 2.

A Unidade Federativa que obteve a maior expansão na participação do setor de serviços em relação ao total de sua própria economia foi Alagoas, 72,5% em 2016 frente ao registrado em 2002, isto é, 56,2%. Em seguida, tem-se Sergipe, 75,0% em 2016 ante 61,4% em 2002; Rio Grande do Norte, 77,5% em 2016 e 65,8% em 2002. Os três Estados supracitados obtiveram aumento na participação do setor de serviços acima de 10% entre os anos de 2002 e 2016.

Os serviços possuem expressiva participação na economia de todos os Estados do Nordeste, e de forma destacada no Piauí (82,3%) e Paraíba (80,3%). A menor participação ocorreu na Bahia (69,1%),

demonstrando por um lado a importância dos serviços para os Estados da Região, e por outro, certa atrofia dos setores agropecuário e industrial.

Gráfico 2 – Participação (%) do VAB de serviços em relação ao VAB total da própria Unidade Federativa



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

Atividades Administrativas e Defesa, Comércio e Atividades Imobiliárias representam os segmentos de maior importância no âmbito do setor serviços nos Estados do Nordeste. Referidas atividades representaram em média 68% de participação no total dos serviços em cada Estado da Região no ano de 2016. As demais atividades possuem menor importância, com poucas diferenciações entre os Estados.

Tabela 7 – Atividades do setor de serviços por Estado em 2016 - R$ milhões

Serviços	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia
Administração e Defesa	20.559	12.628	28.423	15.802	17.552	34.651	11.901	9.864	46.557
Comércio	11.613	5.700	17.835	7.124	7.839	19.696	6.296	4.518	28.373
Atividades Imobiliárias	7.696	3.341	12.903	5.589	5.601	15.528	4.645	3.387	23.532
Atividades Científicas	2.908	2.393	9.246	3.177	2.481	9.900	2.232	1.982	13.936
Educação e Saúde	2.384	1.173	4.513	2.122	1.679	6.230	1.271	1.350	10.894
Transportes	4.586	983	3.686	1.163	1.211	5.431	1.546	995	8.766
Atividades Financeiras	2.043	1.248	5.918	1.780	1.866	6.465	1.408	1.456	8.691
Outras Atividades	2.128	1.055	4.021	1.579	1.605	4.082	1.321	991	6.858
Alojamento e Alimentação	1.986	1.358	3.634	1.970	1.702	4.512	1.245	973	6.643
Comunicação	763	540	2.482	852	897	2.922	586	528	3.374
Total	56.666	30.417	92.662	41.157	42.433	109.418	32.451	26.045	157.623

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

3 Estabelecimentos e Empregos no Setor de Serviços

As informações disponibilizadas sobre os vínculos empregatícios e estabelecimentos formais são divulgados pela Secretaria do Trabalho, atualmente vinculada ao Ministério da Economia. Esses dados fazem parte da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e são colhidos pelo referido Ministério, anualmente, entre os meses de janeiro e março de cada ano, com abrangência em todo território nacional.

Em 2017, o Brasil registrou 3,9 milhões de estabelecimentos, segundo os dados do Ministério da Economia disponibilizados na RAIS. Desse total, pouco mais de 629 mil estabelecimentos estavam localizados no Nordeste, tendo representado 16,2% do total. Em 2002, a Região possuía 326 mil estabelecimentos, participação de 13,3% do total nacional de 2,4 milhões.

O Sudeste detém o maior número de empreendimentos, com uma participação de 48,2% em 2017. O Sul vem em seguida, com 21,4% dos estabelecimentos em 2017. Verificou-se uma desconcentração regional, visto que as participações das duas regiões eram maiores em 2002, quando o Sudeste detinha 53,2% e o Sul 22,0% dos estabelecimentos, de acordo com os dados apresentados na Tabela 8.

Tabela 8 – Número de estabelecimentos formais nas Regiões e no Brasil

Estabelecimentos				
Região/País	**2002**	**Participação (%)**	**2017**	**Participação (%)**
Centro-Oeste	205.711	8,4	383.510	8,7
Nordeste	325.949	13,3	628.738	15,2
Norte	75.248	3,1	171.106	3,7
Sudeste	1.303.418	53,2	1.872.050	51,8
Sul	537.539	22,0	832.045	20,5
Brasil	2.447.865	100,0	3.887.449	100,0

Fonte: Elaboração BNB/EETENE, com dados do Ministério da Economia (2017).

Dos 46 milhões de empregos formais registrados o Brasil possuía 46 milhões de empregos formais registrados em 2017. O Nordeste respondeu por 8,5 milhões, ou seja, 18,5% do total nacional. Os postos de trabalho quase que dobraram na Região, pois em 2012 foram computados 4,8 milhões de vínculos. O Nordeste apresentou o maior crescimento na participação, enquanto Sul e Sudeste decresceram, conforme os dados da Tabela 9.

Tabela 9 – Vínculos empregatícios nas Regiões e no Brasil

Vínculos Empregatícios				
Região/País	**2002**	**Participação (%)**	**2017**	**Participação (%)**
Centro-Oeste	2.323.786	8,1	4.201.923	9,1
Nordeste	4.859.397	16,9	8.543.651	18,5
Norte	1.296.597	4,5	2.641.623	5,7
Sudeste	15.128.474	52,7	22.758.090	49,2
Sul	5.075.659	17,7	8.136.303	17,6
Brasil	28.683.913	100,0	46.281.590	100,0

Fonte: Elaboração BNB/EETENE, com dados do Ministério da Economia (2017).

As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste obtiveram expansão em suas respectivas participações no total de estabelecimentos desserviços do Brasil, enquanto Sul e Sudeste apresentaram recuos, conforme pode ser observado na Tabela 10. A participação do Sudeste diminuiu 4,3 pontos percentuais, embora ainda possua 51,9% da participação dos estabelecimentos de serviços em relação ao Brasil, enquanto que o Sul registrou 20,5% em 2017.

Por sua vez, o Nordeste obteve o maior incremento (2,2 p.p.), tendo alcançado 15,2% do total de estabelecimentos de serviços do Brasil em 2017. O Centro-Oeste (para 8,7%) e o Norte (para 3,7%) também incrementaram suas respectivas participações nos serviços nacionais, conforme detalhado na Tabela 10.

Tabela 10 – Número de estabelecimentos do setor de serviços nas Regiões e no Brasil

Estabelecimentos de Serviços				
Região/País	**2002**	**Participação (%)**	**2017**	**Participação (%)**
Centro-Oeste	60.803	7,1	128.544	8,7
Nordeste	110.719	13,0	225.557	15,2
Norte	22.246	2,6	54.690	3,7
Sudeste	478.288	56,2	767.900	51,9
Sul	179.149	21,0	304.311	20,5
Brasil	851.205	100,0	1.481.002	100,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Ministério da Economia (2017).

Similar tendência ocorreu quanto aos estabelecimentos, com exceção da Região Sul, que basicamente manteve o mesmo percentual de estabelecimentos formais no setor de serviços, aproximadamente 16%. O Sudeste perdeu participação, para 55,3% em 2017, embora permaneça destacadamente à frente das demais regiões. O Nordeste obteve aumento de participação, para 16,4% em 2017, ante 14,5% em 2002. As regiões Centro-Oeste (8,2%) e Norte (4,0%) também obtiveram incremento de participação (Tabela 11).

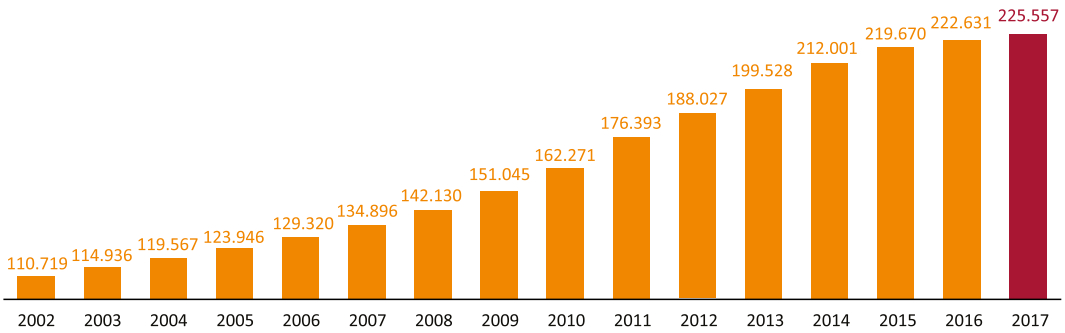
Tabela 11 – Vínculos empregatícios do setor de serviços nas Regiões e no Brasil

Vínculos Empregatícios nos Serviços				
Região/País	**2002**	**Participação (%)**	**2017**	**Participação (%)**
Centro-Oeste	655.446	7,1	1.368.610	8,2
Nordeste	1.331.839	14,5	2.748.627	16,4
Norte	293.346	3,2	672.345	4,0
Sudeste	5.432.507	59,2	9.280.668	55,3
Sul	1.469.414	16,0	2.702.395	16,1
Brasil	9.182.552	100,0	16.772.645	100,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Ministério da Economia (2017).

O número de estabelecimentos relacionados ao setor de serviços incrementou no Nordeste e Estados da Região. O Nordeste contabilizou 225.557 empreendimentos em 2017, contra 110.719 em 2002, significando crescimento de 114.838 firmas. Apesar da recente crise econômica, o número de estabelecimentos do setor de serviços aumentou continuamente nessa Região, conforme detalhado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Evolução do número de estabelecimentos no setor de serviços no Nordeste



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Ministério da Economia (2017).

O número de estabelecimentos formais registrou taxa acumulada de crescimento de 103,7% entre os anos de 2002 a 2017. O subsetor que apresentou maior crescimento acumulado de estabelecimentos foi Transporte e Comunicações (+130,1%), seguido por Alojamento e Alimentação (+111,0%), Administração

Pessoal (+110,8%) e Ensino (+89,6%). A Região obteve ainda taxa média de crescimento dos estabelecimentos de 4,9%, acima da média nacional (3,8%). Concomitante, a atividade que apresentou incremento mais robusto foi Transporte e Comunicações, com +5,7% de crescimento médio ao ano, seguida por Administração Profissional e Alojamento, ambas com (+5,1%), conforme detalhado na Tabela 12.

Tabela 12 – Número de estabelecimentos do setor de serviços por atividade

Atividades dos Serviços	Estabelecimentos				Taxa Anual Média de Crescimento (%)	Taxa Acumulada de Crescimento (%)
	2002	Participação (%)	2017	Participação (%)		
Administração Profissional	34.569	31,2	72.859	32,3	5,1	110,8
Alojamento e Alimentação	35.539	32,1	75.000	33,3	5,1	111,0
Ensino	8.368	7,6	15.867	7,0	4,4	89,6
Instituição Financeira	4.711	4,3	8.086	3,6	3,7	71,6
Médicos e Veterinários	17.163	15,5	29.882	13,2	3,8	74,1
Transporte e Comunicações	10.369	9,4	23.863	10,6	5,7	130,1
Total	110.719	100,0	225.557	100,0	4,9	103,7

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Ministério da Economia (2017).

O Nordeste criou aproximadamente 1,4 milhão de postos de trabalho entre os anos de 2002 a 2017 no setor de serviços. Ao contrário dos estabelecimentos, o estoque de emprego sofreu uma redução após 2014 quando atingiu o pico de 2,83 milhões de vagas no setor de serviços. Nos dois anos seguintes, o estoque caiu para 2,81 milhões em 2015 e 2,74 milhões em 2016, o que contabiliza a perda de quase 100 mil empregos entre 2014 e 2016. Em 2017, o setor registrou 2,75 milhões de vagas, com incremento de quase 10 mil novos postos de trabalho, insuficiente, contudo, para recuperar as perdas ocorridas em anos anteriores.

Quanto à taxa acumulada de crescimento dos vínculos empregatícios, a expansão no Nordeste alcançou +106,4%. O subsetor que obteve a maior expansão acumulada do estoque de emprego foi Ensino (+174,3%). Seguido por Administração Profissional (+13,8%), Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários (+126,4%). Quanto àtaxa média de crescimento dos vínculos empregatícios, o Nordeste registrou variação igual à taxa de crescimento dos estabelecimentos (+4,9%), também acima da média nacional de (+4,1%). Da mesma forma, Ensino obteve a maior taxa média de crescimento (+7,0%), conforme especificado na Tabela 13.

Tabela 13 – Vínculos empregatícios nas atividades do setor de serviços no Nordeste

Atividades dos Serviços	Vínculos Empregatícios				Taxa Anual Média de Crescimento (%)	Taxa Acumulada de Crescimento (%)
	2002	Participação (%)	2017	Participação (%)		
Administração Profissional	387.871	29,1	899.061	32,7	5,8	131,8
Alojamento e Alimentação	381.376	28,6	645.949	23,5	3,6	69,4
Ensino	147.420	11,1	404.344	14,7	7,0	174,3
Instituição Financeira	62.286	4,7	95.334	3,5	2,9	53,1
Médicos e Veterinários	158.268	11,9	358.291	13,0	5,6	126,4
Transporte e Comunicações	194.618	14,6	345.648	12,6	3,9	77,6
Total	1.331.839	100,0	2.748.627	100,0	4,9	106,4

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Ministério da Economia (2017).

A Bahia ficou à frente na criação de novos empreendimentos no setor de serviços e gerou, entre os anos de 2002 e 2017, cerca de 30 mil novas empresas nesse setor. Seguiram Pernambuco, com 20 mil novas firmas, e Ceará com 18 mil. Bahia liderou o número de estabelecimentos em 2017, ou seja, 65.948 empresas, seguido por Pernambuco, com 42.459 e Ceará, com 35.515 empreendimentos. Referidos Estados detêm mais de 3/5 do número de estabelecimentos do Nordeste.

Com exceção do Rio Grande do Norte, as demais Unidades Federativas do Nordeste também apresentaram aumento no número de estabelecimentos. Bahia (65.948), seguido por Pernambuco (42.459), Ceará (35.515), Paraíba (16.991), Maranhão (14.145), Alagoas (12.194), Sergipe (10.652) e Piauí (10.416). Rio Grande do Norte obteve o pico em 2015, com 17.281 estabelecimentos no setor de serviços.

As taxas acumuladas de crescimento do número de estabelecimentos mostram que os Estados do Nordeste expandiram de forma acelerada, a exemplo do Maranhão, que obteve incremento acumulado de +136,4% entre 2002 e 2017. Seguiram Piauí (+135,7%), Rio Grande do Norte (+129,4%), e Alagoas (+124,2%) no mesmo período.

Quanto às taxas médias de crescimento, Maranhão (5,9%), Piauí (+5,9%), Rio Grande do Norte (+5,7%), Alagoas (+5,5%) e Paraíba (5,0%) aumentaram acima da média regional. Ceará (4,9%) à semelhança da taxa regional, enquanto Sergipe (4,6%), Pernambuco (+4,5%) e Bahia (+4,4%) aumentaram, porém abaixo da média do Nordeste (Tabela 14).

Maranhão incrementou a participação no número de estabelecimentos do setor de serviços no Nordeste para 6,3% em 2017, ante 5,4% de 2002. Rio Grande do Norte aumentou para 7,6% em 2017, frente a 6,8% em 2002 e Piauí para 4,6%. Ceará (15,7%) se manteve estável no período estudado. Em contrapartida, a participação da Bahia caiu para 29,2% em 2017, frente a 31,2% em 2002. Pernambuco (para 18,8%) e Sergipe (para 4,7%) também declinaram em termos de participação.

Tabela 14 – Número de estabelecimentos no Brasil, Nordeste [1] e Estados selecionados [2]

Estado/Região	Estabelecimentos				Taxa Anual Média de Crescimento (%)	Taxa Acumulada de Crescimento (%)
	2002	Participação (%)	2017	Participação (%)		
Alagoas	5.439	4,9	12.194	5,4	5,5	124,2
Bahia	34.514	31,2	65.948	29,2	4,4	91,1
Ceará	17.439	15,8	35.515	15,7	4,9	103,7
Maranhão	5.983	5,4	14.145	6,3	5,9	136,4
Paraíba	8.142	7,4	16.991	7,5	5,0	108,7
Pernambuco	21.863	19,7	42.459	18,8	4,5	94,2
Piauí	4.420	4,0	10.416	4,6	5,9	135,7
Rio Grande do Norte	7.514	6,8	17.237	7,6	5,7	129,4
Sergipe	5.405	4,9	10.652	4,7	4,6	97,1
Nordeste	110.719	13,0	225.557	15,2	4,9	103,7

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Ministério da Economia (2017).
Notas: (1) Participação em relação ao Brasil. (2) Participação em relação ao Nordeste.

Quanto ao estoque de emprego, parte do crescimento foi encabeçado pela Bahia que gerou próximo de 331 mil postos de trabalho. Seguiram Pernambuco com quase 283 mil e Ceará que criou em torno de 252 mil vagas. Outros dois Estados geraram acima de 100 mil postos de trabalho: Maranhão, com 187.563 vagas em 2017, frente a 82.192 postos em 2002; e Rio Grande do Norte, que obteve 188.893 vagas em 2017, ante 85.010 em 2002.

Quanto às máximas históricas, os Estados foram impactados com a crise de 2014 de maneira heterogênea. Bahia (789 mil), Pernambuco (617 mil) e Maranhão (193 mil) nesse mesmo ano já apresentaram os picos no estoque de emprego. Em 2015, os Estados que registrarem numero máximo de

vagas foram Ceará (490 mil), Rio Grande do Norte (191 mil) e Sergipe (137 mil). Em 2016, Alagoas (140 mil) e por último, em 2017, Paraíba (173 mil) e Piauí (140 mil).

Piauí obteve destaque na taxa acumulada de crescimento e registrou +190,6% entre 2002 e 2017. Seguiram Alagoas (+134,2%), Maranhão (+128,2%) e Paraíba (+127,5%). Piauí expandiu a uma taxa média de 7,4% ao ano. Alagoas (+5,7%), Maranhão (+5,6%), Rio Grande do Norte (+5,5%) e Sergipe (+5,5%) também obtiveram altas taxas médias de crescimento ao ano, conforme detalhado na Tabela 15.

Quanto à participação no número de empregos gerado no setor de serviços, Piauí cresceu sua participação na Região em 1,5 (p.p.) entre 2002 e 2017. Maranhão aumentou 0,7 p.p., a exemplo de Alagoas (0,6 p.p.), Paraíba (0,6 p.p.) e Rio Grande do Norte (0,5 p.p.). Em sentido contrário, Bahia registrou uma queda na participação de 3,7% e obteve participação de 26,8% em 2017, ante 30,5% em 2002. Pernambuco também apresentou declínio em termos de participação no Nordeste, ou seja, 20,6% em 2017, em contraste com 21,3% em 2002 (Tabela 15).

Tabela 15 – Vínculos empregatícios, participação e taxas média e acumulada de crescimento - Estados selecionados [1], Nordeste [2]

Estado/Região	Vìnculos Empregatícios				Taxa Anual Média de Crescimento (%)	Taxa Acumulada de Crescimento (%)
	2002	Participação (%)	2017	Participação (%)		
Alagoas	59.223	4,4	138.726	5,0	5,8	134,2
Bahia	405.813	30,5	736.669	26,8	4,1	81,5
Ceará	231.888	17,4	484.052	17,6	5,0	108,7
Maranhão	82.192	6,2	187.563	6,8	5,7	128,2
Paraíba	76.031	5,7	172.936	6,3	5,6	127,5
Pernambuco	283.690	21,3	566.673	20,6	4,7	99,8
Piauí	48.340	3,6	140.475	5,1	7,4	190,6
Rio Grande do Norte	85.010	6,4	188.893	6,9	5,5	122,2
Sergipe	59.652	4,5	132.640	4,8	5,5	122,4
Nordeste	1.331.839	14,5	2.748.627	16,4	4,9	106,4

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Ministério da Economia (2017).
Notas: (1) Participação em relação ao Nordeste. (2) Participação em relação ao Brasil.

Considerações Finais

Os serviços exercem papel relevante na estrutura produtiva brasileira, tendo registrado expressivo crescimento no início do século XXI, em que pese a recente desaceleração econômica ocorrida no País.

O setor de serviços exerce papel relevante na estrutura produtiva brasileira, tendo registrado relevante crescimento no início do século XXI, em que pese a recente desaceleração econômica ocorrida no País.

Assim é que os serviços constituíram 73,1% do Valor Adicionado Bruto (VAB) da economia brasileira em 2016, em contraste com 72,2% em 2002. O País registrou ainda 1,5 milhão de estabelecimentos nos serviços em 2017, ante 851 mil em 2002. Os estabelecimentos do setor de serviços representaram 38,5% do total das empresas formais do País em 2017. Além disso, 16,8 milhões de trabalhadores atuavam no setor de serviços em 2017, ante 9,2 milhões em 2002.

No Nordeste, os serviços representaram 74,3% da economia dessa Região em 2016, constituindo-se, portanto, em uma das principais atividades econômicas, a exemplo do que ocorre no País. Em 2002, os serviços representaram67,1% da economia do Nordeste.

Além disso, os serviços responderam por 35,9% do total dos estabelecimentos da Região e por 31,8% do estoque de empregos, ambos em 2017. Assim, o número de estabelecimentos do setor de serviços alcançou 226 mil, ante 111 mil em 2002. O estoque de empregos dosserviços no Nordeste evoluiu para

2,7 milhões em 2017, ante 1,3 milhão em 2002, contabilizando1,4 milhão de novas vagas nesse setor no período em análise.

Por sua vez, cabe ainda registrar o surgimento de segmentos de serviços modernos, a exemplo de atividades de educação, saúde e relacionadas com o setor financeiro, não somente nas capitais e áreas metropolitanas do Nordeste, mas também em cidades do interior.

Contudo, o setor de serviços do Nordeste enfrenta diferentes desafios, a exemplo da persistente crise econômica, que afeta o mercado de trabalho e a renda das famílias, provocando retração na demanda, da ociosidade na indústria, além da crescente concorrência internacional em segmentos anteriormente considerados protegidos internamente.

A retomada dos investimentos públicos será essencial para revigorar o mercado de trabalho e consequentemente restabelecer a demanda interna, beneficiando assim o setor de serviços.

Referências

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. **Contas Nacionais Conceitos**. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br/doc/Contas%20Nacionais-Conceitos.doc>. Acesso em: 20 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistemas de Contas Regionais.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=downloads>. Acesso em: 24 jul. 2019.

Turismo

Laura Lúcia Ramos Freire
Economista, Coordenadora de Estudos e Pesquisa.
Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Banco do Nordeste/ETENE.
laurarf@bnb.gov.br

Resumo

O presente texto analisa o desempenho do setor turístico no Nordeste no período de 2000 a 2018. Para isso, utilizou-se a movimentação de passageiros e aeronaves nos aeroportos como uma proxy da movimentação turística. A base de dados utilizada foram as estatísticas dos aeroportos administrados pela Infraero e dos aeroportos concedidos à iniciativa privada. Nesse período de análise, a Copa do Mundo de 2014, a crise financeira internacional e a redução da atividade econômica no País influenciaram positivamente e negativamente o fluxo de aeronaves e passageiros nos aeroportos das capitais do Nordeste. Atualmente, o Nordeste ocupa a segunda posição na movimentação de passageiros do País, com 16,9% de participação (34.938.746 viajantes embarcados e desembarcados) e na movimentação aérea, com 14,9% (346.785 pousos e decolagens). Essa posição deverá ser reforçada com os investimentos realizados e sinalizados pelas novas operadoras dos aeroportos concedidos, aliados à implantação do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2018-2022 e aos esforços dos governos estaduais em promover os destinos turísticos do Nordeste.

Palavras-chave

Turismo; Nordeste; movimentação passageiros; movimentação aeronaves.

1 Introdução

O Nordeste brasileiro é dotado de rico patrimônio natural, histórico e cultural, o que confere à Região potencial turístico. Possuidora de imenso litoral, com 5,2 mil km de extensão, que proporciona variadas formas de lazer, a Região possui ainda rios, lagoas, serras, matas, campos, dunas e manguezais, além de áreas urbanas de variados portes.

A história e a cultura da Região constituem-se ainda em atrativos para o turismo receptivo. Os Estados do Nordeste possuem variadas expressões artísticas e ricas tradições.

Os Estados da Região, em parceria com o Governo Federal, investiram na melhoria da infraestrutura física, capacitação da mão de obra e criação de polos turísticos. Assim, o Nordeste constitui-se atualmente no segundo destino turístico do Brasil.

O presente texto analisa o desempenho do setor turístico no Nordeste nos últimos 12 anos. Para isso, utilizou-se a movimentação de passageiros e aeronaves nos aeroportos como uma proxy da movimentação turística.

2 Movimentação de Passageiros e Aeronaves

A movimentação de passageiros e aeronaves nos aeroportos brasileiros sinaliza o ritmo da atividade turística no País, considerando-se que uma das principais vias de acesso ao turismo é o transporte aéreo. Segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (ANUÁRIO DO TRANSPORTE AÉREO, 2018), desde 2010, o transporte aéreo tem sido o principal meio de transporte utilizado pelos passageiros nas viagens interestaduais, quando considerados os serviços de transporte regular dos modais aéreo e rodoviário. Em

2008, a participação do transporte aéreo neste mercado era de 43,9%, ante 56,1% do rodoviário. Em 2017, a participação do modal aéreo foi de 67,5%, frente32,5% do rodoviário.

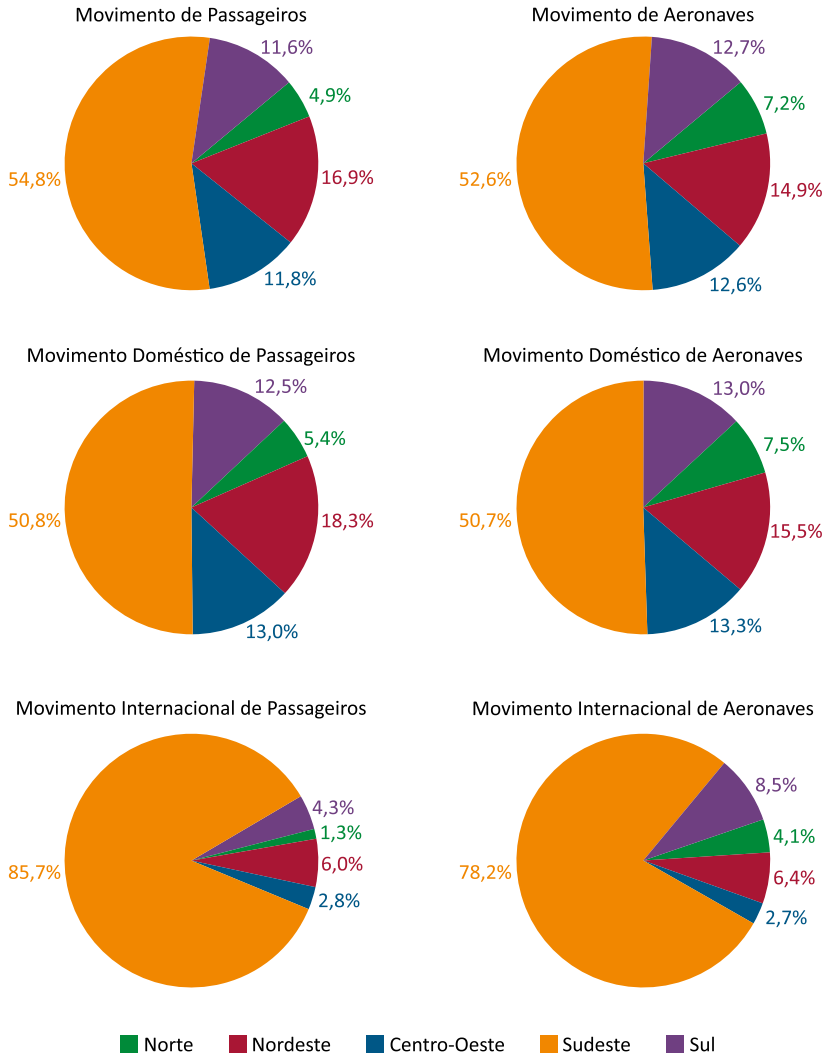
O movimento de passageiros (embarcados e desembarcados) em voos nacionais e internacionais, nos principais aeroportos do País, em 2018, somou, 206.880.245 passageiros. O movimento em vôos domésticos representou 88,3% (182.764.560 passageiros) do total.

Em relação ao movimento de aeronaves (pousos e decolagens), os principais aeroportos do País registraram 2.168.065 voos nacionais (89,0% do total) e 154.598 voos internacionais (11,0%), em 2018.

A Região Sudeste movimentou 54,8% dos passageiros embarcados e desembarcados e 52,6% dos pousos e decolagens de aeronaves que trafegaram pelo Brasil, em 2018 (Gráfico 1).

O Nordeste ocupa a segunda posição, com 16,9% da movimentação de passageiros do País,ou seja, 34.938.746 viajantes, em 2018. Destes, 33.499.103 provenientes de voos domésticos e 1.439.643 de voos internacionais. A movimentação aérea na Região somou 346.785 pousos e decolagens (14,9% do País), dos quais 336.907oriundos de voos domésticos e 9.878 de voos internacionais.

Gráfico 1 – Distribuição percentual do movimento de passageiros e aeronaves por Região - 2018



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com base nos dados do Movimento de Aeronaves da Rede Infraero (2017-2018).

O Governo Federal objetivando melhorar a qualidade dos serviços e da infraestrutura aeroportuária do País iniciou processo de concessão de aeroportos à iniciativa privada. No Nordeste, o processo de

concessões de aeroportos foi iniciado com o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante/Aeroporto de Natal no Rio Grande do Norte, com 100% de capital privado (Consórcio Inframerica) e inaugurado em 2014. Neste ano, foi desativado o Aeroporto Augusto Severo.

Em 2017, foram concedidos os Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza/CE e o Aeroporto Internacional Luiz Eduardo Magalhães, em Salvador/BA. O Aeroporto Internacional de Salvador foi arrematado pela Vinci Airports (operadora aeroportuária francesa) e o de Fortaleza pela Fraport AG Frankfurt Airport Services, da Alemanha.

Em março de 2019, os leilões ocorreram em blocos de aeroportos por região: Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste. Integraram o bloco Nordeste e concedidos à empresa espanhola Aena Desarrollo Internacional, os aeroportos das capitais Recife (PE), Maceió (AL), Aracajú (SE) e João Pessoa (PB), além dos aeroportos das cidades de Campina Grande (PB) e Juazeiro do Norte (CE).

Os gráficos e tabelas a seguir mostram o movimento de passageiros e de aeronaves nas capitais do Nordeste no período de 2006 a 2018. Vale ressaltar que os aeroportos das capitais do Nordestes responderam por, aproximadamente, 91% da movimentação de aeronaves e 94% da movimentação de passageiros do total da Região, em 2018. Portanto, o fluxo de aeronaves e passageiros nos aeroportos das capitais do Nordestes será aqui utilizado como proxy da movimentação turística na Região Nordeste.

Vale registrar também que a demanda por transporte aéreo está diretamente correlacionado com o crescimento da economia, bem como pelo preço das passagens, a renda pessoal disponível, a população urbana, a difusão do consumo de bens e serviços selecionados, a eficiência dos atores envolvidos no sistema de aviação civil, a evolução dos yields (valor pago por passageiro por quilômetro voado) e a existência ou não de gargalos nas infraestruturas (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2010).

No período em análise, o fluxo turístico na Região incrementou de forma considerável, especialmente até 2014. Este foi o ano da Copa do Mundo, onde foram realizados substanciais investimentos públicos e privados visando à ampliação, modernização e interiorização de aeroportos, edificação de terminais turísticos portuários, construção e reforma de estádios e equipamentos esportivos, expansão de meios de hospedagem, inversões em infraestrutura urbana, a exemplo de mobilidade, telecomunicações, distribuição de energia elétrica, saúde, segurança pública, requalificação de bairros, preservação ambiental e capacitação de mão-de-obra, em conjunto com ampla divulgação do País no exterior. Na Região Nordeste, quatro cidades foram sedes do campeonato mundial: Fortaleza, Natal, Recife e Salvador.

Em 2009, a deflagração da crise financeira mundial refletiu no fluxo internacional de turista, porém, o mercado interno estava aquecido. De fato, o incremento da classe média no País e especificamente no Nordeste, proporcionado pela expansão do mercado de trabalho e ganhos reais e sucessivos no salário mínimo, permitiram que a demanda turística interna se mantivesse em alta.

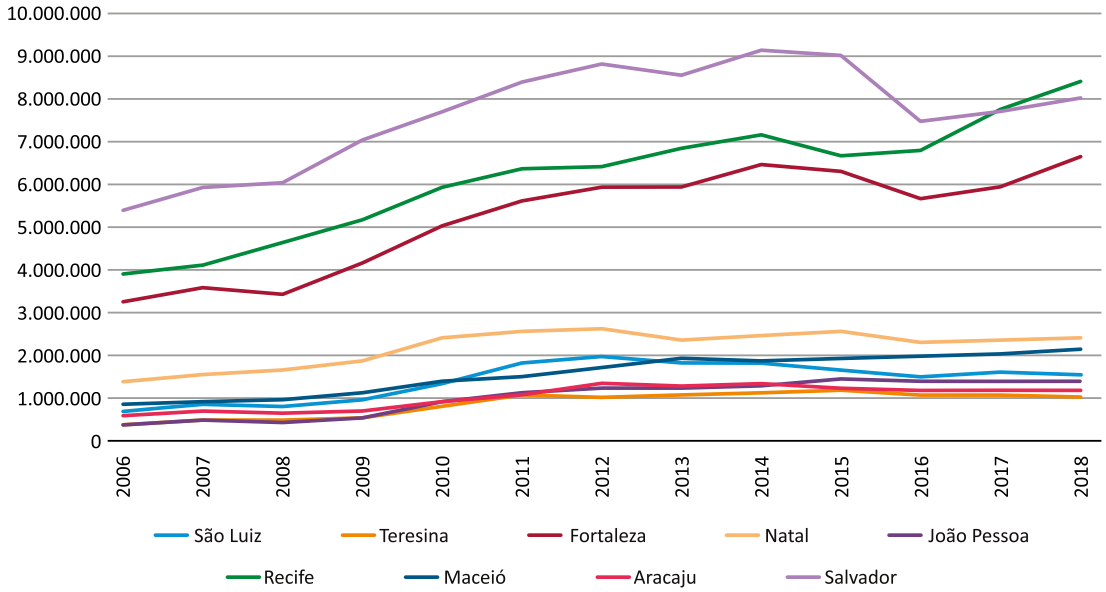
Entretanto, em 2015 e 2016, as atividades do turismo sentem os efeitos da queda do PIB e a demanda por transporte aéreo começa a declinar, resultado da redução da renda pessoal disponível e consequente perda da capacidade de consumo das famílias. A partir de 2017 e 2018, os indicadores da economia exibem sinais moderados de melhora (queda da inflação e dos juros e aumento do consumo das famílias e o mercado de passageiros volta a reagir.

Segundo dados da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), os aeroportos das capitais do Nordeste movimentaram 32.930.703 de passageiros, em 2018, dos quais 31.491.074 de origem nacional (95,6%) e 1.439.629 estrangeiros (4,4%). Relativamente à 2006, o movimento de passageiros cresceu 93,1%. Os maiores incrementos em número de passageiros ocorreram nos aeroportos de Recife (+4.446.090), Fortaleza (+3.365.988) e Salvador (+2.592.031).

Na relação 2014 ante 2006, o crescimento foi de 93,3%, com destaque para passageiros embarcados e desembarcados nos aeroportos de João Pessoa (+2.019,3%), Teresina (+208,5%) e São Luiz (+147,5%). Entretanto, enquanto os passageiros de voos domésticos cresceram 100,6%, os oriundos de voos internacionais caíram 10,8%, nesse período.

Já no comparativo 2018 frente a 2014, o movimento de passageiros nas capitais do Nordestes apresentou pequeno declínio de 0,1%, sendo registrado crescimento no movimento internacional de passageiros (+51,3%) e queda no doméstico (-1,6%).

Gráfico 2 – Movimento de passageiros nos aeroportos das capitais do Nordeste - 2012 a 2018



Fontes: Elaboração BNB/ETENE, com base nos dados da Infraero e estatísticas dos Aeroportos SALVADOR BAHIA AIRPORT (c2017); FORTALEZA AIRPORT (c2019); AEROPORTO DE NATAL (c2019). Nota: (1) Embarques e desembarques, incluindo conexões.

Tabela 1 – Movimento de passageiros nos aeroportos das capitais do Nordeste - Anos selecionados [1]

Aeroportos das capitais do Nordeste	Movimento de Passageiros				Variação %		
	2006	2010	2014	2018	2014/2006	2018/2014	2018/2006
Aeroporto Internacional de São Luiz	740.916	1.379.146	1.833.799	1.589.112	147,5	-13,3	114,5
Doméstico	738.827	1.378.193	1.833.719	1.589.066	148,2	-13,3	115,1
Internacional	2.089	953	80	46	-96,2	-42,5	-97,8
Aeroporto de Teresina	380.440	797.979	1.173.643	1.069.406	208,5	-8,9	181,1
Doméstico	380.440	797.979	1.173.643	1.069.406	208,5	-8,9	181,1
Internacional	0	0	0	0			
Aeroporto Internacional de Fortaleza	3.282.979	5.072.721	6.501.822	6.648.967	98,0	2,3	102,5
Doméstico	3.014.955	4.843.615	6.259.558	6.246.681	107,6	-0,2	107,2
Internacional	268.024	229.106	242.264	402.286	-9,6	66,1	50,1
Aeroporto Internacional de Natal	1.391.956	2.415.833	2.516.871	2.429.389	80,8	-3,5	74,5
Doméstico	1.142.795	2.298.000	2.429.346	2.339.732	112,6	-3,7	104,7
Internacional	249.161	117.833	87.525	89.657	-64,9	2,4	-64,0
Aeroporto Internacional de João Pessoa	415.648	926.043	1.327.284	1.409.137	219,3	6,2	239,0
Doméstico	415.648	926.015	1.327.284	1.405.488	219,3	5,9	238,1
Internacional	0	28	0	3.649			
Aeroporto Internacional de Recife	3.953.845	5.958.982	7.190.381	8.399.935	81,9	16,8	112,4
Doméstico	3.781.912	5.752.071	6.889.246	7.860.280	82,2	14,1	107,8
Internacional	171.933	206.911	301.135	539.655	75,1	79,2	213,9
Aeroporto Internacional de Maceió	870.993	1.431.781	1.893.688	2.180.140	117,4	15,1	150,3
Doméstico	846.203	1.411.577	1.890.245	2.162.216	123,4	14,4	155,5
Internacional	24.790	20.204	3.443	17.924	-86,1	420,6	-27,7
Aeroporto de Aracaju	589.719	940.389	1.377.535	1.186.839	133,6	-13,8	101,3
Doméstico	589.635	940.389	1.377.535	1.186.837	133,6	-13,8	101,3
Internacional	84	0	0	2			-97,6
Aeroporto Internacional de Salvador	5.425.747	7.696.307	9.152.159	8.017.778	68,7	-12,4	47,8
Doméstico	5.051.057	7.350.719	8.835.077	7.631.368	74,9	-13,6	51,1
Internacional	374.690	345.588	317.082	386.410	-15,4	21,9	3,1
TOTAL CAPITAIS	17.052.243	26.619.181	32.967.182	32.930.703	93,3	-0,1	93,1
Doméstico	15.961.472	25698558	32.015.653	31.491.074	100,6	-1,6	97,3
Internacional	1.090.771	920.623	951.529	1.439.629	-12,8	51,3	32,0

Fontes: Elaboração BNB/ETENE, com base nos dados da Infraero e estatísticas dos Aeroportos SALVADOR BAHIA AIRPORT (c2017); FORTALEZA AIRPORT (c2019); AEROPORTO DE NATAL (c2019). Nota: (1) Embarques e desembarques, incluindo conexões.

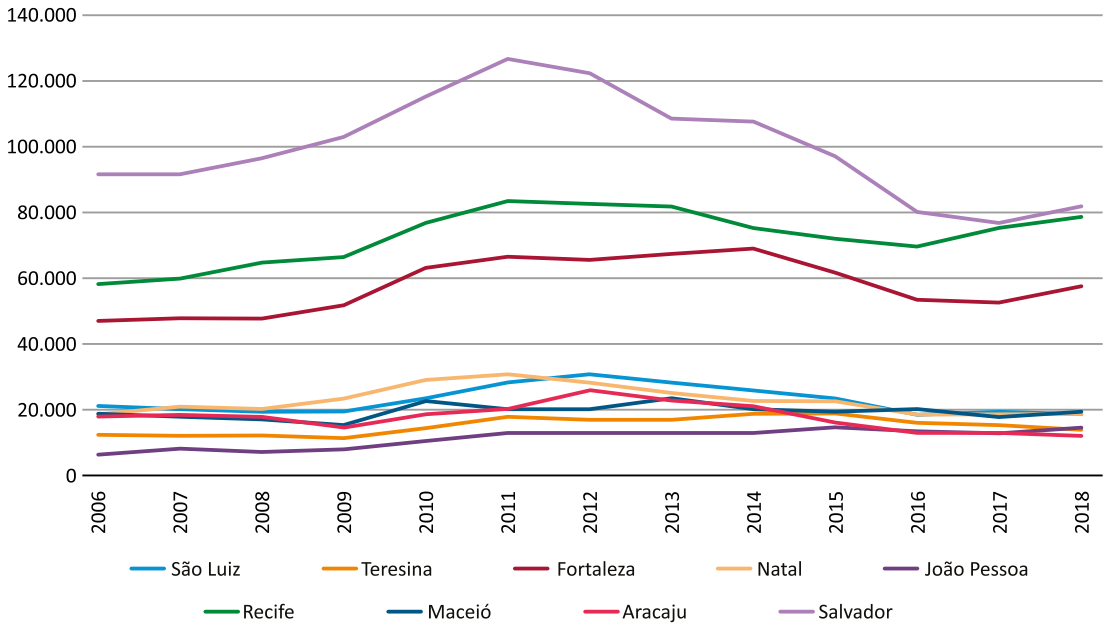
A movimentação de aeronaves nos aeroportos das capitais do Nordestes atingiu 315.246 pousos e decolagens em 2018, dos quais 97% provenientes de voos domésticos.

No período de 2006 a 2014, o movimento de aeronaves apresentou incremento de 28,8% no número de pousos e decolagens, entretanto, os de origem externa decresceram 29,3%. Por outro lado, na comparação 2018/2014, a movimentação de aeronaves decresceu 15,6%, porém o trafego internacional aumentou 25,3%. As maiores quedas na movimentação de aeronaves ocorreram nos aeroportos de Aracaju (-43,1%), São Luis (-27,4 %), Teresina (-24,6%) e Salvador (-24,0%).

Esses resultados refletem o cenário econômico do País nesse período. Vale registrar que o movimento de passageiros e aeronaves em 2018 relativamente a 2016 mostra sinais positivos de recuperação do setor, registrando crescimento no número de passageiros (+11,2%) e no de aeronaves (+4,4%).

Os aeroportos internacionais de Recife, de Salvador e de Fortaleza responderam por 70,0% do movimento de passageiros e por 69,1% do movimento de aeronaves da Região, em 2018.

Gráfico 3 – Movimento[1] de aeronaves nos terminais das capitais do Nordestes - 2012 a 2018



Fontes: Elaboração BNB/ETENE, com base nos dados da Infraero e estatísticas dos Aeroportos SALVADOR BAHIA AIRPORT (c2017); FORTALEZA AIRPORT (c2019); AEROPORTO DE NATAL (c2019). Nota: (1) Pousos e decolagens, incluindo conexões.

Tabela 2 – Movimento[1] de aeronaves nos terminais das capitais do Nordeste - Anos selecionados

Aeroportos das capitais do Nordeste	Movimento de Aeronaves				Variação %		
	2006	2010	2014	2018	2014/2006	2018/2014	2018/2006
Aeroporto Internacional de São Luiz	21.201	23.643	25.821	18.736	21,8	-27,4	-11,6
Doméstico	21.180	23.632	25.788	18.708	21,8	-27,5	-11,7
Internacional	21	11	33	28	57,1	-15,2	33,3
Aeroporto de Teresina	11.757	14.341	18.340	13.823	56,0	-24,6	17,6
Doméstico	11.757	14.333	18.319	13.817	55,8	-24,6	17,5
Internacional	0	8	21	6		-71,4	
Aeroporto Internacional de Fortaleza	46.567	62.570	68.695	57.465	47,5	-16,3	23,4
Doméstico	43.578	61.207	66.730	54.794	53,1	-17,9	25,7
Internacional	2.989	1.363	1.965	2.671	-34,3	35,9	-10,6
Aeroporto Internacional de Natal	18.755	28.623	22.765	18.812	21,4	-17,4	0,3
Doméstico	16.910	27.898	22.228	18.215	31,4	-18,1	7,7
Internacional	1.845	725	537	597	-70,9	11,2	-67,6
Aeroporto Internacional de João Pessoa	6.318	10.743	13.292	14.364	110,4	8,1	127,4
Doméstico	6.318	10.741	13.286	14.237	110,3	7,2	125,3

Aeroportos das capitais do Nordeste	Movimento de Aeronaves				Variação %		
	2006	2010	2014	2018	2014/2006	2018/2014	2018/2006
Internacional	0	2	6	127			
Aeroporto Internacional de Recife	57.812	77.322	75.418	78.766	30,5	4,4	36,2
Doméstico	56.075	75.025	72.830	75.107	29,9	3,1	33,9
Internacional	1.737	2.297	2.588	3.659	49,0	41,4	110,7
Aeroporto Internacional de Maceió	18.370	22.594	20.478	19.695	11,5	-3,8	7,2
Doméstico	18.086	22.391	20.417	19.654	12,9	-3,7	8,7
Internacional	284	203	61	41	-78,5	-32,8	-85,6
Aeroporto de Aracaju	17.659	18.850	21.306	12.115	20,7	-43,1	-31,4
Doméstico	17.645	18.848	21.283	12.077	20,6	-43,3	-31,6
Internacional	14	2	23	38	64,3	65,2	171,4
Aeroporto Internacional de Salvador	91.414	114.946	107.255	81.470	17,3	-24,0	-10,9
Doméstico	87.450	111.011	104.811	79.019	19,9	-24,6	-9,6
Internacional	3.964	3.935	2.444	2.451	-38,3	0,3	-38,2
TOTAL CAPITAIS	289.853	373.632	373.370	315.246	28,8	-15,6	8,8
Doméstico	278.999	365.086	365.692	305.628	31,1	-16,4	9,5
Internacional	10.854	8.546	7.678	9.618	-29,3	25,3	-11,4

Fontes: Elaboração BNB/ETENE, com base nos dados da Infraero e estatísticas dos Aeroportos SALVADOR BAHIA AIRPORT (c2017); FORTALEZA AIRPORT (c2019); AEROPORTO DE NATAL (c2019). Nota: (1) Pousos e decolagens, incluindo conexões.

Vale ressaltar que os dados referentes aos movimentos operacionais dos aeroportos são fornecidos pelas Companhias Aéreas. A Resolução nº 8/2007, da ANAC, atualmente em vigor, revoga, entre outras ações, a obrigatoriedade do envio dessas informações, podendo, portanto, comprometer o grau de fidelidade destas.

3 Considerações Finais

O Governo Federal aprovou, recentemente, o Plano Nacional de Turismo (PNT) 2018-2022 (decreto nº 9.791/19), documento elaborado pelo Ministério do Turismo. O Plano estabelece diretrizes e estratégias para a implementação da Política Nacional de Turismo e tem como objetivo principal ordenar as ações do setor público, orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo (BRASIL, 2018).

O PNT tem como metas: aumentar a entrada anual de turistas estrangeiros de 6,5 para 12 milhões; aumentar a receita gerada pelos visitantes internacionais de US$ 6,5 para US$ 19 bilhões; ampliar de 60 para 100 milhões o número de brasileiros viajando pelo país e ampliar de 7 para 9 milhões o número de empregos no turismo. O PNT propõe, ainda, modernizar e desburocratizar o setor; ampliar investimentos e o acesso ao crédito; estimular a competividade e inovação; investir na promoção do destino Brasil interna e internacionalmente e na qualificação profissional e dos serviços; e fortalecer a gestão descentralizada e a regionalização do turismo.

O Plano deverá ser executado em parceria com estados e municípios, que também deverão elaborar planos semelhantes e alinhados às políticas do Ministério do Turismo, com o objetivo de fortalecer a gestão descentralizada e estimular o turismo doméstico.

Apesar da lenta recuperação da economia, as perspectivas são favoráveis para o desenvolvimento do turismo no País. Segundo o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC, na sigla em inglês), principal consultoria independente de turismo no mundo, a contribuição do turismo ao Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, em 2018, totalizou US$ 152,5 bilhões, ou seja, 8,1% das riquezas nacionais. O mercado ocupou 6,9 milhões de pessoas, 7,5% do número total de trabalhos gerados no País (MARTINS, 2019).

Já o Nordeste deverá reforçar sua posição de segunda região que mais recebe turistas no País, devido a consolidação do hub aéreo da Azul no Aeroporto de Recife e da Air France-KLM e Gol no Aeroporto de Fortaleza, os investimentos realizados e sinalizados pelas novas operadoras dos aeroportos concedidos bem como o esforço dos governos estaduais em promover os destinos turísticos do Nordestes.

Toda essa analise evidencia a importância do setor para a redução das desigualdades sociais e econômicas regionais, para a geração de emprego, renda e divisas e para a melhoraria na distribuição de renda.

Referências

AEROPORTO DE NATAL. Aeroporto Internacional Governador Aluízio Alves. São Gonçalo do Amarante, c2019. *Online*. Disponível em: https://www.natal.aero/br/. Acesso em: ab. 2019.

ANUÁRIO DO TRANSPORTE AÉREO 2017. Brasília: ANAC, v. único, ed.1, 2018.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO OPERACIONAL: 2010. Brasília: INFRAERO, 11 fev. 2011. Disponível em: https://transparencia.infraero.gov.br/estatisticas/. Acesso em: ab. 2019.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO OPERACIONAL: 2015. Brasília: INFRAERO, ab. 2016. Disponível em: https://transparencia.infraero.gov.br/estatisticas/. Acesso em: ab. 2019.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO OPERACIONAL: 2017. Brasília: INFRAERO, ab. 2018. Disponível em: https://transparencia.infraero.gov.br/estatisticas/. Acesso em: ab. 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo - 2018-2022**: "Mais Emprego e Renda para o Brasil". Brasília, 2018. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/2015-03-09-13-54-27.html. Acesso em: maio de 2019.

MOVIMENTO DE AERONAVES DA REDE INFRAERO. Brasília: INFRAERO, jan. 2017 – dez. 2018. Mensal. O*nline* Estatísticas planilha *excel*. Disponível em: https://transparencia.infraero.gov.br/estatisticas/. Acesso em: ab. 2019.

FORTALEZA AIRPORT. Aeroporto Internacional de Fortaleza Pinto Martins. Fortaleza, c2019. Disponível em: https://fortaleza-airport.com.br/pt/. Acesso em: ab. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Panorama e perspectivas para o transporte aéreo no Brasil e no mundo**. Brasília: IPEA, 2010. (Comunicados do IPEA, n.54, maio 2010). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1792. Acesso em: maio de 2019.

MARTINS, André. Cresce a participação do turismo no PIB nacional. **Agência de notícias do turismo.** Brasília: Mtur, 7 mar. 2019. (Página online do Ministério do Turismo, Últimas notícias). Disponível em: http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/12461-cresce-a-participa%C3%A7%C3%A3o-do-turismo-no-pib-nacional.html. Acesso em: maio 2019.

SALVADOR BAHIA AIRPORT. Aeroporto Internacional de Salvador Deputado Luiz Eduardo Magalhães. *Online*. Salvador, c2017. Disponível em: https://www.salvador-airport.com.br/pt-br. Acesso em: ab. 2019.

A Evolução do Emprego Formal no Nordeste no Período de 2002 a 2017

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão. Economista
Mestre em Economia Rural.
Gerente de Produtos e Serviços Bancários do BNB/ETENE.
E-mail: *hellencris@bnb.gov.br*

Resumo

O presente artigo tem como objetivo é explanar as recentes mudanças no mercado de trabalho no Nordeste, nas últimas duas décadas. Dado o contexto econômico internacional e fatores políticos e econômicos nacionais, que produziram diferentes configurações para o crescimento econômico bem como para a geração de emprego e sua realocação nos segmentos produtivos na Região Nordeste.

Portanto, para analisar as principais modificações observadas nos períodos de 2002 a 2017, o presente artigo apresenta um balanço das mudanças recentes no mercado de trabalho, com ênfase na Região Nordeste. Quanto aos procedimentos metodológicos, os dados que serão apresentados foram extraídos da Relação Anual de Informação Social (RAIS).

Verificou-se que a Região Nordeste experimentou avanços no mercado de trabalho, em que o crescimento de seu estoque de emprego foi maior que a média do País, no período em análise, e, consequentemente, ganhou participação frente às demais regiões.

Em relação ao desempenho estadual, embora com crescimento do estoque de todas as Unidades Federativas, constatou tendência de desconcentração espacial do emprego formal na Região.

Na análise dos últimos 15 anos, verificaram-se mudanças na estrutura produtiva. Entre as mudanças, destacam-se o avanço de postos de trabalho no setor de serviços considerados “modernos”; concentração do emprego formal em alguns setores da atividade econômica, considerados urbanos; e, expansão do emprego industrial em setores de alta e média alta intensidades tecnológicas.

Palavras-chave

Mercado de trabalho. Emprego. Estabelecimento. Nordeste.

1 Introdução

Tomando como ponto de partida as mudanças recentes no sistema produtivo, dada a dinâmica da economia, o mercado de trabalho no Nordeste apresentou mudanças nas últimas duas décadas.

No período de 2002 a 2017, o contexto econômico internacional e fatores políticos e econômicos nacionais, produziram diferentes configurações para o crescimento econômico bem como para a geração de emprego e sua realocação nos segmentos produtivos no País e na Região Nordeste.

Entre os anos de 2002 e 2014, o estoque de emprego no País e na Região cresceu. E, mesmo diante da crise financeira internacional deflagrada em 2008, que impactou negativamente a economia nacional e no âmbito regional, o nível de emprego continuou a crescer, com índices ainda mais exitosos a partir de 2010, com seu auge em 2014.

No entanto, houve uma descontinuidade do crescimento do nível de emprego. Nos anos de 2015 a 2017, impactado pela crise política e econômica no plano nacional, o nível de emprego reduziu no País e na Região Nordeste, atingindo taxas negativas nos anos de 2015 e 2016.

Consequentemente, a presente análise foi influenciada por dois momentos que marcaram a evolução do crescimento do emprego formal no País e na Região.

Portanto, para analisar as principais modificações observadas nos períodos de 2002 a 2017, o presente artigo apresenta um balanço das mudanças recentes no mercado de trabalho, com ênfase na Região Nordeste. Quanto aos procedimentos metodológicos, os dados que serão apresentados foram extraídos da Relação Anual de Informação Social (RAIS). A RAIS é uma importante fonte de dados (registros administrativos) sobre o mercado de trabalho formal no Brasil.

O documento está organizado em cinco capítulos. A introdução apresenta os aspectos gerais da abordagem do tema mercado de trabalho do Nordeste.

No segundo capítulo, o tema mercado de trabalho foca os aspectos regionais, com contraponto Nordeste-Brasil para o período de 2002 a 2017, detalhando ainda a análise da evolução da estrutura do mercado de trabalho nas regiões.

O terceiro capítulo analisa a evolução do estoque de emprego no contexto estadual. Resumidamente, verificou-se que há em percurso uma "desconcentração espacial" do estoque de emprego, no período de 2002 a 2017, com o crescimento expressivo da participação de alguns estados, a exemplo do Maranhão e Ceará.

O quarto capítulo aprofunda a discussão, conforme as características dos setores e subsetores das atividades econômicas no mercado de trabalho na Região Nordeste. E, por último, nas considerações finais, discute-se uma avaliação geral do mercado de trabalho delineando, especialmente a evolução dos acontecimentos citados ao longo do capítulo, onde se avançou e, o mais importante, o que se pode esperar e/ou quais são as novas questões sobre as diretrizes do mercado de trabalho, especificamente, no Nordeste.

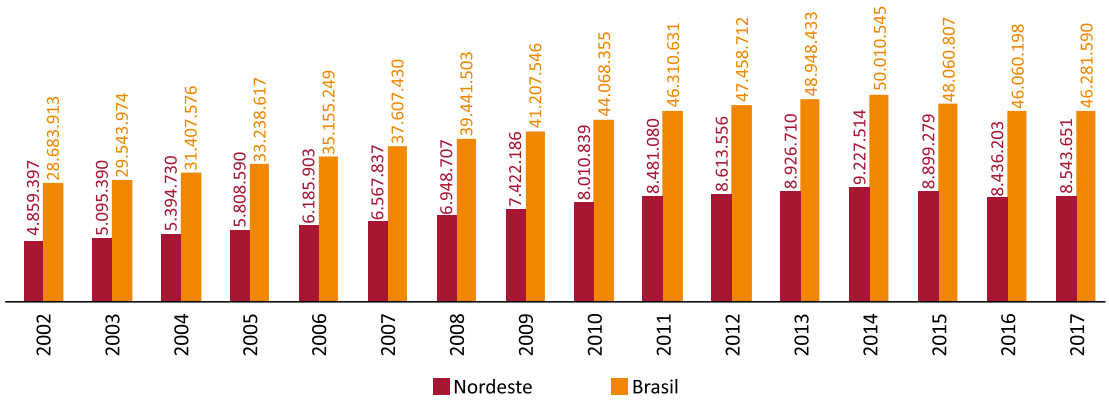
2 Análise Regionalizada do Mercado de Trabalho

Acompanhando o dinamismo da economia brasileira, a tendência geral do mercado de trabalho foi de crescimento de 2002 a 2017. Neste período, o estoque de emprego no Brasil cresceu 3,2% ao ano, apresentando taxa acumulada de 61,4%. Da mesma forma, o nível de emprego no Nordeste registrou crescimento (+3,8% a.a.), com taxa acumulada de 75,8%, níveis acima da média nacional.

No entanto, no decorrer da análise, o comportamento do estoque de emprego não foi linear. A partir do Gráfico 1, verifica-se que tanto Brasil quanto Nordeste aumentaram continuamente o estoque de emprego no período de 2002 a 2014, sendo este último ano o auge dos seus respectivos estoques de emprego. Cabe destacar que, apesar da crise financeira internacional, deflagrada em 2008, esta não repercutiu com maior severidade no mercado de trabalho nacional, inclusive o do Nordeste.

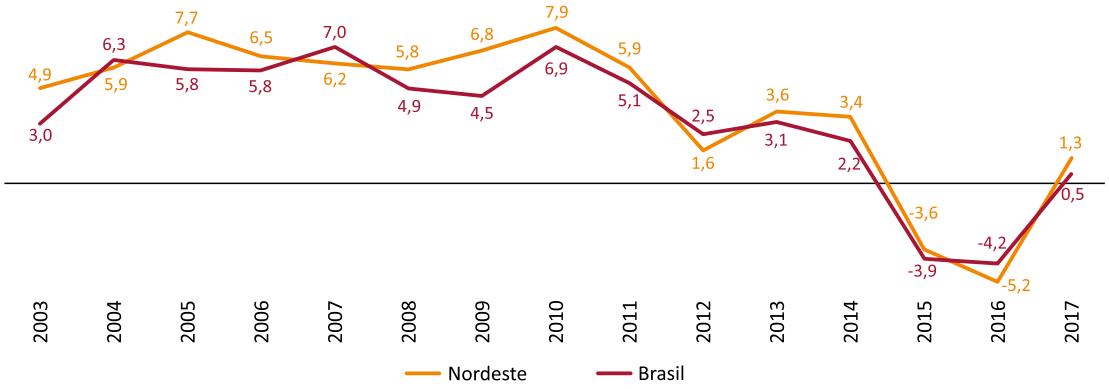
Posteriormente, de 2015 a 2017, verificou-se redução do estoque de emprego tanto para Brasil quanto no Nordeste. A partir de 2015, foram sentidos com maior intensidade os efeitos do desaquecimento do comércio internacional, com o início da queda dos preços das commodities em 2011, e, principalmente, do esgotamento da atividade econômica e da crise política no plano nacional, culminando numa recessão econômica que se prolongou até 2016, e com efeitos negativos em 2017.

Gráfico 1 – Brasil e Nordeste: Evolução do estoque de emprego – 2002 a 2017 (em mil pessoas)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2018).

Gráfico 2 – Brasil e Nordeste: Evolução do crescimento do estoque de emprego (%) – 2002 a 2017



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2018).

2.1 Desempenho do estoque de emprego nas Regiões do País

Na série estudada, 2002-2017, o nível do estoque de emprego no Nordeste apresentou crescimento médio de 3,8% ao ano (a.a.). A exemplo do Nordeste, as regiões Norte (+4,9%) e Centro-Oeste (+4,0%) também tiveram variação na série superior à média Nacional (+3,2%), conforme dados da Tabela 1.

Diante desse crescimento, no período de 2002 a 2017, o Nordeste registrou incremento de 3,6 milhões de novos empregos. E, chegou em 2017 com nível do emprego de 8,5 milhões de trabalhadores formalizados, configurando o segundo maior do País, de acordo com informações da Tabela 1.

Tabela 1 – Brasil e Regiões – Estoque de emprego e taxa de crescimento (%) – Anos selecionados

País/Região	2002		2017		Taxa média de crescimento ao ano (% a.a.)			Variação 2002-2017	
	Vínculo	Par. (%)	Vínculo	Par. (%)	2002 - 2014	2015 - 2017	2002 - 2017	p. p.	Vínculo
Sudeste	15.128.474	52,7	22.758.090	49,2	5,3	-0,1	2,8	-3,6	7.629.616
Nordeste	4.859.397	16,9	8.543.651	18,5	5,5	-2,0	3,8	1,5	3.684.254
Sul	5.075.659	17,7	8.136.303	17,6	6,7	-1,5	3,2	-0,1	3.060.644
Centro-Oeste	2.323.786	8,1	4.201.923	9,1	4,3	-2,4	4	1,0	1.878.137
Norte	1.296.597	4,5	2.641.623	5,7	4,5	-1,2	4,9	1,2	1.345.026
Brasil	28.683.913	100,0	46.281.590	100,0	4,7	-1,9	3,2	0,0	17.597.677

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2018).

Em 2017, com contingente populacional estimado em 57,2 milhões de pessoas e estoque de emprego com 8,5 milhões de empregados formais, a relação de empregos formais e população residente foi de 14,9% no Nordeste. No entanto, em 2002, essa participação do número de emprego formal em relação à população residente foi de apenas 9,9%. Ou seja, no período de 2002 a 2017, essa participação aumentou em 5,0 pontos percentuais, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Brasil e Regiões – População residente estimada (pessoas), estoque de emprego e taxa de formalização da população[1] – 2002 e 2017

País/Região	2002			2017			Variação da Taxa de Formalização (em p.p.)
	População	Empregos formais	Taxa de Formalização[1]	População	Empregos formais	Taxa de Formalização[1]	
Sudeste	74.447.456	15.128.474	20,3	86.949.714	22.758.090	26,2	5,9
Nordeste	48.845.112	4.859.397	9,9	57.254.159	8.543.651	14,9	5,0
Sul	25.734.253	5.075.659	19,7	29.644.948	8.136.303	27,4	7,7
Norte	13.504.599	1.296.597	9,6	17.936.201	2.641.623	14,7	5,1
Centro-Oeste	12.101.540	2.323.786	19,2	15.875.907	4.201.923	26,5	7,3
Brasil	174.632.960	28.683.913	16,4	207.660.929	46.281.590	22,3	5,9

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Sistemas de Contas Regionais (2018).
Nota: (1) Taxa de formalização da população compreende o percentual de empregos formais em relação à população residente.

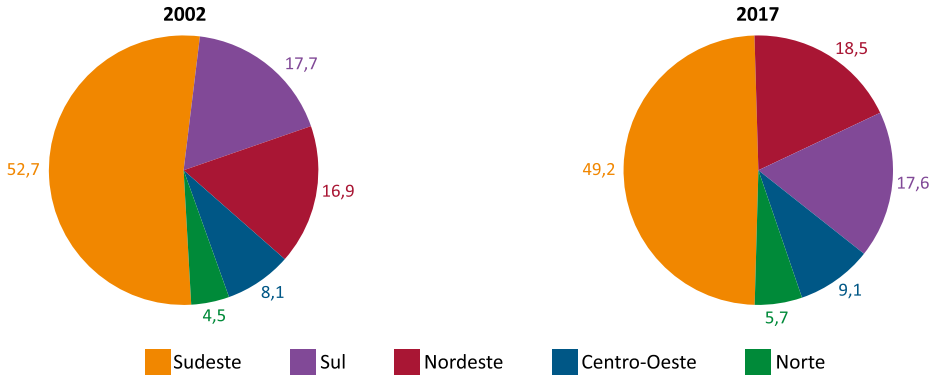
2.2. Evolução das participações do estoque de emprego entre as Regiões

Ao longo do período 2002 a 2017, com a evolução da estrutura do mercado de trabalho, conclui-se que as diferenças entre as Regiões se alteraram, como se observa no Gráfico 3 e Tabela 1. Mesmo que não substancialmente, essas mudanças apontam para um processo de desconcentração espacial do estoque de emprego formal no País, de forma que o eixo Sudeste-Sul perdeu participação no estoque total de empregos, enquanto, que o Nordeste avançou nesse mesmo período, assim como o Norte e o Centro-Oeste, como pode ser visto a seguir.

Entre as Regiões, três aumentaram sua participação relativa no total do estoque de emprego no País. Nordeste foi a Região com maior crescimento em participação, com seu estoque de empregos evoluindo de 16,9%, em 2002, para 17,6%, em 2017 (aumento de 1,5 p.p.); em seguida, Norte que passou de 4,5% para 5,7% (aumento de 1,2 p.p.) e o Centro-Oeste, que avançou de 8,1% para 9,1% (variação de +1,0 p.p.), no período de 2002 a 2017. Ou seja, a participação conjunta das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste passou para 33,2% em 2017, ante 29,6% em 2002.

Por outro lado, Sudeste e Sul diminuíram suas respectivas participações no período analisado. O conjunto de suas participações no emprego formal decaiu para 66,8% em 2017, em contraste com 70,4% em 2002. O Sudeste (-3,6p.p.) computou a maior perda, para 49,2% em 2017, ante 52,7% em 2002; enquanto o Sul (-0,1 p.p.), reduziu para 17,6% em 2017, em contraste com 17,7% em 2002.

Gráfico 3 – Participação do estoque de emprego (%), por Região – 2002 e 2017



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2018).

3 Desempenho Estadual do Mercado de Trabalho

As políticas econômicas adotadas no Brasil, no início desse século, ocasionaram impactos na estrutura produtiva do Nordeste, modificando as configurações do mercado de trabalho na Região, tanto em relação ao quantitativo de emprego quanto em termos das participações dos setores da atividade econômica na Região e nos Estados, entre os anos de 2002 a 2017.

De acordo com a Tabela 3, no período 2002 a 2017, o crescimento do nível do estoque de emprego ocorreu em todas as Unidades Federativas do Nordeste. Neste mesmo intervalo de tempo, cabe mencionar que o crescimento do estoque de emprego no Maranhão (+5,3%), Piauí (+4,4%), Ceará (+4,2%) e Rio Grande do Norte (+4,2%) superou a expansão da média do Nordeste (+3,8%).

Tabela 3 – Brasil, Nordeste e Estados – Estoque de emprego e taxa de crescimento (%) – Anos selecionados

País/Região/Estado	Estoque de empregos		Taxa Média de Crescimento ao ano (% a.a.)		
	2002	2017	2002 - 2014	2015 - 2017	2002-2017
Bahia	1.309.717	2.223.775	4,3	-2,2	3,6
Pernambuco	943.895	1.584.780	5,2	-1,9	3,5
Ceará	793.312	1.464.948	5,8	-2,6	4,2
Maranhão	329.935	713.051	7,1	-0,7	5,3
Paraíba	375.537	638.270	5,2	-2,2	3,6
Rio Grande do Norte	318.971	588.373	5,5	-2,6	4,2
Alagoas	311.780	486.763	5,7	-0,8	3,0
Piauí	236.945	453.229	6,0	-1,7	4,4
Sergipe	239.305	390.462	4,9	-1,8	3,3
Nordeste	**4.859.397**	**8.543.651**	**5,5**	**-2,0**	**3,8**
Brasil	**28.683.913**	**46.281.590**	**4,7**	**-1,9**	**3,2**

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2018).

Em 2017, os três estados mais dinâmicos economicamente do Nordeste, ou seja, Bahia, Pernambuco e Ceará apresentaram o maior contingente de empregos formais na Região. Neste ano, Bahia computou 2,2 milhões de empregos com carteira assinada, representando cerca de 26,0% do total da Região. Seguiram Pernambuco, com 1,5 milhão de empregos (18,5%) e Ceará, com registro de 1,4 milhão de vagas (17,1%). Além da característica de terem as maiores economias na Região, os três Estados possuem as maiores densidades demográficas e níveis de urbanização da Região, fatores que contribuem diretamente para a concentração dos empregos formais.

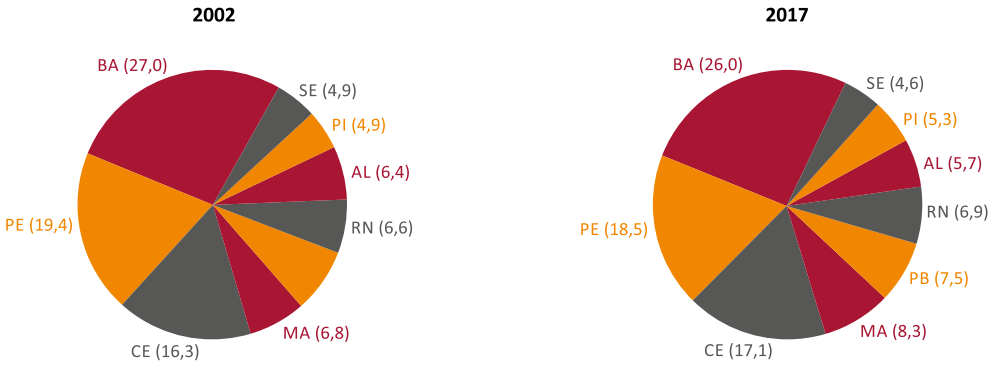
Entre 2002 e 2017, verificou-se que houve "desconcentração espacial" do estoque de empregos na Região, sendo que a participação de alguns Estados cresceu no período em análise. Como pode ser visto na Tabela 4 e no Gráfico 4, o conjunto de Unidades Federativas formado por Maranhão (+1,6 p.p), Ceará (0,8 p.p.), Piauí (+0,4 p.p.) e Rio Grande do Norte (+0,3 p.p.) ganhou participação do estoque de empregos na Região. Estes Estados, como já mencionado, registraram crescimento do nível de emprego acima da média regional.

Tabela 4 – Nordeste: Participação do estoque de emprego por Unidade Federativa (%) – Períodos selecionados

Estado/Região	Participação (%)						Var. (%) 2002 a 2017	
	2002	2005	2008	2011	2014	2017	p. p. (1)	ao ano
Bahia	27,0	27,5	26,8	26,7	25,9	26,0	-1,0	3,6
Pernambuco	19,4	18,9	18,8	19,4	19,4	18,5	-0,9	3,5
Ceará	16,3	15,8	16,3	16,6	17,0	17,1	0,8	4,2
Maranhão	6,8	6,9	7,8	8,0	8,1	8,3	1,5	5,3
Paraíba	7,7	7,2	7,4	7,2	7,5	7,5	-0,2	3,6
Rio Grande do Norte	6,6	7,8	7,4	7,0	6,9	6,9	0,3	4,2
Alagoas	6,4	6,3	6,1	5,9	5,6	5,7	-0,7	3,0
Piauí	4,9	4,8	4,8	4,6	5,0	5,3	0,4	4,4
Sergipe	4,9	4,8	4,6	4,5	4,6	4,6	-0,3	3,3
Nordeste	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	3,8

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2018). Nota: (1) Variação em ponto percentual no período de 2002 a 2017.

Gráfico 4 – Nordeste: Participação do estoque de emprego por Unidade Federativa (%) – 2002 e 2017



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2018).

4 Mudança na Estrutura Produtiva

Uma das formas pela qual a mudança da estrutura produtiva se configura é através das transformações da composição do estoque de emprego entre setores da economia. Para verificar tal processo na Região Nordeste, através das Tabelas 4 e 5, detalham-se o nível de estoque e seu crescimento, assim como, as participações para cada setor da atividade econômica.

Na Região, todos os setores econômicos apresentaram crescimento no estoque de emprego no período de 2002 a 2017. De acordo com a Tabela 5, setores como Comércio (+5,5% a.a.), Serviços (4,9% a.a.) e Construção Civil (+3,7% a.a.) lideraram referida expansão.

Tabela 5 – Nordeste: Estoque de emprego e taxa de crescimento (%), por setor da atividade econômica – Períodos selecionados

Setor	Estoque de empregos		Taxa Média de Crescimento ao ano (% a.a.)			Taxa Acumulada 2002-2017
	2002	2017	2002 - 2014	2015 - 2017	2002-2017	
Serviços	1.331.839	2.748.627	6,5	-1,2	4,9	106,4
Administração Pública	1.677.588	2.516.970	3,5	0,1	2,7	50,0
Comércio	712.138	1.597.726	7,5	-2,3	5,5	124,4
Indústria de Transformação	646.507	953.133	5,2	-3,7	2,6	47,4
Construção Civil	208.486	361.744	9,4	-15,0	3,7	73,5
Agropecuária	195.554	246.024	1,8	0,8	1,5	25,8
S.I.U.P.	63.366	85.036	2,7	-2,2	2,0	34,2
Extrativa Mineral	23.919	34.391	5,0	-8,4	2,5	43,8
Nordeste	4.859.397	8.543.651	5,5	-2,0	3,8	75,8

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2018).

A redefinição de alguns setores na Região, mesmo diante da crise que se instaurou a partir de 2015, seguiu os rumos demarcados, principalmente, pela demanda local. Essa mudança é perceptível na visualização das Tabelas 5 e 6.

No período de 2002 a 2017, o crescimento da economia regional teve rebatimentos sobre a estrutura produtiva, ao passo que foram redirecionados à geração de empregos para setores considerados urbanos. O estoque de emprego do setor de Serviços e de Comércio praticamente duplicou, tendo em vista as taxas acumuladas de crescimento de 106,4% e 124,4%, respectivamente. Desta forma, Serviços, com participação de 32,2%, passou para a primeira colocação no quantitativo de empregos em 2017, com 2,7 milhões de empregados registrados em carteira. E, Comércio (18,7%) permanece em terceiro lugar com 1,5 milhão de empregos formais em 2017.

Administração Pública (29,5%), com 2,5 milhões de empregados, possui o segundo maior estoque na Região em 2017. Indústria da Transformação (11,2%) possui 953 mil empregos em seu quadro de trabalhadores formais. Construção Civil (4,2%) registrou 361 mil empregados, seguida pela Agropecuária (246 mil empregos, 2,9%), Serviços Industriais de Utilidade Pública - S.I.U.P. (85 mil empregos, 1,0%) e Extrativa Mineral (34 mil empregos, 0,4%), conforme dados das Tabelas 4 e 5. Nas seções subsequentes, as atividades econômicas serão analisadas com maior detalhamento.

Tabela 6 – Nordeste: Participação do estoque de emprego (%), segundo o setor – Anos selecionados

Setor	2002	2005	2008	2011	2014	2017	Var. p. p.
Serviços	27,4	26,6	26,7	28,1	30,8	32,2	4,8
Administração Pública	34,5	34,9	33,2	30,0	27,4	29,5	-5,1
Comércio	14,7	15,5	16,4	17,5	18,3	18,7	4,0
Ind. de Transformação	13,3	13,4	13,5	12,7	12,8	11,2	-2,1
Construção Civil	4,3	4,0	5,2	7,4	6,7	4,2	-0,1
Agropecuária	4,0	4,0	3,3	2,9	2,6	2,9	-1,1
S.I.U.P.	1,3	1,1	1,0	0,9	0,9	1,0	-0,3
Extrativa Mineral	0,5	0,4	0,5	0,5	0,5	0,4	-0,1
Nordeste	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2018).

Outro reflexo da dinamização do mercado de trabalho no período analisado é o crescimento do número de estabelecimentos na Região que ocorreu no período de 2002 a 2017. Conforme dados da Tabela 7, verificou-se que além da ampliação das unidades produtivas em todos os setores da atividade econômica para este período, paralelamente, houve um processo de centralização dessas unidades nos setores do Comércio, Serviços e da Indústria de Transformação, quando, em 2017, estas representavam 44,8%, 35,9% e 8,0%, respectivamente.

Tabela 7 – Nordeste – Número de estabelecimento, participação (%) e taxa de crescimento (%), segundo o setor da atividade econômica – 2002 e 2017

Setor	2002		2017		Taxa de cresc. 2002-2017	
	Estabelecimento	Part. (%)	Estabelecimento	Part. (%)	Ao ano (%)	Acumulada (%)
Comércio	142.147	43,6	281.878	44,8	4,7	98,3
Serviços	110.719	34,0	225.557	35,9	4,9	103,7
Indústria de Transformação	28.645	8,8	50.322	8,0	3,8	75,7
Agropecuária	22.097	6,8	31.782	5,1	2,5	43,8
Construção Civil	16.557	5,1	30.571	4,9	4,2	84,6
Administração Pública	3.690	1,1	5.300	0,8	2,4	43,6
S.I.U.P.	1.245	0,4	1.862	0,3	2,7	49,6
Extrativa Mineral	849	0,3	1.466	0,2	3,7	72,7
Nordeste	325.949	100,0	628.738	100,0	4,5	92,9

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2018).

4.1 Comércio e Serviços

De 2002 a 2017, Comércio (+5,5%) e Serviços (+4,9%) apresentaram os maiores crescimentos do estoque de emprego entre as atividades econômicas do Nordeste, conforme os dados das Tabelas 5 e 6.

Esse contexto foi proporcionado pelo dinamismo econômico regional, impactado principalmente pela maior demanda de bens de consumo não duráveis, reflexo da valorização do salário mínimo, aumento da oferta de crédito, além das políticas de transferências de renda que beneficiaram a Região; além do incremento no consumo de insumos industriais, com a retomada de investimentos públicos e privados.

Desta forma, com a crescente presença de setores estratégicos para a Região, através da indústria de transformação, da construção civil e dos complexos agroindustriais, houve maior disseminação nos serviços considerados modernos e no comércio, inclusive no interior da Região, desde a ampliação da oferta de serviços especializados, a exemplo de educação e saúde, e expansão de grandes cadeias de supermercados, magazines e shopping centers[1].

O estoque de emprego em Comércio no Nordeste aumentou sua participação para 18,7% em 2017, em contraste com 14,7% em 2002. Por sua vez, a participação dos estabelecimentos comerciais cresceu para 44,8% em 2017, ante 43,6% em 2002, conforme dados da Tabela 7. Das 281.878 unidades produtivas do Comércio, em 2017, constata-se que 98,8% desses empreendimentos são de micro e pequeno portes, Tabela 8.

No mesmo sentido, o estoque de emprego em Serviços aumentou sua participação para 32,2% em 2017, ante 27,4% em 2002, configurando o setor com maior estoque de empregos celetistas na Região.

Diante desse crescimento, e na mesma direção, ocorreu ampliação do número de estabelecimentos empresarias do setor de Serviços. De 2002 a 2017, a participação das unidades produtivas desse setor passou de 34,0% para 35,9% dos estabelecimentos totais na Região, respectivamente (Tabela 7). No ano de 2017, estavam registradas 225.557 empresas prestadoras de Serviços, das quais 97,0% eram de micro e pequeno portes, Tabela 8.

1 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2014; BERNAL, 2005; BEZERRA, 2018; TOMÉ, 2019 e VIANA, 2018.

Tabela 8 – Nordeste: Número de estabelecimento, estoque de emprego e participação (%) para Comércio e Serviços, segundo o porte da empresa em 2017

	Estabelecimento [1] / Estoque de emprego	Comércio	Serviços	Total	Participação (%)		
					Comércio	Serviços	Total
Nº de estabelecimentos	Até 9 empregados [2]	247.542	184.629	432.171	87,8	81,9	85,2
	De 10 a 49 empregados [3]	30.893	33.999	64.892	11,0	15,1	12,8
	De 50 a 99 empregados [4]	2.162	3.807	5.969	0,8	1,7	1,2
	100 ou mais empregados [5]	1.281	3.122	4.403	0,5	1,4	0,9
	Total	281.878	225.557	507.435	100,0	100,0	100,0
	Part. (%)	55,5	44,5	100,0			
Nº de vínculos	Até 9 empregados [2]	637.500	504.663	1.142.163	39,9	18,4	29,0
	De 10 a 49 empregados [3]	555.955	670.731	1.226.686	34,8	24,4	31,1
	De 50 a 99 empregados [4]	147.917	260.821	408.738	9,3	9,5	0,2
	100 ou mais empregados [5]	256.354	1.312.412	1.568.766	16,0	47,7	39,8
	Total	1.597.726	2.748.627	4.346.353	100,0	100,0	100,0
	Part. (%)	36,8	63,2	100,0			

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2018). Nota: (1) Porte de estabelecimento segundo o número de empregados (SEBRAE, 2013); (2) Microempresa; (3) Empresa de pequeno porte; (4) Empresa de médio porte; (5) Grande empresa.

4.1.1 Serviços considerados modernos

Segundo Meirelles (2008), o setor de Serviços carrega importantes diferenças entre os países desenvolvidos e "subdesenvolvidos" (ou em desenvolvimento), que podem ser reproduzidas na composição dos serviços modernos e tradicionais:

> "Os serviços tradicionais, que empregam mão de obra menos qualificada e mal remunerada, ainda são responsáveis por grande parte da evolução do setor nos países subdesenvolvidos. Em contrapartida, nos países desenvolvidos, os serviços modernos, com um maior conteúdo tecnológico e uma mão de obra mais qualificada, tendem a ser preponderantes na composição do setor".

O setor de Serviços apresentou expressiva participação tanto no Produto Interno Bruto[2] quanto no estoque de emprego na Região e no País, conforme visto na seção anterior. Embora com representatividade, o setor de Serviços ainda absorve considerável parcela nos segmentos tradicionais, a exemplo da *administração técnica profissional* (Brasil, 30,8%; Nordeste, 32,7%) e *alojamento/comunicação* (Brasil, 24,7%; Nordeste, 23,7%), no ano de 2017, conforme dados da Tabela 9.

Inclusive o Sudeste, que centraliza grande parte do parque industrial brasileiro que demanda serviços intensivos em capital e conhecimento técnico, também concentra expressivo estoque de mão de obra do setor voltado ao serviço tradicional (administração técnica profissional, 32,0%; e alojamento/comunicação, 24,3%).

Tabela 9 – Brasil e Regiões: Estoque de emprego por sub-setor de Serviços e participação (%) em 2017

Sub-setor	Norte	Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Sudeste	Brasil	Part. (%)		
							NE	SE	BR
Adm. Técnica Profissional	169.812	388.577	739.991	899.061	2.967.219	5.164.660	32,7	32,0	30,8
Alojamento/Comunicação	173.571	374.852	685.010	645.949	2.259.782	4.139.164	23,5	24,3	24,7
Transporte e Comunicações	113.894	191.786	475.202	345.648	1.436.469	2.562.999	12,6	15,5	15,3
Médico Odontológico Vet.	81.483	169.167	329.933	358.291	1.134.789	2.073.663	13,0	12,2	12,4
Ensino	105.851	162.674	329.782	404.344	985.750	1.988.401	14,7	10,6	11,9
Instituição Financeira	27.734	81.554	142.477	95.334	496.659	843.758	3,5	5,4	5,0
Total de Serviços	672.345	1.368.610	2.702.395	2.748.627	9.280.668	16.772.645	100,0	100,0	100,0
Part. (%)	4,0	8,2	16,1	16,4	55,3	100,0	-	-	-

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2018).

2 O crescimento médio do Valor Adicionado Bruto de Serviços na Região foi de 3,4% a.a., entre 2002 a 2017. Sendo assim, no período, o setor de serviços ganhou participação relativamente aos demais setores da economia, saindo de 67,1% para 74,3%.

No entanto, na análise que compreende os anos de 2002 a 2017, verificou-se clara tendência de crescimento dos serviços denominados modernos, como serviços da área da saúde e da educação, na Região Nordeste, acompanhando o contexto nacional.

Em 2002, com 89.340 empregados, serviços de saúde (públicos e privados) participavam com 11,9% da força de trabalho do setor terciário, e, em 2017, essa participação foi de 13,0%, com estoque de 358.291 empregados, conforme a Tabela 10.

Tabela 10 – Nordeste – Estoque de emprego, participação e taxa de crescimento (%), segundo subsetores de Serviços – 2002 e 2017

Subsetor	2002		2017		Variação 2002 a 2017		
	Vínculo	Part. (%)	Vínculo	Part. (%)	Acumulada (%)	a. a. (%)	p. p.
Adm. Técnica Profissional	200.223	29,1	899.061	32,7	349,0	10,5	3,6
Aloj. Comunic.	192.455	28,6	645.949	23,5	235,6	8,4	-5,1
Ensino	193.628	11,1	404.344	14,7	108,8	5,0	3,6
Médicos Odontológicos Vet.	89.340	11,9	358.291	13,0	301,0	9,7	1,2
Transporte e Comunicações	72.621	14,6	345.648	12,6	376,0	11,0	-2,0
Instituição Financeira	72.059	4,7	95.334	3,5	32,3	1,9	-1,2
Total de Serviços no Nordeste	1.331.839	100,0	2.748.627	100,0	106,4	4,9	-

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2018).

Quanto ao Ensino, um dos subsetores que também responde pela maior parte do impulso do crescimento do emprego de Serviços, variou positivamente em 5,0% a.a. entre 2002 a 2017.

O estoque de emprego da área da educação esteve melhor posicionado em relação ao restante das outras atividades de serviços, uma vez que passou de 11,1% (193.628 empregos) em 2002 para 14,7% (404.344 empregos) em 2010, representando ganho em 3,6 pontos percentuais no período (Tabela 9).

Esses avanços estão relacionados a importantes investimentos na área de educação do ensino superior (pública e privada) em todo o território nacional, nos últimos 15 anos; em especial, no Nordeste, em que a presença de universidades, centros universitários, faculdades e institutos federais registrou considerável crescimento, especialmente, com o aumento da oferta de estabelecimentos de ensino no interior da Região (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2014).

Em 2002, o número total de instituições de ensino superior no Nordeste era de apenas 256, sendo 117 instaladas no interior da Região. Em 2017, em resposta às políticas de fomento na expansão do ensino superior, que resultou na criação de novas unidades (públicas e privadas) e na interiorização das universidades federais, o Nordeste passou a contar com 517 instituições de ensino superior, sendo 275 instituições no interior da Região. Ou seja, crescimento de 135% em relação a 2002, configurando o maior aumento entre as regiões do País, conforme a Tabela 11.

Tabela 11– Brasil e Regiões – Quantitativo do total de instituições do ensino superior(1), participação e taxa de crescimento (%), distribuição pelo total nas capitais e interior – 2002 e 2017

Brasil e Regiões	Instituições em 2002			Instituições em 2017			Taxa Acumulada (%)			Part. (%) 2017		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Sudeste	840	246	594	1.121	301	820	33,5	22,4	38,0	45,8	34,4	52,1
Nordeste	256	139	117	517	242	275	102,0	74,1	135,0	21,1	27,7	17,5
Sul	260	61	199	405	111	294	55,8	82,0	47,7	16,5	12,7	18,7
Centro-Oeste	198	94	104	240	122	118	21,2	29,8	13,5	9,8	14,0	7,5
Norte	83	52	31	165	98	67	98,8	88,5	116,1	6,7	11,2	4,3
Brasil	1.637	592	1.045	2.448	874	1.574	49,5	47,6	50,6	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2018). Nota: (1) Universidades; Centros Universitários; Faculdades e IF e CEFET.

4.1.2 Desconcentração espacial do estoque de emprego

A partir dos dados da Tabela 12, verificou-se que os estados do Piauí (+6,9%) e Maranhão (+6,3%) lideraram as taxas de crescimento no estoque de emprego formal nos setores de Comércio e Serviços, de 2002 a 2017. Consequentemente, houve um ganho de participação do estoque de emprego, em que Piauí e Maranhão avançaram, em média, 1,2 p. p. (cada) em 15 anos, conforme dados da Tabela 13.

Tabela 12 – Nordeste e Estados: Estoque de emprego no comércio e serviços – 2002 e 2017

Nordeste e Estados	2002			2017			Taxa de crescimento (% a.a.) 2002 a 2017		
	Comércio	Serviços	Total	Comércio	Serviços	Total	Comércio	Serviços	Total
Bahia	215.968	405.813	621.781	437.762	736.669	1.174.431	4,8	4,1	4,3
Pernambuco	141.620	283.690	425.310	296.506	566.673	863.179	5,0	4,7	4,8
Ceará	106.701	231.888	338.589	259.124	484.052	743.176	6,1	5,0	5,4
Rio Grande do Norte	49.318	85.010	134.328	114.049	188.893	302.942	5,7	5,5	5,6
Maranhão	51.045	82.192	133.237	146.239	187.563	333.802	7,3	5,7	6,3
Paraíba	42.837	76.031	118.868	103.246	172.936	276.182	6,0	5,6	5,8
Piauí	35.930	48.340	84.270	89.235	140.475	229.710	6,3	7,4	6,9
Alagoas	37.288	59.223	96.511	85.504	138.726	224.230	5,7	5,8	5,8
Sergipe	31.431	59.652	91.083	66.061	132.640	198.701	5,1	5,5	5,3
Nordeste	712.138	1.331.839	2.043.977	1.597.726	2.748.627	4.346.353	5,5	4,9	5,2

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2018).

Bahia (27,0%) e Pernambuco (19,9%) concentraram quase a metade do estoque de emprego no setor de Comércio e Serviços na Região, em 2017. No entanto, entre 2002 e 2017, Bahia e Pernambuco perderam participação de -3,4 p.p. e -0,9 p.p, respectivamente (vide Tabela 13).

Tabela 13 – Nordeste e Estados: Participação do estoque de emprego (%) no comércio e serviços – 2002 e 2017

Nordeste e Estados	2002			2017			Variação em ponto percentual 2002-2017		
	Comércio	Serviços	Total	Comércio	Serviços	Total	Comércio	Serviços	Total
Bahia	30,3	30,5	30,4	27,4	26,8	27,0	-2,9	-3,7	-3,4
Pernambuco	19,9	21,3	20,8	18,6	20,6	19,9	-1,3	-0,7	-0,9
Ceará	15,0	17,4	16,6	16,2	17,6	17,1	1,2	0,2	0,5
Rio Grande do Norte	6,9	6,4	6,6	7,1	6,9	7,0	0,2	0,5	0,4
Maranhão	7,2	6,2	6,5	9,2	6,8	7,7	2,0	0,7	1,2
Paraíba	6,0	5,7	5,8	6,5	6,3	6,4	0,4	0,6	0,5
Piauí	5,0	3,6	4,1	5,6	5,1	5,3	0,5	1,5	1,2
Alagoas	5,2	4,4	4,7	5,4	5,0	5,2	0,1	0,6	0,4
Sergipe	4,4	4,5	4,5	4,1	4,8	4,6	-0,3	0,3	0,1
Nordeste	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2018).

4.2 Indústria

A dinâmica do mercado de trabalho na Região Nordeste vem sendo caracterizada pela diferenciação e hierarquização de espaços e atividades, em um processo de há muito em construção, em que a expansão industrial e suas ondas de investimento desempenharam um papel crucial no contexto recente da economia regional.

O crescimento do valor gerado pela indústria regional[3] implicou rebatimentos sobre a estrutura produtiva local, proporcionando diferentes configurações no estoque de emprego na Indústria Geral.

Na Região, o dinamismo do mercado de trabalho foi definido pelo favorável desempenho, principalmente, da Construção Civil e da Indústria de Transformação, que cresceram em média 3,7% a.a. e 2,6% a.a., respectivamente, no período de 2002 a 2017. Nesta mesma base de análise, as Indústrias Extrativas e de Serviços Industriais de Utilidade Pública - S. I. U. P. também assinalaram positivamente (Tabela 14).

Outra definição da importância da Indústria de Transformação e da Construção Civil foi em relação aos seus respectivos pesos dentro da Região. As duas atividades foram responsáveis por 66,5% e 25,2% do estoque de emprego na Indústria Geral da Região Nordeste, em 2017.

Tanto a Indústria de Transformação quanto a Construção Civil tiveram marcos históricos de incentivos direcionados para dinamização de ambos os setores na Região Nordeste. Segundo Araújo (2014), com o crescimento da renda das famílias, o consumo se dinamizou, e, em uma segunda etapa influenciou os investimentos na Região Nordeste.

Do lado do consumo, houve expansão, principalmente, das Indústrias de Alimentos e bebidas e de bens duráveis, considerando-se que unidades produtivas se instalaram na Região, inclusive nos centros urbanos das cidades médias. Quanto aos investimentos, um conjunto de projetos de infraestrutura econômica e social foram implantados no País pelo Governo Federal através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Parte desse bloco de investimentos foi direcionado para a Região Nordeste, e paralelamente, acompanhando a euforia, também se aventaram investimentos do setor privado. Como exemplo, tem-se o Programa Minha Casa Minha Vida (2009), que contribuiu para impulsionar a Construção Civil, sendo um dos setores da economia mais beneficiado por referidas iniciativas na Região.

Tabela 14 – Nordeste: Estoque de emprego, participação e taxa de crescimento (%), por setor da indústria geral – Períodos selecionados

Indústria Geral e Subsetores	Estoque de empregos				Taxa de crescimento ao ano (% a.a.)			Taxa Acumulada 2002-2017	Var. p.p. 2002-2017
	2002		2017		2002 - 2014	2015 - 2017	2002-2017		
	Vínculos	Part. (%)	Vínculos	Part. (%)					
Ind. de Transformação	646.507	68,6	953.133	66,5	5,2	-3,7	2,6	47,4	-2,2
Construção Civil	208.486	22,1	361.744	25,2	9,4	-15,0	3,7	73,5	3,1
S.I.U.P.	63.366	6,7	85.036	5,9	2,7	-2,2	2,0	34,2	-0,8
Extrativa Mineral	23.919	2,5	34.391	2,4	5,0	-8,4	2,5	43,8	-0,1
Ind. Geral Nordeste	942.278	100,0	1.434.304	100,0	6,1	-7,0	2,8	52,2	
Ind. Geral Nordeste (%)	19,4%		16,8%						-2,6
Nordeste	4.859.397		8.543.651		5,5	-2,0	3,8	75,8	

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2018).

4.2.1 Análise conforme o porte da empresa

Entre 2002 e 2017, a Região Nordeste foi favorecida por crescimento mais intenso do quantitativo de estabelecimentos industriais considerados Microempresa (até 19 empregados). Já o crescimento de vínculos empregatícios foi mais forte na categoria microempresas e empresas de grande porte. Os setores da indústria de transformação e construção civil foram os que mais geraram número de empresas quanto na formação de novos empregos. Estas constatações serão esplanadas nos parágrafos a seguir, conforme as informações da pesquisa e das Tabelas 15, 16 e 17.

3 Entre 2002 a 2016, o crescimento do Valor Adicionado Bruto da Indústria no Nordeste (+2,1%) foi acima da média Nacional (+1,5%), IBGE (2019).

a) Microempresas - ME

Neste período, com crescimento de 4,1% a.a. e variação acumulada de 83,1%, as indústrias que empregam até 19 empregados, consideradas Microempresas – ME, ampliaram seu quadro em 33.556 novos estabelecimentos, com foco no subsetor da indústria de transformação (19.590 novos estabelecimentos) e construção civil (13.008 estabelecimentos), Tabelas 15 e 16.

Considerando a mesma base de análise, com crescimento de 3,5% a.a. e variação acumulada de 68,4%, a Região gerou 117.564 novos empregos formais com especialização na indústria de transformação (73.029 novos empregos) e na construção civil (40.471 novos empregos), Tabelas 15 e 16.

O emprego nas microempresas industriais também cresceram em todos os Estados da Região, com os maiores incrementos acumulados tendo ocorrido em Alagoas (+96,0%) e Piauí (+93,5). Já em 2017, o nível de estoque de emprego das microempresas na Região foi de 289.428 postos, com destaque para a Bahia (23,8%), Ceará (20,0%) e Pernambuco (19,4%), conforme a Tabela 17.

b) Empresa de Pequeno Porte - EPP

Verificou-se ainda novas aglomerações industriais de pequeno porte no Nordeste. Entre 2002 a 2017, com crescimento de 2,8% a.a. e variação acumulada de 50,6%, ao todo, foram criadas 2.815 indústrias de pequeno porte na Região, sendo 1.787 estabelecimentos na indústria de transformação e 809 na construção civil (Tabelas 15 e 16).

Diante da expansão de 2,7% a.a. e acumulado de 48,5%, o emprego nas indústrias de pequeno porte ampliou em 110.493 novas vagas. Grande parte da formação dos novos postos foi na indústria de transformação (+68.938 empregos) e construção civil (+31.235 empregos), no período de 2002 a 2017.

Ocorreu crescimento do emprego nas indústrias de pequeno porte em todos os Estados da Região. Destaque para crescimentos acumulados no Piauí (+66,4%) e Ceará (+63,2%), de 2002 a 2017. O estoque de emprego nas empresas de pequeno porte alcançou 338.536 postos em 2017, com maior participação da Bahia (23,5%), Ceará (22,2%) e Pernambuco (19,3%), Tabela 17.

c) Empresa de Médio Porte

Para as empresas de médio porte, que cresceram 2,0% a.a. e acumuladamente 34,8%, a Região aumentou em 406 novos estabelecimentos industriais no intervalo de 2002 a 2017, sendo 215 na indústria de transformação e 146 na construção civil (Tabelas 15 e 16).

Quanto ao emprego nas empresas industriais de médio porte, que cresceram 2,2% a.a. e acumuladamente 38,7%, verificou-se a geração de 91.875 empregos formais, sendo 49.563 da indústria de transformação e 34.287 na construção civil no período em análise.

Entre os estados, com exceção de Sergipe (-10,9%), três apresentaram crescimento acumulado acima da média regional (+37,7%): Maranhão (+109,2%), Alagoas (+95,4%) e Bahia (+53,4%), de 2002 a 2017. O nível de emprego nas indústrias de médio porte foi de 338.536 vínculos empregatícios em 2017, com maior participação nos estados da Bahia (23,5%), Ceará (22,2%) e Pernambuco (19,3%), Tabela 17.

d) Grandes Empresas

Em relação às empresas de grande porte, com sedimentação de importantes polos de desenvolvimento agroindustrial, além do complexo mínero-metalúrgico, com crescimento de 3,6% e variação acumulada de 70,1%, a Região ampliou em 148 empreendimentos, destaque para 85 novas empresas no setor da indústria de transformação e 51 na construção civil entre 2002 a 2017.

Os empreendimentos de grande porte apresentaram crescimento do emprego de 3,0% a.a. e variação acumulada de 56,5%, gerando 172.094 novos empregos formais, voltados majoritariamente para os setores da indústria de transformação (115.096 postos) e construção civil (47.165), de 2002 a 2017.

O crescimento acumulado do emprego nessas empresas de grande porte foi mais intenso em Sergipe (+218,8%), Bahia (+167,1%) e Maranhão (+122,8%), nesses quinze anos de análise. No entanto, registrou decréscimo em Alagoas (-17,3%) e Piauí (-0,6%). Com o processo de ajustamento da estrutura industrial em Estados da Região, e tendo em vista o impulso em alguns subsetores da indústria, considerados promissores, em 2017, verificou-se que o quadro de emprego atingiu 338.536 postos, com a partilha maior para Bahia (23,5%), estado detentor do Polo Petroquímico de Camaçari; Ceará (22,2%) com destaque para a Companhia Siderúrgica do Pecém; e Pernambuco (19,3%), com forte presença da construção civil e da indústria de derivados do petróleo.

Tabela 15 – Nordeste: Número de estabelecimento, estoque de emprego e participação (%) na Indústria, segundo o porte da empresa – 2002 e 2017

	Estabelecimento [1] / Estoque de emprego Total	2002		2017		Var. (%) 2002 - 2017	
		Part. (%)	Total	Part. (%)	Acumulada	Cresc. a.a.	
Nº de estabelecimento	Até 19 empregados [2]	40.359	85,3	73.915	87,8	83,1	4,1
	De 20 a 99 empregados [3]	5.560	11,8	8.375	9,9	50,6	2,8
	De 100 a 499 empregados [4]	1.166	2,5	1.572	1,9	34,8	2,0
	500 ou mais empregados [5]	211	0,4	359	0,4	70,1	3,6
	Nordeste	47.296	100,0	84.221	100,0	78,1	3,9
Nº de vínculo	Até 19 empregados [2]	171.864	18,2	289.428	20,2	68,4	3,5
	De 20 a 99 empregados [3]	228.043	24,2	338.536	23,6	48,5	2,7
	De 100 a 499 empregados [4]	237.678	25,2	329.553	23,0	38,7	2,2
	500 ou mais empregados [5]	304.693	32,3	476.787	33,2	56,5	3,0
	Nordeste	942.278	100,0	1.434.304	100,0	52,2	2,8

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2018). Nota: (1) Porte de estabelecimento segundo o número de empregados (SEBRAE, 2013); (2) Microempresa; (3) Empresa de pequeno porte; (4) Empresa de médio porte; (5) Grande empresa.

Tabela 16 – Nordeste: Número de estabelecimento e estoque de emprego nos subsetores industriais, segundo o porte da empresa – 2017

	Estabelecimento [1] / Estoque de emprego	Indústria de Transformação	Construção Civil	S.I.U.P.	Indústria Extrativa	Total	Part. (%)
Nº de estabelecimento	Até 19 empregados [2]	43.995	27.362	1.409	1.149	73.915	87,8
	De 20 a 99 empregados [3]	5.165	2.623	321	266	8.375	9,9
	De 100 a 499 empregados [4]	924	515	93	40	1.572	1,9
	500 ou mais empregados [5]	238	71	39	11	359	0,4
	Nordeste	50.322	30.571	1.862	1.466	84.221	100,0
	Part. (%)	59,7	36,3	2,2	1,7	100,0	-
Nº de vínculo	Até 19 empregados [2]	188.592	88.462	6.694	5.680	289.428	20,2
	De 20 a 99 empregados [3]	205.361	107.426	15.004	10.745	338.536	23,6
	De 100 a 499 empregados [4]	198.966	103.359	18.373	8.855	329.553	23,0
	500 ou mais empregados [5]	360.214	62.497	44.965	9.111	476.787	33,2
	Nordeste	953.133	361.744	85.036	34.391	1.434.304	100,0
	Part. (%)	66,5	25,2	5,9	2,4	100,0	-

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2018). Nota: (1) Porte de estabelecimento segundo o número de empregados (SEBRAE, 2013); (2) Microempresa; (3) Empresa de pequeno porte; (4) Empresa de médio porte; (5) Grande empresa.

Tabela 17 – Nordeste: Número de vínculos empregatício na Indústria Geral, segundo o porte [(1)] – 2017

Estado/Região	Até 19 empregados (1)	De 20 a 99 empregados (3)	De 100 a 499 empregados (3)	500 ou mais empregados (5)	Nordeste	Part. (%)	Var. (%) 2002 - 2017	
							Acumulada	a.a.
Bahia	68.794	79.431	94.726	110.314	353.265	24,6	76,4	3,9
Ceará	57.742	75.121	59.919	101.261	294.043	20,5	52,8	2,9
Pernambuco	56.162	65.277	61.829	108.089	291.357	20,3	50,5	2,8
Paraíba	23.930	23.264	22.376	35.851	105.421	7,3	46,3	2,6
Alagoas	12.808	15.720	16.403	52.871	97.802	6,8	9,5	0,6
Rio Grande do Norte	23.196	26.565	21.240	23.092	94.093	6,6	29,6	1,7
Maranhão	17.261	21.785	24.900	15.868	79.814	5,6	86,6	4,2
Sergipe	12.504	15.527	15.846	22.395	66.272	4,6	51,8	2,8
Piauí	17.031	15.846	12.314	7.046	52.237	3,6	47,1	2,6
Nordeste	289.428	338.536	329.553	476.787	1.434.304	100,0	52,2	2,8
Part. (%)	20,2	23,6	23,0	33,2	100,0	-	-	-

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2018). Nota: (1) Porte de estabelecimento segundo o número de empregados (SEBRAE, 2013); (2) Microempresa; (3) Empresa de pequeno porte; (4) Empresa de médio porte; (5) Grande empresa.

4.2.2 Emprego em subsetores de alta e média alta intensidades tecnológicas

Outra resultante desse padrão de crescimento, da mudança da base produtiva, foi a expansão do emprego industrial em setores de alta e média alta intensidades tecnológicas, conforme a classificação proposta pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE.

Embora com participação não tão representativa, a Indústria de Material de Transporte (+9,2% a.a.), Indústria Mecânica (+2,6% a.a.), Indústria Química (+4,5% a.a.) e Indústria de Elétrico e Comunicação (+3,8% a.a.) foram as atividades que apresentaram maior crescimento, entre 2002 e 2017 (Tabela 18).

Tradicionalmente, o emprego industrial no Nordeste é concentrado em setores de baixa e média intensidades tecnológicas. No entanto, é possível detectar que estes setores perderam participação no emprego total da indústria de transformação. Mesmo sendo os segmentos que mais empregam no Nordeste, com a Indústria de alimentos e bebidas (31,1%) e a Indústria têxtil (17,0%) concentrando mais da metade do emprego da indústria de transformação na Região em 2017, verificou-se que os dois segmentos perderam 4,2 e 3,9 pontos percentuais, respectivamente, no período de 2002 a 2017.

Tabela 18 – Nordeste: Indústria de Transformação - Estoque de emprego, taxa de crescimento (%) e participação (%) segundo o subsetor da atividade econômica – 2002 a 2017

Setor	Subsetor	2002		2017		Taxa (%) 2002-2017		Classificação setorial por intensidade tecnológica (1)
		Vínculos	Part. (%)	Vínculos	Part. (%)	Ao ano	Acumulada	
Indústria de Transformação	Alimentos e bebidas	245.049	37,9	321.335	33,7	1,8	31,1	Baixa
	Indústria têxtil	122.744	19,0	143.561	15,1	1,0	17,0	Baixa
	Indústria calçados	59.522	9,2	100.629	10,6	3,6	69,1	Baixa
	Indústria química	48.679	7,5	94.622	9,9	4,5	94,4	Média alta
	Mineral não metálico	46.189	7,1	70.053	7,3	2,8	51,7	Média baixa
	Indústria metalúrgica	30.425	4,7	50.135	5,3	3,4	64,8	Média baixa
	Papel e gráfica	26.741	4,1	37.932	4,0	2,4	41,8	Média alta e Média baixa
	Material de transporte	8.678	1,3	32.583	3,4	9,2	275,5	Alta e Média alta
	Madeira e mobiliário	22.008	3,4	31.024	3,3	2,3	41,0	Baixa
	Borracha, fumo, couros	18.439	2,9	29.220	3,1	3,1	58,5	Média alta e Média baixa
	Indústria mecânica	9.670	1,5	27.486	2,9	7,2	184,2	Alta
	Elétrico e comunicação	8.363	1,3	14.553	1,5	3,8	74,0	Alta
Indústria de Transformação NE		646.507	100,0	953.133	100,0	2,6	47,4	
Indústria Geral NE		4.859.397	-	8.543.651	-	3,8	75,8	

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2018). Nota: (1) Classificação segundo a CNAE 2.0 a dois e a três dígitos.

4.2.3 Concentração no estoque de emprego da Indústria Geral em nível estadual

O emprego industrial teria crescido em todos os estados da Região Nordeste, no período de 2002 a 2017; ainda assim, persiste a concentração nesta variável. Neste período, com crescimento respectivo de 3,9%, 2,9% e 2,8% ao ano, Bahia, Ceará e Pernambuco participaram, em conjunto, com 65,4% do emprego industrial da Região Nordeste, em 2017. Embora com participação não tão expressiva, o Maranhão apresentou o maior crescimento entre os estados do Nordeste, com variação de 4,2% a.a., no período em análise.

Mesmo com concentração do emprego industrial na Região, há um processo de ajustamento recente na estrutura de participação do emprego da indústria entre as Unidades Federativas do Nordeste.

Entre os anos de 2002 e 2017, observa-se que apenas Bahia, Maranhão e Ceará ganharam participação, com variação de 3,4 p.p., 1,0 p.p. e 0,1 p.p., respectivamente.

Esse processo de "ajustamento" avançou com a consolidação de importantes polos de desenvolvimento agroindustriais na Região: na Bahia, com a sedimentação do Polo Petroquímico de Camaçari, que abriga diversas indústrias químicas, petroquímicas e automobilísticas, além do polo da agroindústria em Juazeiro(BA)-Petrolina(PE).

No Maranhão, com o complexo mínero-metalúrgico e o Porto de Itaqui, um dos principais portos de exportação da Região. Já no Ceará, destaca-se a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), localizado no Município de São Gonçalo do Amarante.

Tabela 19 – Nordeste e Estados – Estoque de emprego para a Indústria Geral – 2002 e 2017

Nordeste e Estados	2002		2017		Variação 2002 a 2017		
	Vínculo	Part. (%)	Vínculo	Part. (%)	Acumulada (%)	a. a. (%)	p. p.
Bahia	200.223	21,2	353.265	24,6	76,4	3,9	3,4
Ceará	192.455	20,4	294.043	20,5	52,8	2,9	0,1
Pernambuco	193.628	20,5	291.357	20,3	50,5	2,8	-0,2
Paraíba	72.059	7,6	105.421	7,3	46,3	2,6	-0,3
Alagoas	89.340	9,5	97.802	6,8	9,5	0,6	-2,7
Rio Grande do Norte	72.621	7,7	94.093	6,6	29,6	1,7	-1,1
Maranhão	42.771	4,5	79.814	5,6	86,6	4,2	1,0
Sergipe	43.670	4,6	66.272	4,6	51,8	2,8	0,0
Piauí	35.511	3,8	52.237	3,6	47,1	2,6	-0,1
Nordeste	942.278	100,0	1.434.304	100,0	52,2	2,8	-

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2018).

4.3 Agropecuária

Entre 2002 e 2017, o estoque de emprego formal do setor agropecuário obteve taxa de crescimento de 1,5% a.a., passando de 195.554 registros em carteira assinada, em 2002, para 246.024 empregos em 2017.

Entre 2002 e 2017, o nível de emprego do setor agropecuário sofreu oscilações devido a fatores mercadológicos internos e externos, além das adversidades climáticas. Neste período, foi registrada redução do nível de emprego nos anos de 2007, 2009, 2012 e, por último, em 2015 e 2016.

Em 2009, em função da crise econômica internacional que afetou significativamente a produção agropecuária voltada para exportação, a exemplo da produção de frutas irrigadas do Vale do São Francisco e do Vale do Açu, ocorreu a extinção de 5.427 empregos, sendo a maior perda de postos de trabalho observada desde 2002. Já no ano de 2012, com início da queda dos preços das principais *commodities*, o setor agrícola registrou o ápice da perda de postos de trabalho com carteira em todo o período analisado, ou seja, redução de 8.909 postos de trabalho na Região. E, mais recentemente com a crise econômica em 2015 e 2016, a Região perdeu 1.171 e 2.362 postos de emprego, respectivamente.

Vale ressaltar que nos anos de 2002 a 2017, houve um período de seca de cinco anos consecutivos, que gerou impactos negativos na Região, principalmente, no Semiárido do Nordeste. De certa forma, neste período, o setor produtivo foi severamente atingido, conforme dados da Pesquisa da Pecuária Municipal e Pesquisa Agrícola Municipal, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

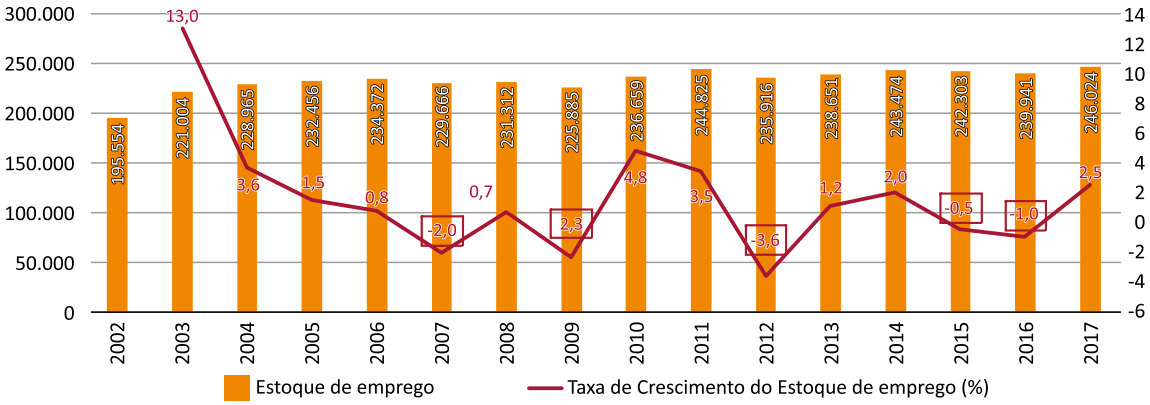
Diante da evolução dos números, é possível constatar que o setor agropecuário foi um dos setores mais sensíveis às crises internas e externas na economia regional, ratificando a forte sazonalidade do mercado de trabalho nesse segmento.

Em nível estadual, o setor agropecuário apresentou dinamismo diferenciado no mercado de trabalho formal na Região Nordeste. De 2002 a 2017, observou-se crescimento dos postos de trabalho em sete das nove Unidades Federativas, tendo Maranhão (+7,5%) e Piauí (+5,6%) as maiores variações ao ano. Em seguida, têm-se as variações dos estoques de emprego formal para Ceará (+2,5%), Sergipe (+2,5%), Bahia (+2,0%), Pernambuco (+0,7%) e Paraíba (+0,6%). No entanto, Alagoas (-3,0% a.a.) e Rio Grande do Norte (-0,2% a.a.) apresentaram variações negativas no período.

Em razão da dinâmica das atividades agropecuárias, no período de 2002 a 2017, o Maranhão (+4,5 p.p.), Bahia (+2,4 p.p.) e Piauí (+1,5 p.p.) ampliaram suas participações no estoque de emprego formal no setor, conforme dados da Tabela 20. Esse crescimento foi decorrente, principalmente, da ampliação da

fronteira de produção de grãos nos cerrados, que passou a demandar maior contingente de mão de obra nas regiões produtoras.

Gráfico 5 – Nordeste: Estoque e taxa de crescimento do emprego no setor Agropecuário – 2002 a 2017



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2018).

No mesmo período, observa-se um movimento de retração da participação do estoque de emprego no setor agropecuário em Alagoas (-4,3 p.p.), Pernambuco (-2,9 p.p.), Rio Grande do Norte (-2,1 p.p.) e Paraíba (-0,8 p.p.). Parte desse movimento pode ser explicado pelas transformações no processo de mecanização de algumas lavouras, mas, o fator preponderante, foi a progressiva perda de participação das atividades ligadas ao setor sucroalcooleiro na demanda por mão de obra, principal atividade agropecuária desses Estados na Região.

Tabela 20 – Nordeste e Estados – Estoque de emprego para a Agropecuária – 2002 e 2017

Nordeste e Estados	2002		2017		Variação 2002 a 2017		
	Vínculo	Part. (%)	Vínculo	Part. (%)	Acumulada (%)	a. a. (%)	p. p.
Bahia	67.210	34,4	90.371	36,7	34,5	2,0	2,4
Pernambuco	46.873	24,0	51.838	21,1	10,6	0,7	-2,9
Ceará	16.148	8,3	23.330	9,5	44,5	2,5	1,2
Maranhão	6.487	3,3	19.256	7,8	196,8	7,5	4,5
Rio Grande do Norte	18.355	9,4	17.884	7,3	-2,6	-0,2	-2,1
Paraíba	12.458	6,4	13.614	5,5	9,3	0,6	-0,8
Sergipe	7.448	3,8	10.814	4,4	45,2	2,5	0,6
Alagoas	16.960	8,7	10.679	4,3	-37,0	-3,0	-4,3
Piauí	3.615	1,8	8.238	3,3	127,9	5,6	1,5
Nordeste	195.554	100,0	246.024	100,0	25,8	1,5	-

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2018).

Registre-se que, quando se avalia a composição do estoque de emprego formal do setor agropecuário por porte do estabelecimento na Região, a participação das micro e pequenas empresas no total de vínculos formais foi de 61% em 2017, enquanto, em 2002, essa participação foi de 54%, ou seja, crescimento de 7,0 pontos percentuais no período.

Destaque-se, contudo, que, para os estabelecimentos que contratavam acima de 500, empresas consideradas de grande porte, observou-se redução na capacidade de acumular mão de obra entre os períodos analisados (2002/2017). Nestes, reduziu-se de 20,8% a participação percentual de ocupados para 15,1%, de 2002 para 2017, respectivamente. Esse resultado, portanto, pode não estar relacionado com mudanças de estruturas fundiárias na Região, mas, provavelmente, com a capacidade de mecanização existente nos estabelecimentos de maior porte (Tabela 21).

Tabela 21 – Nordeste: Número de estabelecimento, Estoque de emprego e participação (%) na Agropecuária, segundo o porte da empresa – 2002 e 2017

	Estabelecimento [1] / Estoque de emprego	2002		2017		Var. (%) 2002 - 2017	
		Total	Part. (%)	Total	Part. (%)	Acumulada	Cresc. a.a.
Nº de estabelecimentos	Até 19 empregados [2]	20.703	93,7	29.887	94,0	44,4	2,5
	De 20 a 99 empregados [3]	1.108	5,0	1.552	4,9	40,1	2,3
	De 100 a 499 empregados [4]	253	1,1	305	1,0	20,6	1,3
	500 ou mais empregados [5]	33	0,1	38	0,1	15,2	0,9
	Nordeste	22.097	100,0	31.782	100,0	43,8	2,5
Nº de vínculos	Até 19 empregados [2]	59.945	30,7	87.578	35,6	46,1	2,6
	De 20 a 99 empregados [3]	45.640	23,3	62.429	25,4	36,8	2,1
	De 100 a 499 empregados [4]	49.311	25,2	58.980	24,0	19,6	1,2
	500 ou mais empregados [5]	40.658	20,8	37.037	15,1	-8,9	-0,6
	Nordeste	195.554	100,0	246.024	100,0	25,8	1,5

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Brasil (2018). Nota: (1) Porte de estabelecimento segundo o número de empregados (SEBRAE, 2013); (2) Microempresa; (3) Empresa de pequeno porte; (4) Empresa de médio porte; (5) Grande empresa.

5 Considerações Finais

A Região Nordeste experimentou avanços no mercado de trabalho, fruto dos impactos positivos das políticas implantas a partir de 2002. O crescimento do estoque de emprego do Nordeste foi maior que a média do País, no período compreendido entre 2002 e 2017, e, consequentemente, ganhou participação frente às demais regiões.

Em relação ao desempenho estadual, mesmo Bahia, Pernambuco e Ceará apresentando o maior contingente de emprego formal durante toda a série, verificou-se tendência de desconcentração espacial do emprego, quando o crescimento da participação do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Ceará foi relativamente maior que o restante dos estados da Região, no período analisado. Registre-se que todas as Unidades Federativas apresentaram crescimento do estoque de emprego formal.

Embora com avanço no total do estoque da mão de obra, o Nordeste ainda possui uma estrutura produtiva pouco diversificada. Apresenta concentração do emprego formal em alguns setores da atividade econômica, considerados urbanos, que absorve 80% do emprego formal na Região (Serviços, Administração Pública e Comércio).

Na análise dos últimos 15 anos, verificaram-se mudanças na estrutura produtiva, ao passo que gerou um ajustamento no mercado de trabalho formal da Região. Entre as mudanças, destaca-se o avanço de postos de trabalho no setor de serviços considerados “modernos”, com ênfase na geração de emprego da área da educação e saúde.

Na indústria, embora com concentração do emprego no setor tradicional, outra resultante dessas mudanças na base produtiva foi a expansão do emprego industrial em setores de alta e média alta intensidades tecnológicas no período em análise. Na agropecuária, verificou-se uma tendência de formação de postos de trabalho em áreas produtoras de grãos, decorrente da ampliação da fronteira agrícola na Bahia, Piauí e Maranhão.

Apesar dos avanços obtidos, alguns entraves no mercado de trabalho deverão ser superados em médio e longo prazos. Em linhas gerais, a desconcentração espacial do emprego seria uma barreira a ser enfrentada em médio prazo, que de fato, proporcionaria uma redução das diferenças na geração de emprego e renda na Região. Ademais, hiatos igualmente desafiadores permanecem numa base produtiva pouco diversificada, enfrentado este problema, uma das principais consequências, seria uma heterogeneidade maior da demanda por mão de obra com maior grau de especialização, e, paralelamente, a inserção de agregação de valor nas cadeias produtivas, que também, promoveria a demanda por mão de obra mais qualificada.

6 Referências

ARAÚJO, T. B., Nordeste: Desenvolvimento recente e perspectivas. *In:* GUIMARÃES, Paulo Ferraz *et al*. (org.). **Um Olhar territorial para o desenvolvimento:** Nordeste. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. cap. 19, p. 337-358.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Nordeste 2022:** Estudos Prospectivos Documento Síntese. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2014.

BERNAL, M. C. C., A Nova Configuração Territorial do Nordeste: desigualdade e fragmentação. **Cadernos do Logepa**. João Pessoa, PB: UFPB, v. 4, n. 1, p.26-38, 2005.

BEZERRA, Francisco Diniz. Indústria da Construção Civil. **Caderno Setorial ETENE**, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, ano 3, n. 50, nov. 2018. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/4141162/50_construcao.pdf/714a4956-1149-1bcc-5e79-1c1e61b945b5. Acesso em: 24 jun. 2019.

BRASIL. **Relatórios Anuais de Informações Sociais**. Brasília: Secretaria de Trabalho, 2018. Disponível em: http://pdet.mte.gov.br/rais. Acesso em: 3 jun. 2019.

GUIMARÃES, Paulo Ferraz *et al*. (org.). **Um Olhar territorial para o desenvolvimento:** Nordeste**.** Rio de Janeiro: BNDES, 2014. 576 p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística de Educação Superior 2017. Brasília, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse. Acesso em: 5 ago. 2019.

SISTEMAS DE CONTAS REGIONAIS. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=downloads. Acesso em: 24 jul. 2019.

MEIRELLES, D. S. Serviços e desenvolvimento econômico: características e condicionantes. **RDE: Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador: UNIFACS, ano X, n. 17, jan. 2008. Disponível em: https://revistas. unifacs.br/index.php/rde/article/view/1022/800. Acesso em: 24 jun. 2019.

MORAIS, A. C. S., CÂMARA, L. J. A. Dinâmica do emprego industrial: uma análise da especialização dos Estados do Nordeste – 1994 – 2010. **Revista de economia regional, urbana e do trabalho**, Rio Grande do Norte: UFRN, v. 4, n. 2, 2015.

MORETTO. A. *et al*. (org.). **Economia, desenvolvimento regional e mercado de trabalho do Brasil** Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho: Banco do Nordeste do Brasil: Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, 2010. 364 p.

SOUZA, T.C.; BENEVIDES, Z. A. C.; PIRES, M. M. ; Dinâmica, padrões espaciais e competitividade regional do emprego na economia criativa do Nordeste brasileiro: 2006-2013. *In:* **XI ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA – ECONOMIA REGIONAL** – Bahia, set. 2015 p. 363.

TOMÉ, Luciana Mota. Shopping Centers. **Caderno Setorial ETENE**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, ano 4, n. 69, fev. 2019. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/4804489/692019 Shopping+Center.pdf/b3bb866f-6563-36f7-79cc-0f2d94dbba9b. Acesso em: 24 jun. 2019.

VIANA, Fernando Luiz E., Indústria de Alimentos. **Caderno Setorial ETENE**, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, ano 3, n. 27, mar. 2018. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/3063080/27_alimentos_03-2018.pdf/e5d58b7a-205b-9d2b-edd4-ff075ba2212f. Acesso em: 24 jun. 2019.

Comércio Exterior

Laura Lúcia Ramos Freire
Economista, Coordenadora de Estudos e Pesquisa do Banco do Nordeste/ETENE
laurarf@bnb.gov.br

Resumo:

O presente texto analisa o desempenho do comércio exterior da Região Nordeste e de seus estados, no período de 2000 a 2018. Analisa as exportações nordestinas pela ótica do fator agregado e as importações segundo as grandes categorias econômicas bem como os principais países de destino das exportações e de origem das importações. Utiliza como base de dados tabulação especial realizada pela FUNCEXDATA com base nos dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério da Economia.

Palavras-chave

Comércio exterior; Nordeste e estados; Desempenho das exportações e importações.

1 Introdução

Apesar da importância do comércio internacional para o desenvolvimento econômico de um país, a participação do Brasil nesse mercado ainda é pequena: 1,23% das exportações e 0,87% das importações mundiais em 2017 (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2018).

O acelerado processo de globalização e de interconectividade das economias, as mudanças tecnológicas, as novas formas de organização da produção incrementadas/fragmentadas pelo surgimento das cadeias globais de valor e o ritmo de crescimento da economia mundial são alguns dos fatores externos que influenciam o nível de inserção internacional do País.

O comércio externo brasileiro sofre, ainda, influência do ritmo da atividade econômica doméstica, das flutuações do câmbio e dos preços das commodities, da incorporação de tecnologia e do nível produtividade/competitividade dos produtos exportados, bem como da política industrial e comercial.

A evolução das trocas comerciais brasileira, neste século, pode ser observada no Gráfico 1. As exportações registraram crescimento de 336% (8,5% a.a.), entre os anos 2000 e 2018, passando de US$ 55.018 milhões para US$ 239.889 milhões. Já as importações cresceram 224% (6,8% a.a.), de US$ 55.891 milhões para US$ 181.231 milhões. O saldo da balança comercial inicia a série deficitário (-US$ 873 milhões), em 2000, e depois apresenta sucessivos superávits até 2018. A exceção ocorreu no ano de 2014, quando o déficit foi de US$ 4.153 milhões.

A crise financeira internacional que eclodiu em setembro de 2008 causou redução na demanda externa na maioria das economias. No Brasil, refletiu fortemente nos resultados do comércio externo em 2009: as exportações registraram retração de 22,7% e aquisições de 26,2%, relativamente ao ano anterior.

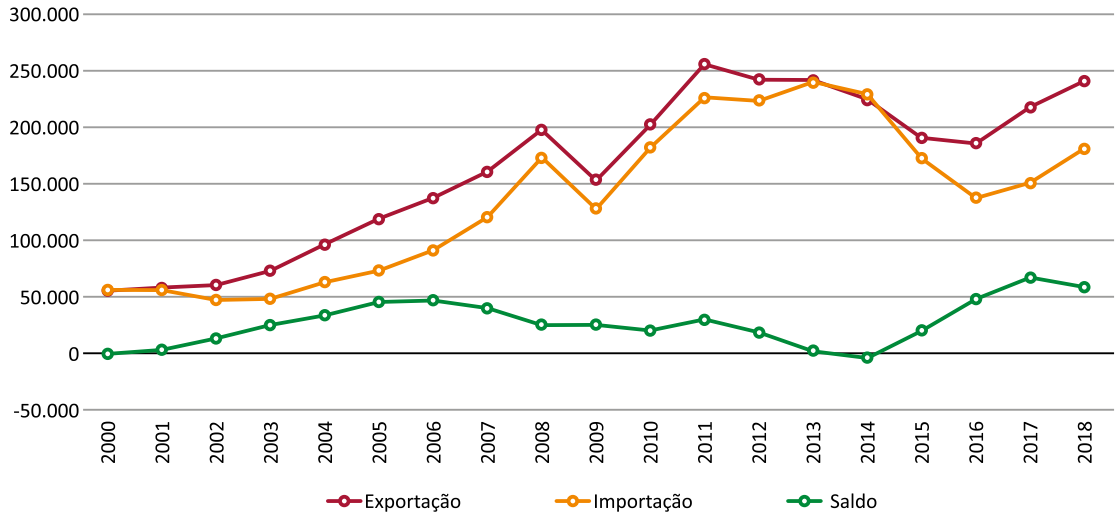
Após esse período de crise, tanto exportações quanto importações registram crescimento, em 2010 e 2011. As exportações, em 2012, atingiram o maior valor da série (US$ 255.936 milhões) devido, principalmente, à alta dos preços das principais *commodities* comercializadas pelo País.

A partir de 2013, entretanto, as exportações começam a retroceder, o mesmo acontecendo com as importações, em 2014. Esse período foi influenciado pela estagnação econômica da União Europeia, pelo crescimento moderado dos Estados Unidos e pela redução dos níveis de crescimento da China aliado à queda dos preços das *commodities* comercializadas no País. A melhora no saldo comercial, em 2015 e

2016, ocorreu não pelo aumento nas exportações, mas pelas quedas mais expressivas nas importações, resultado da retração da economia doméstica.

O dinamismo comercial brasileiro tomou novo fôlego a partir de 2017, quando verificou-se recorde histórico da balança comercial (US$ 66.990 milhões). Entretanto, o superavit de 2018 (US$ 58.659 milhões) foi inferior ao do ano anterior.

Gráfico 1 – Brasil: Exportação, importação e saldo de 2000 a 2018 - Em US$ milhões correntes



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Secex/ME (BRASIL, 2019).

O objetivo do presente texto é apresentar o perfil do comércio exterior da Região Nordeste e de seus estados. São analisadas as exportações segundo fator agregado, as importações pela ótica das grandes categorias econômicas, bem como os principais países de destino das exportações e de origem das importações do Nordeste. O período de análise compreende os anos de 2000 a 2018. Os dados aqui apresentados têm como origem tabulação especial realizada pela FUNCEXDATA com base nos dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério da Economia.

2 Trajetória do Comércio Externo do Nordeste

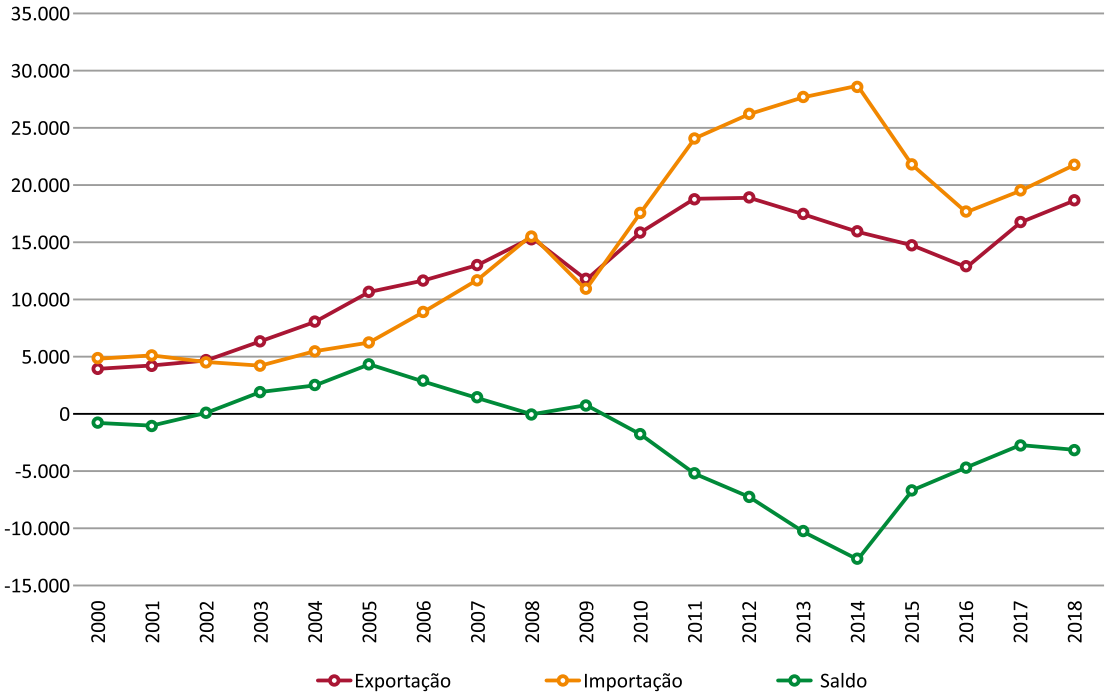
As exportações e importações do Nordeste registraram trajetória similar em comparação com o comércio externo brasileiro, sofrendo das mesmas influencias externas e internas, além da longa estiagem que assolou a Região. As exportações do Nordeste alcançaram US$ 18.500 milhões em 2018, ante US$ 4.018 milhões em 2000, aumento de 362% (8,9% a.a.). As importações somaram US$ 21.675 milhões em 2018, em contraste com US$ 4.776 milhões em 2000, incremento de 354% (8,8% a.a.). Referidos aumentos percentuais superaram os apresentados pelo comércio brasileiro.

Em 2009, ainda sob o efeito da crise econômica mundial, as exportações decresceram 24,9%. As vendas externas aumentaram em 2010 (+26,7%) e 2011 (+18,8%), porém, no intervalo de 2012 a 2016 registraram sucessivas quedas. A recuperação ocorreu nos anos seguintes, crescendo 30,8% em 2017 frente a 2016, e 10,7% em 2018 relativamente a 2017.

Já as importações, após retrocesso de 30,6% em 2009 ante 2008, voltaram a declinar em 2015 (-25,5%) e 2016 (-17,9%) devido à redução da atividade doméstica. As aquisições externas cresceram 10,7% em 2017 e 11,7% em 2018, relativamente aos anos anteriores.

Já o saldo da balança comercial do Nordeste, ao contrário do auferido pelo País, registrou déficits em 2000 (-US$ 758 milhões), 2001 (-US$ 921 milhões) e 2008 (-US$ 1.699 milhões) e de 2010 a 2018. Parte dos déficits apresentados pela Região deve-se às aquisições de Combustíveis e Lubrificantes (FREIRE e BARROSO, 2018).

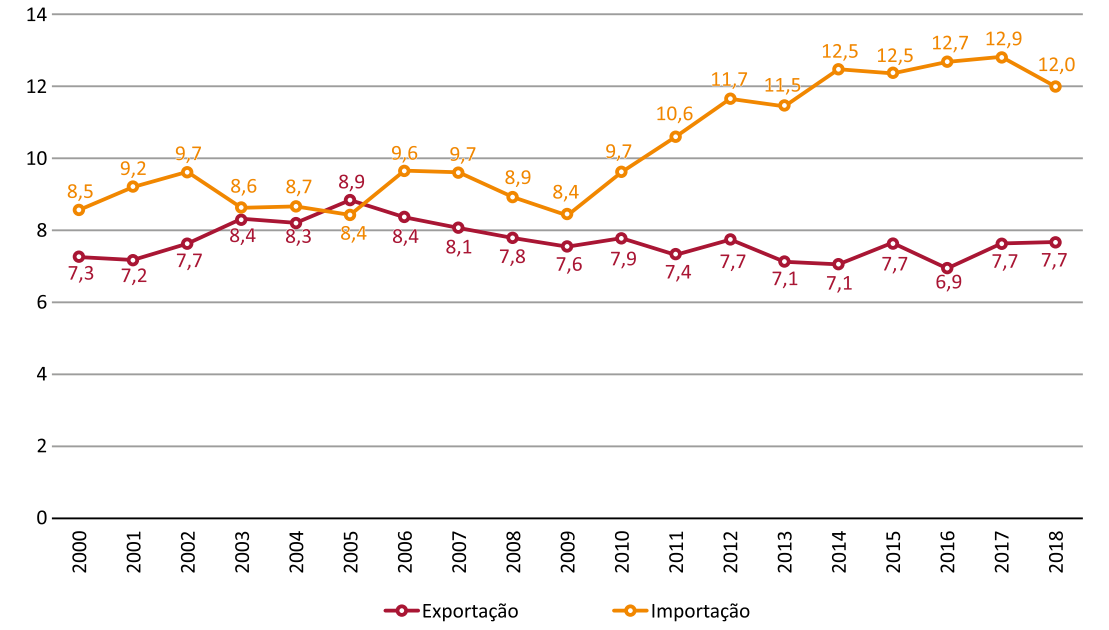
Gráfico 2 – Nordeste: Exportação, importação e saldo de 2000 a 2018 - Em US$ milhões correntes



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da FUNCEXDATA (2019).

No período em análise, as exportações do Nordeste pouco avançaram em termos de contribuição ao total das vendas externas do País. Em 2000, as exportações da Região participaram com 7,3% do total nacional, e em 2018, com 7,7%. Por sua vez, as importações apresentaram uma trajetória ascendente, com poucas oscilações. No ano de 2000, responderam por 8,5% do total das aquisições do País, atingindo 12,0% em 2018.

Gráfico 3 – Nordeste: Participação (%) nas exportações e importações totais do Brasil - 2000 a 2018



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da FUNCEXDATA (2019).

3 As Exportações do Nordeste segundo Fator Agregado

A análise das exportações por fator agregado (ou classe dos produtos) considera o grau de elaboração ou de agregação de valor que o produto passa ou adquire durante seu processo de produção até a venda final.

Os Produtos Básicos (produtos com baixo grau de elaboração) participaram com 29,3% do total das vendas externas do Nordeste, alcançando US$ 5.427,4 milhões, em 2018. Em 2000, contribuíram com 18,3% (ou US$ 737,1 milhões). Foram os que apresentaram maior crescimento do valor de suas transações, 636%, nesse período, ou 11,7% a.a.

Esse desempenho deveu-se, principalmente, ao incremento da produção de soja no oeste da Bahia, no sul do Maranhão e nos anos mais recentes, no sudoeste do Piauí. No período em análise, as vendas externas da oleaginosa cresceram 2.614%, ou 20,1% a.a.

A receita gerada com as exportações de soja somaram US$ 3.135,4 milhões, em 2018, representando 57,8% das vendas dos produtos básicos e 16,9% do total exportado pela Região, sendo, portanto, o principal produto da pauta do Nordeste.

Os produtos Industrializados representavam 79,8% em 2000 (US$ 3.208,2 milhões), passando para 70,2% em 2018 (US$ 13.014,1 milhões). Estes são divididos em semimanufaturados (com grau intermediário de transformação) e manufaturados (maior grau de elaboração).

A trajetória das exportações dos produtos Semimanufaturados mostra perda de participação no total das vendas da Região, de 36,2%, em 2000, para 28,9% em 2018. Atingiam US$ 1.455,7 milhões, em 2008, passando para US$ 5.358,0 milhões, em 2018, incremento de 268%, nesse período, ou 7,5% a.a., abaixo do registrado pelas vendas totais do Nordeste.

Os principais produtos exportados pelo grupo dos semimanufaturados, em 2018, foram celulose (US$ 2.289,1 milhões) produzida no Maranhão e Bahia e produtos semimanufaturados de ferro e aço (US$ 1.370,2 milhões), produzidos no Ceará, participando com 42,7% e 25,6% do grupo e com 12,3% e 7,4% do total das exportações do Nordeste, respectivamente.

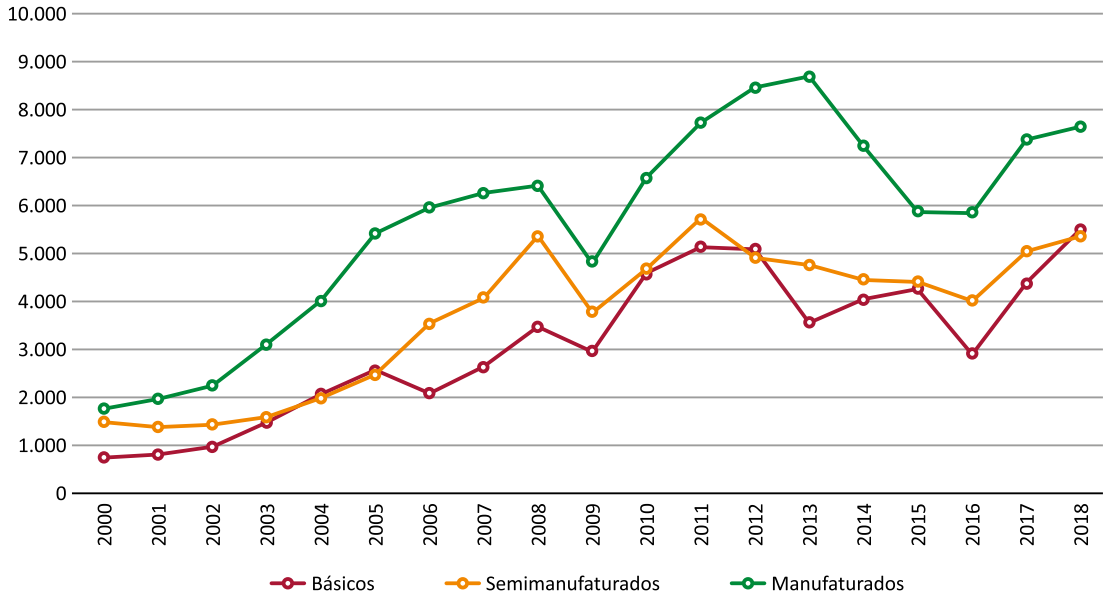
Os produtos manufaturados são os mais representativos da pauta de exportação da Região (43,6% em 2000 e 41,3% de participação em 2018). Em 2000, as exportações atingiram US$ 1.752,4 milhões e, em 2018, US$ 7.656,1 milhões, crescimento de 337% nesse período (8,5% a.a.).

Os principais produtos exportados pelo grupo, em 2018, foram óxidos e hidróxidos de alumínio (21,3% das exportações dos produtos manufaturados), óleos combustíveis (16,3%) e automóveis de passageiros (11,8%).

Vale ressaltar que o setor automotivo do Nordeste começou a se fortalecer com a inauguração, em 2001, da fábrica da Ford em Camaçari, na Bahia e, em 2015, com a instalação do Polo Automotivo da Jeep, em Goiana (PE), empreendimento do grupo Fiat Chrysler Automobiles (FCA). Nos últimos anos, a recessão econômica enfrentada pela Argentina tem repercutido no setor.

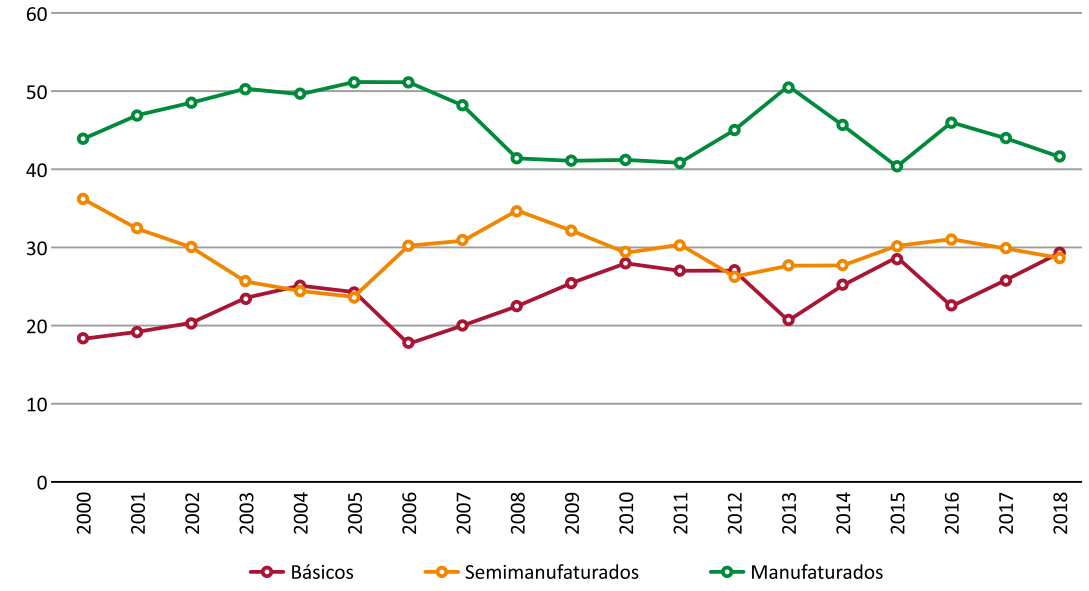
Os Gráficos 4 e 5 mostram a estrutura das exportações por fator agregado, em valor e em percentual.

Gráfico 4 – Nordeste: Exportação por fator agregado de 2000 a 2018 - Em US$ milhões correntes



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da FUNCEXDATA (2019).
Nota: Foram excluídas as transações especiais e o consumo de bordo.

Gráfico 5 – Nordeste: Exportação por fator agregado de 2000 a 2018 - Em %



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da FUNCEXDATA (2019).
Nota: Foram excluídas as transações especiais e o Consumo de bordo.

4 As Importações do Nordeste segundo as Grandes Categorias Econômicas

As importações do Nordeste são analisadas segundo a Classificação por Grandes Categorias Econômicas – CGCE elaborada pelas Nações Unidas, para classificar a destinação e uso dos bens, distribuídos nas seguintes classes: Bens Intermediários, Bens de capital, Combustíveis e Lubrificantes, Bens de Consumo Duráveis e Bens de Consumo não Duráveis além daquela que reúne os Bens não Classificados.

As importações de Bens Intermediários destinam-se à produção de outros bens intermediários ou de produtos finais, portanto, estão diretamente relacionadas ao nível de produção industrial interna. Na pauta do Nordeste, representaram 55,8% (US$ 12.085 milhões) do total das aquisições externas, em 2018. Em 2000, o percentual era ligeiramente superior, 57,5%, com compras no valor de US$ 2.744,6 milhões. Nesse intervalo, o crescimento foi de 340%, ou 8,6% a.a.

Produto e preparos químicos diversos (10,4% do total das importações), nafta e demais produtos derivados do petróleo (9,7%), demais bens intermediários (7,6%) e motores, peças e acessórios para veículos automotores (4,5%) foram os principais itens importados dessa categoria, em 2018.

As compras de Bens de Capital, que incluem máquinas e equipamentos usados na produção de outros bens, sinalizam o investimento produtivo que a Região faz. Em 2000, a participação desta categoria no total das aquisições era de 11,3%, passou para 15,8% em 2001 e atingiu 18,7% em 2006. Em 2018, registrou a menor participação no período de análise, 7,8% (US$ 1.701,7 milhões), relativamente ao ano de 2000 (US$ 504,1 milhões), o incremento foi de 215% (6,6% a.a.), abaixo do registrado pelas importações totais do Nordeste. Tratores e veículos de carga (3,2% do total das aquisições do Nordeste), máquinas e equipamentos de uso geral (1,2%) e máquinas e equipamentos de uso industrial específico (0,8%) foram os principais bens de capital importados pela Região, em 2018.

As aquisições de Combustíveis e lubrificantes (29,4% das importações) registraram expressivo crescimento de 444% (ou 9,9% a.a.) em 2018 relativamente a 2000. Ou seja, passaram de US$ 1.172,9 milhões para US$ 6.375,9 milhões. As compras da categoria, em 2018, foram direcionadas para os seguintes produtos: óleos combustíveis, inclusive óleo diesel (12,1% do total importado), demais produtos derivados do petróleo (6,6%), gás natural liquefeito (3,5%), carvão mineral e gás natural (3,3%), gasolina (3,0%), óleos brutos de petróleo (0,8%) e demais produtos de combustíveis (0,2%).

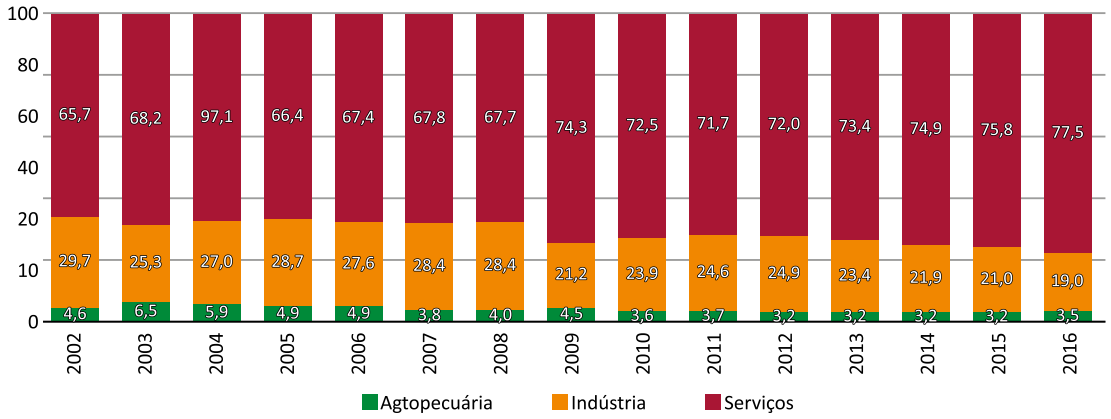
As importações de Bens de Consumo Duráveis e Bens de Consumo não Duráveis participaram com 2,5% e 4,5%, respectivamente, das aquisições totais da Região. Em 2018, as importações dos Bens de Consumo Duráveis atingiram US$ 534,5 milhões, crescimento de 173% (5,7% a.a.) em relação ao montante de 2000 (US$ 195,6 milhões), entretanto, 65,4% abaixo do maior volume de importação registrado no período em análise, US$ 1.546,6 milhões, em 2014.

Automóveis para passageiros foi o principal produto de importação desta categoria, com 75,7% de participação, seguido de eletrodomésticos (15,0%) e de aparelhos eletrônicos, de áudio e de vídeo (4,8%).

Já as importações de Bens de Consumo Semiduráveis e não Duráveis registraram expressivo crescimento de 690% (12,2% a.a.) na relação 2018 (US$ 978,5 milhões), frente a 2000 (US$ 123,8 milhões). Comparativamente a 2017 (US$ 1.020,6 milhões), entretanto, retrocedeu 4,1%, refletindo a retração do consumo das famílias. Os principais produtos importados, nesta categoria, em 2018, foram: Produtos farmacêuticos e artigos médicos (16,2%), demais bens de consumo não duráveis (10,2%), artigos de vestuário e acessórios (9,95%), peixes, crustáceos e moluscos e suas preparações (7,7%), calçados e artigos de couros (7,5%).

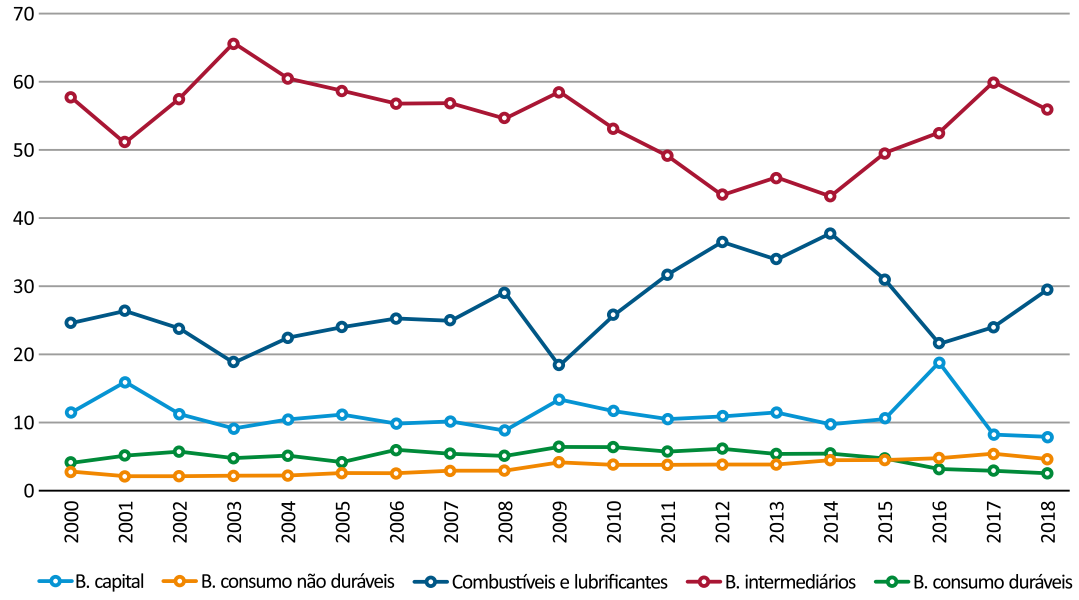
Os Gráficos 6 e 7 mostram a estrutura das importações segundo a categoria econômica, em valor e em percentual.

Gráfico 6 – Nordeste: Importação segundo a categoria econômica de 2000 a 2018 - Em US$ milhões correntes



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da FUNCEXDATA (2019).
Nota: Foram excluídos os bens não classificados.

Gráfico 7 – Nordeste: Importação segundo a categoria econômica de 2000 a 2018 - Em %



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da FUNCEXDATA (2019).
Nota: Foram excluídos os bens não classificados.

5 Exportações e Importações do Nordeste segundo Principais Parceiros Comerciais

As trocas comerciais do Nordeste com parceiros internacionais registraram significativo crescimento nos últimos anos. Em 2000, a Região exportava para 132 países, passando, em 2018, a transacionar com 190 países. Apesar dessa inserção em novos mercados, os cinco principais parceiros comerciais da Região absorveram 63,4% das exportações da Região, em 2018.

No início da série em análise (2000), a China respondia por apenas 1,1% das vendas da Região. Desde 2013, entretanto, a economia chinesa passou a ser o principal destino das exportações do Nordeste, com 13,1% de participação. Em 2018, importou o montante de US$ 4.476,6 milhões, ou, 24,1% do

total exportado pela Região. No período 2000/2018, as vendas cresceram expressivos 10.172% (29,3% a.a.), com algumas oscilações, nesse intervalo, causadas pelas flutuações dos preços internacionais das commodities exportadas além da crise internacional.

Cinco produtos do Nordeste responderam, em termos de valor, por 94,3% do total adquirido pela China: soja (63,5%), pastas químicas de madeira para dissolução (17,7%), cátodos e seus elementos de cobre refinado, em formas brutas (6,3%), pasta química de madeira, para dissolução (3,7%) e algodão (3,0%).

Segundo principal parceiro do Nordeste, os Estados Unidos responderam, em 2018, por 16,3% do total exportado pela Região (US$ 3.016,1 milhões), crescimento de 140% (5,0% a.a.) frente a 2000. Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado (15,7%), alumina calcinada (11,0%), pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto pastas para dissolução (9,6%), óleos combustíveis (7,0%) e bulhão dourado, em formas brutas, para uso não monetário (4,6%) foram responsáveis por 48,0% do valor das exportações do Nordeste para o País norte-americano em 2018.

As exportações do Nordeste para a Argentina quadriplicaram no período de 2000 a 2018, passando de US$ 437,6 milhões para US$ 1.742,2 milhões. Entretanto, comparativamente a 2017, as vendas para esse País recuaram 12,6%, reflexo da recessão econômica enfrentada pela nação platina.

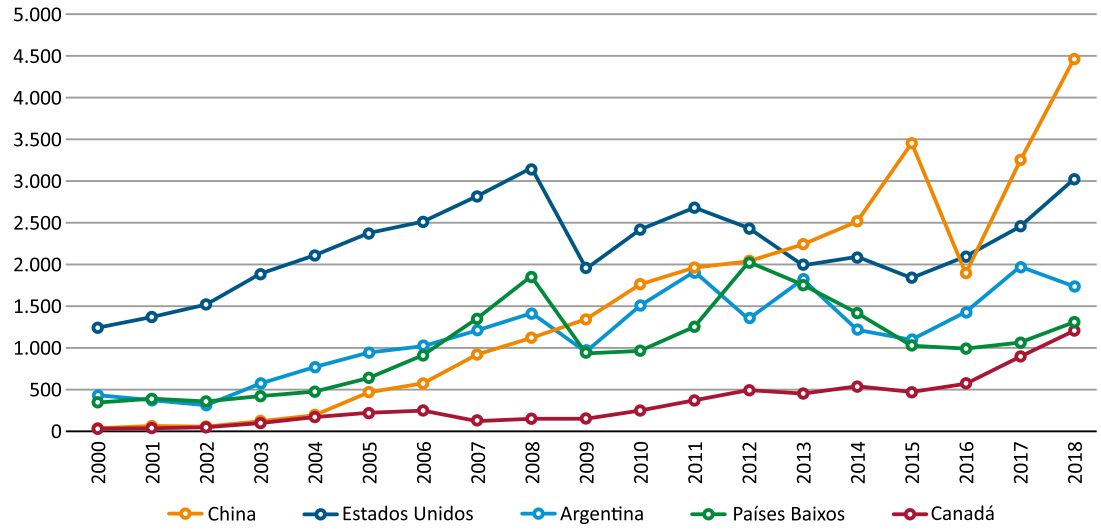
Automóveis com motor a explosão, de cilindrada superior a 1.000 cm3, mas não superior a 1.500 cm3, com capacidade de transporte de pessoas sentadas inferior ou igual a seis, incluindo o motorista (23,2%), automóveis com motor a explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros (14,3%), alumina calcinada (10,6%), óleo diesel (6,8%) e outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas (6,6%) foram os principais produtos exportados para a Argentina, em 2018, representando 61,5% do total.

Países Baixos (Holanda) e Canadá ocuparam a quarta e quinta posições de destino das exportações do Nordeste, nos valores de US$ 1.305,6 milhões (7,0%) e US$ 1.220,0 milhões (6,6%), respectivamente, em 2018. Neste ano, a Holanda destinou 67,9% das importações da Região para a aquisição dos seguintes produtos: Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto pastas para dissolução (22,3%), óleos combustíveis (15,0%), outros aparelhos para filtrar ou depurar líquidos (13,5%), pentóxido de divanádio (11,8%) e mangas frescas ou secas (5,3%).

Já o Canadá adquiriu alumina calcinada (65,3 %), outros resíduos/desperdícios, de outros metais preciosos (7,7%), outros açúcares de cana (6,2%), pentóxido de divanádio (4,5%) e outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado (3,9%).

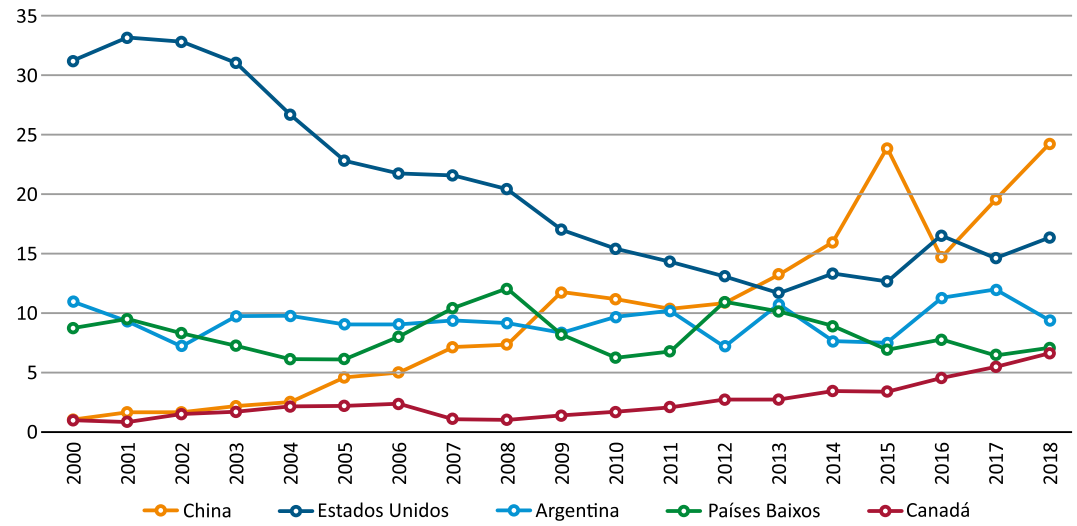
Os Gráficos 8 e 9 mostram a estrutura das exportações segundo os países de destino, em valor e em percentual.

Gráfico 8 – Nordeste: Exportação segundo países de destino - 2000 a 2018 - Em US$ milhões correntes



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da FUNCEXDATA (2019).

Gráfico 9 – Nordeste: Exportação segundo países de destino de 2000 a 2018 - Em %



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da FUNCEXDATA (2019).

Estados Unidos (30,2% do valor importado), China (9,6%), Argentina (8,9%), Argélia (3,7%) e Itália (3,3%) foram os principais países de origem das importações do Nordeste em 2018.

As importações do Nordeste oriundas dos Estados Unidos cresceram, no intervalo de 2000 a 2018, quase 1.000%, passando de US$ 602,3 milhões para US$ 6.540,3 milhões. Os principais produtos adquiridos responderam por 62,5% do valor total importado, em 2018: óleo diesel (34,1%), outros propanos liquefeitos (12,1%), álcool etílico não desnaturado (8,2%), outras gasolinas, exceto para aviação (4,0%) e hidróxido de sódio (soda cáustica) (4,0%).

As importações de produtos da China cresceram 4.622% (23,9% a.a.) no período em análise, saltando de US$ 44,2 milhões, em 2000 para US$ 2.087,7 milhões, em 2018. Por serem diversificados, os cinco principais produtos importados respondem por apenas 18,0% do total: células solares em módulos ou painéis (8,1%), glifosato e seu sal de monoisopropilamina (3,0%), produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado (2,8%), redutores, multiplicadores, caixas de transmissão e variadores de velocidade, incluindo os conversores de torque (2,7%) e partes de outros motores/geradores/grupos eletrogeradores (1,6%).

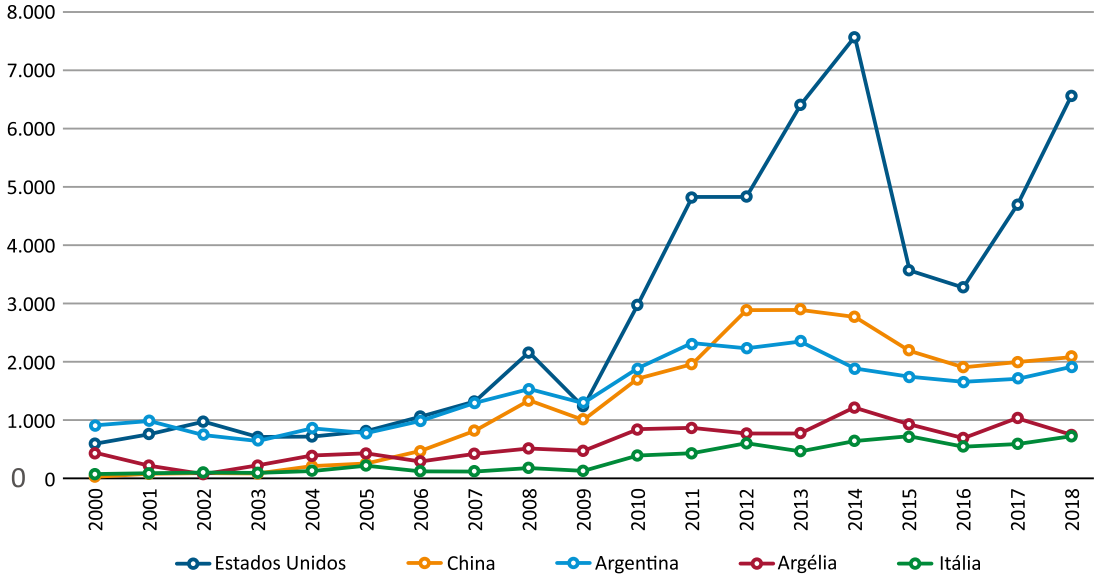
A Argentina é terceiro maior fornecedor de produtos para a Região Nordeste, com US$ 1.935,7 milhões, em 2018, crescimento de 108% (4,2%) frente a 2000. As importações estão concentradas (78,4%) em outros veículos automóveis com motor diesel, para carga <= 5 toneladas (33,4%), trigos e misturas de trigo com centeio (32,0%), automóveis com motor explosão, 1500 < cm3 <= 3000, até 6 passageiros (5,2%), automóveis com motor diesel, cm3 > 2500, superior a 6 passageiros (4,9%) e malte não torrado, inteiro ou partido (2,9%).

No quarto e quinto lugares dos principais países de origem das importações do Nordeste estão a Argélia e Itália, com aquisições de US$ 808,9 milhões e US$ 724,3 milhões, respectivamente, em 2018. Da Argélia, a Região Nordeste demandou, em 2018, naftas para petroquímica (83,2%), outros propanos liquefeitos (9,6%), óleos brutos de petróleo (3,6%), ureia (2,5%) e butanos liquefeitos (0,8%).

Já da Itália, os cinco produtos mais importados foram naftas para petroquímica (32,5%), motores diesel/semidiesel, para veículos do capítulo 87, 1500 < cm3 <=2500 (15,5%), outras partes e acessórios de carrocerias para veículos automóveis (3,5%), óleo diesel (3,4%) e máquinas e aparelhos para indústria de panificação e pastelaria (2,1%).

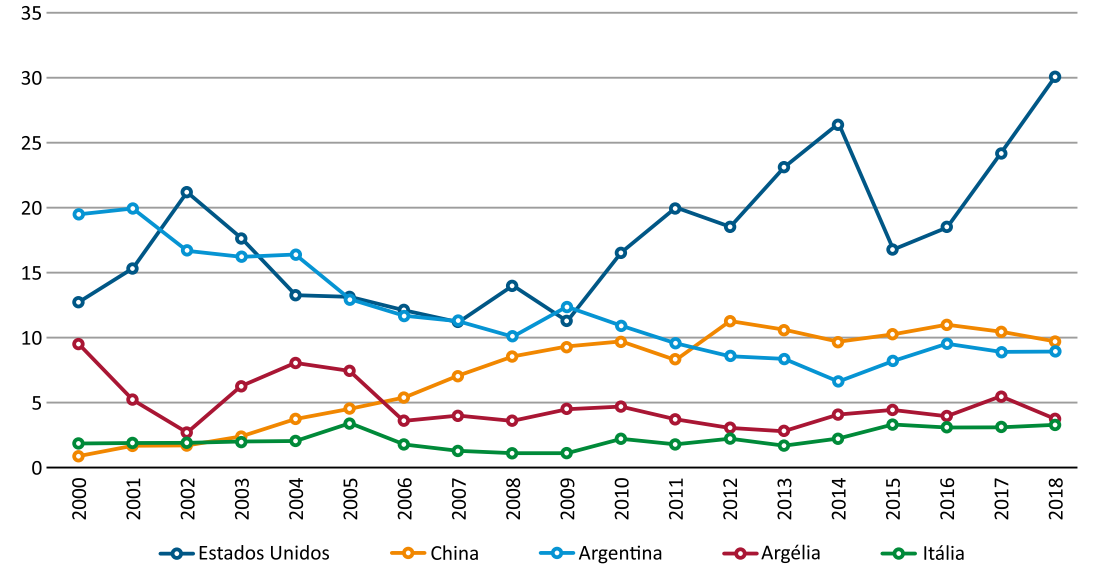
Os Gráficos 10 e 11 mostram a estrutura das importações segundo os países de origem, em valor e em percentual.

Gráfico 10 – Nordeste: Importação segundo países de destino de 2000 a 2018 - Em US$ milhões correntes



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da FUNCEXDATA (2019).

Gráfico 11 – Nordeste: Importação segundo países de destino de 2000 a 2018 - Em %



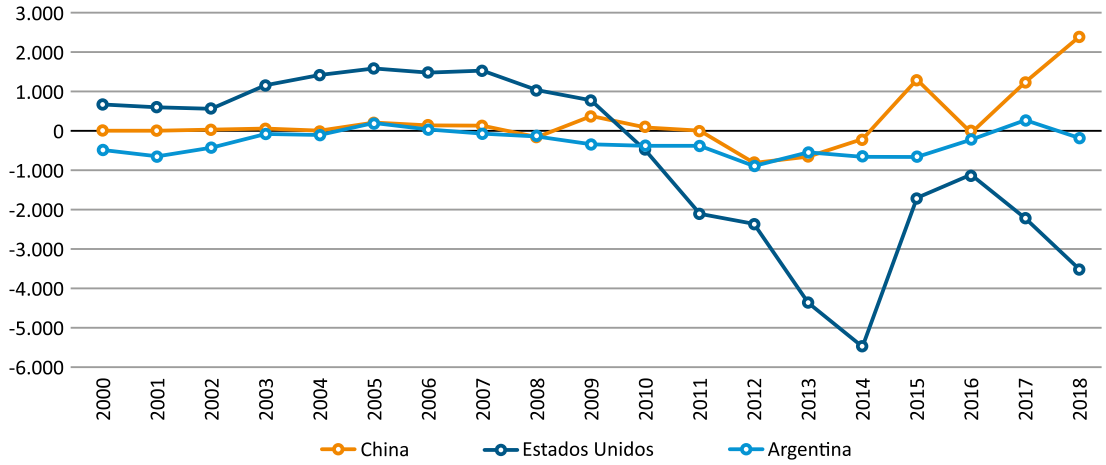
Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da FUNCEXDATA (2019).

O Gráfico 12 detalha a trajetória do saldo comercial das transações do Nordeste com os três principais parceiros internacionais. As trocas comerciais com a China oscilaram, no período em análise, mas desde 2017, apresentam expressivos saldos positivos. O Brasil, e consequentemente, o Nordeste, estão se beneficiando com a guerra comercial travada entre o país asiático e os Estados Unidos. Em 2018, a balança comercial do Nordeste foi superavitária com a China (+US$ 2.388,9 milhões).

As relações do Nordeste com os Estados Unidos vêm sendo deficitárias desde 2010, atingindo o ápice em 2014 (-US$ 5.471,5 milhões). Em 2018, o deficit foi de US$ 3.524,1 milhões.

No período de 2000 a 2018, o saldo da balança comercial do Nordeste com a Argentina registrou superavit apenas nos anos de 2005, 2006 e 2017. Em 2018, o deficit foi de US$ 193,5 milhões.

Gráfico 12 – Nordeste: Saldo da balança comercial de 2000 a 2018 - Em US$ milhões correntes



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da FUNCEXDATA (2019).

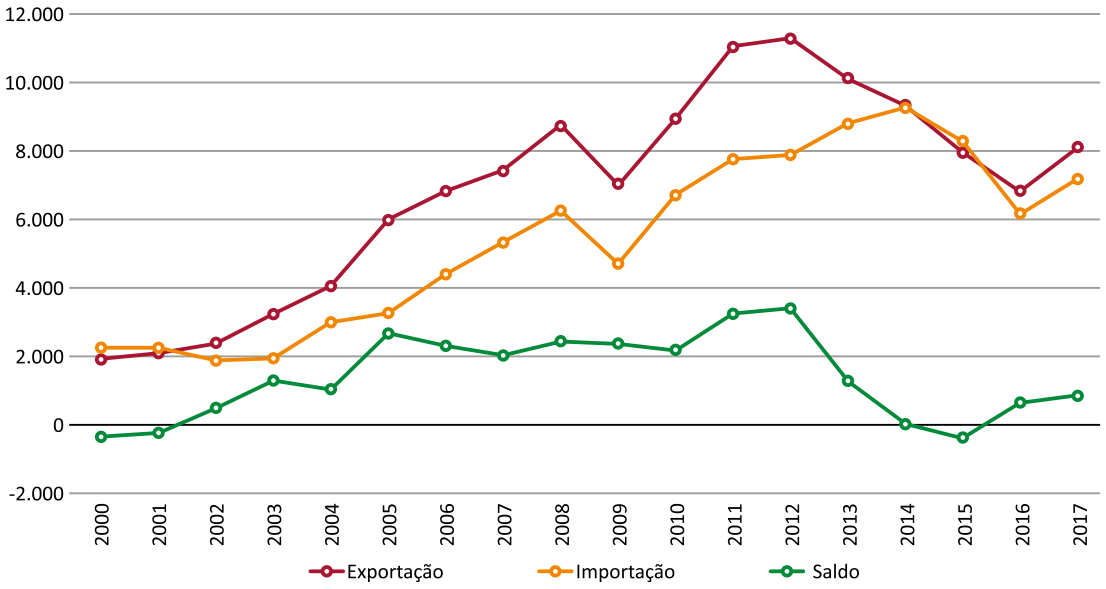
4 Exportações e Importações dos Estados do Nordeste

Bahia

A Bahia lidera o ranking dos estados exportadores do Nordeste, participando com 47,4% do total das vendas externas, em 2018. As exportações somaram US$ 8.796,2 milhões, alta de 353% (8,8% a.a.) ante 2000 (US$ 1.942,4 milhões). As importações atingiram US$ 7.915,1 milhões, 36,5% do total das aquisições da Região, registrando crescimento de 253% (7,2% a.a.) na relação 2018/2000. O saldo da balança comercial do Estado, em 2018, foi superavitário em US$ 881,1 milhões.

O Gráfico 13 mostra a trajetória das exportações, importações e saldo da balança comercial da Bahia, no período de 2000 a 2018.

Gráfico 13 – Bahia: Exportação, importação e saldo de 2000 a 2018 - Em US$ milhões correntes



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da FUNCEXDATA (2019).

As exportações baianas, segundo fator agregado, mostra que as vendas de Produtos Básicos (US$ 2.907,0 milhões) representou 33,0% do total, em 2018. Os principais produtos vendidos foram soja, farelo e resíduos da extração de óleo de soja e algodão em bruto. Vale ressaltar que a Bahia é o sexto maior produtor nacional do grão. Os Produtos Manufaturados (US$ 3.364,9 milhões ou 38,3%) são os mais representativos na pauta baiana com as vendas de óleos combustíveis, automóveis de passageiros e demais produtos manufaturados.

As exportações de Produtos Semimanufaturados (US$ 2.481,7milhões) atingiram 28,2% do total, com destaque para os embarques de celulose, catodos de cobre e demais produtos semimanufaturados. China (31,4%), Argentina (11,5%) e Estados Unidos (11,0%) foram os principais países de destino das exportações baianas.

A decomposição das importações baianas por grandes categorias econômicas revela a concentração das aquisições, em 2018, em Bens Intermediários (72,5%, nafta e demais produtos derivados do petróleo, produtos e preparos químicos diversos, demais produtos da extrativa mineral), Bens de Capital (11,3%, tratores e veículos de carga, máquinas e equipamentos de uso geral, máquinas e equipamentos de uso industrial específico) e combustíveis e lubrificantes (10,9%, gás natural liquefeito, demais produtos derivados do petróleo, óleos combustíveis).

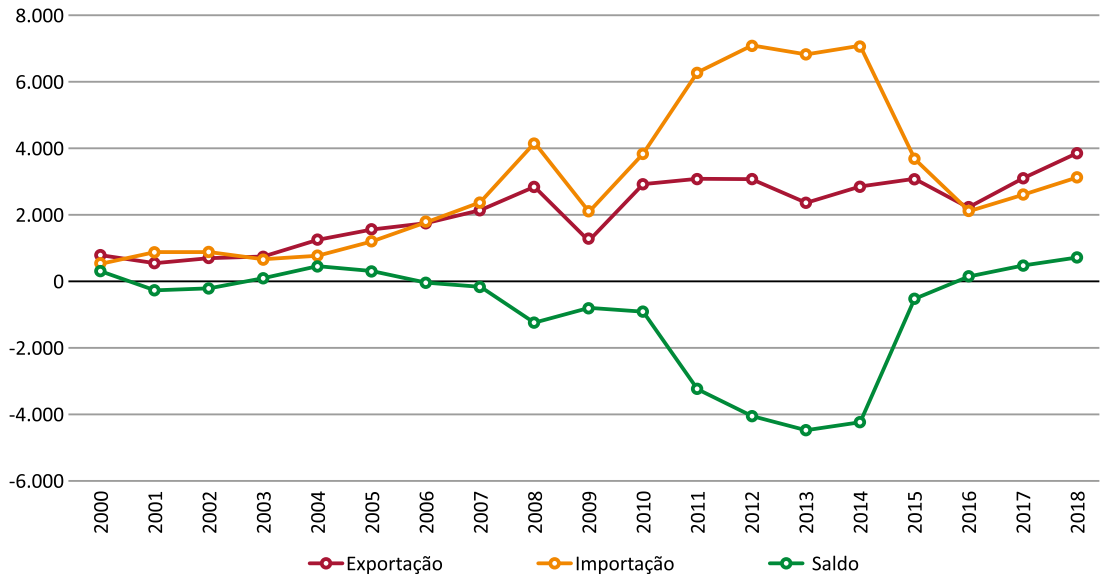
Estados Unidos figuraram como principal destino dos produtos baianos em 2018, com 11,3% de participação, seguido da Argentina (10,8%) e Argélia (8,7%).

Maranhão

Maranhão, com vendas de US$ 3.788,5 milhões em 2018, contribuiu com 20,4% das exportações do Nordeste. Relativamente a 2000 (US$ 752,4 milhões), as vendas externas cresceram 404% (ou 9,4% a.a.). As importações atingiram US$ 3.094,1 milhões, incremento de 538% (10,8% a.a.) ante os US$ 484,8 milhões registrados em 2000). Após um período com déficits na balança comercial (2006 a 2015), o Estado registrou, em 2018, saldo positivo de US$ 694,4 milhões.

O Gráfico 14 apresenta a trajetória das exportações, importações e saldo da balança comercial do Maranhão, no período de 2000 a 2018.

Gráfico 14 – Maranhão: Exportação, importação e saldo de 2000 a 2018 - Em US$ milhões correntes



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da FUNCEXDATA (2019).

As vendas de Produtos Básicos representaram 30,8% das exportações maranhenses, com destaque para a soja (26,1% da pauta), em 2018. No grupo dos Semimanufaturados, a venda de celulose participou

com 21,7% do total das vendas externas. Já no grupo dos Produtos Manufaturados, a alumina calcinada, com 43,0% do total, é o principal produto da pauta de exportação maranhense. As vendas tiveram como principais destinos a China (25,8%), Canadá (21,1%) e Estados Unidos (19,3%).

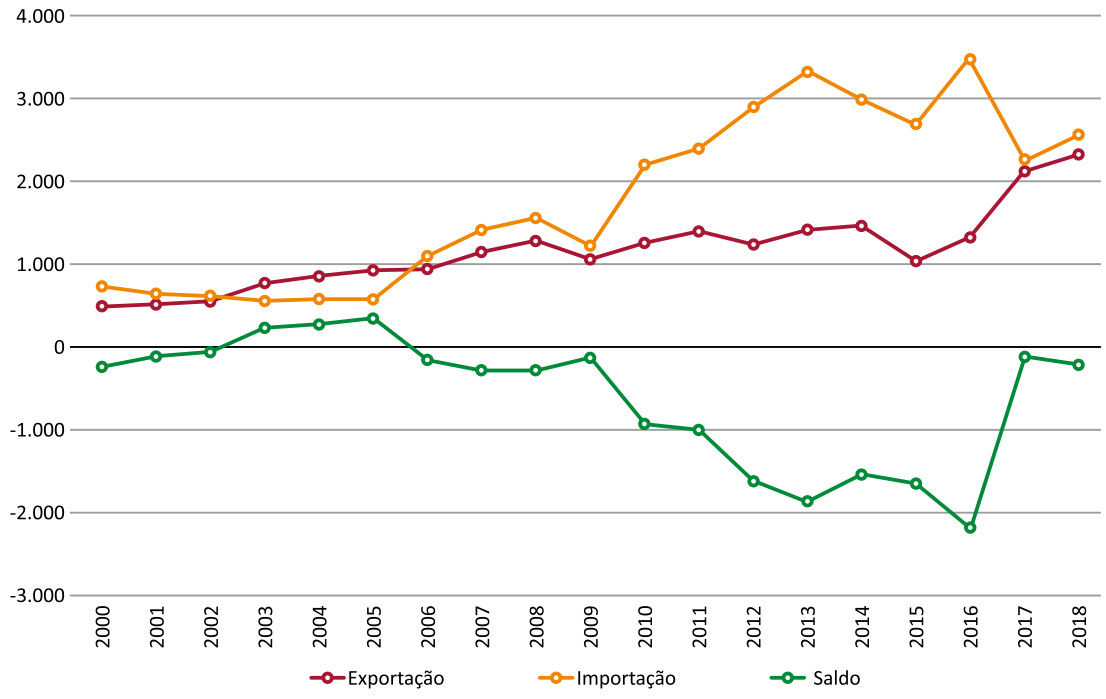
As importações maranhenses, segundo a categoria de uso dos produtos, concentraram-se em combustíveis e lubrificantes (57,5% da pauta), com destaque para óleos combustíveis, inclusive óleo diesel (47,6%) e gasolina (7,0%), bem como em Bens Intermediários (39,3%), com as aquisições de demais bens intermediários (15,6%), produto e preparos químicos diversos (13,7%) e adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas (7,2%). Os Estados Unidos (71,4%) representaram a principal origem das compras externas do Maranhão, vindo em seguida a Rússia (3,5%) e Países Baixos (Holanda) (2,8%).

Ceará

O Ceará ocupa o terceiro lugar no ranking das exportações do Nordeste, respondendo por 12,5% (US$ 2.327,8 milhões), em 2018, aumento de 370% (9,0% a.a.) relativamente a 2000 (US$ 494,8 milhões). As importações representaram 11,7% (US$ 2.533,3 milhões) do total da Região Nordeste, em 2018, incremento de 248% (7,2%) nesse período comparativo. O saldo da balança comercial acumulou deficit de US$ 205,5 milhões.

O Gráfico 15 especifica a trajetória das exportações, importações e saldo da balança comercial do Ceará, no período de 2000 a 2018.

Gráfico 15 – Ceará: Exportação, importação e saldo de 2000 a 2018 - Em US$ milhões correntes



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da FUNCEXDATA (2019).

A desagregação das exportações cearenses por fator agregado mostra que, em 2018, as vendas dos Produtos Básicos representaram 12,0% da pauta, sendo os principais produtos embarcados, castanha de caju, melões frescos e lagostas congeladas. Já os principais produtos Manufaturados (22,9%) exportados foram calçados, motores, geradores e transformadores elétricos e suas partes e sucos de frutas ou produtos hortícolas, congelados ou não. Entretanto, foram os produtos semimanufaturados (64,2%) os mais significativos da pauta cearense, com destaque para os produtos semimanufaturados de ferro ou aço.

Vale ressaltar que, em junho de 2016, tiveram início as operações da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), localizada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), no município de São Gonçalo do Amarante (CE), mudando o perfil exportador do Estado com as vendas de placas de aço.

Os principais parceiros comerciais do Ceará foram Estados Unidos (36,9%), Coreia do Sul (7,8%), Turquia (7,5%) que absorveram 52,2% das exportações do Estado.

Pelo lado das importações cearenses, as categorias Bens intermediários (51,6%, trigo em grãos, produto e preparos químicos diversos, demais bens intermediários) e combustíveis e lubrificantes (38,3%, carvão mineral e gás natural, gás natural liquefeito, óleos combustíveis) foram as mais representativas. Os principais países de origem das importações cearenses, em 2018, foram: China (21,7%), Estados Unidos (18,0%) e Colômbia (11,5%).

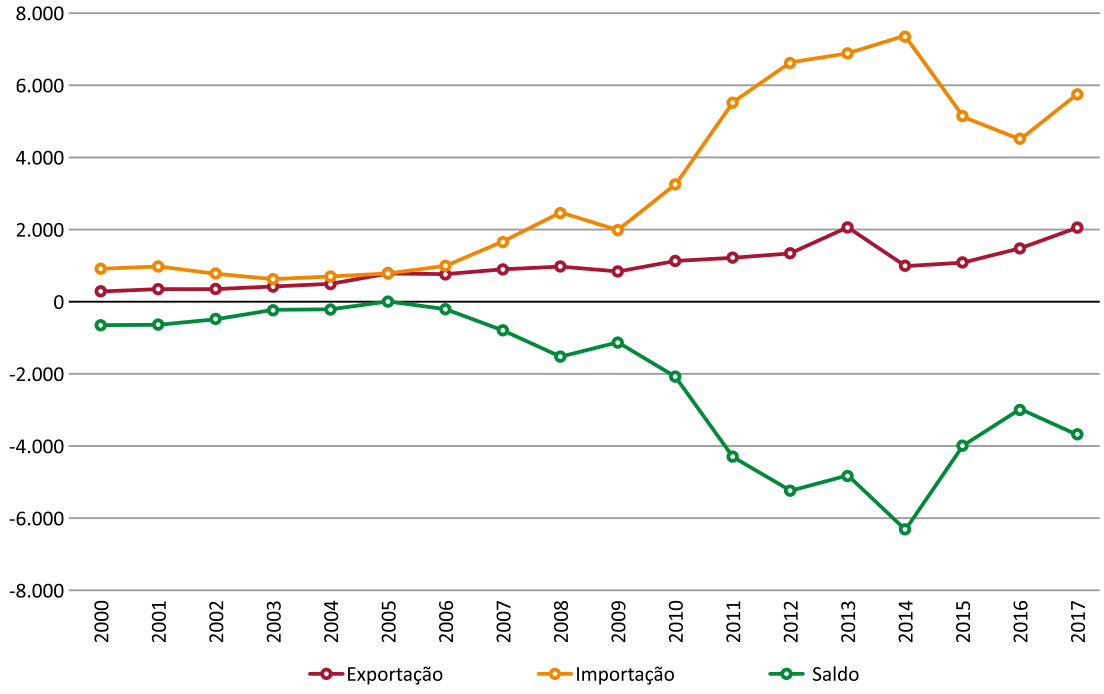
Pernambuco

As vendas externas de Pernambuco alcançaram US$ 1.974,9 milhões em 2018, participando com 10,6% da receita total de exportação do Nordeste. Relativamente a 2000 (US$ 283,8 milhões), registraram crescimento de 596% (11,4% a.a.). Já as importações somaram US$ 926,0 milhões em 2000 e US$ 6.505,8 milhões em 2018, incremento de 603% (11,4% a.a.), nesse período. O Estado vem apresentando déficits na balança comercial desde 1993 (- US$ 120,2 milhões). No período em análise, atingiu, em 2014, o maior saldo negativo, US$ 6.370,4 milhões, e em 2018, US$ 4.530,9 milhões. Esses resultados devem-se à estrutura das pautas de exportações e importações e do parque produtivo do Estado.

Vale ressaltar que o pico das exportações, em 2013, foi devido à venda “contábil”, pois fisicamente continuam no País, de uma plataforma de perfuração e exploração de petróleo pelo Estaleiro Atlântico Sul. Em 2015, as exportações ganham um novo ritmo com inauguração do Polo Automotivo da Jeep, em Goiana (PE), empreendimento do grupo Fiat Chrysler Automobiles (FCA).

O Gráfico 16 mostra a trajetória das exportações, importações e o saldo da balança comercial de Pernambuco, no período de 2000 a 2018.

Gráfico 16 – Pernambuco: Exportação, importação e saldo de 2000 a 2018 - Em US$ milhões correntes



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da FUNCEXDATA (2019).

A análise das exportações por fator agregado revela a alta participação das vendas de Produtos Manufaturados, em 2018. Os principais produtos da categoria, óleos combustíveis (33,0%), automóveis de passageiros (18,5%), tereftalato de polietileno (9,5%) e veículos de carga (6,3%) representam 67,2% do total vendido pelo Estado pernambucano.

Os Produtos Básicos contribuíram com 8,9% das exportações em 2018, com destaque para uvas frescas, goiabas e mangas frescas e limões e limas, frescos ou secos. As exportações de Produtos Semimanufaturados como açúcar de cana e borracha sintética e borracha artificial participaram com 3,4% da pauta.

A Argentina (30,8%) foi o principal destino das vendas externas de Pernambuco, em 2018, seguida dos Estados Unidos (15,8%) e Países Baixos (10,0%).

A pauta de importação de Pernambuco, em 2018, foi composta, principalmente de Bens Intermediários (41,2% das aquisições) e de Combustíveis e lubrificantes (42,2%). Os principais bens intermediários adquiridos foram: motores, peças e acessórios para veículos automotores (10,9%) e produto e preparos químicos diversos (9,5%). Já na pauta da categoria Combustíveis e lubrificantes (42,2%) estão os seguintes produtos: derivados do petróleo (20,1%), Óleos combustíveis, inclusive óleo diesel (14,8%) e Gasolina (5,5%).

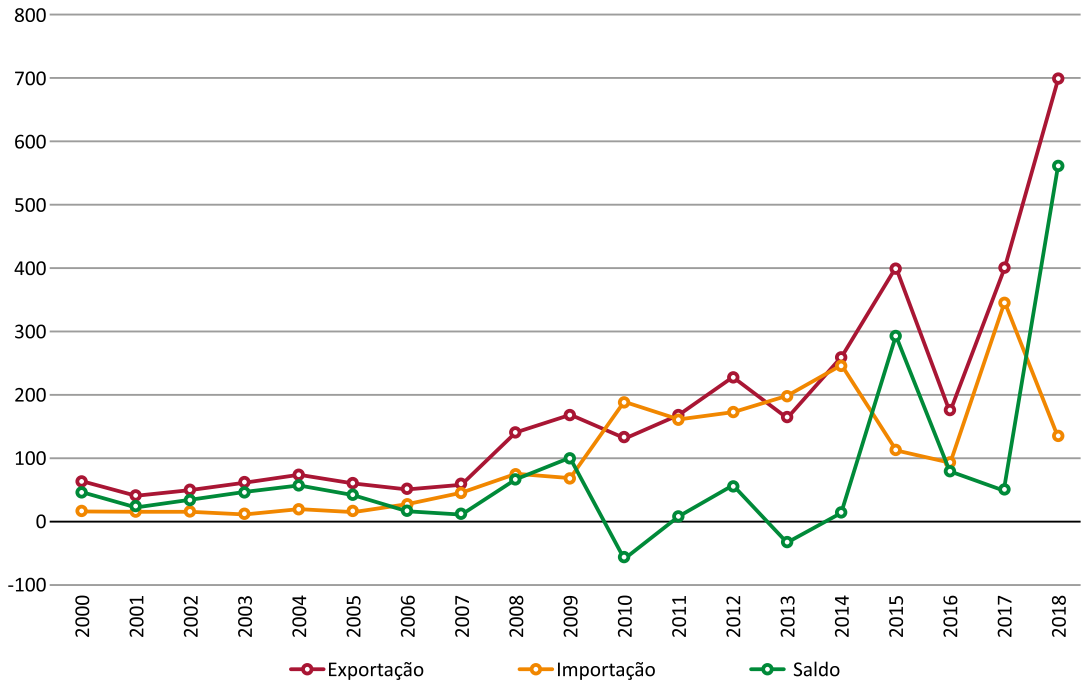
Os principais países de origem das importações pernambucanas, em 2018, foram, respectivamente, os Estados Unidos (40,3%), Argentina (9,5%) e México (5,7%).

Piauí

O Piauí participou com 3,8% do valor total exportado pelo Nordeste em 2018, mais que o dobro do que contribuía em 2000 (1,6%). As exportações, nesse período, cresceram, 1.000% (14,2% a.a.), passando de US$ 63,3 milhões, em 2000, para US$ 697,1 milhões, em 2018. As importações somaram, em 2000, US$ 16,1 milhões e, em 2018, US$ 133,6 milhões, aumento de 731% (12,5% a.a.), nesse período. O saldo da balança comercial piauiense foi o terceiro maior da Região, atrás da Bahia e do Maranhão, atingindo US$ 563,4 milhões, no fim do período de referência.

O Gráfico 17 mostra a trajetória das exportações, importações e saldo da balança comercial do Piauí, no período de 2000 a 2018.

Gráfico 17 – Piauí: Exportação, importação e saldo de 2000 a 2018 - Em US$ milhões correntes



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da FUNCEXDATA (2019).

A análise por fator agregado mostra a concentração dos produtos básicos na pauta de exportação piauiense, representando 93,8% do total, em 2018. Em 2000, participava com 30,7%. Esse resultado deve-se à crescente participação das exportações de Soja, mesmo triturada e de bagaços e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja na pauta do Estado. Em 2018, participaram com 84,5% e 5,9%, respectivamente.

O antigo líder de exportações do Estado, o Semimanufaturado cera vegetal, atualmente, ocupa a 3ª posição, com 5,4%. As exportações piauienses tiveram como principais destinos a China (79,3%), Alemanha (5,8%) e Estados Unidos (4,0%), em 2018.

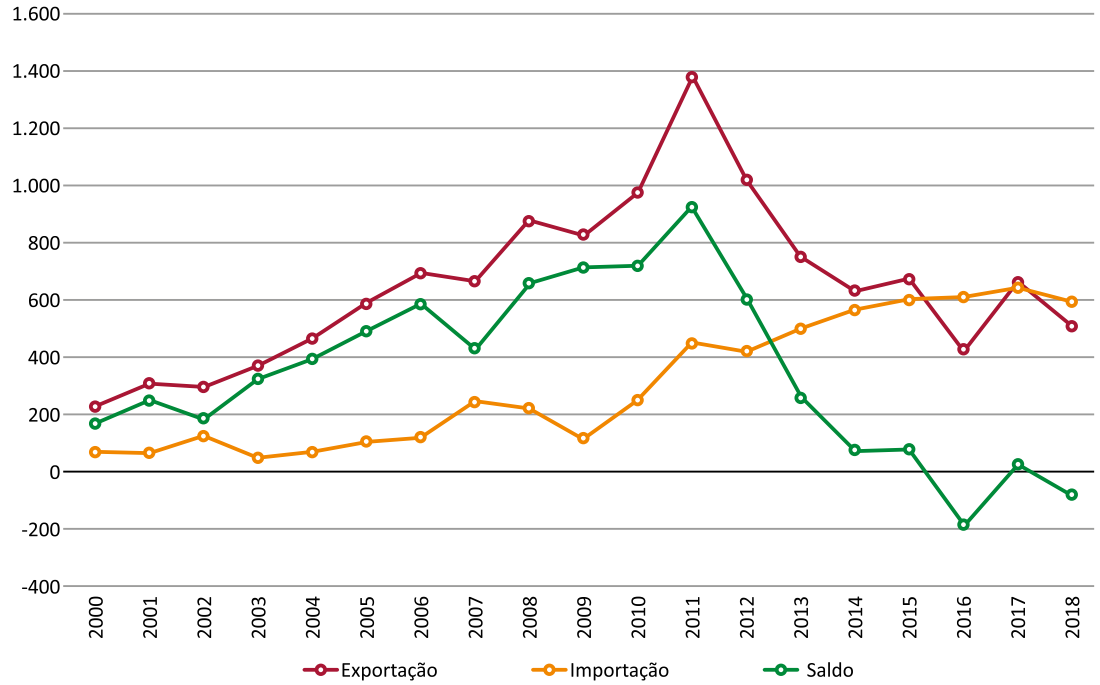
Por outro lado, as importações do Piauí, em 2018, foram destinadas às aquisições de Bens Intermediários (90,1%) e Bens de Capital (7,8%). Os principais produtos adquiridos foram laminados planos, de ferro ou aço não ligado (27,5%), outros produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado (11,2%) e cloretos de potássio (8,5%). As compras realizadas pelo Estado foram procedentes, principalmente, da China (39,8%), Estados Unidos (12,6%) e Ucrânia (8,7%)

Alagoas

Alagoas respondeu por 2,7% (US$ 500,4 milhões) das exportações do Nordeste em 2018, aumento de 123% (4,6% a.a.) relativamente a 2000 (US$ 224,3 milhões). As importações também representaram 2,7% (US$ 589,8 milhões) do total do Nordeste, em 2018, incremento de 789% (12,9%), nesse período comparativo. O saldo da balança comercial, durante os anos em foco, acumulou déficits em 2016 (US$ 191,1 milhões) e em 2018 (US$ 89,4 milhões).

O Gráfico 18 apresenta a trajetória das exportações, importações e saldo da balança comercial de Alagoas, no período de 2000 a 2018.

Gráfico 18 – Alagoas: Exportação, importação e saldo de 2000 a 2018 - Em US$ milhões correntes



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da FUNCEXDATA (2019).

A pauta exportadora de Alagoas é concentrada em produtos derivados da cana-de-açúcar, 57,8% das vendas em 2018. Entretanto, o capítulo açúcares de cana já chegou a atingir 95,3% do total exportado em 2013. Após somar US$ 1.245,9 milhões em 2011, as vendas da sacarose vêm decaindo. Os períodos de

seca, perda de competitividade, desativação de usinas e a entrada de novos competidores internacionais vêm concorrendo para esse resultado.

As vendas de produtos manufaturados (centrifugadores e aparelhos para filtrar ou depurar; policloreto de vinila (pvc) participaram com 32,5% das vendas externas e os Produtos Básicos (soja) com 3,1%, em 2018.

Além dos Países Baixos (Holanda) com 43,5% de participação, Argélia (13,2%) e Canadá (10,2%) foram os principais países de destino das vendas externas alagoanas.

As importações, em 2018, sob a ótica das grandes categorias econômicas, foram distribuídas em Bens Intermediários (49,1%) e Bens de Consumo não Duráveis (41,2%). Demais produtos manufaturados (25,9%), ácidos carboxílicos (5,4%) e alhos comuns, frescos ou refrigerados (4,0%) foram os principais produtos adquiridos pelo Estado.

A China foi o principal país de origem das importações alagoanas, em 2018, respondendo por 40,8% das aquisições do Estado, seguida dos Estados Unidos (14,8%) e Argentina (7,4%)

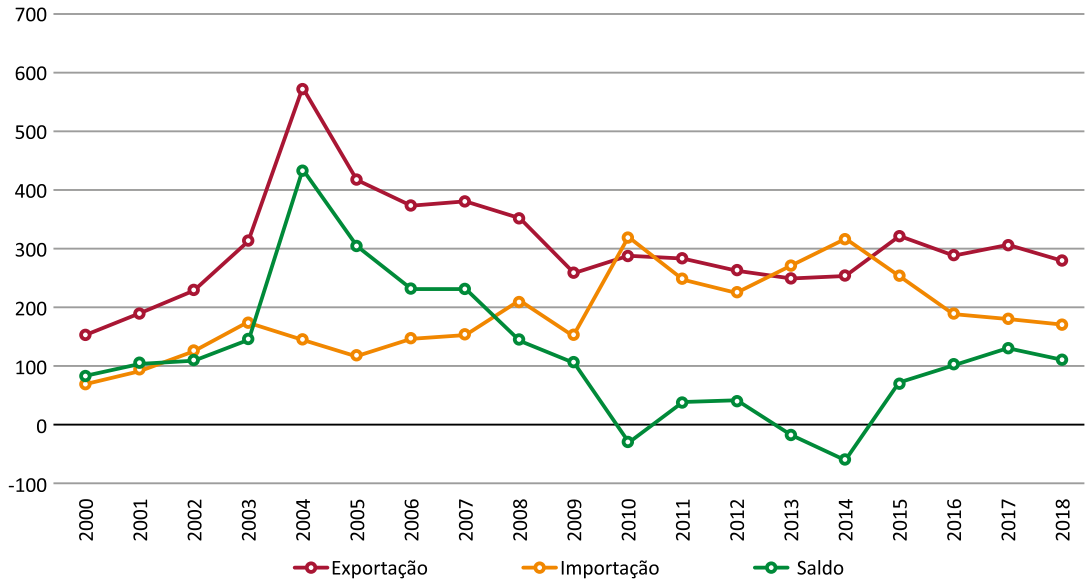
Rio Grande do Norte

No Estado do Rio Grande do Norte, as exportações aumentaram de US$ 149,4 milhões em 2000 (3,7% do total do Nordeste) para US$ 275,5 milhões (1,5% do total) em 2018, crescimento de 84,4% (3,5% a.a.), nesse intervalo. Vale ressaltar que, em 2004, as exportações atingiram o valor máximo da série, US$ 573,8 milhões, devido às exportações de óleos brutos de petróleo (US$ 284,2 milhões, 49,6% do total). As vendas do produto foram iniciadas em 2002 com o aumento da extração de petróleo pela Petrobras no Estado, no entanto, cessaram em 2006.

As importações somaram, em 2018, US$ 166,3 milhões, aumento de 151% (5,2% a.a.), comparativamente a 2000 (US$ 66,4 milhões). Nesse período, a balança comercial do Estado apresentou déficit apenas em 2010, 2013 e 2014. Em 2018, registrou superavit de US$ 109,2 milhões.

O Gráfico 19 mostra a trajetórias das exportações, importações e saldo da balança comercial do Rio Grande do Norte, no período de 2000 a 2018.

Gráfico 19 – Rio Grande do Norte: Exportação, importação e saldo de 2000 a 2018 - Em US$ milhões correntes



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da FUNCEXDATA (2019).

A desagregação das exportações por fator agregado mostra que, em 2018, as vendas dos Produtos Básicos representaram 72,4% da pauta potiguar. Destacaram-se as exportações de melões frescos, castanha de caju e sal marinho.

Os produtos manufaturados responderam por 24,7% das exportações em 2018, com destaque para tecidos de algodão; óleos combustíveis e demais produtos manufaturados.

Estados Unidos (21,8%), Países Baixos (Holanda) (17,1%) e Espanha (10,3%) foram os principais destinos das exportações do Rio Grande do Norte.

Por outro lado, a análise das importações, segundo grandes categorias econômicas, mostra que os Bens Intermediários (insumos e matérias-primas) responderam por 82,8% do total das aquisições externas. Trigo em grãos, resinas e elastômeros e nafta e demais produtos derivados do petróleo foram os principais itens importados dessa categoria.

Nas aquisições de Bens de Capital (12,1% das importações), os investimentos foram em máquinas e equipamentos de uso geral; máquinas e equipamentos de uso industrial específico; instrumentos e aparelhos de medida, de verificação e afins.

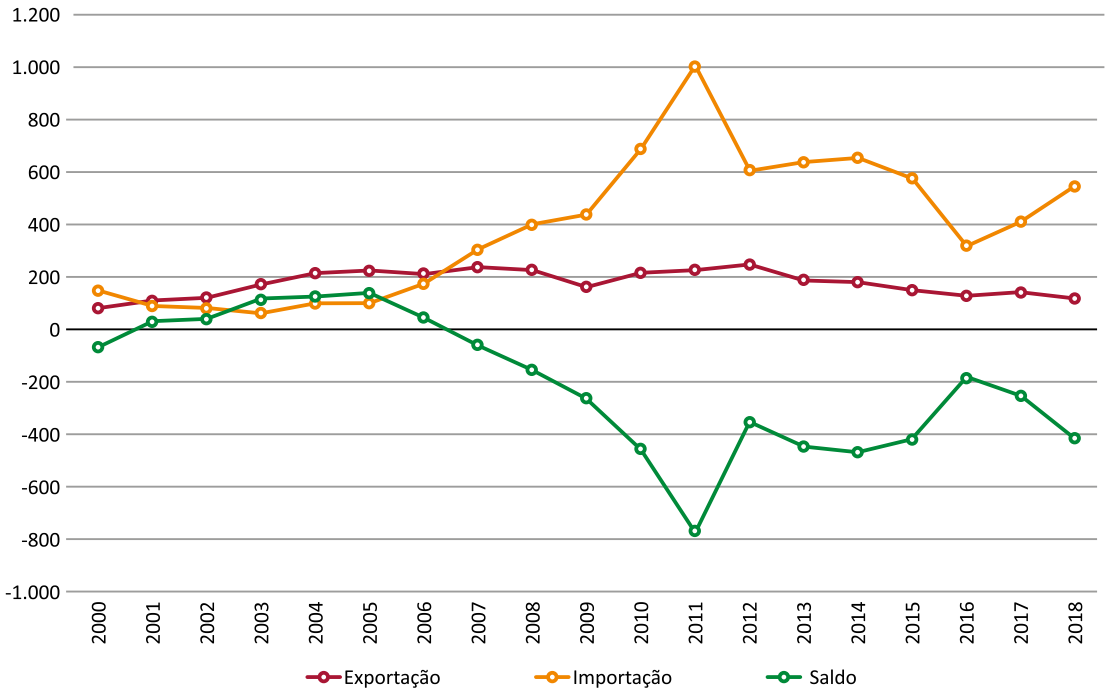
Argentina (36,6%), Estados Unidos (17,5%), China (11,8%) foram os principais países de origem das importações potiguares.

Paraíba

As exportações da Paraíba atingiram US$ 115,6 milhões, em 2018, representando 0,6% do total do Nordeste. Relativamente ao ano de 2000 (US$ 77,6 milhões), cresceu 49,0% (2,2% a.a.). As importações somaram, em 2018, US$ 545,0 milhões, aumento de 265,4% (7,5% a.a.), nesse período comparativo. O expressivo aumento das aquisições, superando as vendas externas, tem gerado constantes déficits na balança comercial. Em 2018, o saldo foi negativo em US$ 429,4 milhões.

O Gráfico 20 detalha as trajetórias das exportações, importações e saldo da balança comercial da Paraíba, no período de 2000 a 2018.

Gráfico 20 – Paraíba: Exportação, importação e saldo de 2000 a 2018 - Em US$ milhões correntes



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da FUNCEXDATA (2019).

A análise das exportações por fator agregado revela que as vendas de Produtos Manufaturados representaram 67,9% do total do Estado, em 2018. Os principais produtos da categoria foram calçados (51,8%), fios de algodão (6,2%) e sucos de frutas ou produtos hortícolas, congelados ou não (3,6%). Vale ressaltar que a Paraíba é o segundo maior exportador de calçados do Nordeste e o quarto do Brasil, em termos de valor. Porém, segundo o número de pares transacionados (18,2 milhões), perde apenas para o Ceará (40,9 milhões) e para o Rio Grande do Sul (27,2 milhões) (ABICALÇADOS, 2019).

Os Produtos Básicos contribuíram com 26,6% das exportações, em 2018, com destaque para Demais produtos básicos (14,6%), mamões (papaias) frescos (4,9%) e mármores e granitos, em bruto ou desbastados (3,7%). As exportações de Produtos Semimanufaturados como açúcar de cana em bruto contribuíram com 5,5% da pauta paraibana.

França (17,7%), Estados Unidos (13,5%) e Argentina (7,8%) foram os principais países de destino das exportações do Estado em 2018.

A análise das importações paraibanas, em 2018, segundo as grandes categorias econômicas, mostra que os Bens Intermediários (insumos e matérias-primas) responderam por 78,7% do total das aquisições externas do Estado. As principais aquisições foram em nafta e demais produtos derivados do petróleo (22,8%), produto e preparos químicos diversos (11,6%), demais bens intermediários (9,8%), trigo em grãos (9,6%) e pneus e produtos de borracha (7,0%).

As demais aquisições foram, principalmente, para Bens de Consumo não Duráveis (10,8% - calçados e artigos de couros; peixes, crustáceos e moluscos e suas preparações, etc) e para Bens de Capital (6,9% - Máquinas e equipamentos de uso industrial específico; máquinas e equipamentos de uso geral; equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, etc).

Estados Unidos (37,0%), China (19,2%) e Argentina (15,8%) foram os principais países de origem das importações paraibanas, em 2018.

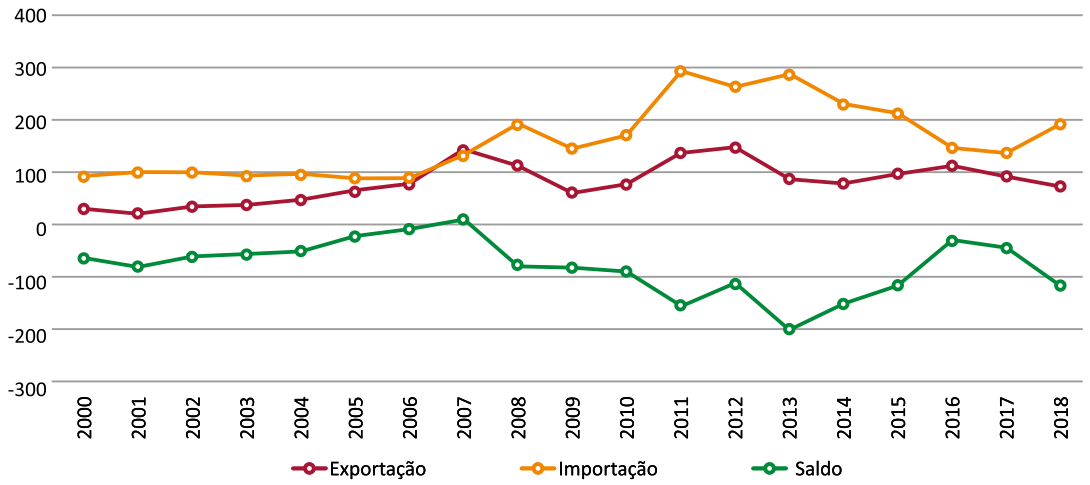
Sergipe

Sergipe contribuiu com 0,4% da receita total de exportação do Nordeste, em 2018. As exportações aumentaram de US$ 29,7 milhões em 2000 para US$ 74,0 milhões em 2018, com pico de US$ 149,0 milhões em 2012. Crescimento de 149% (5,2% a.a.), nesse intervalo. Já as importações registraram incremento pouco menor, 105% (4,1% a.a.), passando de US$ 93,7 milhões para US$ 192,3 milhões no período 2000/2018.

Sergipe vem acumulando sucessivos déficits no saldo da balança, atingindo maior valor negativo em 2013 (-US$ 202,5 milhões). A exceção foi no ano de 2007, superavit de US$ 9,6 milhões.

O Gráfico 21 mostra a trajetórias das exportações, importações e saldo da balança comercial de Sergipe, no período de 2000 a 2018.

Gráfico 21 – Sergipe: Exportação, importação e saldo de 2000 a 2018 - Em US$ milhões correntes



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da FUNCEXDATA (2019).

As exportações sergipanas estão fortemente concentradas em Produtos Manufaturados. Sucos de laranjas, congelados, e não fermentados, principal produto de exportação do Estado, contribuiu com 54,1% das vendas totais em 2018. Calçados é o segundo produto manufaturado mais exportado (14,6% do total), seguido de açúcar refinado (4,8%). As vendas tiveram como principais destinos os Países Baixos (Holanda) (38,8%), Bélgica (12,4%) e Turquia (6,2%).

Sob a ótica das grandes categorias econômicas, as importações de Bens Intermediários representaram, em 2018, 86,1% das aquisições externas com destaque para adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas (18,5%), materiais e aparelhos elétricos, partes e peças (14,7%), trigo em grãos (14,6%), produtos e preparos químicos diversos (11,8%) e nafta e demais produtos derivados do petróleo (8,0%). As compras de Bens de Consumo não Duráveis e Bens de Capital participaram com 7,9% e 6,0%, respectivamente.

Estados Unidos (19,6%), Argentina (14,8%) e Marrocos (14,4%) foram os principais países de origem das importações sergipanas.

5 Considerações Finais

A dinâmica das exportações e importações do Nordeste registra a mesma trajetória do comércio externo brasileiro, nos anos 2000, sofrendo das mesmas influências externas e internas, acrescida da longa estiagem que assolou a Região nesse intermédio.

As exportações do Nordeste registraram crescimento de 362% (8,9% a.a.), entre os anos 2000 e 2018, ligeiramente superior ao registrado pelo País, 336% (8,5% a.a.). Da mesma forma, as importações da Região aumentaram 354% (8,8% a.a.), com incrementos percentuais maiores do que os apresentados pelo comércio brasileiro, 224% (6,8% a.a.).

Apesar desse desempenho, as exportações do Nordeste pouco avançaram em termos de contribuição ao total das vendas externas do País. Passaram de 7,3% das exportações totais, em 2000, para 7,7%, em 2018. Enquanto as importações que no ano de 2000 respondiam por 8,5% do total das aquisições do País, atingiram 2,0% em 2018.

Um dos fatores que impulsionaram as exportações do Nordeste foi a ampliação da produção de soja no oeste da Bahia, no sul do Maranhão e nos anos mais recentes, no sudoeste do Piauí que proporcionou aumento de 614% (20,1% a.a.), das vendas externas da oleaginosa, no período em análise. A soja passou do 8º lugar da pauta do Nordeste (2,9% do total) para o principal produto das exportações da Região (16,9%) no intervalo de 2000 a 2018. Como consequência, as exportações de produtos básicos aumentaram a participação na pauta do Nordeste, passando de 18,3% para 29,3%,

Apesar da perda de participação dos Produtos Semimanufaturados na pauta do Nordeste (36,2% para 28,9%), as exportações de celulose e de produtos semimanufaturados de ferro ou aços tiveram desempenho excepcional, com 868% (13,4% a.a.) e 8.718% (28,3% a.a.), respectivamente, no período em foco. Referidos produtos participaram com 12,3% e 7,4% no total das vendas da Região, em 2018, estando na 2ª e 4ª colocações no ranking das exportações do Nordeste.

Os produtos manufaturados são os mais representativos da pauta de exportação da Região. Figura na 3ª posição no ranking, o produto óxidos e hidróxidos de alumínio (8,8% da pauta) que registrou crescimento nas vendas de 2.590% (20,1% a.a.). Da quinta à sétima posição, estão os manufaturados óleos combustíveis (6,7% da pauta), automóveis de passageiros (4,9%) e demais produtos manufaturados (3,4%).

Esses resultados mostram a alta concentração da pauta exportadora, onde apenas os 7 produtos citados responderam por 60,4% das vendas externas em 2018. No ano de 2000, eram 18 produtos responsáveis por 60,6% do total das exportações.

Pelo lado das importações do Nordeste, os Bens Intermediários concentraram 55,8% do total das aquisições externas e as categorias Combustíveis e Lubrificantes e Bens de Capital responderam por 29,4% e 15,8% das importações, respectivamente, em 2018. A pauta de importações também é concentrada: nove produtos respondem por 61,6% das aquisições: óleos combustíveis, inclusive óleo diesel (12,1%); produtos e preparos químicos diversos (10,4%); nafta e demais produtos derivados do petróleo (9,7%); demais bens intermediários (7,7%); demais produtos derivados do petróleo (6,6%); motores, peças e acessórios para veículos automotores (4,5%); demais produtos da extrativa mineral (3,6%); gás natural liquefeito (3,5%) e trigo em grãos (3,4%).

O intercâmbio comercial do Nordeste com os principais parceiros internacionais mostra que, em 2018, os cinco países absorveram 63,4% das exportações da Região: China (24,1%); Estados Unidos (16,3%); Argentina (9,4%); Países Baixos (7,0%) e Canadá (6,6%). Por outro lado, Estados Unidos (30,2%), China (9,6%), Argentina (8,9%), Argélia (3,7%) e Itália (3,3%) foram os parceiros responsáveis por 55,8% dos valor total das aquisições do Nordeste.

A Bahia foi o Estado que registrou o maior volume de vendas externas (47,4%) do Nordeste em 2018. O Maranhão ocupou a segunda posição com 20,4% das exportações, vindo em seguida Ceará (12,5%) e Pernambuco (10,6%). Do lado das importações, Bahia concentrou 36,5% do total das compras externas da Região seguida por Pernambuco (30,0%), Ceará (11,7%) e Maranhão (14,3%).

Referências

ABICALÇADOS. **Panorama das exportações brasileiras:** calçados 2018. Novo Hamburgo, RS: ABICALÇADOS, 2018. Disponível em: http://abicalcados.com.br/publicacoes/panorama-das-exportacoes. Acesso em maio 2019.

FREIRE, L. L. R.; BARROSO, L. C. Evolução e perfil da balança comercial do Nordeste. **Informe ETENE**. Fortaleza: Banco do Nordeste, ano 3, n. 4, dez. 2018. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/1103955/INFORME+ETENE+Balan%C3%A7a+Comercial.pdf/5d3321e1-1e1c-54f3-1790-b9867abb9573. Acesso em maio 2019.

FUNCEXDATA. Estatísticas de comércio exterior. Disponível em http://www.funcexdata.com.br/. Acesso em Maio. 2019 (Acesso Restrito).

BRASIL. Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Estatísticas de Comércio Exterior.** Base de dados do Comex Stat. Brasília, 2019. Disponível em: http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home. Acesso em: maio 2019.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **Trade Profiles 2018**. Geneva: WTO, 2018. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/publications_e/trade_profiles18_e.htm. Acesso em maio 2019.

Finanças Públicas nos Estados do Nordeste no Século XXI

Antonio Ricardo de Norões Vidal
Coordenador de Estudos e Pesquisas do ETENE/BNB
ricardovidal@bnb.gov.br

Resumo

O presente estudo acompanha o cenário das finanças públicas no Brasil, no período de 2000 a 2018, com o foco na arrecadação do ICMS, transferências da União e os indicadores de endividamento: Grau de endividamento (GRE) e Índice de Dependência Financeira (IDF). Verifica-se que a arrecadação de ICMS é concentrada em termos regionais e estaduais. A título de ilustração, São Paulo respondeu por aproximadamente um terço da coleta desse tributo no período analisado, superando por larga diferença as arrecadações das demais Unidades Federativas.

Quanto às transferências, substancial porcentagem desses recursos está direcionado para o Nordeste (40,8% na média de 2000 a 2018), ultrapassando por expressiva diferença os valores alocados para as demais regiões.

Por sua vez, a Receita Corrente Líquida (RCL) bem como a Dívida Consolidada Líquida (DCL) seguem concentradas nas Regiões Sudeste e Sul do País. Em consequência. O Grau de Endividamento dos Estados (GRE) pertencentes a essas duas regiões tem se mostrado mais elevado em comparação com os indicadores dos Estados pertencentes ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Finalmente, os Índices de Dependência Financeira do Norte e do Nordeste são consideráveis, tendo em vista que a base produtiva dessas regiões ainda se encontra em um menor nível de desenvolvimento.

Palavras-chave

Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Transferências da União. Grau de Endividamento e Índice de Dependência Financeira.

1 Introdução

O quadro financeiro das Unidades federativas brasileiras tem se constituído em um dos importantes temas para os formuladores de políticas públicas no Brasil. Nesse sentido, o BNB/ETENE tem acompanhado regularmente o cenário das finanças públicas no Nordeste, através da análise das principais fontes de arrecadação dos Estados, os repasses federais para os Estados, bem como as obrigações financeiras estaduais.

Além disso, o BNB/ETENE construiu indicadores que medem a dependência financeira dos Estados, além do nível de endividamento dessas Unidades Federativas.

Assim, o presente capítulo apresenta o desempenho, no século XXI, da arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Brasil, Regiões e Estados, bem como a evolução das Transferências da União, especialmente o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Além disso, detalha-se o progresso dos indicadores de dependência financeira e de endividamento do País, Regiões e Estados.

O capítulo finaliza com algumas considerações sobre as finanças públicas do Nordeste e de seus Estados.

2 A Arrecadação de ICMS

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) constitui-se no principal instrumento de arrecadação de competência dos Estados, tendo como fato gerador as operações relativas à circulação de mercadorias e à prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

O ICMS é um tributo estadual, fundamental para compor as receitas das Unidades Federativas brasileiras. Constitui-se em um tributo de aplicação complexa, que cria burocracia para as empresas e animosidade nas relações entre os Estados. As alíquotas internas são diferenciadas com base no tipo de fato gerador (produto ou serviço) e variam de uma Unidade Federativa para outra. A discrepância nas alíquotas interestaduais criaram condições desiguais de competição e levaram o País à chamada "guerra fiscal".

Parte do ICMS é pago na origem, ou seja, a empresa que vende realiza o recolhimento, beneficiando, assim, os Estados produtores, mais desenvolvidos economicamente, que conseguem maior arrecadação. A outra parcela do imposto é recolhida no Estado comprador, em geral, aqueles de menor desenvolvimento econômico.

O montante arrecadado com ICMS está correlacionado com o desempenho da atividade econômica, especialmente o comércio e a prestação de serviços, além da capacidade dos entes estatais de recolher impostos.

Nesse sentido, a arrecadação de ICMS no Brasil alcançou R$ 479,7 bilhões em 2018, ante R$ 252,9 bilhões em 2000, implicando crescimento anual médio de 3,6%, ou variação acumulada de 89,7% no período analisado, ambos em termos reais, conforme especificado na Tabela 1.

A arrecadação de ICMS no País oscilou no período estudado, conforme o desempenho da economia nacional. Registre-se que o maior valor arrecadado de ICMS no País foi R$ 498,5 bilhões em 2013, seguido por R$ 493,4 bilhões em 2014, e R$ 479,7 bilhões em 2018, dados a preços médios de 2018. Por outro lado, o menor valor arrecadado foi R$ 252,9 bilhões em 2000, seguido por R$ 271,1 bilhões em 2002, e R$ 275,7 bilhões em 2003, de acordo com os dados apresentados na Tabela 1.

Apesar das oscilações do período, o desempenho da arrecadação de ICMS no País pode ser dividido em três períodos: de 2000 a 2004, a coleta ultrapassou R$ 200 bilhões por ano, tendo registrado crescimento acumulado de 18,5% nesse período ou 4,3% em termos de variação média anual; de 2005 a 2009, superou o patamar de R$ 300 bilhões por ano, tendo apresentado acelerado incremento de 23,5% e 5,4% de média anual; e de 2010 a 2018, suplantou R$ 400 bilhões por ano, porém com menor crescimento acumulado, ou seja, 9,8% e 1,2 de média anual (Tabela 1).

Tabela 1 – Arrecadação de ICMS no Brasil e Regiões - 2000 a 2018 - R$ a preços de 2018 (Valores em bilhões de reais)

ICMS a preços constantes de 2018						
Ano	**Brasil**	**Norte**	**Nordeste**	**Sudeste**	**Sul**	**Centro-Oeste**
2000	252,9	11,4	35,0	148,5	39,2	18,8
2001	271,1	12,6	37,4	157,5	43,1	20,4
2002	279,4	13,6	40,3	158,0	45,4	22,0
2003	275,7	14,4	39,4	151,2	47,1	23,5
2004	299,7	15,8	43,7	164,6	49,3	26,4
2005	314,8	17,3	46,1	171,8	52,7	26,9
2006	335,0	18,7	50,6	184,4	53,1	28,3
2007	352,6	19,9	52,1	195,5	54,8	30,2

ICMS a preços constantes de 2018						
Ano	**Brasil**	**Norte**	**Nordeste**	**Sudeste**	**Sul**	**Centro-Oeste**
2008	396,8	23,2	57,0	221,1	61,4	34,1
2009	388,9	21,8	57,5	214,8	60,9	33,9
2010	436,9	25,0	66,0	241,2	68,0	36,7
2011	465,2	25,8	69,2	257,8	72,6	39,8
2012	474,0	28,1	72,7	255,8	74,6	42,8
2013	498,5	29,8	76,9	268,1	79,5	44,2
2014	493,4	30,7	78,6	256,9	81,9	45,4
2015	467,9	29,0	75,4	240,7	79,5	43,4
2016	445,9	27,0	74,3	223,5	78,8	42,4
2017	462,0	28,0	77,1	228,9	83,9	44,2
2018	479,7	29,8	81,8	235,8	86,4	45,9

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central (2018)

A arrecadação de ICMS é concentrada em termos regionais, reflexo da centralização da estrutura produtiva do Brasil. Assim, o Sudeste tem respondido por mais da metade do ICMS coletado no País, precisamente 52,5% na média de 2000 a 2018. Com expressiva diferença, seguiram o Sul (17,1%); Nordeste (15,9%); Centro-Oeste (8,8%); e Norte (5,6%), conforme especificado na Tabela 2.

A título de comparação, segue a distribuição da população por Região: Sudeste (42,1%); Nordeste (27,2%); Sul (14,3%); Norte (8,7%); e Centro-Oeste (7,7%). Verifica-se, portanto que, em termos regionais, Sudeste, Sul e Centro-Oeste possuem participações na arrecadação de ICMS superiores, em comparação com suas respectivas porcentagens de população. No Norte e Nordeste, verifica-se o inverso, sendo que o maior hiato entre arrecadação de ICMS e população está no Nordeste.

Tabela 2 – Arrecadação de ICMS - Valores a preços de 2018 - R$ Milhões

Estado/Região	2000	2018	Participação [1]	Var. (%) Período	Var. (%) Média Anual
Alagoas	1.657	4.007	0,8	141,8	5,0
Bahia	11.563	23.568	4,8	103,8	4,0
Ceará	5.738	11.979	2,4	108,8	4,2
Maranhão	1.940	7.022	1,2	262,0	7,4
Paraíba	2.261	5.630	1,1	149,0	5,2
Pernambuco	6.586	15.900	3,1	141,4	5,0
Piauí	1.321	4.487	0,8	239,7	7,0
Rio Grande do Norte	2.432	5.672	1,1	133,3	4,8
Sergipe	1.505	3.506	0,7	133,0	4,8
Nordeste	**35.002**	**81.772**	**15,9**	**133,6**	**4,8**
Norte	11.376	29.815	5,6	162,1	5,5
Sudeste	148.548	235.805	52,5	58,7	2,6
Sul	39.195	86.400	17,1	120,4	4,5
Centro-Oeste	18.757	45.872	8,8	144,6	5,1
Brasil	**252.878**	**479.664**	**100,0**	**89,7**	**3,6**

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central (2018)
Nota (1): Participação média entre os anos de 2000 a 2018.

A participação regional do ICMS, por sua vez, é semelhante à representatividade das Regiões no Produto Interno Bruto (PIB) nacional. No Norte e Nordeste, contudo, a participação relativa do ICMS é maior em comparação com a representatividade de seus respectivos PIB, conforme especificado na Tabela 3. Portanto, as compras interestaduais realizadas por referidas regiões são expressivas.

Tabela 3 – Participações regionais do ICMS e PIB - Média de 2002 a 2016 - Em %

Indicador	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
ICMS	5,7	15,2	54,1	16,2	8,8	100,0
PIB	5,1	14,1	54,2	17,2	9,4	100,0

Fontes: Elaboração BNB/ETENE, com dados Banco Central (2018) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2002-2016)

Vale registrar ainda que o crescimento médio do ICMS superou a expansão do PIB tanto no Brasil quanto nas Regiões, no período de 2002 a 2016, último dado disponível das contas regionais. O Norte apresentou a maior expansão (5,0%), seguido pelo Centro-Oeste (4,8%), Nordeste (4,5%), Brasil (3,4%), Sul (4,0%) e Sudeste (2,5%), conforme detalhado na Tabela 4.

Tabela 4 – Crescimento real do ICMS e PIB - Média anual de 2002 a 2016 - Em %

Indicador	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
ICMS	5,0	4,5	2,5	4,0	4,8	3,4
PIB	2,6	2,0	1,7	1,5	2,4	1,8
ICMS/PIB	1,9	2,3	1,5	2,7	2,0	1,9

Fontes: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central (2018) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2002-2016)

Em termos estaduais, São Paulo tem concentrado aproximadamente um terço da arrecadação de ICMS no Brasil. Com expressiva diferença, tem-se a seguir Minas Gerais (9,9%), Rio de Janeiro (8,4%), Rio Grande do Sul (7,1%) e Paraná (5,9%). Referidas Unidades Federativas detêm cerca de dois terços da arrecadação de ICMS do País, vide Tabela 5.

Tabela 5 – Arrecadação estadual de ICMS em R$ milhões a preços de 2018

Estado/Região	2000	2018	Participação[1]	Var. (%) Período	Var. (%) Média Anual	Ranking[2]
Alagoas	1.657	4.007	0,8	141,8	5,0	21
Bahia	11.563	23.568	4,8	103,8	4,0	6
Ceará	5.738	11.979	2,4	108,8	4,2	10
Maranhão	1.940	7.022	1,2	262,0	7,4	17
Paraíba	2.261	5.630	1,1	149,0	5,2	19
Pernambuco	6.586	15.900	3,1	141,4	5,0	9
Piauí	1.321	4.487	0,8	239,7	7,0	20
Rio G. do Norte	2.432	5.672	1,1	133,3	4,8	18
Sergipe	1.505	3.506	0,7	133,0	4,8	23
Nordeste	**35.002**	**81.772**	**15,9**	**133,6**	**4,8**	**3**
Acre	339	1.413	0,2	**316,4**	**8,2**	25
Amapá	313	855	0,2	**173,2**	**5,7**	27
Amazonas	4.314	9.256	1,9	**114,5**	**4,3**	14
Pará	3.637	10.921	2,0	**200,3**	**6,3**	13
Rondônia	1.587	3.630	0,7	**128,7**	**4,7**	22
Roraima	331	880	0,2	**165,5**	**5,6**	26
Tocantins	854	2.860	0,5	**235,0**	**6,9**	24
Norte	**11.376**	**29.815**	**5,6**	**162,1**	**5,5**	**5**
Espírito Santo	6.158	10.214	2,2	**65,9**	**2,9**	12
Minas Gerais	23.232	49.065	9,9	**111,2**	**4,2**	2
Rio de Janeiro	25.098	36.717	8,4	**46,3**	**2,1**	3
São Paulo	94.061	139.809	31,9	**48,6**	**2,2**	1
Sudeste	**148.548**	**235.805**	**52,5**	**58,7**	**2,6**	**1**

Estado/Região	2000	2018	Participação[1]	Var. (%) Período	Var. (%) Média Anual	Ranking[2]
Paraná	13.380	30.205	5,9	**125,7**	**4,6**	5
Rio Grande do Sul	17.347	34.805	7,1	**100,6**	**3,9**	4
Santa Catarina	8.468	21.391	4,1	**152,6**	**5,3**	7
Sul	**39.195**	**86.400**	**17,1**	**120,4**	**4,5**	**2**
Distrito Federal	4.347	8.354	1,7	**92,2**	**3,7**	16
Goiás	6.753	15.755	3,1	**133,3**	**4,8**	8
Mato Grosso	4.349	12.171	2,3	**179,8**	**5,9**	11
Mato G. do Sul	3.308	9.592	1,8	**190,0**	**6,1**	15
Centro-Oeste	**18.757**	**45.872**	**8,8**	**144,6**	**5,1**	**4**
Brasil	**252.878**	**479.664**	**100,0**	**89,7**	**3,6**	**-**

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central (2018). Notas: (1) Participação média entre 2000 e 2018. (2). Ranking estadual e regional, entre 2000 e 2018.

A arrecadação de ICMS no Nordeste alcançou R$ 81,8 bilhões em 2018, o pico da série, ante R$ 35,0 bilhões em 2000, o menor valor do período, significando incremento de 4,8% na média anual e crescimento acumulado de 133,6%, ambos em termos reais (Tabela 5). Nas demais regiões, os ganhos mais expressivos, em termos reais, ocorreram no Norte (incremento médio anual de +5,5% e variação acumulada de +162,1%) e Centro-Oeste (+5,1% e +144,6%), seguido do Sul (+4,5% e +120,4%) e Sudeste (+2,6% e +58,7%).

Nordeste, Centro-Oeste e Sul obtiveram picos de arrecadação em 2018, enquanto que Norte e Sul registraram em 2014. O ano de menor arrecadação para todas as regiões foi 2000, conforme detalhado na Tabela 1.

A arrecadação de ICMS no Nordeste apresentou tendência de expansão no período estudado, com exceção dos anos de 2003, 2015 e 2016, conforme especificado na Tabela 1.

Todas as Unidades Federativas do Nordeste obtiveram ganhos reais de arrecadação nos anos analisados no presente artigo: Maranhão (variação média anual de +7,4% e incremento acumulado de +262,0%), Piauí (+7,0% e +239,7%), Paraíba (+5,2% e +149,0%), Alagoas (+5,0% e +141,8%), Pernambuco (+5,0% e +141,4%), Rio Grande do Norte (+4,8% e +133,3%), Sergipe (+4,8% e +133,0%), Ceará (+4,2% e +108,8%) e Bahia (+4,0% e +103,8%), conforme especificado na Tabela 1. Todos os Estados do Nordeste registraram variações acima do desempenho nacional (+3,6% e +89,7%), vide Tabela 1.

Bahia (R$ 23,6 bilhões), Pernambuco (R$ 15,9 bilhões) e Ceará (R$ 11,9 bilhões) responderam por 62,9% do total arrecadado com ICMS no Nordeste em 2018, ante 68,3% em 2000. Tem-se, a seguir, Maranhão (R$ 7,0 bilhões), Rio Grande do Norte (R$ 5,7 bilhões) e Paraíba (R$ 5,6 bilhões). Em conjunto, referidos Estados responderam por 22,4% do total obtido no Nordeste em 2018, em contraste com 18,9% em 2000. Piauí (R$ 4,5 bilhões), Alagoas (R$ 4,0 bilhões) e Sergipe (R$ 3,5 bilhões) ficaram com 14,7% do total coletado na Região em 2018, ante 12,8% em 2000.

Verificou-se, portanto, desconcentração na arrecadação de ICMS entre os Estados do Nordeste. Bahia (para 28,8%) e Ceará (para 14,6%) perderam participações, enquanto Rio Grande do Norte (6,9%) e Sergipe (4,3%) mantiveram-se estáveis. Por outro lado, Pernambuco (para 19,4%), Maranhão (para 8,6%), Paraíba (para 6,9%), Piauí (para 5,5%) e Alagoas (para 4,9%) ganharam participações no total da arrecadação de ICMS da Região.

Os Estados do Nordeste obtiveram picos de arrecadação em 2018, com exceção do Ceará e Pernambuco, cujas maiores altas ocorreram em 2014. O menor valor arrecadado para todos os Estados da Região ocorreu no ano de 2000.

Tabela 6 – ICMS do Nordeste e Estados - Valores em bilhões a preços de 2018

Ano	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE	Nordeste
2000	1,7	11,6	5,7	1,9	2,3	6,6	1,3	2,4	1,5	35,0
2001	1,7	12,2	6,1	2,3	2,6	6,9	1,3	2,6	1,7	37,4
2002	1,8	13,7	6,4	2,4	2,5	7,6	1,4	2,7	1,8	40,3
2003	1,8	13,6	6,1	2,3	2,4	7,3	1,4	2,7	1,8	39,4
2004	2,1	15,5	6,5	2,6	2,5	8,0	1,7	3,0	1,9	43,7
2005	2,2	15,9	6,4	3,0	2,7	8,8	1,8	3,3	2,1	46,1
2006	2,5	16,8	7,3	3,6	3,0	9,5	2,1	3,7	2,2	50,6
2007	2,6	16,8	7,4	3,8	3,2	10,2	2,2	3,8	2,3	52,1
2008	2,9	18,2	8,4	4,2	3,4	11,0	2,5	4,0	2,4	57,0
2009	2,9	17,2	8,7	4,3	3,6	11,6	2,7	4,1	2,4	57,5
2010	3,4	19,6	9,9	4,8	4,1	13,6	3,1	4,6	3,0	66,0
2011	3,4	20,0	10,3	5,2	4,3	15,0	3,2	4,8	3,0	69,2
2012	3,5	20,7	11,0	5,5	4,7	15,2	3,4	5,3	3,3	72,7
2013	3,7	22,1	11,8	5,9	5,1	15,8	3,6	5,5	3,4	76,9
2014	3,7	22,3	12,0	6,0	5,6	16,1	3,8	5,6	3,5	78,6
2015	3,6	21,7	11,5	5,9	5,3	15,0	3,8	5,3	3,4	75,4
2016	3,8	20,9	11,2	6,4	5,1	14,8	3,5	5,3	3,2	74,3
2017	3,8	22,0	11,8	6,5	5,4	15,0	3,9	5,4	3,3	77,1
2018	4,0	23,6	12,0	7,0	5,6	15,9	4,5	5,7	3,5	81,8

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central (2018)

3 Transferências da União

As Transferências da União [(1)] representam repasses de verbas entre instituições públicas, a exemplo do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM)[1]. Referidas transferências (FPE e FPM) são as mais importantes, tendo em vista que representaram, em 2018, acima de 70,0% do total das transferências federais realizadas no País (77,6%), bem como para as regiões: Nordeste (79,9%), Norte (79,0%), Centro-Oeste (75,5%), Sul (75,5%) e Sudeste (74,1%).

Tanto o FPE quanto o FPM são oriundos de um percentual da receita obtida com o Imposto sobre a Renda (IR) e com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Ressalte-se que as Unidades Federativas das regiões de menor desenvolvimento econômico, a exemplo do Nordeste, dependem de forma substancial dos repasses constitucionais.

As Transferências da União totalizaram R$ 199,2 bilhões em 2018, ante R$ 109,3 bilhões em 2000, implicando expansão média anual de 3,4% ou crescimento acumulado de 82,2% no período em análise, conforme detalhado na Tabela 7.

As Transferências da União oscilaram no período estudado. Os maiores valores totalizaram R$ 206,1 bilhões em 2016, R$ 202,5 bilhões em 2014 e R$ 200,8 bilhões em 2011. Os menores somaram R$ 109,3 bilhões em 2000, R$ 116,7 bilhões em 2001 e R$ 117,0 bilhões em 2003, conforme especificado na Tabela 7.

1 As transferências federais estudadas incluem: Fundo de Participação aos Estados, Fundo de Participação dos Municípios, IOF - Ouro, Imposto Territorial Rural, Contribuições de Intervenção no Domínio Público (CIDE), Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados e Apoio Financeiro aos estados e municípios. Não inclui: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização de Professores (FUNDEB), Compensações Financeiras (royalties), Fundos Constitucionais (FNO, FNE e FCO) e as Transferências Discricionárias (em decorrência da celebração de convênios, acordos ou outros instrumentos similares).

As Transferências da União para o Nordeste alcançaram R$ 83,4 bilhões em 2018, em contraste com R$ 42,4 bilhões em 2000, representando variação de 3,8% em termos médios anuais ou 96,7% no acumulado do período.

As Transferências para o Nordeste também variaram no período estudado. Os maiores valores alcançaram R$ 86,9 bilhões em 2016, R$ 85,5 bilhões em 2014 e R$ 84,6 bilhões em 2011. Os menores totalizaram R$ 42,4 bilhões em 2000, R$ 46,2 bilhões em 2001 e R$ 46,9 bilhões em 2003, conforme especificado na Tabela 7.

Tabela 7 – Transferências da União - Valores a preços de 2018 - R$ milhões

Estado/Região/País	2000	2018	Participação[1]	Var. Período - %	Var. Média Anual - %	Ranking[2]
Alagoas	3.041	6.102	3,0	100,7	3,9	14
Bahia	9.642	18.044	9,0	87,1	3,5	2
Ceará	5.883	11.662	5,7	98,2	3,9	4
Maranhão	5.861	10.799	5,4	84,3	3,5	6
Paraíba	3.657	7.485	3,6	104,7	4,1	10
Pernambuco	5.593	11.257	5,5	101,3	4,0	5
Piauí	3.181	6.610	3,2	107,8	4,1	12
Rio Grande do Norte	3.026	6.253	3,0	106,7	4,1	13
Sergipe	2.523	5.218	2,5	106,8	4,1	18
Nordeste	**42.406**	**83.429**	**40,8**	**96,7**	**3,8**	**1**
Acre	1.771	3.651	1,8	106,1	4,1	22
Amapá	1.719	3.479	1,7	102,3	4,0	23
Amazonas	2.031	4.310	2,1	112,3	4,3	20
Pará	5.457	9.456	4,8	73,3	3,1	9
Rondônia	1.685	3.499	1,7	107,6	4,1	24
Roraima	1.317	2.739	1,3	108,0	4,2	26
Tocantins	2.627	5.328	2,6	102,8	4,0	17
Norte	**16.607**	**32.462**	**15,9**	**95,5**	**3,8**	**3**
Espírito Santo	2.223	3.479	1,8	56,5	2,5	21
Minas Gerais	10.420	18.325	9,3	75,9	3,2	1
Rio de Janeiro	3.073	5.513	2,8	79,4	3,3	16
São Paulo	11.430	16.001	8,9	40,0	1,9	3
Sudeste	27.146	43.317	22,8	59,6	2,6	2
Paraná	6.172	10.145	5,3	64,4	2,8	7
Rio Grande do Sul	6.324	9.611	5,2	52,0	2,4	8
Santa Catarina	3.319	5.526	2,9	66,5	2,9	15
Sul	**15.814**	**25.282**	**13,3**	**59,9**	**2,6**	**4**
Distrito Federal	484	820	0,4	69,4	3,0	27
Goiás	3.177	6.616	3,2	108,3	4,2	11
Mato Grosso	2.215	4.212	2,1	90,2	3,6	19
Mato Grosso do Sul	1.489	3.022	1,5	103,0	4,0	25
Centro-Oeste	**7.365**	**14.671**	**7,1**	**99,2**	**3,9**	**5**
Brasil	**109.339**	**199.161**	**100,0**	**82,2**	**3,4**	**-**

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central (2018). Notas: (1) Participação média entre 2000 e 2018. 2. Ranking estadual e regional, entre 2000 e 2018.

A participação do Nordeste no total das transferências foi de 41,5% em termos médios no período estudado. Com expressiva diferença, seguiram o Sudeste (22,2%), Norte (16,1%), Sul (13,0%) e Centro-Oeste (7,1%).

Bahia (R$ 18,0 bilhões), Ceará (R$ 11,7 bilhões), Pernambuco (R$ 11,3 bilhões) e Maranhão (R$ 10,8 bilhões) concentraram os valores mais expressivos das Transferências da União no Nordeste em 2018. Seguiram Paraíba (R$ 7,5 bilhões), Piauí (R$ 6,6 bilhões), Rio Grande do Norte (R$ 6,3 bilhões), Alagoas (R$ 6,1 bilhões) e Sergipe (R$ 5,2 bilhões), vide Tabela 7.

Por sua vez, as maiores variações foram verificadas no Piauí (crescimento de +4,1% na média anual e +107,8% no acumulado do período), Sergipe (+4,1% e +106,8%), Rio Grande do Norte (+4,1% e +106,7%), Paraíba (+4,1% e +104,7%), Pernambuco (+4,0% e +101,3%) e Alagoas (+3,9% e +100,7%). Seguiram Ceará (+3,9% e +98,2%), Bahia (+3,5% e +87,1%) e Maranhão (+3,5% e +84,3%).

No âmbito das transferências, as maiores participações são do FPE e do FPM. A distribuição destes, para o Nordeste, representa 52,5% do total (FPE) e 35,0% do total (FPM). O Sudeste é o segundo no ranking regional, por causa da importância do estado de Minas Gerais, na distribuição do FPM. Minas Gerais é o primeiro no ranking estadual, sendo o segundo Estado no número de municípios (853 em 2018), ficando atrás somente de São Paulo. Minas Gerais possui expressiva quantidade de municípios localizados no Semiárido, em geral com menor renda *per capita*, obtendo, em conseqüência, maior volume de FPM.

4 Grau de Endividamento e Dependência Financeira

O quadro financeiro das Unidades Federativas brasileiras tem se constituído em um dos importantes temas para os formuladores de políticas públicas no Brasil. Nesse sentido, o BNB/ETENE tem acompanhado regularmente o cenário das finanças públicas através dos indicadores denominados Grau de Endividamento dos Estados (GRE) e Índice de Dependência Financeira (IDF).

O GRE corresponde à Dívida Consolidada Líquida (DCL) em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) de uma determinada Unidade Federativa (Estado, Região ou País).

A Dívida Consolidada Líquida (DCL), por sua vez, compreende o montante total das obrigações financeiras, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços e transferências correntes.

O Índice de Dependência Financeira (IDF) corresponde à relação entre as Transferências da União e a Receita Corrente Líquida. O IDF mostra a capacidade de uma Unidade Federativa em gerar receitas a partir de sua própria base econômica, isto é, de sua própria arrecadação de tributos. Quanto mais o IDF for próximo de zero, menor será a dependência do Estado das transferências federais. Inversamente, quanto mais o IDF se distancia de zero, maior será a dependência da unidade federativa em relação às transferências federais.

A DCL dos Estados brasileiros alcançou R$ 786,2 bilhões em 2018, ante R$ 567,0 bilhões em 2000, implicando variação média anual de +1,8% e crescimento acumulado de +38,7% no período. Cabe destacar que quatro Estados brasileiros (Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul), detinham em 2000, 63,7% do total da dívida consolidada líquida do País. Em 2018, a participação dessas Unidades Federativas atingiu 80,0%, revelando expressiva e ascendente concentração da referida dívida.

Sudeste (+3,1% de variação média anual e +72,4% de crescimento no acumulado do período) e Sul (+1,3% e +25,2%) registraram incrementos em suas respectivas dívidas no período em análise. Em contrapartida, as demais regiões conseguiram reduzir suas respectivas dívidas: Centro-Oeste (-1,8% e -28,4%), Nordeste (-1,1% e -17,5%) e Norte (-0,2% e -4,3%).

Assim, o Sudeste concentrou 68,7% da DCL do País em 2018, ante 55,2% em 2000. O Sul respondeu por 15,2% em 2018, em comparação com 16,8% em 2000; o Nordeste por 9,0% em 2018 e 15,1% em 2000; o Centro-Oeste por 5,0% em 2018 e 9,7% em 2000; e o Norte por 2,0% em 2018 e 3,0% em 2000.

A DCL do Nordeste diminuiu para R$ 70,9 bilhões em 2018, em comparação com R$ 86,0 bilhões em 2000 (valores a preços médios de 2018). Apenas três Estados nordestinos tiveram crescimentos em suas

dívidas: Ceará (variação média anual de +1,4% e incremento acumulado de +31,5%), Pernambuco (+2,6% e +57,5%) e Sergipe (+0,5% e +4,0%). A maior redução no período foi observada na Paraíba (-58,4%), tendo sua dívida caído para R$ 3,1 bilhões em 2018, ante R$ 7,5 bilhões em 2000. Seguiram Maranhão (-49,2%) e Piauí (-44,9%).

Tabela 8 – Indicadores de endividamento dos Estados - Valores em milhões a preços de 2018

Estado/ Região/País	DCL					RCL					GRE	
	2000	2018	Partici-pação[1]	Var. Período %	Var. Média Anual %	2000	2018	Partici-pação[1]	Var. Período %	Var. Média Anual %	2000	2018
Alagoas	8.204	6.816	1,1	-16,9	-1,0	3.674	7.965	1,2	116,8	4,4	2,23	0,86
Bahia	25.688	20.494	3,4	-20,2	-1,2	15.683	31.980	4,9	103,9	4,0	1,64	0,64
Ceará	8.331	10.957	1,4	31,5	1,5	9.533	19.186	2,9	101,3	4,0	0,87	0,57
Maranhão	14.206	7.223	1,6	-49,2	-3,7	5.512	13.317	1,9	141,6	5,0	2,58	0,54
Paraíba	7.492	3.115	0,8	-58,4	-4,8	4.913	9.593	1,5	95,3	3,8	1,53	0,32
Pernambuco	9.097	14.329	1,7	57,5	2,6	10.624	23.132	3,5	117,7	4,4	0,86	0,62
Piauí	6.151	3.392	0,7	-44,9	-3,3	3.549	8.634	1,2	143,3	5,1	1,73	0,39
Rio Grande do Norte	3.529	1.205	0,3	-65,9	-5,8	4.977	9.112	1,4	83,1	3,4	0,71	0,13
Sergipe	3.270	3.400	0,5	4,0	0,2	3.715	7.371	1,1	98,4	3,9	0,88	0,46
Nordeste	**85.967**	**70.930**	**11,6**	**-17,5**	**-1,1**	**62.179**	**130.291**	**19,7**	**109,5**	**4,2**	**1,38**	**0,54**
Acre	2.168	3.565	0,4	64,4	2,8	2.080	4.846	0,7	133,0	4,8	1,04	0,74
Amapá	5.916	4.023	0,7	-32,0	-2,1	5.914	13.222	2,0	123,6	4,6	1,00	0,30
Amazonas	95	-675	-0,0	-	-	2.084	4.906	0,7	135,4	4,9	0,05	-
Pará	4.038	2.504	0,5	-38,0	-2,6	7.107	18.818	2,7	164,8	5,6	0,57	0,13
Rondônia	3.081	3.262	0,5	5,9	0,3	2.773	6.944	1,0	150,4	5,2	1,11	0,47
Roraima	492	672	0,1	36,7	1,8	1.588	3.581	0,5	125,5	4,6	0,31	0,19
Tocantins	993	2.707	0,3	172,7	5,7	2.833	7.190	1,0	153,8	5,3	0,35	0,38
Norte	**16.782**	**16.059**	**2,4**	**-4,3**	**-0,2**	**24.380**	**59.507**	**8,6**	**144,1**	**5,1**	**0,69**	**0,27**
Espírito Santo	6.540	2.707	0,7	-58,6	-4,8	6.685	13.567	2,1	102,9	4,0	0,98	0,20
Minas Gerais	41.823	106.509	11,0	154,7	5,3	29.583	56.345	8,8	90,5	3,6	1,41	1,89
Rio de Janeiro	73.329	152.984	16,7	108,6	4,2	35.420	58.291	9,6	64,6	2,8	2,07	2,62
São Paulo	191.531	277.744	34,7	45,0	2,1	99.222	159.211	26,4	60,5	2,7	1,93	1,74
Sudeste	313.223	539.944	63,0	72,4	3,1	170.910	287.414	46,9	68,2	2,9	1,83	1,88
Paraná	22.591	14.251	2,7	-36,9	-2,5	17.541	37.596	5,6	114,3	4,3	1,29	0,38
Rio Grande do Sul	54.497	84.198	10,2	54,5	2,4	20.453	37.773	6,0	84,7	3,5	2,66	2,23
Santa Catarina	18.488	21.166	2,9	14,5	0,8	10.101	22.774	3,4	125,5	4,6	1,83	0,93
Sul	**95.576**	**119.615**	**15,9**	**25,2**	**1,3**	**48.095**	**98.143**	**15,0**	**104,1**	**4,0**	**1,99**	**1,22**
Distrito Federal	3.543	7.648	0,8	115,8	4,4	9.859	21.743	3,2	120,5	4,5	0,36	0,35
Goiás	25.711	19.635	3,4	-23,6	-1,5	8.207	21.298	3,0	159,5	5,4	3,13	0,92
Mato Grosso	13.454	4.618	1,3	-65,7	-5,8	5.372	15.221	2,1	183,4	6,0	2,50	0,30
Mato Grosso do Sul	12.699	7.772	1,5	-38,8	-2,7	4.102	10.735	1,5	161,7	5,5	3,10	0,72
Centro-Oeste	55.407	39.672	7,0	-28,4	-1,8	27.540	68.997	9,9	150,5	5,2	2,01	0,57
Brasil	566.956	786.220	100,0	38,7	1,8	333.104	644.352	100,0	93,4	3,7	1,70	1,22

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados de Brasil (2018). 1. DCL: dívida consolidada líquida. RCL: receita corrente líquida. 3. Os dados do Rio Grande do Norte referem-se a 2017, tendo em vista que os de 2018 não foram divulgados até a elaboração do presente artigo.

A RCL do País cresceu +93,4%, valores a preços médios de 2018, alcançando R$ 644,4 bilhões em 2018, em contraste com R$ 333,1 bilhões em 2000, representando variação média anual de +3,7%. Vale registrar que a participação da receita auferida pelo Sudeste, no total da receita do País, permanece elevada, embora tenha caído para 44,6% em 2018, ante 51,3% em 2000.

Por sua vez, as demais regiões obtiveram incremento em suas respectivas participações. O maior aumento ocorreu no Centro-Oeste (para 10,7% em 2018, ante 8,3% em 2000), seguido pelo Norte (9,2% em 2018 e 7,3% em 2000), Nordeste (20,2% e 18,7%) e Sul (15,2% e 14,4%).

No Nordeste, a RCL alcançou R$ 130,3 bilhões em 2018, em contraste com R$ 62,2 bilhões em 2000, implicando variação média anual de +4,2% ou crescimento acumulado de +109,5% no período.

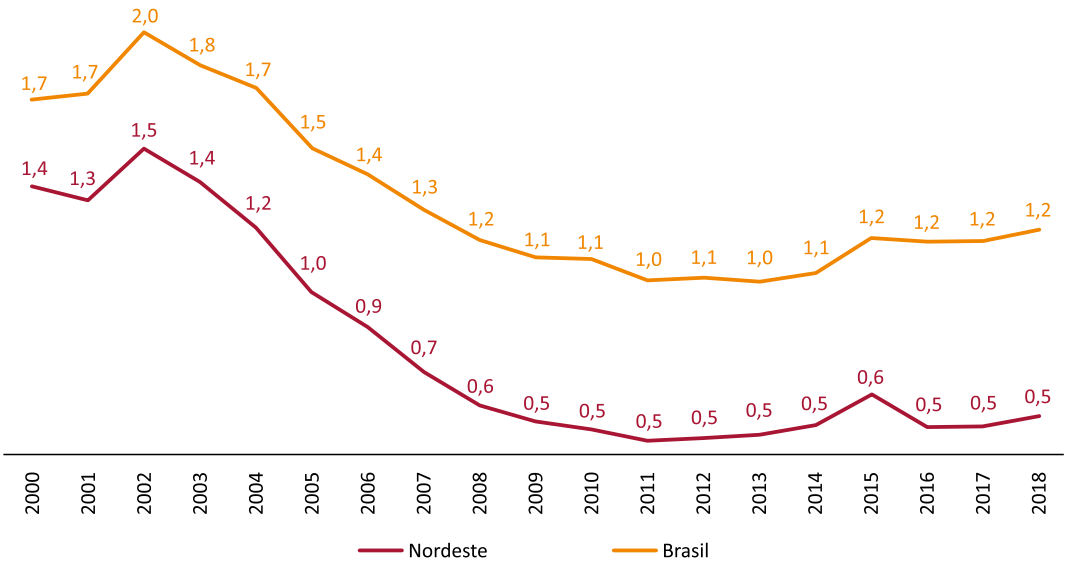
Os Estados do Nordeste obtiveram incrementos em suas respectivas receitas correntes líquidas. As variações mais expressivas foram verificadas no Piauí (+5,1% de variação média anual e +143,3% no acumulado do período), Maranhão (+5,0% e +141,6%), Pernambuco (+4,4% e +117,7%), Alagoas (+4,4% e +116,8%), Bahia (+4,0% e +103,9%), Ceará (+4,0% e +101,3%), Sergipe (+3,9% e +98,4%), Paraíba (+3,8% e +95,3%) e Rio Grande do Norte (+3,4% e +83,1%).

Quanto ao Grau de Endividamento (GRE), verificou-se redução no referido indicador no Brasil e em todas as regiões, com exceção do Sudeste, conforme especificado na Tabela 9 e Gráfico 1.

Os menores GRE são os do Norte (0,27), Nordeste (0,54) e Centro-Oeste (0,57), as três regiões com indicadores abaixo da unidade, implicando dizer que as respectivas DCL são inferiores em comparação com as RCL de cada Região. Por outro lado, Sul (1,22) e Sudeste (1,88) possuem indicadores que superaram a unidade, ou seja, as respectivas DCL superam a RCL de cada Região.

Especificamente quanto aos Estados do Nordeste, os menores GRE são os do Rio Grande do Norte (0,13), Paraíba (para 0,32), Piauí (para 0,39) e Sergipe (0,46), todos com índices abaixo da média regional. Seguiram Maranhão (0,54), Ceará (0,57), Pernambuco (0,62), Bahia (0,64) e Alagoas (0,86).

Gráfico 1 – Grau de Endividamento do Brasil e Nordeste



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados de Brasil (2018).

O IDF mostra a capacidade do ente federativo de gerar receitas a partir de sua própria base econômica, isto é, de sua própria arrecadação de tributos. Quanto mais o IDF for próximo de zero, menor será a dependência em relação às transferências federais. Inversamente, quanto mais o IDF se distancia de zero, maior será a dependência em relação às transferências federais.

O Índice de Dependência Financeira (IDF) caiu em todas as regiões brasileiras, no período analisado (2000 a 2018). Considerando que esse indicador representa a razão entre as Transferências da União e as Receitas Correntes Líquidas, verificou-se que as receitas cresceram a taxas mais elevadas no período em análise. No Brasil, o crescimento médio anual da RCL foi 3,7%, enquanto o incremento das transferências alcançou 3,4%.

O IDF Nacional reduziu-se para 0,31 em 2018, ante 0,33 em 2000, significando que a dependência do conjunto das Unidades Federativas em relação às Transferências da União caiu. Cabe ressaltar que as transferências federais aumentaram +82,2% no Brasil nesse período, enquanto as receitas correntes líquidas subiram em maior escala (+93,4%) no País (Tabela 6).

A dependência financeira diminuiu em todas as regiões, especialmente no Norte (para 0,55), Sul (para 0,26) e Centro-Oeste (para 0,21) no período estudado. No Nordeste (para 0,64) e Sudeste (0,15) a redução ocorreu em menor proporção.

Os Estados do Nordeste apresentaram redução no IDF entre 2000 e 2018, com exceção da Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe, diminuindo, portanto, a dependência de recursos federais. As quedas mais expressivas ocorreram no Piauí (para 0,77), Pernambuco (0,49), Bahia (0,56), Alagoas (0,77) e Maranhão (0,81). No comparativo entre as Unidades Federativas, Pernambuco (0,49) apresenta o menor IDF do Nordeste, seguido por Bahia (0,56) e Ceará (0,61), que são os únicos Estados com indicador abaixo da média da Região (0,64), porém, ainda acima da média nacional (0,31).

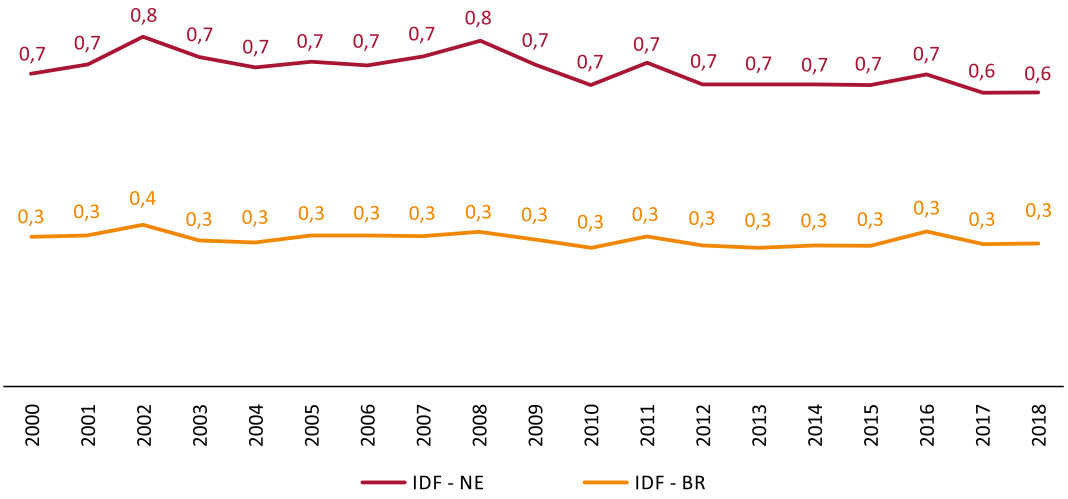
A dependência dos estados do Nordeste das Transferências Federais é reflexo de uma base econômica ainda incipiente nessa Região, com elevado nível de informalidade nas relações econômicas, gerando, assim, uma modesta arrecadação tributária. As Transferências Federais cumprem um papel ainda vital para o fortalecimento do Nordeste. Contudo, torna-se imprescindível fortalecer as políticas de desenvolvimento regional, com ênfase em estratégias direcionadas para adensar as cadeias produtivas locais, de forma que a Região possa reduzir sua dependência de recursos provenientes da União.

Tabela 9 – Índice de Dependência Financeira (IDF) - Valores em milhões de 2018

Estados/Regiões	RCL					Transferências da União					IDF	
	2000	2018	Partici-pação[1]	Var. Período %	Var. Média Anual %	2000	2018	Partici-pação[1]	Var. Período %	Var. Média Anual %	2000	2018
Alagoas	3.674	7.965	1,2	116,8	4,4	3.041	6.102	3,0	100,7	3,9	0,83	0,77
Bahia	15.683	31.980	4,9	103,9	4,0	9.642	18.044	9,0	87,1	3,5	0,61	0,56
Ceará	9.533	19.186	2,9	101,3	4,0	5.883	11.662	5,7	98,2	3,9	0,62	0,61
Maranhão	5.512	13.317	1,9	141,6	5,0	5.861	10.799	5,4	84,3	3,5	1,06	0,81
Paraíba	4.913	9.593	1,5	95,3	3,8	3.657	7.485	3,6	104,7	4,1	0,74	0,78
Pernambuco	10.624	23.132	3,5	117,7	4,4	5.593	11.257	5,5	101,3	4,0	0,53	0,49
Piauí	3.549	8.634	1,2	143,3	5,1	3.181	6.610	3,2	107,8	4,1	0,90	0,77
Rio Grande do Norte	4.977	9.112	1,4	83,1	3,4	3.026	6.253	3,0	106,7	4,1	0,61	0,69
Sergipe	3.715	7.371	1,1	98,4	3,9	2.523	5.218	2,5	106,8	4,1	0,68	0,71
Nordeste	**62.179**	**130.291**	**19,7**	**109,5**	**4,2**	**42.406**	**83.429**	**40,8**	**96,7**	**3,8**	**0,68**	**0,64**
Acre	2.080	4.846	0,7	133,0	4,8	1.771	3.651	1,8	106,1	4,1	0,85	0,75
Amapá	5.914	13.222	2,0	123,6	4,6	1.719	3.479	1,7	102,3	4,0	0,29	0,26
Amazonas	2.084	4.906	0,7	135,4	4,9	2.031	4.310	2,1	112,3	4,3	0,97	0,88
Pará	7.107	18.818	2,7	164,8	5,6	5.457	9.456	4,8	73,3	3,1	0,77	0,50
Rondônia	2.773	6.944	1,0	150,4	5,2	1.685	3.499	1,7	107,6	4,1	0,61	0,50
Roraima	1.588	3.581	0,5	125,5	4,6	1.317	2.739	1,3	108,0	4,2	0,83	0,76
Tocantins	2.833	7.190	1,0	153,8	5,3	2.627	5.328	2,6	102,8	4,0	0,93	0,74
Norte	**24.380**	**59.507**	**8,6**	**144,1**	**5,1**	**16.607**	**32.462**	**15,9**	**95,5**	**3,8**	**0,68**	**0,55**
Espírito Santo	6.685	13.567	2,1	102,9	4,0	2.223	3.479	1,8	56,5	2,5	0,33	0,26
Minas Gerais	29.583	56.345	8,8	90,5	3,6	10.420	18.325	9,3	75,9	3,2	0,35	0,33
Rio de Janeiro	35.420	58.291	9,6	64,6	2,8	3.073	5.513	2,8	79,4	3,3	0,09	0,09
São Paulo	99.222	159.211	26,4	60,5	2,7	11.430	16.001	8,9	40,0	1,9	0,12	0,10
Sudeste	**170.910**	**287.414**	**46,9**	**68,2**	**2,9**	**27.146**	**43.317**	**22,8**	**59,6**	**2,6**	**0,16**	**0,15**
Paraná	17.541	37.596	5,6	114,3	4,3	6.172	10.145	5,3	64,4	2,8	0,35	0,27
Rio Grande do Sul	20.453	37.773	6,0	84,7	3,5	6.324	9.611	5,2	52,0	2,4	0,31	0,25
Santa Catarina	10.101	22.774	3,4	125,5	4,6	3.319	5.526	2,9	66,5	2,9	0,33	0,24
Sul	**48.095**	**98.143**	**15,0**	**104,1**	**4,0**	**15.814**	**25.282**	**13,3**	**59,9**	**2,6**	**0,33**	**0,26**
Distrito Federal	9.859	21.743	3,2	120,5	4,5	484	820	0,4	69,4	3,0	0,05	0,04
Goiás	8.207	21.298	3,0	159,5	5,4	3.177	6.616	3,2	108,3	4,2	0,39	0,31
Mato Grosso	5.372	15.221	2,1	183,4	6,0	2.215	4.212	2,1	90,2	3,6	0,41	0,28
Mato Grosso do Sul	4.102	10.735	1,5	161,7	5,5	1.489	3.022	1,5	103,0	4,0	0,36	0,28
Centro-Oeste	**27.540**	**68.997**	**9,9**	**150,5**	**5,2**	**7.365**	**14.671**	**7,1**	**99,2**	**3,9**	**0,27**	**0,21**
Brasil	**333.104**	**644.352**	**100,0**	**93,4**	**3,7**	**109.339**	**199.161**	**100,0**	**82,2**	**3,4**	**0,33**	**0,31**

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados de Brasil (2018). 1. O valor da RCL de 2018, para o Rio Grande do Norte, é o de 2017.

Gráfico 2 – Índice de Dependência Financeira - Nordeste e Brasil



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados de Brasil (2018).

As Transferências Federais cumprem um papel ainda vital para o fortalecimento do Nordeste. Contudo, torna-se imprescindível fortalecer as políticas de desenvolvimento regional, com ênfase em estratégias direcionadas para adensar as cadeias produtivas locais, de forma que a Região possa reduzir sua dependência de recursos provenientes da União.

5 Considerações Finais

O presente artigo analisou o desempenho das finanças públicas das Regiões e Estados brasileiros no corrente século. Verifica-se que a arrecadação de ICMS é concentrada em termos regionais e estaduais. A título de ilustração, São Paulo respondeu por aproximadamente um terço da coleta desse tributo no período analisado, superando por larga diferença as arrecadações das demais Unidades Federativas.

Quanto às transferências, substancial porcentagem desses recursos está direcionado para o Nordeste (40,8% na média de 2000 a 2018), ultrapassando por expressiva diferença os valores alocados para as demais regiões.

Por sua vez, a Receita Corrente Líquida (RCL) bem como a Dívida Consolidada Líquida (DCL) seguem concentradas nas Regiões Sudeste e Sul do País. Em consequência. O Grau de Endividamento dos Estados (GRE) pertencentes a essas duas regiões tem se mostrado mais elevado em comparação com os indicadores dos Estados pertencentes ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Finalmente, os Índices de Dependência Financeira do Norte e do Nordeste são consideráveis, tendo em vista que a base produtiva dessas regiões ainda se encontra em um menor nível de desenvolvimento.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistemas gerenciador de séries temporais**: v.2.1 módulo público. *Online.* 2018. Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries. Acesso em: 8 de jul. 2019.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Prefeituras e governos estaduais**. *Online.* Brasília: STN, 2018. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/prefeituras. Acesso em 8 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas: PIB Municípios**. *Online.* Rio de Janeiro: IBGE, 2002-2016. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html. Acesso em: 8 jul. 2019.

Perspectivas para a Economia Maranhense no Século XXI: Uma Análise a Partir das Atuais Estruturas e da Conjuntura Econômica Recente

João Carlos Souza Marques[1]
Erivam de Jesus Rabelo Pinto Junior[2]
Ricardo Zimbrão Affonso de Paula[3]

Resumo

Ao acompanhar as estruturas econômicas construídas no século XX, sobretudo, a partir de sua segunda metade, percebe-se que o desenvolver da economia maranhense nos primeiros anos do século XXI estão atrelados à essas bases estruturadas por intermédio de evoluções originárias de reformas sociais, construção da infraestrutura e investimento privado pautados na produção de *commodities* para o mercado internacional. Tais bases se mantém como alicerce da economia estadual com consequente forte dependência internacional. Além disso, a situação de atraso no desenvolvimento econômico também faz com que o Estado dependa fortemente do desempenho dos demais entes federativos e da União, sobretudo, no que tange aos recursos fiscais por intermédio das transferências constitucionais e da produção de muitas mercadorias consumidas. Esse artigo expõe, à partir de análise conjuntural, que há evolução significativa na economia maranhense no que tange ao desenvolvimento, mas que sua concentração e dependência são mantidas, tornando-se necessário reformas estruturantes para que o Estado consiga evoluir de forma sustentada, e que a continuidade de seu desenvolvimento dependerá da continuidade de sua inserção no mercado internacional, melhor interrelação com as Unidades da Federação e o ente Federal, e sobretudo, capacidade de ampliar produtividade, diversidade produtiva e complexidade interna.

Palavras-chave

Desenvolvimento; Nordeste; Maranhão

1 Introdução

A atual configuração econômica do Maranhão deriva especialmente das estruturas construídas no século XX, sobretudo daquelas que vieram a partir da segunda metade dos anos 1900, pois foram as que mais desenvolveram a infraestrutura para o comércio exterior e investimentos para o Estado que dispunha de terra e mão de obra baratas, advindas de uma estrutura rural semifeudal recém-liberta para outros trabalhos. É nesse período que se constroem as ferrovias São Luís -Teresina (1957) e a Estrada de Ferro

1 Economista pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Superintendente de Assuntos Fiscais da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (SEPLAN/MA), mestrando do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão (PPGDSE/UFMA) e pesquisador do Grupo de Pesquisa *Economia Regional Aplicada (ERA),* cadastrado no CNPq.

2 Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão (PPGDSE/UFMA). Economista pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Assessor Especial da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (SEPLAN/MA), Conselheiro Suplente no Conselho Regional de Economia da 15ª Região (CORECON/MA), pesquisador do Grupo de Pesquisa *Grupo de Estudos e Pesquisas em Macroeconomia (GRAMMA),* cadastrado no CNPq.

3 Doutor em Economia (IE/UNICAMP), professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão (DECON/PPGDSE/UFMA). Pesquisador dos seguintes Grupos de Pesquisas cadastrados no CNPq: *Economia Regional Aplicada (ERA)*, *Grupo de Estudos e Pesquisas em Macroeconomia (GRAMMA)* e *Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica (GEEPHE).*

Carajás operada pela Vale S/A (1985); atraem-se empresas como a Suzano Papel e Celulose; Consórcio Alumar e a Bungee que vão metamorfoseando a rotina dos maranhenses, antes baseada em atividades primárias arcaicas e de baixa produtividade para um novo padrão baseado em grandes empresas, alta produtividade e larga exportação de *commodities* (TRIBUZI, 2010; MESQUITA, 2011).

À medida que grandes empresas se instalaram no Maranhão, a estrutura portuária sofreu transformações para atender a maior oferta de produtos maranhenses ao exterior. Além disso, o boom das *commodities* nos anos 2000 favoreceu ainda mais o crescimento das instalações e das exportações, sobretudo por intermédio da Vale S/A e da expansão da Sojicultura na região de Balsas, que foram impulsionadas pelo grande crescimento da demanda por Minério de Ferro e Soja por parte da China, que tornou-se o maior freguês dos produtos do Maranhão. A elevação dos preços possibilitou que a Pelotização, as Guzeiras de Ferro e a produção de Alumínio ampliassem dentro do Estado.

Com os contínuos investimentos em obras estruturantes, gerou-se mais empregos e a renda *per capita* se expandiu. Embora a forma como isso ocorreu possa ser fortemente criticada, devido à concentração da pauta em produtos primários, de baixo valor agregado e com centralização da renda em poucas pessoas, o Maranhão experimentou altas taxas de crescimento, acima da média nacional, resultado de uma estrutura econômica ainda incipiente.

Com a crise financeira de 2008 e a das *commodities,* em 2011, o cenário para a economia estadual obscureceu. As taxas de crescimento começaram a diminuir, excetuando as da atividade agrícola. Os preços das *commodities* começaram a cair substancialmente, sem reduções nos seus custos de produção, reduzindo os lucros das empresas e, consequentemente, suas taxas de investimentos no Estado.

A Alumar, por exemplo, com a forte redução dos preços internacionais do Alumínio e elevação dos custos com Energia Elétrica (principal insumo da atividade), em 2012, suspendeu sua produção de Alumínio Primário e passou a produzir Alumina Calcinada, insumo com menor valor agregado e menores custos. Os lucros foram mantidos, mas muitos empregos foram perdidos. Fenômeno similar ocorreu com as Guzeiras, que suspenderam suas atividades e a Pelotização da Vale que se tornou inviável.

Na contramão, as importações maranhenses, por intermédio do Complexo Portuário de São Luís, cresceram significativamente, puxadas pelo aquecimento da economia nacional, ampliando, dessa forma, a capacidade do Maranhão de se tornar um *hub* de importações de Combustíveis e Lubrificantes para atender à crescente demanda nacional. O principal Porto do Maranhão[4] também expandiu as aquisições de Fertilizantes e outros insumos. Estas expansões, ao contrário das exportações, ampliaram significativamente a arrecadação de ICMS, aumentando o poder de ação do Estado.

No mesmo período, ocorreu forte impulso ao consumo no Maranhão, gerado pelas intensas políticas sociais advindas da União. O Programa Bolsa Família (PBF) diminuiu o contingente de extremamente pobres e possibilitou ampliação do consumo para além da margem de subsistência.

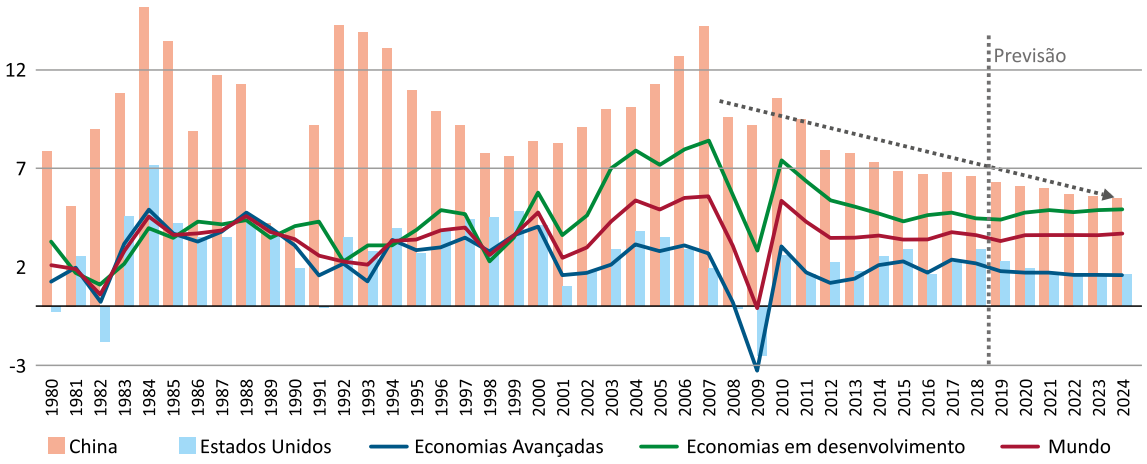
Este artigo objetiva iluminar a evolução da economia maranhense no século XXI e construir, com base nas transformações estruturais e conjunturais do Estado, perspectivas para a evolução de sua economia para os próximos anos.

2 As Mudanças no Cenário Internacional e Nacional

As expectativas quanto ao crescimento mundial vêm se deteriorando à medida que os indicadores de atividade vêm apresentando resultados de arrefecimento, a exemplo da produção industrial. Consequentemente, a demanda mundial diminui seu ritmo, enquanto o processo de deterioração do desempenho econômico internacional se acelera.

4 O Porto do Itaqui

Gráfico 1 – Taxa de crescimento real do PIB mundial, China, Estados Unidos, Economias Avançadas e Economias em Desenvolvimento - 1980 a 2024

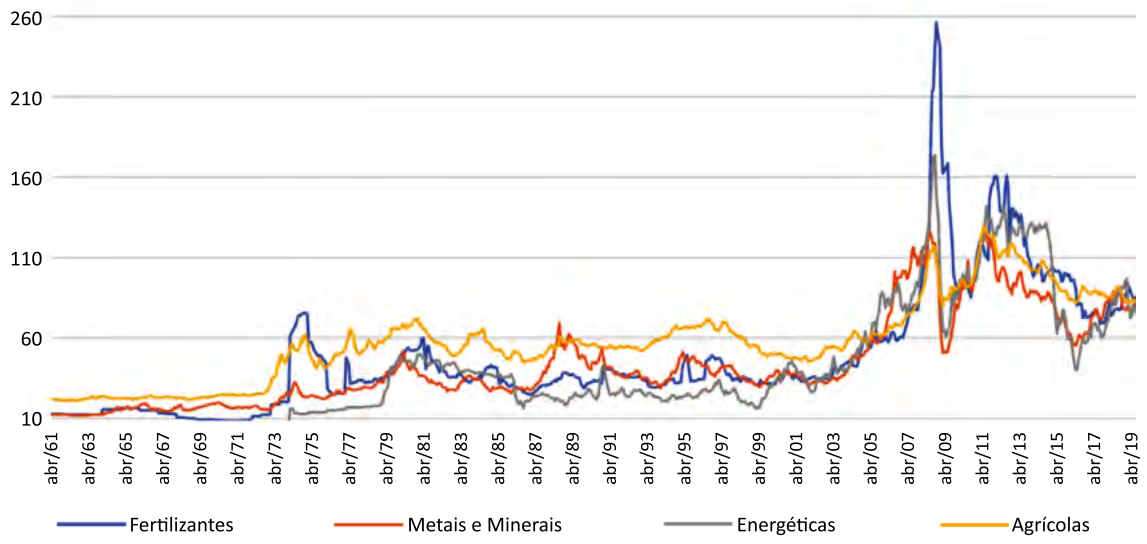


Fonte: World Economic Outlook (2019).

A desaceleração da atividade econômica advém de fatores diversos nas principais economias mundiais: na China, novas pressões regulatórias (sobretudo ambientais), atuação de sistemas bancários informais (*shadow banking*) e das tensões na guerra comercial com os Estados Unidos; na Europa, novos padrões para emissão de gases afetou fortemente a atividade da indústria, sobretudo da automobilística alemã, além disso, o *stress* do *Brexit* elevou as incertezas no mercado financeiro, a confiança dos consumidores e empresários e desestimulou os investimentos privados; nos Estados Unidos, a guerra comercial, redistribuindo fatias de mercado e oscilando preços, vem sendo uma variante forte para o comércio internacional, a baixa taxa de desemprego e de inflação parecem ser prioridades diante dos juros "altos" no país, desestimulando os investimentos e acarretando em arrefecimento da atividade econômica.

Considerando que o mercado de oferta mundial de *commodities*, opera, quase sempre no máximo de sua capacidade instalada ou acima da demanda global, as *commodities* são as mercadorias mais fortemente impactadas pelas oscilações da procura global, cujo preços são mais voláteis, tendo em vista os problemas de curto prazo. Essa problemática há muito tempo foi identificada por Prebisch (1949) como fenômeno comum nos países em desenvolvimento da América Latina, que consiste na ampliação da deterioração dos termos de troca, quando os ciclos são de crise enquanto a retomada para um ciclo de expansão não é acompanhada de recuperação proporcional, dado que o mercado exportador é concentrado em *commodities*.

Gráfico 2 – Índice de Laspeyeres para os preços das commodities por categoria - abr/1961 a abr/2019



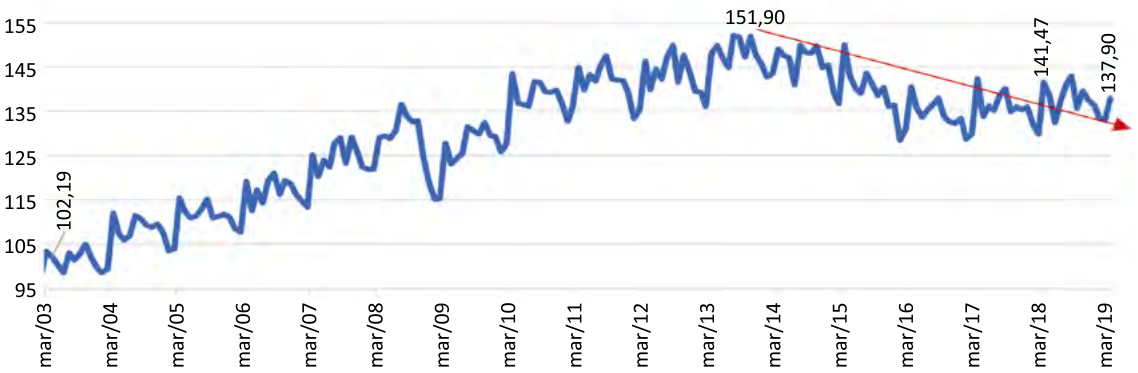
Fonte: The World Bank (2019).

O Brasil e o Maranhão encaixam-se nesse cenário de risco externo, tendo em vista a histórica dependência relativa de suas economias, tanto da União quanto do Estado, em exportação de commodities, conforme afirmam Bresser-Pereira (2016), Bresser-Pereira Oreiro & Marconi (2017) e Gala (2017) ao analisarem a economia brasileira, e para o Maranhão, conforme analisa o Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense (2016, 2017, 2018 e 2019).

Não obstante o cenário externo conturbado, deve-se considerar também a problemática do cenário econômico nacional em relação ao Maranhão. A deterioração do crescimento nacional desde 2014 (Gráfico 3 – Índice de atividade econômica do Banco Central - mar/2003 a mar/2019) e a crise fiscal (Gráfico 4 – Resultado primário do Governo Central, 2010 a 2018 - R$ milhões (valores correntes) e % do PIB) têm grande impacto na economia do Maranhão.

O primeiro, pois afeta diretamente os preços de produtos ofertados para o Estado, impactando seu consumo e produção, e influenciando na demanda por produtos e serviços maranhenses, a exemplo do uso da logística portuária para exportações e importações. Este último, acaba por afetar consideravelmente a arrecadação de ICMS no Estado.

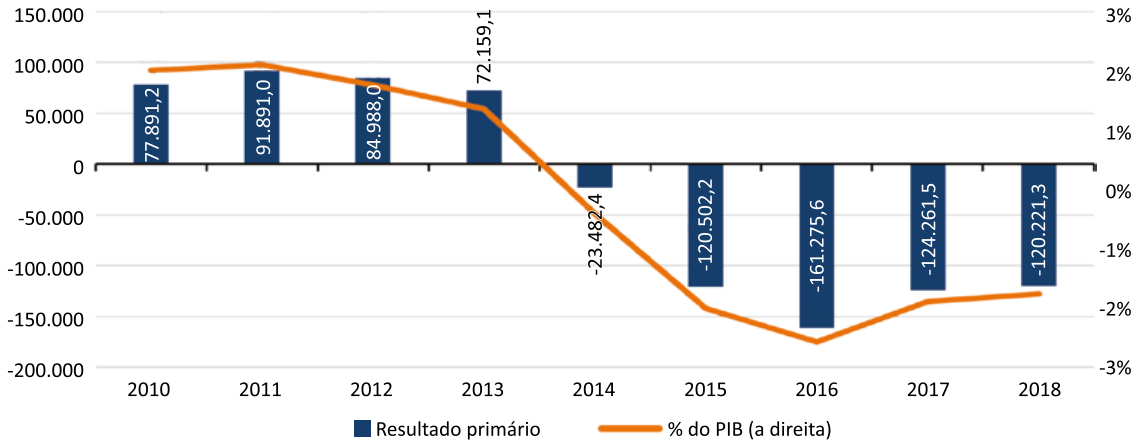
Gráfico 3 – Índice de atividade econômica do Banco Central - mar/2003 a mar/2019



Fonte: Banco Central do Brasil (2000)

O segundo vetor, influência nas Transferências Constitucionais que perfazem, historicamente, aproximadamente 50% das Receitas Correntes do Maranhão que, tanto com os distúrbios de crescimento, como com a crise fiscal, são ameaçadas. Além disso, apesar de o atual Governo Central afirmar não reduzir os desembolsos do PBF e outros benefícios e políticas de assistência social, o risco deve ser considerado à medida que os ajustes de reforma, sobretudo da Previdência, até o primeiro semestre do atual Governo, não apresentam sinais de avanço ao que é necessário para dar folga fiscal.

Gráfico 4 – Resultado primário do Governo Central, 2010 a 2018 - R$ milhões (valores correntes) e % do PIB



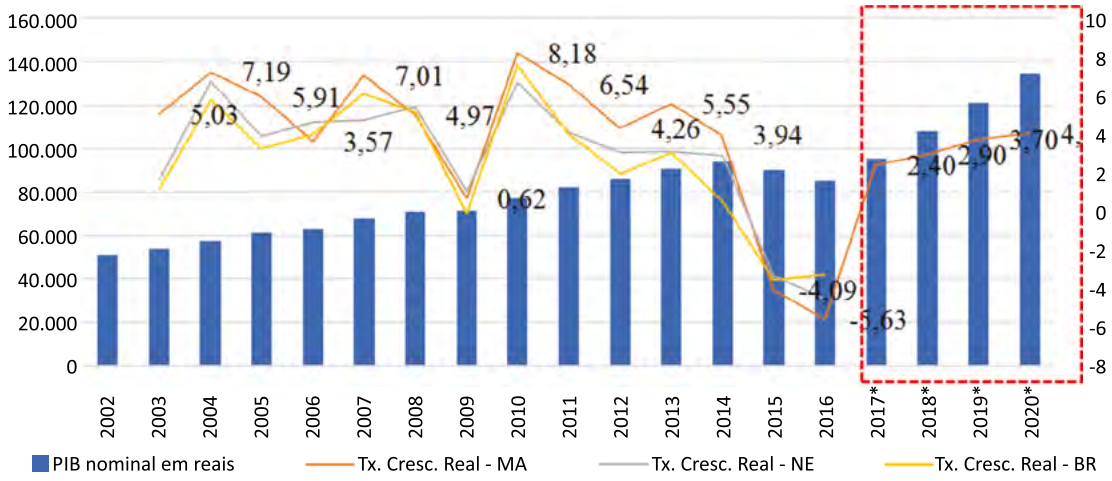
Fonte: Brasil (2010-2018).

3 A Economia do Maranhão nas Duas Primeiras Décadas do Século XXI

Na primeira década do século XXI, a economia do Maranhão demonstrou resistência, após ter saído de um ciclo de baixo crescimento na década anterior, conhecida como década perdida (HOLANDA, 2008). Essa nova dinâmica foi proporcionada, sobretudo, pela bonança internacional nesse período, por meio da valorização dos preços das principais *commodities* agrícolas, minerais e metálicas (Gráfico 2 – Índice de Laspeyeres para os preços das commodities por categoria - abr/1961 a abr./20195**)**.

No Gráfico 5 – PIB do Maranhão a preços de mercado correntes em R$ bilhões - 2002 a 2016, estimativas para 2017 e 2018 e projeção para 2019 e 2020, tem-se o PIB do Estado do Maranhão a preços correntes, entre 2002 e 2016. Observa-se que a taxa anual média de expansão da economia maranhense foi de 3,7% ao ano, chegando a R$ 85,2 bilhões a preços de mercado em 2016. Crescimento esse acima da média do Brasil (+2,5% a.a.) e do Nordeste (+2,8% a.a.). Dessa forma, no período que vai de 2002 a 2016, o Maranhão apresentou a segunda maior taxa média de crescimento do PIB no Nordeste e dividiu a oitava posição com o Mato Grosso no ranking do Brasil.

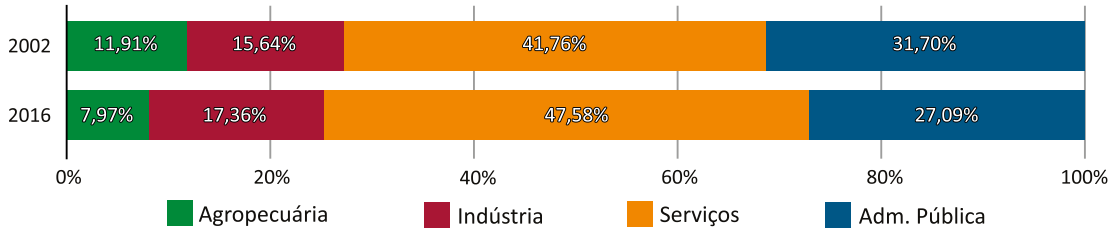
Gráfico 5 – PIB do Maranhão a preços de mercado correntes em R$ bilhões - 2002 a 2016, estimativas para 2017 e 2018 e projeção para 2019 e 2020



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018); Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense (2019). *Estimativas e projeções realizadas pelo Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense (2019).

Além do setor mais dinâmico no período ter sido os Serviços (Gráfico 6 – Distribuição setorial do PIB entre - 2002 a 2016), destaca-se o ganho de participação da Indústria (+1,72 p.p.), a despeito do encolhimento da Agropecuária (-3,94 p.p.) e da Administração Pública (-4,61 p.p). O comportamento do setor dos Serviços no Maranhão acompanhou a tendência nacional, impulsionado diretamente pelos serviços de transporte e comércio. Por outro lado, o Maranhão se destacou no ganho de participação de seu VAB da Indústria no VAB da Indústria do Brasil (+0,33 p.p.), ficando atrás apenas da Bahia (+1,16 p.p.) no Nordeste.

Gráfico 6 – Distribuição setorial do PIB - 2002 a 2016



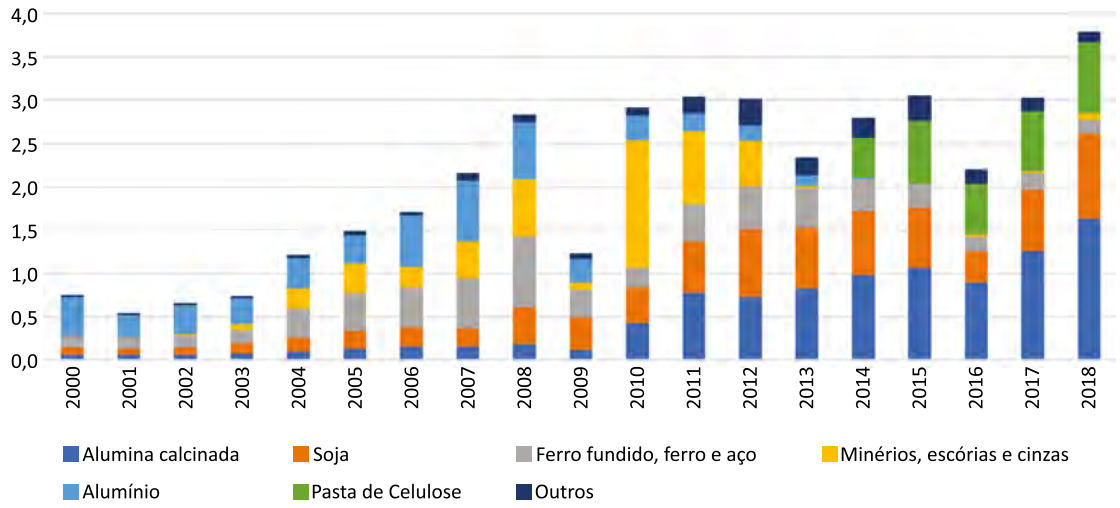
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

Não se pode falar da dinâmica do PIB estadual sem esgotar as fontes determinantes do crescimento nesse período. Sob a ótica externa aparecem a exportação das *commodities* agrícolas (especificamente Soja) e Minerais, que abarcam os complexos de Ferro, Alumínio, e após 2014, a Pasta de Celulose que ingressa com força. Os fatores internos se dividiram em: aumento de recursos destinados ao financiamento imobiliário, juntamente com o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), dinamizando a indústria da Construção Civil estadual; os ganhos reais das famílias maranhenses, tanto sob a perspectivas dos programas sociais de transferência de renda e valorização do salário mínimo quanto do impulso do mercado de trabalho; e finalmente, o crescimento das transferências constitucionais que beneficiaram estados e municípios, aumentando a força da administração pública em ambas as esferas.

Analisando a primeira fonte, os dados da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2017) mostram que a produção de Soja, principal commodity agrícola exportada no período, cresceu 10,09% ao ano na série histórica de 2000 a 2017, enquanto as exportações avançaram 15,19% no mesmo período, atendendo de forma especial a demanda chinesa. Para entender a magnitude da demanda externa sobre a produção de soja, mostra-se que a produção saiu de 491 mil toneladas em 2000 para 2,3 milhões de toneladas, em 2017, quando atingiu o recorde histórico de produção. A desaceleração observada em 2016 (-40,81% em relação à 2015), deveu-se, principalmente a fatores climáticos (El Niño) e problemas de praga nas lavouras do Estado, situação que foi revertida no ano seguinte. Os ganhos trazidos para as regiões produtoras têm modificado a economia local, entretanto, a continuidade deste modelo impõe severas perdas ao Estado, tanto em termos de geração de empregos, renda e capacidade de arrecadação.

Ainda sob a ótica externa, observa-se contínuo crescimento das exportações do complexo de alumínio (composto por Alumínio e Alumina Calcinada) entre 2000 e 2018, crescendo 6,7% ao ano. No Complexo de Ferro, as exportações totais registaram expansão média anual de 3,04% no mesmo período. A despeito do desempenho, duas considerações precisam ser feitas: i) no caso do Complexo de Alumínio, o avanço observado no agregado não mostra as modificações que ocorreram internamente no setor, isto porque, em 2000, as exportações de alumínio representavam 98,3% do complexo e, desde 2015, este deixou de ser exportado, concentrando as exportações em Alumina Calcinada; ii) quanto ao Complexo de Ferro, no início da década, as exportações se concentravam em Ferro-Gusa, mas foram perdendo participação para as Pelotas de Ferro, que chegaram a representar 65,6% das exportações em 2011, entretanto, com a desativação da usina de Pelotização da Vale, essas exportações reduziram-se a zero em 2015, resultado de uma forte queda nos preços internacionais e elevação de custos de produção.

Gráfico 7 – Evolução da composição da pauta de exportações do Maranhão por principais agrupamentos de produto - US$ bilhões - 2000 a 2018

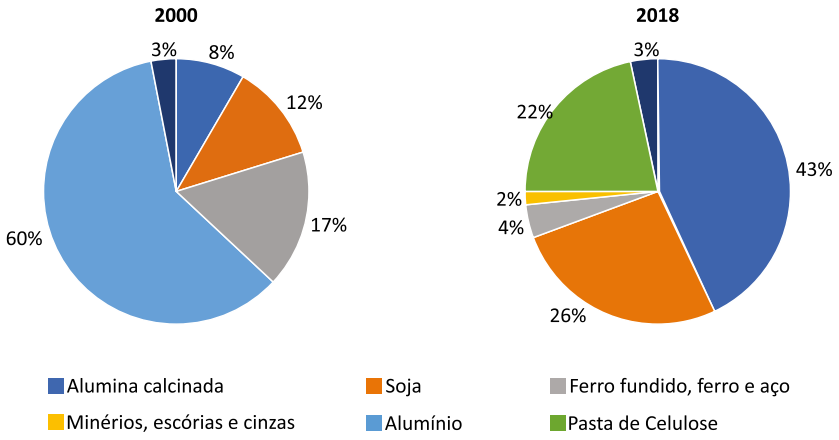


Fonte: Brasil (2019b).

No aspecto estrutural das exportações maranhenses, o Gráfico 8 mostra que em 2000, as commodities minerais metálicas representavam 85,2% da pauta de exportação, predominantemente, Alumínio e Ferro-Gusa.

Ao longo da década, essas composições sofreram alterações acentuadas. Por exemplo, em 2018, esses dois complexos representavam apenas 49%, mas quando acrescenta-se a Pasta de Celulose, produto recentemente incluído na pauta de exportações (2014/15), o peso dos quatro principais produtos exportados alcança 70,7%, mostra que em 2000, as commodities minerais metálicas representavam 85,2% da pauta de exportação, predominantemente, Alumínio e Ferro-Gusa.

Gráfico 8 – Comparativo da distribuição % dos produtos vendidos no valor total da pauta de exportação do Maranhão (principais produtos) - 2000 a 2018



Fonte: Brasil (2019b).

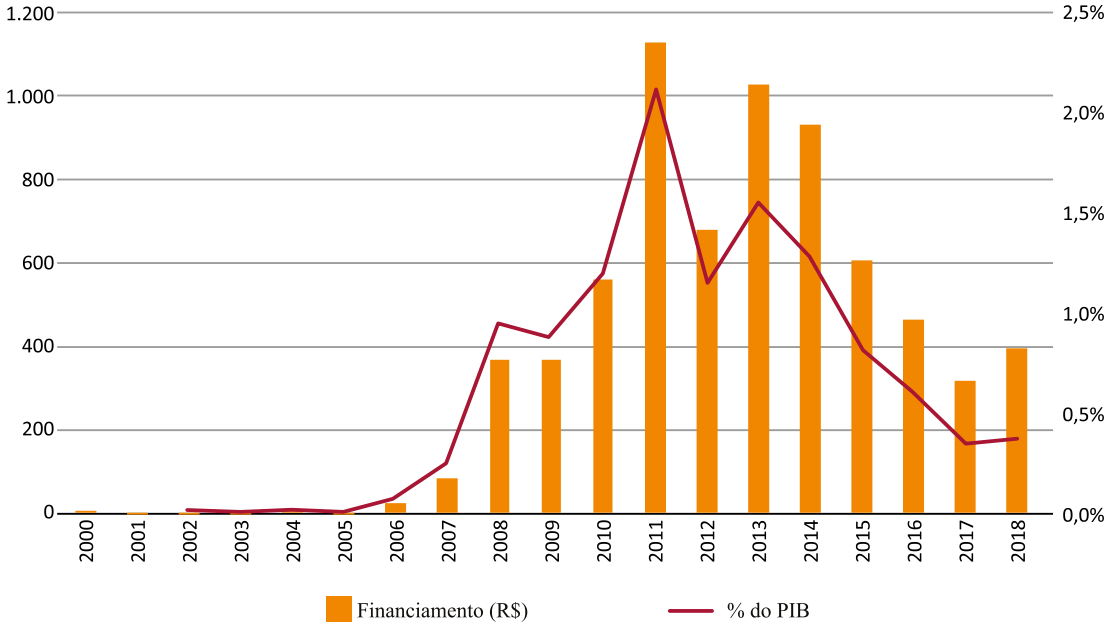
As cadeias produtivas voltadas para a exportação registram encolhimento nos últimos 18 anos, como se observa no Complexo de Alumínio e Ferro. Em decorrência da deflação das *commodities* no mercado internacional, priorizou-se a exportação de Alumina Calcinada, produto de menor valor agregado, eliminando a possibilidade de adensamento dessa cadeia no Estado. Quanto ao Complexo de Ferro, o fechamento da usina de Pelotização, além dos impactos na exportação, resultou na desmobilização de mão de obra local e na depreciação da planta localizada em São Luís, que em 2017 voltou a ser reativada com retomada em setembro de 2018. Ademais, a queda contínua da participação de Ferro-Gusa nas exportações vem refletindo o fechamento das guseiras no município de Açailândia e mostra intensificação do desadensamento da cadeia de Ferro e Aço a despeito da abertura da Pelotização. As fazendas de eucalipto antes destinadas à produção de carvão para as guseiras, agora se voltam para a produção de Pasta de Celulose pela empresa Suzano, mas as estratégias continuam as mesmas: produção de produtos pouco beneficiados para o comércio externo[5].

Como fatores internos, pode-se destacar a expansão do total de financiamento para aquisição de imóveis residenciais e comerciais no Maranhão. O período de alto crescimento e a estabilidade macroeconômica resultou no aumento das operações de crédito em proporção do PIB e o setor imobiliário foi um dos alvos por duas características: i) elevado déficit imobiliário e ii) necessidade de subsidiar aquisição de imóveis para as famílias de baixa renda, por meio do Programa MCMV.

No período entre 2006 e 2018, o volume de financiamento imobiliário cresceu 20,2% ao ano em termos reais, saindo de R$ 43,4 milhões em 2006 para R$ 395,5 milhões em 2018, como evidenciado no Gráfico 9. É importante ressaltar que em 2011, o montante de recursos destinados para a aquisição de imóveis alcançou uma dimensão nunca vista antes, alcançando R$ 1,742 bilhão, alcançando (2,11% do PIB), desacelerando nos anos seguintes com o acirramento da recessão econômica.

5 Destaca-se que no caso da Suzano S/A houve beneficiamento da pasta de celulose para o mercado interno. Entre 2015-2016 a empresa iniciou sua fábrica de papel tissue que começou a produção em novembro de 2017. O produto não é exportado e atende apenas ao Nordeste.

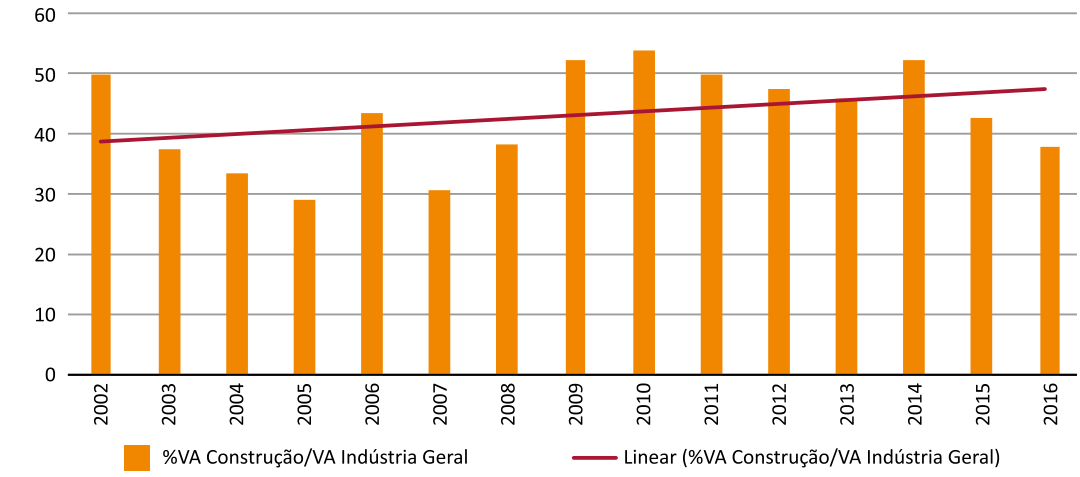
Gráfico 9 – Evolução do financiamento para aquisição de imóveis residenciais e comerciais (R$ Milhões) e participação em relação ao PIB no Estado do Maranhão - 2000 a 2018 - Valores corrigidos pelo IPCA



Fonte: Banco Central do Brasil (2000)

Essa nova dinâmica foi a responsável por impulsionar o setor de Construção Civil no Estado. Curiosamente, a despeito do crescimento contínuo das obras imobiliárias e de infraestrutura, a participação do valor adicionado pela indústria da Construção Civil ao Valor Adicionado da Indústria parece ter voltado exatamente ao nível de 2003. O resultado não significa dizer que não houve modificações ao longo da série, visto que, em 2005, a participação da Construção Civil no Valor Adicionado da Indústria recuou para 29,1%. A partir do ano seguinte, começou a crescer de forma contínua, refletindo o favorável desempenho do setor, alcançando o peso máximo em 2010 (53,9%), entretanto, em desaceleração a partir de 2011. A participação elevada da Construção Civil mostra baixa diversificação da indústria maranhense, o que implica diretamente um contingente elevado de ocupados no setor a despeito do baixo grau de formalização, visto que neste prevalecem as relações informais.

Gráfico 10 – Participação do Valor Adicionado da indústria da construção civil no Valor Adicionado da indústria geral - 2002 e 2016



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018); Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense (2019)

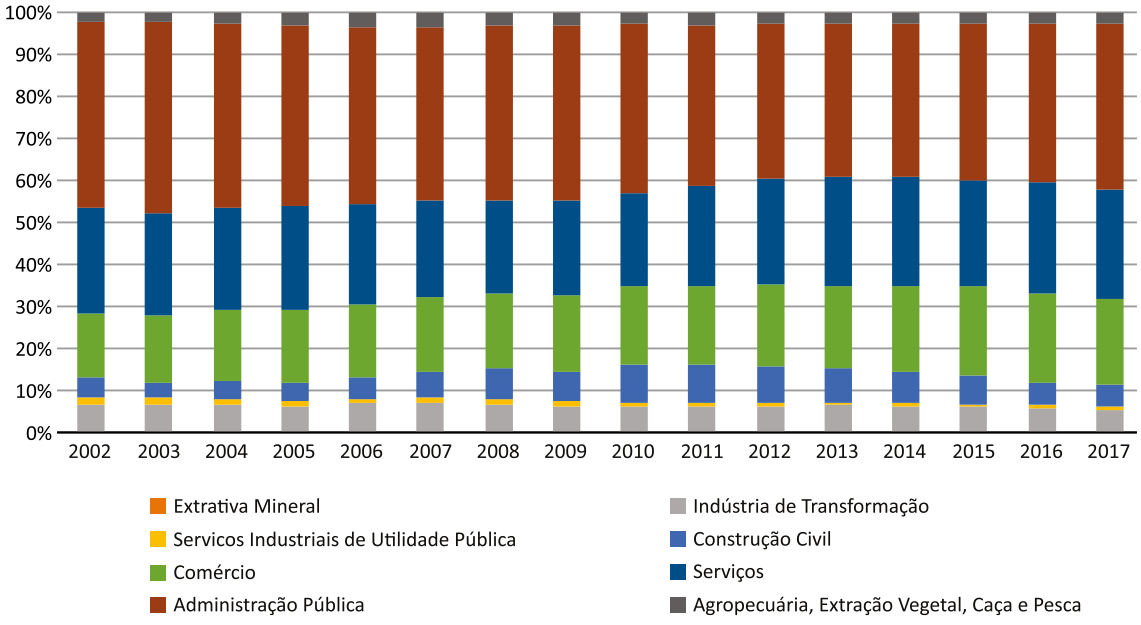
Os setores mais dinâmicos do Mercado de Trabalho Formal ao longo desses anos foram os setores da Construção Civil, Agropecuária e Comércio, refletindo as transformações desses setores no período analisado. O estoque total de empregos cresceu de 329,9 mil para 713,0 mil, somando celetistas e estatutários. A Agropecuária foi o setor que registrou o maior crescimento no estoque de empregos entre 2002 e 2017, com taxa de expansão da ordem de 7,5% a.a., a despeito do elevado grau de mecanização das monoculturas, mostrando que se trata de uma atividade intensiva em mão de obra.

Na Construção Civil,a intensidade em mão de obra é ainda mais elevada. Embora o mercado de trabalho formal não reflita o grau de precarização, as contratações sem carteira assinada tomaram uma dimensão exponencial, principalmente pelas subcontratações ocorridas durante o período de aquecimento do setor. Inclusive neste cenário de crise, em 2015 e em 2016, foi o setor que registrou a maior desmobilização de postos de trabalhos.

No comércio, fica evidente o ganho de participação nos postos de trabalhos formais, ainda que seja o setor no qual se concentram as menores remunerações. Entretanto, o aumento da massa salarial, assim como as boas condições de crédito, a partir do estímulo ao consumo, foram determinantes para a expansão dessa atividade, e consequentemente, expansão no número de empregos do setor.

O crescimento da Agropecuária e da Construção Civil, ainda que tenham elevado a renda da população, não tiveram participação significativa na arrecadação de ICMS, que no período saiu de R$ 2,3 bilhões em 2002 para R$ 5,1 bilhão em 2016.

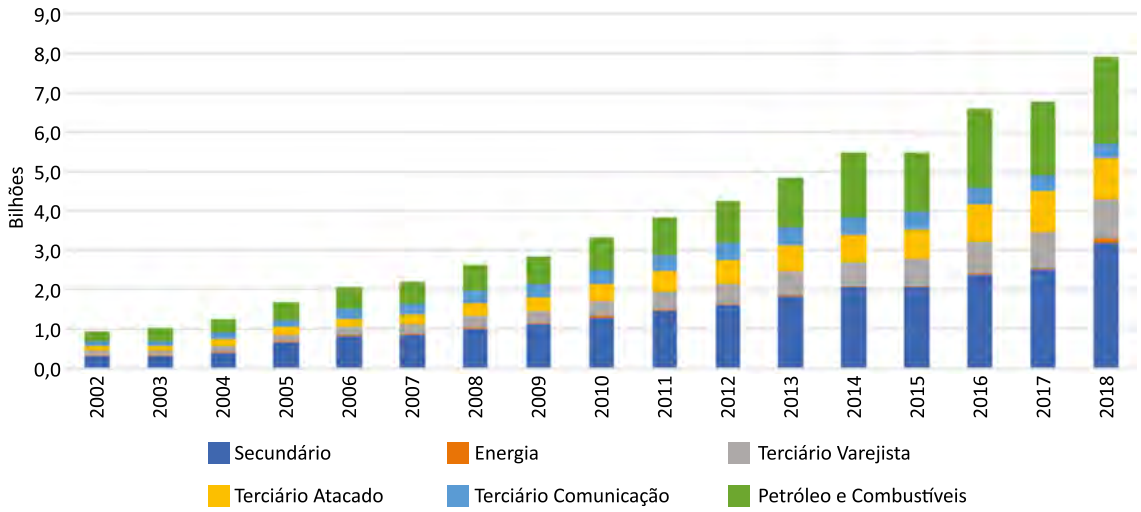
Gráfico 11 – Participação do estoque de trabalho nos subsetores - 2002 e 2017



Fonte: Brasil (2019a).

O comércio varejista e atacadista foram as atividades que mais contribuíram para arrecadação do tributo, perfazendo 34,3% em 2016. Ainda assim, nesse ano, 69,8% da arrecadação de ICMS estava concentrada em 4 atividades: comércio varejista, atacadista, energia, petróleo e combustíveis. Esse é mais um indicativo da baixa diversificação produtiva do Maranhão, elevando o grau de dependência das transferências da União.

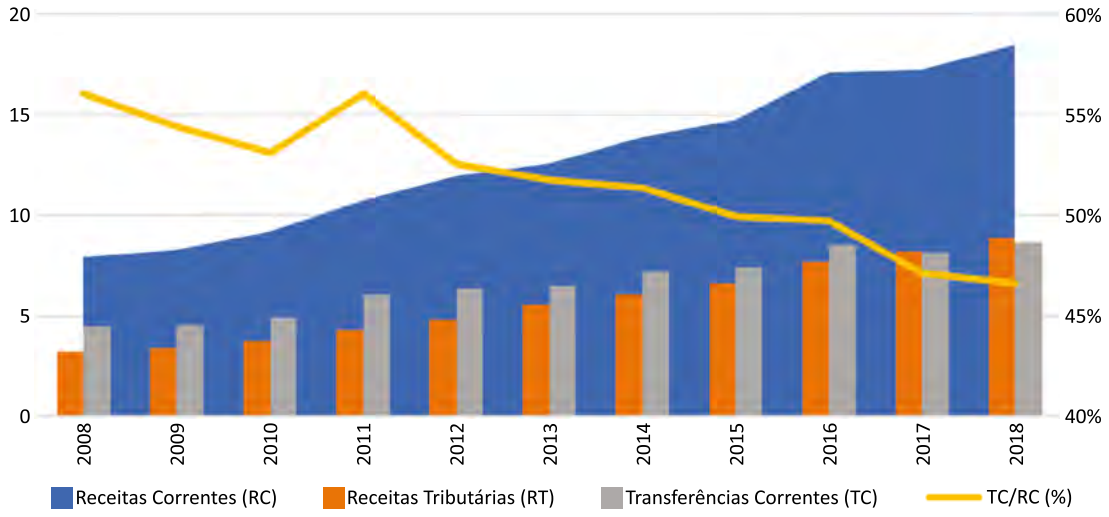
Gráfico 12 – Evolução da arrecadação de ICMS por setor e atividade - 2002 a 2018



Fonte: Maranhão (201-).

O crescimento da arrecadação do principal tributo que compõe as receitas tributárias do Estado (ICMS) reduziu a relação Transferências Correntes/Receitas Correntes, como evidenciado no Gráfico 12 – Evolução da arrecadação de ICMS por Setor de Atividade - 2002 e 2018, mas ainda se mostra insuficiente para mudar o quadro de dependência de receitas, principalmente no nível municipal.

Gráfico 13 – Evolução da receita tributária, transferências correntes e transações correntes em relação à receita corrente (%)



Fonte: Maranhão (2008-2018).

4 As Expectativas para a Economia Maranhense

Com base no panorama apresentado e nas transformações vindouras, há certo otimismo para o Maranhão no longo prazo. Expectativas de alta para os combustíveis, devem favorecer a arrecadação de ICMS e a expansão portuária ainda mais, que vem sendo impulsionada tanto pelos lucros crescentes da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), como pelos conglomerados privados Suzano S/A; Ultrapar S/A, Vale S/A e por ações do Governo Estadual com incentivos às exportações de outras mercadorias, à exemplo das Carnes e Couros.

A participação de outros Estados na exportação, sobretudo aqueles que integram o MATOPIBA favorecem o fomento a novos terminais de carga, descarga e armazenagem para grãos e simultaneamente a importação de fertilizantes. Espera-se para o Estado, continuidade no crescimento do comércio exterior, apesar dos distúrbios internacionais ocasionados pelos principais clientes, China e Estados Unidos. Tendo em vista a neutralidade do Brasil em relação à disputa, boicotes entre ambos países deverão favorecer as exportações de soja, minério de ferro e alumina calcinada (e seus derivados).

Não obstante, a atividade agrícola do Estado continua se expandindo. A Soja vem ampliando produtividade, embora também esteja tomando espaço de outras mercadorias, como o milho e o algodão que perderam participação nos últimos dois anos. Em termos de infraestrutura, o Maranhão ainda está carente de estradas adequadas e conexões internas, não só logística, como administrativa e comercial para que se desenvolva melhor o interior do Estado. O baixo desenvolvimento interiorano do Maranhão não aparenta ter soluções no curto prazo, tendo em vista que há poucas atividades econômicas apresentando destaque.

Os fomentos Federal e Estadual que estão se esgotando, ampliam a importância de recursos como o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que em média representam aproximadamente 2,2% do PIB estadual (de 1989-2018) por intermédio de inversões que deverão ser ainda mais estratégicas para os setores da Indústria, Agropecuária e Comércio e Serviços, conectando-os para desenvolver as cadeias produtivas locais.

A necessidade de manutenção dos programas de assistência social também é clara, tendo em vista que o Maranhão não modificou seu panorama no que tange a ser o Estado brasileiro com maior contingente de população em extrema pobreza. As ameaças ao apoio social dificultam estabelecer cenários de como crescerão os padrões de consumo após a recuperação da crise nacional, estimada para 2021-22.

Por outro lado, o interior maranhense, embora menos populoso que a zona urbana, ainda detém terras baratas e que fogem da região da seca nordestina, possibilitando expansão da agricultura e de outras atividades complementares. A logística portuária em contínua ascensão é o grande vetor para atração de investimentos, contudo, a falta de infraestrutura local atua com força contrária, dificultando não somente a implementação devido às necessidades básicas como saneamento e energia, como também a migração da força de trabalho qualificada, tendo em vista o nível escolar baixo.

Espera-se que a economia do Maranhão continue crescendo a taxas menores ou bem próximas da média dos últimos 18 anos, sobretudo devido à instabilidade nos cenários internacional e nacional. A esperança é de que o Maranhão consiga acelerar seu desenvolvimento a partir de 2022 com a estimada recuperação econômica do país. Durante esse processo, investimentos estruturantes no sistema logístico servirão de incentivo para atração de empreendimentos que visem ao mercado externo, atualmente valorizado devido ao câmbio e cuja proximidade com o Porto possibilite redução de custos tanto na venda quanto na aquisição de insumos importantes à produção.

Enquanto por um lado o Estado é capaz de avançar com *hub* de importações e exportações do MATOPIBA e Nordeste, por outro, não se espera nesse horizonte, crescimento econômico com distribuição de renda e inserção significativa da economia local, do qual excetuando alguns poucos casos, como o da Suzano em Imperatriz, não há desenvolvimento da complexidade das mercadorias e adensamento das cadeias produtivas locais de forma eficiente, e consequentemente, a permanência de muitas das mazelas sociais que afligem o Estado.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema Gerenciados de Séries Temporais**. Brasília, Distrito Federal. Brasília: Banco Central, 2000-. Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/telaCvsSelecionarSeries.paint. Acesso em: 2 jun. 2019.

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA MARANHENSE: 1º Trimestre 2019. São Luis: IMESC, jan.- mar., 2019. Disponível em: http://imesc.ma.gov.br/portal/Post/view/boletim-conjuntura/283. Acesso em: 8 de jun. 2019.

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA MARANHENSE: 3º Trimestre 2016. São Luis: IMESC, 2016. Disponível em: http://imesc.ma.gov.br/portal/Post/view/boletim-conjuntura/112. Acesso em: 8 jun. 2019.

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA MARANHENSE: 4º Trimestre 2017. São Luis: IMESC, v.5, n.4, 2017. Disponível em: http://imesc.ma.gov.br/portal/Post/view/boletim-conjuntura/209. Acesso em: 08 de junho de 2019.

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA MARANHENSE: 4º Trimestre 2018. São Luis: IMESC, out.-dez., 2018. Disponível em: http://imesc.ma.gov.br/portal/Post/view/boletim-conjuntura/275. Acesso em: 8 de jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Economia**. Relação Anual de Informações Sociais:** RAIS**.** Brasília: Secretaria de Trabalho, 2019a. Disponível em: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php. Acesso em: 8 jun. 2019.

BRASIL. Secretaria da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Exportações e Importações Gerais.** Brasília: COMEXSTAT, 2019b. Disponível em: http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home. Acesso em: 8 jun. 2019.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Estatísticas Fiscais: Resultados do Tesouro Nacional.** Brasília: Tesouro Nacional, 2010-2018. Disponível em: https://www.tesouro.fazenda.gov.br/resultado-do-tesouro-nacional. Acesso em: 10 de mar. 2019.

BRESSER PEREIRA, L.C. **A Construção política do Brasil:** sociedade, economia e estado desde a independência. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

BRESSER PEREIRA, L.C.; OREIRO, J.L.; MARCONI. N. **Macroeconomia desenvolvimentista:** teoria e política econômica do novo desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

GALA, Paulo. **Complexidade econômica**: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações. 1.ed.. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

HOLANDA, F. M. **Algumas evidências sobre a dinâmica da economia maranhense nos** ú**ltimos 25 Anos.** 1. ed. São Luís: IMESC, 2008. v. 1, 42 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção agrícola municipal:** PAM**.** Rio de Janeiro: SIDRA, 2017. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas. Acesso em: 8 de jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Regionais:** SCR. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. **Disponível em:** https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 10 mar.2019.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Fazenda. Business Inteligence System. São Luís, [201-].

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Planejamento E Orçamento. **Relatório Resumido da Execução Orçamentária.** São Luís: SEPLAN, 2008-2018. Disponível em <http://www.seplan.ma.gov.br/>. Acesso em 10 de março de 2019.

MESQUITA. B.A. Notas sobre a dinâmica econômica recente em área periférica: as mudanças na estrutura produtiva do maranhão. *In:* **Anais do Primeiro Circuito de Debates Acadêmicos**. Brasília: IPEA, 2011. CODE 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo33.pdf Acesso em: 5 maio 2019.

PREBISCH, R. O Desenvolvimento econômico da américa latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2443/1767. Acesso em: 8 jun. 2019.

THE WORLD BANK. **Commodities markets:** monthly prices. Washington DC: The World Bank Group, May 2019. Disponível em: http://www.worldbank.org/en/research/commodity-markets. Acesso em: 8 jun. 2019.

TRIBUZI, B. **Formação Econômica do Maranhão.** 2. ed., São Luís: Conselho Regional de Economia - 15 ª Região - MA, 2011.

WORLD ECONOMIC OUTLOOK. Washington DC: International Monetary Fund, April 2019. Bimonthly. Disponível em: https://www.imf.org/en/publications/weo. Acesso em: 8 jun. 2019.

Desempenho Econômico do Piauí 2002-2016

José Manuel M. R. S. Moedas
Economista, Analista de Pesquisa da Superintendência CEPRO, vinculada à Secretaria de Planejamento de Estado do Piauí (SEPLAN-PI)

Teresinha de Jesus F. da Silva
Economista, Assessora Técnica da SEPLAN-PI

Fernando B. Galvão de Barros
Economista, Gerente de Estudos e Pesquisas Econômicas da SEPLAN-PI.

Resumo

O artigo traz o desempenho dos indicadores econômicos do estado do Piauí no período de 2002 a 2016, a partir da análise da performance das variáveis econômicas do Produto Interno Bruto (PIB), PIB *per capita*, Valor Adicionado Bruto (VAB) total, VABs dos setores agropecuária, indústria, serviços e administração pública ao longo da série histórica. Foram utilizados dados das Contas Regionais registradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que possibilitam identificar ciclos de altas e baixas atividades econômicas, bem como o comportamento dessas variáveis ao longo do tempo. Desse modo, verificou-se que na série histórica em análise o Piauí se destacou com uma taxa acumulada de crescimento de 72,7%, a maior entre todos os estados do Nordeste. A taxa média de crescimento ao ano foi de 4,0%, acima da média da região Nordeste que foi 2,8% e acima da média nacional registrada de 2,5%. Contribuíram fortemente para o desempenho alcançado: as políticas de transferências de renda do Governo Federal, as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e as políticas de regionalização conduzidas pelo Governo estadual que, juntas, criaram ambiente favorável para a realização de negócios e para um maior dinamismo da economia piauiense no período considerado.

Palavras-chaves

Economia. PIB. VAR. Piauí.

1 Introdução

O Piauí é um Estado rico em recursos naturais. Possui mais de 3 milhões de hectares de terra fértil, plana e adequada para a agricultura de mercado. Na maioria de seu território o regime de chuvas é apropriado para agricultura, além disso o Estado detém metade de toda a água de subsolo do Nordeste e diversidade ecológica, onde predominam os biomas Cerrado e Caatinga (VELLOSO, 2013).

Suas potencialidades naturais hoje estão catalogadas, identificadas e organizadas numa Carteira de Projetos Estratégicos para atração de negócios privados, de cuja exploração sustentável inúmeras oportunidades de negócios podem surgir. As principais riquezas elencadas no portfólio são:

1. Energia solar, eólica, biomassa e biodiesel;
2. Indústria extrativa mineral;
3. Indústria petroquímica e outros elos da cadeia de petróleo & gás;
4. Indústria de fertilizantes;

5. Indústria metal-mecânica (em especial máquinas para exploração agrícola, para a exploração mineral e para a irrigação);
6. Indústria de papel e celulose;
7. Indústria de fármacos e fitoterápicos;
8. Indústria de alimentos, bebidas e óleos vegetais;
9. Agronegócio: soja e outros;
10. Agricultura irrigada;
11. Turismo;
12. Serviços especializados (com destaque para aqueles relacionados às novas tecnologias de informação, os serviços de educação e de saúde);
13. Logística (porto seco, terminais multimodais etc.);
14. Infraestrutura viária (hidrovias, rodovias, ferrovias);
15. Infraestrutura portuária;
16. Infraestrutura hídrica;
17. Infraestrutura aeroportuária;
18. Construção civil e atividade imobiliária.

O Estado do Piauí possui um território que corresponde a 2,9% da área do país e 16% da área do Nordeste, com uma população de 1,6% relativo ao Brasil e 5,6% relativo ao Nordeste. Dada sua extensão territorial, a partir de 2002 as políticas públicas começaram a ser implementadas de forma territorializada.

O Projeto Cenários Regionais do Piauí (2003) contempla uma estratégia de desenvolvimento e planejamento em médio e longo prazos, com incentivo à implementação de planos locais e regionais. Trata-se, portanto, da execução de políticas públicas, através de uma ação integrada de planejamento envolvendo o Estado, a sociedade civil e as empresas privadas, para promoção do desenvolvimento regional sustentável.

A política territorial implementada trouxe maior dinamismo à economia do Estado, tendo em vista que interiorizou investimentos públicos e privados, fortalecendo, assim, os mercados internos municipais.

Este artigo avalia o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, tomando como método sua análise quantitativa em relação à região Nordeste e ao Brasil, tendo por base a série histórica 2002-2016, coletada da base de dados do IBGE. Analisar-se-á o PIB por setor de atividade, mostrando a evolução das atividades e os segmentos que mais contribuíram para a melhoria dos agregados econômicos e, em um segundo momento, serão analisadas as perspectivas de médio e longo prazos do Estado, nos contextos regional e nacional.

2 Desempenho da Economia Estadual no Período 2002 a 2016

O Piauí, de 2002 a 2016, vem apresentando uma trajetória de crescimento, superando a média do Nordeste e do Brasil, exceto nos anos de 2007, 2010 e 2012. A Tabela 1 mostra que, nos últimos 14 anos, o Estado do Piauí apresentou taxa acumulada do PIB de 72,7% e taxa de crescimento médio de 4,0% ao ano: o melhor desempenho entre todos os estados nordestinos, crescendo, inclusive, acima da taxa média de crescimento e da taxa acumulada da região Nordeste e do Brasil.

Tabela 1 – Taxa de crescimento acumulada e taxa média de crescimento 2002-2016

Brasil, Grande Região e Unidade da Federação	Taxa Acumulada (%)	Taxa Média de Crescimento ao Ano (%)
Brasil	40,6	2,5
Nordeste	46,4	2,8
Maranhão	66,5	3,7
Piauí	72,7	4,0
Ceará	50,6	3,0
Rio Grande do Norte	34,6	2,1
Paraíba	62,7	3,5
Pernambuco	42,6	2,6
Alagoas	43,6	2,6
Sergipe	41,4	2,5
Bahia	38,2	2,3

Fonte: Elaborado pelo ETENE/BNB, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

O comportamento observado da economia estadual refletiu, dentre outros fatores, a dinâmica econômica das macrorregiões, que vem recebendo investimentos públicos e privados, contribuindo para o crescimento dos polos econômicos do Estado.

Os programas de transferência de renda do governo federal aqueceram o mercado interno, incluindo famílias que antes estavam fora do mercado consumidor, aumentando a demanda por produtos e serviços, especialmente nos itens de consumo básico (roupas, alimentos e remédios), com reflexos positivos diretos no comércio varejista.

Paralelamente, as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) impulsionaram as atividades da indústria da construção civil, estimulando com isso a indústria de transformação, seguida por uma intensificação no segmento imobiliário.

Os programas em referência, inseridos no contexto de uma ação integrada de planejamento territorial já em andamento no Estado, contribuíram, sobremaneira, para o melhor desempenho do Piauí em relação aos estados nordestinos em termos do crescimento do PIB, no período de 2002 a 2016.

A injeção de recursos na economia, associada ao efeito catalizador da política de transferência de renda, dentre outros fatores, certamente contribuiu para esse crescimento da economia piauiense acima da média regional.

O vetor mais expressivo da economia piauiense, contudo, continua sendo a administração pública como parte integrante do setor de serviços, indicando que há grandes espaços que devem ser ocupados pelo setor privado no Estado, especialmente considerando suas potencialidades, o que torna o Piauí um celeiro de oportunidades de investimentos.

2.1 Produto Interno Bruto

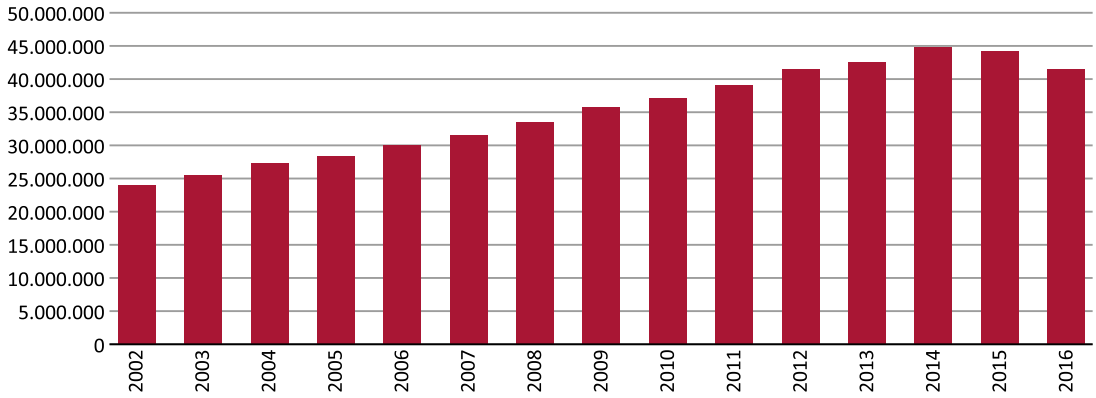
O PIB do Piauí entre 2002 e 2016, em termos absolutos, cresceu de R$ 23,9 bilhões para R$ 41,4 bilhões, respectivamente, o que significa uma expansão de 73% na série histórica estudada.

A evolução do PIB estadual apresenta crescimento constante entre 2002 e

2014 (Gráfico 1), com tendência predominante e consolidada. Contudo, observa-se queda na produção de bens e serviços a partir de 2015, decorrente da conjuntura nacional. Em 2015, a economia brasileira entrou em crise, refletida no recuo do PIB brasileiro, tendo um efeito direto no nível de emprego, na capacidade de investimento e na deterioração das contas públicas. Os efeitos nos estados

e municípios foram sentidos com a queda da capacidade produtiva e da perda de produtividade, que ainda está em curso.

Gráfico 1 – PIB 2002-2016 a preços de 2016



Fonte: Elaborado pela Superintendência CEPRO, com dados do ETENE/BNB.

2.2 Produto Interno Bruto per capita

O PIB per capita do Piauí cresceu 56%, conforme verifica-se na Tabela 2. O Piauí manteve, em termos absolutos, curva ascendente ao longo do período de 2002 a 2016, saindo de R$ 8.274,00 para R$12.890,00.

A variável população, de acordo com a tabela, cresceu 11% no mesmo período, significa dizer que o PIB per capita do Piauí consolidou-se a partir do desempenho do PIB Total, que nesse mesmo período apresentou crescimento acumulado de 73% (a preços de 2016) e taxa média de crescimento anual de 4,0%, superior ao Brasil e Nordeste.

Tabela 2 – PIB per capita e população – 2002-2016

Piauí (2002-2016)	PIB percapita apreçosde 2016 (milreais)e população			
	2002	2016	Dif (2002-2016)	
PIB perCapita	8.274	12.890	4.616	56%
População	2.898.223	3.212.180	313.957	11%

Fonte: Elaborado pela Superintendência CEPRO, com dados do ETENE/BNB.

Comparativamente ao Brasil e ao Nordeste, a Tabela 3 revela um PIB per capita do Piauí cada vez mais próximo do PIB per capita regional e do Brasil.

Em relação ao Brasil, o PIB per capita do Piauí que equivalia a 32,41% do brasileiro passou a 42,39%. Quanto ao PIB per capita do Nordeste, o Piauí saiu de um valor equivalente a 65,90% do nordestino para 81,69%.

Tabela 3 – PIB per capita do Brasil, Nordeste e Piauí em 2002 e 2016 - A preços de 2016

Piauí (2002-2016)	Variável – PIB per capita PI/Nordeste/Brasil de 2016 (mil reais)			
	2002		2016	
	Total	Piauí	Total	Piauí
Brasil	25.529	32,41%	30.411	42,39%
Nordeste	12.556	65,90%	15.779	81,69%
Piauí	8.274	-	12.890	-

Fonte: Elaborado pela Superintendência CEPRO, com dados do ETENE/BNB.

3 Valor Adicionado Bruto (VAB)

O Valor Adicionado Bruto (VAB) representa a contribuição que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final da produção de um determinado território – distrito, município, estado, região ou país – deduzido o valor dos insumos utilizados no processo produtivo em um dado período de tempo.

A distribuição do Valor Adicionado Bruto setorial na economia piauiense se apresenta conforme descrito na Tabela 4: uma economia bastante marcada pela presença da Administração Pública, com este setor respondendo, em 2016, por 34,15% do VAB estadual

Tabela 4 – VAB – Valor Adicionado Bruto setorial a preços de 2016

Piauí (2002-2016)	Variável – Valor adicionado bruto setorial a preços de 2016 (mil reais)					
	2002		2016		Dif (2002-2016)	
VAB Agropecuária	1.382.251	5,84%	1.868.312	5,05%	486.061	-1%
VAB Industria	2.163.164	9,15%	4.692.482	12,69%	2.529.318	4%
VAB Serviços	10.032.846	42,42%	17.789.453	48,11%	7.756.607	6%
VAB Adm. Pública	10.072.917	42,59%	12.627.704	34,15%	2.554.787	-8%
Total	23.651.178	100,00%	36.977.951	100,00%	13.326.773	

Fonte: Elaborado pela Superintendência CEPRO, com dados do ETENE/BNB.

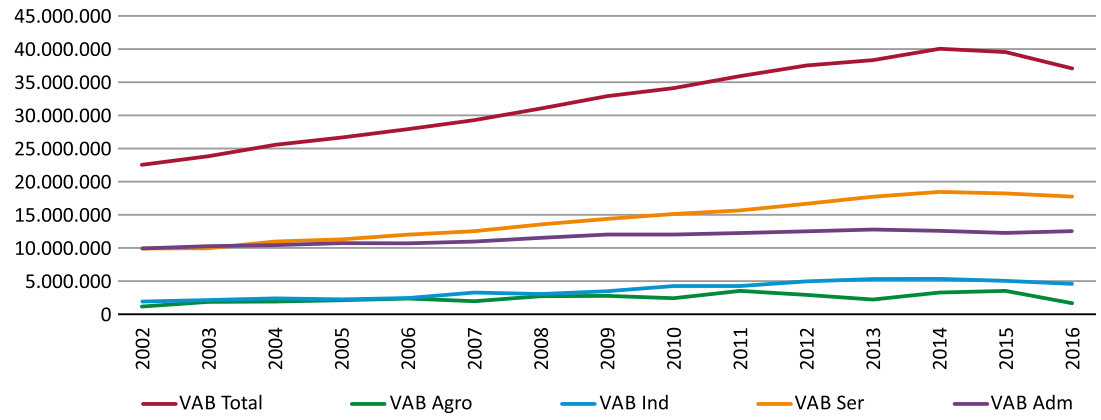
Não obstante a predominância da administração pública na composição do VAB estadual, sua participação vem caindo gradualmente em favor da Indústria e dos Serviços, o que evidencia uma transformação gradual da matriz econômica do Estado.

No ano de 2002, por exemplo, a administração pública contribuía com 42,59% do VAB total do Estado. Em 2016, essa participação caiu para 34,15%, uma queda de participação de 8% ao longo de 14 anos.

No mesmo período, os setores Indústria e Serviços apresentaram aumento em sua participação. No caso da indústria, subiu de 9,15%, em 2002, para 12,69% em 2016. Já o setor serviços cresceu de 42,42%, em 2002, para 48,11% em 2016, ou seja, dois setores que juntos respondiam por 52,57 % do VAB estadual passaram a responder por 60,8 %, o que significa um aumento de participação de 8,23% em 14 anos.

O Gráfico 2 apresenta uma série histórica com a evolução dos valores alcançados pelo VAB Total e Setoriais do Piauí entre 2002 e 2016.

Gráfico 2 – Valor Adicionado Bruto Total e Setorial 2002-2016 a Preços 2016



Fonte: Elaborado pela Superintendência CEPRO, com dados do ETENE/BNB.

3.1 Valor Adicionado Bruto – Agropecuária

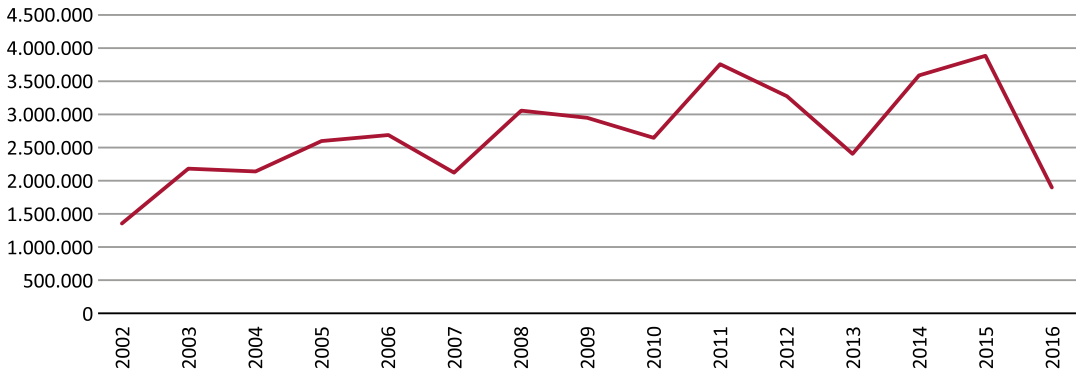
No ano de 2016, o VAB do setor agropecuário no Piauí atingiu R$ 1,8 bilhão, sendo que em 2002 era de R$ 1,4 bilhão. Na taxa acumulada de crescimento, ao longo de 14 anos, o VAB agropecuário cresceu 35,2% com uma taxa média de crescimento de 2,2%. O crescimento alcançado não representou aumento de participação no VAB Total do Piauí em função da expansão dos setores Serviços e Indústria, contudo a agropecuária desponta como uma nova vertente do crescimento econômico do estado, sobretudo a partir do agronegócio na região dos cerrados piauienses.

A expansão da área plantada nos cerrados contribuiu, sobremaneira, para o crescimento da produção agrícola estadual, destacando-se, inclusive, no cenário nacional: i) pela obtenção dos melhores índices de produtividade do país; ii) por apresentar melhores condições climáticas e iii) pelo uso adequado de tecnologias para produção de grãos.

As atividades de maior expressão na pauta de exportação são as culturas da soja, milho e algodão. A cultura algodoeira vem ganhando importância nos últimos anos junto aos produtores da região dos cerrados, face à crescente demanda puxada pelo setor industrial.

. A cadeia produtiva do agronegócio, entretanto, é vulnerável à escassez de crédito e ao fato de que a soja, enquanto commodity está sujeita às oscilações de preços do mercado internacional.

Gráfico 3 – VAB Agropecuária 2002-2016 a preços de 2016 (R$ mil)



Fonte: Elaborado pela Superintendência CEPRO, com dados do ETENE/BNB.

3.2 Valor Adicionado Bruto – Indústria

Em 2016, o VAB da indústria piauiense registrou R$ 4,7 bilhões, enquanto no ano de 2002 o mesmo indicador representava R$ 2,1 bilhões. A taxa acumulada de crescimento do setor na série histórica foi de 116,9% e com uma taxa média de crescimento anual de 5,7%, superada apenas pelo estado da Paraíba.

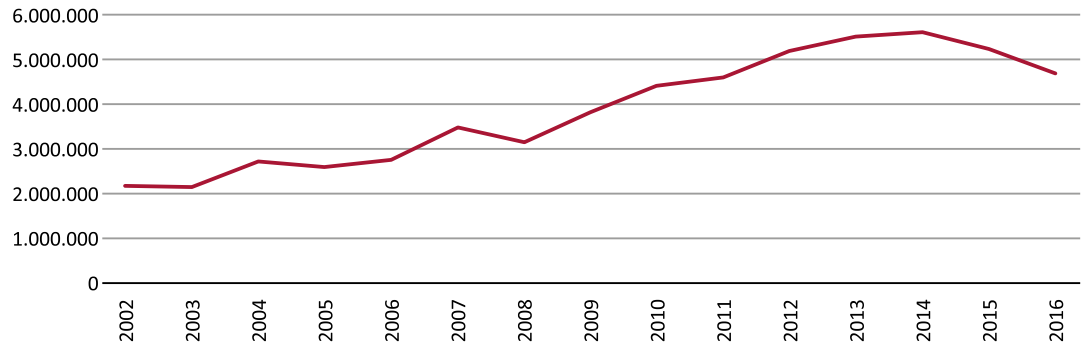
A construção civil, que em 2010 obteve a maior taxa de crescimento da economia, passou por momento favorável quando a atividade ainda se beneficiava da manutenção da renúncia de parte do IPI para diversos insumos.

A indústria extrativa mineral cresceu impulsionada pela extração e britamento de pedras, extração do calcário e extração de minerais para fabricação de adubos.

Na indústria de transformação os destaques foram para a fabricação de cervejas, chopes e refrigerantes, de óleo vegetal em bruto, de produtos metálicos, de bicicletas e colchões, curtimento e preparação de couro, indústria química, preparação de leite e fabricação de laticínios.

Na área de Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUPs) predominam a distribuição de eletricidade, gás, água e esgoto e limpeza urbana.

Gráfico 4 – VAB Indústria 2002-2016 a preços de 2016 (R$ mil)



Fonte: Elaborado pela Superintendência CEPRO, com dados do ETENE/BNB.

3.3 Valor Adicionado Bruto – Serviços

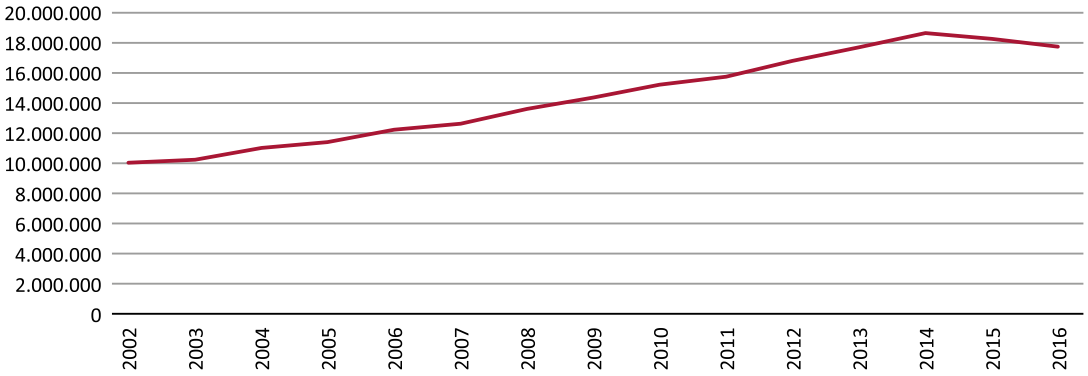
No ano de 2016, o VAB do setor de serviços no Piauí contabilizou R$ 17,7 bilhões enquanto no ano de 2002 o valor apontado foi de R$ 10,0 bilhões, com uma taxa acumulada de 77,3% em 14 anos e taxa média de crescimento ao ano de 4,2%, sendo superado apenas pelo Maranhão e acima das taxas do Nordeste e do Brasil.

Nesse setor da economia piauiense tiveram destaque as atividades de comércio varejista, especialmente, veículos e motocicletas e produtos alimentícios.

Destacam-se no período, também, as atividades imobiliárias beneficiadas pela expansão da construção civil; a educação e saúde privada; a intermediação financeira; os serviços domésticos; os serviços de manutenção e consultoria prestados a empresas, tais como: informação e comunicação.

Ressalte-se que a intermediação financeira foi impulsionada no período pelo aumento do volume de crédito injetado na economia nos últimos anos, bem como pelas medidas de combate à crise internacional de 2008, a saber: ampliação das linhas de crédito, desonerações fiscais, geração de emprego e crescimento da massa salarial fortalecendo ainda mais o comércio varejista e atacadista. Outra área de destaque são atividades técnicas e científicas.

Gráfico 5 – VAB Serviços 2002-2016 a preços de 2016 (R$ mil)

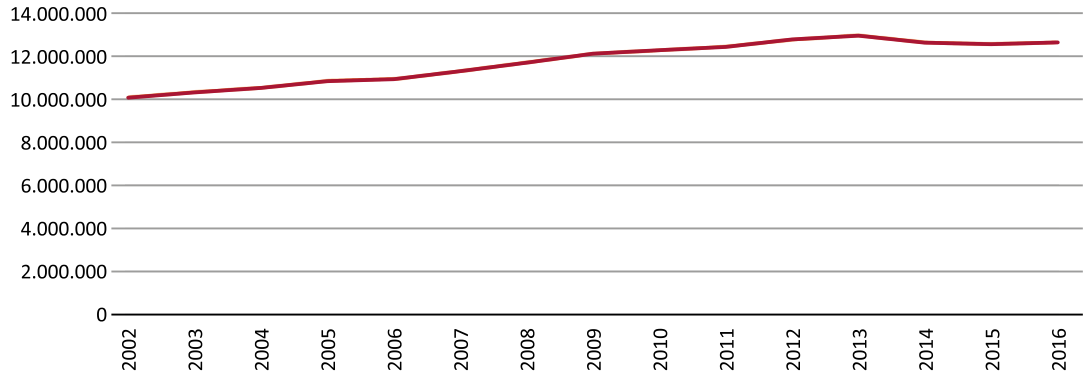


Fonte: Elaborado pela Superintendência CEPRO, com dados do ETENE/BNB.

3.4 Valor Adicionado Bruto – Administração Pública

O VAB da administração pública no ano de 2016 foi de R$ 12,6 bilhões. Já no início da série estatística no ano de 2002 o indicador registrava R$ 10,0 bilhões, representando uma taxa acumulada entre 2002 e 2016 de 25,4%, com uma taxa média de crescimento ao ano de 1,6%.

Gráfico 6 – VAB Administração Pública 2002-2016 a preços de 2016 (R$ mil)



Fonte: Elaborado pela Superintendência CEPRO, com dados do ETENE/BNB.

4 Considerações Finais e Pespectivas

Os indicadores analisados mostram uma evolução econômica importante da economia piauiense no período de 2002 a 2016, apresentando o melhor desempenho entre todos os estados do Nordeste, com um crescimento inclusive acima da taxa média acumulada de crescimento do PIB do Brasil.

Deve-se esse desempenho positivo a diversos fatores dentre os quais se destacam: i) o impacto das políticas de transferência de renda do Governo Federal e seu efeito catalizador sobre o mercado interno da economia piauiense, imprimindo- lhe maior dinamismo; ii) os investimentos do Programa de Aceleração do

Crescimento – PAC no Estado, que impulsionaram a construção civil com reflexos positivos a montante e a jusante desses empreendimentos; iii) e, por último, à política de regionalização implementada pelo Estado, que permitiu auferir o máximo de benefícios dos programas federais citados, mediante uma ação planejada, unindo governo, empresas e sociedade, na implementação de planos locais de desenvolvimento.

Há discrepâncias, porém, em relação ao resto do país e ao Nordeste brasileiro que precisam ser vencidas. No entanto, o Estado do Piauí tem condições de figurar no cenário regional e nacional como ator e agente do desenvolvimento do país tanto em função de suas potencialidades naturais que hoje estão catalogadas, identificadas e organizadas numa Carteira de Projetos Estratégicos para atração de negócios privados quanto em relação ao fato de o Brasil viver um momento onde os dois pilares de sua economia, quais sejam: o Sistema de Distribuição de Energia Elétrica e o Sistema de Transporte de Cargas apresentarem carência de investimentos para sua expansão e diversificação (PDES/PI, 2050). Há, assim, necessidade de repensar as matrizes de energia, transporte e logística do Brasil.

Quanto à Energia, a produção a partir de fontes alternativas, tais como solar, eólica, da biomassa e do biodiesel aponta o estado do Piauí como uma potência energética e podendo figurar, em breve espaço de tempo, como um dos maiores produtores de energia limpa do país.

No segmento de Transportes e Logística há possibilidade de desenvolvimento de um complexo Mineração-Ferrovia-Porto, com proposta alternativa para reforço dos sistemas ferroviário e portuário que envolvem os portos de Itaqui (MA), Pecém (CE) e Suape (PE), envolvendo a ferrovia Transnordestina e o Porto de Luís Correia. Ao mesmo tempo, o advento do MATOPIBA abre caminho para a implantação do projeto da Hidrovia do Rio Parnaíba (PDES, 2050).

Nos cerrados do sudoeste piauiense sobressaem-se os altos índices de produtividade, principalmente, na produção de soja, milho e algodão, onde a agricultura mecanizada está em plena expansão, sendo o Piauí parte integrante da zona do MATOPIBA, zona delimitada do território brasileiro como a grande fronteira agrícola nacional da atualidade, que tem atraído investimentos privados pelos altos índices de produtividade.

O Governo do Estado vem trabalhando no sentido de buscar um crescimento longo e sustentado do PIB do Piauí, o que requer maiores taxas de investimento (ampliação do capital físico) e maior acumulação de capital humano (com aumento da quantidade e qualidade da educação e formação profissional), gerando ganhos de produtividade. Além disso, o Estado tem procurado atrair investimentos com maior intensidade tecnológica e possibilidade de agregação de valor, bem como promovido a melhoria do ambiente de negócios para atrair cada vez mais investidores privados.

Referências

FUNDAÇÃO CEPRO. **Piauí:** Produto Interno Bruto - PIB 2016. Teresina, 2018. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201811/CEPRO22_0cc688cf93.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019.

FUNDAÇÃO CEPRO. **Piauí:** Produto Interno Bruto - PIB 2015. Teresina, 2018. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201711/CEPRO23_a076b68dc8.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019.

FUNDAÇÃO CEPRO. **Piauí:** Produto Interno Bruto - PIB 2014. Teresina, 2018. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201611/CEPRO30_e02d78ca9f.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019.

FUNDAÇÃO CEPRO. **Piauí:** Produto Interno Bruto - PIB 2012. Teresina, 2018. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201502/CEPRO25_80c33d7487.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019.

FUNDAÇÃO CEPRO. **Piauí:** Produto Interno Bruto - PIB 2011. Teresina, 2018. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201311/CEPRO25_0f34523335.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019.

FUNDAÇÃO CEPRO. **Piauí:** Produto Interno Bruto - PIB 2010. Teresina, 2018. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201311/CEPRO25_0f34523335.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019.

FUNDAÇÃO CEPRO. **Piauí:** Produto Interno Bruto - PIB 2009. Teresina, 2018. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201003/CEPRO26_3326a7f8c1.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019.

FUNDAÇÃO CEPRO. **Piauí:** Produto Interno Bruto - PIB 2008. Teresina, 2018. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/200911/CEPRO23_951393556c.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019.

FUNDAÇÃO CEPRO. **Piauí:** Produto Interno Bruto - PIB 2007. Teresina, 2018. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/200911/CEPRO18_477625ce67.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019.

FUNDAÇÃO CEPRO. **Piauí:** Produto Interno Bruto - PIB 2006. Teresina, 2018. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/200811/CEPRO17_f5e539427f.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019.

FUNDAÇÃO CEPRO. **Piauí:** Produto Interno Bruto - PIB 2005. Teresina, 2018. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/200803/CEPRO19_477f533e87.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019.

PIAUÍ. Governo do Estado. **Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Piauí** – Produto 9 PDES-PI 2050 TOMO II**.** [Teresina], 2015. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201608/CEPRO02_19a421fdad.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019.

PIAUÍ. Secretaria de Planejamento. **Cenários Regionais do Piauí**. [Teresina], 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Regionais do Brasil:** série histórica. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/pesquisa/10060/60147?tipo=grafico&indicador=60147. Acesso em: 6 jun. 2019.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. **O Vale da Decisão**: o Piauí é rico em grandes oportunidades. Ed Livros do Futuro, 2013.

A Economia do Ceará: Uma Análise Setorial no Período 2002-2018

Nicolino Trompieri Neto
Analista de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica – IPECE

Alexsandre Lira Cavalcante
Analista de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica – IPECE

Ana Cristina Lima Maia
Assessora Técnica do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica – IPECE.

Daniel Cirilo Suliano
Analista de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica – IPECE

Paulo Araújo Pontes
Analista de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica – IPECE

Witalo de Lima Paiva
Analista de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica – IPECE

Resumo

A partir do século XXI o Ceará vem apresentando grandes mudanças nas infraestruturas rodoviária, hídrica, portuária, aeroportuária e energética, bem como a diversificação de indústrias a partir das instalações do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) e da Zona de Processamento de Exportação do Ceará (ZPE Ceará). Essas mudanças induziram o crescimento econômico, seja na agricultura, indústria, serviços, bem como no mercado de trabalho, comércio exterior e finanças públicas. Tais mudanças são apresentadas a partir da análise do comportamento dos principais setores e atividades da economia cearense, sempre fazendo um paralelo com o Nordeste e o Brasil, para o período dos anos de 2002 a 2018.

Palavras-chave

Economia Cearense. Setores Econômicos. Produto Interno Bruto.

1 Introdução

O Ceará responde pela 11ª economia do País e pela 3ª do Nordeste. O PIB cearense abrange 2,1% do PIB brasileiro e 15,1% do PIB Nordestino. Sua economia está sustentada principalmente nas atividades ligadas aos Serviços (76,1%), seguidos das atividades da Indústria (19,2%), e da Agropecuária, que participa com 4,7%. O Estado tem se destacado no cenário nacional pelos reconhecidos avanços, seja do ponto de vista econômico, seja na perspectiva social. De fato, a economia cearense conseguiu manter, em média, um ritmo de crescimento superior ao registrado pela economia nacional nos últimos anos, permitindo reduzir, embora que lentamente, uma distância histórica com relação ao restante do país.

Particularmente no período pós-crise de 2008, o Ceará apresentou taxas de crescimento econômico consideravelmente acima das alcançadas pelo Brasil, influenciadas fortemente pela elevada participação dos investimentos públicos em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado. O crescimento, nos últimos anos, das infraestruturas rodoviária, hídrica, portuária, aeroportuária e energética permitiu a atração de grandes empresas como a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), bem como o fortalecimento do setor turístico cearense. Todo esse avanço é decorrente, em grande parte, do equilíbrio fiscal permanente, o que permitiu ao Estado aplicar grandes quantidades em despesas de investimento, seja

com recursos próprios ou com recursos advindos de operações de crédito nacionais e internacionais, elevando a competitividade da economia cearense, e estimulando, dessa forma, os investimentos privados nos diversos setores produtivos do Estado.

Em consonância com o bom desempenho econômico, observou-se, também, nos últimos anos, importantes avanços na qualidade de vida das pessoas, por conta da redução da pobreza e da desigualdade, aliada ao aumento de renda das famílias e à expansão do crédito, que possibilitaram a ampliação do consumo e a posse de bens duráveis nos domicílios do Estado. Do mesmo modo, o Ceará evoluiu nas áreas de Educação, com os aumentos da oferta do ensino profissionalizante e da qualidade do ensino fundamental, e na área de Saúde, com os aumentos das ofertas de hospitais Regionais e policlínicas, sendo, portanto, fatores importantes no processo de ampliação dos estoques de capital humano e social do Ceará. Apesar das conquistas, alguns desafios persistem e exige do Estado uma atuação qualificada para que se alcance um novo patamar de desenvolvimento.

Assim, em termos de sua evolução socioeconômica recente, o Ceará já dispõe de bases satisfatórias para alavancar um processo acelerado de desenvolvimento nos próximos anos. Este quadro econômico atual deve servir de ponto de partida para uma estratégia de longo prazo, que vai orientar um novo esforço para que o Estado supere os entraves e consiga aproveitar eficientemente suas potencialidades.

Dentro desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar a evolução recente, no período 2002-2018, dos principais indicadores econômicos do Ceará, realizando algumas comparações com o Brasil, o Nordeste e com os estados da Bahia e de Pernambuco.

Além desta presente introdução, o artigo divide-se em mais oito seções, retratando o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) (seção 2), assim como os setores da agricultura (seção 3), indústria (seção 4), serviços (seção 5), comércio (seção 6), comercio exterior (seção 7), finanças públicas (seção 8) e, por fim, na última seção, são apresentadas as considerações finais e perspectivas.

2 Produto Interno Bruto (PIB) e PIB *per capita*

O PIB do Brasil registrou, em 2016, um valor de R$ 6.267.205 milhões. Para o mesmo ano de análise, em termos absolutos de valor corrente, o Nordeste é a terceira região com maior PIB do Brasil, com R$ 898.083 milhões, enquanto que o PIB do Ceará alcançou, em 2016, um montante de R$ 138.379 milhões, segundo a tabela 1.

Tabela 1 – Produto Interno Bruto – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - Anos selecionados (R$ milhões)

Brasil, Grandes Regiões e Ceará	Produto Interno Bruto (R$ milhões)					
	2002	2010	2013	2014	2015	2016
Brasil	1.488.787	3.885.847	5.331.619	5.778.953	5.995.787	6.267.205
Norte	69.902	207.094	292.442	308.077	320.688	337.213
Nordeste	194.848	522.769	724.524	805.099	848.579	898.083
Ceará	28.719	79.336	109.037	126.054	130.630	138.379
Sudeste	854.310	2.180.988	2.948.744	3.174.691	3.238.738	3.332.051
Sul	241.565	620.180	880.286	948.454	1.008.035	1.066.968
Centro-Oeste	128.163	354.816	485.623	542.632	579.746	632.890

Fonte: Indicadores IBGE (2018) Elaboração dos autores. Valores Correntes.

O Brasil apresentou, em 2016, um PIB *per capita* equivalente a R$ 30.411 (Tabela 2). Na análise regional, apesar do Nordeste ser a terceira região mais rica em termos de PIB em valor corrente, quando controlado pelo tamanho populacional, o Nordeste passa a ser apenas o quinto maior em termos de PIB *per capita*. O Centro-Oeste apresenta o maior PIB *per capita* do país, com um valor de R$ 40.412, seguidos das regiões Sudeste (R$ 38.585), Sul (R$ 36.242), Norte (R$ 19.043) e Nordeste (R$ 15.779). O Ceará apresentou em 2016, um PIB *per capita* no montante igual a R$ 15.438, representando, aproximadamente, apenas 51%

do PIB *per capita* do Brasil. Isso demonstra o grande desafio que o Estado possui na superação da baixa renda em relação ao país, pois mesmo sendo a décima primeira maior economia do país, o Ceará é apenas o vigésimo segundo quando se considera o PIB *per capita*.

Tabela 2 – Produto Interno Bruto *per capita* a preços correntes – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação – Anos selecionados (Em R$)

Brasil, Grandes Regiões e Ceará	Produto Interno Bruto per capita (R$) (Valores Correntes)					
	2002	2010	2013	2014	2015	2016
Brasil	8.525	20.372	26.521	28.500	29.326	30.411
Norte	5.176	13.040	17.219	17.879	18.354	19.043
Nordeste	3.989	9.849	12.986	14.329	15.003	15.779
Ceará	3.752	9.391	12.421	14.255	14.670	15.438
Sudeste	11.475	27.142	34.911	37.299	37.772	38.585
Sul	9.387	22.647	30.570	32.687	34.486	36.242
Centro-Oeste	10.591	25.253	32.390	35.653	37.543	40.412

Fonte: Indicadores IBGE (2018). Elaboração dos autores. Nota: PIB *per capita* calculado segundo a última estimativa populacional (série 2001-2018) fornecida pelo IBGE e utilizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para fins dos cálculos das transferências constitucionais FPM e FPE.

O Sudeste concentra a maior parte da geração de riqueza no país com participação, em 2016, de 53,17%. Na sequência, aparecem as regiões Sul (17,02%), Nordeste (14,33%), Centro-Oeste (10,10%) e Norte (5,38%). Em termos de variação na participação, comparando o ano de 2016 em relação a 2002, os maiores ganhos foram registrados nas regiões Centro-Oeste, com 1,49 pontos percentuais (p.p.) e Nordeste (+1,24 p.p.), seguidos das regiões Sul (+0,79 p.p.) e Norte (+0,68 p.p.). Em direção oposta, para o mesmo período de análise, o Sudeste apresentou queda de 4,21 pontos percentuais. O Ceará apresentou, em 2016, uma participação de 2,21%, com um ganho de 0,28 p.p. em relação ao ano de 2002, ocupando a décima primeira posição no país e a terceira no Nordeste (Tabela 3).

Tabela 3 – Participação do Produto Interno Bruto – Grandes Regiões e Unidades da Federação – Anos selecionados

Grandes Regiões e Ceará	Participação no Produto Interno Bruto do Brasil (%)						
	2002	2010	2015	2016	Variação 2016 - 2002 (em p.p.)	Variação 2016 - 2010 (em p.p.)	Variação 2016 - 2015 (em p.p.)
Norte	4,7	5,33	5,35	5,38	0,68	0,05	0,03
Nordeste	13,09	13,45	14,15	14,33	1,24	0,88	0,18
Ceará	1,93	2,04	2,18	2,21	0,28	0,17	0,03
Sudeste	57,38	56,13	54,02	53,17	-4,21	-2,96	-0,85
Sul	16,23	15,96	16,81	17,02	0,79	1,06	0,21
Centro-Oeste	8,61	9,13	9,67	10,10	1,49	0,97	0,43

Fonte: Indicadores IBGE; IPECE Informe (2019). Elaboração dos autores. Pontos Percentuais (p.p.).

Em 2016, em decorrência da crise macroeconômica, todas as regiões apresentaram quedas no PIB. As maiores foram registradas nas regiões Norte (-4,62%) e Nordeste (-4,57%). Da mesma forma, quando se considera os estados, praticamente todos apresentaram quedas, com exceção apenas de Roraima (0,18%). O Ceará apresentou, em 2016, uma queda de 4,11%, sendo a décima segunda maior dentre os estados da Federação. Na análise do crescimento acumulado, para o período 2002-2016, o Ceará registrou o décimo sexto maior crescimento, com um valor de 50,62% (Tabela 4).

Tabela 4 – Taxa de Crescimento (%) do Produto Interno Bruto - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação - Anos selecionados

Brasil, Grandes Regiões e Ceará	Crescimento Anual					Crescimento Acumulado		
	2010	2012	2013	2014	2016	2010-2002	2016-2002	2016-2010
Brasil	7,53	3,00	0,50	-3,55	-3,31	37,39	40,58	10,02
Norte	10,15	2,94	2,97	-2,58	-4,62	52,79	65,45	19,27
Nordeste	6,61	3,06	2,82	-3,35	-4,57	39,82	46,44	11,66
Ceará	6,75	5,06	4,18	-3,42	-4,11	40,71	50,62	14,27
Sudeste	7,57	1,97	-0,46	-3,78	-3,25	36,43	35,82	7,09
Sul	7,65	6,13	-0,10	-4,08	-2,40	29,54	33,63	11,04
Centro-Oeste	6,99	3,87	2,51	-2,06	-2,60	47,24	63,34	18,69

Fonte: Indicadores IBGE (2016). Elaboração dos autores. Crescimento em volume (variação real) do Produto Interno Bruto.

No Brasil, a participação da atividade de Serviços aumentou de 67,22%, em 2002, para 73,11 % em 2016, enquanto as outras atividades apresentaram queda, sendo que a Agropecuária passou de 6,42%, em 2002, para 5,66%, em 2016, e a Indústria de 26,37% para 21,23%, para o mesmo período de análise. O Ceará também apresentou um comportamento semelhante ao do Brasil, com um ganho de participação no setor de Serviços de 69,82%, em 2002, para 76,10%, em 2016, e quedas de 7,53% para 4,70% na Agropecuária, e de 22,65% para 19,10% na Indústria no mesmo período (Tabela 5).

Tabela 5 – Participação no Valor Adicionado Bruto por atividade econômica (%) - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação – Anos selecionados

Brasil, Grandes Regiões e Ceará	2002			2010			2016		
	Agro.	Ind.	Serv.	Agro.	Ind.	Serv.	Agro.	Ind.	Serv.
Brasil	6,42	26,37	67,22	4,84	27,38	67,78	5,66	21,23	73,11
Norte	10,41	27,60	61,99	8,45	32,07	59,47	11,27	23,87	64,86
Nordeste	9,97	22,97	67,06	6,73	22,88	70,39	6,17	19,50	74,33
Ceará	7,53	22,65	69,82	5,05	21,94	73,01	4,70	19,20	76,10
Sudeste	3,15	27,87	68,98	2,38	29,10	68,51	2,69	21,47	75,84
Sul	10,82	29,06	60,12	8,30	29,16	62,54	9,29	24,99	65,72
Centro-Oeste	11,54	16,26	72,20	8,57	17,89	73,54	10,93	14,89	74,18

Fonte: Indicadores IBGE (2016). Elaboração dos autores.

3 Agricultura

A atividade agrícola é de grande importância para o Nordeste no aspecto socioeconômico por ser a principal atividade de ocupação e renda do homem no campo. Nas últimas décadas, a agricultura apresentou grandes mudanças, o que refletiu em aumento de produtividade e maior valor agregado dos produtos, saindo de uma produção simples e puramente de campo para uma produção com mais fatores de capital e tecnologia, somados a profissionais com maior qualificação e uma comercialização maior dos produtos em grandes centros de negócios. Porém, ainda persiste uma parcela da produção agrícola em sistema arcaico, apresentando baixa produtividade, produtos com menor qualidade e voltada apenas para o consumo próprio e para um mercado restrito e informal.

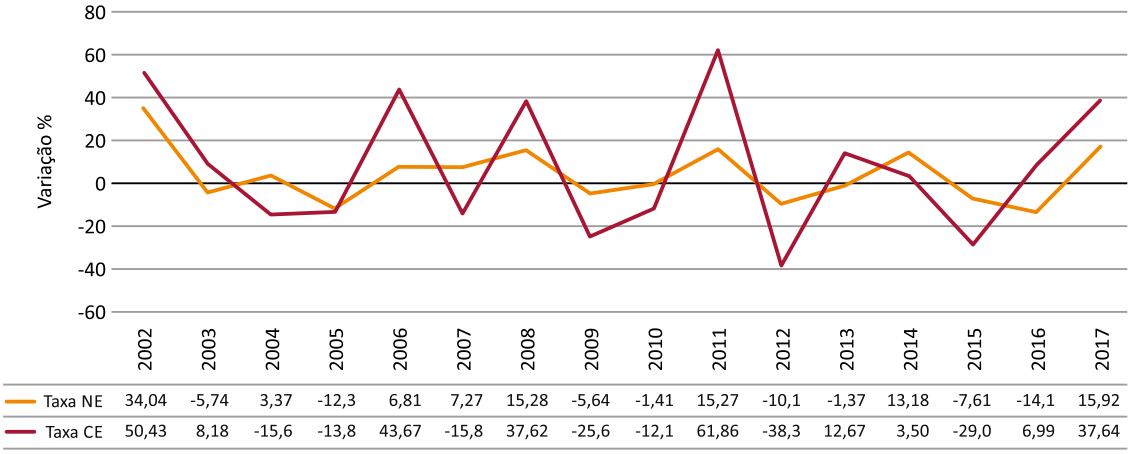
No Ceará, a atividade agrícola responde por 2,5% da economia do Estado, enquanto que, no Nordeste, a participação dessa atividade é de 3,7%, conforme dados das Contas Regionais[1] de 2016. Embora a participação seja pequena, o setor sustenta sua importância econômica, por possuir um grande efeito transbordamento

1 Último ano disponível das Contas Regionais do IBGE.

para outras atividades dos demais setores da economia, ultrapassando seu estabelecimento de produção e intercalando-se aos setores da indústria e serviços, além de abastecer também o mercado externo.

Ao analisar a atividade agrícola para o Nordeste e Ceará, verificou-se que o valor de produção (VP) dessa atividade apresentou comportamento oscilante, principalmente no Ceará. Essa é uma característica da agricultura do Nordeste, visto que é vulnerável aos fatores climáticos e ao mercado de oferta e demanda. No período de 2012 a 2016, quando as chuvas foram mais escassas, verificaram-se quedas mais intensas do valor de produção agrícola. Porém, em 2016 e 2017 o Ceará voltou a registrar crescimento no VP, enquanto que no Nordeste, o crescimento ocorreu apenas em 2017 (Gráfico 1). É importante ressaltar que o Ceará apresentou maiores vales de queda, tornando a base de comparação relativamente mais baixa quando comparada com o Nordeste.

Gráfico 1 – Taxa de Crescimento do Valor da Produção da – Ceará e Nordeste – 2002 a 2017



	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Taxa NE	34,04	-5,74	3,37	-12,3	6,81	7,27	15,28	-5,64	-1,41	15,27	-10,1	-1,37	13,18	-7,61	-14,1	15,92
Taxa CE	50,43	8,18	-15,6	-13,8	43,67	-15,8	37,62	-25,6	-12,1	61,86	-38,3	12,67	3,50	-29,0	6,99	37,64

Fonte: Indicadores IBGE(2019e). Elaboração dos autores. * Preços atualizados para o ano de 2017 (IGP-DI).

No Nordeste, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas apresentou aumento tanto em quantidade como em valor, no período de 2002 a 2017. Esse ganho é explicado pelo aumento de produção de soja e milho, no Maranhão, Piauí e Bahia. Quanto ao Ceará, a variação da produção de cereais, leguminosas e oleaginosas apresentou comportamento com grandes oscilações, com redução na quantidade produzida nos anos de 2002 e 2017, quando nesse último ano obteve-se uma produção de apenas 532,1 mil toneladas, enquanto que em 2002 a quantidade produzida foi de 937,9 mil toneladas. Esses valores indicam que a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas do Ceará encontra-se bem abaixo da capacidade do *quantum* que o Ceará pode produzir. O valor da produção também apresentou forte queda, passando de R$ 1,197 bilhão, em 2002, para 592,4 milhões, em 2017 (Tabela 6).

A presença da seca agravou a escassez de água, as condições de solo e clima sofreram alterações negativas para a produção de várias culturas, principalmente as lavouras de sequeiro, como milho, feijão.

Tabela 6 – Produção de cereais, leguminosas e oleaginosas – Nordeste e Ceará – 2002 e 2017

Variável	Nordeste		Ceará	
	2002	2017	2002	2017
Quantidade (t)	6.493.583	17.976.042	937.893	532.116
Valor da Produção (R$ 1.000)	8.872.191*	16.918.242	1.196.998*	592.407

Fonte: Indicadores IBGE(2019e). Elaboração dos autores. * Preços atualizados para o ano de 2017 (IGP-DI)

O Nordeste é destacado produtor de frutas tropicais, dado as vantagens comparativas com relação às condições de solo e clima favoráveis que a Região possui, além da disponibilidade de área e tecnologia.

A produção de frutas no Nordeste registrou crescimento tanto na quantidade quanto no valor produzido em 2017, comparado ao ano de 2002. Destaca-se que o aumento da quantidade foi maior do que o do valor da produção, indicando uma queda do preço médio de frutas. Para o Ceará, o crescimento

observado foi mais intenso, registrando aumento de 16,2% na quantidade e 51,5% no valor da produção. Esse resultado foi puxado principalmente pelo aumento de banana, maracujá e mamão.

É importante ressaltar que a produção de frutas no Ceará atingiu seu pico em 2011, com 1.620 mil toneladas. Mesmo com o começo de seca em 2012, a produção ficou em torno de 1,5 mil toneladas até 2014, pois ainda havia água nos reservatórios cearenses. Porém, a partir de 2015, com a continuidade de escassez de chuvas, começou a crise hídrica, atingindo a produção de fruticultura irrigada.

Tabela 7 – Produção de frutas no Nordeste e Ceará – 2002 e 2017

Variável	Nordeste		Ceará	
	2002	2017	2002	2017
Quantidade (t)	10.014.919	10.363.051	988.827	1.149.555
Valor da Produção (R$ 1.000)	10.096.614	10.171.972	987.185	1.496.147

Fonte: Indicadores IBGE(2019e). Elaboração dos autores. * Preços atualizados para o ano de 2017 (IGP-DI)

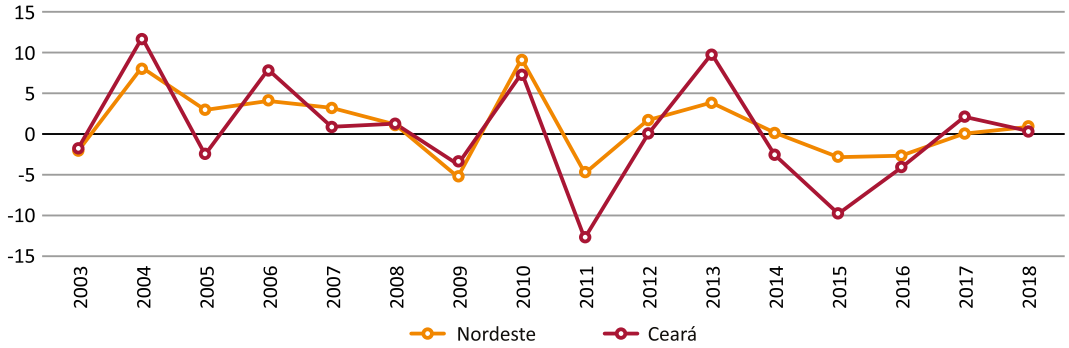
Outras culturas agrícolas que apresentam elevada relevância na economia cearense são tomate e mandioca. A mandioca, embora mais resistente à falta de chuva, também sentiu o efeito da escassez de chuva, reduzindo em 41% a quantidade produzida em 2017, comparada ao ano de 2002. Porém, o valor da produção cresceu em termos reais em 43%, nesse mesmo período. Já a produção de tomate cresceu em quantidade (25,5%) e valor da produção (105%) em 2017, comparado com 2002, ratificando a importância dessa cultura na economia do Ceará.

4 Indústria

A presente seção aborda a evolução da indústria de transformação cearense, *vis-à-vis*, o seu par regional. A análise considera o longo período compreendido entre os anos de 2002 a 2018 e leva em consideração o indicador de produção física industrial, um indicador do volume produzido pela atividade industrial e fornecido pela Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF) do IBGE.

Nesta perspectiva de longo prazo, a manufatura cearense apresentou resultados acumulados diferentes daqueles registrados pela indústria nordestina, apesar da trajetória, ano a ano, guardar certa semelhança. De fato, é possível perceber que a dinâmica anual da produção é similar entre os parques industriais. Entretanto, o segmento da transformação cearense apresenta uma volatilidade maior com picos de crescimento e redução mais intensos do que o segmento regional, algo relativamente esperado, uma vez que o número regional retrata um desempenho médio dos estados nordestinos. Em destaque, o comportamento em determinados anos evidencia que a manufatura cearense foi mais fortemente afetada nos momentos de baixa nos anos de 2011 e na atual crise, nos anos de 2014 a 2016. O gráfico 2, a seguir, permite visualizar a dinâmica da produção física ao longo dos anos considerados.

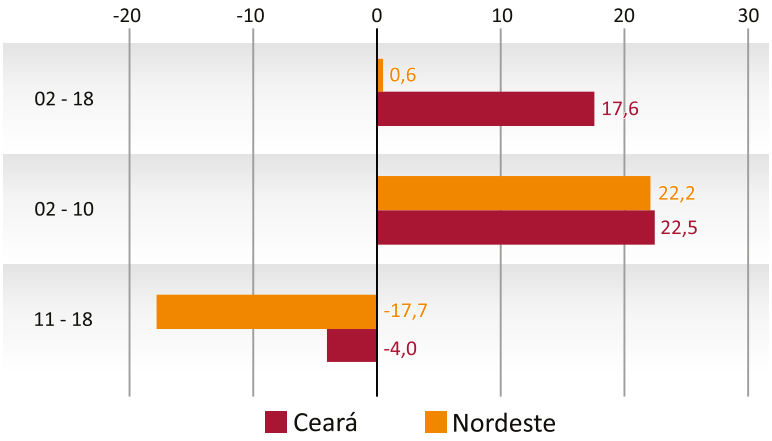
Gráfico 2 – Evolução anual (%) da produção industrial – Indústria de Transformação – Ceará e Nordeste, 2003 a 2018



Fonte: Indicadores IBGE (2019b). Elaboração dos autores.

Os resultados acumulados para todo o período, bem como para alguns subperíodos selecionados ratificam a diferença de desempenho, apesar da trajetória semelhante. Considerando os anos de 2002 a 2018, a manufatura cearense manteve-se estagnada em termos de volume de produção, acumulando uma expansão de apenas 0,6%. Por outro lado, no Nordeste, o segmentou cresceu 17,6%. Quando se analisa por subperíodos, ficam mais evidentes as razões para esta forte diferença. Entre 2002 e 2010, ambos os parque apresentaram uma evolução similar, quase igual, com o Ceará crescendo 22,2% e o Nordeste, 22,5%. Já quando se considera o período de 2011 a 2018, o cenário passa a ser de retração e com intensidades distintas entre o Ceará e a Região. Nesse período, a produção cearense encolheu 17,7%, enquanto a redução regional foi de 4,0%. Os números podem ser vistos no gráfico 3, a seguir.

Gráfico 3 – Evolução Acumulada (%) da produção industrial – Indústria de Transformação – Ceará e Nordeste, 2002 a 2018 e subperíodos selecionados



Fonte: Indicadores IBGE (2019b). Elaboração dos autores.

O resultado acumulado sugere que o ambiente recessivo que caracterizou o período de 2011 a 2018 afetou muito mais fortemente a indústria cearense, a ponto de comprometer o avanço obtido na década anterior. Para entender tais efeitos, é preciso considerar, dentre outras variáveis relevantes (tais como características do choque econômico e deficiências estruturais de competitividade), a estrutura produtiva que caracteriza cada parque fabril.

A tabela 8, a seguir, traz os números acumulados para evolução da produção para cada uma das atividades industriais que caracterizam as manufaturas analisadas. Com base nos resultados apresentados, tem-se que as especificidades de cada parque industrial explicam a diferença de desempenho.

Na indústria cearense, a estagnação está associada à forte retração, ou não crescimento, de atividades relevantes para indústria local especialmente na segunda parte do período analisado, que compreende os anos de 2011 a 2018. No resultado acumulado para estes anos, as industrias de Bebidas (-10,0%), Couro e calçados (-14,7%), Confecção e vestuário (-25,7%), Têxtil (-57,8%) e Alimentos (0,0%) apresentaram números não positivos interferindo, de forma determinante, no resultado agregado do setor.

Para a indústria do Nordeste, o desempenho em atividades com maior destaque regional contribuiu para um melhor resultado relativo. Expansão na fabricação de bebidas, derivados de petróleo, celulose e papel, e veículos automotores favoreceram o resultado.

Tabela 8 – Evolução acumulada (%) da produção industrial – Indústria de Transformação e Atividades Industriais – Ceará (CE) e Nordeste (NE), 2002 a 2018 e subperíodos selecionados

Indústria de Transformação e Atividades Industriais	Crescimento Acumulado (%)					
	02-18		02-10		11-18	
	CE	NE	CE	NE	CE	NE
Indústrias de transformação	0,6	17,6	22,2	22,5	-17,7	-4,0
Metalurgia	32,5	-12,0	*	2,9	32,5	-14,5
Fabricação de bebidas	26,6	45,4	41,0	62,7	-10,2	-10,7
Fabricação de produtos alimentícios	22,1	17,6	22,1	27,8	0,0	-8,0
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	15,6	-6,0	35,5	10,8	-14,7	-15,2
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	10,2	10,7	29,5	56,9	-14,9	-29,5
Fabricação de outros produtos químicos	-1,8	0,6	*	4,8	-1,8	-4,0
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-6,4	28,7	4,0	26,7	-10,0	1,6
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-18,6	-16,8	*	*	-18,6	-16,8
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	-33,8	-54,6	-10,9	-36,3	-25,7	-28,8
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-50,6	-19,1	16,4	*	-57,6	-19,1
Fabricação de produtos têxteis	-57,8	-37,6	0,0	16,9	-57,8	-46,6
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	**	102,3	**	71,3	**	18,1
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	**	1,2	**	*	**	1,2
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	**	105,9	**	*	**	105,9

Fonte: Indicadores IBGE(2019b). Elaboração dos autores. (**) Resultados não divulgados pela pesquisa; (*)resultados divulgados pela pesquisa a partir de 2013.

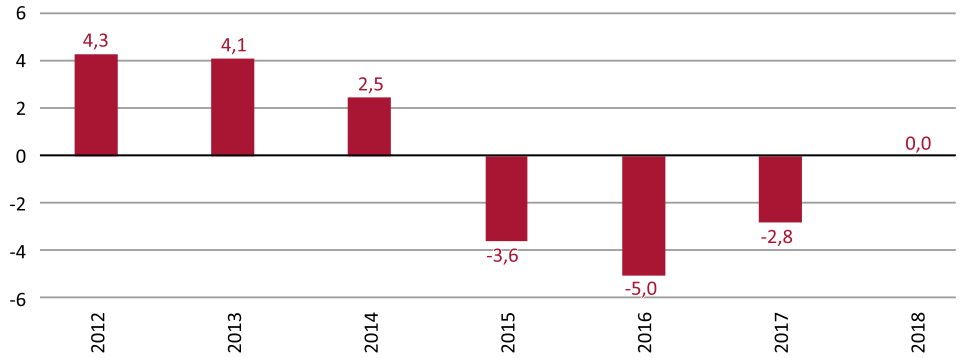
5 Serviços

Dados da Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Brasil, de acordo com o Gráfico 4 a seguir, revelam desaceleração da atividade desde 2012, embora ainda tenha apresentado forte crescimento nos três primeiros anos da série (4,3%, 4,1% e 2,5%, respectivamente).

Por sua vez, no ano de 2015, em razão da depressão econômica iniciada no segundo trimestre de 2014[2], o setor recuou 3,6%, tendo em 2016 atingindo um vale ao apresentar forte queda de 5,0%. Em 2017, ano caracterizado de recuperação econômica[3], a desaceleração foi menos intensa, com queda de 2,8%, alcançando estagnação em 2018.

2 Ver Comunicado de agosto de 2015 do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE).
3 Ver Comunicado de outubro de 2017 do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE).

Gráfico 4 – Variação anual (%) da Pesquisa Mensal dos Serviços – Brasil – 2012 a 2018

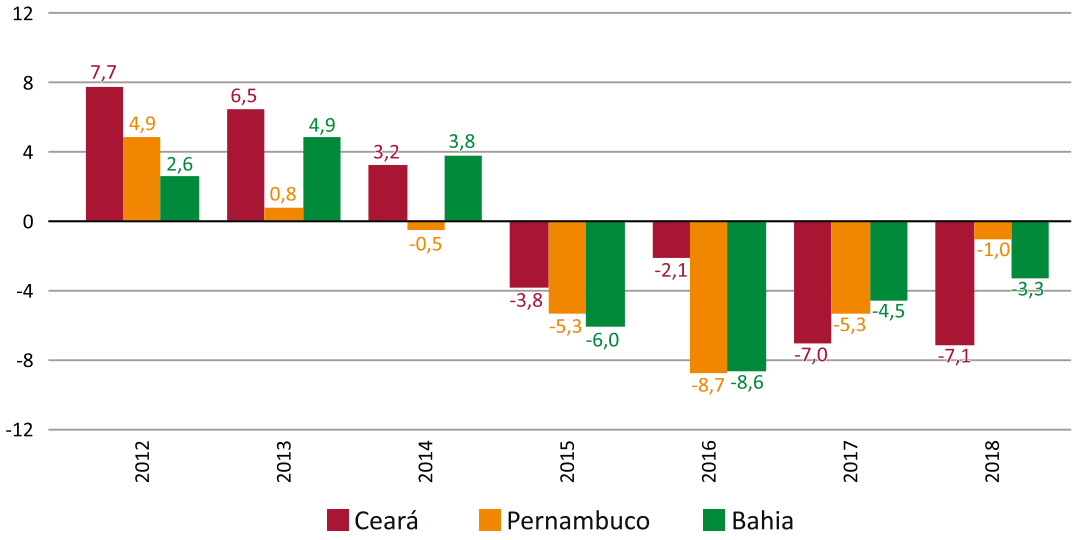


Fonte: Indicadores IBGE (2019b). Elaboração dos autores.

Nesse mesmo contexto, o Gráfico 5 apresenta o desempenho da PMS para os estados do Ceará, Pernambuco e Bahia. Em linhas gerais, os três estados seguem a dinâmica nacional nos anos analisados, sendo a diferença em termos de magnitude.

De fato, para o Ceará, em 2012, o setor apresentava um desempenho bem acima do nacional, ao registrar crescimento de 7,7%. Por outro lado, nos anos de contração econômica, a atividade cearense recuou bem acima do Brasil, com exceção do ano de 2016, quando havia registrado queda de 2,1%. Adicionalmente, destaca-se uma recuperação mais lenta no Estado tendo em conta o forte desempenho negativo em 2018 (7,1%).

Gráfico 5 – Variação Anual (%) da Pesquisa Mensal dos Serviços – Ceará, Pernambuco, Bahia – 2012 a 2018



Fonte: Indicadores IBGE(2019c). Elaboração dos autores.

Na Tabela 9, a seguir, é apresentada a evolução dos cinco segmentos que compõem a PMS nacional. Em consonância com o crescimento do setor, os resultados revelam que no ano de 2012 todos eles apresentaram desempenho positivo. Já em 2013, mesmo com o crescimento do setor de 4,1%, destaca-se o leve recuo de 0,2% do segmento Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares.

Por sua vez, o segmento Transportes, Serviços Auxiliares aos Transportes e Correio, presente em diversas cadeias produtivas industriais, é o que apresenta tendência similar ao cômputo geral do setor, não obstante apresente recuperação mais rápida, considerando que em 2017 e 2018 crescia a taxas de 2,3% e 1,7%, respectivamente.

Tabela 9 – Variação do volume de vendas de serviços por atividades - Brasil – 2012 a 2018 (%)

Anos	Serviços prestados às famílias	Serviços de informação e comunicação	Serviços profissionais, administrativos e complementares	Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	Outros serviços
2012	1,0	4,9	4,6	4,7	0,7
2013	0,4	6,2	-0,2	6,5	-2,3
2014	-1,8	4,8	0,2	3,1	-1,7
2015	-5,3	0,0	-4,3	-6,1	-9,0
2016	-4,4	-3,2	-5,5	-7,6	-2,8
2017	-1,1	-2,0	-7,3	2,3	-8,9
2018	0,2	-0,4	-1,8	1,2	1,9

Fonte: Indicadores IBGE(2019c). Elaboração dos autores.

Na Tabela 10, a seguir, similar à tabela anterior, são apresentados os cinco principais segmentos que compõem a PMS para os estados do Ceará, Pernambuco e Bahia. Como pode ser observado, de modo geral, os segmentos acompanham o ciclo de expansão no período de 2012 a 2014, a contração econômica ocorrida de 2015 a 2017 e a lenta retomada iniciada a partir de 2017.

Tabela 10 – Variação do volume de vendas de serviços por atividades - Ceará, Pernambuco e Bahia - 2012 a 2018 (%)

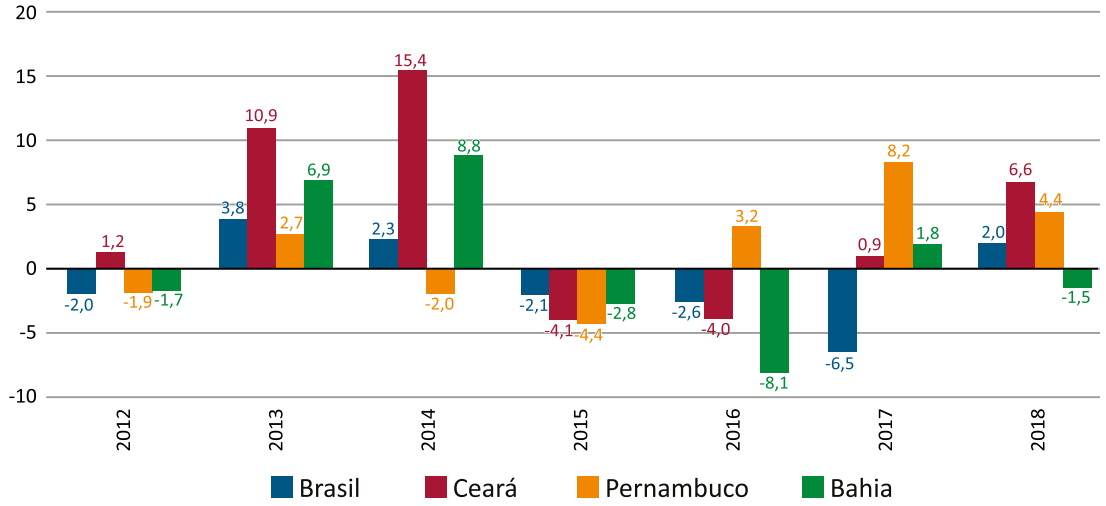
Segmentos	Estados	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Serviços prestados às famílias	Ceará	8,2	6,2	11,1	-2,6	-13,4	11,4	11,9
	Pernambuco	2,7	-5,5	-5,6	-3,5	0,7	13,4	2,2
	Bahia	-1,1	-1,6	-1,0	-3,9	-6,0	-2,0	-1,7
Serviços de informação e comunicação	Ceará	4,9	3,8	-0,9	-4,5	-2,2	-8,4	-4,5
	Pernambuco	5,1	4,1	0,5	-7,1	-8,2	-6,2	-5,3
	Bahia	4,9	2,3	-6,2	-6,0	-5,3	-4,8	-11,9
Serviços profissionais, administrativos e complementares	Ceará	12,1	9,8	-2,3	-4,1	3,2	-9,0	-10,8
	Pernambuco	7,2	-8,3	-3,7	-7,7	-17,8	-11,4	-7,2
	Bahia	9,7	7,4	9,0	-13,5	-2,3	-19,1	1,7
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	Ceará	4,3	6,4	8,7	-9,4	0,1	-2,9	-4,5
	Pernambuco	1,9	10,0	2,6	-1,6	-4,7	-9,1	5,9
	Bahia	-1,7	8,7	11,8	-0,3	-14,4	5,1	0,2
Outros serviços	Ceará	10,9	2,4	18,3	15,3	-11,5	-23,0	-36,9
	Pernambuco	12,7	-2,3	0,9	-4,9	-3,3	-4,9	-3,2
	Bahia	-2,2	-0,3	0,8	-17,7	-13,3	-8,1	-10,6

Fonte: Indicadores IBGE(2019c). Elaboração dos autores.

Finamente, o Gráfico 5.3 apresenta a evolução do Índice de Atividades Turísticas (IATUR), composto por dez agrupamentos ligados ao setor. Como principal destaque, de acordo com o Gráfico 6, estão os resultados para o Ceará em todo em período de análise. Em 2012, o Ceará foi o único que apresentou desempenho positivo (1,2%) tendo nos anos de 2013 e 2014 desempenho acima da média, com crescimento de 10,9% e 15,4%4, respectivamente. Em 2017, o Estado de Pernambuco é o grande destaque, ao registrar crescimento de 8,2%, enquanto em 2018 o Ceará volta a superar a média dos demais, com crescimento de 6,6%.

4 Em 2013, foi realizada a Copa das Confederações e em 2014, a Copa do Mundo.

Gráfico 6 – Variação anual (%) das atividades turísticas – Brasil, Ceará, Pernambuco, Bahia – 2012 a 2018



Fonte: Indicadores IBGE(2019c). Elaboração dos autores.

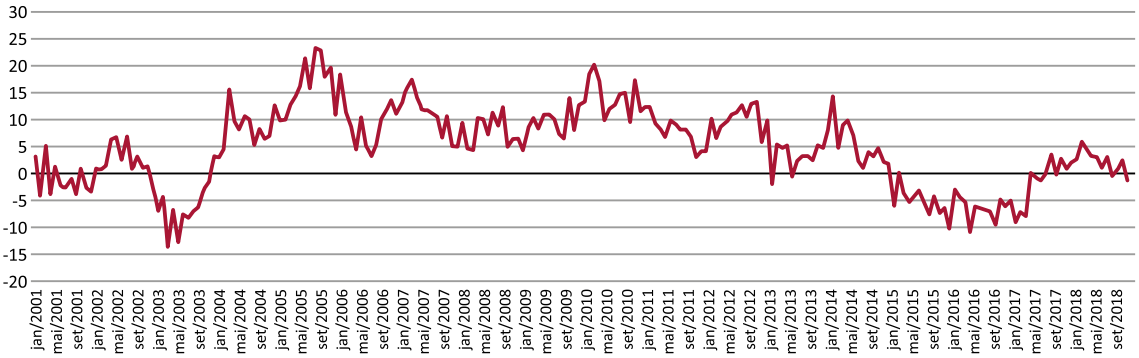
6 Comércio

A partir dos dados da Pesquisa Mensal de Comércio, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível acompanhar o comportamento conjuntural do comércio varejista no País e nos estados, investigando a receita bruta de revenda nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, e cuja atividade principal é o comércio varejista.

A referida pesquisa foi iniciada em janeiro de 1995, mas com abrangência nacional apenas a partir do ano 2000, produzindo indicadores de volume e de receita nominal de vendas, desagregados em cinco grupos de atividades, para o Brasil e os estados do Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Distrito Federal. Para as demais Unidades da Federação, são divulgados indicadores para o comércio varejista, sem desagregação.

O Gráfico 7 abaixo traz informações sobre a variação mensal do volume de vendas do varejo comum cearense. A partir da análise do referido gráfico é possível perceber que o varejo estadual apresentou diferentes ciclos de forte expansão e retração de sua atividade ao longo dos últimos dezoito anos. Vale destacar que entre os anos de 2000 e 2018, o varejo comum cearense registrou um crescimento acumulado de 97,18%[5] (acima do Brasil, 73,59%), revelando ganho de participação nacional.

Gráfico 7 – Variação mensal do volume de vendas do varejo comum - Ceará - Janeiro/2001 a Dezembro/2018 (%)



Fonte: Indicadores IBGE(2019d). Elaboração dos autores.

5 Para o cálculo das variações acumuladas tomou-se como referência o mês de dezembro de cada ano.

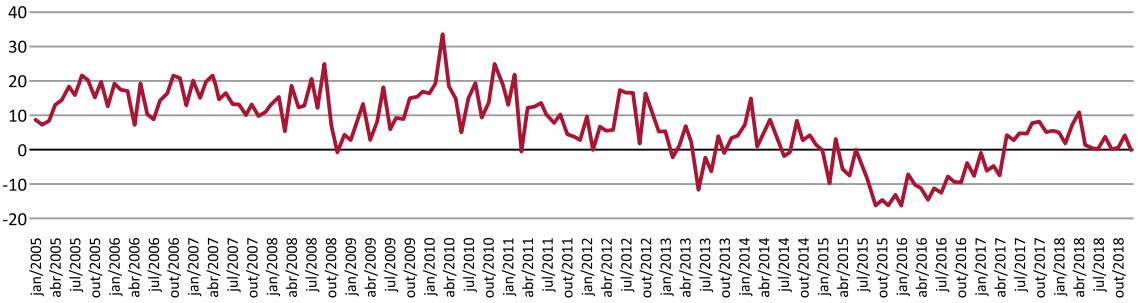
Nota-se que entre 2000 e 2010, a expansão acumulada foi de 90,32%, maior que a apresentada pelo país (61,04%), todavia, no período de 2010 a 2018, o crescimento acumulado apresentado pelo Ceará foi de apenas 3,61%, abaixo do registrado pelo país (7,80%). No período entre os anos de 2014 e 2018, foi possível observar uma forte queda nas vendas dessa atividade de 12,29% maior que a queda registrada no país de 7,67%. Vale destacar que nos anos mais recentes, a saber, entre 2016 e 2018, o referido setor apresentou uma forte desaceleração do ritmo de queda passando a registrar queda acumulada apenas de 0,36% no período, enquanto o varejo comum nacional passou a apresentar alta acumulada de 4,61%.

Apenas a partir do ano de 2005 é que foi possível se ter informações sobre a variação mensal do volume de vendas do comércio varejista ampliado para os estados, que incorpora no cálculo do índice geral a variação do volume de vendas de Veículos, motocicletas, partes e peças e de Material de construção. A partir da análise do Gráfico 8 é possível perceber que o varejo ampliado estadual também apresentou diferentes trajetórias, revelando diferentes ciclos de expansão e retração ao longo dos últimos dezoito anos. Entre os anos de 2004 e 2018, o varejo ampliado cearense registrou um crescimento acumulado de 94,33%, bem acima do registrado pelo país, de 59,65%, revelando também ganho de participação nacional.

Nota-se que entre 2004 e 2010, a expansão acumulada foi de 103,4%, maior que a apresentada pelo país (61,53%), todavia, no período de 2010 a 2018, o varejo ampliado estadual registrou queda acumulada de 4,46%, movimento diferente daquele apresentado pelo varejo comum e superior à queda apresentada no varejo ampliado nacional (-0,55%).

No período entre os anos de 2014 e 2018, foi possível observar uma forte queda nas vendas dessa atividade de 15,74% maior que a queda registrada no país de 9,75%, ambas superiores à retração observada no varejo comum. Vale destacar que nos anos mais recentes, a saber, entre 2016 e 2018, as vendas do varejo ampliado estadual apresentou um crescimento acumulado de 5,11%, enquanto o varejo ampliado nacional obteve alta acumulada de 8,66%.

Gráfico 8 – Variação mensal do volume de vendas do varejo ampliado - Ceará - Janeiro/2005 a Dezembro/2018 (%)



Fonte: Indicadores IBGE(2019d). Elaboração dos autores.

Apenas a partir de janeiro de 2004, iniciou-se a série da pesquisa, com base 2003=100. O segmento "Demais artigos de uso pessoal e doméstico" foi desagregado, iniciando a série de indicadores para os segmentos de "Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos", "Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação", "Livros, jornais, revistas e papelaria" e "Outros artigos de uso pessoal e doméstico".

A Tabela 11 apresenta a variação acumulada das vendas desagregadas para diferentes setores que formam o varejo nacional e dos estados do Ceará, Pernambuco e Bahia. Nota-se que a maioria dos setores investigados apresentaram trajetórias semelhantes de expansão e retração das vendas, diferindo principalmente na intensidade desses movimentos. Entre os anos de 2004 e 2018, apenas as vendas de Livros, jornais, revistas e papelaria apresentaram queda acumulada no varejo cearense no período considerado. A maior alta foi registrada nas vendas de Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação.

Tabela 11 – Variação acumulada das vendas do varejo por setores – Brasil, Ceará, Pernambuco e Bahia – Períodos selecionados (%)

Setores	Períodos	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia
Combustíveis e lubrificantes	2004-2018	-0,96	38,20	55,70	-27,14
	2004-2010	8,98	33,33	33,07	4,95
	2010-2014	14,51	50,00	34,74	10,79
	2010-2018	-9,12	3,65	17,01	-30,58
	2014-2018	-20,63	-30,90	-13,16	-37,33
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	2004-2018	58,53	57,89	29,23	39,23
	2004-2010	39,15	68,57	51,32	46,58
	2010-2014	13,28	3,30	1,58	10,04
	2010-2018	13,93	-6,33	-14,59	-5,02
	2014-2018	0,57	-9,33	-15,92	-13,68
Hipermercados e supermercados	2004-2018	59,59	45,56	13,26	68,73
	2004-2010	37,47	69,02	47,34	58,50
	2010-2014	13,95	2,94	3,95	14,18
	2010-2018	16,09	-13,88	-23,13	6,45
	2014-2018	1,88	-16,34	-26,05	-6,77
Tecidos, vestuário e calçados	2004-2018	19,02	48,81	-5,44	13,30
	2004-2010	31,58	30,48	14,70	47,93
	2010-2014	4,18	23,54	14,23	16,29
	2010-2018	-9,54	14,04	-17,56	-23,41
	2014-2018	-13,17	-7,69	-27,83	-34,14
Móveis e eletrodomésticos	2004-2018	64,92	111,76	85,94	128,60
	2004-2010	81,80	116,62	111,06	148,85
	2010-2014	19,66	55,73	36,79	4,95
	2010-2018	-9,29	-2,24	-11,90	-8,14
	2014-2018	-24,19	-37,23	-35,59	-12,47
Móveis	2004-2018	---	---	---	---
	2004-2010	---	---	---	---
	2010-2014	---	---	---	---
	2010-2018	---	---	---	---
	2014-2018	-29,12	-41,26	-53,06	-19,09
Eletrodomésticos	2004-2018	---	---	---	---
	2004-2010	---	---	---	---
	2010-2014	---	---	---	---
	2010-2018	---	---	---	---
	2014-2018	-22,32	-33,72	-23,04	-10,13
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	2004-2018	169,18	185,88	219,83	190,89
	2004-2010	78,45	75,85	97,38	90,63
	2010-2014	35,02	44,69	74,45	38,66
	2010-2018	50,85	62,56	62,04	52,60
	2014-2018	11,72	12,35	-7,11	10,05

Setores	Períodos	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia
Livros, jornais, revistas e papelaria	2004-2018	-20,35	-22,79	1,03	31,80
	2004-2010	62,34	128,42	3,31	69,12
	2010-2014	-3,10	-35,68	39,45	11,09
	2010-2018	-50,94	-66,20	-2,21	-22,07
	2014-2018	-49,37	-47,45	-29,87	-29,84
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	2004-2018	355,83	616,33	145,60	-37,21
	2004-2010	480,10	1217,35	281,43	72,73
	2010-2014	19,00	-16,81	-9,22	-39,53
	2010-2018	-21,42	-45,62	-35,61	-63,65
	2014-2018	-33,97	-34,64	-29,07	-39,88
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	2004-2018	135,55	89,69	167,29	314,41
	2004-2010	97,01	86,97	74,54	168,59
	2010-2014	34,32	-0,29	53,89	66,42
	2010-2018	19,56	1,45	53,14	54,29
	2014-2018	-10,99	1,75	-0,48	-7,29
Veículos, motocicletas, partes e peças	2004-2018	46,01	140,92	87,25	64,60
	2004-2010	90,83	227,95	149,66	110,36
	2010-2014	-3,11	1,32	7,26	0,72
	2010-2018	-23,49	-26,54	-25,00	-21,75
	2014-2018	-21,03	-27,49	-30,08	-22,31
Material de construção	2004-2018	36,85	73,77	29,14	-2,13
	2004-2010	22,48	67,01	40,32	12,56
	2010-2014	19,98	17,18	42,39	3,68
	2010-2018	11,74	4,05	-7,97	-13,05
	2014-2018	-6,87	-11,20	-35,36	-16,14

Fonte: Indicadores IBGE(2019d). Elaboração dos autores.

Por fim, como resultado dos efeitos da crise macroeconômica, apenas dois setores apresentaram crescimento no período entre 2014 e 2018 (Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos e Outros artigos de uso pessoal e doméstico) e o setor que mais sofreu os efeitos da crise foram as vendas de Livros, jornais, revistas e papelaria, seguido por Móveis; Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; Eletrodomésticos e Combustíveis e lubrificantes.

7 Comércio Exterior

As exportações do Nordeste ao longo de período de 2000 a 2018 apresentou tendência de crescimento, passando de US$ 4.018 milhões, em 2000, para US$ 18.550 milhões, em 2018. A trajetória das exportações do Nordeste mostra que um ano após o estopim da crise econômica internacional de 2008, as vendas externas apresentaram forte queda, mas logo em seguida voltou a crescer. Em 2012 voltou a registrar queda em decorrência do efeito da crise econômica internacional que afetou principalmente os países europeus e, consequentemente, reprimiu a demanda global. Com relação às importações, estas apresentaram tendência de crescimento mais intensa, atingindo o máximo em 2014 (US$ 28.661 milhões). Nos anos de 2015 e 2016, registrou queda em decorrência da crise econômica brasileira que atingiu maior intensidade em 2015 (Gráfico 9).

A balança comercial do Nordeste, em geral, apresenta comportamento deficitário. Ao longo do período analisado, o saldo da balança foi superavitária nos anos de 2002 a 2007 e em 2009. Nos demais

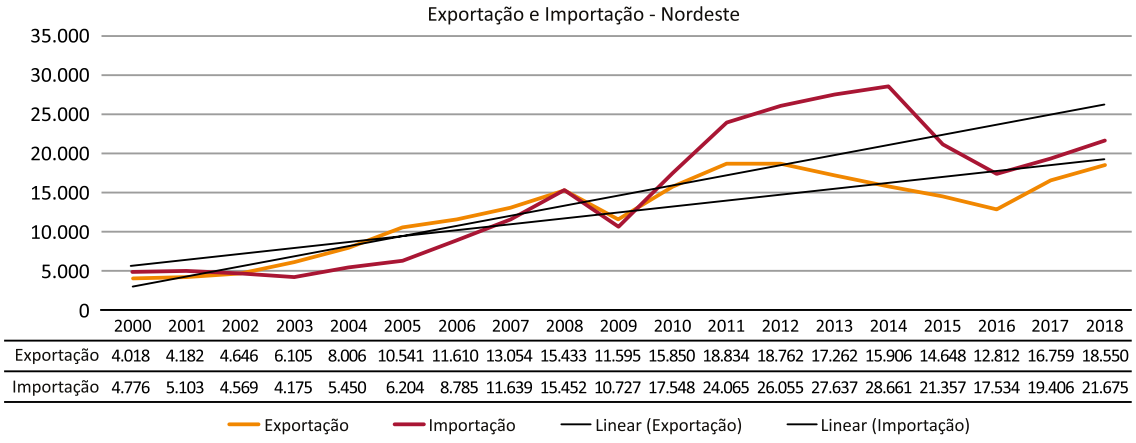
anos da série, o saldo foi negativo, com destaque para o ano de 2014 quando registrou o maior saldo negativo (-US$ 12.755 milhões).

As exportações do Ceará nos anos de 2000 a 2018 apresentaram a mesma tendência da observada para o Nordeste, atingindo o maior valor da série em 2018, com US$ 2.328 milhões. Ressalta-se que o efeito da crise econômica internacional nas exportações cearenses foi menos percebido devido às vendas externas da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), que começaram em agosto de 2016, e a partir de então, o valor das exportações do Estado praticamente duplicou. Com relação às importações cearenses, verificou-se que houve queda nos anos de 2001, 2002, e 2003, quando o dólar estava no valor de R$ 1,83, em 2000, e atingiu R$ 3,08, em 2003, tornando as importações relativamente mais caras. Já em 2013, atingiu o segundo maior valor da série (US$ 3.307 milhões) quando, com a crise hidrelétrica, o Ceará precisou importar gás natural para as usinas termelétricas. Outro ponto de redução foi no período da crise econômica brasileira. Porém, mais uma vez foi compensada pela CSP, quando esta, em 2016, importou um grande montante de máquinas, caldeiras e outros aparelhos para suas instalações.

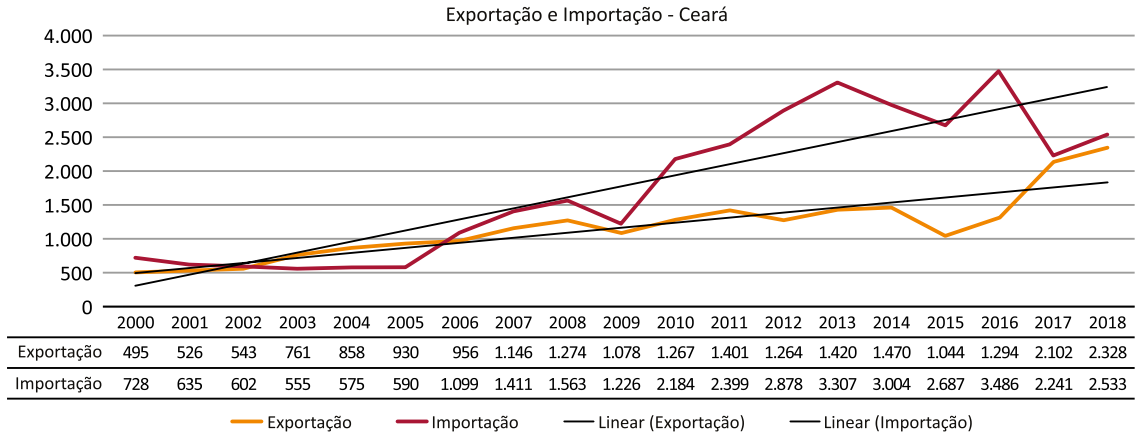
O saldo da balança comercial do Ceará, assim como o do Nordeste, também é deficitário. O maior déficit no período analisado foi registrado em 2016 (US$ 2,2 bilhões). Com o aumento das exportações, influenciadas pela CSP, o saldo negativo reduziu , encerrando o ano de 2018 com déficit de apenas US$ 205 milhões.

As exportações cearenses na pauta do Nordeste, em 2018, responderam por 12,5%, sendo o terceiro maior exportador da Região. Com relação às importações, a participação do Ceará foi de 11,7% e o 4° maior importador do Nordeste.

Gráfico 9 – Balança comercial – Nordeste e Ceará - 2000-2018 (*)



	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Exportação	4.018	4.182	4.646	6.105	8.006	10.541	11.610	13.054	15.433	11.595	15.850	18.834	18.762	17.262	15.906	14.648	12.812	16.759	18.550
Importação	4.776	5.103	4.569	4.175	5.450	6.204	8.785	11.639	15.452	10.727	17.548	24.065	26.055	27.637	28.661	21.357	17.534	19.406	21.675



	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Exportação	495	526	543	761	858	930	956	1.146	1.274	1.078	1.267	1.401	1.264	1.420	1.470	1.044	1.294	2.102	2.328
Importação	728	635	602	555	575	590	1.099	1.411	1.563	1.226	2.184	2.399	2.878	3.307	3.004	2.687	3.486	2.241	2.533

Fonte: Brasil (2018a) Elaboração dos autores. (*) Valores em US$ 1.000.000 FOB.

Em 2018, os Produtos Metalúrgicos aparecem como o principal grupo exportado pelo Ceará, com o valor recorde de mais de US$ 1,378 bilhão, respondendo por 59,2% da pauta do Estado. Vale ressaltar que em 2000 a participação desse grupo era de apenas 1,84%. O grande aumento é explicado pelas exportações da CSP que começou a operar as vendas externas em agosto de 2016 (Tabela 12).

O grupo Calçados foi o segundo mais exportado em 2018, com valor de US$ 264,5 milhões e participação de 11,4%. Em 2000, o grupo era o principal produto da pauta cearense e respondia por 16,4% do total exportado. Na comparação entre os dois anos, observou-se um crescimento no valor exportado de 225,6%.

Destacam-se também as exportações de frutas, alimentos e bebidas, máquinas aparelhos e materiais alétricos que apresentaram elevado crescimento ao longo do período de 2000 a 2018. O Ceará, nos últimos anos, ganhou destaque nas vendas externas de frutas frescas. Quanto às vendas de alimentos e bebidas e máquinas e materias elétricos, é importante ressalatar que eram produtos poucos significantes na pauta cearenses, mas que vêm ganhando importância, tornando a pauta cearense mais intensificada em produtos industrializados.

A exportação de castanha de caju ocupou o terceiro lugar no *ranking* dos principais produtos exportados pelo Ceará, registrando o valor de US$ 94,2 milhões em 2018, representando 4,0% de tudo que o Estado exportou nesse ano. O valor das exportações de castanha apresentou queda de 31,5% em 2018, comparado com o ano de 2000. Outro segmento que também apresentou grande redução foi o têxtil, indicando uma forte perda de mercado externo.

Os dez principais produtos exportados pelo Ceará em 2018 responderam por 93,6% de tudo que o Estado exportou. Em 2000, esses mesmos produtos participavam com 87,2%, demonstrando concentração na cesta de produtos exportados. A pauta de exportação do Ceará ficou mais concentrada em decorrência dos produtos metalúrgicos, que sozinhos respondem por quase 60% da pauta.

Os principais destinos das vendas externas do Ceará são os Estados Unidos, Coreia do Sul, Turquia e México. Em 2018, esses quatro países representaram 57% das exportações do Estado.

Tabela 12 – Principais produtos exportados pelo Ceará em 2000 e 2018(*)

Produtos	2000		2018		Var %
	Valor (US$)	Part %	Valor (US$)	Part %	
Produtos metalúrgicos	9.105.529	1,84	1.378.528.075	59,22	15.039,46
Calçados e suas partes	81.234.379	16,42	264.529.789	11,36	225,64
Castanha de caju	137.388.200	27,77	94.184.188	4,05	-31,45
Frutas	3.255.734	0,66	85.844.247	3,69	2536,71
Alimentos e bebidas	3.247.237	0,66	84.160.300	3,62	2491,75
Couros e peles	54.161.800	10,95	75.724.931	3,25	39,81
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1.087.093	0,22	65.346.837	2,81	5.911,15
Ceras vegetais	19.560.615	3,95	55.103.773	2,37	181,71
Lagosta	35.433.647	7,16	41.610.279	1,79	17,43
Produtos têxteis	86.813.018	17,55	35.113.389	1,51	-59,55
Demais produtos	63.513.148	12,84	147.698.425	6,34	132,55
Total	494.800.400	100,00	2.327.844.233	100,00	370,46

Fonte: Brasil (2018a) Elaboração dos autores. (*) Valores em US$ 1,00 FOB.

Em 2018, o grupo de Combustíveis Minerais liderou a pauta de importação cearense, com valor de US$ 983,5 milhões, respondendo por 38,8% do total importado pelo Estado. Comparando com o ano de 2000, as importações do grupo aumentaram 360,2%. Os Produtos químicos foram o segundo maior grupo

importado em 2018, com participação de 11,7% (US$ 295,4 milhões). Em seguida, está o trigo, com valor de US$ 228 milhões, correspondendo à participação de 9,00% (Tabela 13).

Todos os principais segmentos de importação pelo Ceará apresentaram crescimento em 2018, comparado com o ano de 2000. É importante ressaltar que a pauta de importação do Ceará é composta principalmente de insumos industriais e bens de capital. Os dez principais segmentos importados pelo Ceará corresponderam a 91% de tudo que foi comprado externamente.

Os principais países de origem dos produtos importados pelo Ceará em 2018 foram China, Estados Unidos, Colômbia e Argentina Coreia do Sul. Esses quatro países responderam por 51,2% das compras externas do Estado.

Tabela 13 – Principais produtos Importados pelo Ceará – 2010 e 2018 (*)

Produtos	2000		2018		Var %
	Valor (US$)	Part %	Valor (US$)	Part %	
Combustíveis minerais e derivados	213.688.939	29,33	983.507.375	38,82	360,25
Produtos químicos	22.257.697	3,06	295.444.203	11,66	1.227,38
Trigo	94.322.289	12,95	228.018.825	9,00	141,74
Produtos metalúrgicos	44.085.088	6,05	194.066.294	7,66	340,21
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes	26.703.437	3,67	185.234.365	7,31	593,67
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas e outros aparelhos	46.147.335	6,33	158.152.147	6,24	242,71
Produtos têxteis	180.140.591	24,73	125.723.365	4,96	-30,21
Plásticos e suas obras	9.694.079	1,33	63.203.358	2,49	551,98
Óleo de dendê	0	0,00	47.891.418	1,89	-
Aeronaves, aparelhos espaciais e suas partes	39.973	0,01	25.557.660	1,00	63.837,3
Demais produtos	91.420.289	12,55	226.544.568	8,94	147,81
Total	728.499.717	100,00	2.533.343.578	100,00	247,75

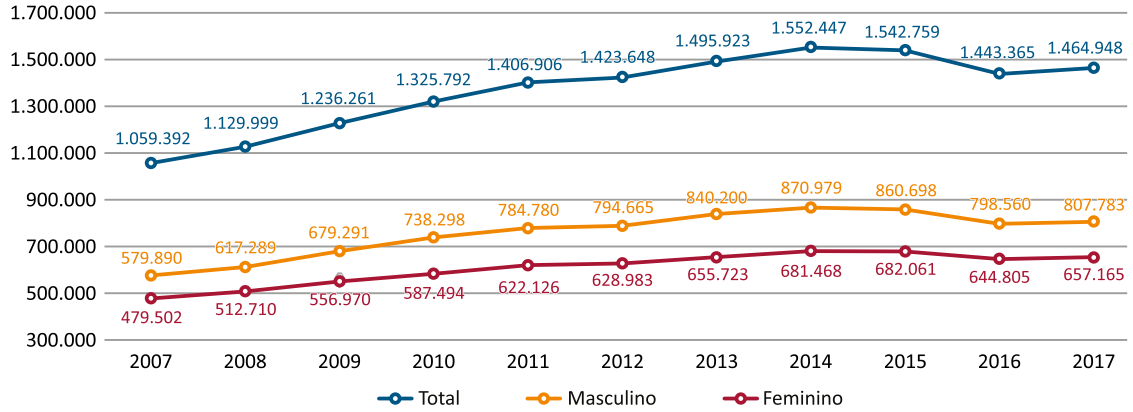
Fonte: Brasil (2018a) Elaboração dos autores. (*) Valores em US$ 1,00 FOB.

8 Mercado de Trabalho

A presente seção tem por objetivo apresentar a evolução do estoque de empregos formais no Ceará a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) da Secretaria de Trabalho, órgão vinculado ao Ministério da Economia.

O Gráfico 10 abaixo apresenta a evolução da distribuição do estoque de empregos formais total e por sexo do Ceará no período de 2007 a 2017. Nota-se, que em 2007, o número de empregos formais cearenses era de 1.059.392 vínculos, alcançando o pico máximo de 1.552.447 vínculos, em 2014, reduzindo esse número em quase 90 mil, finalizando a série com 1.464.948 vínculos em 2017. Com isso, o estoque total de empregos formais cearenses apresentou um crescimento médio anual de 3,29% entre os anos de 2007 e 2017, acumulando uma alta de 38,28% no período. Isso significou um incremento na força de trabalho formal estadual de 405.556 vínculos de trabalho.

Gráfico 10 – Evolução do estoque de empregos formais por sexo - Total - Ceará - 2006 a 2017



Fonte: Brasil (2018b). Elaboração dos autores.

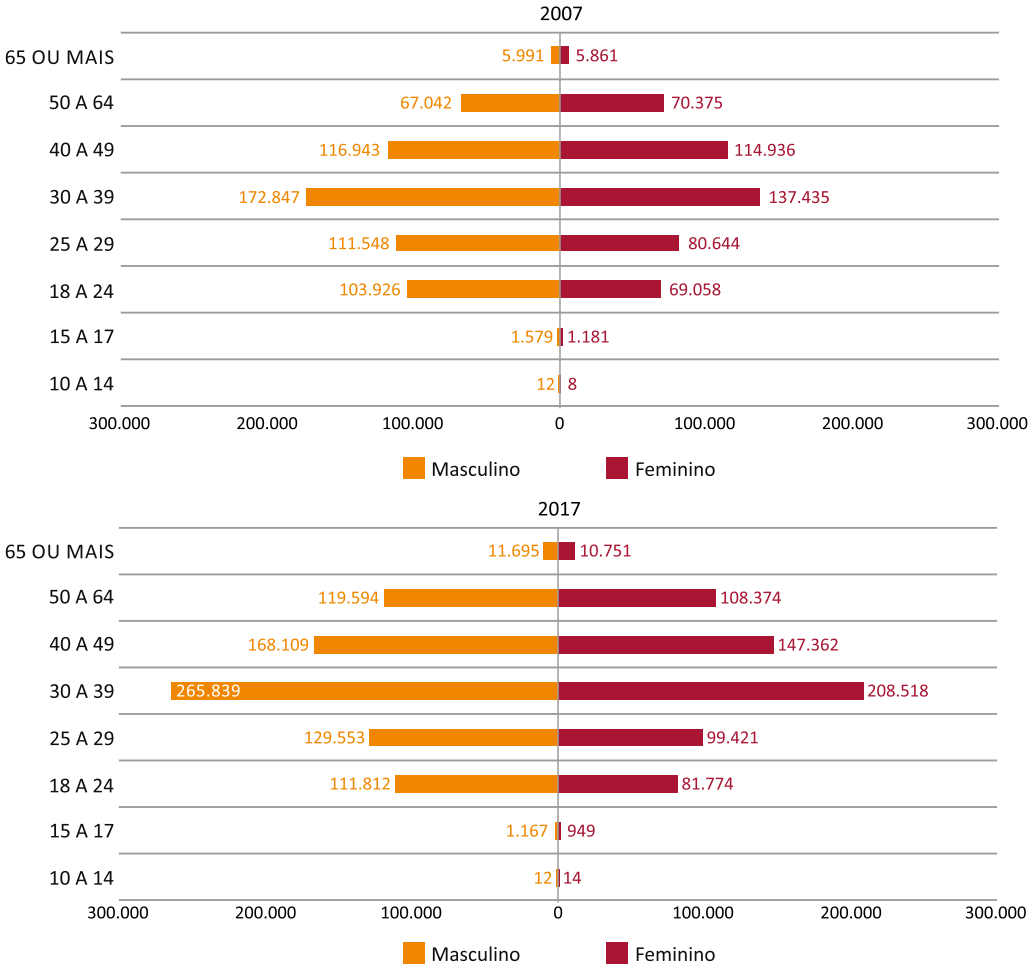
Ao se analisar o mercado de trabalho formal dos indivíduos do sexo masculino, o estoque de empregos formais passou de 579.890 vínculos, em 2007, para 807.783 vínculos em 2017, resultando numa média anual de crescimento superior à média estadual de 3,37% ao ano, acumulando uma alta de 39,30% no período. Isso significou um incremento na força de trabalho formal masculina de 227.893 vínculos de trabalho.

Por outro lado, ao se analisar o mercado de trabalho formal dos indivíduos do sexo feminino, nota-se que o estoque de empregos formais passou de 479.502 vínculos, em 2007, para 657.165 vínculos em 2017. Isso foi resultado de uma média anual de crescimento levemente inferior à média estadual de 3,20% ao ano, acumulando uma alta de 37,05% no período, resultando num incremento na força de trabalho formal feminina de 177.663 vínculos de trabalho.

Como conseqüência, a participação da força de trabalho formal feminina no total do mercado de trabalho formal cearense caiu no período, passando de 45,26%, em 2007, para 44,86% em 2017. Com isso, a força de trabalho feminina que antes representava 82,69% da força de trabalho masculina em 2007, passou a representar 81,35% em 2017, ou seja, para cada quatro mulheres no mercado de trabalho formal cearense existem cinco homens.

O Gráfico 11 a seguir traz informações referentes à pirâmide etária do estoque de empregos formais distribuídos por sexo no Ceará para os anos de 2007 a 2017. As pirâmides etárias são disposições gráficas que permitem visualizar a forma como a força de trabalho formal cearense (masculina e feminina) se distribui entre as diferentes faixas etárias ao longo dos anos.

Gráfico 11 – Pirâmide etária do estoque de empregados formais por sexo - Ceará – 2007 e 2017



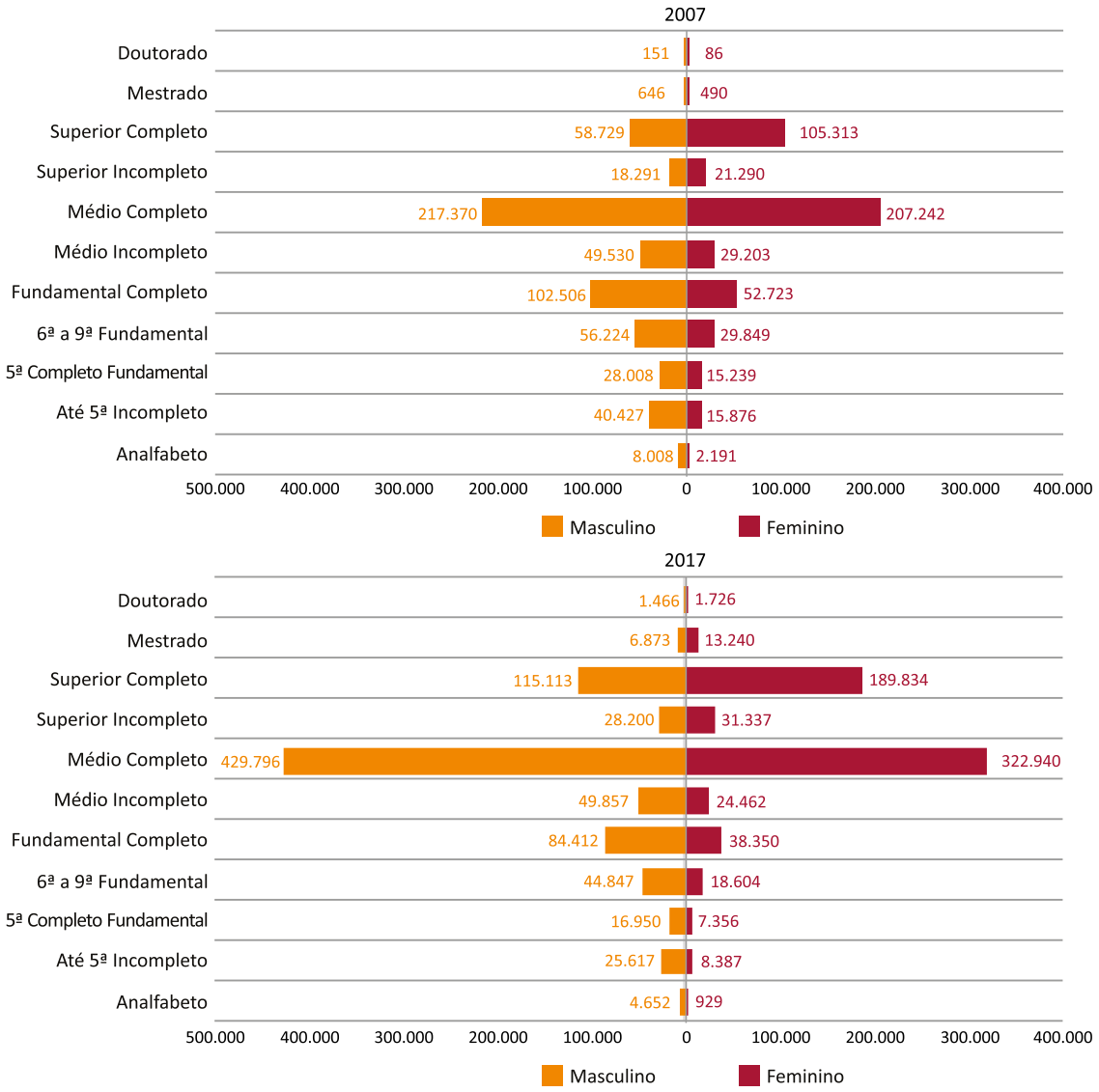
Fonte: Brasil (2018b). Elaboração dos autores.

No ano de 2007, tanto a força de trabalho formal masculina quanto a feminina concentravam-se principalmente na faixa etária de 30 a 39 anos, seguida das faixas entre 40 e 49 anos e de 25 a 29 anos. Nota-se que a exceção da faixa entre 50 a 64 anos, a força de trabalho masculino é predominante. As faixas de trabalho mais elevadas, ou seja, acima dos 50 anos dão um indicativo do total de pessoas que possivelmente poderão requerer aposentaria, mais precisamente na faixa acima dos 65 anos.

Depois de dez anos, as forças de trabalho masculina e feminina ainda continuavam concentradas na faixa etária entre 30 e 39 anos. Nota-se também que em todas as faixas etárias, o total de homens também supera o total de mulheres e que o total de pessoas nas faixas etárias mais elevadas cresceu significativamente comparado a 2007, evidenciando o envelhecimento da força de trabalho no mercado formal de trabalho cearense.

Através do Gráfico 12, é possível observar em cada ano a pirâmide da escolaridade do estoque de empregos formais por sexo. As pirâmides por escolaridade são disposições gráficas que permitem visualizar a forma com que os empregados formais no mercado de trabalho cearense se distribuem de acordo com as diferentes faixas de escolaridade. Vale ressaltar, a partir da análise do referido gráfico, a melhoria geral do padrão de escolaridade no mercado de trabalho formal cearense ao longo dos anos. Ademais, é notório o aumento da participação feminina nos níveis educacionais mais elevados. No ano de 2017, é nítida a discrepância do número de vínculos de empregadas do sexo feminino nos três níveis de ensino mais elevado (superior completo, mestrado e doutorado) comparado aos empregados do sexo masculino.

Gráfico 12 – Pirâmide da escolaridade do estoque de empregos formais por sexo - Ceará - 2007 e 2017



Fonte: Brasil(2019b). Elaboração dos autores.

Por fim, o setor de serviços foi o que mais concentrou empregos formais no Ceará (33,04%), seguido pela administração pública (27,61%) e comércio (17,69%). A participação acumulada desses três setores é de 78,34% do total dos vínculos formais. Por sua vez, foi o setor de comércio o que registrou a maior média anual de crescimento de 5,24%, acumulando uma alta de 66,63% entre os anos de 2007 e 2017 e um incremento de 103.612 vínculos entre os dois anos. Com isso, o setor de comércio ganhou 3,41 pontos percentuais de participação entre 2007 e 2017. Além do comércio, apenas outros dois setores incrementaram suas participações no estoque de empregos formais cearense nos últimos dez anos, Serviços (+6,11 p.p.) e Construção civil (+0,25 p.p.).

Tabela 14 – Distribuição do estoque de empregos formais por setores - Total - Ceará - 2006 a 2017

Setores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Administração Pública	339.048	356.239	386.474	387.697	403.177	374.726	395.278	391.925	406.057	369.758	404.399
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	24.076	25.510	24.433	22.280	24.453	24.995	25.920	26.749	27.522	23.315	23.330
Comércio	155.512	169.887	185.522	209.548	230.755	245.784	259.949	274.168	273.851	260.979	259.124
Construção Civil	38.020	45.715	58.435	75.973	84.994	81.400	84.619	92.801	84.265	61.516	56.267
Extrativa mineral	2.448	2.600	2.713	2.654	2.812	3.127	3.583	3.336	3.357	2.999	2.701
Indústria de transformação	208.149	215.542	236.851	251.357	251.767	258.974	263.819	264.640	247.716	232.501	226.013
Serviços	285.363	307.988	334.959	369.096	401.345	428.420	454.959	489.854	490.382	483.741	484.052
Servicos industriais de utilidade pública	6.776	6.518	6.874	7.187	7.603	6.222	7.796	8.974	9.609	8.556	9.062
Total	**1.059.392**	**1.129.999**	**1.236.261**	**1.325.792**	**1.406.906**	**1.423.648**	**1.495.923**	**1.552.447**	**1.542.759**	**1.443.365**	**1.464.948**
Participação (%)											
Administração Pública	32,00	31,53	31,26	29,24	28,66	26,32	26,42	25,25	26,32	25,62	27,61
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	2,27	2,26	1,98	1,68	1,74	1,76	1,73	1,72	1,78	1,62	1,59
Comércio	14,68	15,03	15,01	15,81	16,40	17,26	17,38	17,66	17,75	18,08	17,69
Construção Civil	3,59	4,05	4,73	5,73	6,04	5,72	5,66	5,98	5,46	4,26	3,84
Extrativa mineral	0,23	0,23	0,22	0,20	0,20	0,22	0,24	0,21	0,22	0,21	0,18
Indústria de transformação	19,65	19,07	19,16	18,96	17,90	18,19	17,64	17,05	16,06	16,11	15,43
Serviços	26,94	27,26	27,09	27,84	28,53	30,09	30,41	31,55	31,79	33,51	33,04
Servicos industriais de utilidade pública	0,64	0,58	0,56	0,54	0,54	0,44	0,52	0,58	0,62	0,59	0,62
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: Brasil (2019b). Elaboração dos autores.

9 Finanças Públicas

O objetivo desse tópico é abordar o comportamento das principais fontes de financiamento do Governo do Ceará e sua dinâmica no período de 2000 a 2018. Assim, na Tabela 15 e Gráfico 13 são apresentados os valores arrecadados, no período citado, das duas principais fontes de receitas do Ceará, a arrecadação de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) e as transferências do FPE (Fundo de Participação dos Estados).

Como se pode observar na Tabela 15 o ICMS, por todo o período, respondeu, em média, com 45% das receitas correntes e o FPE por, aproximadamente 27%, isto é, essas duas fontes respondem por cerca de 72% dos recursos correntes do Governo cearense. Sendo interessante notar alguns fatos que podem ser evidenciados pelos dados da Tabela 15.

O primeiro fato é que as receitas tributárias cresceram pouco mais que as transferências correntes, tendo a primeira, registrado crescimento de 148%, entre 2000 e 2018, e a segunda, 141%, em idêntico período. Sendo essa uma evidência de que as contas públicas estaduais dependeram por todo período, significativamente, de repasses de recursos financeiros para seu financiamento.

O segundo fato refere-se ao maior crescimento das receitas tributárias, comparativamente a arrecadação de ICMS, dado que os tributos de uma forma geral cresceram 148%, de 2000 a 2018, e o ICMS 112%. Isto deve-se, entre outros fatores, ao incremento da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)[6], em que o governo aumentou a alíquota no ano de 2016, e do aumento da alíquota do ITCD (Imposto de Transmissão sobre Causa Mortis e Doações de Quaisquer Bens e Direitos), em 2015.

O terceiro fato refere-se ao maior crescimento das transferências correntes, 141% de 2000 a 2018, em relação ao FPE, 104% em idêntico período. Assim, pode-se supor que as transferências destinadas ao financiamento de algumas atividades (que são conhecidos vulgarmente como recursos "carimbados"), como as de saúde (SUS – Sistema Único de saúde) e educação (Fundeb – Fundo para o Desenvolvimento do Ensino Básico), têm tido sua importância, no financiamento das políticas públicas, incrementada ao longo do tempo.

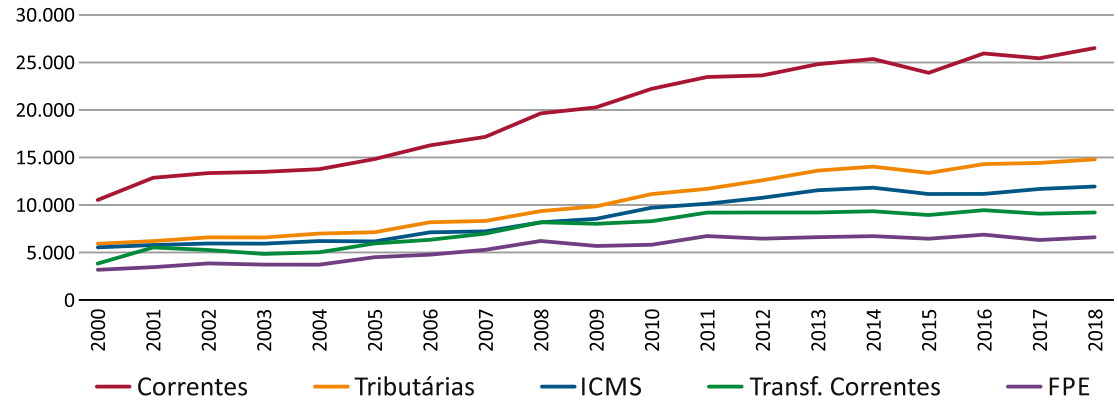
Tabela 15 – Receitas do Governo do Ceará (R$1.000.000 de dez/2018*)

Ano	Correntes	Tributárias	ICMS	Transf. Correntes	FPE
2000	10.508,65	5.945,24	5.570,13	3.829,25	3.186,00
2001	12.821,97	6.259,64	5.878,88	5.565,05	3.482,13
2002	13.415,53	6.563,01	5.921,40	5.241,03	3.829,57
2003	13.466,11	6.594,32	5.914,46	4.859,54	3.644,92
2004	13.737,64	6.967,49	6.229,88	4.995,89	3.733,96
2005	14.776,47	7.080,70	6.231,25	5.877,65	4.421,68
2006	16.278,58	8.095,68	7.166,32	6.311,46	4.744,50
2007	17.177,29	8.254,91	7.220,85	7.029,25	5.261,86
2008	19.657,05	9.371,18	8.184,50	8.120,66	6.074,57
2009	20.270,90	9.802,76	8.496,41	8.041,52	5.612,68
2010	22.193,23	11.118,79	9.634,45	8.341,60	5.711,97
2011	23.515,51	11.715,17	10.010,96	9.233,63	6.606,41
2012	23.639,69	12.588,88	10.657,28	9.195,08	6.436,00
2013	24.832,07	13.570,23	11.450,91	9.227,95	6.535,32
2014	25.282,84	13.961,89	11.748,12	9.385,81	6.692,78
2015	23.963,54	13.316,15	11.063,61	8.874,08	6.361,71
2016	25.965,28	14.217,33	11.045,56	9.453,75	6.776,91
2017	25.527,51	14.411,87	11.612,71	9.076,81	6.311,99
2018	26.518,13	14.789,82	11.854,22	9.241,91	6.495,53

Fonte: Ceará (2019b). Elaboração dos autores.* Preços atualizados pelo IPCA de dez/2018.

6 Ressalte-se que o incremento da frota veicular no período também contribuiu para o incremento da arrecadação desse tributo, entretanto mensurar qual fator mais importante extrapolam os objetivos desse tópico.

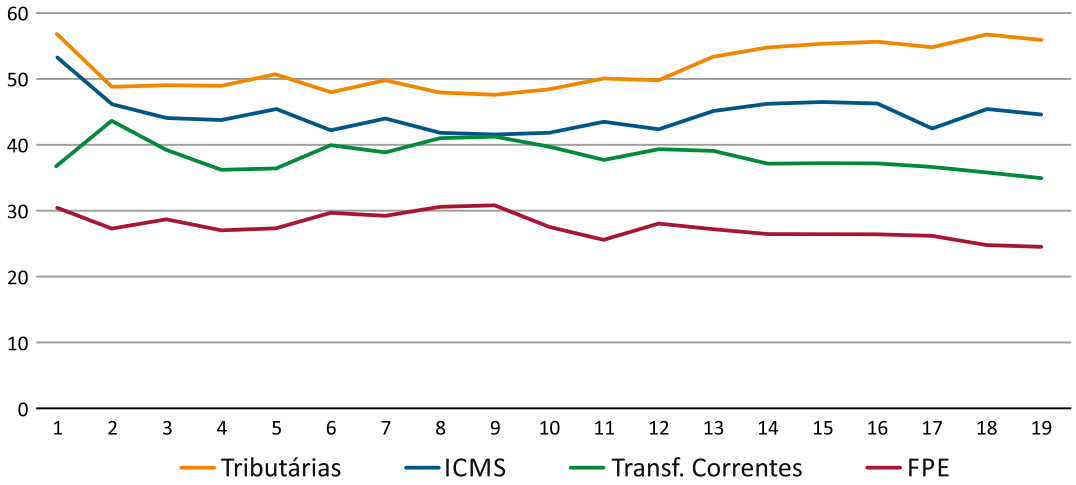
Gráfico 13 – Receitas do Governo do Ceará (R$1.000.000 de dez/2018)



Fonte: Ceará (2019b). Elaboração dos autores.

Dados os fatos mencionados, torna-se interessante analisar, de forma sucinta, o comportamento da participação das receitas do governo ao longo do tempo, que é apresentado no Gráfico 9.2. Nesse gráfico, é possível observar que as receitas tributárias, o ICMS entre elas, perderam participação relativa entre os anos de 2000 e 2008, e, a partir de 2009, elas têm incrementado sua participação. Já a participação das receitas de transferências, as do FPE inclusas, apresentam comportamento oposto, ou seja, aumentam até 2008 e, posteriormente, decrescem.

Gráfico 14 – Participação das principais fontes de receitas correntes (%)

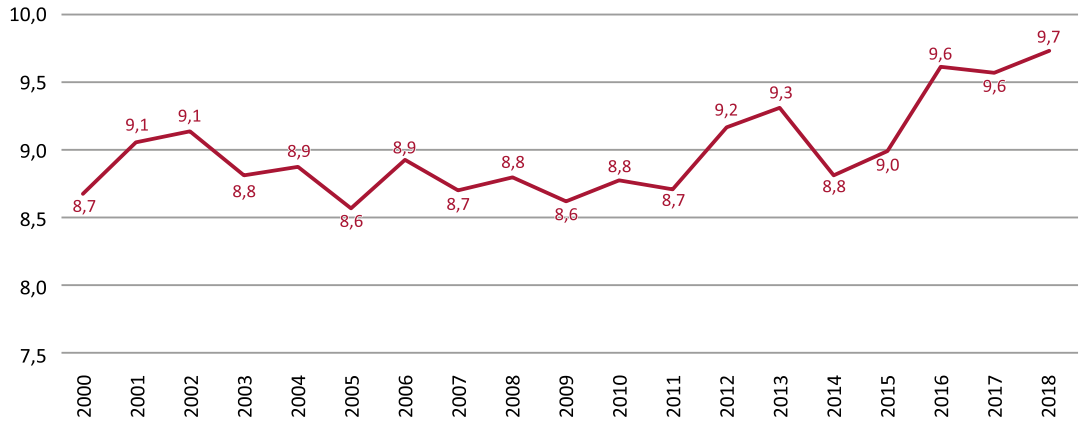


Fonte: Ceará (2019b). Elaboração dos autores.

Assim, constata-se que, apesar das receitas tributárias e das transferências terem apresentado percentuais de crescimento parecido, entre os anos de 2000 e 2018, constata-se que as receitas tributárias cresceram 58%, entre 2008 e 2018, enquanto as de transferências cresceram 14%, em idêntico período, resultando na queda da participação delas nas receitas correntes mencionadas anteriormente.

Como resultado desse maior dinamismo das receitas tributárias constata-se, via inspeção do Gráfico 9.3, que a carga tributária estadual no Ceará aumentou de 8,63% do PIB estadual, em 2008, para 9,72%, em 2018.

Gráfico 15 – Carga tributária do Governo do Ceará (% PIB)



Fonte: Ceará (2019b); Indicadores IBGE; PIB (2019). Elaboração dos autores.

Conclui-se, portanto que, no período de 2008 a 2018, o crescimento das receitas tributárias estaduais resultaram tanto em uma menor dependência dos recursos transferidos pela União para o financiamento das políticas públicas do Estado como houve uma elevação da carga tributária estadual.

Considerações Finais

Em consequência do longo período de seca no Nordeste, principalmente no Ceará, muitas culturas estão muito abaixo da quantidade que o Estado efetivamente pode produzir. Com a perspectiva de anos com maior volume de chuvas e a maior incorporação de tecnologia na produção agrícola, espera-se que a atividade agrícola aumente a participação na economia, que antes era em torno de 3,0% e 4,0%, nas economias do Ceará e Nordeste, respectivamente.

Na perspectiva de longo prazo proposta pela abordagem, o resultado acumulado para a produção industrial não pode ser considerado animador. Desempenho oscilante e ganhos não sustentados caracterizaram estas quase duas décadas de análise. O quadro macroeconômico desorganizado na segunda metade do período assume um papel de relevo como explicativa para o resultado pouco animador. Entretanto, não foi sua única causa. Outros elementos ajudaram e se mantêm como questões importantes para um futuro mais promissor do setor.

O melhor desempenho da atividade industrial, seja no Estado, no Nordeste ou para o País nas próximas décadas passa, necessariamente, por alguns pontos essenciais, tanto dentro das indústrias, como no ambiente em que se inserem. Sobre este último ponto, é preciso retomar e assegurar, de forma sustentada, o equilíbrio macroeconômico no País, obter avanços na infraestrutura, na qualificação da mão de obra, no ambiente de negócios e na integração comercial internacional. Quanto à indústria em si, os avanços tecnológicos serão fundamentais, tanto nos produtos ofertados, como nos processos de produção. Superar gargalos e se aproximar da indústria 4.0 parece se colocar como a estratégia a ser seguida.

Com base na Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS) do IBGE foi observado que desde 2012 o setor apresentava desaceleração, embora ainda registrasse crescimento positivo até o ano de 2014, período no qual a economia brasileira entra em profunda recessão, e iniciando um processo de aceleração apenas em 2017, embora os serviços ainda operassem no negativo. Para os três principais estados do Nordeste, destaca-se o alinhamento com a dinâmica nacional nos anos analisados, sendo a diferença em termos de magnitude. Já os cinco segmentos que compõem a PMS nacional apresentaram desempenho positivo no ano de 2012. Deve-se destacar que o segmento de Transportes, Serviços Auxiliares aos Transportes e Correio é o que apresenta tendência similar ao cômputo geral do setor, não obstante apresente recuperação mais rápida.

No que tange ao Índice de Atividades Turísticas, o principal destaque, tanto no comparativo nacional como nos três principais estados do Nordeste, são os resultados alcançados do Ceará em todo em período de análise.

As informações apresentadas sobre o varejo cearense revelaram um forte retrocesso em sua dinâmica, seguindo a tendência nacional nos últimos anos, todavia, com tímida recuperação no período mais recente. A principal explicação para isso recai sobre os efeitos da crise macroeconômica pós-2014 sobre os indicadores do mercado de trabalho e sobre a massa salarial dos trabalhadores, especialmente sobre a taxa de desemprego que voltou a apresentar dois dígitos. Observa-se que quase todos os setores foram afetados, uns mais e outros menos. As perspectivas para os próximos anos são de lenta e gradual recuperação dessa atividade, haja vista que as expectativas empresariais ainda continuam sendo afetadas pelas reformas esperadas, a exemplo da reforma da previdência, da reforma tributária e da reforma da Lei de Responsabilidade Fiscal, como sugeridas por alguns especialistas para se superar essa nova década perdida que se traduziu em forte retração do PIB estadual.

O mercado internacional vem apresentando comportamento favorável para as exportações, com crescimento dos países desenvolvidos. O câmbio está em um patamar considerado bom para as vendas externas. Por outro lado, as importações ficam mais caras, podendo haver uma redução no quantum importado pelo Ceará. Diante desse cenário, o saldo da balança comercial cearense pode se apresentar, em alguns períodos, superavitária.

O mercado formal de trabalho cearense foi afetado pela crise econômica vivida pelo País nos últimos anos. A piora da conjuntura macroeconômica pela crise fiscal do estado brasileiro afetou diretamente os indicadores de mercado de trabalho geral e em especial o mercado formal de trabalho, resultando numa perda de quase noventa mil vínculos somente no Ceará. Os dados também revelaram que a mão de obra formal cearense concentra-se principalmente entre 30 a 39 anos, independente do sexo do trabalhador, revelando ainda um envelhecimento dos trabalhadores formais no Estado, com maior participação nas faixas etárias mais elevadas. Além disso, vem sendo observada uma melhora significativa no nível de escolaridade do trabalhador formal cearense na direção do ensino médio e especialmente do ensino superior. Vale destacar que as mulheres são mais presentes nas categorias educacionais mais elevadas, mas isso não se traduz em salários majorados revelando a persistência de um padrão de desigualdade salarial que vem caindo ao longo dos anos. A mão de obra formal cearense concentra-se ainda nos setores de serviços e de administração pública.

A expectativa para os próximos anos é de uma recuperação lenta dos postos de trabalho formais perdidos com a crise, o maior envelhecimento dos profissionais presentes no mercado de trabalho formal e uma presença ainda mais intensa das mulheres nas categorias mais elevadas de escolaridade, contribuirá para a redução da desigualdade salarial nos próximos anos no Ceará. Por fim, o setor de serviços tenderá concentrando cada vez mais esses profissionais com nítida redução da participação da indústria, dado que o Ceará está se tornando cada vez mais uma economia de serviços.

Em relação às finanças públicas do Ceará, os próximos anos serão mais desafiadores no sentido da manutenção do equilíbrio fiscal, dado a forte déficit fiscal federal com projeções de reversão apenas para o ano de 2025. Até lá, a União experimentará um período de forte ajuste fiscal, com tendência de diminuição das transferências federais voluntárias aos estados, incluindo o Ceará. Dessa forma, o equilíbrio fiscal cearense tenderá a se ajustar em maior parte pelo lado das despesas.

Referências

BRASIL. Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Comex Stat.** Brasília: MDIC, 2018a. Disponível em: http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home. Acesso em: ag. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Anuário RAIS**. Brasília: MTE, 2018b. Disponível em: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_anuario_rais/anuario.htm. Acesso em: ag.2019.

CEARÁ. **Mensagem à Assembleia 2019**. Fortaleza: Governo do Ceará, 2019a. Disponível em: https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/02/Mensagem-%C3%A0-Assembleia-Legislativa-2019.pdf. Acesso em: ag.2019.

CEARÁ. Secretaria da Fazenda. **Balanço Geral do estado**. Fortaleza: Governo do estado do Ceará, 2019b. Disponível em: https://www.sefaz.ce.gov.br/download/bge/. Acesso em: ag.2019.

INDICADORES IBGE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola: pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das safras agrícolas no ano civil. Rio de janeiro: IBGE, 2019a. Disponívelem:https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=76. Acesso em:ag.2019.

INDICADORES IBGE: Pesquisa Industrial Mensal: produção física: regional**.** Rio de janeiro: IBGE, 2019b. Disponívelem:https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=7228. Acesso em: ag.2019. Acesso em: ag.2019.

INDICADORES IBGE: Pesquisa Mensal de Serviços. Rio de janeiro: IBGE, 2019c. Disponívelem:https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=72419. Acesso em: ag. 2019.

INDICADORES IBGE: Pesquisa Mensal do Comércio. Rio de janeiro: IBGE, 2019d. Disponívelem:https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=7230. Acesso em: ag. 2019.

INDICADORES IBGE: Produção Agrícola Municipal**:** culturas temporárias e permanentes. Rio de janeiro: IBGE, 2019e. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=766. Acesso em: ag.2019.

INDICADORES IBGE: Sistema de Contas Regionais: Brasil 2016. Rio de janeiro: IBGE, 2018. Disponível em:https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101619_informativo.pdf. Acesso em: ag.2019.

IPECE INFORME. Fortaleza: IPECE, n.145, fev. 2019. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/45/2019/02/ipece_informe_145_05_Jan2019-1.pdf. Acesso em: ag.2019.

PIB do Ceará nas óticas da produção e da renda: 2016. **Produto Interno Bruto.** Fortaleza: IPECE, n.4, 2019. (Série Produto Interno Bruto). Disponível em:https://www.ipece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/45/2019/03/PIB_Ceara_nas_Oticas_Producao_e_Renda_2016.pdf. Acesso em: ag.2019.

Desempenho Recente e Perspectivas da Economia do Rio Grande do Norte no Século XXI

Joacir Rufino de Aquino[1]

Emanoel Márcio Nunes[2]

Resumo

O objetivo deste artigo foi fazer um breve balanço da economia do Rio Grande do Norte de meados do século XX até o período recente (outubro/2019), procurando comparar o seu desempenho com a média do Brasil e da Região Nordeste. Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura e a análise de um amplo painel de dados estatísticos. Em linhas gerais, o trabalho mostra que os setores produtivos potiguares avançaram significativamente do final dos anos 2000 até meados da segunda década do século XXI, com destaque para a indústria e os serviços. O desempenho apresentado fez com que o estado superasse as taxas de crescimento brasileiras e regionais em muitos anos da série histórica estudada. Apesar disso, desde 2015, a economia norte-rio-grandense atravessa uma fase de retração e reduz sua participação no PIB nordestino, em paralelo com o aumento do desemprego e das desigualdades sociais. Tal situação é agravada por uma crise fiscal e financeira, que anula a capacidade investimento do governo estadual, tornando a recuperação do quadro de baixo dinamismo identificado dependente do comportamento da economia nacional nos próximos anos.

Palavras-Chave

Crescimento; Desenvolvimento Econômico; Desigualdades Intraestaduais; Rio Grande do Norte.

1 Introdução

O Nordeste brasileiro vivenciou mudanças socioeconômicas significativas no começo do século XXI. O bom dinamismo econômico nordestino a partir dos anos 2000 foi impulsionado pela elevação da renda das famílias, pelo avanço dos programas sociais, do crédito, do emprego formal e pela atração de um importante bloco de investimentos produtivos e de infraestrutura básica. Como resultado da combinação desses fatores, decorrentes da ação desenvolvimentista do Estado nacional, a Região cresceu até recentemente acima da média do Brasil e registrou quedas substanciais nos índices de pobreza urbana e rural (ARAÚJO, 2014; CARVALHO, 2014; JANNUZZI *et al*., 2016).

A situação econômica atual, contudo, impacta na trajetória de crescimento do País e, por tabela, desacelera também a expansão dos setores produtivos constituintes do Produto Interno Bruto (PIB) nordestino, que sofre forte desaceleração a partir de 2014 e contabiliza taxas negativas em 2015/16, sinalizando riscos de retrocessos no curto e médio prazos. Conforme observa Araújo (2017), o arrefecimento do modelo de crescimento inclusivo promovido pelas políticas estatais de fortalecimento da demanda interna e o ajuste fiscal levado adiante pelo governo federal ameaçam as conquistas sociais alcançadas em um contexto de grave recessão que atinge todos os entes federados.

É importante lembrar que as mudanças econômicas ocorridas no território nordestino assumiram feições variadas em cada estado. Isso acontece devido à heterogeneidade revelada quando se observa a *performance* individualizada de cada unidade federativa em relação à dinâmica produtiva do País e da Região. Tal heterogeneidade se manifesta também do ponto de vista conjuntural e não apenas em termos estruturais. Os efeitos da atual crise econômica, por exemplo, e os caminhos para tentar sair dela, apresentam contornos

1 Economista. Mestre em Economia Rural e Regional (UFCG). Professor Adjunto IV do Curso de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN/Campus de Assú). E-mail: joaciraquino@yahoo.com.br.

2 Economista. Doutor em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Professor Adjunto IV da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PPE/UERN). E-mail: emanoelnunes@uern.br.

específicos entre os estados do Nordeste. Essas particularidades, porém, geralmente são negligenciadas carecendo de um maior aprofundamento a fim de captar a diversidade da realidade econômica regional.

Nesse contexto, visando contribuir com os debates sobre o tema, o objetivo do presente artigo é realizar um breve balanço da evolução da economia do Rio Grande do Norte do final do século passado ao período recente (2000-2019), buscando comparar o seu desempenho produtivo com a média dos indicadores brasileiros e nordestinos. Além disso, pretende-se elencar alguns dos principais limites do padrão de crescimento da economia potiguar, bem como os desafios que estão postos para o enfrentamento da crise fiscal e da desaceleração econômica vigente no estado.

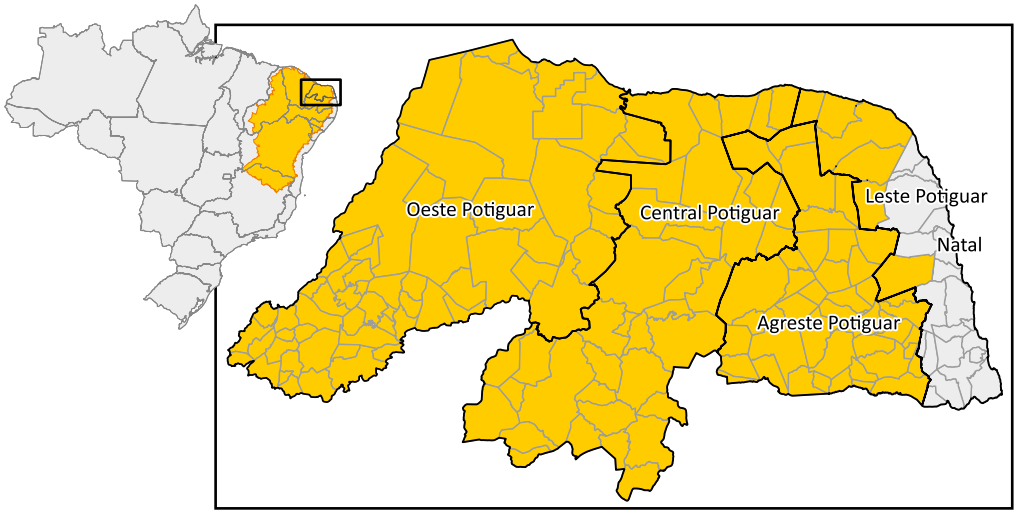
Para a concretização dos objetivos propostos, foi realizada uma rápida revisão da literatura acadêmica e de matérias jornalísticas publicadas pela imprensa local, que serviram de base para a análise de um amplo conjunto de dados territoriais e macroeconômicos coletados junto a órgãos oficiais, tais como: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE-BNB), entre outros.

A estrutura do texto está organizada em mais quatro seções, além desta Introdução e das Considerações Finais. Na segunda seção, são apresentados alguns aspectos gerais do território potiguar, destacando as transformações produtivas e o desempenho da economia estadual a partir dos anos 1970 até 2000. A terceira seção analisa a evolução do PIB norte-rio-grandense nas duas primeiras décadas dos anos 2000. A quarta seção, por sua vez, discute as desigualdades internas e o caráter concentrador do estilo de crescimento estadual. Já a quinta seção enfoca o momento atual de dificuldades enfrentado pela economia potiguar e suas perspectivas para os próximos anos.

2 Aspectos Gerais, Mudanças Produtivas e Crescimento da Economia do Rio Grande do Norte no Século XX

O Rio Grande do Norte (RN) ocupa uma área de 52.810 km², a qual é dividida em quatro mesorregiões (Oeste Potiguar, Central Potiguar, Agreste Potiguar e Leste Potiguar), 19 microrregiões e em 167 municípios. Limita-se ao norte e ao leste com o Oceano Atlântico, ao sul com a Paraíba e a oeste com o Ceará. Entre os nove estados da Região Nordeste, além de ser o terceiro menor em extensão, se destaca por uma expressiva parcela do território inserida nos limites do Semiárido brasileiro (93%), apresentando uma rica base de recursos naturais e uma marcante diversidade social interna (Figura 1).

Figura 1 – Localização geográfica e área de abrangência do Semiárido no Rio Grande do Norte, 2017



Fonte: Malha cartográfica do IBGE (2015) e Brasil (2018).
Nota: Mapa adaptado, a pedido dos autores, pela geógrafa R. S. França.

Situado na "esquina" do mapa do Brasil, com mais de 400 km de litoral, o RN ocupa uma posição geográfica privilegiada, sendo a unidade da federação mais próxima da Europa e da África. Segundo estimativas oficiais, possui 3.506.853 habitantes em 2019, o que representa 1,7% da população brasileira e 6,1% da nordestina (IBGE/SIDRA, 2019). A maioria desse contingente populacional (55%) vive em pequenos e médios municípios localizados na área de abrangência do Semiárido, enquanto o restante se aglomera na parte leste em torno da capital potiguar, Natal.

A formação do espaço econômico norte-rio-grandense ocorreu a partir do século XVI com a implantação pelos colonizadores europeus da agropecuária e outras atividades extrativas, com o objetivo principal de atender a demanda de mercados fora do estado. Com o passar dos anos, excluída dos circuitos nacionais de valorização do capital industrial, a economia estadual caminhou a passos lentos, de uma forma menos dinâmica do que a dos estados vizinhos. Em vista disso, até meados da década de 1960, sua estrutura produtiva ainda apresentava o perfil de uma típica economia agroexportadora (ANDRADE, 1981; FELIPE; ROCHA; CARVALHO, 2009).

Nesse período, na parte leste do estado, prevalecia a atividade canavieira implantada desde o início da ocupação portuguesa. Em toda a extensão do Semiárido, por outro lado, predominava a pecuária que dividia os campos com as lavouras de alimentos básicos (milho, feijão e mandioca) e o algodão, na época, o principal produto da agricultura estadual. Essas atividades se desenvolviam em uma estrutura fundiária altamente concentrada, pautada na grande propriedade, enquanto a vida das cidades em formação girava em torno da agroindústria de processamento do algodão no interior sertanejo e dos engenhos de açúcar na costa oriental. Apenas em alguns lugares específicos havia exceções, a exemplo da pesca e da produção de sal marinho no litoral norte, do extrativismo da carnaúba nos vales do Açu e Apodi e da extração mineral nos municípios do Seridó.

Analisando essas características gerais, Andrade (1981) avalia que o RN era relativamente mais subdesenvolvido do que os outros estados da Região Nordeste. No entanto, uma reviravolta vai acontecer a partir dos anos 1970/1980, quando ele vivencia mudanças produtivas e demográficas profundas facilitadas, entre outras coisas, pela expansão das redes de energia elétrica, da telefonia e das rodovias estaduais e federais (CLEMENTINO, 1995; GOMES, 2018). Assim, no curto espaço de três décadas (1970-2000), registra-se uma alteração substancial no quadro apresentado até então, com as atividades agropecuárias reduzindo sua importância relativa, enquanto a indústria e, especialmente, os setores de comércio e serviços, passam a liderar a produção de riqueza no estado.

O salto da indústria potiguar ocorre a partir do final dos anos 1970 estimulado pelo incremento da exploração de petróleo e gás natural via PETROBRAS, passando a se constituir na "espinha dorsal" da geração de riqueza e dinamismo da economia estadual. Tal atividade extrativa vai se consolidar na mesorregião Oeste, dando ao RN a liderança na produção nacional de petróleo em terra e o segundo lugar na produção no mar, provocando grandes transformações produtivas e gerando receitas suplementares com o pagamento de *royalties* para o governo estadual, prefeituras e proprietários de terra. Paralelo a isso, verifica-se a modernização da indústria salineira, outro setor que o estado lidera em nível nacional. A indústria têxtil e de transformação em geral, por seu turno, amplia seu escopo com o reforço dos subsídios da SUDENE e, posteriormente, com a ajuda dos incentivos fiscais do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI), que foi criado em 1985 e passou a atuar efetivamente a partir de 1997 (AZEVEDO, 2013; MACEDO; ARAÚJO, 2009; RODRIGUES NETO, 2010).

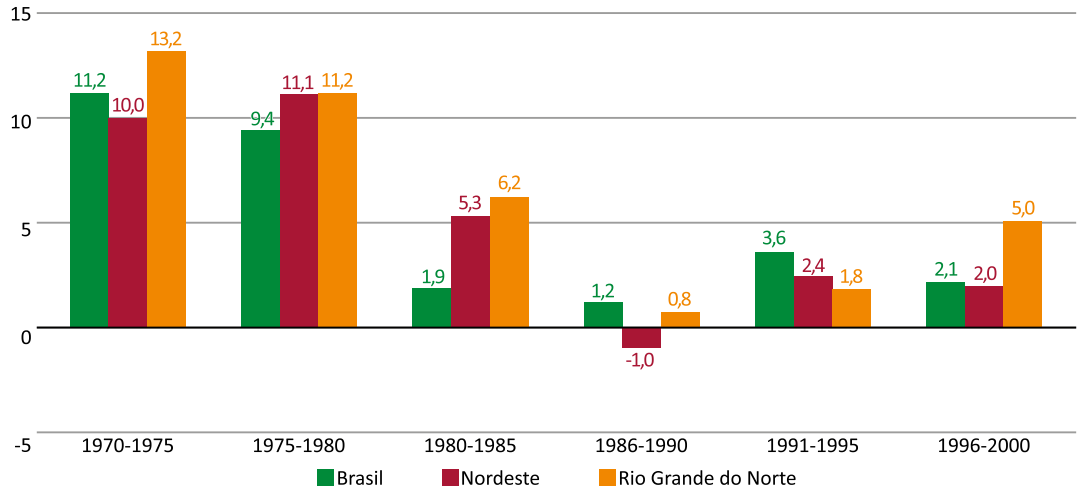
É também nos anos 1990 que a agropecuária estadual expande, mesmo tardiamente, a modernização de sua base técnica após a falência do ciclo do algodão, tendo como destaque a produção irrigada de frutas tropicais para exportação no polo Açu-Mossoró (ALVES; AQUINO; SILVA FILHO, 2018; NUNES, 2009; VALÊNCIO, 1995). Tal processo foi potenciado graças aos incentivos do Estado brasileiro, que além dos instrumentos clássicos de política agrícola (crédito, assistência técnica etc.), preparou o terreno para a valorização do capital, construindo grandes obras de infraestrutura hídrica, como os perímetros de irrigação e a gigantesca Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, o maior reservatório do RN, com capacidade de armazenamento de 2,4 bilhões de m^3 de água.

Já o setor terciário ganha relevância impulsionado pelo crescimento da urbanização e das atividades industriais concentradas na Grande Natal e em outras cidades de porte médio, como Mossoró. Nesse segmento, além do comércio varejista e no atacado, merece destaque o papel desempenhado pela

expansão dos serviços de saúde e educação em todos os níveis. A maior oferta desses e de outros serviços amplia o número de empregos públicos e, com isso, gera uma massa de salários que vai contribuir para dinamizar as economias locais. Ademais, as atividades turísticas passam a exercer grande peso em alguns municípios potiguares, principalmente naqueles localizados no litoral leste (ARAÚJO, 2010; FELIPE; ROCHA; CARVALHO, 2009; GOMES, 2018).

Esse amplo conjunto de transformações, apenas sumarizado aqui, repercute positivamente na capacidade de geração de riqueza no território norte-rio-grandense. Como mostra o Gráfico 1, de 1970 a 2000, com exceção do início dos anos 1990, a taxa real de crescimento do PIB do estado foi superior à média do País e do Nordeste. Olhando os números de modo detalhado, merece destaque a *performance* obtida na década de 1970, que variou acima de 10%. Nos anos 1980, a trajetória da economia estadual manteve seu ritmo de expansão, motivada pelo avanço da indústria do petróleo, perdendo velocidade no começo da última década do século passado, mas logo voltando a crescer 5,0% no final da série estatística analisada.

Gráfico 1 – Taxa real de crescimento do PIB do Brasil, do Nordeste e do Rio Grande do Norte, 1970 a 2000 (Em %)



Fonte: IBGE (2018).
Nota: Dados extraídos do trabalho de Rodrigues Neto (2010, p. 254) e reorganizados pelos autores.

O Rio Grande do Norte termina o século XX, portanto, crescendo bem acima das médias brasileira e nordestina depois de passar por profundas transformações em um curto espaço de tempo. De uma economia primário-exportadora, dependente da agropecuária, o estado diversifica sua base produtiva e assume um perfil urbano-industrial. Assim, ao lado das atividades tradicionais reestruturadas, verifica-se a consolidação de uma base produtiva inteiramente nova, assentada na indústria do petróleo, na fruticultura irrigada de exportação e no setor terciário. Essas atividades, baseadas na exploração de recursos naturais, vão alavancar o crescimento do PIB potiguar no período, que alcança a 19ª posição no Brasil e a 6ª posição na Região Nordeste.

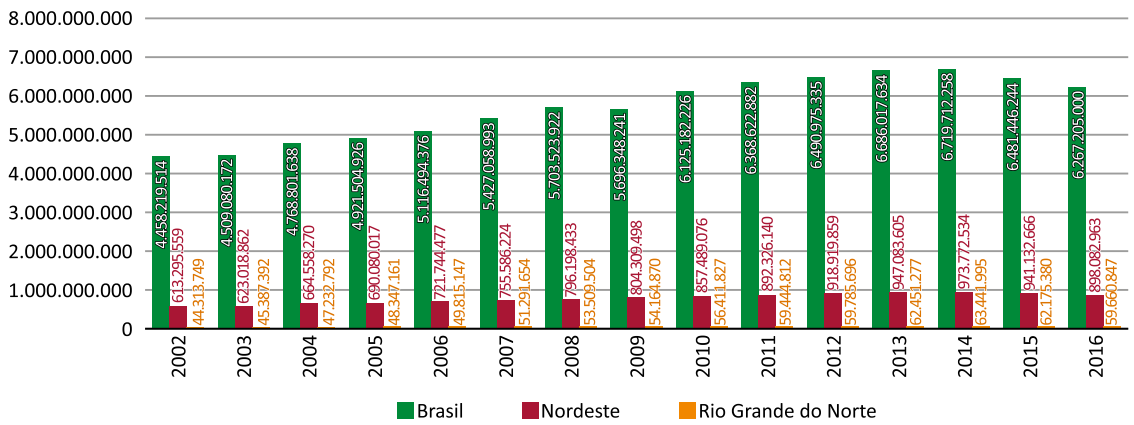
Um aspecto negativo desse processo foi o aprofundamento das desigualdades intra-estaduais, com a riqueza se concentrando no entorno da Região Metropolitana de Natal e nos municípios que sediam as atividades dinâmicas integradas ao mundo globalizado. Outra questão desafiadora era a persistência de um alto nível de pobreza. Isso porque, em 2000, 44,9% da população norte-rio-grandense ainda era pobre, ou seja, tinha renda domiciliar *per capita* inferior a R$ 140,00 (PNUD; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2017). Para fazer frente a esses desafios, no começo do século XXI, o governo potiguar busca atrair novos investimentos públicos/privados para ampliar a trajetória ascendente do PIB estadual. Mas, como será mostrado na sequência, a despeito dos bons resultados obtidos, o estado não consegue manter o mesmo ritmo de crescimento colando a sua dinâmica ao comportamento da economia nacional e nordestina.

3 Desempenho da Economia Norte-Rio-Grandense no Limiar do Século XXI (2002-2016)

No alvorecer do século XXI, a economia do RN continua sua caminhada evolutiva se beneficiando dos condicionantes que levaram ao bom dinamismo da Região Nordeste mencionados na seção introdutória deste artigo. De particular importância serão a nova geração de políticas sociais de combate à pobreza e os investimentos públicos federais e privados em infraestrutura, uma vez que o estado foi contemplado com as obras da Copa do Mundo de 2014 e se tornou também um dos principais espaços de valorização dos capitais aplicados em parques eólicos no território nordestino. Tais elementos, combinados com as atividades pré-existentes, vão impactar no desempenho do PIB e compensar em parte o declínio de outras fontes estratégicas de riqueza norte-rio-grandenses até perderem força.

Conforme evidencia o Gráfico 2, em todos os anos de 2002 a 2014, a economia potiguar cresceu em termos absolutos, embora seu tamanho seja quase invisível no contexto nacional. Com isso, o PIB local, que era de R$ 44,3 bilhões, em 2002, saltou para R$ 63,4 bilhões, em 2014, o que representou um aumento acumulado de 43,7%. Porém, depois dessa fase expansiva, nota-se o arrefecimento da trajetória ascendente da economia estadual, que entra em recessão a parir de 2015. O momento de dificuldades da economia norte-rio-grandense se agrava em 2016, quando o seu PIB de R$ 59,7 bilhões foi inferior ao registrado em 2014, decaindo para um patamar próximo do verificado no início da presente década. Apesar disso, o estado encerra a série estatística analisada como a 18ª maior economia do País e a 5ª do Nordeste.

Gráfico 2 – Evolução do PIB do Brasil, do Nordeste e do Rio Grande do Norte, 2002 a 2016 (Em Mil Reais)

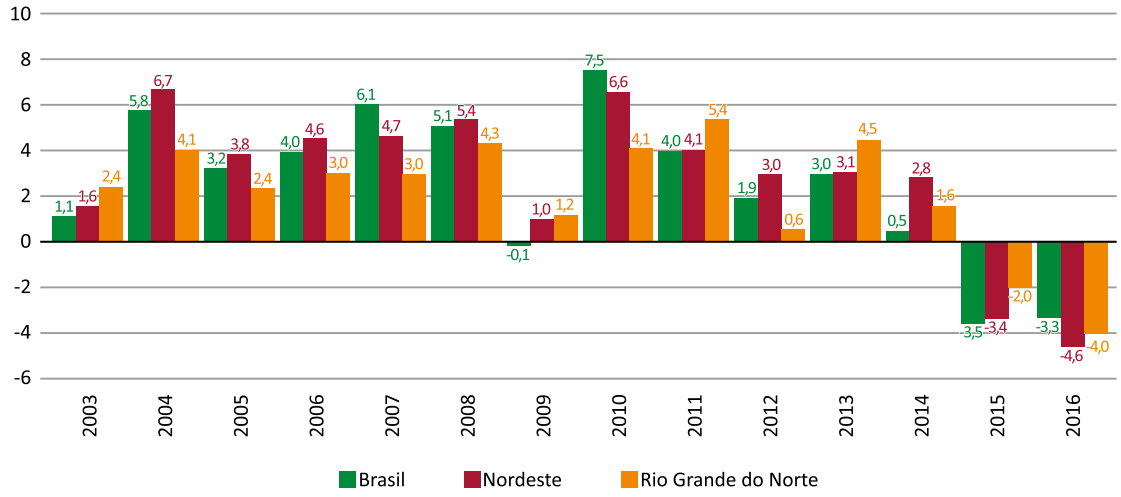


Fonte: IBGE (2018).
Nota: Dados elaborados pelo BNB/ETENE e corrigidos pelo IPCA com base em 2016.

Com efeito, o desempenho da economia do RN nas duas primeiras décadas dos anos 2000 pode ser melhor compreendido quando se analisa a sua situação em termos de taxa de crescimento do PIB. Nesse sentido, o Gráfico 3, a seguir, destaca que as taxas de variação da produção de riqueza no estado oscilaram bastante entre 2002 e 2014, mas sempre foram positivas variando de 1,0% a pouco mais de 5,0%. No entanto, em 2015 e 2016, seguindo a tendência nacional e regional, o quadro se inverte e a economia norte-rio-grandense passa a apresentar taxas de crescimento do PIB negativas, de -2,0% e -4,0%, respectivamente.

É possível perceber, assim, que o dinamismo da economia potiguar se tornou fortemente atrelado ao comportamento da economia brasileira. Outro aspecto que chama a atenção no gráfico em tela é a mudança do ritmo de seu crescimento. Como foi visto anteriormente, nos últimos 30 anos do século passado, a economia potiguar cresceu acima da média do Brasil e do Nordeste. Nas primeiras duas décadas do século XXI, contudo, essa vantagem parece ter sido perdida, haja vista que o RN tem registrado taxas reais de expansão do PIB menores do que o País e o conjunto dos estados nordestinos, com raras exceções nos anos de 2003, 2009, 2011 e 2013.

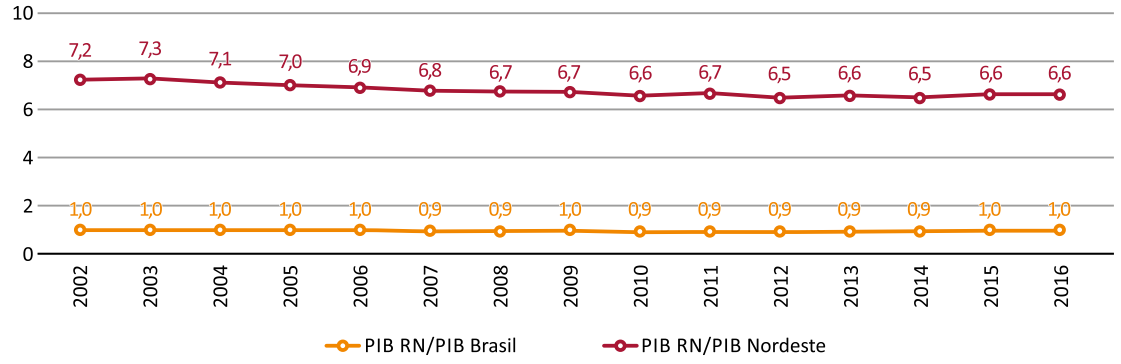
Gráfico 3 – Taxa real de crescimento do PIB do Brasil, do Nordeste e do Rio Grande do Norte, 2003 a 2016 (Em %)



Fonte: IBGE (2018).
Nota: Dados elaborados pelo BNB/ETENE e corrigidos pelo IPCA com base em 2016.

A despeito das menores taxas de crescimento do PIB norte-rio-grandense, comparativamente ao final do século passado, o estado tem mantido de maneira constante sua participação em torno de 1,0% no total da economia nacional. Mesmo assim, observa-se uma queda do seu peso no conjunto da riqueza gerada na Região Nordeste. De acordo com os dados deflacionados do IBGE (2018) elaborados pela equipe do BNB/ETENE, em 2002 ele respondia por 7,2% do PIB nordestino. No decorrer dos últimos 15 anos, todavia, ocorre uma deterioração gradativa desse indicador. Em função disso, em 2016, sua participação relativa na economia regional havia declinado ligeiramente para 6,6% (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Evolução da participação do PIB do Rio Grande do Norte no PIB do Brasil e do Nordeste, 2002 a 2016 (Em %)



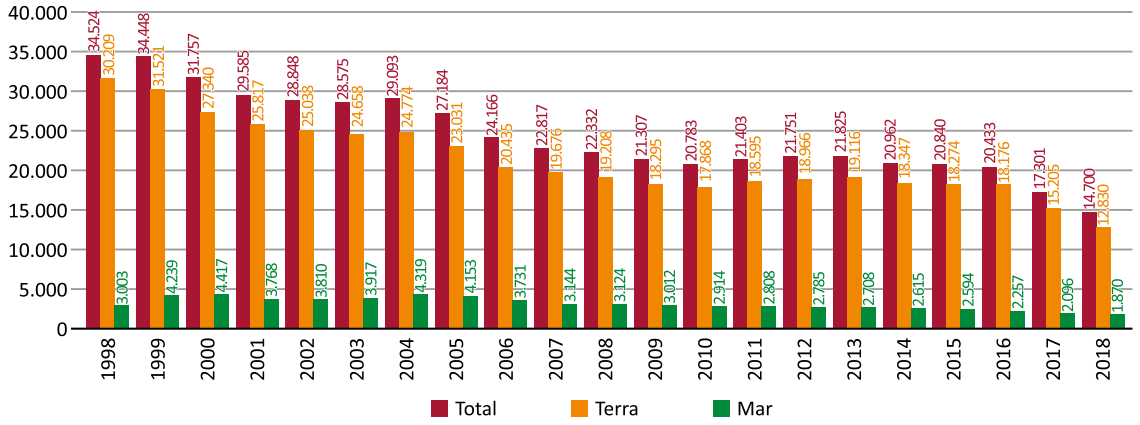
Fonte: IBGE (2018).
Nota: Dados elaborados pelo BNB/ETENE e corrigidos pelo IPCA com base em 2016.

Segundo Freire (2011; 2013), o menor dinamismo relativo da economia do RN e sua perda de participação no contexto regional pode ser atribuído a dois fatores. O primeiro deles está associado à exclusão do estado, no período analisado, de importantes projetos estruturantes e produtivos (portos, ferrovias, indústria automobilística, produção de grãos etc.) instalados nos demais estados nordestinos, especialmente na Bahia, em Pernambuco e no Ceará. O segundo fator, por sua vez, se refere às condições desfavoráveis do ambiente de negócios vigente no território potiguar e à desaceleração da sua produção de petróleo, uma vez que essa atividade tem um grande peso na economia norte-rio-grandense, proporcionalmente maior do que em qualquer outro estado nordestino.

De fato, o declínio da produção de petróleo no RN nos últimos 20 anos é realmente impactante. Embora o estado mantenha a liderança nacional da extração de óleo bruto em campos terrestres, a sua produção

total (terra e mar) caiu aproximadamente 60% entre 1998 e 2018, passando de 34,5 milhões para 14,7 milhões de barris por ano (Gráfico 5). Logo, a espinha dorsal da indústria potiguar parece ter sofrido uma grave fratura. O fato inquietante é que o problema apresentado não reflete apenas episódios passageiros, ou o esgotamento das "reservas provadas" de petróleo, e sim uma crise estrutural materializada na queda acentuada dos investimentos da PETROBRAS na perfuração de novos poços e na privatização recente das suas atividades na unidade federativa em foco (TRIBUNA DO NORTE, 2019a; 2019b).

Gráfico 5 – Evolução da produção de petróleo total e por localização (terra e mar) no Rio Grande do Norte, 1998 a 2018 (Em mil barris)

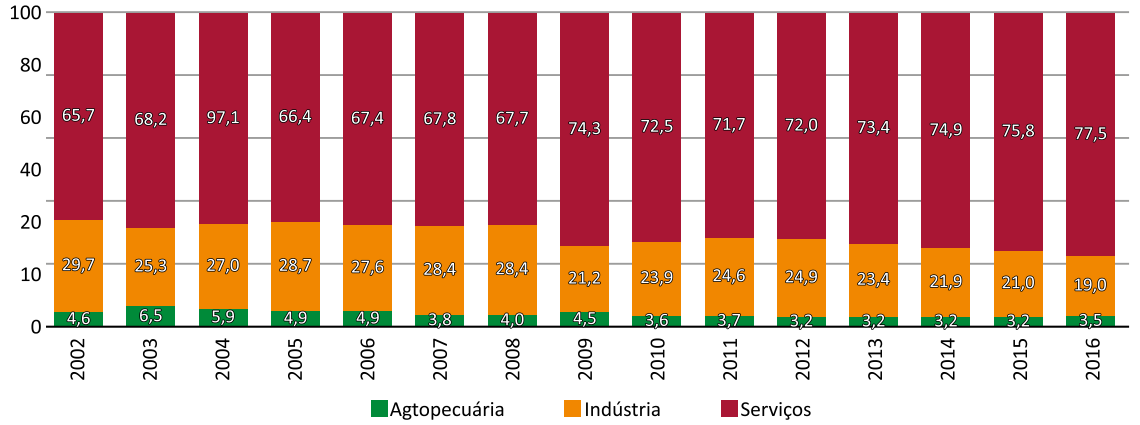


Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2007; 2011; 2019).

Quanto à evolução dos diferentes setores que formam o PIB potiguar, o Gráfico 6 mostra que as mudanças iniciadas no século passado se consolidaram, dada a diversificação da base produtiva estadual. Porém, no período de 2002 a 2016, o grosso da economia estadual estava concentrado no setor de comércio e serviços, que gera a maior parte da riqueza e dos empregos. Esse setor, que inclui os diferentes ramos do turismo, inclusive, aumenta sua participação relativa, de 65,8% do Valor Adicionado Bruto (VAB) total, em 2002, para 77,5%, em 2016.

Afora as atividades terciárias, a indústria começa o período gerando próximo de 30% da riqueza estadual, mas declina para 19,0% no final do intervalo de tempo estudado, arrastada pela queda da produção de petróleo no estado e pelo esgotamento do *boom* da construção civil. Tal fato sinaliza um grave processo de "desindustrialização" em andamento, com consequências danosas para o futuro da economia potiguar. Já a agricultura mantém uma baixa representatividade no VAB total, oscilando em um patamar sempre inferior a 4,0%, particularmente desde 2012 quando o território norte-rio-grandense foi atingido por uma das mais graves secas de sua história (SOUZA; AQUINO, 2018).

Gráfico 6 – Participação do Valor Adicionado Bruto da agropecuária, indústria e serviços no VAB total do Rio Grande do Norte, 2002 a 2016 (Em %)



Fonte: IBGE (2018).

Note-se que os números apresentados não refletem uma crise geral da agricultura no espaço geográfico pesquisado, mas a reestruturação produtiva do setor. Nesse processo, que se acentua a partir da segunda metade dos anos 2000, a cana-de-açúcar e as "lavouras modernas" baseadas no trabalho assalariado, tendo como carro-chefe o melão, ampliam a sua participação no VAB total da agropecuária e mantêm elevado peso na frágil pauta exportadora estadual, limitada às frutas, ao sal marinho e outras mercadorias de baixo valor agregado (Tabela 1). Enquanto isso, as "lavouras alimentares" de milho, feijão e mandioca desenvolvidas em pequenas propriedades familiares perdem espaço, transformando o estado em um importador líquido desses produtos e acentuando o dualismo tecnológico no campo (AQUINO; FREIRE, 2015; AQUINO; FREIRE; CARVALHO, 2017; NUNES, 2009).

Tabela 1 – Principais produtos exportados pelo Rio Grande do Norte em 2018 (Em US$ milhões FOB)

Principais Produtos Exportados	Valor	%
Melões frescos	70,9	25,7
Castanha-de-caju, fresca ou seca, sem casca	20,9	7,6
Sal marinho, a granel, sem agregados	16,7	6,1
Outros produtos de origem animal, impróprios para alimentação humana	15,6	5,7
Melancias frescas	15,1	5,5
Tecidos de algodão (NCM 2092200)	12,9	4,7
Mamões (papaias) frescos	12,8	4,6
Fuel oil	9,7	3,5
Albacoras-bandolim (patudos) frescos, refrigerados	6,8	2,5
Tecidos de algodão (NCM 2093200)	6,5	2,4
Demais Produtos	87,5	31,8
TOTAL	275,4	100,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE (2019a, p. 20), com dados do Ministério da Economia.

Em síntese, os dados macroeconômicos disponíveis mostram que a economia do RN manteve sua trajetória de crescimento nas duas primeiras décadas do século XXI. No entanto, em contraste com a realidade vivenciada no período passado (1970-2000), ela cresce menos do que a média do País e do Nordeste e entra em recessão a partir de 2015, quando os fatores dinamizadores do mercado interno ligados às políticas desenvolvimentistas do governo federal perderam força. Ademais, a desaceleração do ritmo de produção de riqueza no estado é explicada por sua marginalização gradativa no contexto regional e, sobretudo, por fatores internos associados ao declínio das operações da indústria do petróleo, comparativamente à sua pujança nos anos 1990.

Apesar dos efeitos negativos da situação retratada, é válido lembrar que o padrão de crescimento potiguar apresentou um forte caráter inclusivo na maior parte do período analisado, impulsionado pelas políticas do governo federal. Assim, observa-se uma melhoria progressiva dos indicadores sociais estaduais do ano 2000 até o início da crise recente, com o número de pobres caindo substancialmente para 23,8% do total da população, já em 2010 (PNUD; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2017). Todavia, persistiram outros graves problemas que vêm de longa data. Um desses problemas, segundo Aquino (2016), é a desigualdade econômica entre os municípios norte-rio-grandenses, fato que tem recebido pouca atenção da classe política local na sua busca incessante por mais aumento do PIB.

4 A Gritante Desigualdade Entre os Municípios Potiguares em Época de Crise Econômica

O fraco desempenho da economia da unidade federativa estudada, comparativamente ao conjunto da Região Nordeste nos últimos anos, tem causado preocupação em vários setores da sociedade. O ex-governador do estado entre 2015-2018, quando ainda não ocupava seu cargo no poder executivo, externou inquietação sobre o assunto em um artigo publicado na imprensa local, com o sugestivo título:

"PIB no RN é Produto Interno Baixo" (FARIA, 2013, p. 2). Em sua opinião, a letargia da administração estadual da época não favorecia a modernização produtiva e eram necessários investimentos de peso para acelerar o ritmo de crescimento da produção de riqueza.

A defesa pelo avanço do PIB potiguar, sem dúvida, é uma bandeira política importante e continua bastante atual. Isso porque, apesar de suas múltiplas potencialidades, a economia norte-rio-grandense não consegue deslanchar além da sua participação pífia de 1,0% na média do País e precisa crescer para sair da recessão que se encontra desde 2015. Deve-se deixar claro, porém, que esse não é o único e principal desafio a ser enfrentado no presente por uma política governamental de longo prazo. Como foi mencionado no final da seção anterior, outro grande problema está associado à concentração produtiva e às gritantes desigualdades econômicas entre os 167 municípios potiguares.

O Índice de Gini (IG), indicador utilizado para medir o grau de distribuição da riqueza, evidencia que em 2016 o RN era o estado mais desigual do Nordeste brasileiro em matéria de repartição da produção de bens e serviços entre as diferentes unidades territoriais. Em nível nacional, ele ocupava a quinta posição, com um IG de 0,80 (IBGE, 2018). Tudo isso porque o seu PIB apresentava-se extremamente concentrado espacialmente em um número restrito de localidades específicas, como mostra a Tabela 2.

De fato, os dados estatísticos publicados pelo IBGE dão conta que somente 10 municípios potiguares – Natal, Mossoró, Parnamirim, Guamaré, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Caicó, João Câmara, Ceará-Mirim e Assú - concentravam 68,3% da economia estadual. Os demais 157 municípios que formam o território potiguar, 94,0% do total, respondiam por apenas 31,7% da riqueza gerada.

Tabela 2 – Participação dos 10 maiores PIBs municipais na economia do Rio Grande do Norte, 2016 (Em Mil Reais)

MUNICÍPIO/UF	PIB (Mil Reais)	%
Natal	21.845.481	36,6
Mossoró	5.755.477	9,6
Parnamirim	5.022.492	8,4
Guamaré	1.876.595	3,1
São Gonçalo do Amarante	1.342.235	2,2
Macaíba	1.338.543	2,2
Caicó	1.061.765	1,8
João Câmara	946.709	1,6
Ceará-Mirim	786.395	1,3
Assú	783.644	1,3
Demais (157 municípios)	18.901.512	31,7
RIO GRANDE DO NORTE	59.660.848	100,0

Fonte: IBGE (2018).

Compete observar que entre os municípios listados na Tabela 2, apenas seis detêm 62,1% da economia norte-rio-grandense. No topo, destaca-se Natal, que concentra sozinho 36,6% do PIB estadual. Na sequência, aparecem Mossoró (9,6%), Parnamirim (8,4%), Guamaré (3,1%), São Gonçalo do Amarante (2,2%) e Macaíba (2,2%). Em relação à atividade industrial, setor incentivado pelo PROADI especialmente nos ramos de transformação, o problema assume dimensões mais acentuadas. Ainda segundo o IBGE (2018), no ano de 2016, algo em torno de 70% do valor adicionado pela indústria estava concentrado em sete municípios: Natal, Guamaré, Mossoró, Parnamirim, João Câmara, Macaíba e Parazinho.

Os indicadores das contas regionais revelam, então, que o núcleo duro da economia do RN está situado no entorno da capital do estado e em algumas poucas localidades que sediam atividades ligadas à produção de petróleo, à fruticultura irrigada e à energia eólica. À exceção de um leque reduzido de cidades-polos regionais, que se somam ao chamado "núcleo duro", o restante dos pequenos municípios do interior definha anualmente e/ou está à beira da falência (GOMES, 2019). Na verdade, muitos deles ainda não quebraram completamente por conta dos efeitos multiplicadores das rendas das políticas

sociais, originárias do pagamento das aposentadorias, do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família. Juntas, essas políticas federais injetaram R$ 8,2 bilhões na economia norte-rio-grandense em 2018 (Tabela 3).

Tabela 3 – Valor dos benefícios pagos pela Previdência Social, Benefício de Prestação Continuada e Programa Bolsa Família no Rio Grande do Norte, 2018

Tipo de Política Social	Valor Anual (R$ 1,00)	%	Valor Mensal (R$ 1,00)
Previdência Social Urbana (beneficiários)	3.517.125.248	43,0	293.093.771
Previdência Social Rural (beneficiários)	2.946.589.770	36,0	245.549.148
Benefício de Prestação Continuada (beneficiários)	954.484.331	11,7	79.540.361
Bolsa Família (famílias beneficiárias)	759.785.887	9,3	63.315.491
Total	8.177.985.236	100,0	681.498.770

Fonte: CONTAG/DIEESE (2019) e Brasil (2019a).

Com efeito, um balanço retrospectivo sinaliza que o quadro retratado é resultado da ausência de investimentos estruturantes em diversas áreas da vida social nos municípios encravados no semiárido potiguar. É bem verdade que a grande seca iniciada em 2012, e que se estendeu até 2017, praticamente destroçou a agropecuária de sequeiro e abalou fortemente os principais segmentos produtivos que dão sustentação às mesorregiões Oeste e Central (SOUZA; AQUINO, 2018). No entanto, não é correto atribuir a culpa pelas anomalias do estilo de desenvolvimento estadual a esse fenômeno climático ou a outro fator conjuntural, uma vez que suas causas centrais estão nas contradições da intervenção estatal.

Uma rápida incursão na literatura acadêmica sobre o tema, aponta, realmente, que boa parte dos desequilíbrios intraestaduais citados aqui deve-se à ação consciente ou não dos sucessivos governos potiguares, os quais têm concentrado seus investimentos na Região Metropolitana de Natal e nas localidades mais dinâmicas do território, marginalizando a maioria dos municípios de pequeno porte. Isso significa que as políticas estatais, ao invés de funcionar como instrumentos para reduzir a desigualdade produtiva provocada pelas forças do mercado, têm contribuído em muitos casos para agravá-la, atuando a partir de uma lógica concentradora perversa resistente à mudança e extremamente prejudicial ao desenvolvimento equilibrado do território (ARAÚJO, 2010; CLEMENTINO, 1995; FELIPE, 2002; GOMES, 2018; MACEDO; ARAÚJO, 2009).

Logo, parece não restar dúvida de que o RN precisa continuar aumentando o PIB, mas é fundamental superar o viés concentrador que tem guiado a intervenção governamental visando distribuir melhor as atividades produtivas no seu espaço geográfico. O discurso relativo ao crescimento da riqueza, por si só, é incompleto. Diante da gravidade do quadro apresentado no momento, o foco prioritário das políticas públicas deve ser o combate às suas gritantes desigualdades internas.

A experiência de outros lugares ensina que uma missão dessa natureza não pode ser realizada sem uma política deliberada de incentivo à interiorização da indústria e de fortalecimento das economias dos municípios de menor expressão. A atual equipe econômica do governo norte-rio-grandense, para o período 2019-2023, parece ter consciência desse desafio. A questão preocupante é que não foram realizadas ações efetivas no período de “vacas gordas” (2004-2014), quando a oferta de recursos federais era relativamente abundante, e agora o estado enfrenta sérios limites orçamentários e políticos que podem bloquear ou tornar bastante lenta as tentativas de mudança nos rumos seguidos durante os próximos anos.

5 Conjuntura Atual e Perspectivas da Economia do Rio Grande do Norte

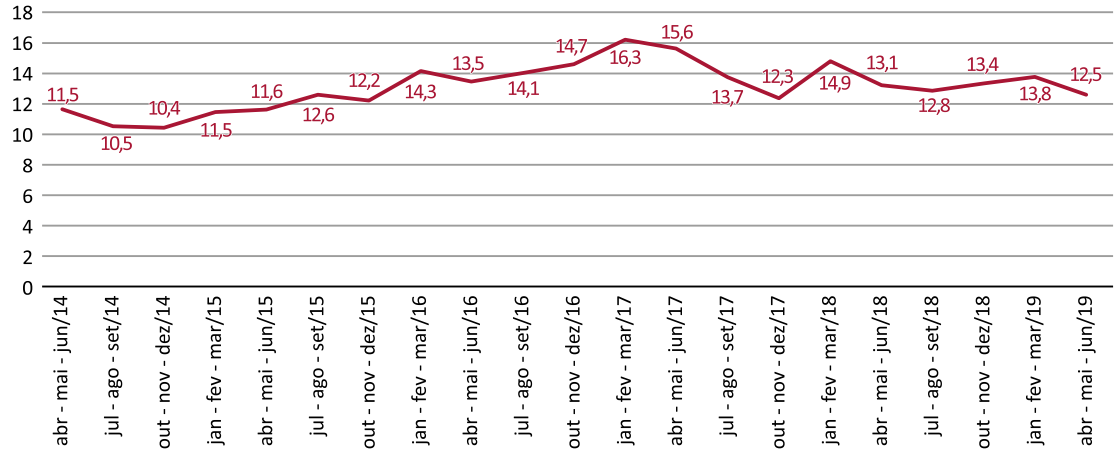
Não obstante a justa preocupação da classe política e de setores organizados da sociedade com o desempenho do PIB, depois de 2014 a economia do RN afundou na recessão e numa fase de baixo dinamismo por fatores internos e externos ao território estadual. Por um lado, contribuiu para essa situação a crise nacional e a decadência dos motores de dinamismo do mercado interno, como a queda dos investimentos federais. Por outro, a desaceleração da economia norte-rio-grandense foi influenciada pelos seus próprios gargalos de infraestrutura, pelo declínio gradativo da produção de petróleo, da construção civil, pelo desemprego, pelo crescente endividamento das famílias e pela inadequação do ambiente de negócios para atrair e reter novos investimentos produtivos capazes de fortalecer as principais cadeias produtivas existentes.

Além dos aspectos mencionados, para alguns especialistas, o limite interno maior foi administrativo, associado a uma característica institucional que parece perseguir muitos gestores públicos potiguares e brasileiros, a qual pode ser sintetizada aqui na expressão: "ação sem plano e plano sem ação". A professora Maria do Livramento Clementino, da UFRN, por exemplo, percebeu logo no princípio da crise em 2014/2015 que o governo estadual não possuía um plano estruturado de longo prazo capaz de atacar os gargalos que limitavam o crescimento do PIB, o que tendia a diminuir a eficiência alocativa dos recursos escassos disponíveis (CLEMENTINO, 2015). Já setores representativos da indústria norte-rio-grandense reclamavam em meados de 2018 que tinham um audacioso plano de desenvolvimento, o "Mais RN" (FIERN, 2016), o qual pouco ou quase nada havia sido utilizado como instrumento para nortear as ações do setor público direcionadas a enfrentar à grave situação fiscal e financeira do estado (PORTO, 2018).

Nesse sentido, em um contexto de crise nacional e "com ações sem planos e planos sem ações", a economia potiguar atravessou quatro anos de grandes dificuldades e chega em 2019 com um quadro macroeconômico bastante delicado e muito distante das altas taxas de crescimento do passado mostradas nas seções 2 e 3 deste artigo. Levantamento recente do BNB/ETENE (2019b) indica, contudo, que há alguns sinais positivos no horizonte, como o aumento do consumo anual de energia elétrica no comércio e na indústria, projetando uma modesta recuperação do PIB no período vindouro. Mas o estado ainda acumula muitos efeitos negativos da desaceleração da produção de riqueza que se agravou desde 2014/2015, os quais se somam a outros problemas estruturais na conjuntura atual.

Um desses efeitos negativos é o elevado desemprego e a precarização das condições de trabalho. Conforme mostra o Gráfico 7, elaborado a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Continua), a taxa de desocupação no RN foi de 12,5% no trimestre de abril a junho de 2019, ficando ligeiramente acima da média nacional (11,8%). Note-se que esse indicador, que mede o percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho, apresentou uma acentuada elevação a partir da crise de 2015, atingindo o seu ponto mais elevado em 2017 e no começo de 2018.

Gráfico 7 – Evolução da taxa de desocupação no Rio Grande do Norte, 2014 a 2019 (Em %)



Fonte: PNAD Continua (IBGE, 2019).
Nota: Dados elaborados pela equipe da Unidade Estadual do IBGE no RN.

Outra questão preocupante, não expressa no gráfico anterior, é o grau elevado de subutilização da mão de obra potiguar. De fato, ainda segundo dados da PNAD Contínua (IBGE, 2019), a taxa de subutilização da força de trabalho local em idade de trabalhar (14 anos ou mais), no trimestre de abril a junho de 2019, alcançou 37,3%, superando em mais de 12 pontos percentuais a média do Brasil (24,6%) no mesmo período. Isso significa em números absolutos que, no estado, 675 mil pessoas estavam na condição de subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas (197 mil), desocupadas (191 mil), indisponíveis (90 mil) ou desalentadas (197 mil).

Em consequência da piora gradativa das condições do mercado de trabalho decorrente do declínio da economia estadual desde o final de 2014, e seguindo o rumo de outros estados nordestinos, a pobreza, a miséria e as desigualdades voltaram a crescer (VILLAS BÔAS, 2018). O módulo "rendimento de todas as fontes" da PNAD Continua recém-divulgado mostrou que, em 2018, a população 10% mais rica do RN ganhava 46 vezes mais do que os 10% mais pobres. Essa concentração é a mais alta registrada nos últimos sete anos, uma vez que, no ano de 2012, a diferença de rendimentos entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres era de 32 vezes (IBGE/RN, 2019).

É válido mencionar que a situação só não tomou contornos mais graves no presente devido à capilaridade e dimensão das políticas sociais, que, como foi visto na seção 4, desempenham um papel fundamental principalmente nos pequenos municípios que dependem dessas fontes de renda para sobreviver. Apenas para ilustrar, vale mencionar que 345.276 famílias norte-rio-grandenses receberam o Programa Bolsa Família (PBF) em agosto de 2019. Nelas, estavam albergadas 1.045.673 pessoas, ou seja, 30,0% da população estimada pelo IBGE. Deste universo de beneficiários, 698.544 (66,8%) viviam nas cidades e os demais 347.129 (33,2%) estavam dispersos nas comunidades e assentamentos rurais do estado (BRASIL, 2019b).

Fica patente, então, que o RN vive um momento bastante delicado e complexo do ponto de vista econômico e social. As perspectivas, no entanto, não são animadoras para os próximos anos. Isso porque o estado se encontra mergulhado em uma crise financeira sem precedentes na sua história, com um pesado volume de endividamento e com múltiplas demandas urgentes nas áreas de educação, saúde, segurança e infraestrutura.

Com efeito, iniciando em janeiro de 2019 com um novo governo, a dívida do estado que se encontrava em torno de R$ 1,6 bilhão, sobe seis meses depois para R$ 2,4 bilhões, deixando para trás compromissos financeiros do ano anterior sem qualquer cronograma de pagamento. Além dessa dívida, que inclui restos a pagar, fornecedores e três folhas do funcionalismo público em atraso, o governo estadual se encontra com baixa capacidade de investimento, pois está comprometido em assegurar anualmente valores na ordem de R$ 8,5 bilhões, sendo R$ 7 bilhões para o pagamento dos servidores e R$ 1,5 bilhão para repasse de duodécimos ao judiciário e ao legislativo, o que representa 71% do seu orçamento de aproximadamente R$ 12 bilhões aprovado pela Assembleia Legislativa para o exercício de 2019 (TRIBUNA DO NORTE, 2019c).

O endividamento e os desequilíbrios nas contas públicas limitam o campo de ação do governo potiguar na esfera produtiva, dificultando qualquer perspectiva de projetos estruturantes com recursos próprios no curto e médio prazos. Na verdade, desde o final da gestão passada (2015-2018) que a rubrica investimento do executivo tem se resumido à aplicação dos recursos de um empréstimo de pouco mais de R$ 1,0 bilhão contraído em 2013 com o Banco Mundial e renovado em 2018/2019, antes chamado "Programa RN Sustentável" e agora "Governo Cidadão" (PORTAL NO AR, 2013; TRIBUNA DO NORTE, 2018). Entretanto, as ações realizadas via esse empréstimo, que termina em 2021, foram pulverizadas em uma multiplicidade de projetos de investimento nos 167 municípios norte-rio-grandenses, que vão da reforma de escolas, hospitais e de centrais do cidadão, ao abastecimento de água em comunidades rurais, oficinas de capacitação e subprojetos de inclusão produtiva, tornando limitada a sua capacidade de reverter o baixo dinamismo da economia local.

Sem meios orçamentários para acelerar o crescimento do PIB e com os recursos do Governo Cidadão "amarrados" por um plano de aplicação pré-definido, entre outras medidas de ajuste, a atual equipe econômica redesenhou o marco regulatório da política de incentivos fiscais estadual na tentativa de atrair e reter investimentos privados, especialmente nos ramos industriais mais geradores de emprego e intensivos em tecnologia. Nesse sentido, o PROADI foi extinto e, no seu lugar, foi lançado o Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial (PROEDI), em 26 de julho de 2019.

De acordo com Freire (2019), pelas regras do PROEDI, vigentes a partir do mês de agosto do ano corrente e válidas até junho de 2032, serão fornecidas renúncias fiscais de 75% a 80% do ICMS para as empresas participantes localizadas em Natal e nos municípios da Grande Natal (Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante e Extremoz). Já as indústrias instaladas em Mossoró que aderirem ao programa serão beneficiadas com renúncias de 80% a 85% e aquelas localizadas nas demais áreas do território estadual poderão obter, a título de incentivo por sua localização no interior, descontos do ICMS entre 85% e 90%.

Dentro do novo marco normativo, também estão previstos benefícios fiscais às empresas que conseguirem manter, no mínimo, 8 mil empregos diretos em qualquer um dos 167 municípios potiguares, independentemente da localização. No caso, esses empreendimentos terão direito a uma renúncia fiscal entre 90% e 95%. A mesma regra vale para as empresas de "segmentos industriais relevantes", notadamente das áreas de fabricação de veículos automotores, aeronaves, farmoquímicos, metalurgia, locomotivas, motores elétricos, produtos químicos e petroquímicos, equipamentos de informática, materiais de uso médico-hospitalar e odontológico e calçados (FREIRE, 2019).

É pertinente salientar que a extinção do PROADI apresenta muitas justificativas. Não resta dúvida que, durante muito tempo, ele foi o principal fator de atração de investimentos produtivos para o estado. Porém, o programa pouco contribuiu para a diversificação da economia, financiando sempre as mesmas indústrias, nos mesmos locais, alimentando as desigualdades intraestaduais. Basta dizer que, de 2003-2007, a Região Metropolitana de Natal e a microrregião de Mossoró receberam 90,2% dos investimentos apoiados pelos incentivos da referida política pública (MACEDO; ARAÚJO, 2009).

Dessa forma, o redirecionamento das regras que regem a distribuição dos incentivos fiscais, na tentativa de estimular a entrada de empresas de maior patamar tecnológico e desconcentrar geograficamente esses investimentos, é uma medida importante. A expectativa do governo é que o PROEDI possa ampliar a participação da indústria no PIB e amenizar o problema das gritantes desigualdades discutido na seção 4. Entretanto, o esforço realizado foi ameaçado de anulação pelo descontentamento dos prefeitos com as perdas de receitas provocadas pela nova legislação. Aparentemente solucionado o impasse, depois de uma tensa negociação durante os meses de setembro/outubro, o programa está liberado para operar, dotando a economia local de mais capacidade competitiva na acirrada "guerra fiscal" com seus vizinhos nordestinos (TRIBUNA DO NORTE, 2019d; 2019f; 2019g).

Portanto, a economia do RN caminha para encerrar a segunda década do século XXI em um cenário de incertezas. Até mesmo o vertiginoso crescimento das exportações de frutas verificado recentemente, anunciado com euforia pela imprensa e por setores do agronegócio, deve ser encarado com cautela (AQUINO; FREIRE, 2015; TRIBUNA DO NORTE, 2019e). Afinal, dificilmente o "elefante" vai recuperar completamente sua vitalidade apenas com a venda de melões, melancias, sal mineral e outros produtos de baixo valor agregado, por mais favoráveis que estejam às perspectivas do comércio internacional.

Ao que tudo indica um novo capítulo na história econômica potiguar, após a perda de força da locomotiva do petróleo, somente será escrito mediante um amplo conjunto de investimentos públicos e privados em todos os segmentos que formam o PIB estadual, principalmente ma agropecuária produtora de alimentos básicos e na de exportação e no setor industrial. Assim, diante da crise financeira enfrentada atualmente e do corte de gastos que o governo precisa realizar para equilibrar suas contas, o futuro da economia do RN nos próximos anos fica condicionado à retomada dos investimentos federais em infraestrutura e em outras dimensões estratégicas do desenvolvimento econômico. Enquanto isso não acontece, resta observar se iniciativas como o PROEDI vão se consolidar e ter sucesso, embora seus efeitos em termos de transformação industrial, assim como os resultados das demais medidas em andamento, ainda sejam de difícil previsão.

Naturalmente, como adverte Araújo (2019), não basta retomar o crescimento da economia para "fazer mais do mesmo". É preciso reformular o conteúdo das velhas agendas diante de um ambiente mundial e nacional em permanente mudança. Os segmentos agropecuários e industriais devem procurar atualizar os seus padrões tecnológicos para produzir mais e melhor, buscando sempre agregar valor aos seus produtos com o objetivo de valorizar a exploração dos recursos naturais do território. Da mesma forma, em adição as questões sociais e distributivas prioritárias, o ideário da sustentabilidade ambiental deve ser incorporado como uma meta orientadora das ações governamentais voltadas a fomentar os investimentos produtivos nos municípios norte-rio-grandenses.

6 Considerações Finais

O objetivo do presente artigo foi fazer um breve balanço da economia do Rio Grande do Norte (RN) de meados do século XX até o período recente, procurando comparar o seu desempenho com a média do Brasil e da Região Nordeste. Para tanto, foi necessário primeiro recuperar alguns aspectos marcantes da história econômica estadual, mostrando ligeiramente como ocorreu a produção do seu espaço econômico desde a época da colonização pelos europeus.

Depois dessa breve contextualização, o trabalho destaca que a economia potiguar passou por grandes transformações a partir dos anos 1970/80, quando a agropecuária perde relevância na geração de riqueza *vis-à-vis* o aumento da importância dos setores secundário e terciário, com destaque para indústria do petróleo que se torna a espinha dorsal do PIB estadual. Esse conjunto de transformações ganha relevo na década seguinte e o RN termina o século XX crescendo a taxas elevadas superiores às médias nacional e regional, registrando fatores de dinamismo interno endêmicos.

No inicio dos anos 2000, o estado se beneficia das políticas desenvolvimentistas do governo federal e mantém sua trajetória de expansão do PIB até 2014, mas, em contraste com o período anterior, apresentando taxas próximas ou inferiores aos indicadores do País e do Nordeste. Nesse intervalo de tempo, nota-se, também, uma melhoria substancial nos seus indicadores sociais, com avanços no acesso à educação pública em todos os níveis e reduções significativas nos números da pobreza. A partir de 2015, contudo, encerrada a etapa das "vacas gordas", a economia norte-rio-grandense entra em uma fase de recessão e de baixo crescimento econômico que se alonga até o presente.

Mas os gargalos da economia do RN não são restritos aos montantes anuais do PIB. Como se procurou demonstrar, uma das anomalias mais graves do padrão de crescimento estadual que permanece no século XXI está associada à gritante desigualdade entre os municípios. Isso porque o grosso da economia do estado está concentrada na Grande Natal e nas localidades que sediam as atividades dinâmicas do petróleo, da fruticultura irrigada e da energia eólica. Enquanto isso, a maioria absoluta dos municípios potiguares (94,0%) sobrevive graças às rendas das políticas sociais, que funcionam como uma espécie de "colchão amortecedor" das contradições apresentadas.

Quanto à atual conjuntura, tomando como referência o ano de 2019, buscou-se demonstrar que o RN se encontra diante da necessidade imperiosa de ajustes complexos, pois o estado caminha para o final da segunda década do século XXI mergulhado numa crise financeira de grande dimensão, desemprego, subocupação da força de trabalho e volta da pobreza e da miséria.

Percebe-se, pela própria característica do quadro retratado ao longo do texto, que toda a energia e esforços do novo governo (2019-2023) têm sido no sentido do ajuste fiscal visando ao equilíbrio das contas públicas em um contexto de grave endividamento, o que limita as perspectivas de investimento no curto e médio prazos. Apesar disso, tem-se tentado implementar medidas para o crescimento, a exemplo da criação do PROEDI para estimular a indústria e desconcentrar espacialmente as atividades econômicas para o interior.

Tais medidas são importantes, porém, não são suficientes para neutralizar os efeitos danosos do desaquecimento da economia que vem desde 2015, haja vista que a situação de precariedade analisada possui fortes traços estruturais particulares, assentados numa plataforma industrial significativamente frágil e ainda sem rumo definido após o declínio da produção de petróleo. Ademais, o estado ainda possui uma infraestrutura logística extremamente inadequada para alavancar a retomada dos investimentos produtivos necessários para gerar emprego e renda para a população.

Nesse contexto, o destino do RN e de sua economia no restante do século XXI será marcado por desafios e incertezas. Mesmo assim, o território potiguar apresenta muitas potencialidades naturais e vantagens locacionais para retomar os bons tempos e ampliar sua pequena participação na economia brasileira e nordestina. O que falta são políticas estruturantes de longo prazo capazes de disparar novamente os fatores de dinamismo do processo de crescimento do PIB estadual, em paralelo com a melhoria dos aspectos distributivos em favor dos municípios do Semiárido e da sustentabilidade ambiental. Sem isso, o "elefante" continuará sua caminhada nos próximos anos na beira do abismo e com seu peso concentrado no lado leste da fronteira com o Oceano Atlântico.

A avaliação dos desfechos dessa jornada, por seu turno, exigirá das universidades públicas e dos órgãos técnicos especializados, a exemplo do ETENE/BNB, a realização de pesquisas e estudos multidimensionais capazes de monitorar a evolução dos indicadores apresentados aqui. Os resultados obtidos por meio das análises com esse enfoque, para além do caráter puramente acadêmico, poderão ajudar na prospecção de cenários alternativos, assim como subsidiar os governos no planejamento racional de estratégias objetivando recolocar o estado nos rumos do crescimento sustentável, com inclusão social e redução de suas desigualdades internas.

7 Referências

ALVES, V. E. L.; AQUINO, J. R.; SILVA FILHO, R. I. A modernização da fruticultura irrigada e seus impactos socioeconômicos e ambientais no Vale do Açu/RN. *In:* DANTAS, A.; ARROYO, M.; CATAIA, M. (Orgs.). **O meio geográfico atual do Rio Grande do Norte**: novas materialidades, novas dinâmicas. Natal: Sebo Vermelho, 2018. p. 263-311.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). **Anuário estatístico brasileiro do petróleo e do gás natural - 2007**. Rio de Janeiro: ANP, 2007.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). **Anuário estatístico brasileiro do petróleo e do gás natural - 2011**. Rio de Janeiro: ANP, 2011.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). **Anuário estatístico brasileiro do petróleo e do gás natural - 2019**. Rio de Janeiro: ANP, 2019. Disponível em: http://www.anp.gov.br/publicacoes/anuario-estatistico/5237-anuario-estatistico-2019. Acesso em: 10 set. 2019.

ANDRADE, M. C. **A produção do espaço norte-rio-grandense**. Natal: Ed. UFRN, 1981.

AQUINO, J. R. O PIB e as desigualdades econômicas no RN. **Jornal O Mossoroense**. Mossoró/RN, 13/07/2016, p. 2. Disponível em: http://www.omossoroense.com.br/joacir-rufino-de-aquino-o-pib-e-as-desigualdades-economicas-no-rn/. Acesso: 14 jul. 2016.

AQUINO, J. R.; FREIRE, J. A. Exportações e importações do Rio Grande do Norte: o retrato de uma economia subdesenvolvida. **Jornal O Mossoroense**. Mossoró/RN, 13/11/2015, p. 5.

AQUINO, J. R.; FREIRE, J. A.; CARVALHO, A. C. A. T. Importância, heterogeneidade e pobreza da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Norte. **Revista Geotemas**. Pau dos Ferros/RN, v. 7, n. 2, p. 66-92, jul./dez. 2017.

ARAÚJO, D. S. **Dinâmica econômica, urbanização e metropolização no Rio Grande do Norte:**1940-2006. Recife: FJN/Ed. Massangana, 2010.

ARAÚJO, T. B. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. *In:* GUIMARÃES, P. F. et al. (Orgs.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Nordeste. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 540-560.

ARAÚJO, T. B. **Impactos da crise no Nordeste**: desafios para a superação das desigualdades. Natal: CCSA/UFRN, 2017. (Apresentação PowerPoint - Projeto Diálogos/ADURN).

ARAÚJO, T. B. **Nordeste**: tendências recentes e perspectivas. Natal: FIERN, 2019. (Apresentação PowerPoint).

AZEVEDO, F. F. Reestruturação produtiva no Rio Grande do Norte. **Mercator**. Fortaleza/CE, v. 12, n. especial 2, p. 113-132, set. 2013.

BNB/ETENE. **Rio Grande do Norte**: perfil socioeconômico. Fortaleza: BNB, ano I, n. 2, p. 1-54, fev. 2019a.

BNB/ETENE. **Conjuntura estadual**: Rio Grande do Norte. Fortaleza: BNB, ano III, n. 1, p. 1-13, jul. 2019b.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Relatórios de informações sociais**: Relatório de programas e ações do Ministério da Cidadania: Rio Grande do Norte. Brasília: SAGI, 2019a. 9p. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php. Acesso em: 19 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Tabulador do Cadastro Único**: com marcação PBF: agosto 2019. Brasília: SAGI, 2019b. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php. Acesso em: 6 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Nova delimitação do Semiárido**. Brasília: SUDENE, 2018. Disponível em: http://sudene.gov.br/images/arquivos/semiarido/arquivos/Rela%C3%A7%C3%A3o_de_Munic%C3%ADpios_Semi%C3%A1rido.pdf. Acesso em: 10 jul. 2019.

CARVALHO, C. P. O. O novo padrão de crescimento no Nordeste semiárido. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza/CE, v.45, n. 3. p. 160-184, jul./set. 2014.

CLEMENTINO, M. L. M. **Economia e urbanização**: o Rio Grande do Norte nos anos 70. Natal: UFRN: CCHLA, 1995.

CLEMENTINO, M. L. M. Planejamento é o remédio para tirar o RN do atraso. **Tribuna do Norte**. Natal, 01/01/2015. Disponível em: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/planejamento-a-o-rema-dio-para-tirar-o-rn-do-atraso/302097. Acesso em: 1 jan. 2015.

CONTAG/DIEESE. **Reforma da Previdência 2019**: Impactos da Reforma da Previdência nos estados e municípios. Brasília: CONTAG, 2019. Disponível em: http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=621&dc=1&nw=1. Acesso em: 13 jul. 2019.

FARIA, R. PIB no RN é Produto Interno Baixo. **Tribuna do Norte**. Natal, 13/01/2013. p. 2. (Opinião).

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (FIERN). **Mais RN**: plano estratégico de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte 2016-2035. Natal: FIERN, 2016.

FELIPE, J. L. A. O local e o global no Rio Grande do Norte. *In*: VALENÇA, M. M.; GOMES, R. C. C. (Orgs.). **Globalização e desigualdade**. Natal: A. S. Editores, 2002. p. 226-240.

FELIPE, J. L. A.; ROCHA, A. P. B.; CARVALHO, E. A. **Economia do Rio Grande do Norte**: estudo geo-histórico e econômico. 2. ed. João Pessoa/PB: Grafset, 2009.

FREIRE, J. A. **Na última década o RN cresceu menos que o Brasil e o Nordeste**. Natal, 2011. Disponível em: http://economia-do-rn.blogspot.com/2011/11/na-ultima-decada-o-rn-cresceu-menos-que.html. Acesso em: 26 nov. 2011.

FREIRE, J. A. **A economia do RN em perspectiva**. Natal: IBGE, 2013. 44p. (Apresentação PowerPoint).

FREIRE, J. A. **Desafios para o Rio Grande do Norte no próximo quadriênio**. Natal: DEPEC-UFRN/PPECO/CORECON-RN, 2019. 25p. (Apresentação PowerPoint). Disponível em: https://www.facebook.com/ccsaufrn/videos/3479759322049661/UzpfSTEwMDAwMTE5NzgwMzYxODoyMzIyNDY1Njk3ODAzMzM0/. Acesso em: 22 ago. 2019.

GOMES, L. H. No Rio Grande do Norte, pequenas cidades estão à beira da falência. **Tribuna do Norte**. Natal, 15/09/2019. Disponível em: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/no-rio-grande-do-norte-pequenas-cidades-esta-o-a-beira-da-fala-ncia/459573?utm_campaign=noticia&utm_source=rel. Acesso em: 16 set. 2019.

GOMES, R. C. C. Modernização e diversidade econômica no Rio Grande do Norte. *In*: DANTAS, A.; ARROYO, M.; CATAIA, M. (Orgs.). **O meio geográfico atual do Rio Grande do Norte**: novas materialidades, novas dinâmicas. Natal: Sebo Vermelho, 2018. p. 11-46.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos municípios:** 2002-2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas. Acesso em: 10 fev. 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional porAmostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=resultados. Acesso em: 10 set. 2019.

IBGE/RN. **PNAD Contínua 2018**: desigualdade entre ricos e pobres é recorde. Natal: IBGE, 16/10/2019. 2p. (Informativo para a mídia).

IBGE/SIDRA. **Estimativas de população 2019**: população residente estimada. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas. Acesso em: 8 set. 2019.

JANNUZZI, P. et al. (Orgs.). **Brasil Sem Miséria**: resultados, institucionalidades e desafios. Brasília: SAGI/MDS, 2016. (Caderno de Estudos DSD, Nº 25).

MACEDO, F. C.; ARAÚJO, D. S. Avaliação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte PROADI: 2003/2007. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza/CE, v. 40, n. 2, p. 345-359, abr./jun. 2009.

NUNES, E. M. **Reestruturação agrícola, instituições e desenvolvimento rural no Nordeste**: as dinâmicas regionais e a diversificação da agricultura familiar no Polo Assú-Mossoró, RN. 2009. 351f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) – UFRGS, Porto Alegre/RS, 2009.

PNUD; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**: Rio Grande do Norte. [S.l.], 2017. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/. Acesso em: 10 jul. 2018.

PORTAL NO AR. **Senado aprova empréstimo para o RN de R$ 1 bilhão junto ao Banco Mundial**. [S.l.], 10/07/2013. Disponível em: https://portalnoar.com.br/senado-federal-aprova-emprestimo-de-r-1-bilhao-do-rn-ao-banco-mundial/. Acesso em: 10 set. 2019.

PORTO, C. O estado entrou em situação de colapso financeiro e operacional. **Tribuna do Norte**. Natal, 25/03/2018, p. 5. Disponível em: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/o-estado-entrou-em-situaa-a-o-de-colapso-financeiro-e-operacional-afirma-economista/408489. Acesso em: 25 mar. 2018.

RODRIGUES NETO, J. A atividade petrolífera como fator de transformações da economia e da estrutura produtiva do Rio Grande do Norte. **Cadernos do Desenvolvimento**. [S.l.], v. 5 (7), p. 252-276, out. 2010.

SOUZA, E. M.; AQUINO, J. R. A Grande Seca e seus efeitos na produção agropecuária do Rio Grande do Norte: 2012-2016. **Revista GeoNordeste**. São Cristóvão/SE, ano XXIX, n. 2, p. 174-195, jul./dez. 2018.

TRIBUNA DO NORTE. **Banco oficializa extensão de empréstimo**. Natal, 01/12/2018. Disponível em: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/banco-oficializa-extensa-o-de-empra-stimo/431791. Acesso em: 10 set. 2019.

TRIBUNA DO NORTE. **Petrobras vende 34 campos no RN por R$ 1,5 bilhão**. Natal, 26/04/2019a. Disponível em: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/petrobras-vende-34-campos-no-rn-por-r-1-5-bilha-o/446284. Acesso em: 26 abr. 2019.

TRIBUNA DO NORTE. **Petrobras amplia demissões e reduz produção no estado**. Natal, 23/08/2019b. Disponível em: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/petrobras-amplia-demissa-es-e-reduz-produa-a-o-no-estado/457627. Acesso em: 25 ago. 2019.

TRIBUNA DO NORTE. **Governo do RN encerrará 2019 com dívida nova de R$ 500 milhões**. Natal, 01/09/2019c. Disponível em: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/governo-do-rn-encerrara-2019-com-da-vida-nova-de-r-500-milha-es/458455. Acesso em: 1 set. 2019.

TRIBUNA DO NORTE. **Deputados propõem decreto legislativo para derrubar o PROEDI e pedem votação em regime de urgência**. Natal, 01/10/2019d. Disponível em: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/deputados-propa-em-decreto-legislativo-para-derrubar-proedi-e-pedem-votaa-a-o-em-regime-de-urgancia/460903. Acesso em: 11 out. 2019.

TRIBUNA DO NORTE. **Volume de exportações do RN cresce 20,9% este ano**. Natal, 11/10/2019e. Disponível em: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/volume-de-exportaa-a-es-do-rn-cresce-20-9-este-ano/461695. Acesso em: 11 out. 2019.

TRIBUNA DO NORTE. **Grupo de prefeitos decide ir à justiça contra o PROEDI**. Natal, 25/10/2019f. Disponível em: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/grupo-de-prefeitos-decide-ir-a-justia-a-contra-o-proedi/463008. Acesso em: 25 out. 2019.

TRIBUNA DO NORTE. **TJ extingue ação contra PROEDI e AL retira decreto de pauta**. Natal, 30/10/2019g. Disponível em: http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/tj-extingue-aa-a-o-contra-proedi-e-al-retira-decreto-de-pauta/463431. Acesso em: 30 out. 2019.

VALÊNCIO, N. F. **Grandes projetos hídricos no Nordeste**: suas implicações para a agricultura do semi-árido. Natal: Ed. Universitária UFRN, 1995.

VILLAS BÔAS, B. Extrema pobreza avança e é recorde em 9 estados. **Valor Econômico**. São Paulo, 9/10/2018. Disponível em: https://www.valor.com.br/node/5912587. Acesso em: 15 nov. 2018.

Desempenho da Economia Paraibana no Início do Século XXI

Ivan Targino[1*]
Rejane Gomes Carvalho[2*]
Wanderleya dos Santos Farias[3*]

Resumo

O artigo discute o desempenho da economia paraibana no período de 2000 a 2016, vale dizer no início do século XXI. Para a realização do trabalho foram utilizadas informações fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, referentes às contas regionais, produção agrícola municipal, produção pecuária municipal, pesquisa anual de serviços. Além das fontes dos dados secundários, também, foi feita pesquisa bibliográfica sobre a dinâmica econômica estadual para embasar a discussão efetuada. O estudo mostra, de uma lado, as transformações ocorridas na economia paraibana: de uma economia primário exportadora até a década de 1960, para uma economia centrada no setor de serviços na atualidade. Por outro lado, são ressaltadas as principais fragilidades da economia estadual: um setor agropecuário pouco dinâmico, ancorado na produção canavieira e numa produção de lavouras alimentares pouco diversificadas; uma produção industrial concentrada em ramos industriais tradicionais (alimentos, têxtil e calçados); um setor de serviços largamente escudado na administração pública. Não obstante esses traços preocupantes, a economia estadual, nas últimas décadas, apresentou um desempenho superior ao ritmo de crescimento das economias brasileira e nordestina.

Palavras-chave

Economia Paraibana. Desenvolvimento Econômico. Economia regional.

O objetivo deste trabalho é analisar o desempenho da economia paraibana no início do século XXI. Para alcançar esse objetivo, o trabalho está dividido em quatro seções, a saber: a) breve apanhado histórico da economia paraibana; b) análise do comportamento recente da economia paraibana; c) evolução dos setores de atividade; d) considerações finais. Para tanto, se lançou mão de dados colhidos e produzidos pelo IBGE, por outros órgãos oficiais, bem como por informações obtidas em pesquisas realizadas anteriormente pelos responsáveis pelo texto e por outros autores.

1 Sumário da Evolução Histórica da Economia Paraibana

O Estado da Paraíba, historicamente, tem se constituído em área periférica do sistema econômico nacional, caracterizado como elo fraco do capitalismo nacional por Polari (1967). Desde o período colonial, essa tem sido a posição desfrutada pela economia paraibana. Exceção de um curto período de tempo, logo anterior à ocupação holandesa, quando chegou a ser referida como o terceiro polo produtor de açúcar, atrás de Pernambuco e de Salvador. Segundo algumas fontes históricas, após a efetiva posse do território pela coroa portuguesa, houve um rápido crescimento da atividade canavieira, chegando o número de engenhos existentes no território paraibano a vinte unidades produtivas (HERCKMANS, 1886; PINTO, 1977).

1 * Docente do Departamento de Economia da UFPB
2 * Docente do Departamento de Economia da UFPB
3 * Docente do Departamento de Economia da UFPB

A guerra de expulsão dos holandeses provocou uma forte reviravolta nesse processo com a destruição dos canaviais e dos engenhos. Após a expulsão dos holandeses, houve certo ressurgimento da atividade econômica da Paraíba com a ampliação rápida do número de engenhos que foram implantados (TARGINO, 2014) e o processo de penetração do povoamento para o interior do Estado no final do século XVII. Este surto de crescimento não conseguiu resistir à crise da economia açucareira decorrente da expansão dessa atividade nas Antilhas. A situação de dificuldades por que passou a Paraíba vai ganhar maior dimensão com a incorporação da capitania da Paraíba à capitania de Pernambuco durante a segunda metade do século XVIII.

A difusão e expansão da lavoura algodoeira durante o século XIX, embora tenha imprimido uma dinâmica de crescimento, particularmente com o adensamento populacional na região semiárida, de modo particular na região agrestina, não chegou a distinguir a economia paraibana no contexto regional, uma vez que a expansão da cotonicultura foi comum a todos os Estados nordestinos.

Por outro lado, a pecuária aqui implantada esteve inicialmente atrelada à produção açucareira, com a disseminação de criatórios na periferia da zona canavieira, como atesta a descrição feita por Elias Herckmans (1886). A penetração dos colonizadores para o interior do Estado foi feita com base na ocupação dos espaços disputados aos índios para a instalação das fazendas de gado. Desde o final do século XVII, esse povoamento se deu de forma dispersa e rarefeita. As sesmarias doadas contemplavam extensões significativas de terras, medidas em termos de léguas. A pecuária representou, portanto em toda a área semiárida, uma atividade pouco significativa em termos econômicos e mais representativa em termos de apropriação do espaço em nome da coroa portuguesa. O extermínio de povos indígenas foi a consequência dessa guerra de conquista. Só com a expansão da cotonicultura é que a porção semiárida vai ganhar maior expressividade com a implantação do sistema gado-algodão no Sertão e do sistema gado-algodão-policultura no Agreste (MOREIRA e TARGINO, 1997). Os dados contidos na Tabela 1 dão sustentação a essas afirmativas.

Tabela 1 – Evolução da população paraibana (1774-1872)

Anos	Litoral	Agreste[1]	Sertão	Total
1774*	16.929	6.155	7.221	30.305
1775*	-	-	-	52.000
1782*	30.009	7.914	14.540	52.463
1808**	-	-	-	95.182
1811*	-	-	-	122.407
1812*	-	-	-	95.162
1819**	-	-	-	96.448
1823**	-	-	-	122.407
1830**	-	-	-	246.000
1840*	-	-	-	227.870
1847*	35.868	92.356	23.228	151.452
1851*	42.526	111.777	54.649	208.952
1867**	-	-	-	300.000
1872**	-	-	-	376.226

Fontes: (*)Pinto(1977);(**)Marcílio (1974)
Nota:(1)Entende-se aqui como Agreste a área compreendida pela Vila de Pilar, Paróquia de Taipu, Cidade de Areia, Vila do Ingá, Paróquia de Natuba, Vila de Alagoa Nova, Vila de Bananeiras, Paróquia de Cuité, Vila de Independência e Vila de Campina Grande.

Como pode ser observado na Tabela 1, até o final do século XVIII, a população paraibana estava fortemente concentrada na região litorânea de predomínio da atividade açucareira. Mais da metade da população estava aí residindo. Este quadro muda de configuração no século XIX, quando se registra o adensamento populacional no Sertão e, principalmente, no Agreste, como consequência do crescimento da cotonicultura nessas duas áreas.

O espaço agrário paraibano foi conformado de tal forma segundo os princípios de uma economia agroexportadora. As atividades industriais eram praticamente inexistentes, conforme exigência do pacto colonial. Com efeito, as colônias são espaços de suprimento de matérias-primas e de alimentos para as áreas metropolitanas, mesmo quando conquistaram a sua independência política. No caso específico da Paraíba, as atividades agropecuárias desenvolvidas não deram provimento ao crescimento sustentado da atividade industrial.

É bem verdade que até a primeira metade do século XX havia certa interação entre as atividades agropecuárias e as industriais. Inscrevem-se nesse quadro a interação entre a cotonicultura e as usinas de beneficiamento do algodão e as primeiras indústrias de fiação e tecelagem surgidas no Estado, a exemplo da Fábrica Tibiri (em Santa Rita, 1896) e a Fábrica de Rio Tinto (em Rio Tinto, 1924). Assim como entre a produção canavieira e as 7 usinas de açúcar instaladas em Santa Rita (Usinas Santa Rita, São João e Santana), Sapé (Usina Santa Helena), Alagoa Grande (Usina Tanques), Areia (Usina Santa Maria) e Mamanguape (Usina Monte Alegre). Essa interação também pode ser observada entre a produção pecuária e os curtumes instalados em Campina Grande, João Pessoa, Itabaiana etc. No entanto, essa relação da agropecuária com o setor industrial esteve restrita a segmentos industriais menos avançados tecnologicamente, de modo que não implicaram polos dinamizadores da economia paraibana. Um surto de crescimento da atividade industrial vai ser registrado com a implantação da Sudene e de sua política de industrialização incentivada, iniciada no final da década de 1950.

Desse modo, a economia paraibana desenvolveu-se com base numa matriz primário-exportadora, seja quando se considera o painel das trocas internacionais seja no quadro interregional. Os dados apresentados na Tabela 2 confirmam esta configuração econômica estadual.

Tabela 2 – Paraíba: Valor adicionado* por setores produtivos (1960 / 1990) (Em mil R$)

Anos	Setor Agropecuário		Setor Industrial		Setor de Serviços		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1960	1.096.700,65	56,8	173.769,49	9,0	661.833,23	34,3	1.932 303,36	100
1969	925.724,46	46,7	180.577,71	9,1	877.181,57	44,2	1.983.483,73	100
1975	932.869,52	27,7	764.560,11	22,7	1.667.696,73	49,6	3.365.126,35	100
1980	880.502,27	17,7	1.318.514,15	26,5	2.767.851,55	55,7	4.966.867,97	100
1985	1.220.325,26	20,9	1.609.861,34	27,6	3.005.013,71	51,5	5.835.200,31	100
1990	1.124.015,23	15,3	1.875.437,63	25,6	4.336.024,93	59,1	7.335.477,80	100

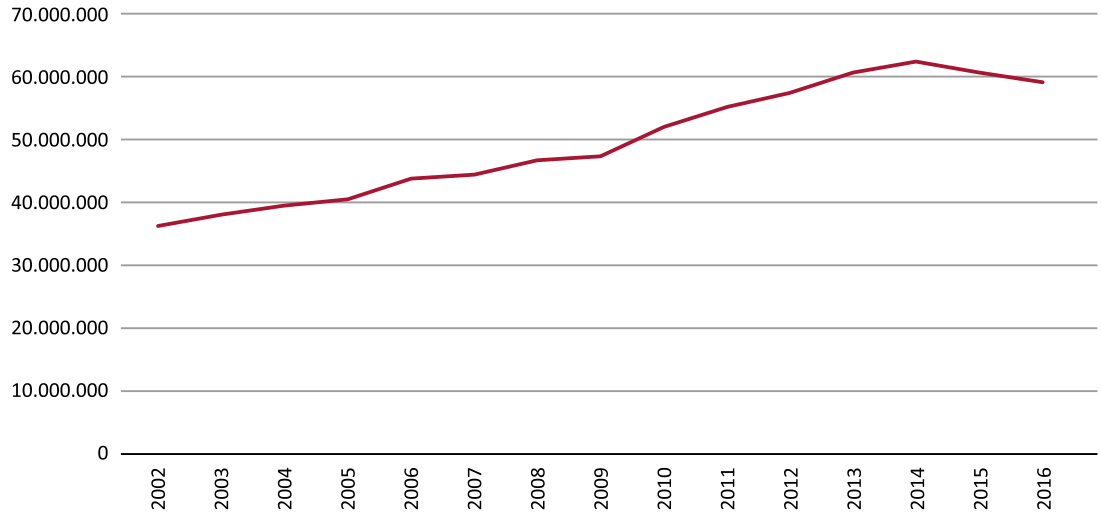
Fonte: Ipeadata (c2006)
Nota (*): Valores constantes; ano base 2000.

De fato, até a década de 1960, o principal setor de atividade era o agropecuário, que contribuía com cerca da metade do valor adicionado estadual, caracterizando uma economia primário-exportadora (veja Tabela 2). Essa característica é reforçada quando se observa a composição das exportações paraibanas, onde se sobressaíam as exportações de sisal e de algodão (NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA INDUSTRIAL DA PARAÍBA, 1974). Esse panorama sofre uma inflexão a partir da década de 1970, em virtude de dois fatores fundamentais: a) de um lado, a atuação da Sudene representou um papel importante na expansão do setor industrial do Estado; convém lembrar que essa ação teve inscrita no contexto do "milagre brasileiro", sendo reforçada no plano de desenvolvimento estadual com a criação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba (FAIN); b) de outro lado, tem-se o crescimento do setor de serviços que ocupou a liderança da economia estadual entre 1975 e 1980, refletindo tanto o processo de urbanização da população quanto o crescimento dos serviços ligados ao setor produtivo, de modo particular o crescimento do setor financeiro e dos serviços públicos relacionados à educação e à saúde.

2 Desenvolvimento Recente da Economia Estadual

Nas duas últimas décadas, a economia paraibana apresentou um desempenho bastante positivo até o ano de 2014, como pode ser visualizado no Gráfico 1. Nesse período, o PIB paraibano passou de R$ 36.312.590 mil para R$ 59.088.986 mil, o que equivale a uma taxa de crescimento de 62,37%. No entanto, em 2015 e 2016, o PIB estadual declinou, reflexo da crise econômica vivenciada pela economia brasileira.

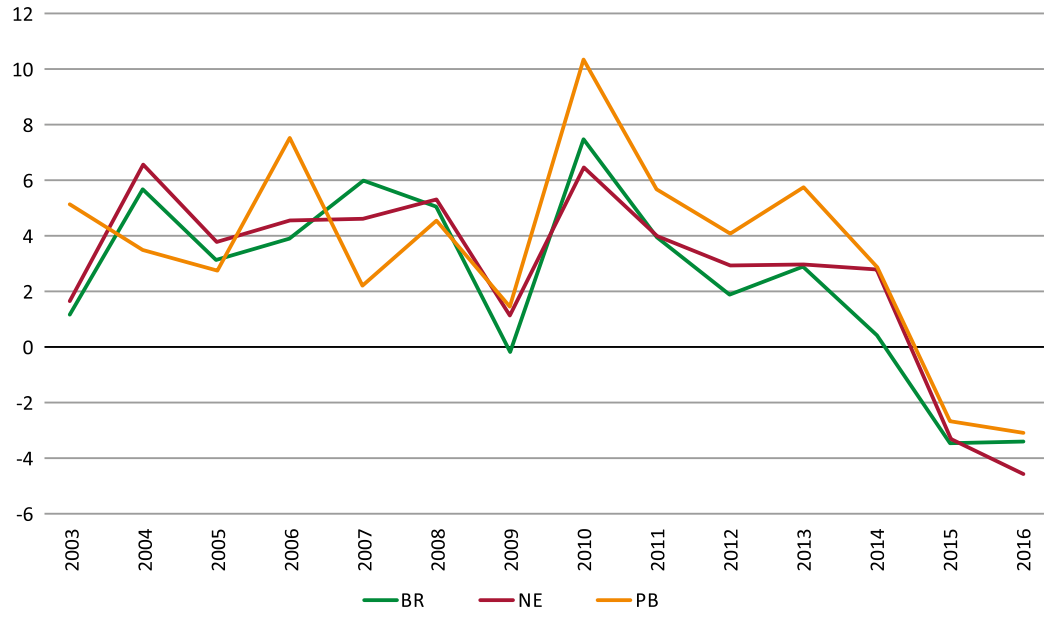
Gráfico 1 – Paraíba: Evolução do PIB* (2002-2016) (Em mil R$)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

No período em foco, o PIB estadual obteve taxa de crescimento (3,4% a.a.) superior às obtidas pelo PIB nacional (2,5% a.a.) e regional (2,8% a.a.). Com efeito, como pode ser observado no Gráfico 2, durante os quinze anos observados, em apenas quatro, a Paraíba obteve taxas inferiores às do Brasil e do Nordeste.

Gráfico 2 – Taxas de crescimento do PIB do Brasil, do Nordeste e da Paraíba (2002-2016)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). Elaboração própria.

Interessante observar que foi exatamente no período de maior crescimento da economia brasileira que isto ocorreu. Por outro lado, a partir de 2010, quando a economia nacional inicia uma trajetória de crescimento descendente, a Paraíba segue também essa tendência, mas com taxas superiores ao Brasil e ao Nordeste. Isso coincide com um novo ciclo político no Estado, com a ascensão ao governo estadual de Ricardo Coutinho que imprimiu uma dinâmica nova no fortalecimento da infraestrutura e uma política mais agressiva de atração de investimentos industriais, particularmente com a instalação do polo cimenteiro.

Apesar da economia estadual ter apresentado um melhor desempenho do que a do Brasil e a do Nordeste, a sua participação relativa permaneceu inalterada ao se considerar os anos extremos da série. Isto é, permaneceu ocupando a 18ª posição entre as Unidades Federativas nacionais e a 6ª posição no tocante ao Nordeste. O que se explica pela pequena dimensão da economia estadual tanto em termos nacional quanto regional. Durante o período, a participação do PIB estadual no nacional variou de 0,8% a 0,9% e, em relação ao PIB regional oscilou entre 5,9% e 6,6% como pode ser verificado na Tabela 3.

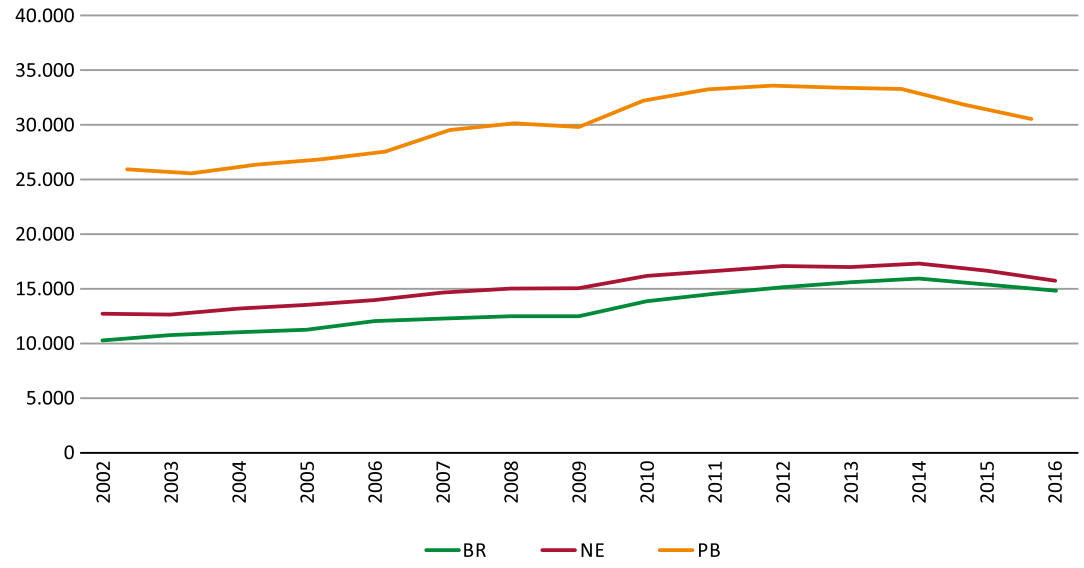
Tabela 3 – Participação % do PIB paraibano no PIB nacional e regional - 2002 a 2016

Especificação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PB/BR	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
PB/NE	5,9	6,1	5,9	5,9	6,1	5,9	5,9	5,9	6,1	6,2	6,3	6,4	6,4	6,5	6,6

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). Elaboração própria.

A fragilidade da economia paraibana também se manifesta em relação ao PIB per capita. Com efeito, o valor desse indicador para a Paraíba representa apenas 48% do PIB per capita nacional. Mesmo em relação ao Nordeste, tem-se que o PIB per capita estadual é inferior ao do Nordeste (veja Gráfico 3). É verdade que essa diferença reduziu-se em 8 pontos percentuais na comparação com o PIB nacional e 12 pontos percentuais em relação ao Nordeste, no intervalo temporal em foco. Não obstante essa redução, é fato que a renda per capita estadual ainda é bastante baixa quando se compara com o valor desse indicador em nível nacional. Seguindo a abordagem tradicional que toma o PIB per capita como um indicador de subdesenvolvimento, os dados representados no Gráfico 3 dão sustentação à afirmação do GTDN que o problema do Nordeste (e mais especificamente da Paraíba) situa-se no seu subdesenvolvimento, face o Centro-Sul do País (GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, 1967). O que vale dizer no nível de pobreza em que está mergulhada a maioria da população da Paraíba.

Gráfico 3 – PIB* per capita do Brasil, Nordeste e Paraíba entre 2002 e 2016



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).
Nota: (*) valores constantes a preços de 2016.

As informações acima comentadas são suficientes para exprimir o grau de defasagem do desenvolvimento da socioeconomia paraibana. Porém, o panorama é bem mais grave do que o indicado pelo PIB per capita estadual. Os dados da Tabela 4 permitem avançar no aprofundamento da gravidade do problema. Dois aspectos importantes podem ser destacados da análise dessas informações:

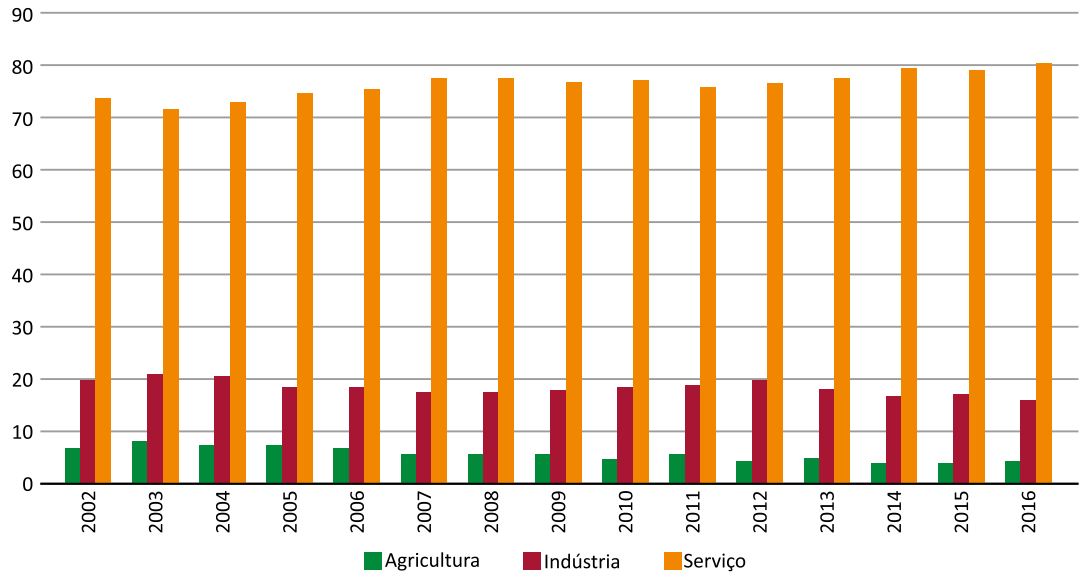
Tabela 4 – Paraíba: Distribuição do número de municípios segundo classe do PIB per capita por mesorregião – 2016

PIB per capita (R$)	Mata Paraibana		Agreste Paraibano		Borborema		Sertão Paraibano		Total	
	Fr. Abs	%	Fr. Abs	%	Fr. Abs	%	Fr. Abs	%	Fr. Abs	%
5739 – 7996	5	16,7	28	42,4	12	27,3	35	42,2	80	35,9
7997 – 10255	11	36,7	27	40,9	27	61,4	37	44,6	102	45,7
10256 – 12514	2	6,7	8	12,1	4	9,1	6	7,2	20	9,0
12515 – 14746	5	16,7	-		1	2,3	3	3,6	9	4,0
14747 e mais	7	23,3	3	4,5	-	-	2	2,4	12	5,4
Total	30	100,0	66	100,0	44	100,0	83	100,0	223	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

Quanto à composição do VAB estadual, como pode ser observado no Gráfico 4, tem-se uma forte preponderância do setor terciário sobre os dois outros setores. A média de participação do setor terciário no VAB, durante o período, foi de 80,3%, enquanto que a do setor agropecuário foi de 5,3% e a do setor industrial foi de 15,9%.

Gráfico 4 – Paraíba: Composição do Valor Agregado Bruto por setores de atividade (2002-2016)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018) Elaboração própria.

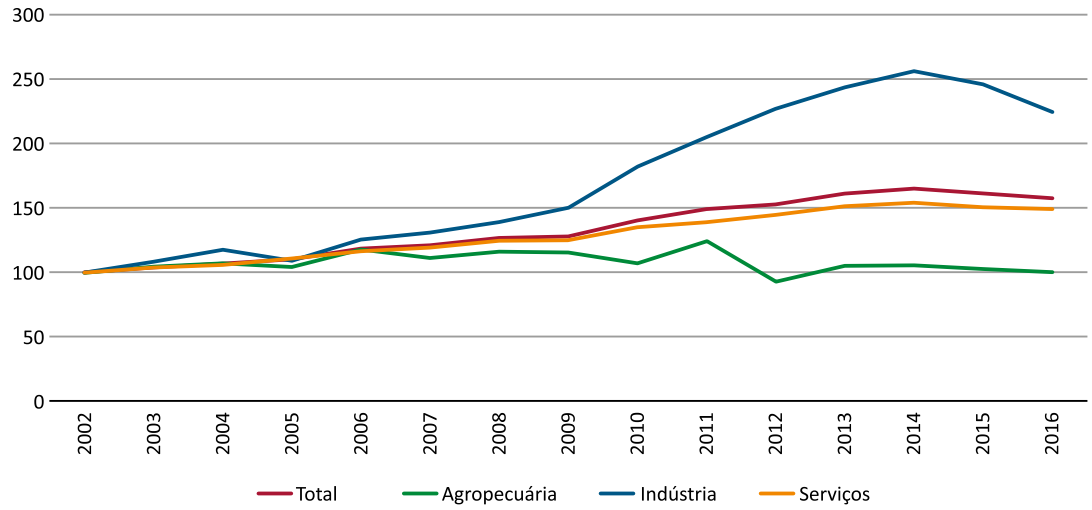
Vale lembrar que esse processo de preponderância do setor de serviços é uma tendência observável tanto em escala mundial quanto nacional (CARDOSO e ALMEIDA, 2013). Para esses autores:

> A aceleração do crescimento do setor de serviços como participação do PIB vem sendo inegavelmente uma característica do padrão de crescimento mundial. Observando a evolução e crescimento do setor de serviços no Brasil, podemos apontar para um movimento no sentido de uma "economia de serviços", seguindo o padrão de desenvolvimento da economia mundial. O setor vem perdendo muito de seu caráter residual na economia e transformando-se de produtos intangíveis num serviço moderno intensivo em informação e conhecimento, de modo que em muitos setores de serviço a capacidade de padronização e operação em larga escala vem se perpetuando da mesma forma que nos setores primário e secundário da economia, sendo, portanto, um fator de insumo importante para os demais setores. (CARDOSO e ALMEIDA, 2013, p.2)

No caso da Paraíba, essa tendência assume um caráter particular. Além de fatores disseminados nas diferentes escalas tais como processo de urbanização, crescente importância do setor financeiro, mudanças tecnológicas que tornam tênues os limites entre o setor terciário e o setor de serviços, tem-se um superdimensionamento da administração pública. No Estado, a administração pública era responsável por 41,3% do VAB do setor terciário, em 2016, e por um terço do VAB estadual. Enquanto isso, em São Paulo, a administração pública representava apenas 9,6% do VAB total. Esse confronto evidencia a fragilidade da economia paraibana, sobretudo nos momentos de crise, pois a dinâmica do Estado depende das suas receitas, fortemente afetadas nos momentos de crise econômica.

No tocante à evolução dos três setores produtivos no período em tela, os dados expostos no Gráfico 5 mostram os seguintes aspectos:

Gráfico 5 – Paraíba: Evolução do VAB dos setores produtivos estaduais no período de 2002 a 2016



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). Elaboração própria.

a) o setor industrial foi o que apresentou o melhor dinamismo, tendo concorrido, para tanto, a política mais agressiva do Governo Estadual, como já frisado anteriormente, bem como o dinamismo do segmento da construção civil estimulado pelo Programa Minha Casa Minha Vida, implantado pelo Governo Federal;

b) o setor terciário definiu a trajetória do VAB estadual, mostrando, no entanto, uma evolução mais modesta, influenciada pelo menor dinamismo da administração pública cujo VAB cresceu apenas 29% no período;

c) o setor agropecuário, desde 2011, registrou uma redução na sua contribuição para a economia estadual, reflexo da longa e severa seca que se abateu sobre o território estadual.

3 Comportamento dos Setores Produtivos

Após essas considerações gerais sobre o desempenho econômico estadual, passa-se a discutir a dinâmica econômica segundo os setores de atividades.

3.1 Evolução do setor agropecuário paraibano

Durante as últimas décadas, observa-se um ritmo de crescimento bastante lento e errático da produção agropecuária estadual. De acordo com os dados da Tabela 5, entre 2002 e 2016, o valor agregado do setor agropecuário paraibano cresceu apenas 0,4%, enquanto o valor agregado total cresceu 57,1%. A defasagem no ritmo de crescimento entre essas duas variáveis acentuou-se, principalmente, após 2011.

Tabela 5 – Paraíba: Evolução do Valor* Agregado Total e Agropecuário - 2002 a 2016 (Em mil R$)

Anos	Total	Índice	Agropecuário	Índice
2002	33.613.127	100,0	2.162.435	100,0
2003	35.345.372	105,2	2.311.560	106,9
2004	36.570.600	108,8	2.313.427	107,0
2005	37.389.099	111,2	2.281.634	105,5
2006	40.103.946	119,3	2.556.225	118,2
2007	40.883.988	121,6	2.410.633	111,5
2008	42.592.102	126,7	2.543.116	117,6
2009	43.200.596	128,5	2.489.599	115,1
2010	47.363.486	140,9	2.337.112	108,1
2011	50.022.217	148,8	2.706.697	125,2
2012	51.725.890	153,9	2.005.949	92,8
2013	54.498.774	162,1	2.283.835	105,6
2014	55.651.620	165,6	2.310.308	106,8
2015	54.345.377	161,7	2.250.263	104,1
2016	52.822.399	157,1	2.170.748	100,4

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)
Nota: (*) Valores corrigidos pelo IGP-DI, tomando 2016 como ano base.

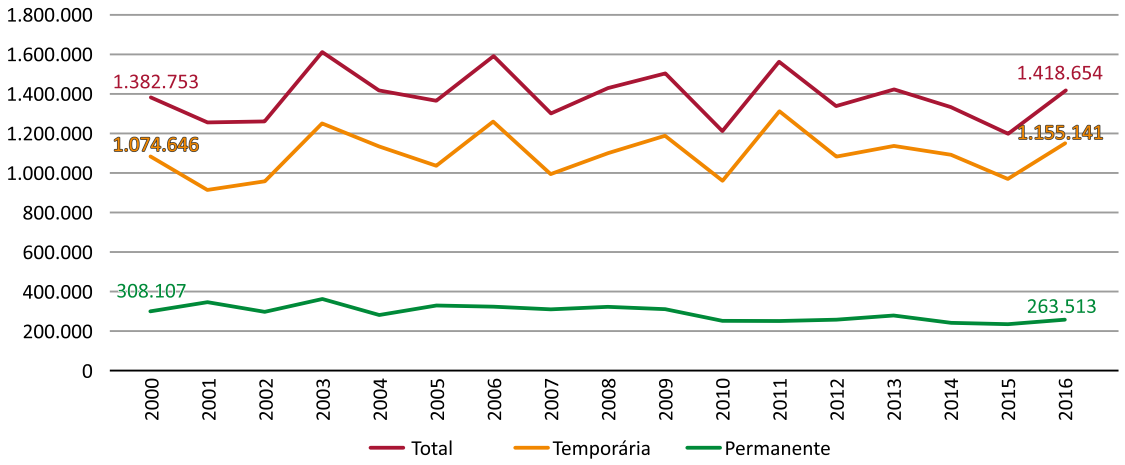
Uma série de fatores tem contribuído para isto. Em primeiro lugar, a ocorrência de um longo período de seca que afetou o Estado: de 2011 a 2016. A seca atingiu todas as mesorregiões paraibanas, inclusive a mesorregião da Mata Paraibana. Em segundo lugar, a crise do setor sucroalcooleiro que iniciada na segunda metade dos anos 1980 prolongou-se na década de noventa e só foi parcialmente superada nos anos 2000 com a retomada do preço do açúcar no mercado mundial, estimulando a produção açucareira paraibana, que, mesmo assim, não conseguiu voltar para o patamar atingido no auge do Proálcool, quando a Paraíba produziu 12 milhões de toneladas de cana. Em terceiro lugar, a produção pecuária também teve um desempenho bastante fraco. A título de ilustração, o rebanho bovino estadual, em 2015, era inferior ao de 1989 (cerca de 1,4 milhão de cabeças). Esses aspectos serão melhor evidenciados ao se discutir com maiores detalhes o desempenho da produção agropecuária estadual, como será feito a seguir.

3.1.1 Desempenho da produção de lavoura

Pode-se afirmar que o setor agropecuário paraibano tem experimentado um longo período de crise, iniciado na década de 1970, com o declínio dos preços do algodão e do sisal no mercado internacional, em virtude da substituição dessas fibras naturais pelas fibras sintéticas, de um lado, e do aumento da produção dessas lavouras em outros espaços (expansão do sisal na África, e do algodão, inicialmente, no Sudeste e depois no Centro-Oeste). No caso da cotonicultura, o golpe final veio com a praga do bicudo, que dizimou com a lavoura no Estado, principalmente o algodão mocó produzido no Sertão. O cultivo dessas lavouras comandou o processo de organização do espaço na região semiárida do Estado (MELO, 1958), de modo que o seu declínio implicou completa desorganização do espaço agrário da região semiárida paraibana (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Esse contexto de crise foi, parcialmente, compensado com a expansão da lavoura canavieira, decorrente da implantação do Proálcool (TARGINO e MOREIRA, 1986). Com efeito, o Proálcool teve impactos significativos na agroindústria sucroalcooleira do Estado: expansão da área cultivada, forte crescimento da produção de cana-de-açúcar, aumento do número de usinas e de destilarias anexas e autônomas, intensificação dos processos de mecanização e de quimificação, ampliação do trabalho assalariado etc. (MOREIRA e TARGINO, 1997). Em resumo, o setor agropecuário paraibano tem passado por um longo período de crise, em virtude dos problemas que afetaram as suas principais lavouras comerciais (cana, algodão e sisal), sem que tenham surgido outras culturas em sua substituição. Os dados expostos no Gráfico 6 evidenciam que o problema da agricultura estadual não foi superado.

Gráfico 6 – Paraíba: Valor* da produção de lavouras permanentes e temporárias (2000-2016) (Em mil R$)



Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)
Nota: valor constante a preços de 2016.

Como se pode observar, em 2016, o valor da produção das lavouras permanentes e temporárias era praticamente o mesmo do registrado em 2000. Isto é, ao longo de 16 anos, não houve nenhum sinal de recuperação econômica da produção de lavouras no Estado. Na década de 2010, situou-se abaixo da tendência do período em foco, em razão da longa estiagem que se abateu sobre a Unidade da Federação.

Esse desempenho das lavouras, nas duas últimas décadas, deve-se principalmente às lavouras temporárias. Como elas contribuíram, em média, com 78% para o valor da produção de lavouras, são elas que definem a dinâmica da produção total como é facilmente verificável no Gráfico 6. No início do período, as lavouras temporárias alcançaram o valor de R$1,07 bilhão, representando 77,7% do valor total das lavouras. No final do período, atingiam o valor de R$1,15 bilhão, equivalente a 81,4% do valor total das lavouras (veja Tabela 6).

Tabela 6 – Paraíba: Valor* da produção de lavouras temporárias e permanentes -2000-2016 (Em mil reais)

Anos	Lavouras temporárias		Lavouras Permanentes		Total	
	Fr. Absoluta	%	Fr. Absoluta	%	Fr. Absoluta	%
2000	1.074.646	77,7	308.107	22,3	1.382.753	100,0
2001	906.297	72,2	348.291	27,8	1.254.588	100,0
2002	962.059	76,4	296.688	23,6	1.258.747	100,0
2003	1.255.386	77,5	363.964	22,5	1.619.350	100,0
2004	1.128.825	79,9	283.751	20,1	1.412.576	100,0
2005	1.035.535	75,7	332.118	24,3	1.367.653	100,0
2006	1.267.698	79,3	329.939	20,7	1.597.638	100,0
2007	987.387	76,0	312.189	24,0	1.299.576	100,0
2008	1.100.443	77,0	328.617	23,0	1.429.060	100,0
2009	1.193.760	79,2	312.715	20,8	1.506.475	100,0
2010	948.331	79,0	252.481	21,0	1.200.812	100,0
2011	1.317.782	83,7	257.091	16,3	1.574.873	100,0

Anos	Lavouras temporárias		Lavouras Permanentes		Total	
	Fr. Absoluta	%	Fr. Absoluta	%	Fr. Absoluta	%
2012	1.080.525	80,7	258.370	19,3	1.338.895	100,0
2013	1.137.420	80,0	285.154	20,0	1.422.575	100,0
2014	1.090.476	81,5	247.788	18,5	1.338.264	100,0
2015	964.392	80,1	240.136	19,9	1.204.528	100,0
2016	1.155.141	81,4	263.513	18,6	1.418.654	100,0

Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)
Nota: valor constante a preços de 2016.

Em contrapartida, a produção de lavouras permanentes iniciou o período com R$ 308,1 milhões, o equivalente a 22,3% do valor da produção das lavouras. No último ano da série, o valor da produção dessas lavouras alcançou R$ 263,5 milhões, representando 18,6% do valor total da produção de lavouras.

Ao contrário do que aconteceu com a produção de lavouras temporárias, houve declínio das lavouras permanentes, da ordem de 15% (veja Tabela 6). Esse declínio ocorreu, principalmente, na década de 2010.

3.1.1.1 Desempenho da produção de lavouras temporárias

A produção de lavouras temporárias está desigualmente distribuída no espaço paraibano. A mesorregião da Mata Paraibana, que corresponde apenas a 9,3% do território estadual, é responsável por 80% da produção dessas lavouras. As mesorregiões do Agreste Paraibano, Sertão Paraibano e Borborema concorrem com 16%, 2,7% e 1,1%, respectivamente (veja Tabela 7).

Tabela 7 – Paraíba: Distribuição do valor da produção de lavouras temporárias segundo as mesorregiões - (2016) (Em mil R$)

Especificação	Valor	%
Paraíba	1.159.164,00	100,0
Sertão Paraibano	31.358,00	2,7
Borborema	12.975,00	1,1
Agreste Paraibano	185.824,00	16,0
Mata Paraibana	929.008,00	80,1

Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

Além dessa concentração espacial, há também concentração em termos de algumas lavouras. De acordo com a Tabela 8, a produção de lavouras temporárias está concentrada em cinco tipos de culturas: cana-de-açúcar, abacaxi, mandioca, feijão, milho e batata doce. Essas lavouras foram responsáveis, em média no período, por 93,8% do valor das principais lavouras temporárias.

Esse processo de concentração da produção é ainda mais grave quando se considera que apenas duas lavouras (cana-de-açúcar e abacaxi), responderam, em média, por 70,39% do valor da produção das lavouras temporárias. As lavouras alimentícias tradicionais (feijão, milho, mandioca, batata-doce) têm um peso pequeno no conjunto da agricultura temporária estadual e estão fortemente sujeitas aos ciclos das secas, como pode ser observado com a participação dessas lavouras nos anos 2010. Isto é tão mais grave quando se constata que esses bens são majoritariamente produzidos nas pequenas propriedades (TARGINO, MOREIRA e ARAÚJO, 2014), evidenciando uma das faces da problemática da agricultura familiar estadual.

Tabela 8 – Paraíba: Valor* das principais lavouras temporárias -2000 a 2016 -Em mil R$

Anos	Total	Principais lavouras temporárias (participação %)						
		Abacaxi	Batata-doce	Cana-de-açúcar	Feijão	Mandioca	Milho	% do total
2000	1.078.389	20,96	2,94	33,40	17,81	5,81	8,47	89,39
2001	909.454	36,93	1,74	50,16	3,64	2,97	0,65	96,10
2002	965.409	25,96	2,32	38,21	13,68	6,20	7,27	93,63
2003	1.259.759	18,9	2,2	38,6	14,8	8,0	9,8	92,30
2004	1.132.756	22,94	3,26	39,35	12,60	7,46	4,43	90,05
2005	1.039.141	29,02	3,66	36,12	12,03	7,45	4,13	92,41
2006	1.272.114	21,94	2,79	37,60	16,74	5,07	8,68	92,82
2007	990.826	26,66	3,31	38,03	12,48	6,97	5,51	92,96
2008	1.104.276	21,57	3,60	30,10	18,77	8,06	8,09	90,19
2009	1.197.918	28,71	3,22	39,92	9,10	6,80	5,25	93,00
2010	951.634	35,39	3,73	45,24	2,82	8,00	0,84	96,02
2011	1.322.372	29,03	3,24	45,90	8,16	4,62	3,65	94,60
2012	1.084.288	38,47	2,21	48,81	0,97	6,18	0,55	97,19
2013	1.141.382	35,14	2,96	41,66	5,46	7,65	1,89	94,75
2014	1.094.274	33,56	2,94	47,49	3,46	6,74	1,91	96,10
2015	967.751	36,71	3,68	46,85	1,60	6,90	0,79	96,53
2016	1.159.164	27,70	3,21	55,98	2,83	6,83	0,99	97,55

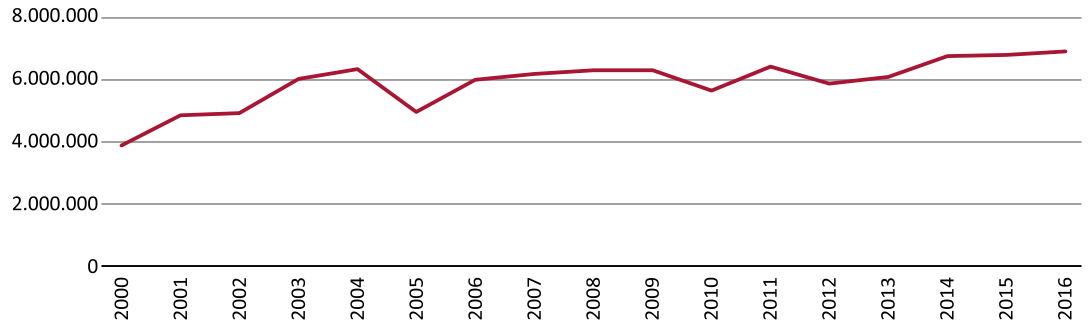
Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)
Nota: (*) Valor em real de 2016.

A fragilidade desse segmento do setor primário estadual fica também patenteada ao se analisar a trajetória da evolução das suas principais lavouras durante o período em estudo. Da observação dos Gráficos 7, 8, 9, 10, 11 e 12, podem ser feitas as seguintes constatações:

a) A cana-de-açúcar foi a única lavoura que traçou um movimento ascendente durante o período. Apesar disso, o nível de produção ainda situou-se abaixo daquele registrado na década de 1980, no auge do Programa Nacional do Álcool (10,7 milhões de toneladas). Importa ressaltar que esse cultivo não foi afetado pelo período de estiagem, tendo em vista a prática de irrigação utilizada bastante disseminada. Com efeito, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, essa lavoura é identificada como aquela que detém a maioria dos equipamentos de irrigação do Estado (TARGINO e MOREIRA, 2006).

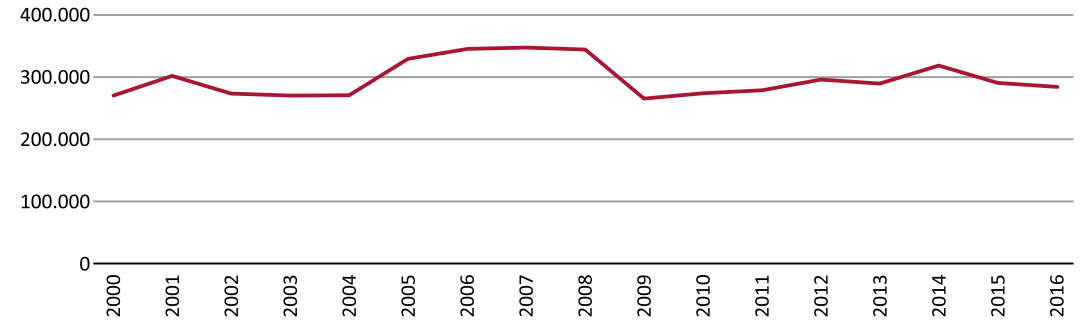
b) O cultivo do abacaxi, concentrado na mesorregião da Mata Paraibana e em alguns municípios do Agreste Paraibano, manteve-se em torno de 300 mil frutos anuais, depois de ter experimentado um crescimento significativo na década de 1990 (TARGINO e MOREIRA, 2006). Por se tratar de uma bromeliácea, o abacaxizeiro consegue captar a água que necessita através das suas folhas, principalmente em áreas de elevada umidade do ar, o que explica não haver significativa retração da produção em decorrência do período de estiagem (REINHARDT, 2015).

Gráfico 7 – Evolução da produção de cana-de-açúcar (em toneladas)



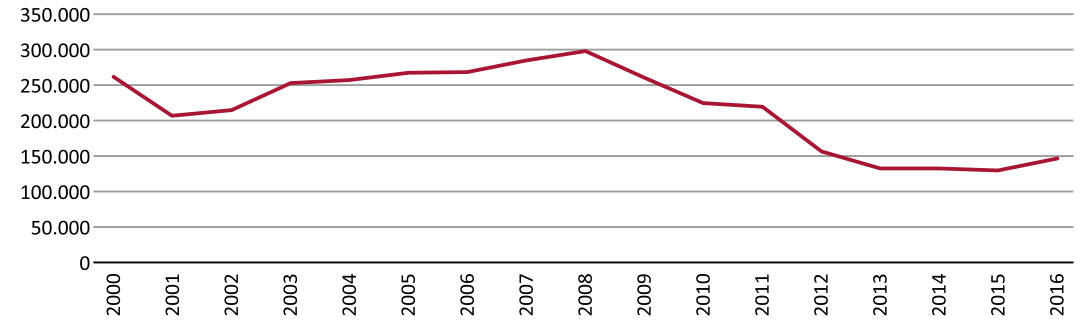
Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

Gráfico 8 – Evolução da produção de abacaxi (em toneladas)



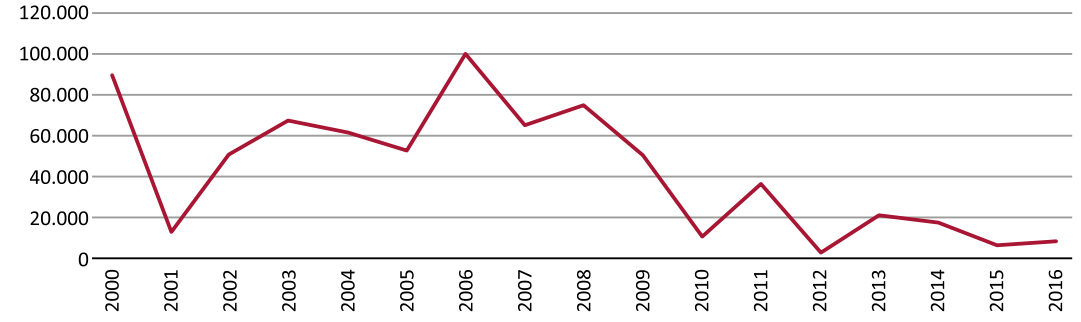
Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

Gráfico 9 – Evolução da produção de mandioca (em toneladas)



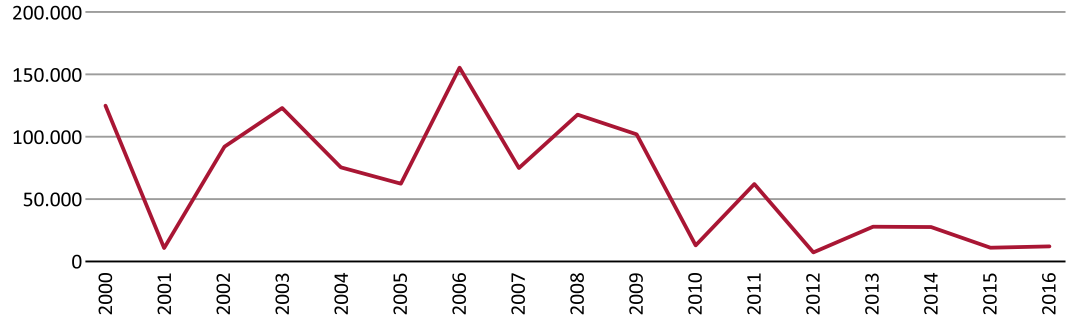
Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

Gráfico 10 – Evolução da produção de feijão (em toneladas)



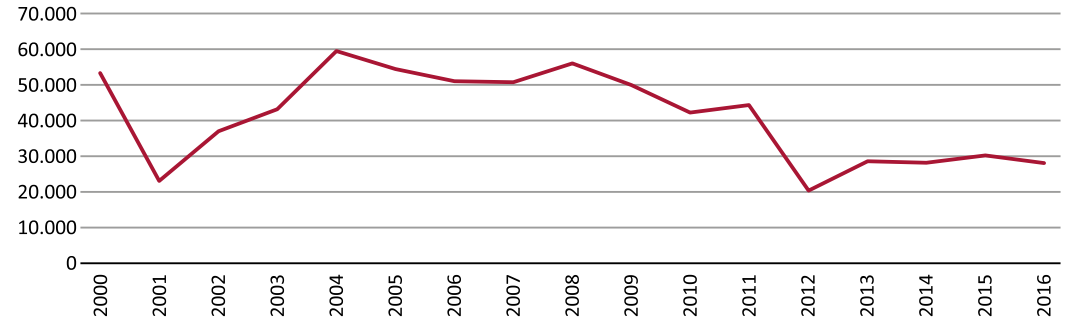
Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

Gráfico 11 – Evolução da produção de milho (em toneladas)



Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

Gráfico 12 – Evolução da produção de batata doce (em toneladas)



Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

c) As lavouras alimentares tradicionais (mandioca, feijão, milho e batata doce) mostram claramente um movimento descendente de sua produção. São elas as mais suscetíveis às intempéries climáticas, com claros efeitos sobre o nível de renda dos pequenos produtores, uma vez que são eles os principais responsáveis por esse segmento produtivo.

3.1.1.2 Desempenho da produção de lavouras permanentes

Em relação às lavouras permanentes, também se constata uma concentração espacial da produção. Só que nesse caso, a maior concentração da produção ocorre na mesorregião do Agreste Paraibano (66,2%) e, em segundo lugar, na mesorregião da Mata Paraibana (24,4%). As mesorregiões do Sertão Paraibano e da Borborema, apesar de deterem 68% do território estadual, só contribuem com 9,4% do valor da produção das lavouras permanentes (veja Tabela 9). A produção no Agreste Paraibano está localizada, principalmente, na microrregião do Brejo Paraibano, que resultou da substituição da cana-de-açúcar com o fim do Proálcool, pelo cultivo da banana.

Tabela 9 – Paraíba: Valor da produção das lavouras permanentes segundo as mesorregiões em 2016 (Em mil reais)

Mesorregiões	Total	Principais lavouras permanentes						
		Banana	Coco-da-baía	Mamão	Manga	Maracujá	Subtotal	%
Sertão Paraibano	19.871	11.458	5.377	-	1.675	-	18.510	7,5
Borborema	4.950	697	916	654	402	1.320	3.989	1,9
Agreste Paraibano	175.081	126.449	2.354	1.623	3.908	9.700	144.034	66,2
Mata Paraibana	64.529	5.608	14.818	33.049	2.640	5.988	62.103	24,4
Total	264.431	144.212	23.465	35.326	8.625	17.008	228.636	100,0

Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

A baixa participação na produção de lavouras permanentes das mesorregiões onde incide, com maior intensidade, a semiaridez na Paraíba, contrasta com o que ocorre em outros Estados do Nordeste, como Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. Isso em virtude da ausência de projetos de irrigação significativos (TARGINO e MOREIRA, 2006).

Como mostram os dados da Tabela 10, também ocorre nas lavouras permanentes uma concentração da produção em poucas lavouras: banana, mamão, coco, maracujá, manga e castanha de caju. Tais produtos, na média do período em tela, contribuíram com 87,8% do valor das lavouras permanentes no Estado. Ressalta-se que só a banana contribuiu com mais da metade desse valor (54,7%).

Tabela 10 – Paraíba: Valor* da produção de lavouras permanentes por principais produtos - 2000-2016 - (Em mil R$)

Anos	Total	Banana	Castanha de caju	Coco-da-baía	Mamão	Manga	Maracujá
2000	309.315	165.408	12.461	29.640	29.953	16.970	27.948
2001	349.504	185.675	8.344	29.173	63.177	30.937	5.024
2002	297.721	165.652	5.327	27.954	54.236	11.930	6.021
2003	365.232	230.576	5.666	28.508	46.172	12.761	5.955
2004	284.740	173.119	5.341	31.882	23.368	10.766	6.044
2005	333.275	207.467	5.641	33.829	24.525	11.373	8.095
2006	331.088	185.961	5.536	36.437	36.318	10.848	9.284
2007	313.276	185.214	4.969	32.329	30.099	10.336	10.435
2008	329.761	191.012	5.313	33.677	35.922	11.889	12.035
2009	313.805	174.337	5.126	38.887	32.474	9.490	9.912
2010	253.360	129.775	3.397	39.293	30.649	9.825	6.641
2011	257.987	136.247	3.051	37.221	27.205	9.192	8.274
2012	259.270	111.427	1.646	41.764	52.989	8.228	10.630
2013	286.148	139.064	2.158	45.048	38.627	9.960	12.082
2014	248.651	112.434	2.048	32.143	39.174	9.595	14.830
2015	240.973	120.213	1.922	24.525	32.170	10.452	17.175
2016	264.431	144.211	1.986	23.465	35.327	8.625	17.008

Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)
Nota: (*) Valor a preços de 2016.

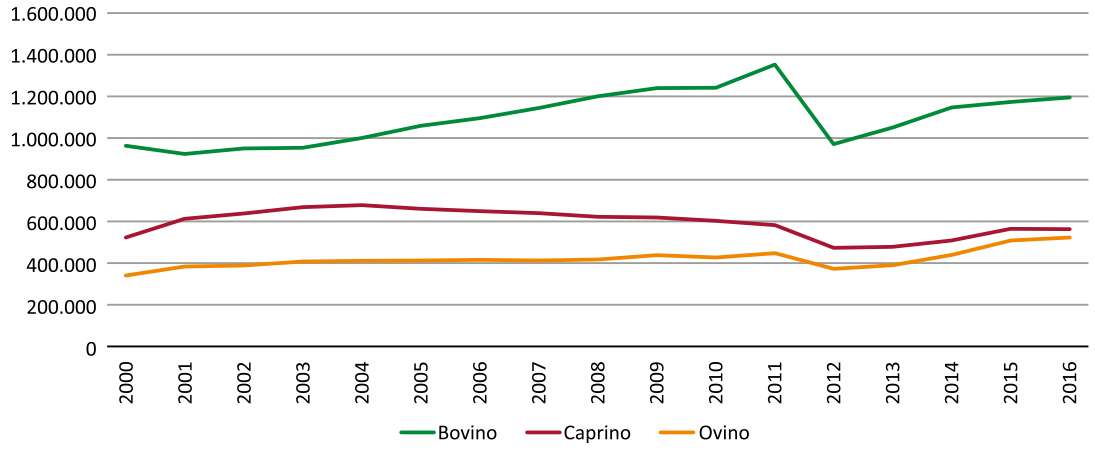
Da discussão sobre o desempenho da produção de lavouras merecem ser retidos alguns aspectos que evidenciam a fragilidade desse segmento produtivo paraibano: a) preponderância das lavouras temporárias que se concentram em dois tipos de lavouras (cana-de-açúcar e abacaxi); b) concentração espacial da produção de lavouras permanentes, principalmente na mesorregião da Mata Paraibana e na microrregião do Brejo Paraibano; c) esvaziamento na produção agrícola das duas mesorregiões com maior incidência de semiaridez. Além desses aspectos, convém lembrar outras dimensões do problema, não tratadas aqui: a) forte concentração da propriedade privada (Gini = 0,83); b) precariedade da base técnica da produção; c) insuficiência das práticas de irrigação e; d) carência de assistência técnica etc. (TARGINO, MOREIRA e ARAÚJO, 2014). Vale salientar, também, que não existe, afora o complexo sucroalcooleiro, nenhuma agroindústria de maior expressão econômica no Estado.

3.1.2 Desempenho da produção pecuária

A produção animal estadual, principalmente a bovinocultura, experimentou grande impulso entre as décadas de 1960 e 1980, estimulada pela disponibilidade de crédito e pela política de incentivos fiscais patrocinada pela Sudene, gerando aumento da demanda por carne e por laticínios, decorrente do processo acelerado de urbanização (MOREIRA e TARGINO, 1997). O maior efetivo alcançado pelo rebanho bovino paraibano foi em 1989 com 1.458.629 cabeças.

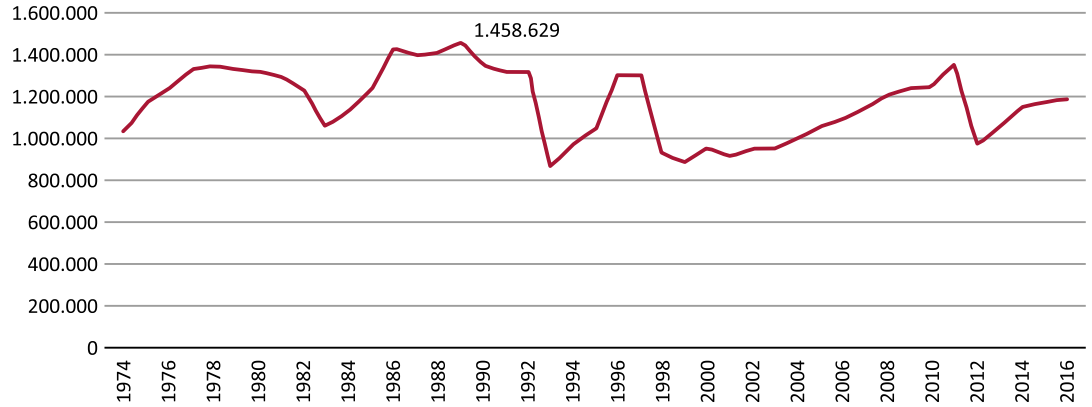
Atualmente, a produção pecuária estadual está concentrada em três segmentos: bovinocultura, ovinocultura e caprinocultura, com a predominância do primeiro, como pode ser visto no Gráfico 13.

Gráfico 13 – Paraíba: evolução do efetivo dos principais rebanhos (2000-2016)



Fonte: Produção da Pecuária Municipal (2017)

Gráfico 14 – Paraíba: Evolução do rebanho bovino (1974-2016)



Fonte: Produção da Pecuária Municipal (2017)

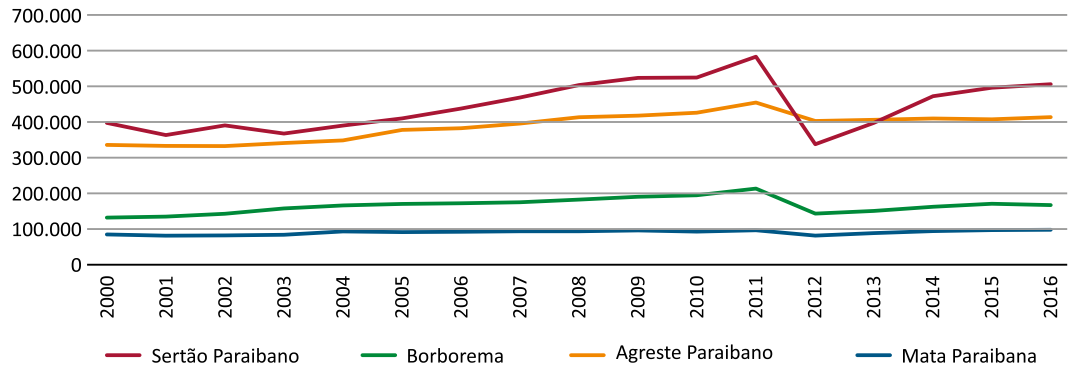
A visão oferecida pelo Gráfico 13 deixa transparecer a ideia de que esse rebanho estaria numa trajetória ascendente. No entanto, a série histórica oferecida pela Pesquisa Pecuária Municipal, iniciada em 1974, mostra que não é essa a realidade (veja Gráfico 14). De fato, a bovinocultura estadual tem registrado um movimento cíclico, que guarda estreita vinculação com os períodos de seca. Isto é, quando ocorre uma seca, há um decréscimo do rebanho, que se recupera aos poucos com o fim do período de restrição climática. Porém, nas duas últimas décadas, o tamanho do rebanho permaneceu sempre abaixo do nível alcançado em 1989. Embora o efetivo do rebanho bovino estadual não tenha desenvolvido a mesma tendência do rebanho nacional (trajetória de crescimento continuada), podem ser constatadas algumas mudanças significativas nas práticas de criação tais como: melhoria genética do rebanho com a introdução de novas raças: beduínos, holandês e guazerá; melhoria no controle sanitário; mudanças no padrão alimentar; introdução da ordenha mecânica etc. (MAIA, 2014).

Quanto aos rebanhos de médio porte, os mais expressivos são os de ovelha e de cabra (veja Gráfico 13). Nas últimas décadas, experimentaram um movimento de crescimento, não obstante os impactos do último período de seca, que foram relativizados pela política adotada pelo governo do Estado de distribuição de ração e pelo esforço de substituição do tipo da palma forrageira que foi infestada pela praga da colchonilha de carmim. Para o bom desempenho desses dois rebanhos, foi fundamental a adoção do Programa de Aquisição de Alimentos(PAA), modalidade leite, que provocou uma estabilização do mercado dos produtos desse rebanho, particularmente do leite (DUQUE, 2007; REGO, 2019). A implantação do PAA

leite propiciou a implantação de vários laticínios, sobretudo na mesorregião da Borborema, principal área de concentração desses rebanhos.

No tocante à distribuição espacial da pecuária, constata-se que ela predomina nas mesorregiões de clima semiárido. A bovinocultura predomina nas mesorregiões do Sertão Paraibano e do Agreste Paraibano (veja Gráfico 15). O peso da bovinocultura nessas mesorregiões foi responsável pela constituição do sistema gado-algodão no Sertão e do sistema policultura-gado-algodão no Agreste, de acordo com Melo (1958) e Andrade (1980). A baixa presença desse rebanho na Mata Paraibana e na Borborema explica-se pelo exclusivo canavieiro e pelas restritivas condições climáticas, respectivamente.

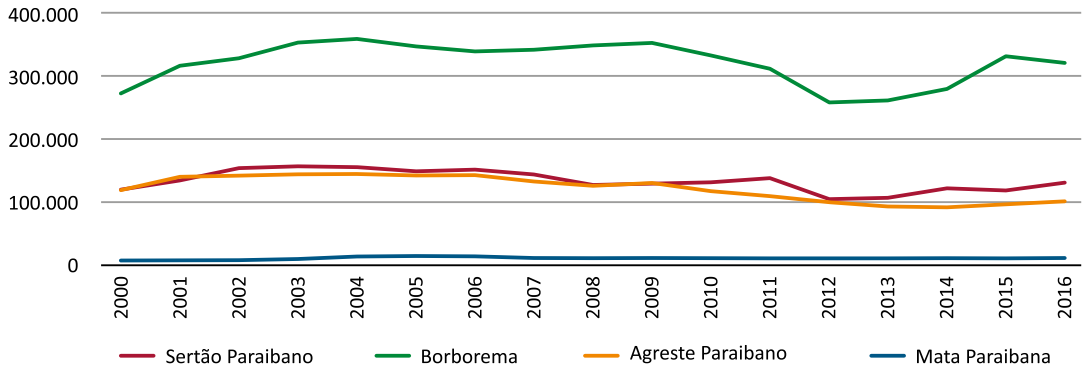
Gráfico 15 – Paraíba: Distribuição espacial do rebanho bovino (2000-2016)



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal (2017)

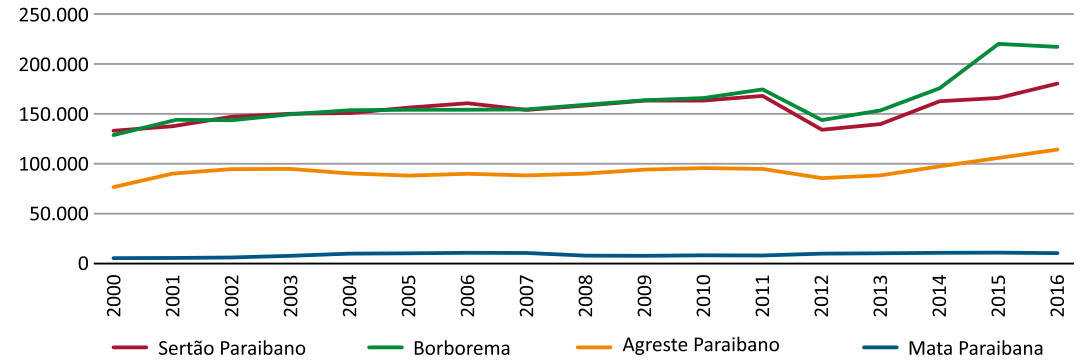
Há uma forte especialização espacial em relação à caprinocultura. Como pode ser observado no Gráfico 16, esse rebanho está localizado principalmente na mesorregião da Borborema. Além das condições climáticas propícias à caprinocultura e da implantação do PAA-Leite, deve-se lembrar que o Governo Estadual também adotou um programa de incentivo a esse criatório que implicou melhoria genética do rebanho, disseminação de cuidados sanitários, prestação de assistência técnica etc. (GALVÃO et al. , 2006). No tocante à ovinocultura, esta ocorre de forma disseminada no território paraibano, à exceção da Mata Paraibana, cujo rebanho é inexpressivo. Isto é, tal rebanho localiza-se, predominantemente, nas áreas semiáridas, com maior expressão nas mesorregiões do Sertão Paraibano e da Borborema. Deve ser observado, também, que a ovinocultura registra uma tendência positiva de crescimento nas três principais mesorregiões onde é explorada.

Gráfico 16 – Paraíba: Distribuição espacial da caprinocultura (2000-2016)



Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (2017)

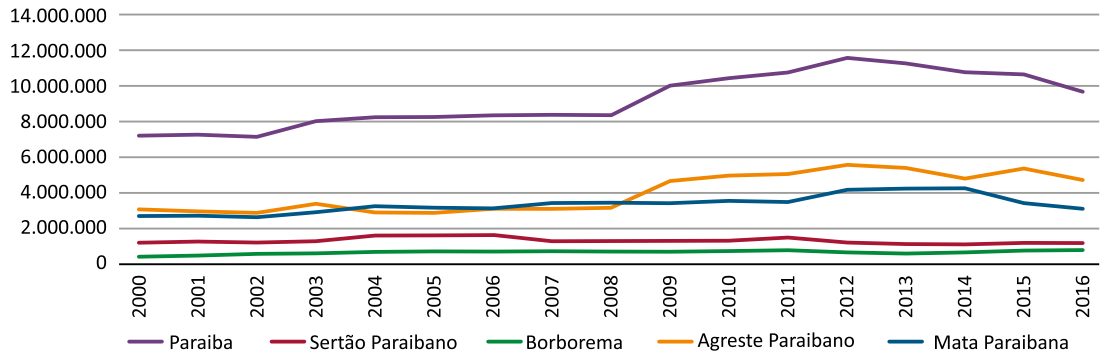
Gráfico 17 – Paraíba: Distribuição espacial da ovinocultura (2000-2016)



Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (2017)

Ainda em relação à criação de animais, importa destacar o comportamento do segmento dos galináceos, que no período em estudo teve um comportamento ascendente até 2012, quando praticamente dobra o número de animais (veja Gráfico 18). A produção está concentrada nas mesorregiões do Agreste Paraibano e da Mata Paraibana.

Gráfico 18 – Paraíba: Evolução do criatório de galináceos segundo as mesorregiões (2000 -2016)



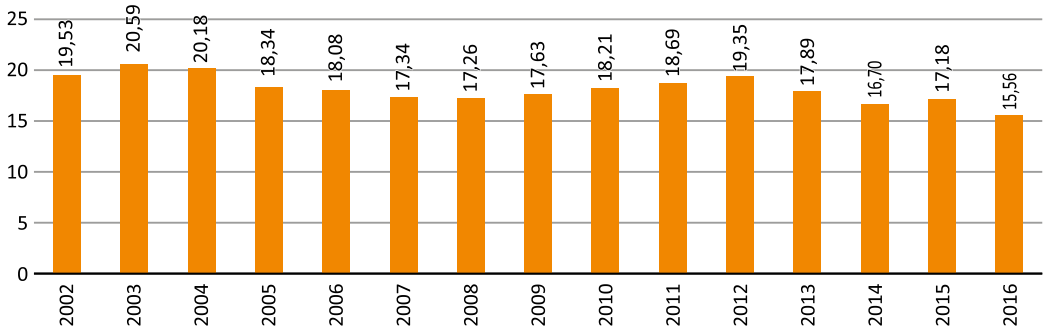
Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (2017)

A produção de galináceos tem dois segmentos distintos no Estado. O primeiro está relacionado com a agricultura familiar, representado pela produção de galinhas caipiras e de capoeira, atividade tradicionalmente sob responsabilidade feminina. Algumas ONG's, a exemplo da ASPTA, têm estimulado e orientado essa produção como forma de fortalecimento da renda familiar. O segundo segmento guarda uma feição estritamente capitalista e é capitaneado no Estado pela empresa Guaraves, que tem fortalecido a sua produção através do sistema de franquias. Além da criação, a empresa também é responsável pelo abate e distribuição do produto tanto na Paraíba quanto em supermercados do Rio Grande do Norte e de Pernambuco (CORREIA, 2018).

3.2 Comportamento da indústria paraibana na fase contemporânea

Ao se examinar a evolução setorial da economia paraibana na fase mais recente, constata-se que o setor industrial apresentou uma trajetória declinante no que se reporta à sua participação no Valor Agregado Bruto estadual. Em 2000, o VAB industrial representava 19,5% do VAB paraibano. Conforme é possível observar no Gráfico 19, a participação relativa do setor industrial no PIB estadual, em 2016, era de apenas 15,56%.

Gráfico 19 – Participação percentual do Valor Agregado Bruto Industrial no Valor Agregado Bruto da Paraíba (2002 a 2016)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

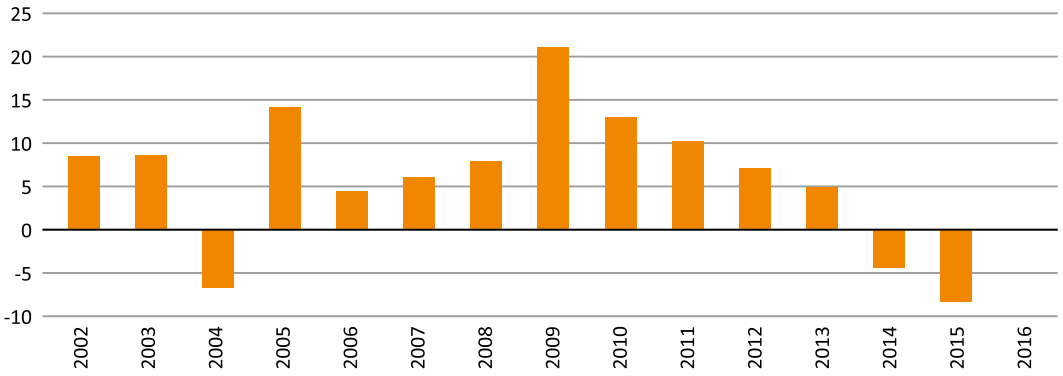
Os incentivos fiscais e financeiros concedidos pela SUDENE, até meados dos anos 1980, contribuíram para a expansão da capacidade de produção industrial no Estado. Na década de 1990, a renúncia tributária de ICMS oferecida pelo Governo Estadual, através, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba (FAIN) e o Programa Lotes e Galpões, também atraiu indústrias para a Paraíba (POLARI,2012; BRASIL, 2005)[4].

Alguns aspectos explicam a queda da importância da indústria na Paraíba nos referidos anos. A flexibilização de trabalho no setor secundário liberou mão de obra que, em parte, foi absorvida pelo setor de serviços. Nesse mesmo período, o setor terciário estadual apresentou expressiva expansão, com a instalação, no Estado, de empresas no sistema de telecomunicações; tecnologia da informação; serviços de transportes; serviços bancários; educação; consultorias técnicas, entre outros.

Entre os anos de 2007 e 2012, a participação da indústria estadual no total da produção de bens e serviços volta a crescer. A partir de 2007, a política macroeconômica do Governo Federal passa a ter um caráter mais desenvolvimentista. Nesse contexto institucional, é lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com uma projeção de realização de investimentos públicos diretos na ordem de R$ 67,8 bilhões em quatro anos, distribuídos em: investimentos das estatais e financiamentos dos bancos oficiais. Alguns investimentos do PAC são efetuados no espaço estadual e impactam positivamente a indústria de construção civil.

No Gráfico 20, pode-se acompanhar a variação percentual anual da indústria paraibana. Entre os anos de 2002 a 2004, percebe-se que há uma retração de 9,27% no Valor Adicionado Bruto da indústria paraibana, a preços deflacionados pelo IGP DI de 2015. A crise energética de 2002 no País e a política fiscal e monetária ortodoxa adotada pelo Governo Federal entre 2003 e 2006, amparada em juros reais elevados, trouxe impactos para a retomada de investimentos que também alcança o espaço estadual.

Gráfico 20 – Paraíba: Variação percentual do VAB da indústria a preços de 2016 (2003 a 2016)

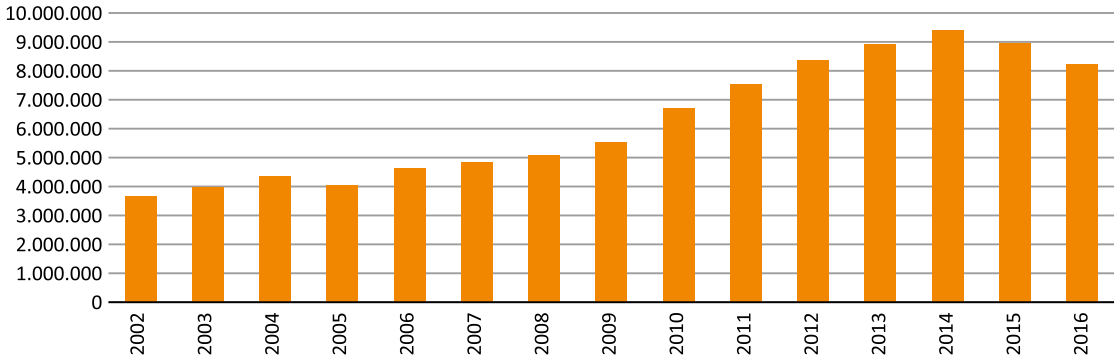


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

4 O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba - FAIN foi criado em 29 de julho de 1986 através da Lei n. 4.856/86. Tal Fundo era gerido pela CINEP - Companhia de Desenvolvimento do Estado da Paraíba, que era um órgão vinculado à Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia – SICTCT.

O segundo mandato do Governo Lula (2007-2010) traz um novo arranjo de políticas públicas no âmbito regional que reverbera nas economias estaduais. Há um grande estímulo à ampliação do investimento público em infraestrutura energética (petróleo, gás e energia elétrica), infraestrutura social e urbana (habitação e saneamento), e infraestrutura logística (rodovias, ferrovias, portos e aeroportos) por intermédio da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Um conjunto de medidas de estímulo ao setor privado foi lançado no âmbito do PAC como a: redução do prazo de aproveitamento dos créditos do PIS/Cofins na construção ou reforma de instalações produtivas; concessão de crédito para as empresas na compra de material de construção; ampliação dos recursos do FGTS para o programa de compra da casa própria, disponíveis na Caixa Econômica Federal para população de baixa renda. A política macroeconômica de aquecimento da economia do País trouxe impactos positivos no âmbito estadual entre 2007 e 2014, quando praticamente dobrou de valor (veja Gráfico 21).

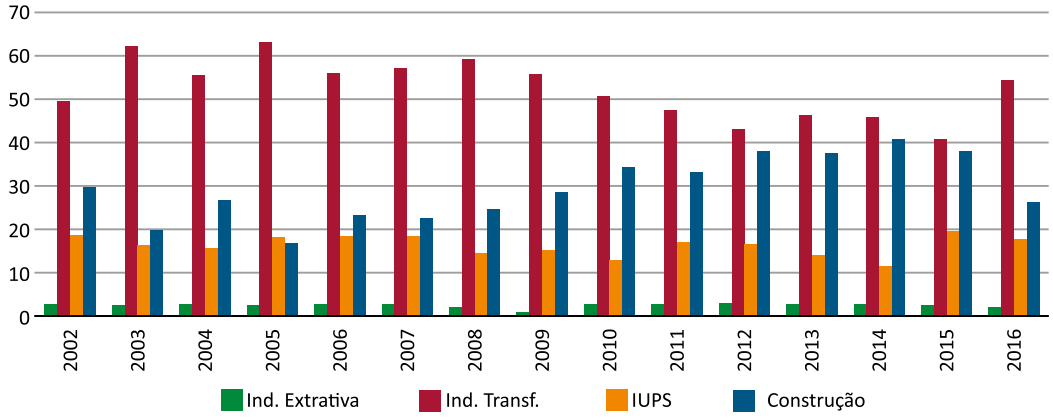
Gráfico 21 – Paraíba: Valor Adicionado Bruto do setor industrial a preços de 2016 (Mil Reais)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

Ao se examinar a composição da produção industrial paraibana, vê-se que a indústria de transformação era a que mais se destacava em 2002, com uma participação percentual de 49,4%. A indústria de construção civil ocupava o segundo lugar, com um peso relativo de 29,6%,e, em seguida, a indústria de bens de utilidade pública industrial detinha uma participação de 18,6%. Em último lugar, aparecia a indústria extrativa mineral, com apenas 2,4% do total da produção do setor secundário estadual (veja Gráfico 22).

Gráfico 22 – Distribuição da produção industrial por tipo de indústria na Paraíba (2002 – 2016)

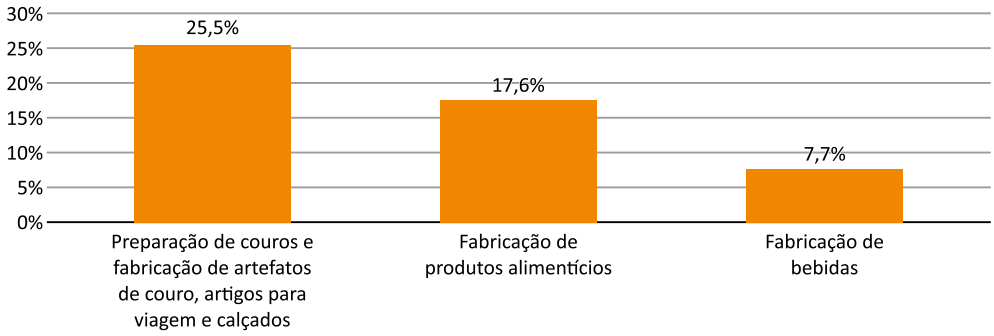


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

Essa configuração se altera ao longo dos anos que vão de 2002 a 2016. Chama atenção o expressivo aumento da indústria de construção civil, sobretudo a partir de 2007, quando detinha 24,5% da produção industrial do Estado paraibano e chega a representar nada menos que 40,2% em 2014. É provável que esse desempenho tenha sido resultado, como já foi destacado acima, de um conjunto de medidas de

estímulo ao setor privado lançadas no âmbito do PAC.[5]A indústria de transformação perdeu alguns pontos percentuais, mas continuou liderando a produção do setor secundário da Paraíba. É oportuno ressaltar que esse tipo de indústria agrega diversos segmentos industriais que estão distribuídos em quatro setores-soma: indústrias produtoras de bens de consumo não duráveis; de bens de consumo duráveis; de bens intermediários e de bens de capital

Gráfico 23 – Paraíba: Participação dos principais setores no VAB do setor industrial (2015)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

Cabe frisar, também, que a indústria calçadista e de alimentos, que fazem parte da indústria de transformação, sempre detiveram um peso importante na base produtiva industrial do Estado (ALBUQUERQUE e TARGINO, 2014).

Por sua vez, notou-se que, mesmo num período de retração do desempenho da indústria em níveis nacional e estadual, a indústria produtora de bens de utilidade pública industrial conseguiu ampliar sua contribuição no setor secundário entre os anos de 2014 e 2016, de 11,3% para 17,6%. Possivelmente esse fenômeno esteja associado à realização de investimentos nos segmentos de eletricidade e gás, água, esgoto, ou em atividades de gestão de resíduos e descontaminação. Nos últimos anos, cabe destacar a implantação do polo cimenteiro no Litoral Norte do Estado, com a construção de cinco novas unidades industriais[6].

A indústria extrativa não conseguiu superar sua reduzida contribuição na produção industrial do Estado na fase mais recente. Esse tipo de indústria extrativa não experimentou mudanças significativas nas suas propriedades elementares. Citem-se, por exemplo, a indústria de extração de madeira, a produção de minerais metálicos e não metálicos.

É importante compreender a dinâmica do setor industrial na perspectiva espacial. Até a década de 1970, uma das características importante da indústria de transformação paraibana era a forte integração da atividade industrial com o setor agropecuário. São exemplos disso a relação entre a atividade pecuária e a indústria de beneficiamento de couro, a produção de algodão e as unidades de beneficiamento da fibra do algodão, a produção de cana-de-açúcar e a indústria sucroalcooleira e a produção de rapadura. Isso garantia certa dispersão das unidades fabris pelo espaço paraibano (ALBUQUERQUE e TARGINO, 2016).

Este cenário se altera a partir da década de 1980, quando o processo de globalização aliado à guerra fiscal entre os Estados leva ao deslocamento de indústrias têxtil e coureiro calçadista das regiões Sudeste e Sul para a Paraíba. Observa-se, então uma desarticulação da atividade industrial em relação à agropecuária estadual, o que implicou o fechamento de várias unidades fabris no interior do Estado, tal como ocorreu com as usinas de beneficiamento do sisal e do algodão que havia no interior da Paraíba (TARGINO, 2014). Por outro lado, o processo de concentração da população nos dois maiores centros urbanos determinou

5 O PAC contemplava cinco partes: medidas de infraestrutura (inclusive infraestrutura social, como habitação, saneamento e transportes de massa), estímulo ao crédito, desenvolvimento institucional, desoneração e medidas fiscais de longo prazo. Constata-se que a política macroeconômica de aquecimento da economia do País trouxe impactos positivos no âmbito estadual entre 2007 e 2014. Cresceu, em termos reais, em 43,1%. A expectativa era que os investimentos privados alcançassem a cifra de R$ 503,9 bilhões no período do Programa, entre 2007 e 2010.

6 De acordo com o Governo do Estado, essas novas unidades transformarão a Paraíba no 2º maior polo cimenteiro do País, cuja produção está estimada em 10 milhões de toneladas ano (COM CINCO (...), 2014).

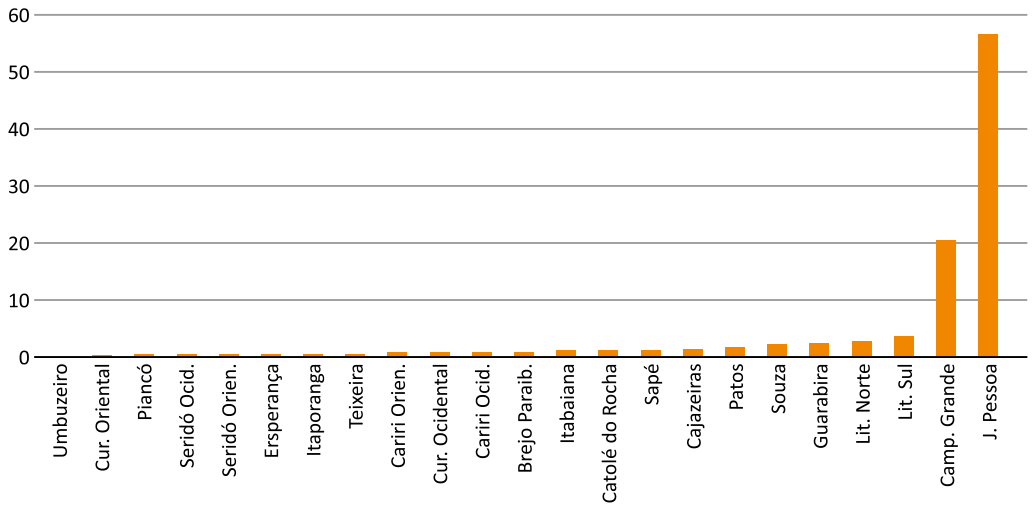
o adensamento da infraestrutura nas regiões metropolitanas de João Pessoa e Campina Grande, incrementando o poder de atração desses dois polos sobre os investimentos industriais.

Quando se observa a distribuição espacial do Valor Agregado Bruto da indústria entre as Microrregiões do Estado em 2015, percebe-se que a maior parte da indústria estadual está localizada nas microrregiões de João Pessoa e Campina Grande (veja Gráfico 24).

As microrregiões de João Pessoa e Campina Grande detêm, juntas, nada menos que 77% do Valor Agregado Bruto da indústria paraibana. Na microrregião de João Pessoa, destacam-se os municípios de João Pessoa e Cabedelo como importantes polos industriais. Na atualidade, os segmentos da indústria de transformação que mais se destacam em João Pessoa, são os produtores de bens de consumo não duráveis como: alimentos, vestuário, têxtil, calçados e bebidas.

Nos anos 1990, o governo da Paraíba adotou uma política pública de estímulo à transferência de capitais industriais para o interior da Paraíba. As políticas de incentivos promovidas pelas Unidades Federativas assumiram lugar de destaque após o declínio das superintendências de desenvolvimento regionais. Estados e municípios procuravam criar diferenciais locacionais através de um pacote de ações para estimular os empreendimentos industriais. Os Estados com economias menos dinâmicas procuravam compensar suas desvantagens através da adoção de incentivos próprios. O Governo Estadual, através do FAIN, concedia isenção de 100% de ICMS para empresas que optassem por instalar suas plantas industriais em municípios do sertão paraibano. À despeito das ações empreendidas pelo Governo Estadual no sentido de desconcentrar a indústria paraibana, percebe-se que, na fase contemporânea, essa distorção ainda persiste, o que contribui para agravar o fraco desempenho de diversas microrregiões.

Gráfico 24 – Paraíba: Distribuição % do Valor Adicionado Bruto da Indústria segundo as microrregiões paraibanas em 2016



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

Análise feita acima evidenciou alguns aspectos problemáticos do setor industrial paraibano, tais como: concentração em ramos pouco dinâmicos a exemplo de bens de consumo não duráveis; desarticulação com o restante dos setores de atividade e com o mercado interno[7]; forte concentração espacial nos dois polos urbanos mais importantes do Estado. Além desses aspectos, estudos identificam outros pontos de estrangulamento para o desenvolvimento industrial, tais como: insuficiência da infraestrutura, particularmente a disponibilidade de água por ocasião das secas; escassez na oferta de serviços de sustentação da atividade industrial; limitação de recursos humanos qualificados etc. (ALBUQUERQUE e SOUZA, 2015; POLARI, 2012)

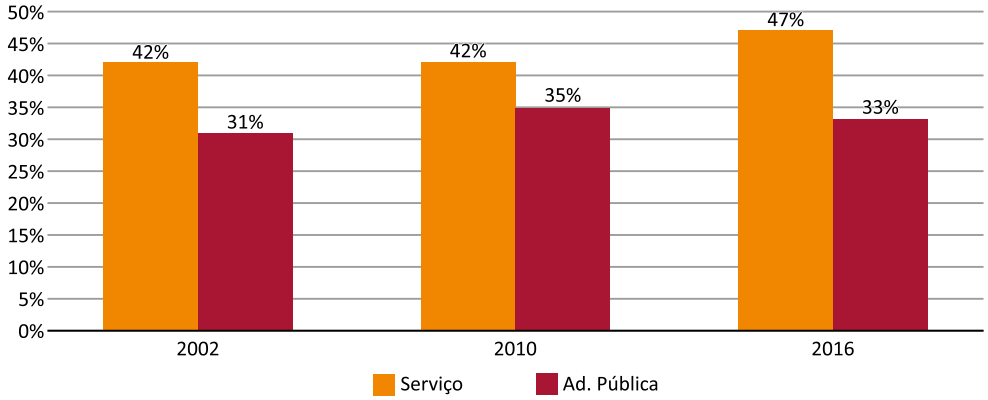
7 A produção das unidades fabris instaladas dos ramos têxteis e calçadista destina-se preferencialmente para exportação (MAIA, 2006).

3.3 Comportamento do setor de serviços e de administração pública

Nesta análise, optou-se em utilizar a mesma metodologia do IBGE quanto a apresentar o setor de serviços separado do setor da administração pública, o que permite avaliar o peso que esses segmentos representam no VAB do Estado da Paraíba. De toda a riqueza produzida, R$ 24,8 bilhões foram adicionados pelo setor de serviços e R$ 17,5 bilhões pela administração pública, o que representa 47,1% e 33,2%, respectivamente, do VAB estadual. Esses dois segmentos respondem por 80,3% de todo o VAB no ano de 2016.

Esse avanço pode expressar a retração de outros setores produtivos, conforme destacado para a agropecuária e indústria. Em particular, o setor de serviços aumentou 5 pontos percentuais no período em análise, enquanto a administração pública sofreu uma elevação de 2 pontos percentuais. Entre 2014 e 2016 houve uma retração de 15,4%, indicando uma possível tendência para este setor nos anos seguintes onde ficará mais exposta a contração do setor público na economia em nível nacional (veja Gráfico 25).

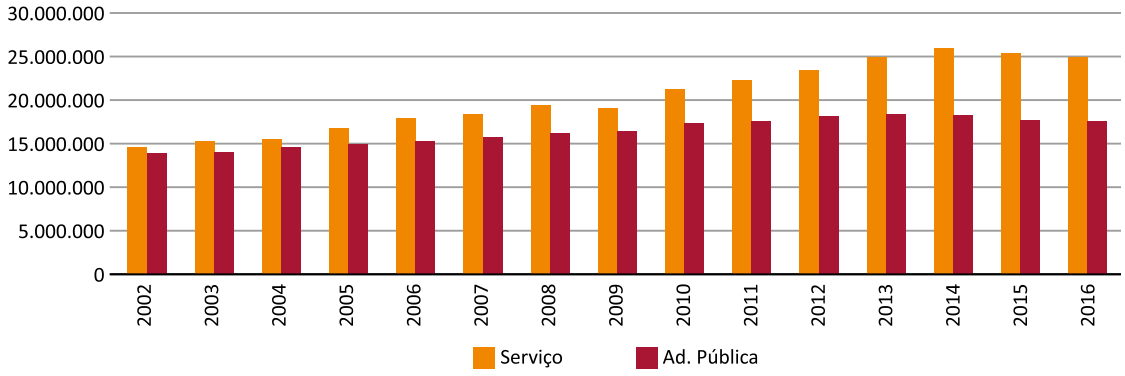
Gráfico 25 – Paraíba: Participação dos setores de serviços e administração pública no VAB em 2002, 2010 e 2016 (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

Da observação do Gráfico 26, verifica-se um comportamento ascendente no VAB do segmento de serviços até 2014. Nos dois anos seguintes há um recuo no VAB desse segmento, refletindo o que ocorre na economia brasileira. Desempenho similar tem o subsetor da administração pública. No entanto, a dinâmica do setor de serviços foi mais forte do que a da administração pública, como mostra o crescente diferencial dos valores entre esses dois subsetores.

Gráfico 26 – Paraíba: Valor Adicionado Bruto dos setores de serviços e administração pública de 2002 a 2016 a preços constantes (Mil Reais)



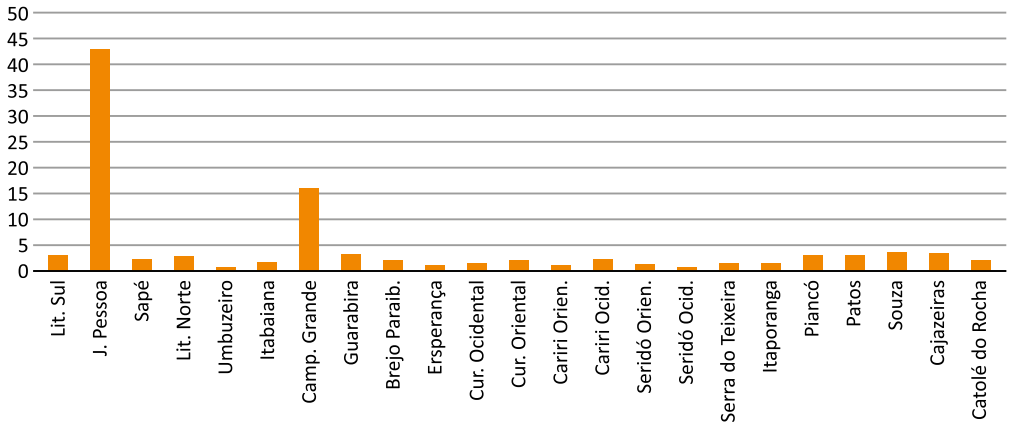
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

O menor dinamismo da presença da administração pública na economia do Estado está relacionado à queda nos valores das transferências institucionais da União e do Estado para os municípios, além da retração de investimentos do Governo Federal por meio de repasses de recursos para o financiamento de projetos. Tal situação ainda tende a se agravar nos anos seguintes. Como a maior parte dos municípios paraibanos depende das fontes de receitas intergovernamentais e é carente de receita própria e de capital, essa diminuição significa o encolhimento da administração pública no VAB e a diminuição da circulação de renda nos municípios.

Para o subsetor de serviços, a configuração da distribuição do VAB repete o perfil de concentração espacial já verificado para o setor industrial. Com efeito, as microrregiões de João Pessoa e Campina Grande detêm importante participação no VAB do setor, com 42,9% e 15,9%, respectivamente, em 2016. Com exceção das microrregiões de Guarabira, Sousa, Cajazeiras e Patos que contribuem com valores em torno de 3%, cada uma, as demais exibem participação de menos de 2% no VAB (veja Gráfico 27).

No segmento da administração pública, observa-se, também, a presença marcante de João Pessoa (28,5%) e Campina Grande (12,8%), porém menos acentuada. Tem-se uma elevação discreta da participação relativa das outras microrregiões, com destaque para Sousa, Cajazeiras e Guarabira que ficaram acima de 4%, cada uma.

Gráfico 27 – Microrregiões da Paraíba: Valor Adicionado Bruto do setor de serviços a preços correntes em 2016 (Mil Reais)

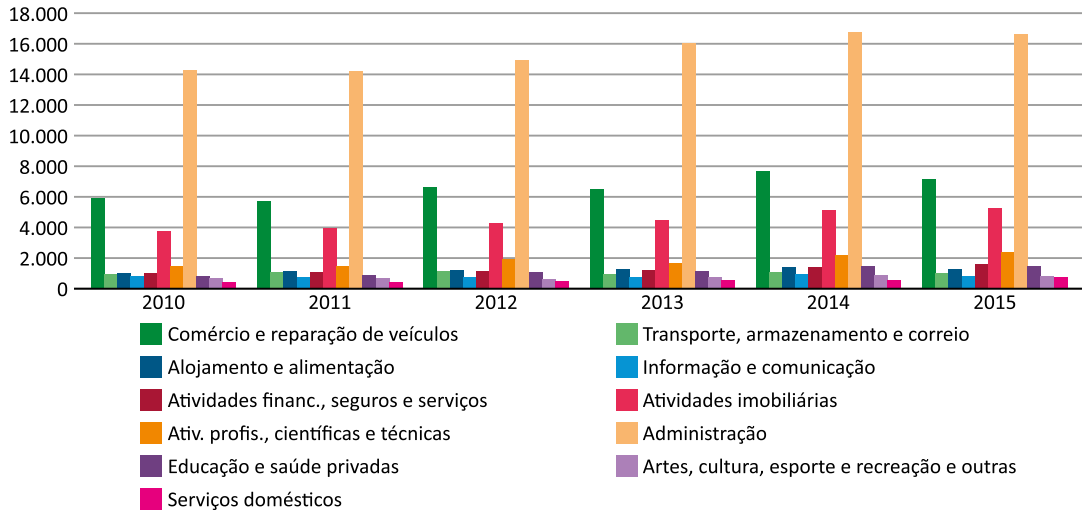


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

No tocante ao desempenho do setor de serviços por subsetores e da administração pública, entre 2010 e 2015, foi possível constatar o importante papel do setor público no VAB produzido, apresentando ascensão até 2014 para depois apontar leve retração em 2015, crescimento de quase 17% no período. O subsetor de comércio e reparação de veículos automotores aparece com destaque e representa cerca de 31% do valor adicionado dos serviços, tendo apresentado taxa de crescimento de 17% (Gráfico 28).

O segundo subsetor de maior relevância é o de atividades imobiliárias, com volume de 23% no VAB do total dos serviços, com crescimento de 37%. Por outro lado, setores que têm menor participação em termos de valores absolutos no setor de serviços, apresentaram um desempenho significativo entre 2010 e 2015, destacando-se a educação e saúde privados, com crescimento de mais de 80%. Também foi relevante a ascensão dos subsetores de serviços domésticos (65%), atividades financeiras e seguros (56%) e atividades profissionais científicas e técnicas (62%), entre outras. Esse comportamento pode estar associado à expansão do setor imobiliário, do turismo, da ampliação da rede privada de ensino superior e da formalização do trabalho doméstico ao longo do período analisado.

Gráfico 28 – Paraíba: Valor Adicionado por subsetores de serviços e administração pública* de 2010 a 2015 (mil R$)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)
*Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

Para caracterizar melhor o comportamento do setor de serviços, entre 2007 e 2015, chama atenção a expansão do número de novas empresas em alguns segmentos. As atividades imobiliárias apresentavam registro de 83 empresas em 2007, alcançando número quase cinco vezes maior em 2015, com taxa de crescimento de 370% em 8 anos. Esses dados podem expressar a pujança desse setor no Estado da Paraíba, fenômeno que pode ter sido impulsionado com a oferta de financiamentos subsidiados, sobretudo, pela Caixa Econômica Federal para aquisição de imóveis novos, como parte de programas do Governo Federal de apoio à aquisição da casa própria, voltados para o público de baixa renda.

As atividades de ensino continuado representam outro subsetor com forte crescimento no número de unidades empresariais, chegando a 250 estabelecimentos em 2015, com crescimento de 219%. Os estabelecimentos prestadores de serviços de alojamento e alimentação (124%), informação e comunicação (107%) e serviços prestados a empresas (101%), mais do que dobraram no período em análise, conforme a Tabela 11. Por outro lado, os serviços de correio e atividades de entrega, registraram queda de 17% no número de empresas, talvez como reflexo das mudanças na logística da distribuição de encomendas e nas inovações verificadas nos sistemas de informações permitindo a reestruturação do segmento.

Tabela 11– Paraíba: Número de empresas no setor de serviços de 2007 a 2015 (Unidades)

Atividades de serviços	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Total	4933	5260	6319	6485	7565	7762	8256	9094	9242
1. Serviços prestados às famílias	1610	1697	2375	2242	2768	2871	3101	3300	3188
1.1 Serv. de aloj.e alimentação	930	979	1507	1428	1835	1917	2078	2132	2081
1.2 Ativ. culturais, recr.e esportivas	229	207	219	287	308	341	359	408	362
1.3 Serviços pessoais	347	387	486	338	430	412	384	462	413
1.4 Ativ. de ensino continuado	104	124	163	189	195	201	280	298	332
2. Serv. de infor.e comunicação	350	384	447	553	559	679	622	636	725
3. Serviços prestados às empresas	1615	1644	1856	2000	2204	2214	2521	2965	3254
4. Transp., serv.aux.transp., e correio	520	552	647	668	793	732	758	874	799
4.1 Transporte rodoviário	378	407	484	488	605	524	553	674	609

Atividades de serviços	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
4.2 Outros transportes	14	13	14	14	17	15	20	18	14
4.3 Armaz.e serv. Aux. aos transp.	68	73	86	99	97	118	118	120	126
4.4 Correios e outr. ativ. de entrega	60	59	63	67	74	75	67	62	50
5. Atividades imobiliárias	83	130	147	172	251	257	283	334	390
6. Serv. de manutenção e reparação	569	647	618	639	755	771	716	728	620
7. Outras atividades de serviços	186	206	229	211	235	238	255	257	266

Fonte: Pesquisa Anual de Serviços (2016)

O crescimento do número de empresas no setor de serviços não foi acompanhado por crescimento na mesma intensidade na força de trabalho empregada. Os setores que apresentaram o maior volume de novas contratações entre 2007 e 2015 foram: armazenamento e serviços auxiliares aos transportes (171%), serviços prestados às empresas (165%), atividades culturais, recreativas e esportivas (143%) e atividades de ensino continuado (128%).

4 Considerações Finais

A análise realizada acima mostra que a economia paraibana detém sinais significativos de fragilidade: contribui com menos de um por cento para o PIB nacional; tem um setor agropecuário que perde sistematicamente posição na economia estadual, com uma produção de lavouras temporárias e permanentes concentrada em dois produtos e com uma pecuária praticamente estagnada; um setor industrial declinante e centralizado em segmentos industriais tradicionais; o setor terciário com peso significativo da administração pública e; forte agrupamento espacial na área metropolitana da capital e em menor grau na zona de influência de Campina Grande.

Apesar de nas últimas décadas ter experimentado um desempenho em termos de evolução do PIB e do PIB per capita melhor do que a economia nacional e regional, isso não foi bastante para mudar de forma significativa a sua posição no quadro econômico nacional.

Destaca-se que o melhor desempenho estadual esteve ancorado, principalmente, em dois segmentos: o crescimento do setor terciário e do subsetor da construção civil. A partir de 2015, a crise nacional repercutiu de modo expressivo na economia estadual, particularmente nesses dois segmentos produtivos. Como a política macroeconômica recessiva tem incidido de modo particular nesses dois ramos produtivos, não é prudente esperar que o quadro se reverta. Desse modo, a retomada do crescimento fica a depender, sobretudo, de iniciativas por parte do Governo Estadual, que, por sua vez, não tem sido ao longo do tempo capaz de influir de forma decisiva em mudanças estruturais mais profundas.

Referências

ALBUQUERQUE, A.D.; SOUZA, C. M. Dilemas da indústria na Paraíba: leituras das percepções do setor empresarial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 12, n. 13, 2016.

ALBUQUERQUE, Diogo Daniel Bandeira de; TARGINO, I. A evolução da indústria de transformação da Paraíba na década de 2000. **Revista Economia e Desenvolvimento**, Recife: UFPE, v. 15, p. 129-150, 2016.

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. Ed. Ciências Sociais, 1980.

BRASIL, P. M. **Política de incentivos governamentais na Paraíba:** implicações sobre o desenvolvimento industrial e a geração de empregos (1988-2003). João Pessoa: PPGE/UFPB, 2005.

CARDOSO, Verônica Lazzarini; ALMEIDA, Eduardo. Evolução e dinâmica espacial do setor de serviços e sua relação com o setor industrial. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, v. 8, n. 15, 2013.

COM cinco novas fábricas, Paraíba será 2º maior produtor de cimento do País**. Paraíba Total,** 25 fev. 2014. Canal de economia, mercado e negócios. Disponível em: http://paraiba.pb.gov.br/com-cinco-novas-fabricas-paraiba-sera-2o-maior-produtor-de-cime-do-ntopais/. Acesso em: 20 maio de 2019.

CORREIA, Silvana Cristina Costa. **Reprodução do capital avícola e campesinato no espaço agrário do Agreste Paraibano**. Tese (Doutorado em Geografia) –Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

GALVÃO, P. F. M.; LIMA, D. do N.; ALBUQUERQUE, A. C. de A.; ATAÍDE, C. L. Desenvolvimento sustentável da caprinocultura no Cariri Paraibano. *In:* MOREIRA, E. (org.) **Agricultura familiar e desertificação**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2006.

GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Uma política de desenvolvimento para o Nordeste**. Recife: Sudene, 1967.

HERCKMANS, Elias. **Descripção geral da Capitania da Parahyba. Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano**, v. V, n. 31, Recife: Typographia Industrial, 1886. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/3a95712f7b720f82d8ac4b259dfe3743.pdf. Acesso em: 28 maio de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema de Contas Regionais: Brasil – 2016 principais destaques por Unidade da Federação. Rio de janeiro: IBGE, 2018.

IPEADATA. **Regional**: temas: contas regionais. *Online*. Rio de janeiro: IPEADATA, c2006. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx Acesso em: 8 maio 2019.

MAIA, Kaliane de Freitas. Transformações na grande propriedade e ressiginificação da pecuária no semiárido. *In:* MENEZES, M.; GOMES, R. Alves. **Modernização e transformações no mundo rural:** trabalho, atores e experiências. João Pessoa: Ed. UFPB, 2014.

MARCILIO, M. L. Evolução da população brasileira através dos censos até 1872. *In*: **Revista Anais de História**. Ano vii, 1974.

MELO, Mário Lacerda de. **Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958.

MOREIRA, Emilia de Rodat F.; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba.** João Pessoa: Ed. Universitária, 1997.

NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA INDUSTRIAL DA PARAÍBA. **Economia paraibana**: guia da conjuntura. João Pessoa: NAI, n. 1, 1974.

PESQUISA ANUAL DE SERVIÇOS. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/servicos/9028-pesquisa-anual-de-servicos.html?edicao=22328&t=sobre Acesso em: 15 maio 2019.

PESQUISA DA PECUÁRIA MUNICIPAL. Anual. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 15 maio 2019.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**. João Pessoa: Ed. Universitária, 1977.

POLARI, R. S. **A Paraíba que podemos ser:** da crítica à ação contra o atraso**.** João Pessoa: Ed. UFPB, 2012.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL. Anual. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=o-que-e Acesso em: 13 maio 2019.

REGO, Eduardo. **A tecnificação do território no cariri paraibano associada às políticas de estímulo a (re) pecuarização e a prática do cooperativismo agropecuário.** Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

REINHARDT, D. H. **Manejo do solo – água – planta em plantios de abacaxi**. Cruz das Almas: Embrapa, 2015. Embrapa Mandioca e Fruticultura. Disponível em: https://www.embrapa.br/mandioca-e-fruticultura/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1029522/manejo-do-solo---agua---planta-em-plantios-de-abacaxi. Acesso em: 20 maio 2019.

TARGINO, I. **Desempenho do setor industrial paraibano**. João Pessoa: UFPB/DECON, 2014. (mimeografado).

TARGINO, I.; MOREIRA, E. Desempenho da agropecuária paraibana na década de 1990. *In:* CAMPOS, F. C.; MOREIRA, I.; MOUTINHO, L. G. **Economia Paraibana:** estratégias competitivas e políticas públicas. João Pessoa, Ed. Universitária, 2006.

TARGINO, I.; MOREIRA, E**.**. Transformações do espaço agrário paraibano e conflitos de terra. *In*: **Anais do VII Encontro Nacional de Geografia Agrária**, Belo Horizonte: UFMG, 1986.

TARGINO, I.; MOREIRA, Emília; ARAÚJO, Natália Maritan Ugulino . Desempenho da agropecuária paraibana na década de 2000. **Okara:** Geografia em Debate, n. 2, v. 8, p. 271-293, UFPB/PPGC, 2014.

A Economia de Pernambuco: Dinâmica Econômica, Mudanças Recentes e Perspectivas

Tania Bacelar de Araújo[1]
Valdeci Monteiro dos Santos[2]

Resumo

Este artigo examina a dinâmica e as transformações da economia de Pernambuco de 2004 a 2018, considerando os momentos de (i) ciclo de crescimento (2004-2014), sob efeito concatenado da expansão do mercado interno e da renda nacional e do impulso dos investimentos (destaque para o Complexo Portuário Industrial de Suape); (ii) retração influenciada pela crise brasileira (2015-2016); e discreta retomada (2017-2018). Entre as mudanças estruturais significativas ressaltam-se: o surgimento de novas indústrias como a de Petróleo e Gás e a Automobilística; a reestruturação de segmentos tradicionais; a expansão de serviços, em especial os voltados para a produção; a reorganização da base agropecuária; e o avanço da produção de energia eólica. Bem como, a ampliação gradual da abertura econômica, o aumento do emprego formal e a interiorização do desenvolvimento. O artigo finaliza reconhecendo os avanços ocorridos, apesar da crise em curso da economia brasileira; mas, alerta para o grande desafio da inserção da base produtiva e da sociedade pernambucana no mundo em mutações profundas com destaque para a passagem para era digital.

Palavras-Chave

Desenvolvimento econômico. Pernambuco. Nordeste. BNB. Dinâmica e transformações econômicas.

1 Introdução

Examinar a dinâmica e as mudanças mais relevantes ocorridas na economia de Pernambuco nos anos iniciais do século XXI é o objetivo deste artigo. Isso será feito numa perspectiva comparada com a economia do Nordeste e do Brasil. Ao final, serão destacados os principais desafios que se apresentam para o futuro da economia estadual.

O texto está dividido em três partes. A primeira examina a evolução da economia estadual de 2004 a 2018, observando as fases de dinamismo, de desaceleração e o momento atual de instabilidade e incerteza; a segunda registra as transformações mais significativas ocorridas na sua base produtiva; a terceira apresenta desafios estratégicos da economia pernambucana para os próximos anos.

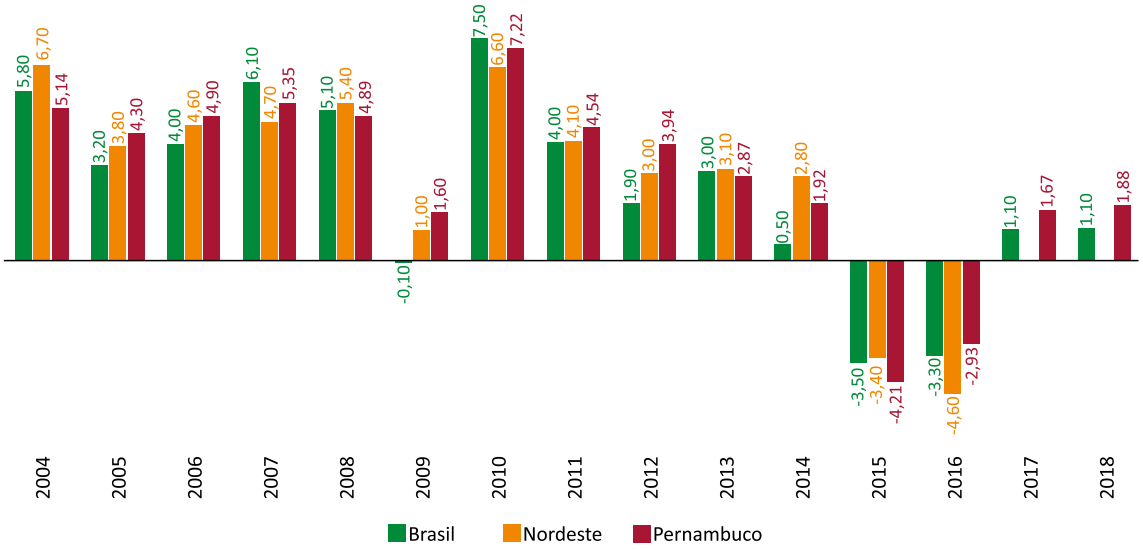
2 A Dinâmica da Economia Entre 2004 e 2018

A dinâmica da economia de Pernambuco no período 2004 a 2018 pode ser compreendida a partir de momentos distintos, conforme pode ser visto no Gráfico 1: uma fase de ciclo expansivo, com crescimento médio anual de 3,8% a.a. (2004 a 2014), apesar de impactos da crise mundial de 2008/2009; outra de desaceleração (2015 a 2016), registrando taxas de -4,2% e -2,9%; e o momento mais recente (2017-2018) de discreta recuperação de 1,7% e 1,9%.

1 Doutora em economia pública e organização do território pela Universidade de Paris 1 (Panthéon Sorbonne), professora aposentada do departamento de geografia da UFPE e sócia da Ceplan Consultoria

2 Doutor em desenvolvimento econômico pela Unicamp-SP, professor de economia e assessor de planejamento da Universidade Católica de Pernambuco e sócio da Ceplan Consultoria

Gráfico 1 – Brasil, Região Nordeste e Estado de Pernambuco, Taxas de variação anual do volume do PIB a preços constantes (valores em %) 2004 a 2018



Fonte: Contas Regionais/IBGE; Contas Nacionais Trimestrais/IBGE; Agência Condepe-Fidem.
Nota: Os valores de 2017 e 2018 são informações preliminares, sujeitas a alterações.

Fase 2004-2014: Ciclo de crescimento

O Estado de Pernambuco, após vivenciar um momento de grandes dificuldades nas duas décadas[3] finais do século XX, passou a experimentar um novo ciclo de dinamismo e de transformações relevantes na sua base produtiva. Este ciclo ocorreu entre 2004 e 2014 e contemplou dois momentos.

O primeiro, nos anos iniciais do século XXI, em especial entre 2004 e 2007, foi acionado a partir da expansão do mercado interno e melhoria geral do padrão de consumo brasileiro, no contexto de um ambiente internacional favorável. O Estado registrou nesses quatro anos uma taxa de 4,9% a.a. do PIB, com o Brasil apresentando uma taxa de 6,1% a.a. (Gráfico 1). Foi um período em que ocorreu significativo crescimento dos serviços pessoais; da construção civil; da fabricação de bens de consumo básicos como alimentos, bebidas, roupas; e do comércio varejista, este último chegando a apresentar aumento de 14% nas vendas em 2005 (Pesquisa Mensal do Comércio – IBGE).

O segundo momento, de 2007 a 2014, a economia estadual passou a ser impulsionada, sobretudo pelos investimentos na implantação de empreendimentos produtivos e em obras de infraestrutura viária, hídrica e urbana, entre outros. Pernambuco cresceu nesta fase a uma taxa média anual de 4,1 % a.a. (contra 3,5% a.a. do Brasil), ressaltando o dinamismo da construção civil, com 5,9% a.a. (Contas Regionais, IBGE). Os reflexos deste dinamismo foram sentidos no aumento dos empregos formais e no rendimento do trabalho. Para se ter uma ideia, os empregos formais da construção civil registram crescimento médio de 8,2% a.a. nos anos entre 2007-2014 (RAIS-MTE).

Estudo realizado pela Ceplan Consultoria Econômica e Planejamento em 2013 para Federação das Indústrias de Pernambuco (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2013)[4], tendo como base projetos de investimentos industriais e em infraestrutura acima de R$ 100 mil, já apontava para o período 2007-2016, intenções de cerca de R$ 104 bilhões de investimentos no Estado (equivalente a um pouco mais do PIB estadual de 2010, IBGE).

3 A taxa média de crescimento do PIB do Estado na década de 1970 foi de 8,35% a.a.; entre 1985 e 1990, retraiu para 2,5% a.a.; e na década de 1990, para 0,71% a.a. Ressalta-se a contração verificada na indústria de transformação, que tinha uma participação de 25,4% do Valor Adicionado Bruto Total da economia estadual em 1985 e passou a registrar uma contribuição de 10,9%, em 2002 (IBGE).

4 Pesquisa baseada no Relatório Nacional de Informações sobre Investimentos (RENAI), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); BNDES, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP); Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco e coligadas ADDiper e Suape; sites de empresas (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2013)

Esta fase mais virtuosa de crescimento contou com o apoio de financiamentos de longo prazo, tanto do BNDES quanto do BNB.

No caso do BNDES (ver Tabela1), verifica-se uma elevação do patamar dos desembolsos de sua carteira de projetos em Pernambuco a partir de 2007, com valores acima de R$1,3 bilhão a.a., com incrementos significativos até 2014. Os projetos estruturadores, como a Refinaria General Abreu e Lima (RNEST), a Petroquímica Suape (PQS), os estaleiros (Atlântico Sul e Promar), além dos investimentos adjacentes a esses projetos e outras operações, absorveram um importante volume de financiamentos do BNDES, que somaram, nos oito anos mencionados, mais de R$ 48 bilhões alocados no Estado. O mesmo comportamento foi observado no número de operações financeiras que somavam um pouco mais de 3.000, em 2007, e ultrapassaram 20.000, em 2014.

De forma semelhante, o BNB registrou, como pode ser visto na Tabela 2, importantes incrementos nos financiamentos destinados a projetos entre 2007 e 2014: com desembolsos que saltaram de R$ 0,86 bilhão, em 2007, para um volume de R$ 3,05 bilhões, em 2014.

Tabela 1 – Pernambuco: Desembolso e Operações do BNDES - 2007-2017

Ano	Desembolso (R$)	Operações
2007	1.319.722.933	3.104
2008	1.647.072.216	3.925
2009	13.026.464.648	6.268
2010	4.244.890.518	13.960
2011	4.600.737.064	20.351
2012	3.207.609.783	20.963
2013	3.635.899.458	20.522
2014	5.850.021.200	20.020
2015	4.381.329.084	16.340
2016	1.761.553.132	8.309
2017	1.720.718.429	4.203

Fonte: BNDES, apud GUIMARÃES e SANTOS, cap.3, pág.81, In ARAÚJO e ARAÚJO, 2018.
Obs: Volume de financiamento para o ano de 2009 em Pernambuco foi influenciado pelo desembolso realizado ao projeto da refinaria General Abreu e Lima - RENEST que naquele ano totalizou R$9,9bilhões.

Tabela 2 – Pernambuco: Volume de contratações do BNB - 2007-2014 (R$ bilhões)

Ano	Valor
2007	0,86
2008	1,38
2009	1,83
2010	2,71
2011	2,31
2012	3,78
2013	2,62
2014	3,05

Fonte: BNB, apud GUIMARÃES e SANTOS, cap.3, pág.84, In ARAÚJO e ARAÚJO, 2018.

Além desta importante base de financiamento, também podem ser mencionados como fatores decisivos para proporcionar este ciclo de crescimento estadual:

a) **Presença do Complexo Portuário e Industrial de Suape**, estrategicamente posicionado no Nordeste, com diferencial de boa infraestrutura de logística portuária e área para instalação de plantas industriais;

b) **Decisão estratégica do governo federal de construir a refinaria General Abreu e Lima, retomando após 30 anos, os investimentos da Petrobras no refino de petróleo no Brasil**. Iniciativa que acabou atraindo a implantação de plantas petroquímicas - a Petroquímica Suape - PQS (Petrobras) e a M&G Polímeros do Brasil S/A, liderada pelo grupo Mossi & Ghisolfi;

c) **Iniciativa também estratégica do governo federal de retomar a indústria naval, resultando no apoio a implanta**ção do Estaleiro Atlântico Sul **(EAS)** liderado pelo Grupo Odebrecht, sob o estímulo de demandas da Petrobras por navios petroleiros e plataformas. Ocorrendo também a implantação de outros estaleiros: Promar e CMO;

d) **Implantação da nova planta Fiat Chrysler Automobiles (FCA),** no município de Goiana, com perspectiva de gerar efeitos encadeadores, pela atração de empreendimentos direta e indiretamente associados ao setor automobilístico, bem como pelo estímulo ao incremento de outras atividades, como as indústrias de bebidas, videira e de hemoderivados, que se instalaram na sua proximidade;

e) **Implantação de grandes obras de infraestrutura** como a Ferrovia Transnordestina e a Transposição das Águas do Rio São Francisco;

f) **Iniciativas do governo estadual**, quer pelos aportes de recursos em obras infraestruturais, (ex. modernização do Porto de Suape), quer pela atração de novas empresas a partir da ampliação dos benefícios fiscais do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco - PRODEPE, iniciativa que contribui também para expandir o processo de interiorização do desenvolvimento estadual; e

g) **Expansão do consumo** verificada ao longo da década 2000 na economia brasileira, que foi especialmente intensa no mercado consumidor nordestino (e pernambucano) impulsionada especialmente pelo dinamismo da ocupação e pelo impacto da elevação real do salário mínimo.

Neste ciclo expansivo de investimentos, foram atraídos para o Estado investimentos de marcas nacionais e internacionais de peso do setor industrial, como AMBEV, FIAT-JEEP, Kraft Foods, Sadia, Pepsico, Novartis, Hemobras, IMPSA, Estaleiro Atlântico Sul, Bünge, entre outras.

Fase 2015-2016: crise da economia brasileira e seus reflexos em Pernambuco

A reversão do ciclo econômico, que ocorreu em Pernambuco, nos anos de 2015 e 2016, quando se verificaram taxas negativas, respectivamente, de -4,2% e -2,9% (ver **Gráfico 1**), resultantes do efeito de um contexto de crise econômica e de instabilidade política nacional que provocou um forte freio nas decisões de investir dos agentes privados e públicos e nos aportes de financiamento e incentivos. Leve-se em conta, ainda, o fato de ter coincidido com o momento, já previsto, de finalização de grandes obras como a da refinaria e a do estaleiro Atlântico Sul, que naturalmente levaria a diminuição dos empregos e dos investimentos em curso.

Pesquisa realizada também pela Ceplan para o LIDE Pernambuco[5] em 2016, e publicada na revista Negócios PE, n.42/2016 aponta que entre 2014 e 2016, os investimentos produtivos em andamento foram da ordem de R$ 9,3 bilhões, significando uma importante diminuição dos fluxos de investimentos ocorridos nos dez anos anteriores[6]. Por outro lado, verificou-se neste período o cancelamento dos investimentos de

5 Pesquisa realizada pela Ceplan para o LIDE Pernambuco, com foco nos investimentos realizados entre 2014 e 2016, tendo como fontes: o RENAI do MDIC; BNDES e ADDiper-PE e Suape, SDEC-PE. (LIDE, 2016).

6 Embora haja algumas diferenças das fontes consultadas e no perfil dos investimentos considerados, vale registrar que a já mencionada pesquisa de 2013, realizada também pela Ceplan para FIEPE, chegou a um valor de investimentos produtivos, entre 2007 e 2016, da ordem de R$70 bilhões, correspondestes a 67,3% de um total, R$104 bilhões de investimentos estimados. Isto mostra que a crise acelerou o processo de declínio do exitoso ciclo de dinamismo que vinha sendo experimentado pelo Estado (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2013).

28 projetos (envolvendo quase R$ 1,4 bilhão), bem como o número elevado de projetos (32), perfazendo cerca de R$ 3bilhões que se encontravam no status de paralisados, por motivos variados (LIDE, 2016).

Além do cancelamento e da paralisação de projetos, a crise também teve efeitos na revisão e mesmo postergação de alguns projetos que estavam em andamento, a exemplo da refinaria, cuja continuidade da segunda etapa de sua implantação, acabou sendo temporariamente interrompida, retomando apenas recentemente.

Este contexto de retração também se confirmou nos dados recentes dos desembolsos e operações do BNDES e BNB. No caso do BNDES, foram aplicados menos da metade dos recursos quando comparado a 2015 e não apresentou recuperação significativa em 2017, permanecendo o patamar de cerca de R$1,7 bilhão. Já o número de operações registrou expressiva redução, finalizando em pouco mais de 4 mil operações, ou seja, o Banco retornou ao nível de financiamento que operava em 2008.

O Banco do Nordeste também apresentou retração nas operações realizadas no Estado, porém, numa intensidade bem menor que o BNDES. As taxas competitivas do FNE e a participação expressiva da Instituição nas linhas voltadas ao microcrédito permitiram que se mantivessem as contratações acima da R$ 2,0 bilhões e com início de retomada gradual dos investimentos já registrada em 2017.

Fase 2017-2018: Discreta retomada

Como indica o Gráfico 1, percebe-se discreta retomada das economias brasileira e pernambucana em 2017 (1,1% e 1,6%) e 2018 (1,1% e 1,88%). Não obstante, ainda não se pode dizer que iniciaram um novo ciclo expansivo, sobretudo levando em consideração a conjuntura em curso, no ano de 2019, de grande incerteza e instabilidade. É preciso aguardar os desdobramentos do comportamento da economia brasileira. Não obstante, num cenário de retomada, o Estado tem a vantagem relativa de ter um conjunto de investimentos ainda com potencial relevante de maturação e desdobramentos.

Uma análise mais detalhada da dinâmica dos anos recentes da economia pernambucana da perspectiva setorial pode ser observada a partir dos dados do Valor Agregado Bruto (IBGE), conforme dados da Tabela 3.

Tabela 3 – Estado de Pernambuco, Taxas de variação anual e participação das atividades econômicas no Valor Agregado Bruto, 2004 a 2016

Ano	Taxa de variação (%)				Taxa de participação (%)			
	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços
2004	5,2	8,4	15,1	2,8	100	6,2	22,6	71,3
2005	3,9	7,4	1,3	4,2	100	6,6	20,5	72,9
2006	4,4	5,3	4,1	4,4	100	6,5	19,2	74,3
2007	5,0	2,8	9,0	4,1	100	5,9	19,2	74,9
2008	4,6	5,4	1,8	5,2	100	6,1	19,4	74,5
2009	1,6	-1,1	1,2	2,7	100	5,5	19,8	74,6
2010	6,5	-0,9	12,5	5,6	100	4,8	21,9	73,3
2011	4,5	6,2	7,8	3,8	100	4,4	21,6	74,0
2012	3,5	-24,4	2,8	5,8	100	3,5	22,0	74,5
2013	2,9	1,9	1,4	3,0	100	3,5	21,5	75,0
2014	1,4	8,5	-2,6	2,0	100	3,3	18,6	78,1
2015	-4,7	5,8	-10,4	-3,8	100	3,9	20,0	76,1
2016	-2,9	-3,1	-3,1	-2,9	100	4,3	19,7	76,0
2017	1,7	20,1	-0,3	1,2	-	-	-	-

Ano	Taxa de variação (%)				Taxa de participação (%)			
	Total	Agrope-cuária	Indústria	Serviços	Total	Agrope-cuária	Indústria	Serviços
2018	1,9	5,3	2,0	1,7	-	-	-	-
2004/2014	3,8	0,6	3,8	4,1	-	-	-	-
2014/2018	-1,1	6,7	-3,1	-1,0	-	-	-	-

Fonte: Contas Regionais/IBGE; Agência Condepe-Fidem.
Nota: Valores de 2017 e 2018 tratam-se de informações preliminares, sujeitas a alterações.

Indústria

O setor industrial em Pernambuco cresceu a uma taxa anual média de 3,8% do VAB entre 2004 e 2014 e, neste mesmo período, a indústria nacional apresentou uma taxa anual de 2,4% a.a. (Tabela 3).

Destacou-se neste dinamismo o desempenho da Construção Civil, com taxa média anual de 4,5%, chegando a variações superiores a 7% entre 2009 e 2011 (com pico de 13,0% em 2010), momento de auge da construção da Refinaria General Abreu e Lima e do Estaleiro EAS. Além dos grandes empreendimentos industriais, ressalta-se o incremento na área de infraestrutura, impulsionada por investimentos em grandes obras como a ferrovia Transnordestina e o projeto de Integração de Bacias do Rio São Francisco, que se somaram a programas habitacionais, como "Minha Casa, Minha Vida" e o início, em 2010, das obras da Arena da Copa.

Já a Indústria de Transformação obteve um crescimento médio de 1,1% a.a., taxa muito importante, considerando os vários anos anteriores de declínio deste segmento. Além do diferencial competitivo que o Complexo Portuário e Industrial de Suape passou a ter, foi decisiva, a ação do Governo Federal, como já destacado, na concessão de financiamento via BNDES e BNB, complementado pelas políticas setoriais e de isenções tributárias do Governo Estadual. Estes suportes ajudaram a atrair para o Estado, investimentos públicos e privados, nas indústrias automotiva, naval e petroleira; bem como promover a presença de novas indústrias no interior de Estado (Guimarães e Santos, 2018)

Entre os segmentos que compõem a Indústria de Transformação, ganharam participação no Valor Agregado Bruto, entre 2004 e 2014, a Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas e a Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos; perderam peso a Fabricação de Produtos Têxteis e de Confecções e a Metalurgia. No período analisado ainda não aparecem, com relevância, o registro dos dados da Fabricação de Automóveis e de Derivados de Petróleo, pois ainda se encontravam em processo de implantação.

No momento de crise (2015 e 2016), a Construção Civil foi o segmento mais impactado, com taxa média de -5,1% a.a., enquanto na Indústria de Transformação houve desaceleração média de -2,4%a.a.

Comércio e Serviços

A trajetória das atividades de comércio e serviços situa-se em torno de uma taxa média anual de 9,4% a.a. entre 2004 e 2018 (Tabela 3), com taxas anuais do VAB acima de 5%, nos anos de 2008, 2010 e 2012. Entre os anos de 2004-2014, as atividades de Comércio Varejista e Atacadista apresentaram um crescimento médio de 3,9% a.a.; e nos serviços destacam-se neste período: Alojamento e Alimentação (4,1% a.a.); Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC (5,1% a.a.) e Transportes e Armazenagem (4,1% a.a.). No momento de crise, 2015 e 2016, estas três atividades de serviços registraram retração, respectivamente de -1,6 a.a., -1,0% a.a. e -2,9% a.a. Chama atenção, ainda o aumento da participação do setor no total do VAB estadual, ampliando de 71,3% (2004) para 78,1% (2014)

A percepção da trajetória mais significativa do comércio e serviços nesta fase, também pode ser constatada pela evolução do emprego formal deste setor. Dados do Ministério do Emprego e Trabalho, considerando os anos de 2002 a 2014 (ver Tabela 4), indicam que os empregados formais do setor de comércio e serviços eram 141,6 mil no ano 2002, e alcançaram um contingente de 323,4 mil pessoas, em 2014, indicando uma taxa média anual de crescimento de 7,1 % a.a. O Brasil, no mesmo período, o crescimento médio foi de 6% (RAIS-MTE).

Nos anos seguintes de desaceleração, o comércio em geral cresceu a um ritmo de -5,1% a.a.; e as atividades ligadas aos serviços de alojamento e alimentação -1,6% a.a.; de TIC -1,0% a.a.; e de transporte e alojamento -2,9%. a.a.

Agropecuária

A expansão do VAB agropecuário estadual (Tabela 3) deu-se ao ritmo médio de 0,6% ao ano entre 2004 e 2014, na contramão do desempenho verificado na indústria e serviços; e, em um forte impulso, entre 2004 e 2018 (6,7 a.a.). No primeiro momento, o baixo ritmo foi ocasionado por contexto de forte estiagem, com reflexo, sobretudo nas taxas negativas de 2009, 2010 e 2012, este último ano registrando (24,4%). A partir de 2014, o setor retoma ritmo importante, alcançando mais de 20% em 2017, resultado de uma super safra combinada com valorização de preços de produtos voltados para exportação (ex. manga e uva).

3 Mudanças Relevantes no Tecido Produtivo Pernambucano

O período de expansão recente (2004 a 2014), além de ter contribuído para o importante crescimento da economia de Pernambuco, também representou a deflagração de um processo de transformações significativas na base produtiva estadual.

Uma primeira constatação relevante foi o **retorno da variável investimento como vetor propulsor do desenvolvimento** de Pernambuco, ao lado do consumo das famílias que se expandia no País inteiro. O grande volume de recursos aportados no Estado, notadamente a partir de 2004, fez acionar, de forma vigorosa o setor industrial, revertendo a tendência de duas décadas de crescimento muito baixo, e, sobretudo de um quadro industrial de retração crônica. Em que pese a crise da economia brasileira iniciada em 2015, o expressivo bloco de investimentos realizado sinaliza, ainda, para boa capacidade de maturação futura.

Outra constatação foram as mudanças qualitativas que o ciclo expansivo recente representa para economia pernambucana, em especial, as relevantes transformações verificadas no tecido produtivo local, destacando-se:

i) A diminuição do peso relativo de atividades tradicionais, como a *Produção Sucroalcooleira, que avança na sua diversificação com foco na produção de biocombustiveis*;

ii) O surgimento de novas atividades industriais, como as indústrias de *Petróleo e Gás*, de *Construção Naval*, *Automobilística*, *Farmoquímica* e de *Fabricação de Equipamentos e Materiais voltados para a Energia Eólica*;

iii) A reestruturação de segmentos tradicionais, como o de *Produtos Alimentares* e *Bebidas, Têxtil, Metalmecânica, Material Elétrico*;

iv) A consolidação das atividades de Serviços na base econômica estadual, salientando os *Serviços Prestados às Empresas*, como a *Logística* e a área de *Tecnologia da Informação e Comunicação* (TIC); o *Varejo Moderno*; os serviços ligados ao *Turismo* e à *Produção Cultural*, este em associação com o segmento de TIC, com desdobramentos na chamada "Economia *Criativa*, os *Serviços de Educação* - com destaque para a média e superior - e os *Serviços de Saúde;*

v) A reorganização da base agropecuária, com o avanço de atividades ligadas à produção de energia na antiga base canavieira, a consolidação de cadeias importantes como a da avicultura (no agreste) e da ovinocaprinocultura, a produção de orgânicos na base da agricultura familiar, entre outros. Vem se fortalecendo, também, as culturas permanentes, especialmente a produção de manga e uva, nos perímetros irrigados do Sertão do São Francisco, com desdobramentos, no caso da uva, na vitivinicultura; e

vi) O avanço da produção de energia eólica entre os segmentos dos serviços de utilidade pública.

Como consequência desses processos, também se observa a perspectiva de adensamento de cadeias produtivas (tradicionais e novas), com potencial de alcançar pequenos e médios empreendimentos e de estimular maior interiorização do desenvolvimento.

Outra transformação importante refere-se à alteração no grau de abertura da economia de Pernambuco, observando-se um gradual aumento dos fluxos comerciais e mudanças relevantes, tanto na pauta importadora, conduzida, sobretudo pela expansão da demanda por insumos/matérias-primas; quanto exportadora, com a tendência a se ampliar a participação de produtos industrializados, com perda significativa do peso do açúcar. Não obstante a tendência a se ampliar as relações comerciais do estado com o resto do mundo, vale lembrar que o seu coeficiente de abertura é ainda muito baixo, devendo prevalecer, ainda, por um bom tempo, a produção voltada para os mercados regional e nacional. De todo modo, o Estado, deu um importante passo nesses últimos anos, no sentido de potencializar novas oportunidades de articulação comercial com exterior (ver GALVÃO, 2018, págs. 113-115).

O mercado de trabalho estadual também apresentou transformações importantes. Os dados do emprego formal (RAIS-MTE) indicam uma forte expansão entre 2002 e 2014, com adicional de mais de 820 mil empregos, num crescimento médio de 5,4% a.a. (contra 4,6% a.a. no Brasil), revertendo tendência histórica de baixo crescimento dos empregos e elevadas taxas de desligamentos. No bojo desta expansão, a construção civil e o comércio foram as atividades que mais se expandiram. No primeiro caso, observa-se especial aumento dos empregos formais entre 2007 e 2011, coincidindo com o pico das grandes obras, como a refinaria. Já o comércio, com a crise de 2015 e 2016, Pernambuco experimentou forte diminuição dos empregos, notadamente a construção civil que viu reduzir seu contingente de 117,5 mil em 2014 para 62,0 mil em 2017.Não obstante o forte impacto da crise nos anos mais recentes, a significativa expansão dos anos anteriores resultou, ainda, num incremento de mais de 600 empregos formais em 15 anos. Além disso, o dinamismo verificado também resultou na ampliação da renda geral, e consequentemente, acionou um importante potencial de consumo e de mudanças relevantes no seu padrão (ver Tabela 4).

Tabela 4 – Estado de Pernambuco - Evolução do estoque de empregos formais por atividade econômica

Atividade econômica	Número de empregos			Variação média anual (%)		
	2002	2014	2017	2002 /2014	2014 /2017	2002 /2017
Agropecuária	46.873	46.932	51.838	0,0	3,4	0,7
Indústria	148.731	263.586	229.321	4,9	-4,5	2,9
Construção Civil	44.897	117.532	62.036	8,3	-19,2	2,2
Comércio	141.620	323.387	296.506	7,1	-2,9	5,0
Serviços	561.774	1.017.106	945.079	5,1	-2,4	3,5
Total	943.895	1.768.543	1.584.780	5,4	-3,6	3,5

Fonte: RAIS/MTE.

No momento de crise recente e neste início de 2019, o desemprego e a informalidade explodem, com a Região Metropolitana do Recife apresentando taxas muito superiores à média nacional. Não obstante, num cenário de retomada, o Estado poderá responder rapidamente com retomada dos empregos, dado, como já foi referido, o potencial de maturação dos investimentos recentes, inclusive podendo se vislumbrar expansão no emprego da indústria de Transformação.

Com relação à distribuição espacial dos investimentos, o período recente evidenciou processos simultâneos: (i) de reforço da concentração do volume dos investimentos industriais e de infraestrutura na RMR, levando em conta o porte de alguns estabelecimentos instalados no Complexo de Suape (localizado nos municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho) e da nova planta Fiat Chrysler (já considerando a incorporação do município de Goiana à RMR, onde está localizada) e (ii) de expansão do número de novos empreendimentos que se instalaram no interior de Pernambuco, em municípios como Igarassu, Itapissuma, Caruaru, Vitória de Santo Antão, Glória de Goitá, Salgueiro e Petrolina. A presença desses empreendimentos também revela outra tendência do ponto de vista territorial, e que também vem se observando no País como um todo, qual seja, consolidação de uma rede de cidades de porte médio que

vêm desempenhando papéis fundamentais de polos de desenvolvimento regional. Pela presença de indústrias, mas também de centros comerciais e de prestação de serviços especializados, destaque para educação e saúde.

Como se vê, a economia pernambucana mudou muito nos anos recentes. Não só experimentou dinâmicas distintas como se reconfigurou em vários aspectos, num ambiente mundial e nacional impregnado de importantes transformações.

4 Desafios Estratégicos para o Desenvolvimento Estadual

Muitos desafios são colocados para a sociedade brasileira e pernambucana no presente. O bom desempenho da economia brasileira na década inicial do século XXI, especialmente em Pernambuco, deixa saldo bastante positivo. Avanços na dimensão social também merecem destaque pois sinalizavam para a possibilidade de construção de uma sociedade menos desigual e com menor grau de pobreza, ampliando o leque de oportunidades. Mas, a crise econômica e política, uma retroalimentando a outra, nos anos mais recentes, tiveram impactos muito negativos no Estado e na vida dos pernambucanos. E na conjuntura econômica e política atual persiste com forte grau de instabilidade e incertezas desafiadoras.

Algumas mudanças em curso merecem destaque ao se olhar para o futuro. Uma delas tem a ver com a trajetória demográfica pela qual passa o País, associada à queda da natalidade em paralelo à elevação da esperança média de vida. Tal mudança, tanto no Brasil como em Pernambuco, fará com que, no presente século, se tenha uma sociedade distinta daquela do século passado: com menos jovens e mais idosos. Fica o desafio de considerar os impactos deste novo perfil demográfico nos vários aspectos das vidas econômica, social, cultural e política do Estado.

Por sua vez, a chamada "crise ambiental", que atrai a atenção do mundo para a insustentabilidade do padrão de relação sociedade humana *versus* ambiente natural herdado dos séculos recentes, também desafia Pernambuco, onde as iniciativas na direção da construção de um novo padrão são incipientes. No caso de Pernambuco, como do conjunto do Nordeste semiárido, por exemplo, o avanço da desertificação preocupa e tenderá a ser um importante desafio a enfrentar. A questão da água ganhará ainda mais destaque, posto que se torna, mundialmente, recurso crescentemente escasso. É outro tema estratégico que se colocará como elemento cada vez mais importante na agenda do desenvolvimento, não escapando ao caso de Pernambuco. Ao mesmo tempo, a consolidação de uma matriz energética baseada em fontes limpas e renováveis é desafio, mas ao mesmo tempo uma oportunidade, visto que já se avançou nesta direção nos anos recentes. O potencial do Nordeste e de Pernambuco é incontestável na eólica, solar e produção de bicombustíveis. Articulá-lo à transposição das águas do São Francisco pode gerar impactos relevantes, inclusive na redução do custo da água.

Em paralelo, e em tempos de urbanização crescente, o padrão de ocupação urbana precisará considerar muito melhor as restrições da natureza, posto que a poluição, os deslizamentos, as inundações, entre outros fenômenos, clamam por um padrão de cidades menos desigual e mais sustentável ambientalmente. E este é um desafio para um estado em que as cidades médias se expandiram e tenderam a reproduzir padrões metropolitanos nos quais a sustentabilidade não mereceu a prioridade necessária.

Mas, talvez, o maior desafio venha do ambiente econômico mundial. A mudança dos padrões técnicos, impulsionada pelo avanço do conhecimento e pela geração de novas tecnologias, tem impactado fortemente os modelos produtivos, fazendo com que a atividade manufatureira seja chamada de "indústria 4.0". A mudança, neste caso, é profunda.

Trata-se da passagem da Sociedade Industrial para a Sociedade da Informação ou do Conhecimento, baseada em uma nova economia, que se convencionou chamar de "Economia do Conhecimento". No seio dela, destaca-se uma nova indústria: a de *software*. Pernambuco foi solo fértil para gerar iniciativas importantes nessa direção, e avançou, engatando nessa tendência. E continua avançando, indo na direção do interior, ampliando o diálogo com outros segmentos produtivos e construindo as bases de polo de economia criativa, hoje já reconhecido.

Em paralelo, a agropecuária também está sendo impactada por novos paradigmas que afetarão a base produtiva, tanto no segmento empresarial quanto naquele organizado em bases familiares. E os serviços também serão produzidos e ofertados segundo novo paradigma e novas atividades líderes. Pernambuco tem boa base numa deles: os serviços de tecnologia da informação e comunicação.

Mas a passagem da chamada "era analógica" para a "era digital" é travessia de grandes impactos, econômico, social, cultural e psicossocial. E as mudanças não param aí.

Assim, o desafio estratégico principal é o de inserir a base produtiva estadual e a sociedade pernambucana nesse novo mundo.

Pernambuco, embora seja berço fértil de criatividade, não vem revelando a necessária proatividade na gestão inovadora das atividades que aqui se desenvolvem.

A educação tem, nesse processo, papel estratégico. E está desafiada a ser um dos lastros centrais de um novo momento, tendo concomitantemente que inovar, buscando, entre outras mudanças, sintonia com os novos paradigmas do mundo digital e com as exigências e habilidades requeridas pelo mercado de trabalho do século XXI. Um mercado de trabalho, aliás, em profunda transformação, imerso numa sociedade que tende a se organizar em novas bases.

Portanto, reinventar-se é necessidade que se impõe. Vivenciar mudanças em dimensão muito maior que a experimentada no início do presente século. Pernambuco, ao avançar na sua industrialização no período recente, por exemplo, atraiu a indústria de petróleo e gás e a automotiva, mas elas são símbolos do século XX. Como avançar na indústria 4.0 e nas demais atividades que marcarão o século XXI? E como fazer isso construindo bases firmes de uma sociedade menos desigual e com maior sustentabilidade ambienta do que a que herdamos? Essa é a questão central.

Ao mesmo tempo, o Brasil também está diante desse desafio. Não basta se organizar para sair dessa crise conjuntural: é preciso um projeto estratégico de futuro. Da mesma forma que o País, Pernambuco também carece de um novo "sonho".

Referências

ARAÚJO, Tania B.; ARAÚJO, Tarcísio P. **Socioeconomia pernambucana:** mudanças e desafios**.** Recife: CEPA, 2018.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Proposta de política industrial para o Estado de Pernambuco**. Recife: FIEPE/SEBRAE, 2013.

GALVÃO, Olímpio A. O comportamento do comércio internacional**.** *In* ARAÚJO, Tania B. e ARAÚJO, Tarcísio P. **Socioeconomia pernambucana:** mudanças e desafios**.** Recife: CEPA, 2018.

GUIMARÃES, Paulo F.; SANTOS, Valdeci M. Dinâmica dos investimentos na economia de Pernambuco: 2000-2017**.** *In* ARAÚJO, Tania B.; ARAÚJO, Tarcísio P. **Socioeconomia pernambucana:** mudanças e desafios. Recife: CEPA, 2018.

LIDE-PE. **Investimentos produtivos e de infraestrutura econômica:** Pernambuco e o contexto nacional Relatório de Pesquisa. Recife: LIDE, 2016. Publicado na revista Negócios PE, v.42, n.42, 2016.

MONTEIRO NETO, Aristides; VERGOLINO, José R. de O.; SANTOS, Valdeci M. dos. **Capacidades Governativas no ambiente federativo do Brasil:** Pernambuco (2000-2012). Brasília: IPEA, 2015. Disponível em : http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/capacidades_governativas.pdf. Acesso em: 14/05/2019.

OLIVEIRA, Fábio L. de; GUIMARÃES NETO, Leonardo. A Dinâmica da economia e transformações relevantes**.** *In* ARAÚJO, Tania B.; ARAÚJO, Tarcísio P. **Socioeconomia pernambucana:** mudanças e desafios. Recife: CEPA, 2018. aproveitou bem o crescimento regional. O setor químico se fortaleceu com a chegada de novas indú

Alagoas 2000-2018

Cícero Péricles de Carvalho
Doutor em Economia pela Universidade de Córdoba/ Espanha
Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Alagoas/UFAL

Resumo

Nos anos 2000-2018, a economia alagoana, cada vez mais integrada à economia brasileira, reafirmou seu caráter urbano, centralizando suas principais atividades econômicas nos setores de comércio, serviços e administração pública. A área agrícola de Alagoas vem sendo modificada pelo recuo do setor sucroalcooleiro, permitindo um avanço de uma ainda incipiente diversificação agrícola e da pecuária leiteira, que amplia sua presença tanto na zona da mata como no sertão. Na parte urbana, as atividades comerciais e de serviços cresceram pelo consumo popular, estimulado pelas políticas de transferência de renda, principalmente da previdenciária e do programa Bolsa Família. Como decorrência, o setor comercial, liderado pela rede atacadista, representa o seu principal eixo; no setor de serviços, o destaque é o turismo, uma atividade que aproveitou bem o crescimento regional. O setor químico se fortaleceu com a chegada de novas indústrias, e um processo de industrialização, baseado nas micro e pequenas empresas, vem se firmando nos bairros da capital e cidades do interior. Neste período, a sociedade alagoana, mesmo ocupando uma posição inferior na média nacional, alcançou uma melhoria nos seus indicadores sociais, elevando o nível educacional, a renda média, ampliando o acesso a bens de consumo e reduzindo o grau de pobreza da população que se tornou sua marca histórica mais conhecida.

Palavras-chave

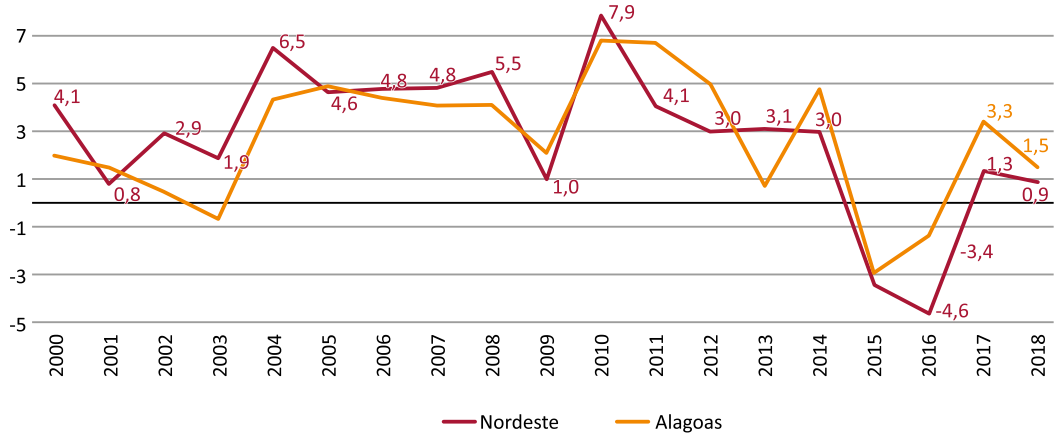
Alagoas. Nordeste. Economia Alagoana. Desenvolvimento Regional. Desenvolvimento e Alagoas.

1 Introdução

No século XXI, Alagoas atravessou um processo de crescimento populacional, passando de 2,8 milhões de habitantes em 2000, para 3,3 milhões, em 2018. Nesse intervalo de tempo, a população urbana aumentou sua participação de 68% para 74%. Enquanto isso, a economia, acompanhando essa tendência demográfica, elevou suas atividades caracterizadamente urbanas, como comércio, serviços e administração pública, que passaram de 56% do PIB estadual, em 2002, para 73%, em 2016, reduzindo ainda mais a presença da agropecuária de 23% para 15%, e do setor industrial, centrado na agroindústria, que recuou de 21% para 12% do produto interno (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002-2016). Essas modificações na estrutura econômica do Estado alteraram, por sua vez, os indicadores sociais de maneira significativa.

Neste período recente (2000-2018), à semelhança do que aconteceu no âmbito regional, a economia alagoana, fortemente integrada e conectada ao desempenho nacional, obteve taxas positivas de crescimento na maior parte dos anos, refletindo de maneira próxima os resultados em âmbito nacional e regional. No entanto, podemos dividir este período de tempo em três etapas distintas: a primeira, de crescimento lento, entre 2000 e 2003, quando a economia estadual obteve três anos seguidos de taxas baixas, e um ano de resultado negativo, em 2003; a segunda, de crescimento mais rápido, entre 2004 e 2014, com uma taxa média anual de 3,87%; e a terceira e atual etapa, entre os anos 2015 e 2018, marcada por uma forte retração econômica, com dois anos de taxas negativas, seguidos de dois anos de recuperação lenta (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Nordeste e Alagoas - Variação (%) do Produto Interno Bruto - 2000 a 2018



Fonte: (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002-201; BOLETIM REGIONAL, 2019).

No plano nacional, a etapa de crescimento lento (2000-2003) refletiu um período influenciado pela crise internacional, pelas incertezas de um ano eleitoral (2002) e o primeiro ano de governo liderado pelo PT, marcado pelo ajuste fiscal. Os anos 2004-2014 de crescimento mais rápido coincidiram com o redirecionamento macroeconômico voltado para o desenvolvimento do mercado interno, contando com uma conjuntura internacional favorável para a economia nacional, quando o país obteve taxas médias mais altas que as do período anterior. Os anos 2015-2018 são de recessão e recuperação lenta, marcados pela instabilidade política e retração econômica, num cenário internacional desfavorável.

2 Os Anos de Crescimento Lento (2000-2003)

Nesta etapa, a economia do Nordeste reproduzia as dificuldades regionais que eram influenciadas por aquelas enfrentadas pelo cenário nacional, principalmente pela crise fiscal. No entanto, o desempenho econômico dos estados nordestinos era diferenciado, refletindo as suas especificidades locais. Em Alagoas, o resultado desse período de crescimento lento decorre, em parte, da crise fiscal de 1997, que derrubou o governador do Estado, substituindo-o pelo vice e por uma equipe com alguns secretários indicados pelo governo federal. Essa intervenção deixou a administração estadual sem capacidade de atuação autônoma e, por duas décadas, o Estado viveu sob o signo da gestão da dívida, que comprometia os limitados recursos orçamentários necessários para os gastos com custeios ou investimentos.

Na segunda metade dos anos 1990 e começo dos anos 2000, numa conjuntura marcada pelo processo de liberalização da economia nacional e pela ausência de uma política de desenvolvimento regional, a economia alagoana se ressentia da falta de investimentos federais ou privados, um quadro agravado pela inexistência de políticas sociais compensatórias amplas. Neste período, as instituições federais de intervenção regional - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Departamento Nacional de Obras Contras as Secas (DNOCS), Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) - foram limitadas por processos diferenciados que levaram à redução de investimentos.

A crise nacional tinha retirado da Sudene seu papel de articuladora dos projetos beneficiados pelos incentivos fiscais, e a autarquia foi extinta em 2001. O Banco do Nordeste do Brasil, da mesma forma que o conjunto das instituições financeiras federais, enfrentou a redução de pessoal e agências. A CODEVASF atuava limitada pela falta de recursos, e o DNOCS resistiu a uma proposta de extinção em 1999. Até mesmo a Chesf, depois da entrega da usina hidroelétrica de Xingó, em 1997, retrocedeu nos seus investimentos regionais, centrando seus trabalhos nas demandas por ampliação da rede de distribuição.

Neste período, como uma das respostas a esta conjuntura, os maiores estados nordestinos – Ceará, Bahia e Pernambuco– iniciaram uma estratégia de concessão de incentivos, por meio da renúncia fiscal,

como política de atração de empresas, principalmente industriais, que se deslocavam para a Região aproveitando os salários mais baixos, a infraestrutura local e o desenvolvimento de novos mercados. A "guerra fiscal" como ficou conhecida, foi adotada pelos demais estados da Região, cada um oferecendo mais vantagens tributárias, depois das pioneiras iniciativas que ajudaram no crescimento da economia nordestina, principalmente das unidades mais fortes.

Sem o apoio decisivo da rede institucional federal de presença regional, vivendo sua crise fiscal, o Estado de Alagoas perdeu sua capacidade de realizar políticas de desenvolvimento. Mesmo tendo aprovado uma Lei de Incentivos (1993) e um Programa de Desenvolvimento Integrado (1995), não conseguia atrair as indústrias e os investimentos do Sul e Sudeste que se deslocavam para a Região, em virtude de seu estreito mercado local, da ausência de infraestrutura e dos limites na oferta de contrapartidas. Neste mesmo tempo, o setor sucroalcooleiro ainda realizava seu processo de reestruturação depois do fim da regulamentação do setor, com a extinção do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), e a agropecuária sofria com as severas secas de 1992/1993 e 1998/1999. Nestas condições, Alagoas apresentava taxas menores na economia, com a manutenção de seus conhecidos indicadores sociais negativos.

3 Os Anos de Crescimento Rápido (2004-2014)

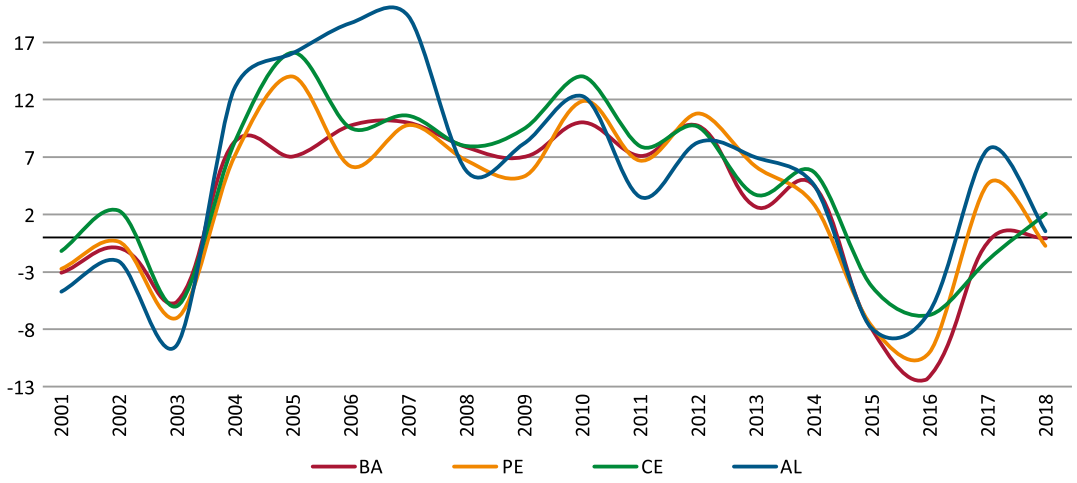
Esse período foi marcado por uma reorientação na política econômica nacional, com a adoção de uma agenda com um forte viés social no sentido de expandir o mercado interno, principalmente com a incorporação dos segmentos de menor renda. O longo ciclo de crescimento da economia brasileira influenciou os resultados dos estados nordestinos. Houve ampliação dos investimentos, aumentando a capacidade produtiva regional, o mercado interno e as possibilidades de emprego nos novos empreendimentos ou nas empresas já instaladas nos setores industriais e de serviços.

O modelo de crescimento econômico, com programas e políticas de inclusão social, teve grandes impactos no Nordeste, ainda que essas políticas federais não tivessem o recorte territorial, nem a definição regional das antigas instituições. Os programas de transferência de renda, pensados nacionalmente, tiveram maiores resultados nas regiões de população de renda mais baixa, favorecendo o Nordeste e seus estados, centralizadores da maioria dos pobres do País. As políticas sociais permanentes, ao ampliar a cobertura da saúde e educação básica, contribuíram para sustentar essa elevação de renda. Essas políticas sociais foram acompanhadas do fortalecimento ou criação de programas de crescimento econômico, alguns com mais penetração na área urbana, como o microcrédito produtivo, bancarização, Minha Casa, Minha Vida, e ampliação da rede federal de ensino (universidades e institutos federais); outros de maior influência nas áreas rurais, como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Luz para Todos e o Programa Um Milhão de Cisternas.

O desempenho positivo da economia nacional contribuiu para o aumento das transferências constitucionais, que subiram regularmente entre os anos 2004-2014, interferindo tanto nos recursos para as prefeituras e estados, como nos programas sociais, influenciando positivamente nos resultados econômicos regionais. A combinação do crescimento nacional com a intensificação das políticas de transferência de renda e os programas de desenvolvimento de repercussão regional resultaram no aumento dos índices de emprego. Este, ao ser vinculado com o salário mínimo, causava um efeito em cadeia na elevação de remuneração para outros segmentos, mesmo os não formalizados, ampliando a renda dos estratos mais pobres da população.

No âmbito regional, o consumo interno passou a ser uma variável relevante para o resultado econômico, superando os investimentos tradicionais na infraestrutura e nos grandes projetos industriais ou agrícolas. O aumento regular na renda local por meio da combinação entre a recuperação do salário mínimo num mercado de trabalho aquecido, mais a ampliação da cobertura social, principalmente da Previdência Social e do programa Bolsa Família, fez do mercado interno a alavanca para a atração de novos investimentos produtivos e a obtenção de taxas maiores na economia. O *boom* do consumo começa em 2004, em todos os estados nordestinos, e se sustenta entre os anos 2004-2014, refletindo e coincidindo com as taxas mais elevadas de crescimento do PIB (ver Gráfico 2).

Gráfico 2 – Taxa de crescimento do varejo na Bahia, Pernambuco, Ceará e Alagoas (2001-2018)



Fonte: (PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO, 2019).

O "boom do consumo" coincidente com as taxas médias mais altas pode ser compreendido pela combinação de três grandes vetores: a) uma conjuntura nacional de crescimento, capaz de contribuir para os novos investimentos e a formalização da mão de obra, influenciada na sua renda pela valorização do salário mínimo; b) a ampliação das políticas sociais, com interferência imediata na renda e consumo dos segmentos de renda mais baixa; e c) a criação ou fortalecimento dos programas federais de intervenção direta na economia regional, geradores de dinâmica em setores econômicos vinculados aos segmentos de renda crescente.

No Nordeste, nesse período, o número de assalariados contratados duplicou de 4,4 milhões para 8,9 milhões de trabalhadores formais. Em Alagoas, esse contingente subiu de 272 mil, em 2000, para 514 mil, em 2014, quando atingiu o recorde de trabalhadores formalizados neste período. Esse crescimento, no entanto, teve características internas particulares entre os setores econômicos e com uma diferenciada participação entre as faixas salariais. Com a oferta de emprego lastreada em segmentos que admitiam mão de obra com pouca formação profissional (comércio, serviços e construção civil), houve um aumento no mercado de trabalho de Alagoas, entre 2000 e 2015, do número de trabalhadores na faixa salarial correspondente ao intervalo entre um e dois salários mínimos, que passou de 58% para 72% dos contratados, numa conjuntura de aumentos regulares do salário mínimo, com ganho real acima da inflação, de 77% entre 2003 e 2016 (SALÁRIO MÍNIMO..., 2016). Enquanto isso, no mesmo período, os trabalhadores que recebiam entre dois e cinco salários baixam sua presença relativa de 28% para 20%, e aqueles com cinco ou mais salários a viram reduzir de 14% para 8%, no conjunto dos assalariados em Alagoas (Tabela 1).

Tabela 1 – Mercado de trabalho formal em Alagoas - Número de trabalhadores - 2000 a 2018

Faixa Salarial	2000	2005	2010	2015	2017	2018
Até 2 SM's	159.111	251.584	340.138	364.596	353.507	343.792
2-5 SM's	75.105	82.779	92.999	103.811	96.238	100.649
5 e + SM's	37.967	32.753	37.855	40.868	36.918	49.417
Total	272.183	367.116	470.992	509.275	486.763	493.858

Fonte: (ANUÁRIO RAIS, 2019).

O crescimento mais rápido desse contingente com contrato de trabalho atendia, por um lado, a maior demanda de mão de obra nos segmentos que buscavam trabalhadores com pouca qualificação técnica e, por outro, refletia a presença de maior fiscalização de órgãos públicos federais e a pressão sindical mais ativa. As contratações avançavam nos setores voltados, naqueles anos, à demanda dos segmentos de renda mais baixa, que "se convencionou chamar de "público C, D e E": o varejo e o setor de serviços

nos bairros da capital e nas localidades do interior do Estado, a administração municipal pela demanda crescente por serviços básicos e a construção civil, pela ampliação das obras públicas.

O mercado formal de trabalho teve desempenho diferenciado em cada um de seus setores. O setor sucroalcooleiro, a principal indústria de transformação, estimulada pelos preços do açúcar no mercado internacional e do álcool no mercado interno, apresentou um crescimento regular de sua produção entre os anos 2000-2011, quando atingiu uma safra de 30 milhões de toneladas. Esse segmento emprega um conjunto de trabalhadores permanentes nas suas unidades industriais e na parte administrativa, e uma parcela majoritária de assalariados temporários, os "cortadores de cana", parcela sujeita a aumento no período de safra, entre os meses de setembro e março.

A construção civil cresceu aceleradamente, triplicando seu contingente de trabalhadores entre 2000 e 2011, quando alcança 37 mil contratados formais no ano de maior volume do programa Minha Casa, Minha Vida, responsável pela construção de mais de 120 mil residências no Estado. Porém, o setor começa a reduzir de tamanho a partir da desaceleração das obras do PAC. A administração pública fez saltar o número de servidores de 90 para 157 mil empregados em 2015, centralizados no funcionalismo municipal, pela ampliação das funções das prefeituras. Os setores de comércio e serviços privados, de forte identidade entre eles, na medida em que trabalham próximos e reagem de maneira similar às conjunturas, foram os mais beneficiados pelo crescimento da renda popular, tanto que, em 2008, os seus empregados superam o número de funcionários públicos, segmento até então líder do emprego formal no Estado (Tabela 2).

Tabela 2 – Mercado de trabalho formal - Número de trabalhadores - 2000 a 2018

Setor	2000	2005	2010	2015	2017	2018
Extrativa Mineral	483	560	782	1.078	1.134	729
Indústria	61.113	95.978	105.087	79.465	73.438	67.706
Serviços Industriais	2.797	3.713	4.618	5.505	4.902	4.972
Construção Civil	10.159	12.689	27.986	27.383	18.328	18.124
Comércio	32.159	47.063	73.322	89.431	85.504	87.036
Serviços	55.622	69.446	101.442	138.337	138.726	147.566
Administração	89.879	126.999	147.926	157.511	154.052	156.860
Agropecuária	19.971	10.668	9.829	10.565	10.679	10.865
Total	272.183	367.116	470.992	509.275	486.763	493.858

Fonte: (ANUÁRIO RAIS, 2017).

O segundo vetor de crescimento foram os programas sociais. O mais conhecido deles é o Programa Bolsa Família. Este, em 2016, cobria 40% das famílias alagoanas (ver Tabela 3). O papel do Bolsa Família vem sendo muito estudado em pesquisas científicas, destacando-se pela sua função social, ao vincular-se as "condicionalidades" na área de educação e saúde das crianças, reduzindo a pobreza absoluta; pela sua função econômica, de renda familiar, influente nas localidades mais pobres; e pela função política e cultural, no papel de empoderamento das mulheres chefes de família (REGO; PINZANI, 2014).

Tabela 3 – Número de beneficiários e valor do benefício do Programa Bolsa Família em Alagoas - 2010 a 2018

Ano	Famílias	Valor Anual
2010	414.112	482.955.041,00
2012	436.270	684.449.448,00
2014	439.655	871.570.605,00
2016	396.054	853.968.339,00
2018	412.116	922.689.785,00

Fonte: (BRASIL, 2019).

No entanto, o mais importante programa de transferência de renda é o da Previdência Social, que atinge um público maior de famílias, com valores mais expressivos que qualquer outra política social, cujo déficit regional e dos estados é coberto pelos recursos do Tesouro Nacional. No Nordeste são 4,7 milhões de famílias no mundo rural e 1,7 milhão cobertas pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC). Em Alagoas, são 524 mil beneficiários em 2017, distribuídos entre 330 mil na parte urbana e 194 mil na área rural, dos quais 116 mil são cobertos pelo BPC. Deste conjunto, 440 mil beneficiários recebem até um salário mínimo (88% do total), 83 mil recebem até cinco salários e apenas dois mil acima de cinco salários mínimos (Tabela 4). Esse conjunto de aposentados e pensionistas, tal como os trabalhadores assalariados, tem seus ganhos vinculados aos reajustes do salário mínimo, afetando a renda de 80% das famílias de Alagoas.

Tabela 4 – Previdência social em Alagoas - 2000 a 2017

Ano	Beneficiários	Valor Pago (R$)	Arrecadação (R$)
2000	279.240	678.130.642	173.947.732
2005	319.831	1.422.083.397	495.411.584
2010	434.482	2.974.758.656	878.690.165
2015	504.317	5.322.570.010	1.179.648.654
2017	524.206	6.660.177.191	1.359.039.244

Fonte: (BRASIL, 2013).

O terceiro vetor de crescimento foi o conjunto dos programas que interferem diretamente no processo econômico. Nas áreas rurais são conhecidos: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que dedica, em média anual, 30% dos contratos nacionais ao Nordeste; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com 35% dos recursos destinados à Região; o Luz Para Todos, que realizou 1,5 milhão de ligações no Nordeste, um pouco mais da metade das ligações nacionais; e o programa Água para Todos, responsável pela construção de 1,4 milhão de cisternas (das quais 59 mil em Alagoas) nos anos 2000-2018, no semiárido nordestino.

Nas áreas urbanas, os destaques foram o microcrédito produtivo, cujo programa CrediAmigo é considerado o maior e mais eficiente da América Latina; o programa Minha Casa Minha Vida que, entre 2009 e 2016,construiu 1,2 milhão de moradias no Nordeste (121 mil para Alagoas), das 4,5 milhões de unidades entregues em todo o País. Neste período, o papel ativo de articulação e financiamento ficou a cargo de uma nova rede institucional de entidades financeiras, como o BNB, Banco do Brasil e Caixa Econômica; e de instituições nacionais como o Sebrae e os Ministérios do Desenvolvimento Social, do Desenvolvimento Agrário e das Cidades, cujas agendas de programas e projetos contemplavam os segmentos de renda mais baixa da população brasileira.

4 Os Anos de Recessão e Recuperação Lenta (2015-2018)

Nos anos recentes, da mesma maneira que os períodos anteriores, o Nordeste e suas unidades acompanharam a conjuntura nacional, refletindo o desempenho da economia brasileira nas suas taxas de crescimento negativas nos anos 2015 (-3,5%) e 2016 (-3,3%), assim como nos anos de recuperação lenta: 2017 (1,1%) e 2018 (1,1%). O Nordeste foi a região mais afetada nos dois anos de recessão, com taxas negativas em 2015 (-3,3%) e 2016 (- 4,6%), e baixas nos anos de recuperação lenta: (1,3) e (0,9), em 2017 e 2018, respectivamente (IBGE, 2019; BOLETIM REGIONAL, 2019).

A queda decorre da dependência da economia regional nordestina e alagoana de seu mercado interno e dos investimentos federais, cujas retrações afetaram esse resultado, pela diminuição do consumo e desaceleração das centenas de obras dos projetos públicos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Com arrecadação menor, a União reduz o ritmo das transferências para os estados e municípios. As instituições financeiras sofrem o impacto do ajuste fiscal de 2015 e retrocedem nos investimentos e crédito; que também diminui com a subida da taxa de juros. A política de valorização do salário mínimo, dependente

das taxa de crescimento do PIB nacional, perde ritmo, e, por dois anos, 2017-2018, foi reajustado abaixo do INPC, repercutindo na renda dos assalariados e beneficiários da previdência. Até mesmo o programa Bolsa Família teve redução de cobertura e recursos, nos anos 2015 e 2016. Neste período, ao perder dinâmica, a Região diminui a formalização do emprego, aumenta rapidamente sua taxa de desocupação e de informalidade, afetando a renda regional, firmando-se como a região de maior desemprego no País e o Estado de Alagoas como um dos maiores índices nacionais de desemprego (Tabela 5).

Tabela 5 – Taxa de desocupação (%) no Brasil, Nordeste e Alagoas - 2012 a 2018

Ano	Brasil	Nordeste	Alagoas
2012	7,9	9,7	11,3
2014	7,2	9,3	9,7
2016	10,9	12,8	12,8
2018	13,1	15,9	17,7

Fonte: (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA, 2019).

Mesmo acompanhando o desempenho nordestino, a economia alagoana tem dado sinais de reação nos dois últimos anos (2017-2018) com alguns setores se contrapondo à recessão. A volta das chuvas amenizou os efeitos da seca de 2012-2016, melhorando os resultados da agricultura e pecuária. A continuidade dos programas sociais sustenta a renda dos segmentos mais pobres. O turismo nacional beneficiou o mercado interno, e Alagoas teve melhor desempenho no período 2017-2018. Alguns setores industriais, como o químico e o de laticínios, têm reagido positivamente. Nestes dois anos, Alagoas conseguiu um aumento real de receita tributária mais a redução do índice "Grau de Endividamento dos Estados" (ENDIVIDAMENTO..., 2019).

Na década recente, a dívida, o principal problema do Estado, sofreu um processo de modificações. Em 2012, o STF reduziu a taxa de juros de 7,5% para 6% e o valor da parcela de 15% para 11,5% da Receita Líquida Real; em 2014, uma lei complementar aprovada no Senado modificou o antigo indexador (IDG-DI), substituído pelo IPCA, muito mais favorável aos interesses estaduais; em 2016, a dívida teve seu perfil alongado para mais vinte anos, sendo recalculada em seus contratos desde 1998, pela Taxa Selic, baixando R$ 2 bilhões de seu saldo devedor. Este processo, somado à melhoria do desempenho arrecadador do Estado, permitiu uma condição financeira mais favorável, mesmo nos anos de crise e de recuperação lenta (CARVALHO, 2019, p.61).

Na segunda década deste século, o consumo de energia em Alagoas reflete as mudanças na estrutura interna e o desempenho de cada um dos segmentos econômicos entre os anos 2006 e 2018 (Tabela 6). O setor residencial, de melhor desempenho, duplica o consumo pela ampliação do número de ligações e entrada dos novos eletrodomésticos nos segmentos de menor renda; o setor comercial e de serviços cresce 85% com a expansão da rede de empreendimentos nesta área; o setor público (iluminação e administração) aumenta em 63% o consumo, principalmente das prefeituras. Os valores estacionários da indústria não refletem o setor sucroalcooleiro, que produz parte importante de seu próprio consumo e vive um momento de retração produtiva, nem da química (Braskem), que compra energia diretamente da Chesf.

Tabela 6 – Consumo de energia elétrica em Alagoas - Em GWh - 2006 a 2018

Ano/Classe	2006	2010	2015	2017	2018
Industrial	1.866	1.896	2.056	1.971	1.435
Residencial	695	926	1.326	1.394	1.667
Comercial	412	538	754	755	762
Poder Público	394	497	557	645	628
Rural	163	148	180	168	189
Outros	72	64	37	28	26
Total	3.602	4.005	4.910	4.960	4.709

Fonte: (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2004).

5 Mudanças Estruturais

Nestas duas décadas recentes, constatam-se algumas claras tendências de mudanças na economia estadual. Na agropecuária, os dois grandes setores – cana- de-açúcar e pecuária bovina – apresentaram alterações: o sucroalcooleiro reduziu de tamanho e a pecuária ampliou sua especialização na atividade leiteira. Na área de recuo da cana, ocorre um processo de diversificação agrícola, sinalizando o futuro produtivo da zona da mata. Na área urbana, no setor industrial, a cadeia da química e do plástico vem se firmando como um segmento expressivo; por outro lado, vem acontecendo um processo de industrialização baseado nas MPE's, com um crescente número de empresas industriais e de construção. Na parte de comércio e serviços, a novidade é a consolidação do setor de turismo como alternativa econômica real e a formação de uma rede de grandes empresas atacadistas, atualmente no comando e organização do setor de comércio na área varejista.

A agricultura. A perda relativa de importância do setor sucroalcooleiro na economia estadual responde pela mudança mais significativa ocorrida neste período. Esse segmento tradicional está presente nos cinquenta municípios da zona da mata, produzindo a matéria-prima do açúcar e álcool de uma agroindústria representada por quase três dezenas de usinas e destilarias. Desde 2012, o setor sucroalcooleiro, sem investimentos, vem reduzindo os espaços agrícolas na zona da mata, diminuindo seu parque industrial e, por consequência, perdendo também competitividade e presença nas exportações.

No começo do século, este segmento, que na safra 1986 tinha ultrapassado Pernambuco como maior produtor de açúcar e álcool do Nordeste, foi beneficiado pelo "boom das *commodities*" (2003-2011), que fez subir seus preços no mercado internacional, estimulando suas exportações que, saltaram de US$ 173 milhões, em 2000, para US$ 1,3 bilhão em 2011.O setor canavieiro, respondendo a esta demanda, elevou a produção de 23 milhões de toneladas, em 2000, para uma safra recorde de 30 milhões de toneladas em 2011.

Passados os anos do "superciclo das *commodities*", o setor sofre com as oscilações negativas do mercado internacional do açúcar e, no mercado interno, o álcool, com seus preços definidos no âmbito federal, perdeu competitividade ante a gasolina. A queda dos preços mundiais e nacionais de seus produtos coincide com um longo período de seca, entre os anos 2012 e 2016, que, mesmo centrada na região semiárida, atingia a zona da mata, diminuindo ainda mais a competitividade do setor. Passados os anos, o segmento foi encolhendo, sendo a área agrícola reduzida de 450 mil hectares plantados, em 2011, para menos de 300 mil em 2016; a produção de cana-de-açúcar cai de 30 milhões para apenas 13 milhões na safra 2017/2018 e as vendas externas voltam para o patamar de uma década atrás, exportando menos de 600 milhões de dólares em 2017.

Neste processo, aconteceu o fechamento de algumas usinas e destilarias. Primeiro, as do grupo João Lyra - Guaxuma, Laginha e Uruba; logo depois uma segunda onda,com a paralisação das usinas Roçadinho, Cansanção de Sinimbu, Triunfo e da destilaria Porto Alegre. Mais recentemente, fecharam as usinas Cachoeira, Paisa e Capricho. Essa queda influenciou o número de trabalhadores desempregados na indústria, assim como na parte agrícola, com a redução dos "cortadores de cana", que formam o conjunto principal dessa atividade.

A segunda atividade no campo alagoano, a pecuária de leite, concentrada em 80% das áreas do agreste e sertão, vai se especializando na produção crescente da matéria-prima para seu parque industrial local: a rede de pequenos laticínios espalhadas por vários municípios, ou para as indústrias de Pernambuco e Sergipe. A pecuária de corte, baseada na zona da mata, onde ocupa áreas abandonadas pela cana, ainda não encontrou um perfil empresarial capaz de superar a baixa produtividade e as dificuldades de uma produção de carne marcada pelas irregularidades sanitárias.

Outro fato extraordinário em ocorrência na zona da mata é a diversificação agrícola, um processo de grande interesse dos estudos recentes da Secretaria do Planejamento e da Secretaria de Agricultura. A cana-de-açúcar, que já ocupou 680 mil hectares na safra 1986/1987, no auge do Proálcool, foi recuando das áreas menos produtivas, estabilizando-se nos 450 mil hectares na safra recorde de 2011. No entanto, a queda de 30% nos anos 2012/2018 é diferente do processo anterior, refletindo a incapacidade de se produzir mesmo nas áreas rentáveis. Nestas terras de recuo da zona canavieira, o processo de diversificação

vem se dando tanto com atividades comerciais, a exemplo da pecuária bovina, que já ocupa uma área maior que a cana, e do eucalipto, plantado em 40 municípios da zona da mata, pensados como matéria-prima para a indústria, ou como culturas alimentares permanentes (fruticultura) e temporárias (grãos, raízes e hortícolas) destinadas ao abastecimento regional. São muitas as alternativas: desde as culturas tradicionais da "roça" nordestina (milho, mandioca, batata, feijão, inhame), fruticultura (banana, mamão, coco, caju, melancia, manga, goiaba, maracujá), hortaliças (tomate, quiabo) até novos produtos (sorgo, soja, pimenta, amendoim, urucum). A diversificação está em pleno processo de aprendizado de mercado, com suas vendas para agroindústrias, ração animal, para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou presente no abastecimento das feiras populares e supermercados (ALAGOAS, 2017; ALAGOAS, 2018).

A indústria. Na área industrial, dois fenômenos ocorreram nesta década: o surgimento da cadeia da química e do plástico e o processo da industrialização das MPE's. A indústria química em Alagoas deu um salto em 1977 com a inauguração da Salgema Indústrias Químicas, transformada em Braskem em 2002. Essa empresa abriria a possibilidade de instalação do Polo Cloroalcoolquímico de Alagoas (PCA), adiado pela conjuntura nacional dos anos 1980/1990 e pela concorrência dos polos de Camaçari (BA), Cubatão (SP) e Triunfo (RS). A Cadeia Produtiva da Química e do Plástico (CPQP) que substituiu a ideia de um polo cloroalcoolquímico, surge a partir da empresa-matriz, Braskem, sexta maior petroquímica do mundo, proprietária da maior planta de processamento de cloro-soda e maior produtora de PVC da América Latina. A cadeia é formada por 17 indústrias químicas de primeira à terceira geração, mais 104 indústrias diversas a elas vinculadas, concentradas em Marechal Deodoro e Maceió (DIODATO, 2017).

Nestas quase duas décadas, houve o anúncio e o consequente esquecimento de muitos e grandes empreendimentos não realizados, desde refinaria de petróleo, novo porto marítimo, ferrovia, mineradora a estaleiro naval. Em lugar disso, no entanto, construiu-se, um dinâmico tecido industrial de micro e pequenas empresas. A partir de 2007, o novo sistema de arrecadação de tributo, o Simples Nacional, facilitou e desburocratizou o processo de legalização das microempresas. Em 2008, entrou em vigor o estatuto do microempreendedor individual, o MEI. Estes dois instrumentos legais agem intensamente na formalização das empresas de micro e pequeno portes, facilitando seu processo de inserção na rede financeira, no acesso à formação e assistência técnica e outros ganhos empresariais. O Simples e, logo depois, o MEI, entram no universo das MPE's e MEI's que tinham forte relação com o mercado consumidor regional nordestino, principalmente nos bairros das grandes cidades e localidades do interior, ultrapassando dois milhões de empreendimentos (ver Tabela 7).

Tabela 7 – MPE´s e MEI´s no Nordeste e em Alagoas - 2008 a 2018

	Nordeste		Alagoas	
	MPE	MEI	MPE	MEI
2008	429.799	-	23.608	-
2010	588.924	1.339	30.034	-
2012	1.108.938	384.913	59.396	23.583
2014	1.581.875	718.411	87.845	47.250
2016	1.946.133	1.127.664	105.718	66.584
2018	2.271.420	1.385.054	121.374	82.537

Fonte: (BRASIL, 2019).

Neste cenário, está ocorrendo em Alagoas a industrialização baseada em micro e pequenas empresas formalizadas e presentes em todo território alagoano. Em 2015, o Anuário do Trabalho nos Pequenos Negócios registrou 3.198 indústrias e 2.768 empresas de construção no universo das 50.652 MPE's existentes (ANUÁRIO DO TRABALHO NOS PEQUENOS NEGÓCIOS, 2017). Em novembro de 2018, a Junta Comercial de Alagoas anunciou, em seu Boletim Informativo, que o Estado possuía 168 mil empresas legalizadas, majoritariamente de comércio (80 mil) e serviços (66 mil). No entanto, revelando esse processo de formação de um novo tecido industrial, o Boletim também informa a existência de 13,6 mil empreendimentos que se declaram "indústria" e 8,4 mil de "construção" (FACILITA ALAGOAS, 2018). São MPE's industriais que produzem alimentos, bebidas, confecções, móveis e serralharia, material de

construção, de limpeza, objetos de decoração e muitas outras manufaturas em unidades de pequena dimensão e empresas atuantes nas áreas da construção popular.

Esse é um fenômeno ainda pouco trabalhado pelas instituições de desenvolvimento por suas caraterísticas básicas: pertencem ao universo das MPE's, e estão espalhadas pelos bairros e cidades do interior, fora dos polos e distritos industriais, numa relação direta com seu público consumidor. Na pesquisa "Zoneamento Industrial de Alagoas - 2014", realizada pela Federação das Indústrias de Alagoas, esse movimento ainda não é captado. Na pesquisa, estão registradas 4.371 empresas desse setor, com predominância das padarias (1.040) e casas de farinha (720), que, ao lado das movelarias (464) construção (310) e confecções (100), representavam 78% das indústrias alagoanas. No tocante à mão de obra, o estudo chama a atenção para o reduzido tamanho dessas unidades: 83% tinham até10 trabalhadores e, apenas 43 indústrias tinham mais de 300 funcionários, destacando-se o setor sucroalcooleiro, com suas 28 unidades na época, empregando 39% da mão de obra industrial.

A ampliação da rede das MPE's e dos MEI's, industriais, comerciais e de serviços, está diretamente relacionada com o processo da "bancarização" e a elevação da renda popular. Entre 2010 e 2014, a rede bancária nordestina cresceu de 2,6 mil para 3,6 mil agências; mas, pela característica regional de seu mercado de renda mais baixa, o mais significativo foi a ampliação do número de correspondentes bancários, que alcançou, em 2014, 45 mil postos de atendimentos, 22% do conjunto nacional. No mesmo ano, o sistema de microcrédito na região era responsável por 41% dos clientes nacionais e 51% do valor das carteiras identificadas (RELATÓRIO DE INCLUSÃO FINANCEIRA, 2015).

O setor de serviços e comércio. Nestes anos, dois segmentos – turismo e distribuição comercial – destacaram-se na área comercial e de serviços. O turismo supera a visão marcada pelo viés de "potencial" para se consolidar como um setor importante da economia estadual, e o setor de distribuição comercial se transforma no mais importante segmento econômico de Alagoas. A constituição de um moderno grupo de empresas, organizadas na Associação do Comércio Atacadista e Distribuidor de Alagoas (ACADEAL), resulta do aproveitamento, pelos atacadistas, da ampliação do varejo popular, nos seus dez mil postos de vendas (bares e lanchonetes, supermercados, lojas de material de construção, padarias, hotéis). Estas empresas representam o segmento de maior receita empresarial do Estado, com 47 de suas firmas (das 83 associadas) faturando 3,2 bilhões de reais, em 2018, superando, de longe, a receita de todas as empresas do tradicional setor sucroalcooleiro (REVISTA DISTRIBUIÇÃO, 2019).

A atividade turística impulsionou suas atividades nas duas últimas décadas, ancorada na melhoria da renda nacional, na ampliação da rede hoteleira e na oferta acessível de passagens e pacotes. Duas variáveis - o movimento de passageiros e a rede hoteleira - cresceram de forma exponencial nos anos recentes. O fluxo de passageiros nos aeroportos nordestinos crescendo de 6,3 milhões em 2004 para 33 milhões em 2014, saltando o de Alagoas (Zumbi dos Palmares) de 317 mil para 1,8 milhão de passageiros neste intervalo de tempo. A oferta hoteleira no Nordeste, pressionada pela demanda nacional, sobe initerruptamente em duas décadas. O número de meios de hospedagem que, em 2002, tinha registrado na Embratur 606 unidades (hotéis, pousadas, etc.), dos quais 110 em Alagoas, eleva esse número e, praticamente, duplica de tamanho entre 2008 e 2018 (Tabela 8).

Tabela 8 – MPE´s e MEI´s no Nordeste e em Alagoas - 2008 a 2018

	Meios de Hospedagem		Unidades de Habitação		Leitos	
	NE	AL	NE	AL	NE	AL
2008	1.169	107	59.737	5.415	138.603	13.849
2012	1.454	150	67.788	6.384	156.360	15.504
2016	1.902	163	87.782	7.625	206.809	18.240
2018	2.229	296	95.536	10.506	222.775	24.979

Fonte: (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE TURISMO, 2019).

6 Considerações Finais

Nenhum aspecto das mudanças regionais no período 2001-2014 teve mais destaque, nos meios de comunicação social e na produção acadêmica, do que a queda da pobreza e da miséria no âmbito regional. Neste período, os números foram reduzidos de maneira expressiva: quinze milhões de pobres e dez milhões de extremamente pobres a menos no Nordeste. No caso alagoano, a queda foi relativamente menor que a nordestina, mas, ainda assim, acompanhou a tendência regional (Tabela 9).

Tabela 9 – Número de pobres no Nordeste e em Alagoas

Ano	Nordeste		Alagoas	
	Pobres	Extremamente Pobres	Pobres	Extremamente Pobres
2001	29.021.652	15.094.692	1.903.791	1.055.157
2005	27.488.316	12.416.917	1.853.577	946.177
2011	18.364.417	7.086.205	1.294.671	472.609
2014	14.089.775	4.912.849	1.046.441	399.675

Fonte: (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2015).

Essa tendência é confirmada pelos indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2019), revelando como a sociedade e a economia alagoana, na segunda década do século XXI, encontravam-se bem diferentes do ano 2000, com uma população mais urbanizada, menos pobre, com um nível maior de escolaridade e mais conectada, contemplando novas situações, a exemplo do número de residências com energia que saltou de 668 mil, em 2006, para um milhão em 2017. A universalização da energia elétrica, ao mesmo tempo em que permitiu a ampliação do consumo pela sociedade, também possibilitou a esta ficar mais antenada. Em 2016, 61% dos nordestinos e 59% dos alagoanos se conectavam à Internet; o número de celulares cresceu no "boom do consumo" de 700 mil, em 2005, para 4,2 milhões em 2014; e, mesmo caindo para 2,9 milhões em 2019, continuou a fazer parte do cotidiano da maioria das famílias de baixa renda (AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, 2019).

A queda da pobreza e a melhoria dos indicadores sociais nas áreas de educação e saúde fizeram com que, em 2010, o IDH-M subisse mais rapidamente em relação ao período 1991-2000. No entanto, Alagoas permaneceu como o mais baixo IDH-M do País, mesmo saindo do nível "baixo" para "médio" de desenvolvimento (Tabela 10).

Tabela 10 – Índice de Desenvolvimento Humano

Ano	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,174	0,282	0,520
IDHM Longevidade	0,552	0,647	0,755
IDHM Renda	0,527	0,574	0,641
IDHM	0,370	0,471	0,631

Fonte: (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2013).

Nos anos pós-Censo de 2010, Alagoas apresentou um processo de evolução positiva de seus indicadores sociais – analfabetismo, mortalidade infantil e expectativa de vida –, estes dois últimos sob a influência da melhoria de renda e da cobertura de 83% da população pelo SUS, apontando para uma possibilidade de convergência com os índices médios nordestinos, o que fazia antever um melhor resultado no IDH-M em 2020.No entanto, a pesquisa "Síntese de Indicadores Sociais 2018", do IBGE, revelou que, em função da crise econômica do período recente, da deterioração do mercado de trabalho e da queda da renda, mais os cortes orçamentários federais, ocorreu um crescimento nacional da pobreza, entre os anos 2016 e 2017, rompendo com a série dos anos de redução desse fenômeno,

fazendo o Nordeste voltar a ter 44,8% pobres e Alagoas alcançar 48,9% de pessoas de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2018).

Tomando estas quase duas décadas como um longo período a ser analisado, podemos notar o quanto a economia alagoana sofreu mudanças, diversificando sua produção, e a sociedade ficou mais complexa e resistente. Com essas mudanças, a seca de 2012-2016, considerada uma das maiores do século, não apresentou nenhuma das cenas antigas de saques ou retirantes, nem as sequelas das estiagens prolongadas do passado. Em perspectiva, neste novo quadro econômico e social dos anos de recessão e recuperação lenta, pelos estreitos vínculos com a economia brasileira e regional, os próximos resultados relacionados ao investimento, emprego, renda e diminuição da pobreza continuarão dependendo, tal como nas etapas anteriores, do desempenho da economia nacional. As alterações no quadro nacional influenciam a realidade nordestina e esta poderá ou não mobilizar a economia alagoana na resolução de seus problemas.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **Dados**. 2019. Disponível em: http://www.anatel.gov.br/institucional/. Acesso em: 20 maio 2019.

ALAGOAS. Secretaria da Agricultura. **Diversificação Agrícola na Zona Canavieira de Alagoas**. Texto mimeografado. Maceió: SEAGRI, 2018.

ALAGOAS. Secretaria do Planejamento. **Diversificação produtiva como alternativa para a área canavieira de Alagoas.** Maceió: NEP/SEPLAG, 2017.

ANUÁRIO DO TRABALHO NOS PEQUENOS NEGÓCIOS: 2015. 8 ed. Brasília: DIEESE, 2017. ISSN 1983-2095.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE TURISMO 2019. 1. ed. Brasília: Ministério do Turismo, v.46, 2018. Ano Base 2018**.** Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html. Acesso em: 23 maio 2019.

ANUÁRIO RAIS. MTE, 2018. Disponível em: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_anuario_rais/anuario.htm. Acesso em: 21. dezembro 2019.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. Anuário Estatístico. [2018]. Versão interativa. Disponível em: http://epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/anuario-estatistico-de-energia-eletrica. Acesso em: 21 dezembro 2019.

BOLETIM REGIONAL. Brasília: Banco Central do Brasil, v.13, n.2, abr. 2019. ISSN 2175-9278. Trimestral. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/publicacoes/boletimregional. Acesso em: 27 maio 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Relatórios de Informações Sociais**. abr. 2019. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php. Acesso em: 22 maio 2019.

BRASIL. Receita Federal. **Simples Nacional**. 2019. Disponível em: http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/. Acesso em: 22 maio 2019.

BRASIL. Secretaria de Previdência. **Estatísticas**. Secretaria de Previdência, maio 2013. Publicado no site em 1 de maio 2013. Disponível em: http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/. Acesso em: 26 maio 2019.

CARVALHO, C.P. **Economia Popular**: uma via de modernização de Alagoas. 8 ed. Maceió: Edufal, 2019.

DIODATO, R. **Da concepção de um polo cloroquímico ao desenvolvimento da cadeia produtiva da química e do plástico de Alagoas**. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia) Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

ELETROBRAS. **Programa Luz para Todos**. c2017. Disponível em: https://eletrobras.com/pt/Paginas/Luz-para-Todos.aspx. Acesso em: 27 maio 2019.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Anuário Estatístico.** [2004]. Versão interativa. Disponível em: http://epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/anuario-estatistico-de-energia-eletrica. Acesso em: 21 maio 2019.

ENDIVIDAMENTO dos estados do nordeste em 2018. **Diário Econômico**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, ano II, n. 31, 26 abr. 2019. ISSN 2594-7338. Publicação Diária. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/publicacoes-editadas-pelo-etene/diario-economico-etene/diario-economico-2019. Acesso em: 21 maio 2019.

FACILITA ALAGOAS. Maceió: JUCEAL, ano v, ed.36, nov. 2018. Informativos da Junta Comercial do Estado de Alagoas (JUCEAL). Disponível em: http://www.juceal.al.gov.br/institucional/informativos. Acesso em: 19 maio 2019.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS. **Zoneamento Industrial de Alagoas:** 2014. Maceió: FIEA, 2014. Disponível em: http://www.al.senai.br/public/documentos/zoneamento-industrial.pdf. Acesso em: 27 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais:** SIS**.** Rio de Janeiro: IBGE**,** 2018. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=sobre . Acesso em: 21 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Regionais:** SCR. Rio de Janeiro: IBGE, 2002-2017. Série Contas Regionais do Brasil. Disponível em:https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=sobre. Acesso em: 18 dezembro 2019a.INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Ipeadata.** Rio de Janeiro: IPEA, c2006. Base de dados: Macroeconômico; Regional; Social. Disponível em: www.ipeadata.gov.br/Default.aspx. Acesso em: 24 abr. 2019.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, ed. mar. 2019. Mensal. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9227-pesquisa-mensal-de-comercio.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 22 maio 2019.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 26 maio 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. 2013. Disponível em: http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html.

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. 2 ed. São Paulo: Ed.Unesp, 2014.

RELATÓRIO DE INCLUSÃO FINANCEIRA. Brasília: Banco Central do Brasil, n.3, 2015. ISSN 2179-6696. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/Nor/relincfin/RIF2015.pdf. Acesso em: 17 maio 2019.

REVISTA DISTRIBUIÇÃO. São Paulo: ABAD, ed. 308, n.27, maio 2019.

SALÁRIO MÍNIMO de 2016 é R$880,00. **Nota Técnica.** São Paulo: DIEESE, n.153, dez. 2016.

Sergipe no Século XXI: Expansão, Crise e Reposicionamento da Estratégia de Desenvolvimento Econômico

Ricardo Oliveira Lacerda de Melo
Doutor em Política Econômica, Universidade Estadual de Campinas (2000)
rlacerda.economia@gmail.com

Resumo

O objetivo do artigo é examinar as principais transformações estruturais e o desempenho da economia sergipana ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, buscando captar os impactos sobre a economia estadual do ciclo expansivo da economia brasileira, que perdurou, grosso modo, entre 2004 e 2014, e os efeitos do período recessivo que o sucedeu, a partir de 2015. O artigo examina setorialmente as principais transformações da economia estadual no período.

A dinâmica de crescimento da economia sergipana está associada, à semelhança da maioria dos estados da federação, mas com algumas especificidades, ao movimento geral da economia brasileira, acompanhando em linhas gerais os períodos de prosperidade e de recessão. Um segundo conjunto de determinantes relaciona-se à exploração de suas riquezas minerais, especificamente petróleo, fertilizantes e calcário.

Um terceiro conjunto de determinantes está associado ao desempenho do setor agrícola, em grande parte derivado da combinação de preços favoráveis, disponibilidade de crédito e regime de chuvas. A esse respeito, é importante destacar que o semiárido sergipano vem enfrentando um longo período de estiagem, à semelhança do que vem ocorrendo em quase toda extensão do polígono da seca, cujo início remete ao ano de 2011, mesmo que de forma intermitente. O comportamento pluviométrico é ainda fundamental na atividade de geração de energia hidroelétrica, que responde por parcela significativa do PIB estadual.

Durante a etapa ascendente do ciclo econômico brasileiro, a economia de Sergipe acelerou o crescimento e diversificou sua estrutura produtiva. Quando o ciclo de expansão da economia nacional se exauriu, a economia sergipana entrou em queda livre, entre 2015 e 2016, e manteve-se estagnada nos anos de 2017 e 2018. Por conta das especificidades de sua estrutura produtiva, a economia de Sergipe foi mais impactada do que a média nacional: a construção civil e a produção de cimento despencaram e a Petrobras desmobilizou ativos e reduziu intensamente a produção de petróleo e gás e de fertilizantes. Com os ventos adversos, a recessão não tardou em contaminar o mercado de trabalho e as finanças públicas.

Em termos de perspectivas, o principal projeto estruturador da economia estadual é a implantação do seu Complexo Industrial-Portuário, tendo como indústrias-chave a Usina Termoelétrica Porto de Sergipe e a Unidade de Regaseificação de Gás Natural. Também se afigura muito promissora a exploração de petróleo e gás natural em águas profundas, apontada como a mais importante fronteira de exploração da produção petrolífera no país, depois do pré-sal. Diferentemente de ciclos anteriores de crescimento, as perspectivas de retomada dependerão menos do sistema Petrobras e mais de investimentos de empresas transnacionais da cadeia de petróleo e gás.

Palavras-chave

Sergipe. Século XXI. Crise econômica. Petróleo e gás. Perspectivas

1 Introdução

A dinâmica de crescimento da economia sergipana está associada, à semelhança da maioria dos Estados da federação, mas com algumas especificidades, ao movimento geral da economia brasileira, acompanhando em linhas gerais os períodos de prosperidade e de recessão (GUIMARÃES NETO, 1989; GUIMARÃES NETO, 1993; ARAÚJO, T., 1995). Nesse sentido, o desenvolvimento da economia sergipana tem como seu principal determinante o ritmo e a natureza da expansão da economia brasileira e a incidência regional das políticas nacionais, sejam elas de cortes setorial, social ou de infraestrutura.

Um segundo conjunto de determinantes do crescimento da economia estadual relaciona-se à exploração de suas riquezas minerais. O crescimento da economia sergipana depende, em grande parte, do comportamento das suas atividades de extração mineral, particularmente da produção de petróleo e gás natural, ainda realizada quase exclusivamente pela Petrobras, apesar de importantes novos campos de exploração, que ainda não se encontram em estágio operacional, contarem com investimentos de empresas internacionais. A presença da atividade petrolífera é tão marcante que o sergipano médio tem plena consciência da importância da Petrobras na economia estadual.

Quando, nos anos noventa, a cotação mundial do barril de petróleo despencou, em um contexto de maior abertura e integração externa da economia brasileira, os investimentos na exploração e produção de petróleo sofreram forte retração em Sergipe, com impactos muito significativos sobre o emprego, a renda e as finanças públicas (MELO, 2012b).

A economia sergipana que nas décadas de 1970 e 1980 havia acelerado seu crescimento e passado por radical transformação na sua estrutura produtiva, com a implantação de grandes plantas produtivas de propriedade estatal para exploração de petróleo e para produção de fertilizantes nitrogenados e de potássio, desacelerou o crescimento nos anos noventa e inverteu ao longo daquela década a marca de crescer sistematicamente acima das médias do crescimento regional e do País. Assim, um importante determinante do crescimento da economia sergipana, desde os anos setenta do século passado, tem sido os desempenhos dos setores de petróleo e gás, e, em menor grau, da atividade de produção de fertilizantes. Enquanto a primeira atividade tem exploração direta da Petrobras, a produção de fertilizantes é liderada por ela na produção de nitrogenados (observando-se que a planta da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados entrou em estágio de hibernação no início de 2019) e, até recentemente, pela Vale, no caso da extração de potássio; atualmente a empresa norte-americana Mosaic explora a mina de cloreto de potássio.

Um terceiro conjunto de determinantes está associado ao desempenho do setor agrícola, em grande parte derivado da combinação preços favoráveis, disponibilidade de crédito e regime de chuvas. A esse respeito, é importante destacar que o Semiárido sergipano vem enfrentando um longo período de estiagem, à semelhança do que vem ocorrendo em quase toda extensão do polígono da seca, cujo início remete ao ano de 2011, mesmo que de forma intermitente. Os efeitos da estiagem sobre a produção de grãos e oleaginosas foram recorrentemente devastadores, com retração de safra de mais de 70%, como foi o caso de 2016. O comportamento pluviométrico é ainda fundamental na atividade de geração de energia hidroelétrica, que responde por parcela significativa do PIB estadual. Um regime de chuva desfavorável nas cabeceiras do Rio São Francisco pode reduzir em até quatro vezes a participação da geração de energia elétrica no Valor Adicionado Bruto (VAB) da economia sergipana.

Finalmente, a articulação externa da base produtiva sergipana é essencialmente nacional, seja extra-regional, seja regional. O peso do setor externo na economia sergipana é muito reduzido. A economia do Estado tem um dos menores coeficientes de exportação do País. São orientadas para o comércio exterior apenas as atividades de produção de suco concentrado de laranja, parcelas da produção de calçados e açúcar e, em proporção bem inferior, a fabricação de produtos têxteis.

Durante a etapa ascendente do ciclo econômico brasileiro, iniciado em 2004, a economia de Sergipe acelerou o crescimento, diversificou sua estrutura produtiva por meio de atração de empresas, intensificou a geração de emprego formal na Região metropolitana e no interior e ampliou os investimentos em infraestrutura produtiva e social. Todavia, quando a economia brasileira desacelerou em 2014, o nível de

atividade estadual entrou em queda livre, entre 2015 e 2016, e se manteve estagnado, nos anos de 2017 e 2018. A economia de Sergipe foi duramente atingida pela crise nacional: a construção civil e a produção de cimento despencaram e a Petrobras desmobilizou ativos, reduziu intensamente a produção de petróleo e gás e desativou a unidade de produção de fertilizantes nitrogenados. Com os ventos adversos, a recessão não tardou em contaminar o mercado de trabalho e as finanças públicas.

Em termos de perspectivas, o principal projeto estruturador do Estado de Sergipe está associado à consolidação do seu Complexo Industrial-Portuário, tendo como indústrias-chave a Usina Termoelétrica Porto de Sergipe e a Unidade de Regaseificação de Gás Natural a ela associada, que podem abrir oportunidades de implantação de indústrias e empresas de prestação de serviços em seu entorno.

Também se revelou muito promissora a exploração de petróleo e gás natural em águas profundas na bacia de Sergipe-Alagoas, apontada como a mais importante fronteira de exploração da produção petrolífera no País, depois do pré-sal.

O objetivo do presente artigo é o de acompanhar as transformações estruturais e o desempenho da economia sergipana ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, buscando captar os principais impactos sobre a economia estadual do ciclo expansivo da economia brasileira, que perdurou, grosso modo, entre 2004 e 2014, e os efeitos do período recessivo que o sucedeu, a partir de 2015.

2 A Especialização Estadual

Um bom ponto de partida para analisar o desempenho da economia sergipana nas duas primeiras décadas do século XXI é observar a sua estrutura produtiva em termos da participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto (VAB) e compará-la com as médias da Região Nordeste e do Brasil.

Nesse momento da exposição, observemos as participações das atividades no VAB tal como elas se apresentavam em 2002, antes dos efeitos do ciclo expansivo da economia nacional, iniciado em 2004, e dos impactos da prolongada estiagem, que remonta ao ano de 2012.

Em 2002, o peso do setor agropecuário no VAB estadual era de 6,5%, similar ao da média do Brasil (6,4%), mas bem inferior ao da média regional, 10,0% (ver Tabela 1). A participação do setor de serviços, por sua vez, se situava cerca de seis pontos percentuais a menos do que as médias regional e nacional. Essas participações de inferiores nas duas atividades não decorrem do menor desenvolvimento relativo da agropecuária e dos serviços em Sergipe, mesmo que isso pudesse (ou não) ser fato. A explicação é principalmente de outra natureza; está associada basicamente ao fato de a atividade industrial apresentar naquele ano peso bem superior em Sergipe do que nos agregados regional e nacional, cerca de nove e seis pontos percentuais, respectivamente.

Como o peso da indústria de transformação na economia sergipana era em 2002 idêntico à média regional e bem inferior à média nacional, a explicação se encontra nas participações de dois outros subsetores: as atividades extrativas minerais e os chamados Serviços Industriais de Utilidades Públicas (SIUP), nesse último caso, por conta do valor da produção da Usina Hidrelétrica de Xingó.

São as participações extremamente elevadas desses subsetores na geração de riqueza de Sergipe que fazem com que, de um lado, o Estado de Sergipe apresente índices de especialização relativos frente ao Nordeste e ao Brasil muito elevados nas duas atividades e, por outro lado, que o Estado não apresente especialização relativa na maioria das atividades de serviços, com as exceções das atividades de serviços de saúde e educação privadas e da administração pública, talvez como consequência da receita pública extraordinária gerada pelas atividades de exploração mineral (Ver as duas últimas colunas na Tabela 1).

Nesse sentido, é possível pensar as atividades de exploração mineral e de geração de energia elétrica como provedoras de um bônus para a renda estadual, o que colocou o Estado acima da média da Região Nordeste em termos de PIB per capita e renda per capita na maioria dos últimos vinte anos. Convém esclarecer que se trata apenas de uma hipótese.

Tabela 1 – Sergipe: Participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto (VAB) e índice de especialização* em relação ao Brasil e Nordeste em 2002

Atividades	Participação (%)			Índice de Especialização	
	Sergipe	Nordeste	Brasil	Sergipe/ Nordeste	Sergipe / Brasil
Total das Atividades	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	6,5	10,0	6,4	65,0	101,1
Indústria	32,1	23,0	26,4	139,9	121,8
Indústrias extrativas	4,2	1,9	2,0	217,0	208,2
Indústrias de transformação	9,7	9,7	14,5	100,3	67,0
SIUP	12,1	3,5	3,4	350,7	356,7
Construção	6,1	7,9	6,5	76,9	94,0
Serviços	61,4	67,1	67,2	91,5	91,3
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	6,8	8,4	7,7	80,8	88,0
Transporte, armazenagem e correio	2,2	3,2	3,7	68,5	59,3
Alojamento e alimentação	1,1	2,3	2,0	48,9	54,5
Informação e comunicação	1,9	3,1	4,3	62,6	45,4
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,5	3,9	7,9	88,6	43,8
Atividades Imobiliárias	9,7	10,9	10,7	88,3	90,0
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	3,6	4,6	6,5	80,1	55,9
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	24,0	23,6	16,5	101,6	145,3
Educação e saúde privadas	5,7	3,7	3,9	153,2	145,5
Outras atividades de serviços	3,0	3,4	4,0	86,6	74,9

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016) * O Índice de especialização é obtido pela divisão do peso do setor no VAB de Sergipe pelo peso do mesmo setor nos VABs do Nordeste e do Brasil, multiplicando-se os resultados por 100.

3 Sergipe no Ciclo de Crescimento

Depois de dois anos de desaceleração intensa do ritmo de crescimento, entre 1998 e 1999, na esteira da crise do balanço de pagamentos que culminou com o abandono do regime de âncora cambial, a economia brasileira alternou entre altas e baixas no período 2000-2003. O apagão de energia entre meados de 2001 e inicio de 2002 e a instabilidade política gerada pelo favoritismo do Partido dos Trabalhadores na campanha presidencial de 2002 foram fatores importantes nessa trajetória instável. A posse do novo governo, no início de 2003, sem contar com a confiança do mercado financeiro, manteve o ambiente de instabilidade por algum tempo.

Passado o período de maior instabilidade, a economia brasileira deu início ao robusto ciclo expansivo que, no primeiro momento, foi impulsionado pelo crescimento acelerado das exportações, nos marcos do superciclo de valorização de commodities no mercado internacional, ao que se seguiu forte ampliação do poder de compra interno.

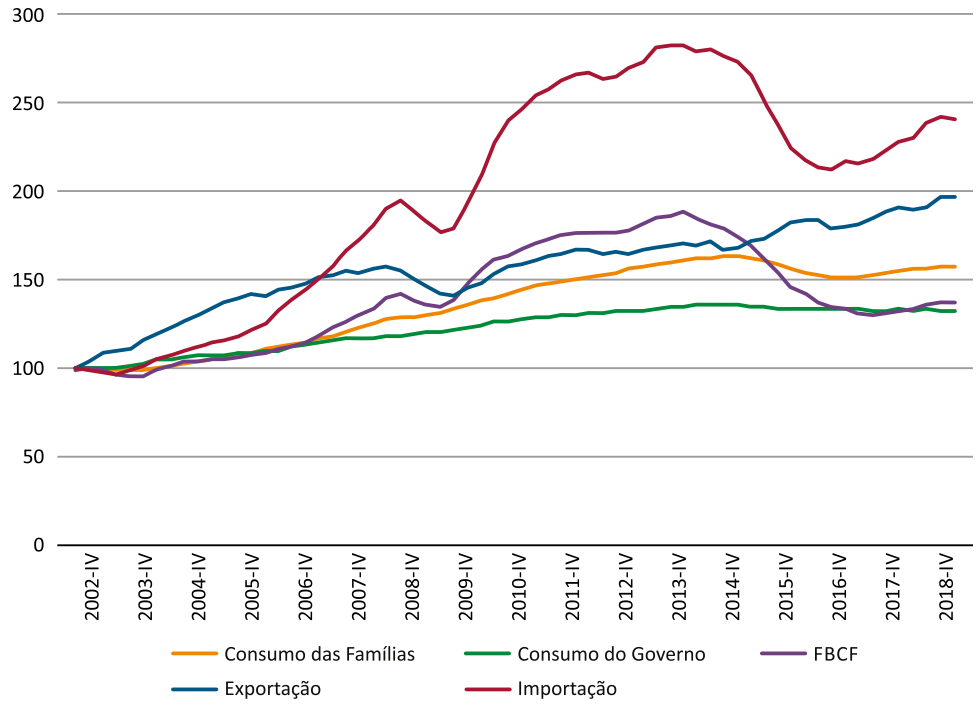
Com o cenário externo favorável, instaurou-se um ciclo virtuoso que foi potencializado pelas políticas de valorização do salário mínimo, pela expansão do crédito às famílias e pelas políticas de transferências de renda que, em conjunto, fomentaram a expansão das vendas, o crescimento da produção e a formalização do mercado de trabalho, com fortes efeitos de retroalimentação. Diante da aceleração do crescimento da renda interna e das exportações, os investimentos em formação bruta de capital fixo não demoraram a responder (ver Figura 1).

A continuidade do ciclo virtuoso, todavia, vai ser colocada à prova pela crise financeira internacional, que se seguiu ao estouro da bolha no mercado imobiliário norte-americano, em setembro de 2008, e

revelou seus limites com os efeitos do esmorecimento do crescimento da economia chinesa sobre os preços de nossas principais commodities, a partir de 2013.

Sob certo sentido, a etapa ascendente do ciclo econômico iniciado em 2004 pode ser pensada a partir de um modelo de crescimento de base exportadora em que os efeitos do crescimento do comércio exterior sobre a expansão do mercado interno são potencializados pelas políticas públicas de valorização dos salários de base, pelo crescente acesso das famílias ao crédito e pelas políticas de apoio à ampliação dos investimentos, tanto por meio da expansão do crédito subsidiado, quanto por meio de ampliação do gasto público (NORTH, 1977; SCHWARTZMAN, 1975).

Figura1 – Índice de crescimento dos componentes do PIB sob a ótica da despesa - média móvel de quatro trimestres (Média 2002=100)



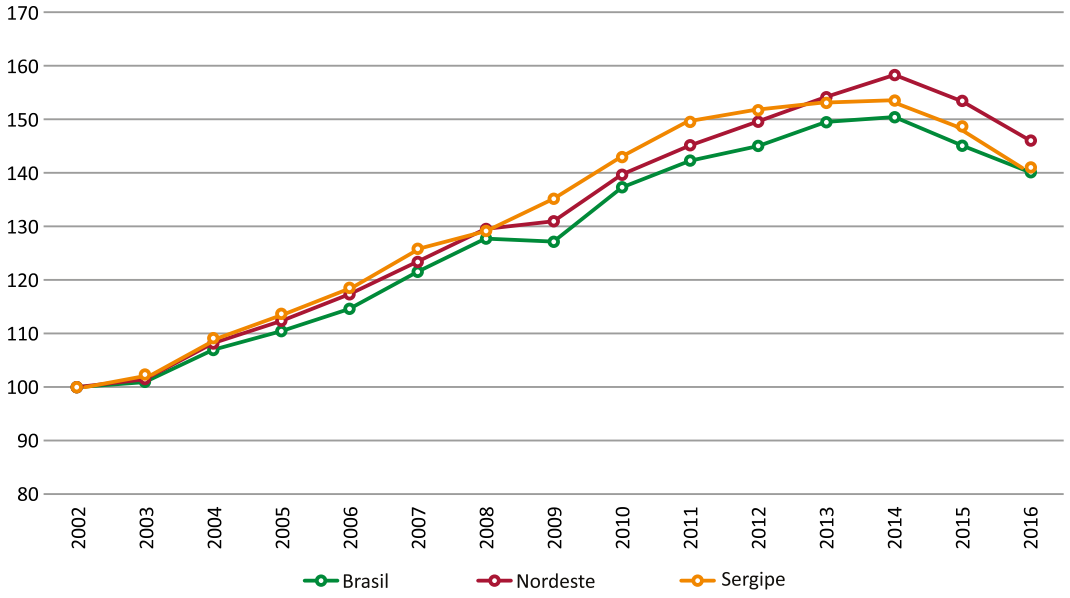
FONTE: Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (2019)

Diante das características do ciclo expansivo, marcado fortemente pelas políticas públicas de inclusão social, crescente formalização dos vínculos no mercado de trabalho e elevação real do salário mínimo, era inevitável que os estados das regiões de menor renda per capita e de maior incidência de pobreza fossem relativamente favorecidos, reduzindo, em maior ou menor grau, o hiato de desenvolvimento, em relação aos Estados das regiões mais ricas e industrializadas. Nesse período, as políticas sociais entraram definitivamente na agenda do País e passaram a ser um dos vetores estruturantes que balizaram o ciclo de crescimento.

A economia de Sergipe conheceu um período de aceleração do crescimento do PIB a partir de 2004 que se estendeu, grosso modo, até 2012, quando os efeitos combinados do estouro em todo País da bolha imobiliária sobre a construção civil e da estiagem sobre a safra agrícola são estatisticamente suficientes para desacelerarem o crescimento da economia estadual, ainda que a maioria das demais atividades permanecesse em expansão até 2014 ou 2015.

As figuras 2 e 3 mostram os desempenhos do PIB do Brasil, Nordeste e Sergipe no período 2002-2016. A figura 2 apresenta o índice de crescimento do PIB nesse período, tomando com base o ano de 2002. Ao longo da maior parte do período ascendente do ciclo econômico, até pelo menos 2012, pelos motivos referidos no parágrafo anterior, o crescimento do PIB de Sergipe caminhou à frente das médias do Brasil e do Nordeste, enquanto a expansão do Nordeste manteve-se em ritmo superior à média nacional até 2016, no acumulado do período.

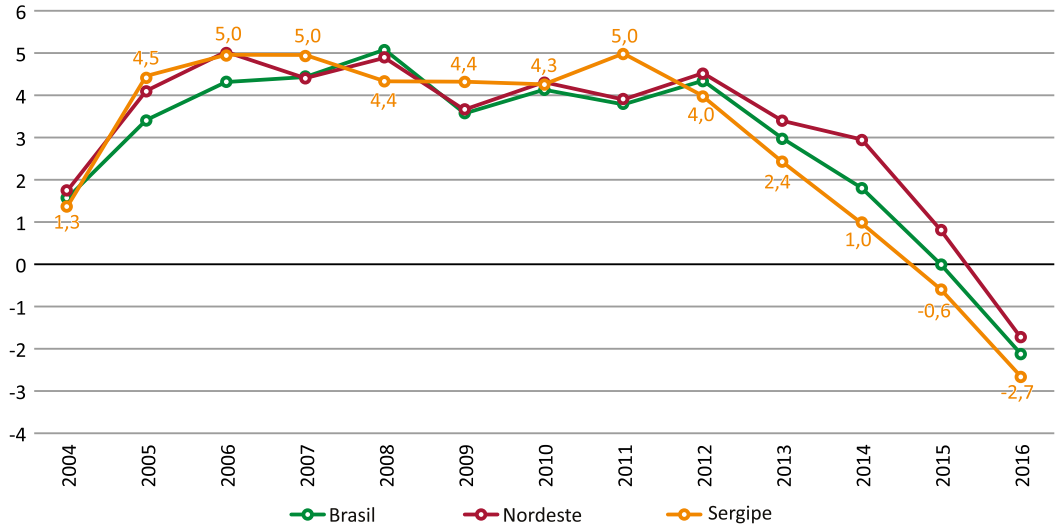
Figura 2 – Índices de crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil, Nordeste e Sergipe (2002=100)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016)

A Figura 3 apresenta a média móvel trienal do crescimento do PIB do Brasil, Nordeste e Sergipe, confirmando que, com a exceção da média móvel finalizada em 2008, ano da eclosão da crise financeira internacional, a economia sergipana manteve ritmo de expansão do PIB superior às médias da Região Nordeste e do Brasil. A finalidade de utilizar a média móvel trienal é o de apreender a tendência da evolução do PIB, evitando que ocorrências em anos específicos tornem obscuro o movimento mais amplo. No caso do agregado Nordeste, a média móvel trienal manteve-se acima do agregado nacional até 2006, depois colou no crescimento do PIB nacional até 2012 e se manteve em linha com o comportamento nacional, no período de sua desaceleração, em 2013 e 2014. Quando a economia brasileira passou a apresentar resultados negativos, em 2015 e 2016, o PIB da Região Nordeste registrou resultados superiores ao agregado nacional na media trienal, ainda que no resultado do ano de 2016 a evolução do Nordeste tenha sido pior do que a nacional, antecipando os comportamentos relativos de 2017 e 2018.

Figura 3 – Taxa de crescimento dos PIBs do Brasil, Nordeste e Sergipe. Média móvel trienal : 2004-2016 (%)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016)

3.1 As evoluções setoriais

A evolução do Valor Adicionado Bruto (VAB) propicia uma visão panorâmica de comportamento dos diversos setores da economia sergipana nas várias etapas do ciclo econômico. Seguindo esse indicador, entre 2003 e 2008, todas as atividades econômicas apresentaram expansões vigorosas, com a exceção do segmento de informação e comunicação. No conjunto das atividades, o VAB se expandiu ao ritmo médio anual de 4,3% (Ver Tabela 2).

A agropecuária teve um desempenho extraordinário, liderada pela expansão de suas principais atividades, notadamente milho, cana-de-açúcar e pecuária leiteira. Mas a indústria de transformação, o comércio, as atividades de transporte e os serviços vinculados ao turismo, como alojamento e alimentação, também apresentaram taxas médias de crescimento muito elevadas. A construção civil e as atividades de serviços imobiliários começam a apresentar taxas de expansão elevadas, ainda que o boom da cadeia produtiva da construção civil somente se consolidaria no período subsequente.

As atividades financeiras, refletindo a expansão do crédito a novos segmentos da população, e os serviços profissionais, em geral associados aos contratos de terceirização do setor público, apresentaram taxas de crescimento especialmente elevadas, entre 2003 e 2008.

No período subsequente, entre 2009 e 2012, marcado pelo resultado negativo de 2009, registra-se desaceleração no ritmo médio anual do crescimento do VAB para 3,8%, mas alguns segmentos obtêm resultados extraordinariamente bons: trata-se de um momento especialmente favorável principalmente para as atividades da indústria de transformação, que registraram, em conjunto, taxas médias de crescimento de 7,4% ao ano, e para a construção civil, com expansão de 8,1%. O crescimento econômico nesse período é marcado pelo incremento do emprego, pela ampliação do acesso ao crédito e pela incorporação de novos estratos da população ao mercado consumidor, com a chamada ascensão da classe C. De outra parte, a agropecuária já se ressente dos efeitos da estiagem em 2012. Notável foi a expansão em Sergipe das atividades de educação e saúde privadas entre 2009 e 2012, de 7% ao ano.

Entre 2013 e 2014, a ampla maioria das atividades econômicas se manteve em expansão em ritmo ainda intenso, mas alguns segmentos produtivos passaram a apresentar forte retração, influenciando o resultado do agregado. Assim, o VAB teve incremento médio anual de apenas 0,9% nesse período. Dois são os fatores principais da forte desaceleração do crescimento do VAB: a queda abrupta na produção dos SIUPs, associada à retração de energia pela Usina Hidroelétrica (UHE) de Xingó, de 17,1% ao ano, e os primeiros estágios da crise na cadeia de produção da construção civil, com o estouro da bolha imobiliária e com a retração dos investimentos públicos em infraestrutura, impactando o nível da produção da atividade de fabricação de cimento e de outras atividades correlatas.

Nesse momento, as atividades industriais, em conjunto, recuam, enquanto alguns segmentos do setor serviços continuam avançando, ganhando espaço na economia estadual. Cabe destacar o crescimento do segmento dos serviços de atividades profissionais e técnicas, que foi impulsionado pela instalação de call center, a continuidade do crescimento do subsetor de transporte e armazenagem e a acelerada expansão de serviços pessoais, anotados no grupo de outros serviços.

Finalmente, os anos de 2015 e 2016 são marcados pelo intenso recuo do nível de atividade, abrangendo quase todos os setores da economia estadual. Os efeitos da recessão nacional, da crise da Petrobras e do colapso da construção civil se aliam aos impactos da estiagem sobre a agricultura e sobre a geração de energia, contaminando o mercado de trabalho, as finanças públicas e puxando as atividades privadas dos segmentos de serviço e a administração pública para dentro da crise.

Tabela 2 – Sergipe. Taxas médias anuais de crescimento do Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades econômicas segundo períodos selecionados (%)

Atividades	2003-2008	2009 2012	2013-2014	2015-2016
Total das Atividades	4,3	3,8	0,9	-4,0
Agropecuária	10,2	-3,1	6,5	-15,3
Indústrias extrativas	2,5	2,3	2,4	-14,5
Indústrias de transformação	4,3	7,4	-16,6	-4,6
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	2,5	6,3	-17,1	-6,9
Construção	3,3	8,1	-0,5	-8,0
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	5,4	3,0	3,2	-8,3
Transporte, armazenagem e correio	4,5	0,4	10,2	-10,6
Alojamento e alimentação	6,2	5,5	0,7	-3,4
Informação e comunicação	0,6	0,9	5,6	0,0
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	7,7	9,3	7,9	0,5
Atividades Imobiliárias	4,5	5,2	2,8	2,0
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	5,6	5,5	10,6	1,1
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	2,9	2,3	2,0	2,0
Educação e saúde privadas	2,4	7,0	2,8	-13,3
Outras atividades de serviços	2,9	0,0	7,6	0,2

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016)

São esses movimentos ao longo do período analisado que causam as principais mudanças de participação dos setores e subsetores de atividade no total do Valor Adicionado Bruto da economia sergipana, como apresentadas na Tabela 3, com o incremento do peso da maioria das atividades de serviços e o forte recuo nas atividades industriais, particularmente nas indústrias extrativas e nos serviços industriais de utilidade pública.

Tabela 3 – Sergipe: Evolução da distribuição do Valor Adicionado Bruto em anos selecionados (%)

	2002	2008	2012	2014	2016
Total das Atividades	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	6,5	7,2	5,1	5,2	5,0
Indústria	32,1	32,6	30,5	24,6	20,1
Indústrias extrativas	4,2	10,7	8,1	7,1	0,9
Indústrias de transformação	9,7	8,1	5,9	6,8	6,1
Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	12,1	8,5	7,7	3,3	5,2
Construção	6,1	5,3	8,8	7,4	7,8
Serviços	61,4	60,2	64,4	70,1	75,0
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	6,8	9,0	11,9	11,9	13,0
Transporte, armazenagem e correio	2,2	3,1	2,9	2,9	2,9
Alojamento e alimentação	1,1	1,2	2,2	2,4	2,8
Informação e comunicação	1,9	1,4	0,9	1,5	1,5
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,5	2,3	2,5	3,0	4,2

	2002	2008	2012	2014	2016
Atividades Imobiliárias	9,7	7,6	7,7	8,2	9,7
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	3,6	3,8	5,1	5,7	5,7
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	24,0	25,7	24,8	26,9	28,4
Educação e saúde privadas	5,7	3,5	4,1	5,1	3,9
Outras atividades de serviços	3,0	2,7	2,3	2,4	2,9

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016)

Cabe fazer um alerta. As evoluções dos dados de PIB e do Valor Adicionado contribuem para entender as principais transformações estruturais das economias estaduais, todavia, nem sempre são os indicadores mais adequados para espelhar a evolução da renda e da qualidade de vida das pessoas em economias relativamente pequenas, inclusive em termos territoriais, diante das amplas diferenças entre o Produto Interno Bruto e a Renda Bruta. No caso de Sergipe, os pesos acentuados da produção extrativa mineral e da geração de energia, atividades exercidas por grandes empresas com sede fora do Estado, fazem com que parcela expressiva da riqueza gerada seja apropriada por não residentes, em forma de renda líquida de fatores externos. Essa característica é ainda mais patente na dimensão das economias municipais onde se situam essas atividades.

Parte significativa da queda mais acentuada do PIB sergipano a partir de 2012, relativamente às médias nacional e regional, tem um caráter prioritariamente contábil, de redução do valor adicionado na geração de energia elétrica, sem implicações de maior monta sobre as demais atividades do Estado e sobre as vidas das pessoas, com a exceção daquelas residentes nos municípios que têm no pagamento de royalties de geração de energia uma das principais fontes de receitas públicas. Separar esse efeito é assim fundamental para entender a contundência da crise na economia estadual depois de 2014. No período em tela (2002-2016), o grupamento atividades de serviços industriais de utilidade públicas teve em Sergipe o pior desempenho estadual, com exceção do Amapá.

Distinto é o comportamento das atividades das cadeias produtivas do petróleo e gás e de fertilizantes, que por seus fortes efeitos para frente e para trás, por meio dos fluxos de produção e de renda na economia estadual, foi decisivo tanto na geração de emprego e renda na etapa ascendente do ciclo, quanto no momento da crise, explicando em grande parte porque a economia sergipana se mostrou mais vulnerável do que na maioria dos demais Estados. A apresentação das principais transformações de cada um dos principais setores da economia sergipana propiciará um cenário mais próximo da vida real das transformações da economia sergipana nas duas primeiras décadas do século XXI.

3.11 Setor agropecuário

Três foram as principais mudanças na agropecuária sergipana nas duas primeiras décadas do século XXI:

1) No Semiárido, forte recuo do cultivo do feijão e expansão acelerada do cultivo do milho, que mais do que dobrou a área plantada e multiplicou por quase oito vezes a produção, tornando-se a principal atividade agrícola para um número crescente de municípios do sertão sergipano;

2) Expansão da pecuária leiteira no Alto Sertão que, no período 2000-2017, quase multiplicou por três a sua produção. Ainda que a pecuária leiteira seja realizada na Região sertaneja predominantemente em bases familiares, o crescimento da produção de leite propiciou a instalação de plantas industriais de beneficiamento de médio e grande portes, fortalecendo a cadeia produtiva na Região. Os programas federais de aquisição de alimentos, como o PAA, foram determinantes para a consolidação da atividade leiteira no Estado;

3) Novo ciclo expansivo da atividade sucroalcooleira, com a instalação de unidades produtivas voltadas principalmente para a fabricação de etanol. A atividade sucroalcooleira teve sua expansão no período estimulada pelo rápido crescimento da frota nacional de veículos. Novos grupos econômicos passaram a atuar no setor na virada da primeira para a segunda década.

Depois de um período de expansão, a rentabilidade da atividade foi afetada pela defasagem de preço que se acumulou no principal bem substituto, a gasolina, com consequências graves para a solidez financeira dos grupos empresariais locais;

Cabe ainda destacar a evolução do cultivo da laranja, a principal cultura permanente de Sergipe e uma das três mais importantes de suas atividades agrícolas (ao lado do milho e da cana-de-açúcar). A citricultura sergipana, que vinha com a produção estagnada desde o inicio da década de noventa, apresentou trajetória de crescimento entre 2001 e 2012, com a produção do último ano superando a do primeiro em 41,4%. Desde 2013, todavia, a produção de laranja vem apresentando retração acentuada.

As principais atividades da economia agrícola sergipana enfrentaram dificuldades nos últimos anos, seja por conta dos efeitos da estiagem, notadamente as culturas desenvolvidas no Semiárido (pecuária leiteira, milho e feijão); seja por conta da retração da demanda a partir de 2015, com os efeitos da crise econômica sobre o poder de compra regional, especialmente no caso da pecuária leiteira; seja por conta do endividamento empresarial, notadamente nas atividades sucroalcooleiras.

A Tabela 4, a seguir, apresenta as distribuições das áreas de cultivo das culturas temporárias e permanentes em Sergipe em alguns anos selecionados entre 2000 e 2017 e as respectivas taxas de crescimento. A transformação de maior significado na agricultura sergipana ao longo das duas primeiras décadas do século XXI foi, sem sombra de dúvidas, o avanço das culturas temporárias, particularmente milho e cana-de-açúcar. Entre os anos extremos, 2000 e 2017, o total da área plantada das culturas temporárias aumentou 22%, enquanto as áreas destinadas à colheita das culturas permanentes recuaram 16,1%.

Entre as culturas temporárias a grande estrela foi o milho, cuja área plantada aumentou 96,7%, enquanto a quantidade produzida registrou incremento de 870,6%, indicando a expansão de uma nova cultura do milho, com produtividade muito mais elevada do que a vigente no início do período, com rendimento por hectare próximo aos padrões mais elevados do País. O milho que respondia, em 2000, por 39,2% da área plantada das culturas temporárias, em 2017, representava quase 2/3 desse total. A contrapartida da expansão do milho no Semiárido foi a retração das culturas menos rentáveis ou mais vulneráveis às secas como feijão e, em menor grau, mandioca. O outro destaque foi a expansão da cultura da cana-de-açúcar, motivada pelo incremento da demanda de combustível no País, com a ampliação da área plantada em 154,4%, mas com incremento da produção menos exuberante.

Tabela 4 – Sergipe: Distribuição e taxa de crescimento das áreas plantadas das culturas temporárias e áreas destinadas às colheitas das culturas permanentes em anos selecionados

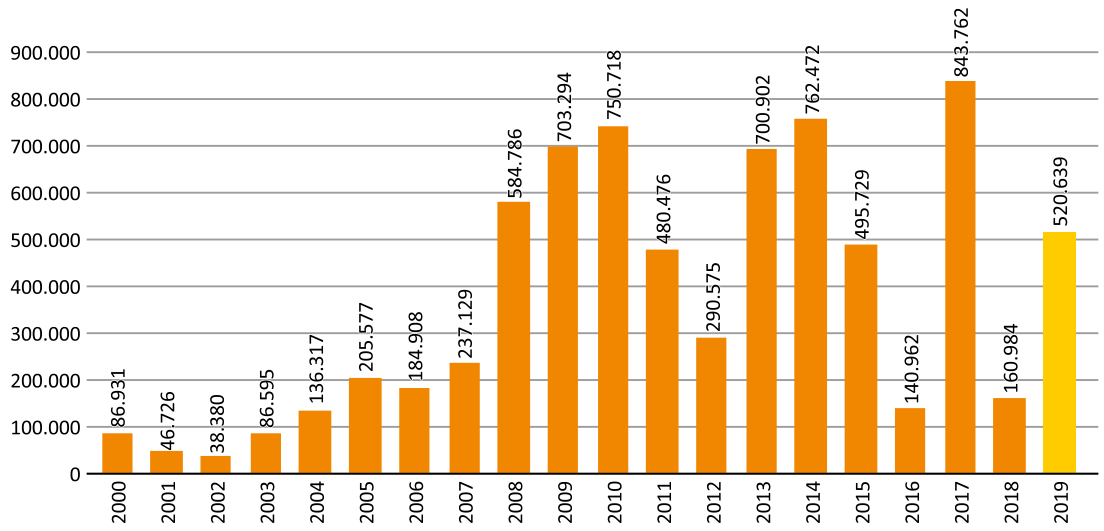
Anos	Distribuição do cultivo (%)			Taxa de crescimento (%)		
	2000	2011	2017	2011/2000	2017/ 2011	2017/2000
Culturas Temporárias – Áreas Plantadas						
Total Temporárias	100	100,0	100,0	46,1	-16,0	22,7
Milho (em grão)	39,2	55,7	62,8	107,8	-5,4	96,7
Cana-de-açúcar	10,3	14,3	21,3	102,9	25,4	154,4
Mandioca	13,5	10,0	7,6	8,0	-36,1	-31,0
Feijão (em grão)	27,4	12,9	4,9	-31,4	-68,2	-78,2
Arroz (em casca)	4,5	3,2	1,7	6,4	-56,8	-54,1
Batata-doce	1,3	1,0	1,1	19,2	-10,0	7,3
Abacaxi	0,3	0,3	0,3	62,1	-24,4	22,6
Amendoim (em casca)	0,5	0,5	0,2	42,0	-58,7	-41,4
Fumo (em folha)	1,8	0,5	0,1	-56,2	-89,9	-95,6
Melancia	0,3	0,2	0,0	-26,1	-83,1	-87,5
Fava (em grão)	0,8	0,2	0,0	-58,2	-91,6	-96,5

Anos	Distribuição do cultivo (%)			Taxa de crescimento (%)		
	2000	2011	2017	2011/2000	2017/ 2011	2017/2000
Culturas Permanentes – áreas destinadas à colheita						
Total Permanentes	100,0	100,0	100,0	1,9	-17,7	-16,1
Laranja	47,9	50,2	52,0	6,8	-14,7	-8,9
Coco-da-baía	42,4	38,4	41,4	-7,6	-11,4	-18,1
Banana (cacho)	3,4	3,7	2,3	11,3	-48,9	-43,1
Limão	0,7	0,8	1,1	13,2	7,2	21,3
Manga	1,1	1,0	1,0	-0,4	-18,5	-18,8
Maracujá	4,0	4,5	0,9	14,6	-83,6	-81,2
Tangerina	0,1	0,4	0,5	195,2	11,4	228,8
Goiaba	0,1	0,3	0,5	251,0	36,3	378,6
Mamão	0,2	0,5	0,2	138,0	-71,3	-31,6

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2017)

A figura 4 apresenta a evolução da produção de milho entre 2000 e 2018 e a previsão de safra de 2019. A cultura do milho iniciou sua expansão em 2004, quando a safra saltou para 237,1 mil toneladas, comparativamente às 184,9 mil toneladas do ano anterior. Mas foi a partir de 2008 que a cultura alcança novo patamar, com a produção de 584,8 mil toneladas. Nos anos seguintes, a produção de milho se manteve no novo patamar alcançado, mas os anos de estiagem resultaram em quedas acentuadas da produção, como em 2012, 2015, 2016 e 2018.

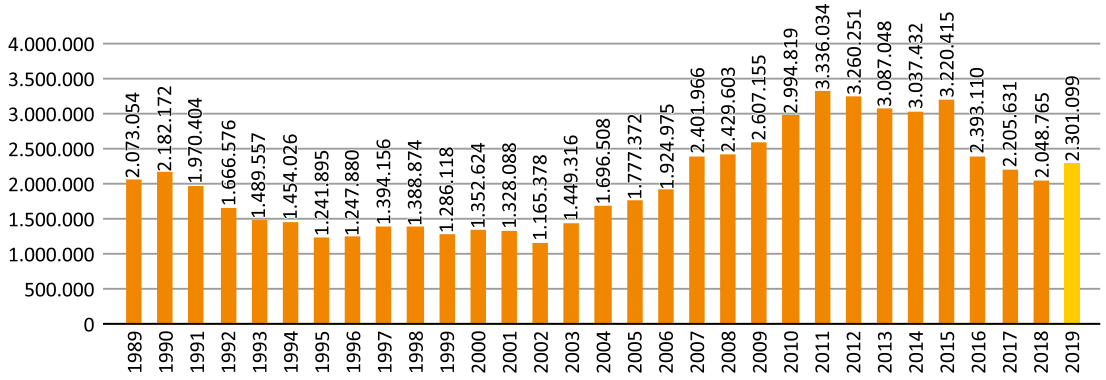
Figura 4 – Sergipe: Produção de milho (em grão) entre 2000 e 2018 e projeção para 2019 (Toneladas)



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2017) e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2019)

A cana-de-açúcar iniciou seu novo ciclo de expansão na economia agrícola sergipana a partir de 2003, mas foi entre o final da primeira década e os primeiros anos da segunda, com a inauguração das Usinas Campo Lindo e Taquari, que a produção agrícola atingiu novo patamar, com as safras ultrapassando três milhões de toneladas entre 2011 e 2015 (ver Figura 5). Nos anos seguintes, a produção recuou até atingir os dois milhões de toneladas em 2018. Apesar da crise dos últimos anos e as dificuldades enfrentadas atualmente pelos grupos empresariais, é inegável que a atividade sucroalcooleira alcançou um novo patamar ao longo do período.

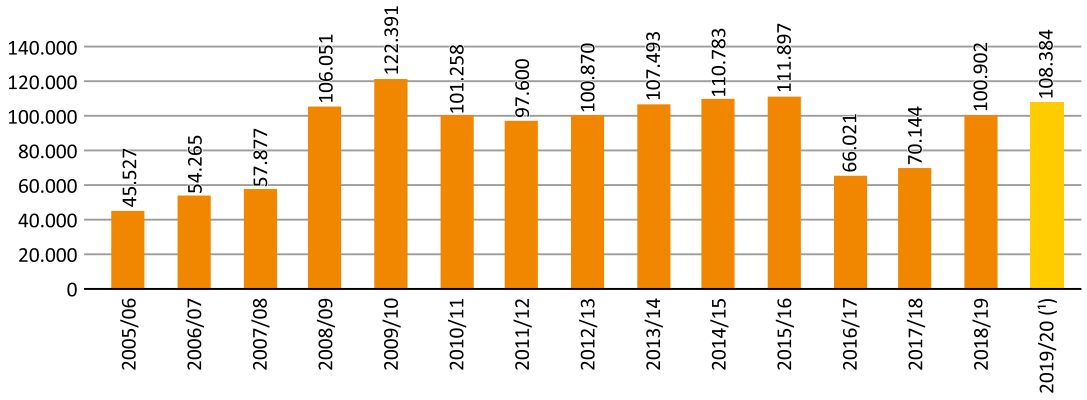
Figura 5 – Sergipe: Produção de Cana-de-Açúcar entre 1989 e 2018 e projeção para 2019 (Toneladas)



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2017) e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2019)

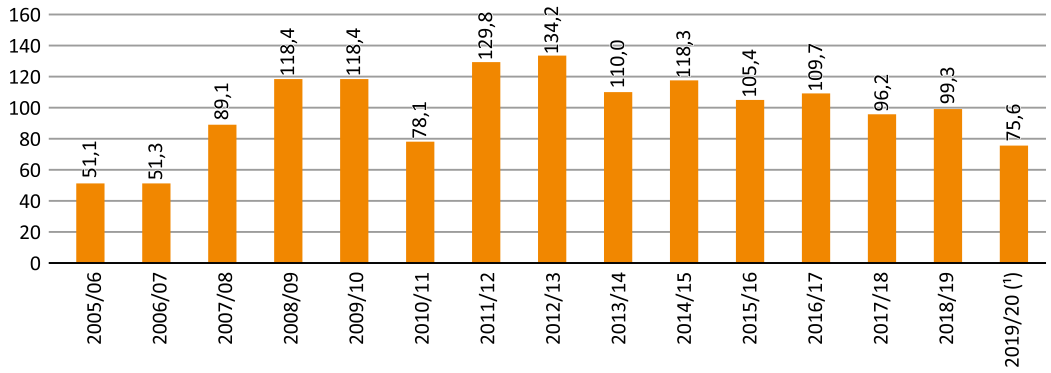
Com a inauguração das novas usinas, a produção de etanol saltou de 45,5 milhões de litros, na safra 2005/06, para 122,4 milhões de litros, na safra 2011/12, mais do que dobrando a produção (Figura 6). A fabricação de açúcar também mais do que duplicou, quando são comparadas as safras iniciais da série apresentada, 2005/06 e 2006/07 e as melhores safras depois da implantação das novas usinas (Figura 7).

Figura 6 – Sergipe: Produção de Etanol entre as safas 2005/2006 e 2018/2019 e Projeção para a 2019/2020 (Mil litros)



Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (2019)

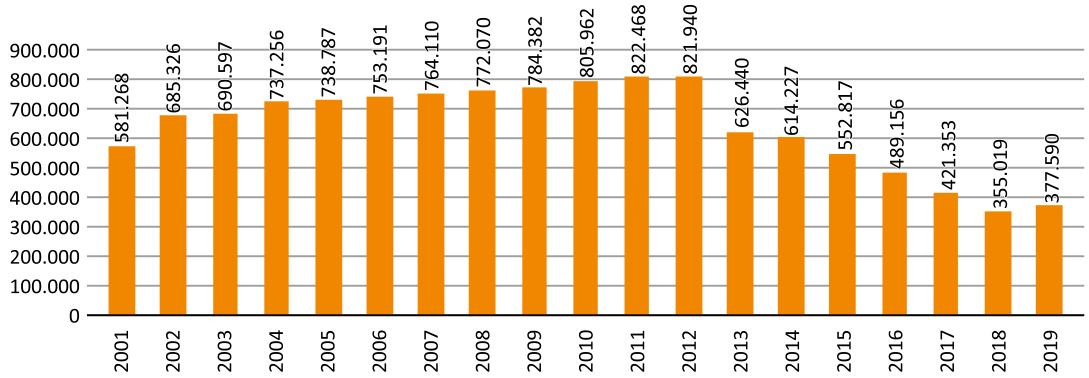
Figura 7 – Sergipe: Produção de açúcar entre as safas 2005/2006 e 2018/2019 e projeção para a 2019/2020 (Mil litros)



Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (2019)

A citricultura sergipana, que conheceu seu principal ciclo de expansão entre as décadas de setenta e oitenta do século passado, vem perdendo impulso desde os anos noventa. Apesar de se manter como uma das mais importantes culturas agrícolas, ocupando o segundo lugar em termos de valor da produção e terceiro lugar em termos de área de plantio, em 2017, a citricultura apareceu, ao lado do feijão e da mandioca, como as atividades que mais perderam espaço na agricultura sergipana no século atual. Depois de um período de expansão da produção até 2012, a cultura entrou em declínio continuado nos anos seguintes (Tabela 18).

Figura 8 – Sergipe: Produção de laranja entre 2001 e 2018 e projeção para 2019 (Toneladas)

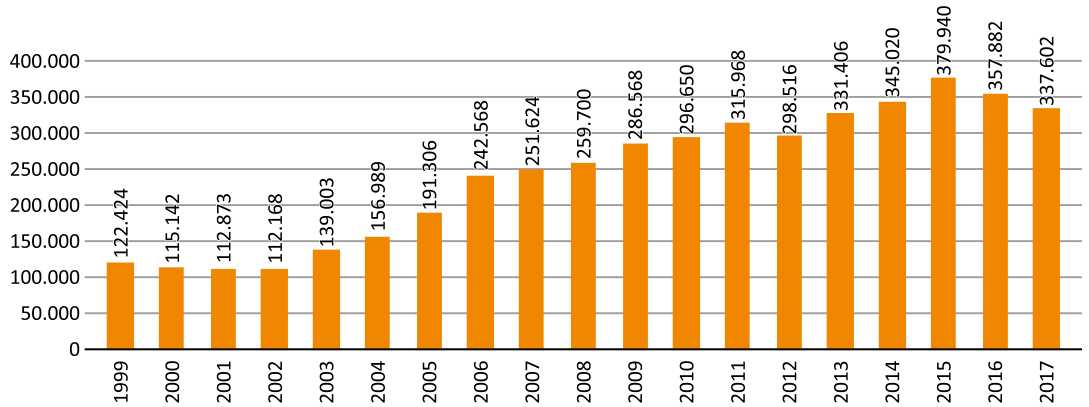


Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2017) e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2018)

Outra transformação de grande significado no setor agropecuário sergipano nas duas primeiras décadas do século XXI, ao lado do avanço da cultura do milho sobre novas áreas do Semiárido e da retomada da atividade sucroalcooleira, foi a expansão da pecuária do leite no alto sertão sergipano, realizada majoritariamente em bases familiares.

A produção de leite de Sergipe saltou 115 mil litros, em 2000, para mais de 337 mil litros, em 2017. O melhor ano foi 2015, quando a produção se situou 230% acima da produção do ano 2000, enquanto a produção do Nordeste cresceu 83%, fazendo com que a participação de Sergipe na produção regional saltasse de 5,3% para 9,6%. Com a retração da produção estadual em 2016 e 2017, a participação de Sergipe na produção regional de leite recuou para 8,7% no último ano, ainda muito acima do peso regional de 2000 (Figura 9).

Figura 9 – Sergipe: Produção de leite entre 1990 e 2017 (Mil litros)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017)

3.1.2 As Atividades industriais

Ao longo do ciclo expansivo, todos os setores de atividade industrial conheceram um forte impulso, ainda que com características diferenciadas entre eles. O número de estabelecimentos industriais aumentou de 2.332, em 2002, para 3.512, em 2017, crescimento de 50,6% (ver Tabela 5). Seu ponto de pico foi em 2015, com 3.512 estabelecimentos.

Entre os anos de 2003 e 2015, o número de estabelecimentos industriais se expandiu à invejável média anual de 3,5% e o da indústria de transformação, em 3,8%. A expansão ainda mais notável foi a da indústria extrativa mineral, cujo número de estabelecimentos se expandiu à taxa média anual de 7,1%, entre 2003 e 2015.

Indústrias de porte foram instaladas em Sergipe, como a Yazaki, de componentes automobilísticos, a metalúrgica Crown e a Indústria Vidreira do Nordeste. A exploração de petróleo e gás natural também apresentou expansão considerável, com a entrada em operação dos campos de Piranema e Piranema Sul em águas profundas.

Os impactos da crise sobre as atividades industriais não foram menos notáveis, com o fechamento de 9,9% dos estabelecimentos do conjunto do setor, na comparação entre 2015 e 2017, porcentagem que atingiu 17% dos estabelecimentos no subsetor da construção civil.

Tabela 5 – Sergipe: Número de estabelecimentos formais da indústria e taxas de crescimento, segundo setores de atividades, em anos e períodos selecionados

IBGE Subsetor	Total Indústria	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	SIUP	Construção Civil
Número de estabelecimentos					
2002	2.332	27	1.267	91	947
2015	3.896	76	2.213	103	1.504
2017	3.512	76	2.080	108	1.248
Taxas de crescimento					
2002 a 2017 (%)	50,6	181,5	64,2	18,7	31,8
2015-2017 (%)	-9,9	0,0	-6,0	4,9	-17,0
2003 a 2017 (% aa)	2,6	6,7	3,1	1,1	1,7
2003 a 2015(% aa)	3,5	7,1	3,8	0,8	3,1

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (2016-)

Os números para a evolução do emprego formal na atividade industrial foram muito favoráveis até 2015. O total da ocupação formal do setor industrial passou de 43,7 mil pessoas, em 2002, para 83,2 mil empregos, em 2015, quase dobrando o contingente de empregados, uma taxa de incremento médio anual de 5,1% (Ver Tabela 6). O ritmo de incremento do emprego foi ainda mais intenso na indústria extrativa mineral, que registrou taxa média anual de expansão do emprego de 8,8%, até 2015.

A atividade da construção civil teve seu pico de emprego em 2013. Ainda assim, entre 2003 e 2015, registrou taxa média de incremento da ocupação formal de 5,1% ao ano. Depois que a crise se tornou mais aguda, foram exatamente esses dois subsetores que mais desempregaram: o emprego formal na indústria extrativa mineral recuou 29,1%, entre 2015 e 2017, e na construção civil, 37,5%.

Tabela 6 – Sergipe: Número de empregados com vínculos formais da indústria e taxas de crescimento, segundo setores de atividades, em anos e períodos selecionados

IBGE Subsetor	Total Indústria	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	SIUP	Construção Civil
Número de Pessoas Ocupadas					
2002	43.670	1.619	25.155	3.901	12.995
2015	83.248	4.296	48.173	6.076	24.703
2017	66.272	3.048	42.099	5.678	15.447
Taxas de crescimento					
2002 a 2017	90,6%	165,3%	91,5%	55,8%	90,1%
2015-2017	-20,4%	-29,1%	-12,6%	-6,6%	-37,5%
2003 a 2017	2,8%	4,3%	3,5%	2,5%	1,2%
2003 a 2015	5,1%	7,8%	5,1%	3,5%	5,1%

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (2017)

A Indústria extrativa mineral

A evolução das cotações do barril de petróleo no mercado mundial foi decisiva para o comportamento da exploração de petróleo e gás natural em Sergipe. Mas não menos significativo foi o reposicionamento adotado pela Petrobras em relação às mudanças no cenário externo e aos desdobramentos dos escândalos de corrupção[1].

No início dos nos 2000, com as cotações em alta, a exploração de petróleo e gás em Sergipe se recuperou da estagnação que marcou os anos noventa. A produção local apresentou crescimento continuado entre 2003 e 2008. Os investimentos na recuperação de campos maduros foram cruciais para o aumento da produção, que ganhou novo impulso com a exploração dos campos de águas profundas Piranema e Piranema Sul. O patamar de produção se manteve elevado, ainda que levemente declinante, até 2014, mas despencou a partir de 2015, com a queda das cotações internacionais do petróleo e os ajustes realizados na Petrobras, como resposta à crise financeira e de reputação da empresa.

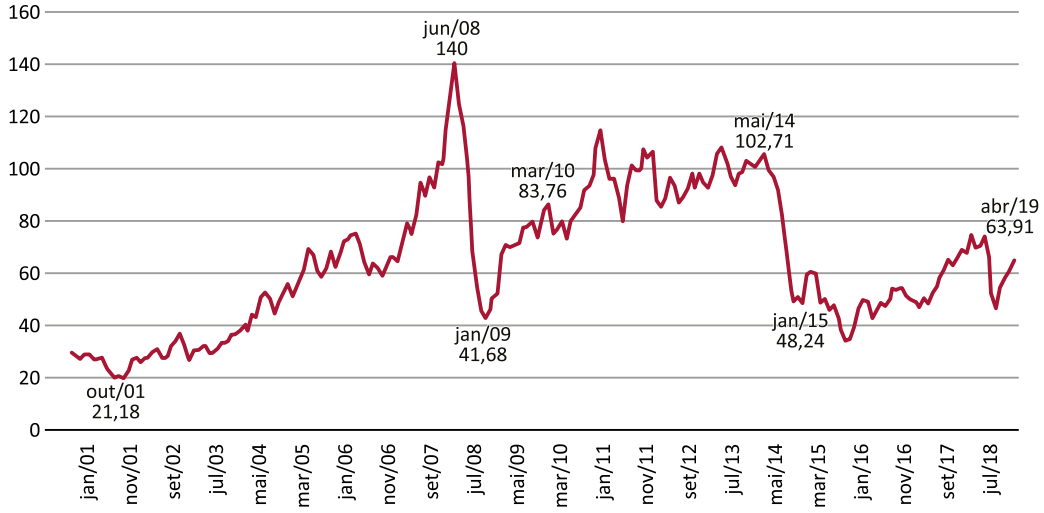
A extração de sais de potássio e a produção de fertilizantes nitrogenados, duas outras atividades integrantes da indústria de base de Sergipe, também foram atingidas pela queda na cotação dos seus produtos no mercado internacional. No caso da produção de nitrogenados, a redução da produção seguida pela desativação da atividade decorreu do reposicionamento estratégico da Petrobras em um momento de baixa rentabilidade.

O ciclo longo de valorização, associado à emergência em ritmo acelerado da economia chinesa, contemplou commodities agrícolas, minerais e energéticas. Nesse último grupo, é notável a evolução das cotações do barril de petróleo no mercado mundial. Partindo de US$ 21, ao final de 2001, o barril do petróleo West Texas Intermediate (WTI), alcançou US$ 73, em meados de 2006, atingindo o pico de US$ 140, em meados de 2008, imediatamente antes da crise do subprime norte-americano. Depois de despencar para cerca de US$ 40, no início de 2009, recuperou-se se nos anos seguintes, até nova queda no segundo semestre de 2014 (Ver Figura 10).

A baixa da cotação internacional impactou na exploração interna de petróleo, mas é necessário ponderar que a transmissão dos seus efeitos não é imediata, sendo mediada pelas decisões de preço e de investimentos da Petrobras, devidamente monitoradas ou mesmo conduzidas pelo Governo Federal.

1 Para uma visão abrangente sobre as origens e a importância da Petrobras na economia sergipana, ver CERQUEIRA, L. (1991)

Figura 10 – Cotação futura do barril de petroleo WTI - Ultimo dia de cada mês (US$)



Fonte: Petróleo WTI futuros (2019)

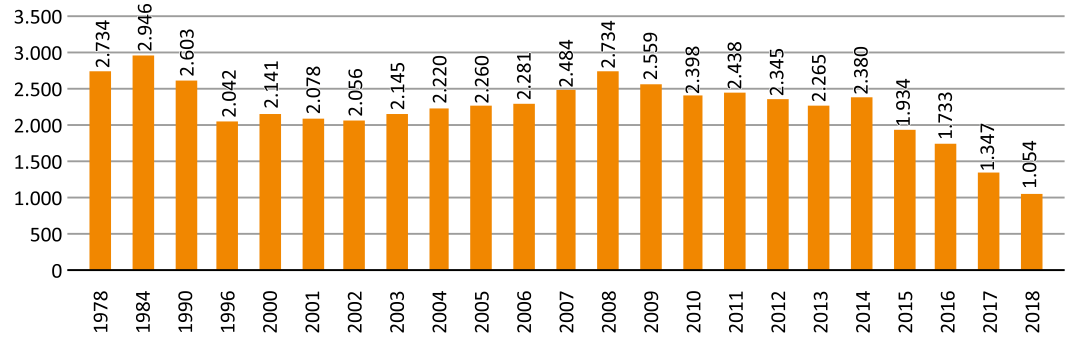
A figura 11 apresenta a evolução, em metros cúbicos, da produção de petróleo de Sergipe desde 1978. Dominada pela exploração em poços terrestres, a produção de petróleo no Estado despencou na primeira metade dos anos noventa, por conta da redução da atividade de prospecção, caindo de 2,6 milhões de m^3 para 2,0 milhões de m^3, entre 1990 e 1996. A produção prosseguiu rebaixada até 2002, período em que a cotação internacional do barril de petróleo se manteve desfavorável. Com o início da elevação das cotações no mercado internacional e, não menos importante, o papel mais ativo da Petrobras na estratégia de desenvolvimento econômico do governo, a produção sergipana de petróleo voltou a crescer ano a ano, até que o inicio da exploração dos campos marítimos de Piranema e Piranema Sul, a partir de 2007, recolocou no patamar de produção superior a 2,5 milhões de m^3(Figura12). O volume de produção de gás natural no Estado, apresentado na figura 12, alcançou nível inédito, com expansão ainda mais intensa, com o início da exploração dos novos campos marítimos, utilizando plataformas de exploração inovadoras.

A queda acentuada na produção de petróleo, em terra e em mar, em Sergipe teve início em 2015, já refletindo as mudanças do cenário internacional para o setor e os primeiros estágios da crise econômica e na política interna. É, todavia, a partir de 2016 que o descenso da produção sergipana se acelerou, em decorrência da nova orientação adotada pela Petrobras de desmobilizar ativos menos rentáveis. Entre 2015 e 2018, a produção de petróleo de Sergipe encolheu 45% e passou a se situar em 38,4% do pico da produção de 2008, enquanto a produção de gás natural recuou 8,4% no período.

A nova direção da Petrobrás determinou também a desativação da Fábrica de Fertilizantes do Nordeste (FAFEN-SE). Alegando prejuízos de grande monta, decorrentes em parte dos recorrentes aumentos no preço do gás natural fornecido pela própria empresa, que subiu de R$ 376/mil m^3, em 2014, para R$ 816mil m^3, em 2017.Em fase de baixa da cotação no mercado internacional, a Petrobras anunciou no início de 2018 a decisão de vender ou desativar as fábricas de fertilizantes nitrogenados da Bahia e de Sergipe. Em novo revés para a economia estadual, em 2019 a empresa comunicou que pôs à venda os campos de Piranema e Piranema Sul, responsáveis pela maior parte da produção em mar de Sergipe.

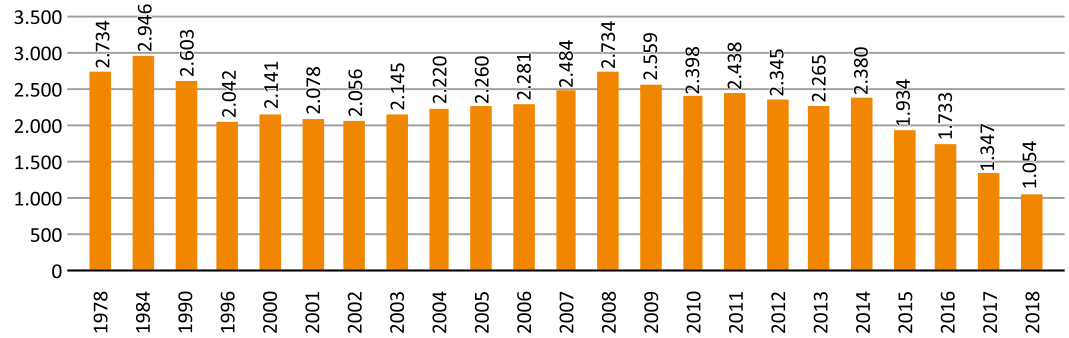
Frente à nova orientação da empresa de enfrentar os problemas de caixa por meio de desmobilização de ativos, a economia de Sergipe sofreu impactos negativos de grande monta nos fluxos de renda e produção de suas principais cadeias produtivas. Com especificidades próprias, as economias de outros Estados da Região Nordeste, como Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia também se ressentiram do recuo nas atividades da Petrobras.

Figura 11 – Sergipe: Produção de petróleo entre 1978 e 2018 (Mil m3)



Fonte: Agência Nacional do Petróleo (2016)

Figura 12 – Sergipe: Produção de gás natural entre 2000 e 2018 (Mil m3)



Fonte: Agência Nacional do Petróleo (2016)

A reconfiguração da cadeia produtiva de petróleo e gás natural

Na verdade, a exploração de petróleo e gás natural de Sergipe encontra-se em momento de transição, com os campos maduros em descenso e a expectativa de exploração de uma nova fronteira de exploração em águas profundas. O futuro da exploração de petróleo e gás natural no Estado passou a depender da entrada em operação dos imensos campos na costa estadual, com descobertas avaliadas em até 24,4 bilhões de m3 de gás natural in place e 226 milhões de barris de óleo in place, apenas no campo de Poço Verde.

A Petrobras anunciou em 2018 a instalação de gasoduto de 128 km de extensão, a fim de escoar a produção de gás natural dos reservatórios de Farfan, Barra e Muriú, na área dos blocos exploratórios BM-SEAL-10 e BM- SEAL-11.A produção nos novos campos, em águas profundas, deverá ser realizada por até duas FPSO (Floating Production Storage and Off loading), cada uma delas com capacidade de produção de cem mil barris/dia de óleo e 8,5 milhões de m3 dia de gás natural.

A exploração de seis reservatórios em águas profundas poderá atingir até 40 milhões de m^3/dia de gás natural, segundo informou o secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix (DONO da maior descoberta (...), 2019). Esse montante é equivalente a 70% da produção atual do País e volume superior ao atualmente importado pelo gasoduto Bolívia-Brasil. A exploração, que deverá ser iniciada em 2023,deverá ampliará rapidamente a oferta interna de gás natural, atingindo 30 milhões m3/dia, segundo informou a mesma fonte.

A expectativa do Governo do Estado é que a oferta abundante e a nova regulamentação interna do mercado de gás, o chamado Novo Mercado de Gás, e tendo em vista a atual restrição física da rede de gasodutos, poderá servir de atrativo para instalação de unidades fabris na costa sergipana.

A Indústria de transformação

Ao longo do ciclo expansivo iniciado em 2004, o crescimento mais rápido do poder de compra nas regiões mais pobres do País abriu oportunidades para a implantação e ampliação de empresas nos diversos ramos de atividade industrial, muitas delas pertencentes a grupos empresariais oriundos das regiões mais ricas. Entre 2003 e 2008, o número de estabelecimentos industriais de Sergipe registrados no Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) cresceu ao ritmo médio anual de 4,5%. Depois que a economia brasileira retomou em formato de V, em 2009, na sequência do impacto da crise do subprime no mercado norte-americano, a criação de novas indústrias em Sergipe acelerou para 5,7% ao ano, entre 2009 e 2012. A instalação de novas unidades industriais no Estado prosseguiu em ritmo célere, ainda que menos intenso, entre 2013 e 2014 (3,5% aa), mas com a eclosão da crise nacional o movimento se reverteu, com a desativação de estabelecimento, entre 2015 e 2018, recuando o número deles em -1,8% ao ano (Ver Tabela 7).

No primeiro período (2003-2008), o incremento do número de estabelecimentos industriais foi muito intenso em todos os subsetores de atividade, com exceção do segmento de papel e gráfica. A expansão no número de unidades produtivas industriais foi generalizada, abrangendo segmentos tradicionais de bens de consumo não duráveis (como têxtil-confecção, alimentos e bebidas e calçados), atividades vinculadas à cadeia da construção civil (produto mineral não metálico, metalúrgica e madeira e móveis), se estendendo em direção aos setores de fabricação de material elétrico e comunicação e de material de transporte.

No período 2009-2012, a maioria das atividades seguiu em expansão acelerada, enquanto entre 2013 e 2014 a criação de novos estabelecimentos industriais perdeu intensidade em uma grande variedade de ramos, até que no período 2015-2018 o que se configura como generalizado entre as atividades industriais é o fechamento de estabelecimentos.

Tabela 7 – Sergipe: Taxas de crescimento médio anual do número de estabelecimentos formais na indústria de transformação, em períodos selecionados (%)

Subsetores	2003-2008	2009-2012	2013-2014	2015-2017
Prod. Mineral Não Metálico	14,9	4,5	-2,0	2,3
Indústria Metalúrgica	4,5	5,7	3,5	-1,8
Indústria Mecânica	7,3	7,7	2,7	-4,8
Elétrico e Comunicação	6,3	8,7	5,8	-2,4
Material de Transporte	15,5	9,6	3,8	4,1
Madeira e Mobiliário	15,5	-1,3	10,6	-6,5
Papel e Gráfica	0,0	12,0	3,0	4,6
Borracha, Fumo, Couros	3,4	6,1	4,2	-1,2
Indústria Química	5,6	4,6	0,6	-2,6
Indústria Têxtil	12,8	9,1	3,5	-2,9
Indústria de Calçados	4,0	3,0	0,0	-2,0
Alimentos e Bebidas	7,1	14,1	3,1	-6,7
Total Indústria de Transformação	4,5	5,7	3,5	-1,8

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (2016-)

A evolução do contingente de vínculos formais de emprego na indústria de transformação acompanhou a trajetória do número de estabelecimentos, ainda que as oscilações no ritmo de crescimento tenha se apresentado significativamente maiores, indicando que nos períodos de expansão não apenas surgiram muitas novas empresas industriais como também elas passaram a empregar mais pessoas por estabelecimento. O outro lado da moeda é que nos momentos de desaceleração e de retração, o recuo nas taxas de crescimento ou de queda no número de estabelecimentos foi inferior ao de empregados. O percentual de crescimento, muito superior aos dos demais setores, mais de 200% entre 2002 e 2017, no contingente de empregos formais na indústria de material elétrico e de comunicação se deveu à instalação

de unidade fabril de grande porte fornecedora de componentes elétricos para a indústria automobilística (Ver Tabela 8).

É importante registrar que, apesar da intensidade do corte dos últimos anos, o emprego formal na indústria de transformação de Sergipe saltou de 25.155, no final de 2002, para 42.099 em dezembro de 2017.

Tabela 8 – Sergipe: Número de pessoas empregadas e taxas de crescimento médio anual do número de estabelecimento formais na indústria de transformação, em anos e períodos selecionados selecionados

IBGE Subsetor	Pessoas Empregadas					Taxas Médias anuais de crescimento do emprego (%)			
	2002	2008	2012	2014	2017	2003-2008	2009-2012	2013-2014	2015-2017
Prod. Mineral Não Metálico	3.248	4.516	6.263	6.284	4.268	5,6	8,5	0,2	-12,1
Indústria Metalúrgica	759	1.184	1.780	1.921	1.436	7,7	10,7	3,9	-9,2
Indústria Mecânica	490	1.181	1.261	1.416	1.370	15,8	1,7	6,0	-1,1
Elétrico e Comunicação	92	161	224	2.041	3.032	9,8	8,6	201,9	14,1
Material de Transporte	385	562	422	509	352	6,5	-6,9	9,8	-11,6
Madeira e Mobiliário	915	1.397	2.252	2.415	1.837	7,3	12,7	3,6	-8,7
Papel e Gráfica	921	1.457	1.706	1.499	1.128	7,9	4,0	-6,3	-9,0
Borracha, Fumo, Couros	481	762	1.367	1.346	1.150	8,0	15,7	-0,8	-5,1
Indústria Química	1.734	2.477	7.175	7.059	4.768	6,1	30,5	-0,8	-12,3
Indústria Têxtil	5.529	6.752	6.984	7.365	5.345	3,4	0,8	2,7	-10,1
Indústria de Calçados	990	3.364	5.887	4.481	3.878	22,6	15,0	-12,8	-4,7
Alimentos e Bebidas	9.611	10.452	11.332	11.970	13.535	1,4	2,0	2,8	4,2
Total- Indústria de Transformação	25.155	34.265	46.653	48.306	42.099	5,3	8,0	1,8	-4,5

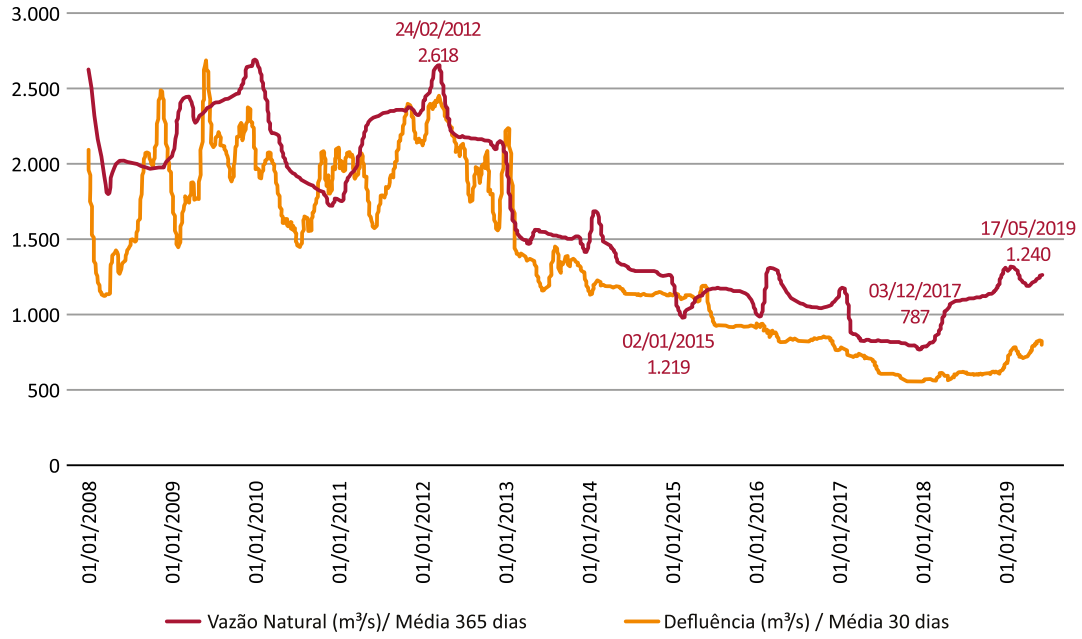
Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (2016-)

Serviços Industriais de Utilidade Pública e Construção civil

Em vista do seu peso da geração de energia elétrica no PIB sergipano, vale a pena examinar como o comportamento dos SIUP afetou o crescimento estadual. Como apontado anteriormente, esses serviços respondiam por 12,1% do VAB sergipano de 2002 e, por conta da redução da vazão do Rio São Francisco, tal participação caiu para 5,2%, em 2016. A queda abrupta na geração de energia elétrica explicou parcialmente porque a desaceleração no crescimento do PIB sergipano se antecipou em três anos em relação à maioria dos demais Estados da Região. A simples retração da participação dos SIUP de 7,7% para 3,3% no VAB equivale, grosso modo, à queda de 4,4% do PIB sergipano, apenas associado a esse efeito, impulso para baixo que não teria como ser compensados pela aceleração das demais atividades.

A figura 13 apresenta as evoluções da vazão natural do reservatório da Usina Hidrelétrica (UHE) de Xingó, na média de 365 dias, e a defluência no referido reservatório na média de 30 dias, indicando a retração acentuada e quase contínua do fluxo de água entre 2012 e 2017, com recuperação parcial e relativamente modesta desde então. Enquanto a vazão (na média de 365 dias) se situou acima de 2,5 mil m^3/s no inicio de 2012, três anos depois se posicionava em torno 1,0 mil m^3/s. Ao final de 2017, essa média era inferior a 800 m^3/s. Com a elevação da precipitação a montante do reservatório, a vazão média na média de 365 superou 1,2 mil m^3/s, em maio de 2019.

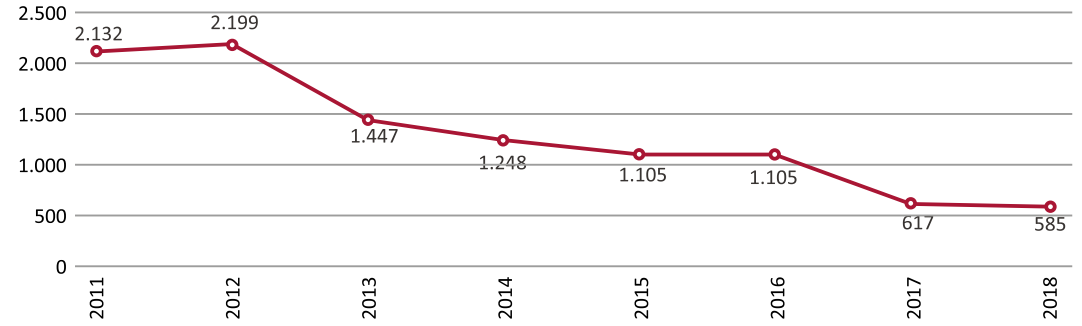
Figura 13 – Vazão natural e defluência do reservatório da UHE de Xingó entre janeiro 2008 e maio de 2019 (m3/s)



Fonte: Agência Nacional de Águas (2002-2019)

A figura 14 apresenta os efeitos da queda da vazão sobre a geração de energia na UHE de Xingó, de 2.199 MV médio/ano, em 2012, para somente 585 MV médio/ano, em 2018, retração de 73% no período. Em termos estatísticos, a retomada da geração de Xingó ao patamar de 2012 propiciaria, por si própria, um incremento de cerca de 2,5% no PIB sergipano.

Figura 14 – Capacidade utilizada da UHE de Xingó entre 2011 e 2018 (MW médio/ano)



Fonte: CHESF (c2016)

É importante destacar que a atividade de construção civil, como é usual, iniciou sua expansão com certa defasagem de tempo em relação aos demais setores da economia. Somente quando o ciclo de crescimento do PIB brasileiro já se encontrava no seu terceiro ano, com o mercado de trabalho aquecido e o acesso do crédito em plena aceleração, a expansão do mercado imobiliário se firmou. As contas nacionais trimestrais, do IBGE, na série dessazonalizada, assinalam o último trimestre de 2006 como o momento da aceleração do crescimento do setor.

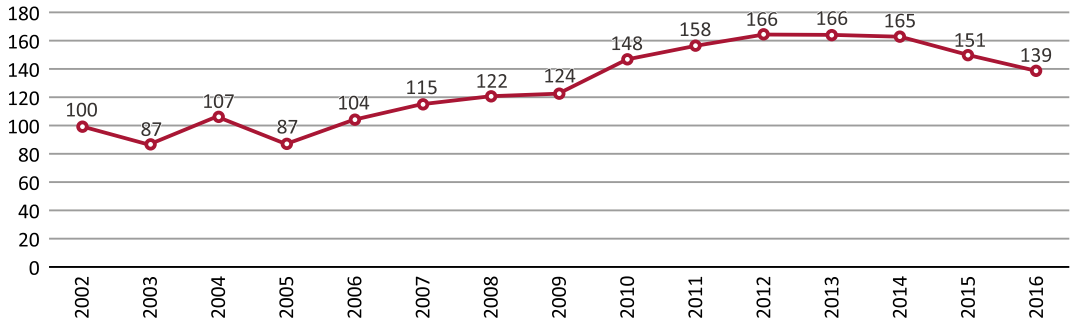
As contas regionais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016), os dados de emprego formal (RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS , 2016-2017), e de produção e consumo de cimento (RELATÓRIO ANUAL , 2002-2013) confirmam o ano de 2006 como sendo, também, o de início da expansão das atividades do setor da construção civil em Sergipe.

A evolução do volume de Valor Adicionado Bruto da atividade indica crescimento acelerado do setor da construção civil em Sergipe entre 2006 e 2008, desaceleração, em 2009, por conta do impacto da

crise financeira internacional, e o boom da atividade entre 2010 e 2012 (ver Figura 15). Com o estouro da bolha imobiliária e com o início do período de restrições mais rígidas do tesouro estadual para realizar investimentos em infraestrutura, a construção civil parou de crescer, entre 2012 e 2014, e, nos anos seguintes, entrou em descenso acelerado.

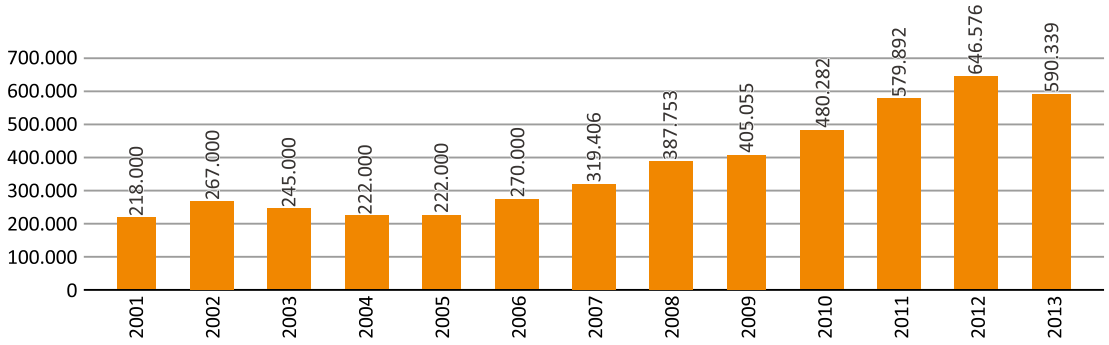
O consumo de cimento tem correlação direta com a evolução da atividade e Sergipe é detentor de importantes jazidas de calcário. Na média dos anos 2001-2013, a fabricação de cimento em Sergipe foi 6,5 vezes maior do que o seu consumo (Figuras 16 e 17). Tal relação fez com que a economia estadual tenha sido muito impulsionada quando o consumo nacional de cimento apresentou crescimento acelerado, entre 2006 e 2013, mas, por outro lado, com a sua queda, a partir de 2015, a crise do setor puxou para baixo o crescimento da economia estadual. O consumo de cimento no País, segundo o Relatório Anual (2002-2013), recuou 25,4% entre 2014 e 2017. Em Sergipe, o consumo de cimento já registrava retração em 2013, o último ano com dados disponíveis.

Figura 15 – Sergipe: Índice do VAB da Construção (2002=100)



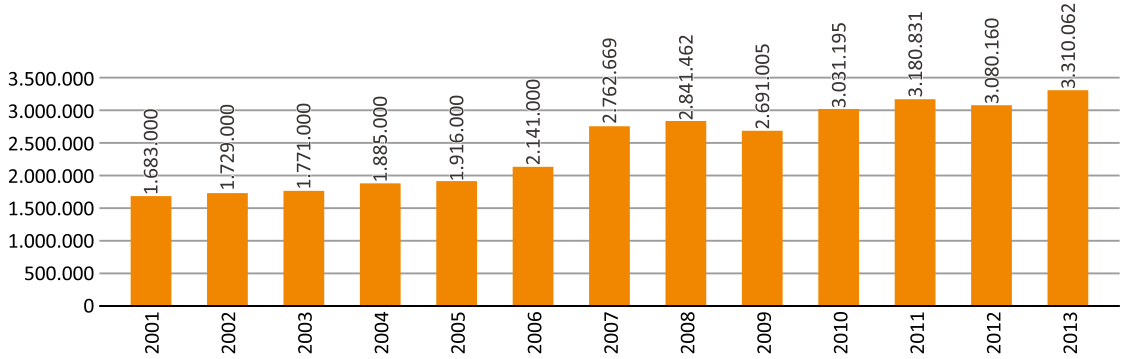
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016)

Figura 16 – Sergipe: Consumo de cimento entre 2001 e 2013 (Toneladas)



Fonte: Relatório Anual (2002-2013)

Figura 17 – Sergipe: Produção de cimento entre 2001 e 2013 (Toneladas)



Fonte: Relatório Anual (2002-2013)

3.1.3 Setor de serviços

Como visto na Tabela 3, as atividades de serviço elevaram de 61,4%, em 2002, para 75%, em 2016, a participação no Valor Adicionado Bruto da economia sergipana, um ganho de participação de 13,6 pontos percentuais. Nesse período, as atividades industriais perderam 12 pontos percentuais de participação. É fato que dos 13,6 p.p. de incremento das atividades de serviços no VAB estadual, 4,25 p.p. decorrem da parcela redistribuída, de acordo com o peso das várias atividades no VAB de 2002, da perda de peso dos Serviços Industriais de Utilidade Pública, associados à queda da geração de energia pela UHE de Xingó. Isolando-se esse fator, ainda restam 9,1 pontos percentuais de incremento da participação das atividades de serviços no VAB estadual.

Até 2014, enquanto a economia sergipana ainda se encontrava em expansão, os recuos dos SIUP e da construção civil explicaram a quase totalidade do ganho de participação das atividades de serviço. Cabe registrar, todavia, que depois de 2008 a indústria de transformação viu sua participação ser rebaixada para o patamar de 6%, quando havia se mantido acima de 8% em todo o período anterior à crise internacional.

Depois de 2014, foi a retração nas atividades de exploração de recursos minerais, em grande parte associada à queda da exploração de petróleo e gás, o principal fator de perda do peso do setor industrial e, consequentemente, da elevação da participação do setor de serviços na economia sergipana.

Na comparação entre os anos extremos da série das contas regionais, 2002 e 2016, as atividades comerciais foram as que mais ganharam participação no VAB sergipano, saltando de 6,8%, no primeiro ano, para 13%, no último, indicando como a expansão de consumo foi importante para a economia sergipana. Também apresentaram ganhos expressivos de participação, nessa comparação, as atividades de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social; as atividades profissionais e administrativas; e os serviços de alojamento e serviços. Como, contrariamente ao senso comum, a administração pública vem perdendo peso no emprego formal, o incremento de participação do segmento no valor adicionado pode estar associado aos ganhos salariais no período.

4 Conclusões e Perspectivas

Durante o ciclo expansivo da economia brasileira (2004-2014), Sergipe apresentou crescimento acelerado do emprego e da renda, deixando para trás o período de baixo dinamismo que marcou a maior parte da década de 1990. Diante da natureza do ciclo, marcado pelas políticas públicas de inclusão social, a expansão da renda caminhou à frente das transformações nas estruturas produtivas, o que não significa que elas não tenham sido amplas. Pelo contrário, o ciclo de expansão nesse período foi o mais abrangente e dinâmico desde que nas décadas de setenta e oitenta a economia estadual sofreu radical transformação com a implantação de grandes unidades produtivas na cadeia de petróleo e gás e de fertilizantes.

É necessário distinguir, todavia, o período anterior de transformações da base produtiva estadual, liderado pelos investimentos estatais, com o ciclo expansivo mais recente, em que o crescimento da renda e do poder de compra interno, ao lado da ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura social (educação, recursos hídricos e saneamento, entre outros), impulsionou, em um segundo momento, os investimentos privados atraídos pelo crescimento acelerado do poder de compra regional e local.

Como visto, a economia agrícola sergipana apresentou dinamismo considerável nas duas primeiras décadas do século XXI, ainda que alguns setores tenham ficado para trás; enquanto os cenários externos e internos permaneceram favoráveis, a exploração da base de recursos minerais apresentou notável crescimento; e, as atividades tipicamente urbanas, em parte orientadas pelo crescimento da renda e pelo acesso ao crédito, como a indústria de transformação, a construção e civil e a prestação de serviços, se diversificaram e apresentaram intenso dinamismo.

A recessão da economia no âmbito nacional, iniciada em 2015, atingiu com muita intensidade a economia sergipana, provocando impactos mais acentuados do que na maioria das Unidades da Federação, em diversas dimensões: no mercado de trabalho, no poder de compra interno, nos investimento em estrutura produtiva e nas finanças públicas. A economia sergipana, como as de outras Unidades da Federação muito dependentes dos fluxos de renda e produção gerados pela exploração petrolífera,

registrou, desde então, reveses acentuados, alguns de caráter conjuntural e outros mais profundos, que vão exigir reposicionamentos em sua estratégia de desenvolvimento.

Em linhas gerais, as principais causas desses impactos diferenciados sobre a economia estadual podem ser associadas a alguns fatores fundamentais: 1) Fim do ciclo longo de valorização de commodities e a crise empresarial da Petrobras, levando à forte retração da produção de algumas das principais riquezas estaduais. Entre outros impactos, o fim do período favorável nas cotações das commodities minerais e energéticas e o reposicionamento da Petrobras implicaram: a) Queda abrupta na produção de petróleo nos campos maduros de Sergipe; b) Adiamento, de 2018 para 2023, do início da exploração do petróleo de águas profundas e ultraprofundas, enquanto os campos maduros não recebiam os investimentos necessários para manter os níveis de produção; e c) Postergação dos investimentos para a exploração de sais de potássio provenientes da carnalita; 2) Os efeitos do longo período de estiagem sobre algumas das principais culturas agrícolas do Estado e na geração de energia elétrica da UHE de Xingó; 3) Retração do setor imobiliário e seus desdobramentos na fabricação de cimentos; e, 4) Queda na produção no setor têxtil estadual, com o encerramento da atividade de algumas importantes fábricas. Não menos significativos foram os efeitos da recessão econômica sobre as principais fontes de receitas das administrações públicas, estadual e municipais,

As perspectivas de saída da crise para Sergipe estão associadas a alguns fatores de curto e médio prazos, de caráter mais conjuntural, e outros de longo prazo, de sentido mais estrutural.

Curto e médio prazo

Começando pelos fatores de curto e médio prazos, algumas atividades que sofreram retrações muito acentuadas da demanda, que provocaram o encerramento de unidades produtivas ou redução de grande proporção de seus tamanhos, como a produção de minerais não metálicos e de madeira e móveis, integrantes da cadeia de produção da construção civil, deverão se recuperar na medida em que um novo ciclo de expansão se firme na economia nacional. Desde que a capacidade produtiva não tenha sido desmobilizada e a situação de endividamento empresarial encontre um caminho para equacionamento, tais atividades deverão acompanhar um novo ciclo de expansão, mesmo que seja com estruturas empresariais reconfiguradas.

No caso das atividades agrícolas do Semiárido, o fim do atual período de estiagem repercutirá imediatamente na produção. Como visto, a resposta nas culturas temporárias do Semiárido, especialmente do milho, é muito intensa. A situação da cana-de-açúcar é mais complexa, diante do endividamento dos principais grupos empresariais atuantes no setor. Também a geração de energia da UHE de Xingó deverá ter retomada imediata à medida que a vazão do São Francisco retorne à média histórica. Essas flutuações do nível de atividades associadas à prolongada recessão nacional ou ao regime de chuvas explicam, todavia, somente uma fração da crise estadual.

Reposicionamento estratégico

A outra parcela, mais importante do que a primeira, em uma perspectiva de longo prazo, diz respeito ao reposicionamento estratégico da economia sergipana frente às transformações da economia nacional, em particular, as mudanças em curso no mercado de energia e na exploração de petróleo. É necessário levar em consideração, também, o contexto mais amplo do cenário mundial, de revolução tecnológica e de novo equilíbrio geopolítico mundial.

Nesse sentido, o planejamento estratégico do Governo Estadual, em construção, tem destacado como principal eixo estruturante a consolidação do Complexo Industrial-Portuário de Sergipe, a partir da instalação da Usina Termoelétrica Porto de Sergipe e da Unidade de Regaseificação de Gás Natural e da entrada em operação das novas descobertas de grandes reservas de petróleo e gás natural em águas profundas. O Governo do Estado tem argumentado que os desdobramentos desses investimentos poderão desempenhar na economia sergipana papel semelhante ao que a Petrobras teve nos últimos cinquenta anos, constituindo-se não apenas uma das principais fontes de demanda autônoma, como também o principal vetor de transformações na estrutura produtiva estadual.

A Usina Termoelétrica (UTE) Porto de Sergipe, que deverá entrar em operação em janeiro de 2020, terá a capacidade de gerar 1.500 MGW e é, no momento, a maior usina termoelétrica projetada para a América Latina. Para avaliar a dimensão do empreendimento, é suficiente assinalar que a UTE Porto de Sergipe equivale à metade da Usina Hidrelétrica de Xingó, situada na divisa entre Sergipe e Alagoas, que tem o potencial de geração de 3.162 MGW, mas que vem operando com apenas 20% dessa capacidade.

No planejamento do grupo proprietário do empreendimento, a UTE Porto de Sergipe deverá integrar o Complexo de Geração de Energia Governador Marcelo Deda, com a instalação de duas outras unidades.

A implantação de empreendimento refletiu uma mudança radical na institucionalidade que marcará daqui por diante os grandes projetos de infraestrutura energética a serem implantados no País. A UTE Porto de Sergipe resultou de arranjo institucional complexo, estruturado entre empresas nacionais, empresas transnacionais provedoras de tecnologia e de suprimentos e fundos de investimentos estrangeiros.

A gestação do projeto teve início quando o consórcio empresarial alcançou sucesso no Leilão A-5 de Energia de abril de 2015. A estruturação do projeto contou com a participação da Golar LNG Limited, empresa de origem inglesa, sócia do empreendimento e fornecedora do navio de regaseificação, e do grupo pernambucano de energia EBrasil, entre outros parceiros. Integra o empreendimento uma unidade flutuante de regaseificação no Teminal Marítimo Inácio Barbosa, que recebe o gás natural importado em Estado líquido e o devolve ao Estado gasoso.

A expectativa do governo e dos investidores é que a disponibilidade de ampla oferta de gás natural, em um mercado de gás que deverá enfrentar profundas mudanças a partir da implantação de novo marco regulatório prometido pelo Governo Federal, deverá atrair investimentos industriais para o seu entorno.

As descobertas de petróleo em águas profundas seria o outro vetor de desenvolvimento com potencial estruturador da economia sergipana para as próximas décadas. A exploração das grandes reservas de gás natural pela Petrobras e por gigantes petrolíferas como a Exxon e a IBV Brasil, uma joint venture constituída pela indiana Bharat Petroleum (BPCL) e a Videocon Industries, deverá não apenas repor os níveis de produção de petróleo e gás natural ao pico de produção de 2008, como poderá multiplicá-la em cinco ou seis vezes, segundo informações divulgadas informalmente pela Petrobras e pela Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Para escoamento da produção dos novos campos, que deverão entrar em operação em 2023, a Petrobrás anunciou a intenção de implantar gasoduto com a extensão de 128 quilômetros e instalar uma nova Unidade de Produção de Gás Natural (UPGN).

Esses novos investimentos poderão ter desdobramentos importantes na economia sergipana, que serão mais amplos ou mais restritos, a depender do aproveitamento das oportunidades que surgirão. A consolidação desses empreendimentos, agregados em torno da formação do Complexo Industrial-Portuário, poderá abrir nova fronteira de crescimento para a economia estadual, que se ressentiu intensamente do recuo dos investimentos da Petrobras nos últimos anos.

O planejamento estratégico do Estado para o período 2019-2022 estabeleceu como o principal macro desafio promover um novo ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico e inclusão social em Sergipe, com a adoção de medidas capazes de recolocar a economia do Estado em uma curva ascendente de produção e emprego. O Complexo Industrial-Portuário de Sergipe, por tudo que pode representar para a cadeia produtiva de energia e petróleo- gás, é apontado como a principal aposta com fator portador do futuro.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. **Produção nacional de Petróleo e LGN**: metros cúbicos. Brasília: AGN, 31 ag. 2016. (Planilha em excel) Disponível em: http://www.anp.gov.br/dados-estatisticos/reservas-nacionais-de-petroleo-e-gas-natural/63-dados-estatisticos/791-producao-de-petroleo-e-lgn. Acesso em: 2 maio 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Dados de operação dos reservatórios SIN. Brasília: SAR, 2002-2019. Sistema de acompanhamento de reservatórios. Período 1 jan. 2002 a 5 jun. 2019. Disponível em: https://www.ana.gov.br/sar0/MedicaoSin. Acesso em 2 maio 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. **Produção nacional de gás natural:** metros cúbicos. Disponível em: http://www.anp.gov.br/dados-estatisticos/reservas-nacionais-de-petroleo-e-gas-natural/63-dados-estatisticos/792-producao-de-gas-natural. Acesso em: 2 maio 2019.

ARAÚJO, T. Nordeste, nordeste: que Nordeste? *In*: AFFONSO, R. & SILVA, P (org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento.** São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995.

ARAÚJO, T. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. *In*: GUIMARÃES, P. *et al***. Um olhar territorial para o desenvolvimento:** Nordeste. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

BARRETO, D. **A Construção do Desenvolvimento de Sergipe e o Papel do Condese** :1964-1982. Ed. Diário Oficial, 2013.

CERQUEIRA, L . **O sistema PETROBRÁS em Sergipe**. Monografia (Graduação em Economia) Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 1991.

CHESF. **Demonstrações Financeiras:** 2013-2018. Recife: CHESF, c2016. Disponível em: https://www.chesf.gov.br/relainvest/Pages/DemonstracoesFinanceiras/DemonstracoesFinanceiras.aspx. Acesso em: 2 maio 2019.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Cana-de-açúcar:** indústria. CONAB, 26 abr. 2019. (Série histórica das safras). Disponível em: https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cana/perfil-do-setor-sucroalcooleiro. Acesso em: 2 maio 2019.

DONO da maior descoberta após o pré-sal, Sergipe deve ter o gás mais barato do País. **Sergipe notícias**. Sergipe: SN, 15 jun. 2019. Fonte: Agência Estado. Disponível em: http://www.sergipenoticias.com/economia/2019/06/11379/dono-da-maior-descoberta-apos-o-pre-sal-sergipe-deve-ter-o-.html. Acesso em: 15 jun. 2019.

FEITOSA. C. **As transformações recentes da economia sergipana:** 1970-2004. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. 228 f.

GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades regionais e federalismo. *In:* AFFONSO, R. & SILVA, P (Orgs). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995.

GUIMARÃES NETO, L. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: FUNDAJ, 1989.

GUIMARÃES NETO, L. Mercado de trabalho no Nordeste- 2000-2010:avanços e desafios. *In*: GUIMARÃES, P. ET ALL. **Um olhar territorial para o desenvolvimento:** Nordeste. Rio de Janeiro: BNDES,2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Pecuária Municipal**. Rio de Janeiro: SIDRA, 2017. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2017. Acesso em: 2 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de contas regionais:** SCR. Rio de Janeiro: IBGE, ed. 2016. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 2 maio 2019.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, abr. 2019. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9201-levantamento-sistematico-da-producao-agricola.html?edicao=24360&t=resultados. Acesso em: 2 maio 2019.

MELO, M. **O legado desenvolvimentista do governo Augusto Franco**. Editora Criação, 2012.

MELO, R . Uma janela de oportunidade para o Nordeste. *In*: GUIMARÃES, P. ET ALL **Um olhar territorial para o desenvolvimento:** Nordeste. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

MELO, R. O ciclo desenvolvimentista em Sergipe:1970-2000. **Economia Política do Desenvolvimento**, v. 5, p. 10-68, 2012a.

MELO, R. **Economia Sergipana Contemporânea:** 1970/2010. Ed. UFS; Ed. Diário Oficial, 2012b.

NORTH, D. Agricultura no desenvolvimento econômico regional. *In*: Schwartzman, J (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. CEDEPLAR, Belo Horizonte, 1977.

PESQUISA AGRÍCOLA MUNICIPAL: PAM. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Anual. Período 2001-2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=o-que-e. Acesso em: 2 maio 2019.

PETRÓLEO WTI futuros: dados históricos. **Investing.com**, 10 jun. 2019. Informação *on line* diária. Disponível em: https://br.investing.com/commodities/crude-oil-historical-data. Acesso em: 10 jun 2019.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS: RAIS. **Relatórios Anuais de Informações Sociais**. Brasília: Ministério do Trabalho, 2016-. Publicado *on line* em 19 maio 2016. Disponível em: http://pdet.mte.gov.br/rais. Acesso em: 5 maio 2019.

RELATÓRIO ANUAL: Sindicato Nacional da Indústria de Cimento. Rio de Janeiro: SNIC, 2002-2013. O SNIC deixou de publicar a produção e o consumo regionais de cimento em 2014. Disponível em: http://snic.org.br/numeros-relatorio-anual.php. Acesso em: 2 maio 2019.

SCHWARTZMAN, J. Teoria da base de exportação e o desenvolvimento regional. *In:* HADDAD, P. R. (org.). **Desequilíbrios regionais e descentralização industrial**. Rio de Janeiro: IPEA; IPLAN, 1975.

SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS. Rio de janeiro: IBGE, 1. Trimestre, 2019. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?edicao=18455&t=destaques. Acesso em: 2 maio de 2019.

Panorama Econômico da Bahia no Século XXI

Fernanda Calasans C. L. Pessoti[1]
Gustavo Casseb Pessoti[2]

Resumo

Esse artigo foi construído com um propósito específico de analisar as principais tendências e perspectivas e também os gargalos da economia da Bahia para as duas primeiras décadas do século XXI. Para tanto, tomou-se como ponto de partida os anos 2000, em função das transformações que começaram a ser processadas na estrutura produtiva do estado e buscou-se analisar os principais indicadores econômicos, que envolvem a evolução do PIB, o mercado de trabalho, o desempenho setorial e os investimentos produtivos que foram projetados para o período do PPA 2020-2023. Com base nas informações disponíveis foi possível fazer uma leitura bastante preocupante da dinâmica da economia baiana, que envolve perda de dinamismo econômico em relação à região Nordeste e ao Brasil, baixa geração de postos de trabalho, com a mais alta taxa de desemprego do país e a já conhecida concentração regional e setorial de seu produto interno. Essas evidências estatísticas criam desafios importantes ao planejamento estadual que em 2019 enviou para a Assembleia Legislativa Estadual seu novo plano pluri anual de investimentos para os próximos 04 anos, da nova década que vai se iniciar ainda marcada por problemas estruturais de difícil equacionamento.

Palavras-chave:

Economia baiana; gargalos; desafios; concentração regional; século XXI

1 Introdução

A Bahia é um Estado com um papel relevante na formação histórica e econômica do Brasil. Graças ao ponto de chegada dos portugueses, as primeiras incursões de povoamento não indígena ocorreram no litoral do Estado (TAVARES, 1974). E há registros de manufaturas têxteis na Bahia e Nordeste na vanguarda do processo de industrialização do Brasil, em meados do Século XIX (FURTADO, 1976; SPINOLA, 2009). Não obstante o seu papel de destaque no contexto nacional e regional, o Estado apresenta características singulares em sua composição social e territorial, que impactam diretamente nas formas de reprodução econômica e da vida em sociedade.

Ocupando uma área de 567,7 mil km², a Bahia é o quinto Estado brasileiro em extensão territorial, representando 6,6% do território nacional e 36,3% da área total do Nordeste (BAHIA EM NÚMEROS, 2014; ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA BAHIA, 2014). E devido à dimensão territorial e por ser limítrofe de três divisões regionais, o Estado abriga uma grande biodiversidade composta por três biomas brasileiros: Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado. Destaca-se, também, a região costeira e as áreas de transição (Agreste Meridional), que possuem características singulares. E entre essas caracterizações territoriais, destaca-se a Região Semiárida, associada ao bioma Caatinga, que tem uma significativa influência nos desdobramentos dos aspectos sociais e econômicos da Bahia.

1 Economista (UESB) e Doutoranda em Economia pelo PPGE/UFBA. Professora Assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.
2 Economista (UFBA) e Mestre em Desenvolvimento Regional pelo PPDRU-UNIFACS. Professor Adjunto da Universidade Salvador. Diretor de Indicadores e Estatísticas da SEI/SEPLAN

O Semiárido é caracterizado, sobretudo, pela baixa precipitação pluviométrica e distribuição irregular de chuvas no tempo e no espaço. E o Estado da Bahia com uma parte considerável do seu território na Região Semiárida, sofre efeitos danosos que repercutem não só na vida da população diretamente atingida, mas em todas as atividades econômicas, especialmente no abastecimento de água, geração de energia hidrelétrica, afetando atividades agropecuárias, industriais e urbanas.

A Região Semiárida ocupa 79,0% do território baiano. Entre os Estados nordestinos, a Bahia é o que tem a maior extensão territorial inserida na zona de abrangência semiárida, representando 39,5% de todo o Semiárido Brasileiro. No total são 278 municípios no semiárido baiano, o que representava 66,7% dos municípios do Estado. A população afetada era de 7,6 milhões de pessoas, representando metade da população do Estado e quase 1/3 da população total que vive na Região Semiárida (BRASIL, 2018; IBGE, 2018).

Em 2018, a população da Bahia era de 14,8 milhões de habitantes. E no ano de 2030, estima-se que serão 15,9 milhões de habitantes no Estado (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018; 2013). De acordo com informações do Censo Demográfico 2010 (MICRODADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO, 2018), o Estado era moderadamente urbanizado, com 72,0% de sua população vivendo no estrato urbano. Contudo, a Bahia era o Estado brasileiro com a maior população rural em 2010: 3,9 milhões de habitantes. Sendo que, 73,6% dessa população viviam em municípios inseridos na Região Semiárida (IBGE, 2010).

As mulheres constituíam a maioria da população. Em 2010, eram 7,1 milhões de mulheres, contra 6,9 milhões de homens. Essa diferença tem aumentado durante os anos, fato observado pela razão dos sexos, indicando que em 2000 eram 97,8 homens para cada 100 mulheres, enquanto que em 2010 esse indicador caiu para 96,4, demonstrando que a presença do gênero feminino tem se intensificado na composição da população baiana. Contudo, não é um fenômeno exclusivo do Estado. No Brasil, no ano 2000, eram 96,6 homens para cada 100 mulheres, e em 2010 esse indicador reduziu-se para 95,9. Os municípios onde o setor terciário tinha a maior participação na atividade produtiva tinham majoritariamente as mulheres na composição de sua população. Enquanto que municípios onde a agricultura e a indústria representavam uma parcela importante da atividade produtiva, os homens eram maioria (MICRODADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO, 2018).

Além do aumento de participação do gênero feminino, a Bahia durante os anos recentes tem experimentado um envelhecimento de sua população, fenômeno observado nas demais Unidades da Federação. A população jovem (de 0 a 14 anos) tem reduzido sua participação no decorrer das últimas décadas: de 39,7% de participação em 1991, para 25,6%. Em contrapartida, as faixas etárias que compreendem a fase adulta (de 15 a 59 anos) e idosa (mais de 60 anos) aumentaram sua participação entre 1991 e 2010, de 53,4% para 64,0%, e 6,9% para 10,3%, respectivamente (MICRODADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO, 2018).

A Bahia é composta administrativamente por 417 municípios, distribuídos em 27 territórios de identidade. Desse total, apenas 17 municípios tinham populações acima de 100 mil habitantes, e estes estavam distribuídos desproporcionalmente pela extensão territorial. Em 2018, os maiores detinham 41,1% da população do Estado, participação que vem aumentando gradativamente desde 2010, quando estes municípios detinham 39,6% de todos os habitantes da Bahia (IBGE, 2018).

Por sua vez, os municípios de menor porte (menos de 30 mil habitantes), vêm reduzindo sua participação na população do Estado: de 33,2% em 2010, para 32,2% em 2018 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018; MICRODADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO, 2018). Essa carência de cidades de médio e grande portes acaba por dificultar a instauração de polos de desenvolvimento e a formação de um mercado consumidor robusto, não obstante esses fenômenos conjugados contribuem para obstruir, em certa medida, investimentos produtivos.

Em 2018, Salvador (com 2,8 milhões de habitantes) permaneceu como o município mais populoso da Bahia e do Nordeste, contudo, passando para quarto no Brasil. Por sua vez, os municípios que compõem o TI Metropolitano de Salvador, somavam 4,0 milhões de habitantes, o que representava 26,3% da população total do Estado. Entre os municípios do TI Metropolitano de Salvador, os que se destacaram em termos populacionais são: Camaçari (293,7 mil habitantes); Lauro de Freitas (195,1 mil) e; Simões Filho (132,9 mil). Feira de Santana é outro município de destaque no contexto estadual e regional. Com 610,0

mil habitantes, o município era o mais populoso do interior do Norte e Nordeste do Brasil. Além desses, Vitória da Conquista (338,9 mil habitantes), Juazeiro (215,2 mil) e Itabuna (212,7 mil) eram municípios com importância regional no cenário baiano (IBGE, 2018).

A atividade econômica na Bahia caracteriza-se, sobretudo, pela elevada participação do setor de serviços, destacando-se, também, a produção petroquímica, de automóveis e papel celulose no setor industrial, além do cultivo de algodão e grãos no setor primário. Em 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado foi da ordem de R$ 258,6 bilhões. Esse montante colocava a Bahia como a sexta economia do País, representando 4,1% do PIB brasileiro e a maior economia da Região Nordeste, com 28,8% de participação no PIB regional. No que concerne ao PIB per capita, a Bahia apresentava um valor de R$ 16.931,10. Esse valor era pouco mais de metade do PIB per capita Brasil. Contudo, estava acima do valor apresentado pelo Nordeste que era de R$ 15.779,11 (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2016).

Nesse contexto, uma observação a ser considerada em relação à renda gerada no Estado, medida pelo produto interno bruto, é a constante perda de participação da Bahia em relação ao Brasil e o Nordeste. Em 1985 a Bahia respondia por 5,4% do PIB brasileiro e 39,7% do PIB regional. Porém, no ano de 2016, essas participações reduziram-se para a 4,1% e 28,8%, respectivamente. Outro fator agravante, é que a Região Nordeste não alterou sua participação na geração de riqueza no Brasil. Desde 1985 até os dias atuais, o Nordeste representa em torno de 14,0% da economia brasileira (IBGE, 2006; SEI, 2018). Conclui-se, portanto, que a atividade econômica na Bahia vem crescendo em um ritmo menos intenso quando comparado a outros Estados nordestinos.

Não obstante seja a maior economia do Nordeste e sexta no cenário nacional, a Bahia convive com problemas estruturais de caráter secular. Entre eles é possível elencar a influência do clima semiárido nas atividades econômicas do Estado, que tem em torno de 80,0% do seu território na zona de abrangência semiárida. Aliado a isso, destaca-se que o modal rodoviário é o meio de transporte mais utilizado no Estado, até mesmo para escoamento da produção agrícola e industrial, o que dificulta o transporte de grandes cargas de mercadorias para os mercados com os quais a Bahia realiza suas transações.

Outro problema estrutural é que a Bahia tem uma lógica de produção completamente exógena (TEIXEIRA e GUERRA, 2000). O Estado destaca-se na produção de bens primários, sobretudo grãos, e bens intermediários (químicos, petroquímicos e metalúrgicos) para o abastecimento de mercados produtores de bens finais localizados nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, e China no exterior.

Além dos problemas apontados anteriormente, outro ponto nevrálgico identificado na economia baiana é a alta pujança do setor público. Aproximadamente 20,0% do PIB da Bahia advêm do setor público. Devido às características inerentes às atividades que desempenha, esse setor tradicionalmente é pouco dinâmico, com baixa produtividade e com entraves na geração de emprego.

Ademais, a Bahia é um Estado grande com 417 municípios, porém 80% têm população inferior a 50 mil habitantes, o que dificulta a viabilizar economicamente esses municípios.

Além desta introdução, o trabalho está dividido em quatro seções: a primeira faz um retrospecto do processo histórico da economia baiana, desde os primeiros anos da colônia de exploração recém-descoberta até os desafios do Século XXI; a segunda parte é uma caracterização atual do Estado da Bahia; no terceiro capítulo são destacados exclusivamente os aspectos econômicos; e algumas considerações finais encerram o trabalho.

Não obstante a difícil tarefa de construir um material relevante para compreensão da economia baiana, este trabalho é um esforço de trazer um maior nível de aprofundamento sobre a situação do Estado a partir de dados e leituras recentes.

2 Traços Históricos da Economia Baiana

A passagem de uma economia essencialmente rural e agrária para uma sociedade urbanizada com razoável grau de complexidade econômica é um fenômeno bastante recente na história da Bahia. Até

meados da década de 60 do século passado, a economia ainda dependia da produção agrícola, tendo o cacau como principal produto de exportação e com uma indústria pouco desenvolvida. Neste capitulo, em breve síntese, busca-se refletir sobre esse processo.

2.1 A colônia

Os povos nativos que ocupavam o litoral e o interior do território em que veio a se constituir o Estado da Bahia, antes da chegada dos portugueses, sobreviviam da caça, da pesca e do cultivo. A colonização transformou progressivamente a estrutura social e econômica desses povos seminômades, assim como a paisagem dos territórios ocupados, sobretudo, a partir da introdução das lavouras monocultoras sustentadas pelo trabalho escravo (ALMEIDA, 2009).

Antes da efetiva política de ocupação da nova colônia, a atividade econômica girava em torno da extração e comercialização do pau-brasil. Contudo, o regime de feitorias nos primeiros anos do século XVI, tornou-se insuficiente para garantir a integridade do território dominado. Dessa forma, a concessão de capitanias e sesmarias passou a ocupar a centralidade da administração colonial portuguesa para o Novo Mundo, com vistas a ocupar e povoar o novo território (ALMEIDA, 2009).

Estrutura-se, então, uma economia agrária de exportação, fundada no trabalho escravo: o sistema de monocultura extensiva de produção destinada ao mercado europeu conhecida na literatura histórica como *plantation*. Desde os primórdios, a economia local estaria condicionada a demandas do Velho Continente. A principal lavoura estabelecida foi a da cana-de-açúcar, ao tempo em que outros produtos tropicais e matérias-primas iam sendo incorporados à pauta de exportação como algodão, fumo, farinha de mandioca, aguardente, ouro, couro e solas etc. (FURTADO, 1976; TAVARES, 1974). Em torno das grandes propriedades e no interior dos domínios coloniais articularam-se, também, as pequenas economias de subsistência (FURTADO, 1976).

A ocupação do território, entre os séculos XVI e XVII, foi motivada pelas diversas expedições, as chamadas entradas, que partiam do litoral, especialmente Salvador, Porto Seguro e Ilhéus, em direção ao interior do continente em busca de ouro e metais preciosos, vencendo e subjugando as resistências naturais e dos indígenas à ocupação da terra. Esse movimento também fez avançar a atividade da pecuária para o sertão e terminou por configurar, em traços gerais, as dimensões atuais do território baiano (FURTADO, 1976; TAVARES, 1974). “As expedições seguiam os cursos dos rios Paraguaçu, São Francisco, Grande, Verde, de Contas, Jequitinhonha, Pardo e Doce e chagaram a alcançar o norte de Minas, o Piauí e o Maranhão” (TAVARES, 1974, p. 119).

Já na primeira metade do século XVII, a indústria açucareira baiana entrara em declínio. A “febre da mineração” no século XVIII atraiu e deslocou grandes contingentes de mão de obra da região açucareira. A crise da lavoura aprofundava-se devido à concorrência de outras colônias europeias e à elevação dos custos de produção (ALMEIDA, 2009). Entre outros efeitos, a mineração deslocou o eixo econômico colonial e os interesses da administração metropolitana do Nordeste para o Sudeste. Em 1763, a capital da colônia foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro. A agricultura baiana ganhou novo vulto somente com a lavoura do cacau, sobretudo a partir de 1890, que se consolidou como o principal produto da pauta de exportação do Estado até meados do século XX.

2.2 A estrutura industrial

A estagnação da indústria baiana na primeira metade do século XX foi interpretada pela literatura como um enigma, que contrastava com a relativa diversificação e prosperidade do setor observada ao longo do século XIX (TEIXEIRA; GUERRA, 2000). O setor primário exportador assumiu a supremacia da estrutura produtiva, tendo a lavoura de cacau como principal atividade geradora de divisas e rendas, cuja alocação era realizada no próprio setor – de forma extensiva e sem incorporar progressos técnicos –, quando não gastas em consumo suntuário por parte de seus proprietários.

Dentre as principais razões para o baixo desenvolvimento industrial na primeira metade do século XX destacaram-se:

> (...) ritmo fraco de capitalização, a decadência política da Bahia na Republica, efeito e novamente causa, as dificuldades de transportes, e a carência de energia, que, para vencê-las, não encontravam recursos na economia colonial bahiana (*sic*), as quais terão sido também causa de outra carência, a quase nula imigração (ALMEIDA, p.95, 2009).

Somente na segunda metade do século XX, que a necessidade de modernizar a economia local motivou o planejamento econômico do Estado, consolidado pelo Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia (PLANDEB). Elaborado pelos técnicos da Comissão de Planejamento Econômico da Bahia (CPE), sob a liderança do economista Rômulo Almeida, o plano não chegou a ser aprovado pelo parlamento baiano, contudo sua estratégia de integração da economia local ao desenvolvimento do capitalismo nacional foi se concretizando ao longo do tempo. A Bahia tornar-se-ia progressivamente um centro produtor de bens intermediários destinados especialmente ao parque industrial da região Sul-Sudeste.

O processo de industrialização no Estado ganhou impulso inicial com a extração de óleo e gás no Recôncavo e a instalação da Refinaria Landulfo Alves (RLAM) em Mataripe em 1950. Notadamente entre os anos de 1960 e 1970, consolidou-se a estratégia de especialização regional da indústria baiana, através da implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA) e de outros distritos industriais que ofereciam incentivos fiscais para atração de empresas. No bojo da política desenvolvimentista do Estado brasileiro viriam a se instalar as indústrias petroquímica e metalúrgica, cujos impactos socioeconômicos transformariam definitivamente a estrutura produtiva local.

A principal característica desse processo, constituído por blocos de investimentos concentrados no tempo, será a dependência do dinamismo industrial baiano de "choques exógenos" e a ausência de capacidade autônoma de gerar investimentos (TEIXEIRA; GUERRA, 2000). Nas últimas décadas do século XX, Spinola (2009) destaca que um dos aspectos fundamentais da economia baiana seria sua "vulnerabilidade à propagação de movimentos cíclicos da economia nacional" (2009, p. 83). O autor caracteriza a industrialização baiana pelo seu "caráter cíclico e dependente" das economias nacional e internacional (SPINOLA, 2009, p.87).

Nos anos 1990 aprofundou-se a globalização financeira, a abertura comercial e a reestruturação produtiva e gerencial do grande capital (TEIXEIRA; GUERRA, 2000). Esse foi o período de uma agressiva política neoliberal, que retirou dos Estados os mecanismos de atuação direta na economia, alterando o perfil do planejamento estatal e do desenvolvimento econômico regional. Diante do esvaziamento das políticas industriais mais ativas, a "guerra fiscal" entre os entes da federação terminou por assumir o instrumento por excelência de atração de empreendimentos industriais, através da oferta de renúncias e subsídios fiscais (TEIXEIRA; GUERRA, 2000).

Nesse período foram aportados investimentos nos setores (têxtil, calçados, eletrônico, transformação plástica, químico e automobilístico), atraídos por incentivos fiscais e financeiros concedidos pelos governos federal e estadual, numa estratégia de desconcentração e interiorização da dinâmica econômica (PESSOTI, 2008). Os ganhos nesse sentido não foram tão significativos, haja vista que, a concentração espacial da atividade industrial não se alterou. Também as expectativas trazidas pela implantação do setor automobilístico, quanto à diversificação da matriz industrial e ao adensamento de cadeias produtivas, não se confirmaram. O sonho de criação de um parque produtivo de bens finais não logrou o êxito aguardado.

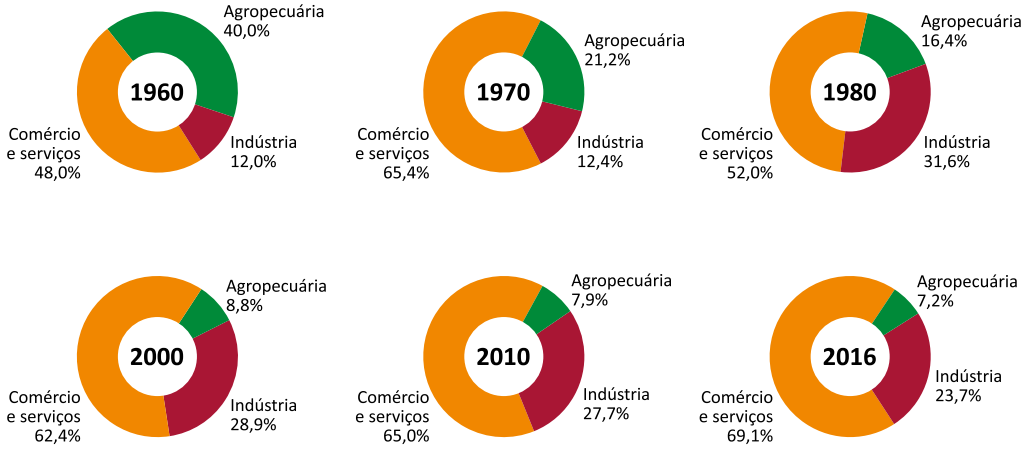
3 A Bahia e o Nordeste: Problemas Comuns

É inegável que a evolução histórica da Bahia e da Região Nordeste sempre estiveram condicionadas aos ciclos econômicos atrelados à agricultura de exportação e às tentativas de efetivação de investimentos industriais, que aumentassem a geração de emprego e renda em suas economias. Não obstante, o planejamento do Brasil tenha destinado alguns projetos de industrialização para a Região, os setores mais dinâmicos da Bahia sempre tiveram uma relação mais direta com a agricultura de exportação e com os setores notadamente ligados aos serviços de intermediação comercial, administração pública e aluguéis de imóveis.

Os avanços industriais da Bahia podem ser associados à chegada da Petrobras no início dos anos 1950, bem como à consolidação da indústria petroquímica como resposta da descentralização de investimentos federais no II PND, do governo militar. O Polo Petroquímico de Camaçari trouxe uma mudança significativa

na estrutura produtiva da Bahia, com grande aumento de participação da indústria no PIB do estado, como pode ser observado na figura a seguir.

Figura 1 – Evolução dos setores na atividade econômica – Bahia – 1960-2016



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018); Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016).

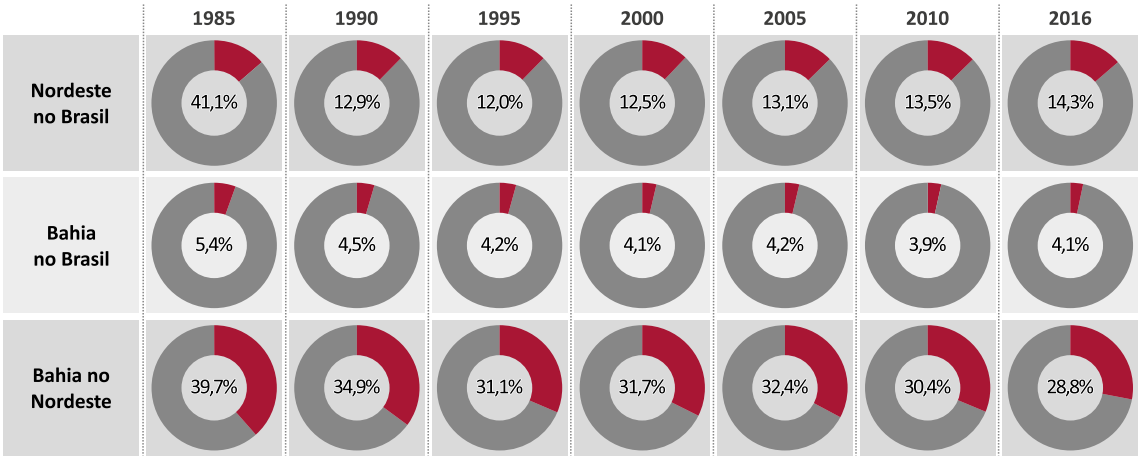
A Figura 1 acima deixa clara a importância estratégica que a indústria química e petroquímica assumiu para a geração de valor agregado para o Estado. Em sua dissertação de mestrado, Pessoti (2008) afirmou e embasou em números semelhantes que o Polo Petroquímico de Camaçari deve ser considerado como maior empreendimento econômico da história da Bahia. Na comparação entre os anos 1980 (dois anos após a instalação do Polo) e os anos 1970, a indústria quase triplicou sua participação na economia baiana, o que criava uma nova perspectiva econômica para o Estado a partir de então.

As estratégicas governamentais, a partir de então, estiveram quase sempre ligadas ao campo do adensamento da matriz produtiva e da complementação de investimentos que consolidassem o desenvolvimento industrial do Estado. Apesar das sucessivas políticas industriais realizadas ao longo dos anos 2000, a participação da indústria no PIB nunca mais atingiria o patamar alcançado na década de 1980. No decurso dos últimos 05 anos, diversas análises feitas para a economia baiana e brasileira tentaram associar a existência de um processo de desindustrialização, que estaria por trás da diminuição progressiva de participação do setor na economia. Em 2016, o setor industrial contribuía com aproximadamente 24% do PIB do Estado.

A perda da dinâmica industrial, de um lado, e de outro, o aumento gradativo de setores tradicionais como agricultura, comércio e administração pública tiveram outra consequência para a economia baiana: a perda de participação do PIB do Estado no PIB da Região Nordeste.

A análise das contas regionais do Brasil evidencia que em uma série de 31 anos, a participação da Região Nordeste no PIB do Brasil praticamente permaneceu inalterada, evidenciando que a Região não apresentou nem taxa de crescimento abaixo da registrada para o País no período, nem problemas estruturais nos setores de atividades, que pudessem sugerir uma perda de participação. De outra parte, esse é o retrato de uma região que, apesar de toda a transformação interna bem como de investimentos realizados na sua atividade produtiva, não conseguiu aumentar a sua importância estratégica na matriz produtiva do País.

Figura 2 – Participação da atividade econômica – Nordeste e Bahia



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018); Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016).

Por outro lado, a situação da Bahia é ainda mais preocupante. A análise da série de dados, no decurso desses mais de 30 anos revela que a economia baiana apresentou perda na participação tanto na economia nordestina (de 39,7% do PIB em 1985 para 28,8% em 2016) como na economia nacional (5,4% em 1985 para 4,1% em 2016). Esses dados não deixam dúvida de que o ritmo de crescimento da economia baiana nesse período foi menor do que a economia nordestina, onde a perda foi mais acentuada e também em relação à economia do País.

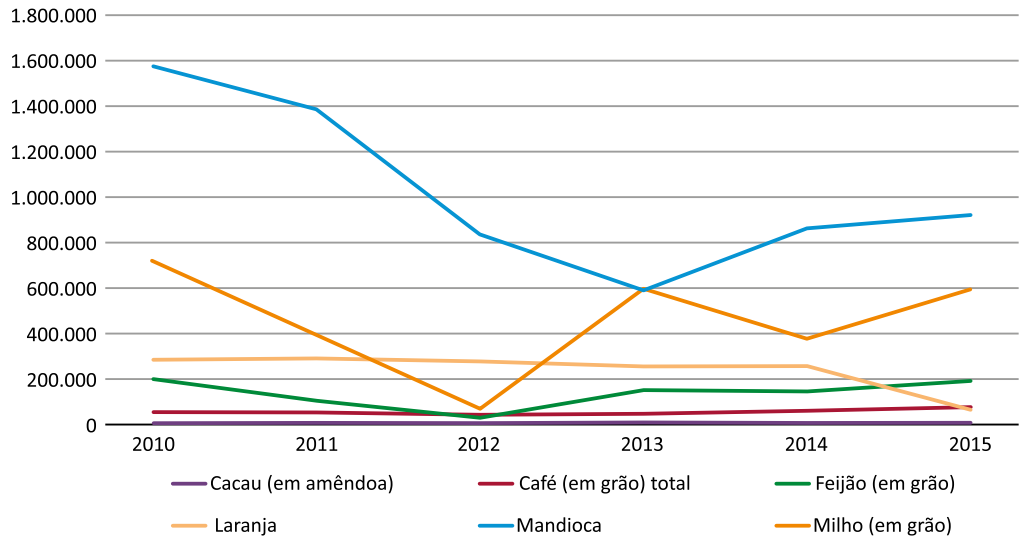
3.1 O problema da estiagem

A seca recente que afetou a Bahia e o Nordeste teve início em 2012 e se intensificou desde então, sendo considerada a mais severa em várias décadas. A intensidade e a persistência da atual estiagem, que já dura sete anos, pode ser indício das mudanças climáticas, também conhecidas como aquecimento global, que ocorrem pelo aumento da temperatura média global. O aumento das emissões de gases de efeito estufa (CO_2 em particular) está retendo o calor na atmosfera da Terra. Não se tem registro na Bahia de seca mais persistente e aguda há, pelo menos, 100 anos, segundo alguns especialistas. Desde 1911, ocorreram duas secas com duração de três anos (1930-32; 1941-43), duas com duração de quatro anos (1951-543 e 2012-2015) e uma com duração de cinco anos (1979-83).

Entre os anos de 2010 e 2015 houve uma notória redução na quantidade produzida das principais culturas dos municípios em Estado de emergência (Gráfico 1). A queda mais brusca ocorreu no ano de 2012, com todas as culturas selecionadas atingindo o menor patamar em termos de quantidade produzida no período, com exceção da laranja que teve declínio mais acentuado em 2015, e do cacau que apresentou a menor produção em 2013. Dentre as culturas analisadas, a mandioca foi a que sofreu maior variação e ainda não conseguiu voltar ao patamar de produção de 2010. Na Bahia, por exemplo, os agricultores familiares chegam a cultivar 90,0% da mandioca produzida no Estado da Bahia.

Os impactos da estiagem prolongada sobre o território baiano vão além da produção de alimentos, interferindo também no abastecimento de água, inclusive na Região Metropolitana Salvador (RMS). Segundo a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (Embasa), em março de 2017, o volume de água armazenado na Barragem de Pedra do Cavalo, a segunda maior do Estado e que responde por mais de 60,0% do abastecimento de água de Salvador e Região Metropolitana, tinha caído para 24,1%, o menor volume dos últimos 20 anos. A redução foi de 3,7 pontos percentuais em apenas um mês – quando estava com 27,8% do seu volume útil de armazenamento, –, o que equivale a uma perda de mais de seis milhões de litros de água, mais da metade do que o município de Salvador consome num dia. Há cinco anos, a Bahia registra chuvas abaixo da média e, segundo os especialistas no assunto, não há previsão de normalização no curto prazo.

Gráfico 1 - Quantidade produzida das principais culturas dos municípios afetados pela seca – 2010-2015



Fonte: Produção Agrícola Municipal (2017)

3.2 Infraestrutura logística

Do ponto de vista da infraestrutura logística, a Bahia conta com uma malha rodoviária de 11.936,91 km de estradas pavimentadas (BRASIL 2014), nas quais se destacam as BR-116, BR-101, BR-242 e BR-324, que interligam os extremos do Estado servindo, também, como ramal de interligação entre rodovias estaduais que atendem as regiões não contempladas pelas estradas de maior importância.

A BR-324 é considerada uma das mais importantes estradas do Estado. A rodovia é a principal porta de entrada e saída da capital da Bahia. Entretanto, o trecho mais movimentando, com 108 km de extensão, é a ligação entre Salvador e Feira de Santana, percurso totalmente duplicado e sob a concessão da Via Bahia. A estrada conta com dois pedágios, nos trechos Km 597 e Km 551, e estima-se que o fluxo diário seja superior a 1.500 carros / dia, sendo que, 74,4% eram carros de passeio. BRASIL, (2014).

Com aproximadamente 4,5 mil km de estradas pavimentadas, a BR-116 é a mais importante rodovia do Brasil, cruzando o País verticalmente da Região Nordeste (Fortaleza – CE) até a divisa com o Uruguai, na Região Sul (Jaguarão – Rio Grande do Sul). Na Bahia, a BR-116 está dividida em dois trechos: Trecho Sul – com 515 Km de extensão entre a Divisa BA x MG, o maior fluxo está entre os municípios de Vitória da Conquista e Feira de Santana; e Trecho Norte, que no Estado da Bahia liga Feira de Santana aos municípios de Tucano e Euclides da Cunha. A rodovia tem 04 praças de pedágio nos trechos do Km 482, Km 566, Km 698, Km 773 e Km 873, e em 2013 teve um fluxo de 256 carros / dia, sendo que, 68,3% eram carros comercias, e o que liga o entroncamento com a BR-242 ao anel rodoviário em Feira de Santana.

Além destas, vale destacar as BR-242, BR-101 e BA-099, que tem grande importância para atividade econômica do Estado. A BR-242 é a via de ligação entre o oeste e a capital baiana. A rodovia inicia-se em Maragogipe (Bahia) e se estende até Sorriso (Mato Grosso). Entretanto, o maior fluxo de veículos está no trecho que liga Luís Eduardo Magalhães (Bahia) ao município de Rafael Jambeiro (Bahia), onde há um cruzamento com a BR-116. Além de ser a estrada que dá acesso às atrações turísticas da Chapada Diamantina, a BR-242 é a via de escoação dos grãos produzidos do extremo oeste do Estado.

A BR-101, por sua vez, é uma estrada de grande relevância para o País porque liga o Nordeste brasileiro (a partir do Rio Grande do Norte) às regiões Sudeste (passando pelo Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo) e sul do País (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), margeando a costa brasileira. Na Bahia, a BR-101 é a via de comunicação entre o Extremo Sul e o Recôncavo com a capital do Estado, via entroncamento na BR-324, no município de Feira de Santana.

Com funcionalidade diferente, está a BA-099. Popularmente conhecida como Estrada do Coco, a rodovia teve a sua importância ressaltada com a ampliação da área urbana de Salvador sentido Litoral Norte. Estendendo-se do Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães (Salvador) até Mangue Seco (distrito de Jandaíra, divisa entre Bahia e Sergipe), a BA-099 tem 184,8 km de extensão e está dividida entre a Estrada do Coco (trecho entre o município de Lauro de Freitas e Itacimirim, distrito de Camaçari) e a Linha Verde (Praia do Forte, distrito de Mata de São João até Mangue Seco). A importância da rodovia cresceu graças ao perfil turístico associado ao Litoral Norte da Bahia e a oferta de serviços hoteleiros de grande porte.

O município de Feira de Santana é o ponto de confluência das principais rodovias do Estado. Pelo anel ferroviário do município passam rodovias estratégicas que ligam o Litoral Sul, Centro Sul e Região Metropolitana da Bahia às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País: BR-324, BR-116 e a BR-101 (PITOMBO, 2009).

O Estado da Bahia, atualmente, conta com 80 aeroportos em funcionamento, ou com voos regulares para passageiros, ou em funcionamento para pouso e decolagem de aeronaves de pequeno porte. Para voos regulares, semanais ou diários, há 10 aeroportos na Bahia, sendo o Aeroporto Deputado Luís Eduardo Magalhães, no município de Salvador, o único a receber voos internacionais.

O Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães (SSA) funciona em junção com a Base Aérea de Salvador (BASV), e tem capacidade para atender 13.000.000 pax / ano. É o maior aeroporto do Norte e Nordeste em volume de passageiros, sendo o 8º no País, 9.152.159 passageiros em 2014 (BRASIL, 2014). No terminal aeroportuário de Salvador operam as principais empresas aéreas nacionais, com destino para todas as capitais brasileiras e cidades de grande porte, e quatro companhias áreas internacionais. Entre os principais destinos no exterior é possível destacar Buenos Aires – Argentina, Madri – Espanha, Miami – Estados Unidos, Frankfurt – Alemanha e Lisboa – Portugal.

O Aeroporto de Porto Seguro (BPS) é o segundo em número de passageiros na Bahia. No ano de 2014 foram 1.512.020 / pax, estando na 24º posição no ranking de aeroportos brasileiros (BRASIL, 2014). O perfil turístico da região é o principal fomentador para o movimento no terminal aeroportuário. Além deste, vale destacar: Aeroporto de Ilhéus (IOS) com operação das empresas aéreas Avianca, Azul Linhas Aéreas, Gol Linhas Aéreas, TAM; o Aeroporto de Barreiras (BRA) e o Aeroporto de Vitória da Conquista (VCD), ambos com voos regulares da Azul Linhas Aéreas e Passaredo. Ainda com a oferta de voos frequentes, porém com menor movimento, estão os aeroportos de Teixeira de Freitas (TXF), Valença (VAL), Paulo Afonso (PAV), Feira de Santana (FEC) e Lençóis (LEC) (Azul Linhas Aéreas), todos com voos operados pela Azul Linhas Aéreas.

Na malha ferroviária, o Estado da Bahia é cortado transversalmente pela Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), a maior linha férrea nacional, com 7.080 km de extensão, interligando as regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. A FCA cruza no Estado a sede de importantes municípios como Brumado, São Gonçalo dos Campos, Candeias, Simões Filho, Camaçari, Dias D'Ávila, Mata de São João, Pojuca, Catu, Alagoinhas, Serrinha, Senhor do Bomfim e Juazeiro, ligando a Bahia a importantes centros de distribuição nacionais, bem como aos portos de Salvador e Aratu-Candeias (BA), Aracaju (SE), Angra dos Reis e Rio de Janeiro (RJ), Vitória e Cachoeiro do Itapemerim (ES), e ao porto fluvial de Pirapora (MG). A FCA também liga o Estado a São Paulo, pelo cruzamento com a Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa) nos municípios de Araguari e Uberaba (MG).

O projeto de implantação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL/EF-334) aumentará a oferta de serviços ferroviários no Estado, bem como o dinamismo econômico. O cruzamento da FIOL com a FCA no município de Brumado criará uma ligação entre o eixo oeste e leste da Bahia, e com o Estado de Tocantins, alcançando também a Região Norte.

A Bahia é o Estado brasileiro com a maior costa marítima, com 1.183 km de extensão. O Estado conta com 03 portos marítimos administrados pela iniciativa pública: Porto Marítimo de Salvador, Porto Marítimo de Ilhéus e Porto Marítimo de Aratu-Candeias, estes três administrados pela Companhia das Docas da Bahia - CODEBA.

Oficialmente inaugurado em 1913, o Porto de Salvador está localizado na extremidade sudoeste da península que separa o continente do Oceano Atlântico, com acesso à Baía de Todos os Santos, a segunda maior baía do mundo, e a maior do Brasil. Em 2014, foram transportados no Porto de Salvador 4,5 bilhões de toneladas, em 387 navios (BRASIL, 2014). O Porto de Salvador está integrado ao Sistema Hidroviário de Transporte Municipal, que faz a travessia de passageiros entre Salvador a Ilha de Itaparica (municípios de Itaparica – Marina de Itaparica, com extensão até Salinas das Margaridas e Vera Cruz – Terminal Hidroviário de Vera Cruz), Madre de Deus (Terminal Turístico Náutico de Madre de Deus) e Morro de São Paulo (município de Cairu – Terminal Hidroviário de Morro de São Paulo); todos os terminais de passageiros operados pela iniciativa privada com a concessão do Estado.

O Porto de Salvador conta, também, com construção de um novo terminal marítimo de passageiros, destinado a receber navios cruzeiros. Com 11 mil m2, dos quais 7.680 m2 de área construída, o atual terminal marítimo de passageiros tem capacidade de receber oito grandes navios transatlânticos ao mesmo tempo e movimentação de 20 mil passageiros por dia. Com a maior movimentação de turistas fora do eixo Rio - São Paulo, o Porto de Salvador recebeu, no verão 2013/2014, 79 navios cruzeiros, um total de 202 mil passageiros (BRASIL, 2014).

O Porto de Aratu, fundado na década de 1970, está ligado ao Centro Industrial de Aratu (Candeias), e atualmente é responsável por 60,0% de toda carga em modal marítimo na Bahia, sendo de grande importância para a economia do Estado da Bahia. Administrado pela CODEBA, o porto funciona com quatro terminais: um para produtos gasosos; um para granéis líquidos; e dois para granéis sólidos. Localizado na Baía de Todos os Santos, o Porto de Aratu tem acesso terrestre pelas rodovias BA-093 (ligação para o Polo Industrial de Camaçari) e a BA-524, interligando-o à BR-324 e a partir desta às demais rodovias (BR-116; BR-101; BA-526; BA-099).

Criado com a finalidade de escoar a produção cacaueira no início do século XX, o Porto de Ilhéus, atualmente, é o canal de escoação da produção de grãos do oeste baiano. Com o declínio da cultura cacaueira, o Porto de Ilhéus tentou diversificar sua pauta de movimentação de cargas, onde consta, além do cacau, a soja, milho, amêndoas, óxido de magnésio, concentrado de níquel, peças industrializadas e carga geral. A conclusão dos projetos de construção do Porto Sul e da Ferrovia Oeste-Leste tem a finalidade de criar uma plataforma logística para escoação de toda produção do oeste do Estado, bem como dos minérios e demais itens produzidos no interior da Bahia.

Além dos três complexos portuários, o Estado ainda conta com seis terminais portuários para recebimento de insumos e escoação de bens específicos: Terminal Gerdau/Usina (de propriedade privada), destinado ao recebimento de minérios de ferro; Terminal Portuário Miguel de Oliveira (de propriedade estatal e administrado pela empresa que o utiliza), destinado para escoar a produção de veículos automotores produzidos em Camaçari; Terminal Portuário de Cotegipe (pertencente à iniciativa privada), destinado ao embarque de grãos e de derivados de trigo industrializados; Terminal da Dos Química (de iniciativa privada), destinado à movimentação de produtos químicos tais como eteno crio gênio, óxido de pro peno líquido e pro peno líquido; Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL) da Bahia (TRBA) (de propriedade de uma empresa estatal), tem a função de receber navios carregados com GNL e fazer o gás liquefeito voltar a ser gasoso; e o Terminal de Madre de Deus (de propriedade de uma empresa estatal), destinado ao recebimento de petróleo e ao embarque de derivados de petróleo processados pela RLAM, tendo a denominação oficial de Terminal Marítimo Almirante Alves Câmara.

4 Investimentos Industriais Previstos para o Período 2020-2023

Os investimentos privados industriais previstos para 2020/2023 estão estimados em R$ 14,89 bilhões, destacando-se os setores Eletricidade e gás (R$ 9,98 bilhões), Minerais não metálicos (R$ 1,50 bilhões) e Mineração (R$ 1,0 bilhão).

Conforme destacou Pessoti (2015), as indústrias do Polo Petroquímico de Camaçari continuam sendo as mais importantes para a dinâmica industrial do Estado. Esse fato ao mesmo tempo reforça a pequena transformação que os investimentos industriais efetivados na Bahia ao longo do século XXI conferiram ao panorama da indústria baiana de transformação, e, ao mesmo tempo demonstram a dificuldade de

estratégias de desenvolvimento que objetivam interiorizar e desconcentrar a atividade econômica do Estado.

No entanto, embora o montante de investimentos esperados para o período 2020-2023 seja menor do que o necessário, para uma efetiva reativação industrial que vem diminuindo seu ritmo de crescimento e sua geração de valor adicionado do PIB, é importante destacar que a maior parte de novos projetos industriais previstos para esse período será de investimentos que deverão ser realizados no interior do Estado.

Tabela 1 – Empreendimentos em implantação / ampliação / relocalizados / modernizados – Bahia – 2020/2023

Segmentos	Previsão de investimentos (R$)
Eletricidade e Gás	9.977.751.000,00
Minerais não metálicos	1.503.900.000,00
Mineração	1.001.500.000,00
Metalurgia/Siderurgia	927.600.000,00
Diversos	513.300.000,00
Plásticos e Borrachas	240.250.000,00
Químico e Petroquímico	202.600.000,00
Alimentícios	190.750.000,00
Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis	163.000.000,00
Máquinas e Equipamentos	42.700.000,00
Têxtil	40.000.000,00
Reciclagem	37.200.000,00
Bebidas	20.000.000,00
Metal/Mecânico	17.000.000,00
Calçados, Couro e Componentes	9.000.000,00
Moveleiro	3.000.000,00
Informática/Eletro-Eletrônico	1.800.000,00
Automotivo e Componentes	1.300.000,00
Total	14.892.651.000,00

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016) Elaboração: SEI/CAC.
Nota: Dados preliminares, sujeitos a retificação.

Dentre os setores que receberão mais investimentos, o segmento de eletricidade destaca-se por sua capacidade de rentabilidade e pelas condições geográficas favoráveis do território baiano para a produção de energia eólica e solar. O montante destinado a este setor para o período 2020/2023 chega a R$ 9,98 bilhões, o equivalente a 67,0% do total de investimentos previstos para o período.

Considerando-se apenas o segmento eólico, de acordo com informações divulgadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), a Bahia, sozinha, é responsável por 26% da capacidade instalada de energia eólica do País (...) e assumiu o protagonismo nacional nos últimos 10 anos, no segmento de renováveis. Ainda segundo a SDE, a Bahia tem ainda 38 parques em construção (562 MW) e 47 em construção não iniciada (962 MW), onde estão previstos investimentos de R$ 6,9 bilhões e geração de 22,8 mil empregos diretos e indiretos.

No segmento de energia solar, segundo a SDE, até 2021, mais 5 parques (142 MW) devem entrar em operação, com previsão de R$ 737 milhões em investimentos e 4,2 mil empregos diretos e indiretos.

O segmento de minérios não metálicos também se mostra promissor; o setor da construção civil é o maior consumidor de minerais não metálicos. O montante em valores ultrapassa R$ 1,5 bilhão, cerca de 10,0% dos investimentos previstos. A maior parte dos investimentos previstos para este segmento está

relacionada à produção de cimento, principalmente, em unidade que será instalada no Nordeste Baiano, onde estão localizadas jazidas de calcário, matéria-prima para produção de cimento.

Outro setor que merece destaque é o de mineração, com a previsão de investimento no montante de R$ 1,0 bilhão, em torno de 6,7% dos investimentos previstos. A maior parte dos investimentos está voltada à produção de minérios de ferro, principalmente no Sertão do São Francisco. O setor de mineração reveste-se de uma importância estratégica, uma vez que ele é um dos pilares de sustentação para a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste pelo interior do Estado.

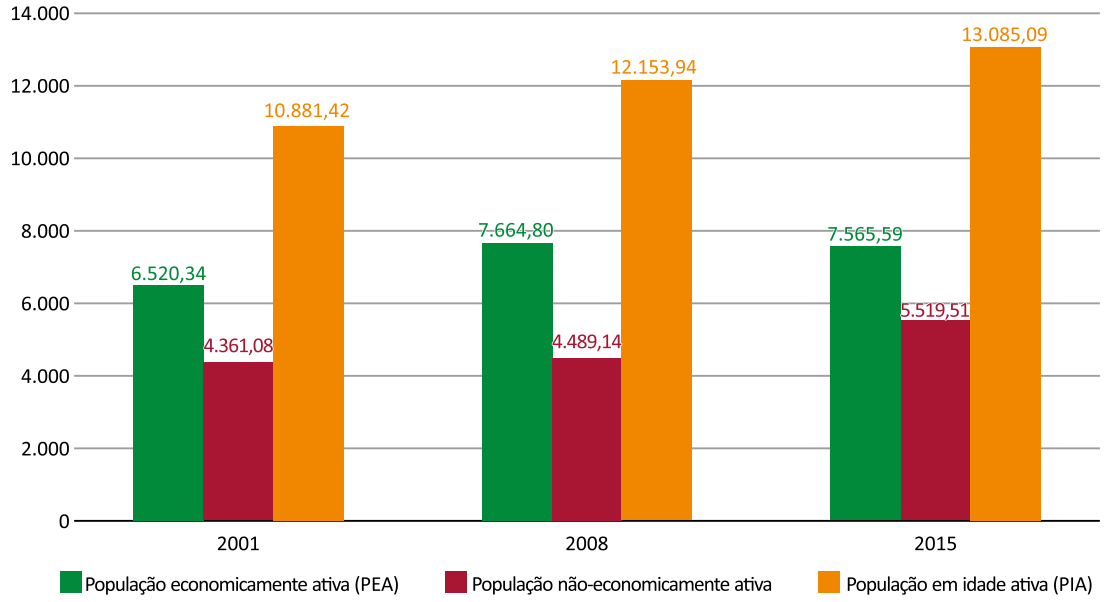
5 Mercado de Trabalho

No mercado de trabalho (Figura 3) o processo de envelhecimento da população proporcionou um aumento significativo da População em idade ativa (PIA- pessoas de 10 anos ou mais de idade). Em 2001 a PIA era formada pelo contingente de 10,88 milhões de pessoas e no ano de 2015 esse contingente foi de 13,08 milhões. Ou seja, entre 2001 e 2015 a PIA cresceu a uma taxa média anual de 1,7% ao ano.

O longo período de crescimento econômico, entre os anos de 2001 e 2014, proporcionou a População Economicamente Ativa (PEA – População de 10 anos ou mais de idade que estava ocupada ou procurando emprego) um crescimento anual médio de 1,07% ao ano, esse desempenho já incluía os efeitos da crise econômica iniciada em 2015, e que se mantém até o atual momento. No inicio do período, a PEA possuía um contingente de 6,52 milhões de pessoas, e em 2015 esse contingente era de 7,56 milhões.

A população não economicamente ativa (população de 10 anos ou mais de idade que não estava ocupada e nem procurava emprego) cresceu no período de 4,36 milhões para 5,52 milhões de pessoas no final do período, principalmente em virtude da crise econômica que assola o País e, que teve como uma das principais consequências um aumento substancial do desemprego por desalento. Em 2008, quando o desemprego apresentava uma tendência de queda, a população não economicamente ativa era de 4,49 milhões de pessoas.

Figura 3 – População economicamente ativa (PEA) (em mil), População não economicamente ativa (em mim) e população em idade ativa (PIA) (em mim) – Bahia – 2001 / 2008 / 2015



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

A taxa de participação da PEA (relação PEA e PIA) iniciou o e período em 59,9%, em 2008 a taxa foi de 63,1%. Em 2015, em função da crise econômica, a taxa de participação da PEA havia regredido para 57,8%, estando, portanto, em um patamar inferior ao apresentado no início da série.

Na Tabela 2 observa-se a condição da ocupação da população economicamente ativa. No período, o contingente de pessoas sem ocupação foi crescente tendo, em 2015, 823 mil pessoas. No entanto a taxa de desocupação mostra-se decrescente no período entre 2001 a 2008, quando a taxa se reduz de 10,0% para 9,0%, invertendo a tendência no período 2008-2015, finalizando com uma taxa de desocupação de 10,9%, quando a desocupação se agravou em virtude da crise econômica.

Tabela 2 – Condição da ocupação na semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade – Bahia – 2001 / 2008 / 2015

Condição da ocupação	2001		2008		2015	
	População	Participação	População	Participação	População	Participação
Ocupados	5.866.555	90,0%	6.972.809	91,0%	6.742.120	89,1%
Sem ocupação	653.785	10,0%	691.994	9,0%	823.465	10,9%
Total	6.520.340	100,0%	7.664.803	100,0%	7.565.585	100,0%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

Os dados da Tabela 3 indicam como evoluiu a posição da ocupação no mercado de trabalho do Estado da Bahia. Em 2001, a ocupação por contra própria correspondia a 28,0% do total dos ocupados, tendo um contingente de 1,640 milhão de ocupados. No ano 2015, os ocupados por conta própria somavam 1,87 milhão de pessoas, mas apesar do aumento do contingente, sua participação em relação ao total da ocupação permaneceu praticamente constante em 27,8%.

O emprego com carteira assinada representava 18,0% da ocupação em 2001 (1,05 milhões de ocupados), em 2015 essa proporção estava em torno de 25,8%, com um contingente de 1,74 milhão de ocupados.

O emprego doméstico representava 7,0% do emprego total do Estado em 2015, com um contingente 470 mil ocupados. No período, apesar do crescimento econômico, o emprego doméstico cresceu mais que proporcionalmente à ocupação geral, visto que no inicio da série representava 6,1% da ocupação do Estado.

Tabela 3 – Posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade – Bahia – 2001 / 2008 / 2015

Posição na ocupação	2001		2008		2015	
	Ocupados	Participação	Ocupados	Participação	Ocupados	Participação
Empregado com carteira de trabalho assinada	1.054.442	18,0%	1.487.072	21,3%	1.742.123	25,8%
Militar	5.130	0,1%	4.192	0,1%	11.197	0,2%
Funcionário público estatutário	234.215	4,0%	332.555	4,8%	453.826	6,7%
Outro empregado sem carteira de trabalho assinada	1.418.241	24,2%	1.596.166	22,9%	1.296.577	19,2%
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	68.440	1,2%	75.674	1,1%	102.456	1,5%
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	290.047	4,9%	400.210	5,7%	368.271	5,5%
Conta própria	1.640.979	28,0%	1.657.092	23,8%	1.877.338	27,8%
Empregador	178.778	3,0%	216.843	3,1%	188.786	2,8%
Trabalhador na produção para o próprio consumo	196.216	3,3%	600.083	8,6%	467.656	6,9%
Trabalhador na construção para o próprio uso	5.981	0,1%	12.081	0,2%	12.094	0,2%
Não remunerado	774.092	13,2%	590.841	8,5%	221.796	3,3%
Total	5.866.555	100,0%	6.972.809	100,0%	6.742.120	100,0%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

Destaca-se o contingente expressivo de pessoas ocupadas que não possuíam remuneração (Trabalhador na produção para o próprio consumo, Trabalhador na Produção para o próprio uso e Não remunerados), Esses três grupos de ocupação representavam 16,6% da ocupação do Estado em 2001. No ano de 2015, essa proporção era de 10,4% dos ocupados do Estado, tendo como destaque a ampliação do contingente de trabalhadores na produção para o próprio consumo.

A Tabela 4 indica o rendimento médio do trabalho principal na semana de referência segundo a posição na ocupação, a preços de abril de 2018. Tem-se que, no geral, os rendimentos tiveram um crescimento real de 38,2%. A média dos rendimentos, em termos reais, saltou de R$ 975,41 em 2001 para R$ 1.347,80 em 2015.

Destaca-se que o ganho real nas remunerações foi mais significativo entre os militares, 108,4% de aumento. O efeito da política de aumento real do salário mínimo foi mais efetivo sobre o trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada com uma variação real de 70,8% e entre os trabalhadores doméstico sem carteira (65,0%) e empregados sem carteira assinada (62,1 %).

Os funcionários públicos estatutários (38,3%), conta própria (28,1%) e empregadores (15,1%) tiveram ganhos reais muito mais moderados. A variação real do salário mínimo não foi absorvida integralmente entre os empregados com carteira de trabalho assinada, com ganhos reais de apenas 13,5% no período, o que denota um movimento de incorporar os ganhos reais do salário mínimo mediante reajustes menores para os empregados que ganhavam acima do mínimo, o que comprimiu os salários e, consequentemente, acarretou um ganho real médio menor.

Tabela 4 – Rendimento médio do trabalho principal das pessoas com dez anos ou mais de idade e com rendimento na semana de referência, segundo a posição na ocupação e variação real (a preços de abril de 2018) – Bahia – 2001 / 2008 / 2015

Posição na ocupação	Rendimento médio real do trabalho principal			Variação real (2001/2015)
	2001	2008	2015	
Empregado com carteira de trabalho assinada	1.352,95	1.484,35	1.535,33	13,5%
Militar	1.781,73	2.850,07	3.712,78	108,4%
Funcionário público estatutário	2.067,64	2.395,08	2.859,23	38,3%
Outro empregado sem carteira de trabalho assinada	573,37	741,64	929,22	62,1%
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	551,47	772,17	941,69	70,8%
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	298,32	358,18	492,27	65,0%
Conta própria	761,86	814,87	976,22	28,1%
Empregador	3.722,27	4.128,97	4.286,05	15,1%
Total	975,41	1.152,99	1.347,80	38,2%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

Na Tabela 5 têm-se pessoas ocupadas com 10 anos ou mais de idade por grupamento de atividade do trabalho principal e os respectivos rendimentos reais médios, estando incluídos os ocupados sem rendimento. Por motivo de mudanças na classificação das atividades, o ano de 2001 não pôde ser comparado aos demais anos e por isso foi excluído da análise. Observa-se que a ocupação total diminuiu entre 2008 e 2015, de 6,97 milhões para 6,74 milhões de pessoas, provavelmente em virtude da crise econômica.

Entre 2008 e 2015, a ocupação agrícola que representava no início do período 33,7% do total de ocupados no Estado, terminou o período representando 24,3% e continuou sendo o grupamento de atividade mais representativo no Estado, sendo responsável pela ocupação de 1,64 milhão de pessoas. Outro grupamento de atividade em que houve uma redução na ocupação foi a indústria de transformação que representava 7,1% da ocupação em 2008, tendo 6,0%, em 2015, com 402 mil ocupados.

Apesar da redução no total do número de ocupados, alguns grupamentos de atividades apresentaram crescimento no período. Por exemplo, o grupamento de Comércio e reparação ampliou sua participação na ocupação de 14,7% em 2008, para 17,2% em 2015, permanecendo como o segundo grupamento de atividade em número de ocupados com 1,16 milhão de pessoas em 2015.

Outros merecem destaque, como o grupamento de atividade de Construção que iniciou o período sendo responsável por 7,3% da ocupação e terminou representando 9,9%. Houve crescimento Também grupamento de atividade de Educação saúde e serviços sociais, onde a participação subiu de 7,8% para 10,1%.

Tabela 5 – Ocupados com 10 anos ou mais de idade, por grupamentos de atividade principal do empreendimento do trabalho principal da semana de referência e rendimentos médios do trabalho principal de todos os ocupados a preços de abril de 2018, e variação do rendimento real médio por grupamento de atividade – Bahia – 2008 / 2015

Agrupamento de atividade	2008			2015			Variação real do rendimento (2008 / 2015)
	Ocupados	Participação	Rendimento real médio (R$)	Ocupados	Participação	Rendimento real médio (R$)	
Agrícola	2.349.039	33,7%	339,09	1.639.662	24,3%	406,31	19,8%
Outras atividades industriais	54.259	0,8%	2439,73	46.804	0,7%	2897,92	18,8%
Indústria de transformação	492.135	7,1%	1257,52	402.878	6,0%	1390,97	10,6%
Construção	508.361	7,3%	1037,4	669.575	9,9%	1223,62	18,0%
Comércio e reparação	1.024.093	14,7%	1072,45	1.157.018	17,2%	1132,68	5,6%
Alojamento e alimentação	302.638	4,3%	879,96	348.451	5,2%	950,46	8,0%
Transporte, armazenagem e comunicação	283.029	4,1%	1390,12	334.249	5,0%	1510,06	8,6%
Administração pública	298.313	4,3%	2469,97	350.920	5,2%	2502,14	1,3%
Educação, saúde e serviços sociais	542.149	7,8%	1598,22	678.420	10,1%	2198,7	37,6%
Serviços domésticos	475.884	6,8%	421,83	470.727	7,0%	590,16	39,9%
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	271.721	3,9%	1180	235.709	3,5%	1322,12	12,0%
Outras atividades	352.201	5,1%	1857,89	403.676	6,0%	2066,24	11,2%
Atividades maldefinidas	18.987	0,3%	330,77	4.031	0,1%	503,54	52,2%
Total	6.972.809	100,0%	950,47	6.742.120	100,0%	1206,67	27,0%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

Em relação aos rendimentos, constata-se que o rendimento real médio do trabalho principal dos ocupados no Estado da Bahia aumentou 26,9% entre 2008 e 2015. Considerando o grupamento de atividade, os maiores aumentos ocorreram nos grupamentos de serviços domésticos e Educação, saúde e serviços sociais que tiveram aumento de 39,9% e 37,6% respectivamente. Na atividade agrícola, os rendimentos tiveram ganhos reais de 19,8% seguido por Outras atividades industrias que obteve um

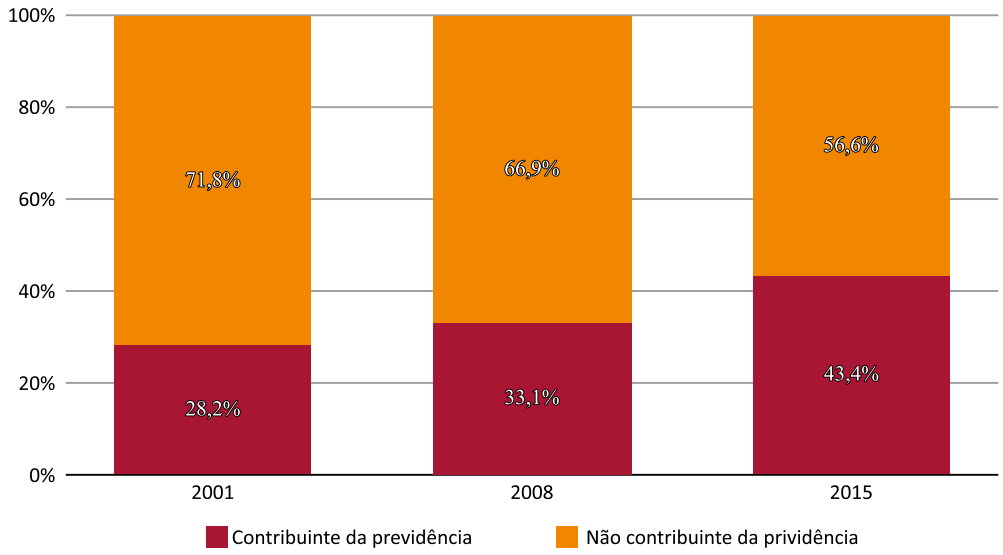
ganho real de 18,7%, e permaneceu com o maior rendimento real médio entre os setores elencados. As atividades mal definidas tiveram um ganho real de 52,2%. No entanto, por representar, em 2015, apenas 0,1% dos ocupados, não possuía muita significância.

Os menores ganhos reais de rendimento do trabalho principal foram observados nos grupamentos de atividade Administração pública, onde o aumento real foi de apenas 1,3%, seguido pelo grupamento de Comércio e reparação, que é o segundo maior empregador do Estado, que obteve apenas um ganho de 5,6% no período e o grupamento de Alojamento e alimentação com ganhos reais de 8,0%.

Da análise da ocupação e dos rendimentos do trabalho, depreende-se que a expansão da ocupação no período analisado se concentrou no Comércio e serviços, Construção e Educação e saúde e serviços sociais, sendo este último influenciado, possivelmente, pela expansão dos serviços públicos. No tocante aos rendimentos, observa-se que os menores rendimentos médios obtiveram maiores ganhos reais, fundamentalmente em virtude da política de valorização do salário mínimo.

No entanto, o que houve de mais significativo no mercado de trabalho do Estado da Bahia foi à expansão do trabalho formal, aqui compreendido como a ocupação que possuía cobertura social, ou seja, se a pessoa ocupada contribuía para algum instituto de previdência social. A Figura 4 indica que entre 2001 e 2015 a ocupação formalizada aumentou sua participação crescendo de 28,2%, em 2001, para 43,4% em 2015. No ano de 2015, os ocupados que contribuíam para a previdência social totalizavam 2,92 milhões de ocupados, enquanto no início da serie, em 2001, esse número era de 1,65 milhões de ocupados.

Figura 4 – População ocupada por condição de contribuição para qualquer instituto de previdência social e proporção da população ocupada que contribui para algum instituto de previdência social – Bahia – 2001 / 2008 / 2015



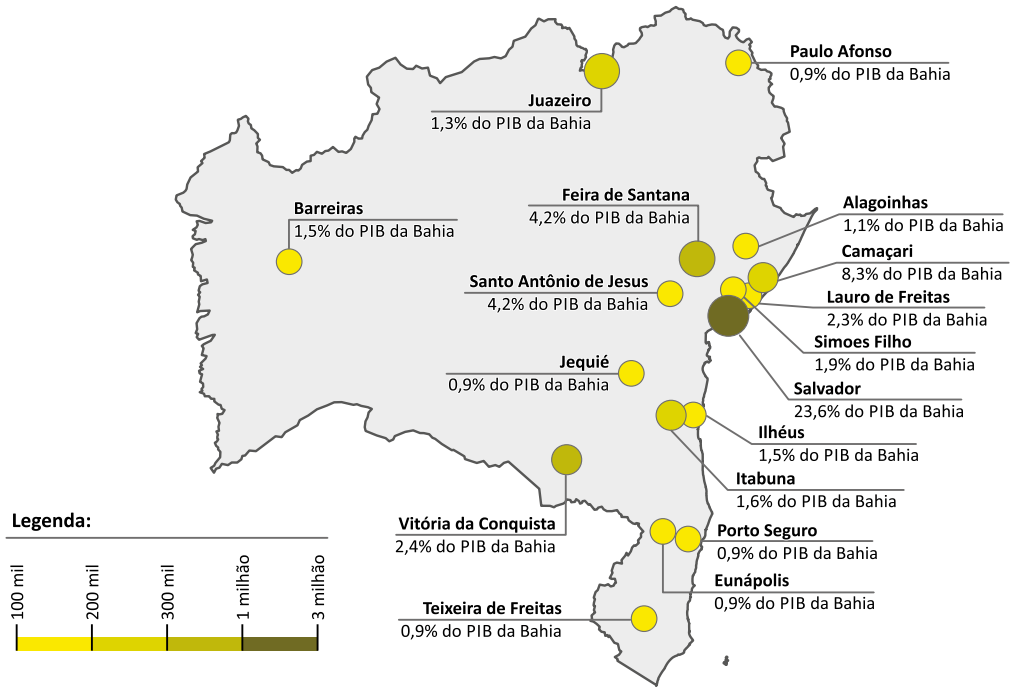
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018)

A crise econômica que ainda assola o País e os altos índices de desemprego e o aumento da informalidade dela decorrentes, com certeza fizeram diminuir esses números. Infelizmente com o passar dos anos, essa situação não tem melhorado, nem para a Bahia e nem para o Nordeste, com a maior parte de seus Estados com taxas de desemprego entre as mais altas do País e uma grande informalidade. Em 2018, a taxa média de desocupação da Bahia foi de 17%, a segunda maior do Brasil segundo os dados da PNAD contínua do IBGE. Nesse mesmo período, a taxa de desocupação em Salvador foi ligeiramente abaixo do Estado, situada em 16,1%.

6 Concentração Regional

Em 2015, dezesseis municípios baianos tinham acima de 100 mil habitantes, que somados concentravam 40,9% da população do Estado. Esses municípios com maior concentração populacional estavam localizados, sobretudo, na região litorânea do Estado. O TI Metropolitano de Salvador tinha quatro municípios, seguido pelos territórios Litoral Sul e Costa do Descobrimento, ambos com dois municípios. Os demais municípios estavam localizados em territórios distribuídos pela Região Semiárida e um no TI Recôncavo e outro no TI Litoral Norte em Agreste Baiano.

Figura 5 – Maiores municípios em termos de população e sua participação no PIB estadual – Bahia – 2015



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2018); SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (2016).

Do ponto de vista da riqueza gerada, esses municípios concentravam 55,0% no PIB estadual. O setor de comércio e serviços era a atividade econômica predominante em nove municípios. Embora o setor secundário não fosse a atividade dominante, a indústria era significativa na composição do PIB dos municípios de Camaçari, Simões Filho, Lauro de Freitas, Alagoinhas, Ilhéus e Paulo Afonso. Por sua vez, a agropecuária era destaque na atividade econômica de Barreiras.

Em 2015, as dez maiores economias do Estado, em termos de PIB, não coincidiam com os municípios de maior concentração populacional. Os municípios de maior proeminência econômica concentravam 51,7% do PIB da Bahia. Tal participação era inferior comparada ao ano de 2002, quando as dez maiores economias representavam 52,3% do PIB estadual. De 2002 para 2015, houve pouca alteração no quadro das dez maiores economias do Estado, permanecendo os quatro primeiros: Salvador, Camaçari, Feira de Santana e São Francisco do Conde.

Essa observação indica que a atividade econômica da Bahia continua concentrada em um pequeno número de municípios e estes mal distribuídos no espaço territorial do Estado, notadamente no TI Metropolitano de Salvador. Em 2015, somente o município de Salvador representava 23,6% da economia do Estado, ou seja, aproximadamente um quarto do PIB estadual.

Tabela 6 – Maiores economias – Bahia – 2002 / 2015

Classificação	2002			2015		
	Município	Território de Identidade"	Participação no PIB Bahia	Município	Território de Identidade"	Participação no PIB Bahia
1º	Salvador	TI Metropolitano de Salvador	26,80%	Salvador	TI Metropolitano de Salvador	23,60%
2º	Camaçari	TI Metropolitano de Salvador	8,30%	Camaçari	TI Metropolitano de Salvador	8,30%
3º	Feira de Santana	TI Portal do Sertão	3,70%	Feira de Santana	TI Portal do Sertão	4,90%
4º	São Francisco do Conde	TI Metropolitano de Salvador	2,60%	São Francisco do Conde	TI Metropolitano de Salvador	3,50%
5º	Paulo Afonso	TI Itaparica	2,00%	Vitória da Conquista	TI Sudoeste Baiano	2,40%
6º	Ilheus	TI Litoral Sul	1,90%	Lauro de Freitas	TI Metropolitano de Salvador	2,30%
7º	Simões Filho	TI Metropolitano de Salvador	1,90%	Simões Filho	TI Metropolitano de Salvador	1,90%
8º	Vitória da Conquista	TI Sudoeste Baiano	1,80%	Luís Eduardo Magalhães	TI Bacia do Rio Grande	1,80%
9º	Itabuna	TI Litoral Sul	1,70%	Itabuna	TI Litoral Sul	1,60%
10º	Lauro de Freitas	TI Metropolitano de Salvador	1,60%	Barreiras	TI Bacia do Rio Grande	1,50%
		Total	**52,30%**		**Total**	**51,70%**

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018); Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016).

Lauro de Freitas era a décima economia em 2002 e passou a ser a sexta maior em 2015, sendo que este município ganhou maior representatividade devido ao incremento no setor de comércio e serviços. Vitória da Conquista que era a oitava economia em 2002, passou a ser a quinta maior em 2015. Este último município também aumentou a participação no setor de comércio e serviços e uma redução na atividade agropecuária. Por sua vez, os municípios de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras passaram a integrar as dez maiores economias baianas no ano de 2015. Sendo destaque em ambos, o agronegócio e a produção de grãos (soja, milho e algodão).

Nos anos de 2002 e 2015, Salvador era a maior economia do Estado e não apresentou mudanças significativas na sua estrutura produtiva. O setor da agropecuária manteve a participação de 0,1% e a indústria apresentou um pequeno aumento de 14,7% para 16,7%. Por sua vez, o setor de comércio e serviços teve uma redução de 85,3% para 83,5% em sua participação no PIB municipal. Mesmo com essa perda de participação, o setor terciário de Salvador representava 66,9% do Valor Agregado Bruto (VAB) do comércio e serviços do TI Metropolitano de Salvador. E o município permanecia como um polo de comércio e serviços em saúde, educação, serviços financeiros e públicos, representando 23,6% do PIB estadual.

O município de Camaçari, entre os anos de 2002 e 2015, apresentou significativas mudanças na sua estrutura produtiva. O setor industrial em 2002 era responsável por 76,0% do PIB do município e em 2015 ainda manteve a maior participação, porém, recuando para 55,0% do VAB total. Por sua vez, o setor terciário em 2002 contava com 24,0% da atividade produtiva no município, e em 2015 saltou para 44,8% de participação. Mesmo com a perda de participação, a indústria de Camaçari era responsável por 30,9% do VAB industrial do TI Metropolitano de Salvador. Por sua vez, o setor primário avançou de 0,0% de participação em 2002 para 0,1% em 2015.

Entre os anos de 2002 e 2015, Feira de Santana permaneceu como a terceira economia do Estado, pouco alterando sua estrutura produtiva. A agropecuária reduziu sua participação no PIB municipal de 3,0% para 0,6%. Por sua vez, o setor industrial apresentou o maior incremento, saindo de 20,0% do PIB, em 2002 para 21,7% em 2015, com destaque para a indústria de borracha e pneus. E o setor terciário

avançou de 77,0% para 77,7% em 2015. Além de ser a maior economia do TI Portal do Sertão, Feira de Santana representava 76,3% do VAB do setor de comércio e serviços deste território.

São Francisco do Conde, entre os anos de 2002 e 2015, permaneceu entre as quatro maiores economias do Estado, mesmo com uma população abaixo de 40 mil habitantes. O comércio e os serviços perderam o posto de maior setor na atividade econômica com redução de 63,1% na participação do PIB em 2002 para 43,7% no ano de 2015. A indústria, que em 2002 contava com 36,5% do PIB do município, aumentou sua participação para 56,1%, tornando-se o maior gerador de riquezas em São Francisco do Conde, graças à atividade de refino do petróleo. Com essa elevada participação do setor secundário na estrutura produtiva do município, São Francisco do Conde é o sexto no Estado, com maior participação relativa da indústria na economia municipal.

Vitória da Conquista, terceiro município do Estado em número de habitantes, em termos econômicos, avançou da 8ª economia em 2002 para a 5ª economia em 2015, apresentando algumas alterações interessantes na sua estrutura produtiva. A agropecuária que era responsável por 4,9% do PIB em 2002, reduziu para 2,2% de participação em 2015. O setor industrial apresentou um aumento na participação do PIB de 2002 a 2015, saindo de 13,4% para 15,5%. E o comércio e serviços, o setor com maior participação no PIB municipal, avançou de 81,7% para 82,3%. Vitória da Conquista configura-se como um polo de serviços educacionais e de saúde dos territórios Sudoeste Baiano, Médio Sudoeste da Bahia e Sertão Produtivo.

Localizado no TI Metropolitano de Salvador, Lauro de Freitas, entre os municípios em destaque na Bahia, foi o que apresentou o melhor desempenho em termos econômicos. Em 2002, o município era a 10ª economia do Estado, passando à 6ª colocação em 2015. Lauro de Freitas é 100% urbanizado, o que reflete em uma reduzida participação da agropecuária, que em 2002 tinha 0,07% de participação no PIB municipal e em 2015 apresentou 0,04% de participação. Por sua vez, a indústria reduziu sua participação em aproximadamente 10 pontos percentuais, passando de 31,3% do PIB em 2002, para 22,9% em 2015. E o setor de comércio e serviços, antes com 68,7% de participação, avançou para 77% do PIB em 2015.

O município de Simões Filho, nos anos de 2002 e 2015, permaneceu como a 7ª economia do Estado. Contudo, apresentou uma mudança considerável na sua estrutura produtiva. O setor primário, que em 2002 representava 0,0% do PIB municipal, permaneceu praticamente estável em 2015: 0,2%. Mas o que chama atenção é a completa modificação na dianteira do processo de geração de valor adicionado que até 2002 tinha a indústria com 56% do PIB local e que passou a 38% em 2015. E o setor de serviços que representava 44% do PIB de Simões Filho em 2002, saltou para 61,5% do seu PIB em 2015. Sendo que, boa parte do setor terciário desse município está ligada às atividades industriais do Polo Petroquímico de Camaçari.

Criado no início dos anos 2000, o município de Luís Eduardo Magalhães não se destacava entre as 10 maiores economias do Estado em 2002. Contudo, com a expansão do agronegócio no extremo oeste do Estado, Luís Eduardo Magalhães ganhou destaque com um dinamismo econômico originário da alta produtividade de grãos nesta região. A atividade agropecuária, que em 2002 representava 44,0% do PIB municipal, em 2015 passou para 16,4% de participação. O setor industrial, que antes tinha 24,7% do produto interno do município, reduziu para 21,8%. Por sua vez, o setor terciário passou a ser a atividade mais dinâmica de Luís Eduardo Magalhães, saltando de 31,8% em 2002 para 61,9% no ano de 2015.

Juntamente com Ilhéus, o município de Itabuna forma um polo dinâmico do litoral sul baiano. Entre os anos de 2002 e 2015, Itabuna permaneceu como a 9ª economia do Estado. Itabuna concentrava 34,7% do PIB do território Litoral Sul. Contudo, sua estrutura produtiva não apresentou mudanças significativas. A agropecuária que em 2002 era responsável por 1,1% do PIB do município, em 2015 reduziu sua participação para 0,9%. Em 2002, o setor secundário respondia com 21,3% do PIB municipal, reduzindo para 18,8% em 2015. Por sua vez, o setor de comércio e serviços concentrava 77,6% em 2002, avançando para 80,4% do PIB municipal em 2015.

Localizado no TI Bacia do Rio Grande, o município de Barreiras é o único entre os destaques da economia baiana onde a atividade agropecuária tem um peso significativo na composição do PIB. Em 2002, o setor primário era um dos mais dinâmicos, representando 30,4% do produto municipal, reduzindo

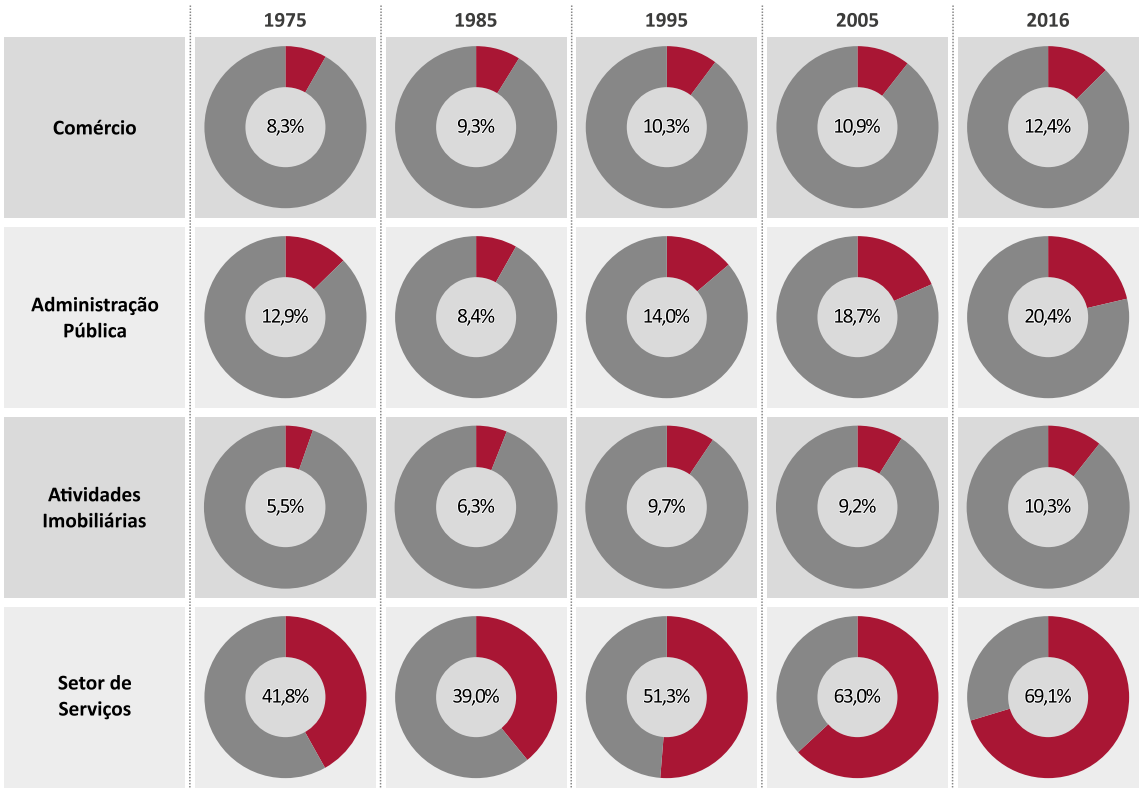
a participação para 21,7% em 2015. A indústria de Barreiras tinha 14,3% de participação no PIB do município, e em 2015 essa participação era de 13,0%. E o setor terciário concentrava 55,2% do PIB em 2002, avançando para 65,3% em 2015. Contudo, o município era destaque no cenário estadual graças à produtividade das lavouras de algodão, arroz, soja e feijão.

7 Desafios do Século XXI

Ao longo das primeiras décadas do século XXI, a Bahia perdeu participação relativa no PIB brasileiro e nordestino. Esse movimento é concomitante à mudança na composição de renda estadual em favor do setor de serviços, que se consolidou como principal atividade da economia baiana.

Não obstante a importância do setor terciário na participação do PIB baiano e na geração de empregos, suas principais características são: a baixa produtividade, competitividade e intensidade tecnológica; a concentração em segmentos tradicionais pouco dinâmicos como o imobiliário, o comércio e a administração pública e; fraca integração do setor com a cadeia dos demais setores produtivos. Associam-se a essas características as dificuldades encontradas pela infraestrutura, sobretudo de transporte. Conforme demonstra a figura 6, praticamente não existem setores dinâmicos e novos na configuração da atividade de serviços da Bahia. Se as economias mais avançadas do planeta têm um setor de serviços forte e pujante, com forte intensidade tecnológica e alta conexão com a indústria e agropecuária, o traço da Bahia apenas se assemelha a possuir maior representatividade no setor de serviços. Mas, ter 1/5 de sua atividade econômica composta pela administração pública reflete bem um Estado cuja caracterização lembra mais o século XIX do que o XXI.

Figura 6 – Composição do setor terciário ao longo dos anos – Bahia – 1975/1985/1995/2005/2016



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016).

A trajetória que a economia baiana seguiu a partir da segunda metade do século XX levou à concentração econômica e espacial não apenas dos principais segmentos industriais. Do ponto de vista geográfico, o território baiano aparece como uma economia de enclaves, apresentando polos sub-regionais de crescimento, como “ilhas prosperidade” cercadas por relativos vazios econômicos. O Estado

está diante do imenso desafio de integrar e criar novas conexões entre estes polos, constituindo uma verdadeira unidade territorial do ponto de vista econômico.

Em traços gerais, a história econômica da Bahia é a história de sua integração à divisão nacional e internacional do trabalho. Das grandes navegações da era moderna à globalização financeira pós-industrial do século XXI, sua evolução esteve condicionada aos grandes movimentos da economia brasileira e mundial. Não há porque supor que seja muito diferente num futuro próximo ou até mesmo longínquo. Portanto, refletir a economia baiana para o século XXI passa pelo reconhecimento de tal dependência.

A autonomia, ainda que relativa, clama por explorar as oportunidades e potencialidades da extensão de seu "mercado interno", das sinergias de seu território e da diversidade cultural do seu povo, através dos investimentos em educação, inovação científico-tecnológica e infraestrutura. Como argumentam os historiadores, o conhecimento do passado pode não oferecer as respostas definitivas aos problemas presentes e futuros, mas ajuda a iluminar os caminhos a seguir.

8 Considerações Finais

Este trabalho buscou realizar uma análise atual do panorama econômico da Bahia, utilizando os principais indicadores disponíveis. Com base nessas informações, algumas considerações finais podem ser feitas, como uma síntese conclusiva até esse momento e como subsídio para as ações governamentais de planejamento. É importante esclarecer que as análises aqui realizadas levam em consideração os resultados apontados pelos indicadores, mas, sobretudo, a expertise desses autores, na interpretação desses indicadores conjunturais e estruturais, e também na evolução histórica da economia baiana.

O ponto de partida é a consideração de que esse processo de evolução já passou por outras experiências de planejamento que não conseguiram reverter a concentração setorial e espacial da economia, adicionando, pois, ao novo planejamento governamental da Bahia a necessidade de um novo conjunto de decisões e políticas capazes de incrementar a taxa de crescimento do Estado, a partir de alterações mais estruturais do que conjunturais.

De modo geral, os indicadores socioeconômicos apresentados revelam as seguintes considerações e necessidade de intervenção:

1) A Bahia, no que tange a todos os investimentos realizados no decurso dos últimos 40 anos, continua tendo no polo petroquímico de Camaçari o seu maior vetor de desenvolvimento econômico. Os indicadores, no entanto, revelaram que a dinâmica industrial do Polo petroquímico tem trazido cada vez menos efeitos a jusante e a montante, ensejando uma necessidade de se repensar o polo no contexto da economia baiana e na complementaridade das cadeias industriais do Estado. É evidente a necessidade remodelar a indústria química do Estado, que aumentou seu custo de produção e tem reduzida capilaridade com o restante da economia baiana, diminuindo sua competitividade interna e externa (apesar de sua alta relevância econômica para a Bahia, tanto na geração de emprego e renda, como na arrecadação de impostos).

   Ainda sobre a dinâmica industrial, os indicadores revelaram um menor ritmo de crescimento econômico e a forte concentração espacial na indústria do Estado. De acordo com as informações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), entre 2020-2023, a Bahia deve receber um aporte de aproximadamente R$ 14.9 bilhões, divididos em 429 protocolos de intenção de investimentos e pouco mais de 28 mil empregos diretos. Esses investimentos não modificarão a matriz produtiva do Estado, mas são fundamentais para uma nova dinâmica econômica, uma vez que estão destinados a praticamente todos os territórios de identidade e a segmentos como energia e gás, que podem reduzir custos e aumentar a competitividade da indústria baiana. Nesse contexto, será fundamental buscar aumentar a efetivação desses investimentos, que, segundo registros históricos, gravitam em torno de 45% dos investimentos protocolados, tomando-se como referência os estudos feitos sobre o programa Desenvolve (PESSOTI, 2008).

2) Os dados revelaram uma grande preocupação: a Bahia, a despeito de ter um ritmo de crescimento econômico em alguns momentos maior do que o Brasil, tem diminuído sua participação no PIB do

País e também do Nordeste. Revelaram os indicadores que a Bahia que já chegou a representar aproximadamente 40% da economia do Nordeste em 1985, passou para 28,9% em 2015, assim como a representação na economia nacional passou de 5,4% em 1985 para 4,1% em 2015 (saindo de 6ª economia para 7ª). Isso indica que outros Estados da própria região Nordeste estão recebendo o aporte de mais investimentos que estão modificando a estrutura histórica de participação do PIB. Longe de se pensar em uma concorrência com os demais Estados do Nordeste, é preciso entender esse processo e pensar como integrar ainda mais a economia da Bahia com a região e com o País.

Outro dado bastante preocupante é o da concentração econômica regional. A despeito de ter perdido importância na região Nordeste e no Brasil, não houve, ao longo dos últimos 15 anos analisados, uma reversão na já conhecida concentração espacial da economia baiana. Embora seja importante considerar as chamadas economias de aglomeração formadas na RMS, é importante repensar as estratégias que sejam necessárias para aumentar a participação das demais regiões no PIB do Estado. Excetuado alguns casos extremos, ligados ao agronegócio no Oeste e Norte do Estado, e ao turismo e atividade extrativa no Sul, o vazio econômico continua a predominar na maior parte do mapa da Bahia, com a administração pública sendo o principal segmento econômico para um grande número de municípios. Conforme demonstraram as informações, em aproximadamente 285 (dos 417), o setor público representa aproximadamente 40% do PIB, evidenciando a necessidade de políticas públicas que aumentem a geração de valor adicionado pela economia baiana.

Por fim, é importante considerar o fato de que a "Bahia é uma economia de serviços", esconde uma difícil realidade. O setor de serviços do Estado é notadamente composto por atividades tradicionais, entre elas o comércio, as atividades imobiliárias e administração pública. Se analisarmos o ano de 2015, vamos perceber que dos quase 70% que o setor de serviços representava naquele ano, aproximadamente 43% é composto apenas por essas três atividades, o que significa que o principal setor econômico apresenta uma tendência de baixo crescimento econômico. Assim é imprescindível a criação de uma política que aumente a dinâmica dos serviços prestados às empresas e às famílias, que podem não só ser uma alternativa para a geração de empregos e renda, como também aumentar a dinâmica do setor de serviços e maior integração com a matriz produtiva do Estado.

3) Ainda sobre as informações relacionadas com a concentração regional, os indicadores mostram que o Território Metropolitano de Salvador foi responsável por aproximadamente 45,8% do PIB do Estado em 2002 e passou para 43,9% em 2015. Isto é, apenas 13 municípios são responsáveis por uma fatia muito grande da economia baiana. Apenas como exemplo, o Território do Sudoeste Baiano que congrega 26 municípios importantes, entre eles Vitória da Conquista, grande polo regional de serviços, representava apenas 3,5% do PIB do Estado em 2015. Assim, evidentemente um dos grandes desafios para o planejamento governamental será realizar a integração da atividade econômica, interiorizando e aumentando a geração de emprego e renda nos mais distantes e diferentes espaços geográficos.

   Essa proposta não vai ser fácil. Como demonstraram os dados, a Bahia tem um grande número de municípios com baixa densidade demográfica. Exatamente 321 municípios têm menos de 30 mil habitantes, dificultando não só a formação de uma aglomeração produtiva, como, e principalmente, o estabelecimento de mercado consumidor interno, capaz de justificar a atração de atividades de consumo para esses municípios. Será fundamental pensar em políticas que façam sentido para esses pequenos municípios, que não se conectam com a lógica normalmente seguida de atração de grandes investimentos (notadamente industriais) e onde se observa a necessidade de uma intervenção planejada pelo Estado. Para que a desconcentração aconteça e exista mais convergência entre os municípios, será fundamental pensar mais em estratégicas territoriais, do que municipais propriamente ditas.

4) Por fim, e não menos importante, é preciso destacar os resultados relacionados ao mercado de trabalho na Bahia. Com base na Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílio (PNAD), o problema da alta da taxa de desemprego na Bahia, e, sobretudo, na RMS passa a ser uma das temáticas

mais importantes do século XXI. Com base nos dados apresentados nessa análise, observou-se não só o baixo nível da formalização do trabalho na Bahia, mas, o baixo rendimento médio real da maior parte das atividades econômicas. Notadamente a agropecuária, uma importante atividade para a dinâmica regional do PIB, cujo rendimento era de aproximadamente 56% de um salário mínimo da época. Na indústria de transformação o rendimento médio real era de apenas R$ 1.390 em 2015. Outra informação sobre o mercado de trabalho nessa análise evidenciou o grande número de trabalhadores por conta própria e, ainda pior, o expressivo número de trabalhadores desocupados sem qualquer remuneração na Bahia. Claro, que as políticas são e devem ser transversais, mas, é preciso buscar alternativas que levem em consideração as especificidades do trabalho a ser realizado e da população a ser beneficiada com as alternativas propostas e políticas para equacionamento desta questão. E ainda, é fundamental lembrar que os problemas no interior do Estado são potencialmente piores, pois há uma forte composição de mercado de trabalho ligado às atividades rurais, onde notadamente o nível salarial é mais baixo que o praticado na capital e região metropolitana.

Esses 4 elementos apontados são apenas algumas elucubrações destes autores e buscam oferecer um norte para um planejamento de longo prazo. É claro que há muitas áreas da economia que não foram aqui analisadas, entre as quais se destacam as relacionadas com déficit habitacional, à ciência e tecnologia, ou as relacionadas com a redução da pobreza multidimensional. Tratou-se apenas de fazer um panorama econômico que refletisse a realidade atual do Estado, tomando-se por base os indicadores disponíveis, elaborados e analisados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Tem-se, portanto, um ponto de referência de questões da ordem do dia para a economia baiana. Cria-se, com isso a ideia de que o planejamento de longo prazo possa ser um elemento fundamental para um novo ciclo de desenvolvimento, com mais geração de emprego e renda, mais interiorizado e integrando as diferentes redes de cidades do Estado da Bahia.

Referências

ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano XI, n.19, jan. 2009.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA BAHIA. Salvador: SEI, v. 27, 2014.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE TRANSPORTES. Brasília: Ministério dos transportes, 2014. Estatísticas dos transportes do Brasil

BAHIA EM NÚMEROS: 2013. Salvador: SEI, v. 13, 2014.

BAHIA. **Lei nº 13.468** de 29 de dezembro de 2015. Institui o Plano Plurianual Participativo – PPA do Estado da Bahia para o quadriênio 2016-2019. Salvador, 2015.

BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Resolução 117/2018**, de 04 de abril de 2018. Aprova a Proposição 115/2018 que amplia o público alvo do Programa FNE Verde- linha FNE Sol, para incluir os mini e microgeradores de energia elétrica, pessoas físicas e jurídicas, nos termos da Resolução ANEEL nº 482/2012 e alterações posteriores Brasília: SUDENE, 2018.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Nacional, 1976.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população residente para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2017.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100923.pdf. Acesso em: 1 out. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população:** Tabelas 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados. Acesso em: 30 jul. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001-2015. Rio de Janeiro: SIDRA, 2001-2015. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnad. Acesso em: 7 fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000/2060**: Projeção da população das unidades da federação por sexo e idade para o período 2000/2030. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Projecao_da_Populacao/Projecao_da_Populacao_2013/nota_metodologica_2013.pdf. Acesso em: 1 mar. 2014.

MICRODADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO: 1991, 2000, 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Dados online extraídos do Banco multidimensional de estatísticas. Disponível em: https://www.bme.ibge.gov.br/index.jsp. Acesso em: 7 fev. 2018.

PESSOTI, F. C. C. L. ; PESSOTI, G. C. . Tendências recentes e perspectivas para a Economia Baiana. **Bahia Analise & Dados**, v. 25, p. 31-48, 2015.

PESSOTI, G. C.; PESSOTI, B. C. Política Industrial ou isenção fiscal? Uma análise da atração de investimentos industriais para a Bahia no período 1991-2006. RDE. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 18, p. 35-48, 2008.

PESSOTI, Gustavo Casseb. Um estudo da política industrial na Bahia entre 1950 e 2005. Dissertação (Mestrado em Análise Regional) Programa de Desenvolvimento Regional e Urbano Universidade Salvador, Salvador: UNIFACS, 2008, 215p.

PITOMBO, J. P. Transporte de cargas traz deficiência histórica na Bahia. **A Tarde**, Salvador,17out.2009. Disponível em: http://www.atarde.com.br/economia/noticia.jsf?id=1257278. Acesso em: 10 maio 2018.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL: PAM 2017. Anual. Rio de Janeiro: SIDRA, 2017. Dados gerados pela base de dados do IBGE. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas. Acesso em: 1 out. 2017.

SOUZA, Guaraci Adeodato A.; MURICY, Ivana Tavares. Mudanças nos padrões de fecundidade e de mortalidade na Bahia 1940/1970. Salvador: SEI, 2001. (Série Estudos e Pesquisas, 52).

SPINOLA, Noélio Dantaslé. A trilha perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX. Salvador: UNIFACS, 2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Migração e migrantes da Bahia nos anos de 1980 e 1990**: tendências e perfis sociodemográficos. 124 p. il. (Série estudos e pesquisas, 76). Salvador: SEI, 2006.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Tabelas e gráficos**: PIB Nacional. Salvador: SEI, 2016. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=137&Itemid=337. Acesso em: 20 dez. 2018.

TAVARES, Luis Henrique Dias Tavares. História da Bahia. Centro Editorial e Didático da UFBA. Salvador, Bahia, 1974.

TEIXEIRA, F.; GUERRA O. 50 Anos da Industrialização Baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. Bahia Análise & Dados. v.10 n.1, julho, p.87-98. Salvador, 2000.